

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

GABRIEL FERREIRA GURIAN

**CONFLITO E CONVIVÊNCIA ENTRE PORTUGUESES E
NEERLANDESES NO BRASIL E EM ANGOLA, 1624-1654**

FRANCA

2022

GABRIEL FERREIRA GURIAN

**CONFLITO E CONVIVÊNCIA ENTRE PORTUGUESES E
NEERLANDESES NO BRASIL E EM ANGOLA, 1624-1654**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, *campus* de Franca, como pré-requisito para a obtenção do título de Doutor em História.

Área de Concentração: História e Cultura

Linha de pesquisa: História e Cultura Social

Orientador: Prof. Dr. Jean Marcel Carvalho França

FRANCA

2022

G979c Gurian, Gabriel Ferreira
 Conflito e convivência entre portugueses e neerlandeses
 no Brasil e em Angola, 1624-1654 / Gabriel Ferreira
 Gurian. -- Franca, 2022
 306 f. : il., tabs., mapas

 Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista
 (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais,
 Franca
 Orientador: Jean Marcel Carvalho França

 1. História. 2. Portugueses. 3. Holandeses - Brasil. 4.
 Angola. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

GABRIEL FERREIRA GURIAN

**CONFLITO E CONVIVÊNCIA ENTRE PORTUGUESES E
NEERLANDESES NO BRASIL E EM ANGOLA, 1624-1654**

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, *campus* de Franca, como pré-requisito para a obtenção do título de Doutor em História.

Área de concentração: História e Cultura.

Linha de Pesquisa: História e Cultura Social.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jean Marcel Carvalho França (presidente)

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/campus Franca)

Prof. Dr. Ronaldo Vainfas

Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

Prof. Dr. Bruno Romero Ferreira Miranda

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Prof.^a Dr.^a Ana Carolina de Carvalho Viotti

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/campus Franca)

Prof. Dr. Ricardo Alexandre Ferreira

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/campus Franca)

Franca, 04 de julho de 2022

À memória do professor Manolo Florentino

Para a Vitória

AGRADECIMENTOS

As páginas a seguir contaram com o apoio fundamental, em várias formas, de instituições e de pessoas às quais não poderia deixar de transmitir minha gratidão.

Primeiramente, à Universidade Estadual Paulista - UNESP e ao seu Programa de Pós-Graduação em História, que me proporcionaram espaços, recursos e contatos fundamentais nas várias etapas de minha formação acadêmica. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio financeiro que viabilizou a pesquisa de doutoramento e seu principal produto aqui apresentado.

Ao Prof. Dr. Jean Marcel Carvalho França, pela sempre cuidadosa e contínua orientação, desde a minha graduação. Agradeço pelas lições a cada diálogo e correção, pela paciência e pela confiança em meu trabalho.

Ao Prof. Dr. Ricardo Alexandre Ferreira, presente nas principais avaliações a que me submeti neste PPG, leitor atento, com apontamentos pertinentes e provocativos, sempre tidos em alta conta. Ao Prof. Dr. Manolo Florentino (*in memoriam*), cuja participação no exame de qualificação deste trabalho foi para mim uma honra; contato breve, mas enriquecedor, da tese apresentada e do historiador que aqui escreve. Aos integrantes da banca do exame de defesa, Prof. Dr. Ronaldo Vainfas, Prof. Dr. Bruno Romero Ferreira Miranda, Prof.^a Dr.^a Ana Carolina de Carvalho Viotti e, novamente, prof. Ricardo, nomes entre as minhas mais caras referências.

Aos membros do grupo *Escritos sobre os Novos Mundos*, pelo espaço estimulante de reflexões e discussões, sem o qual minha formação estaria incompleta.

Aos amigos unespianos Geraldo, Guilherme, Felipe X., Felipe F., Danilo, Rafael M., Matheus D., Letizia, Gabriela, Amanda, Luísa, Janaína, Waslan e Rodolfo, essenciais no decorrer dos últimos dez anos. E aos de longa data, que antecedem minha entrada na universidade, Gabriel e Pedro. Agradeço também a Elisielly e a Matheus F., que, além das boas trocas sempre que os encontro, tornaram-me acessíveis obras fundamentais para a pesquisa, do acervo da Biblioteca Octavio Ianni da Universidade Estadual de Campinas.

A Ana Carolina e Rafael G., sócios, compadres, referências, amigos com quem aprendo todos os dias, pesquisando, escrevendo, discutindo, comendo e bebendo história, que foram leitores, ouvintes e suportes essenciais durante as etapas de desenvolvimento e conclusão destas páginas.

Aos meus pais, Carlos Alberto e Maria Beatriz, e à minha irmã, Vitória, meus pilares, apoiadores incondicionais e indispensáveis de todos os passos que dei até hoje, não apenas em minha trajetória como historiador.

Daí a alegria da vitória, os hinos, aclamações, recompensas públicas e todos os demais efeitos das ações bélicas. Se a guerra não fosse isso [a conservação], tais demonstrações não chegariam a dar-se, pelo motivo real de que o homem só comemora e ama o que lhe é apazível ou vantajoso, e pelo motivo racional de que nenhuma pessoa canoniza uma ação que virtualmente a destrói. Ao vencido, ódio ou compaixão; ao vencedor, as batatas.

“Quincas Borba”, Machado de Assis

A guerra faz os brancos ficarem diferentes do habitual, como faz uma valente bebedeira? Deve ter efeito em todos, brancos ou não, a guerra é um ser vivo complicado e com muitos frutos.

“A gloriosa família”, Pepetela

GURIAN, Gabriel Ferreira. *Conflito e convivência entre portugueses e neerlandeses no Brasil e em Angola, 1624-1654*. 2022. 306 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2022.

RESUMO

Em meio às agitações decorrentes da guerra de secessão da República das Províncias Unidas dos Países Baixos diante de Castela, deflagrada em 1568, Portugal enfrentou uma crise sucessória que levou a uma união dinástica entre as Coroas ibéricas e a sua sujeição ao governo dos Habsburgo de Madri, entre 1580 e 1640. Nesse contexto, a Lusitânia se viu envolvida no conflito hispano-neerlandês, inflamado por questões políticas e religiosas, cujos embates logo extrapolaram as fronteiras da Europa e se estenderam aos territórios coloniais de além-mar. Assim, através de sua Companhia das Índias Ocidentais, os holandeses lançaram expedições contra os polos de produção açucareira no Brasil (1624 e 1630) e os enclaves escravistas na África Ocidental (1637 e 1641), particularmente Angola. Naquelas paragens, a presença neerlandesa teria durações significativas e levaria a interações sistemáticas entre os invasores e a população lusa, de modo que é possível observar na variada documentação do período a construção de relações diversas, para além da mera inimizade catalisada pelo fator espanhol e pelas dissidências de credo entre católicos e protestantes. Destarte, a tese ora apresentada se debruça sobre esses contatos no Atlântico, a partir de textos em língua portuguesa – de missivas administrativas a crônicas de guerra, passando por panegíricos, memórias, manifestos, epístolas de religiosos, entre outros –, contemplando a perspectiva daqueles afetados pelas invasões, atenta à vida material e ao cotidiano construído e partilhado naquelas plagas entre lusos e batavos, de modo a elucidar dinâmicas, relações e noções construídas a respeito do invasor a partir dessas experiências.

Palavras-chave: Relações sociais – Convivência – Brasil holandês – Angola – Atlântico

GURIAN, Gabriel Ferreira. *Conflict and coexistence between the Portuguese and the Dutch in Brazil and in Angola, 1624-1654*. 2022. 306 f. Thesis (PhD in History) – Faculty of Human and Social Sciences, São Paulo State University “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2022.

ABSTRACT

In the midst of the turmoil of the war of secession deflagrated by the Republic of the United Provinces of the Netherlands against Castile in 1568, Portugal faced a succession crisis that led to a dynastic union between the Iberian Crowns and its subjection to the Habsburg government of Madrid, between 1580 and 1640. Lusitania then found itself involved in the Spanish-Dutch conflict, inflamed by political and religious matters, with clashes that soon transcended the frontiers of Europe and reached the colonial territories overseas. Through their West India Company, the Dutch launched expeditions against the sugar production regions in Brazil (1624 and 1630) and the slave enclaves in Western Africa (1637 and 1641), particularly Angola. In those territories, the Dutch presence would last significantly and would lead to systematic interactions between the invaders and the Portuguese population, making it possible to observe in the miscellaneous documentation of the period the construction of diverse relationships, beyond the mere enmity catalyzed by the Spanish factor and the creedal dissent between Catholics and Protestants. Thus, this thesis focuses on these contacts in the Atlantic, analyzing texts in Portuguese – from administrative letters to war chronicles, as well as panegyrics, memoirs, manifestos, epistles by priests, among others –, contemplating the perspective of those affected by the invasions, attentive to the material and daily lives developed and shared in those regions between the Portuguese and the Dutch, in order to elucidate dynamics, relationships and notions constructed about the invader from these experiences.

Keywords: Social relationships – Coexistence – Dutch Brazil – Angola – Atlantic

GURIAN, Gabriel Ferreira. *Conflit et coexistence entre les Portugais et les Néerlandais au Brésil et en Angola, 1624-1654*. 2022. 306 f. Thèse (Doctorat en Histoire) – Faculté des Sciences Humaines et Sociales, Université d'État de São Paulo «Júlio de Mesquita Filho», Franca, 2022.

RÉSUMÉ

Durant les agitations nées de la guerre de sécession de la République des Provinces-Unies des Pays-Bas contre Castille, déflagrée en 1568, Portugal fit face à une crise de succession qui conduisit à une union dynastique entre les couronnes ibériques et à son assujettissement au gouvernement des Habsbourg de Madrid, entre 1580 et 1640. Dans ce contexte, la Lusitanie se retrouva impliquée dans le conflit hispano-néerlandais, enflammé par des dissensions politiques et religieuses, dont les affrontements extrapolèrent bientôt les frontières de l'Europe et s'étendirent aux territoires coloniaux d'outre-mer. Ainsi, par le biais de leur Compagnie des Indes Occidentales, les Hollandais lancèrent des expéditions contre les centres de production sucrière du Brésil (1624 et 1630) et les enclaves esclavagistes d'Afrique de l'Ouest (1637 et 1641), notamment l'Angola. Dans ces parages, la présence néerlandaise aurait des durées importantes et conduirait à des interactions systématiques entre les envahisseurs et la population portugaise, de sorte qu'il est possible d'observer dans la variée documentation de l'époque la construction de relations diverses, au-delà de la simple inimitié catalysée par le facteur espagnol et la dissidence religieuse entre catholiques et protestants. De ce fait, la thèse ici présentée se concentre sur ces contacts dans l'Atlantique, à partir de textes en langue portugaise – des lettres missives administratives aux chroniques de guerre, ainsi que les panégyriques, les mémoires, les manifestes, les épîtres de religieux, entre autres –, contemplant la perspective des personnes impactées par les invasions, attentive à la vie matérielle et au quotidien construit et partagé dans ces régions entre les Portugais et les Néerlandais, afin d'élucider les dynamiques, les relations et les notions construites sur l'envahisseur à partir de ces expériences.

Mots-clés : Relations sociales – Coexistence – Brésil néerlandais – Angola – Atlantique

SUMÁRIO

Introdução	11
PARTE I – PANORAMAS MATERIAIS DO ATLÂNTICO DISPUTADO	20
Capítulo 1 – As estruturas da contenda e os suportes metropolitanos.....	21
1.1. <i>Depois da trégua dos doze anos</i>	<i>27</i>
1.2. <i>O valor da guerra de corso.....</i>	<i>40</i>
1.3. <i>As fragilidades de Pernambuco</i>	<i>48</i>
1.4. <i>“Descuidada de tão impensado acometimento”</i>	<i>57</i>
Capítulo 2 – As inclemências das terras e os artifícios dos homens	67
2.1. <i>Descômodos e dificuldades</i>	<i>68</i>
2.2. <i>Guerreando em trópicos hostis</i>	<i>91</i>
2.3. <i>Provizimento e sustento</i>	<i>110</i>
2.4. <i>Assistência e remediação</i>	<i>128</i>
PARTE II – CONTORNOS E OLHARES DA CONVIVÊNCIA	139
Capítulo 3 – As esferas da vida partilhada	140
3.1. <i>O governo da coexistência</i>	<i>144</i>
3.2. <i>Questões de fé</i>	<i>173</i>
3.3. <i>Convivialidades e vínculos ordinários</i>	<i>188</i>
Capítulo 4 – Retratos dos invasores	207
4.1. <i>“Bárbaros brancos e louros”</i>	<i>208</i>
4.2. <i>Mercadores despudorados</i>	<i>224</i>
4.3. <i>Algozes dos pecadores.....</i>	<i>231</i>
4.4. <i>Sadios, briosos e contumazes</i>	<i>238</i>
Considerações finais.....	250
Referências bibliográficas.....	260
Apêndices	280

INTRODUÇÃO

Na abertura da *História da Guerra de Pernambuco*, crônica dos conflitos luso-neerlandeses iniciados na dita capitania em 1630 e panegírico a João Fernandes Vieira, líder da insurreição proclamada em 13 de junho de 1645, o mestre de gramática e cronista Diogo Lopes Santiago expõe seus objetivos com a confecção da obra. Intentava “escrever a crônica das insignes proezas deste famoso varão, na heroica ação e empresa que originou e foi executando da liberdade desta Nova Lusitânia”, como também era conhecido Pernambuco, “imitando ao sereníssimo rei D. João IV, nosso senhor”, antes duque de Bragança, aclamado legítimo ocupante do trono português em 1640, num movimento “que pôs em liberdade a antiga Lusitânia da opressão e usurpação de El Rei de Castela, que, posto que era o jugo grave, contudo era de cristãos”, ao passo que o jugo “destas capitanias de Pernambuco” era imposto por “hereges apóstatas, inimigos mortais dos católicos romanos, principalmente da nação portuguesa, [...] fazendo-lhe tantos insultos, opróbrios, males e tiranias, como pelo decurso desta história se irá vendo”.¹

Escrevendo nas décadas de 60 e 70 do Seiscentos, o autor sumariza algumas das grandes questões que permearam as relações travadas entre Portugal e os Países Baixos em fins do século XVI e no decorrer do XVII, e que também desempenharam papéis importantes nos encontros de lusos e holandeses no além-mar: as crescentes tensões religiosas entre católicos e protestantes; a união dinástica das coroas ibéricas, que dragou Portugal e suas possessões para o conflito de secessão da República das Províncias Unidas dos Países Baixos diante do domínio castelhano; e as investidas neerlandesas contra os territórios ultramarinos portugueses, com maior sistematicidade através da *Vereenigde Oostindische Compagnie* (VOC), a Companhia das Índias Orientais,² fundada em 1602, e da empresa irmã Ocidental, a *West-Indische Compagnie* (WIC), depois de sua criação em 1621. Lopes Santiago, um dos mais importantes autores a dissertar sobre o período conhecido como Brasil holandês depois da recuperação daqueles territórios pelos portugueses,³ ainda pinta os invasores como inimigos severos da lusitanidade e do catolicismo, ocupantes injustificados e cruéis das capitanias brasílicas. Mas

¹ SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da guerra*. 1ª edição integral. Recife: CEPE, 1984, p. 11, 12.

² BOXER, Charles R. *O império colonial português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 1969, p. 121, 122.

³ Cf. CLEMENTINO, Kléber. “A narrativa da guerra holandesa na historiografia portuguesa do século XVII”. In: MIRANDA, Bruno R. F. et al. (org.). *Essa parte tão nobre do corpo da monarquia: poderes, negócios e sociabilidades em Pernambuco colonial. Séculos XVI-XVIII*. Recife: Editora UFPE, 2016, p. 117-146.

será que as relações entre eles se resumiram a essa hostilidade irreconciliável, catalisada por diferenças religiosas e querelas políticas?

Ainda hoje, a memória coletiva dos pernambucanos e, de maneira mais difusa, dos naturais de outros estados da região Nordeste do Brasil outrora ocupados pelos neerlandeses espelha essa percepção, através de valorações antagônicas sobre o chamado *tempo dos flamengos*, alinhadas à perspectiva exposta por Lopes Santiago ou favoráveis aos invasores, partindo, no entanto, da mesma premissa calcada na rivalidade absoluta entre esses povos. Uma dessas valorações tem cores nativistas e floresce entre os que glorificam a mobilização dos luso-brasileiros ao unirem todos os extratos sociais e raciais da colônia contra o invasor estrangeiro, em nome da liberdade, que levou à recuperação das capitanias em 1654; a outra é, por vezes, chamada de nassoviana, dos que exaltam uma imagem idealizada do conde João Maurício de Nassau como governante e lamentam que a América lusa não tenha se transformado numa América neerlandesa. Para Marcos Vinícios Rodrigues Vilaça, advogado, poeta, “imortal” da Academia Brasileira de Letras e natural do estado, “Pernambuco tem o seu tanto de maniqueísta”,⁴ questão que pode ser retraçada ao período colonial e aos impactos deixados pela ocupação holandesa.⁵

Estudiosos também incorreram nessa valoração antagônica, partindo do princípio de que a relação entre portugueses e batavos teria sido irreconciliável e exclusivamente hostil. Historiadores brasileiros, na segunda metade do século XIX, ora viam duplicidade e abusos⁶ da parte dos agentes da Companhia das Índias Ocidentais, ora viam méritos governativos de figuras ilustres, especialmente na implementação de instituições “elevadas”.⁷ O saldo, todavia, era o de que “as duas sociedades – a dos vencidos e a dos vencedores –, embora sujeitas ao mesmo governo e regidas, em parte, pelas mesmas leis, não se fundiram [...]”.⁸ Ainda que a presença batava no Brasil tenha sido muito mais significativa para o mundo lusófono, acadêmicos estrangeiros, entre neerlandeses e alemães, até a primeira metade do século XX, também expressaram visões calcadas na incompatibilidade das duas sociedades em contato na América lusa, enquanto demonstravam marcadas inclinações anti-ibéricas, a começar pelo

⁴ VILAÇA, Marcos Vinícios Rodrigues. “Prefácio”. In: ALBUQUERQUE, Maria Cristina Cavalcanti de. *Príncipe e Corsário*: quase tudo que Gaspar Dias Ferreira escreveu sobre João Maurício de Nassau, o brasileiro. São Paulo: A Girafa Editora, 2004.

⁵ Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio*: o imaginário da restauração pernambucana. 3ª edição, revisada. São Paulo: Alameda, 2008.

⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 até 1654*. Lisboa: Typographia de Castro Irmão, 1872, p. 226.

⁷ PEREIRA, José Hygino Duarte. Conferência. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, n. 30-31, Recife, 1886, p. 8, 9.

⁸ Ibid., p. 9.

desdém de fontes em língua portuguesa ou espanhola, por desconhecimento ou por desconsiderarem seu valor documental – o que foi prejudicial às suas análises, segundo pesquisadores posteriores.⁹ Esses estrangeiros ainda rotularam alguns autores lusos da época de “odientos” e afirmaram que opiniões negativas sobre os neerlandeses beiravam as “raias do grotesco”.¹⁰ Uma reverberação, talvez, da cisão indicada por Diogo Lopes Santiago, através da demonstração de ojerizas antigas, junto da oposição entre os povos ibéricos e setentrionais nos estudos, o que também se via entre historiadores portugueses, ao tratarem de seus antepassados na primeira pessoa do plural enquanto viam os neerlandeses como “o outro”.¹¹

Depois de décadas de investigação histórica, com a ampliação da documentação acessível a pesquisadores fora da Europa, o alargamento dos objetos e áreas de interesse contemplados, a mobilização de novas metodologias de análise, a publicação de trabalhos tornados clássicos¹² e de obras paradigmáticas,¹³ que revisaram até a questionada necessidade de prosseguimento das pesquisas sobre o chamado Brasil holandês,¹⁴ os portugueses e os neerlandeses ainda são predominantemente tratados como categoriais sociais fechadas e um tanto deterministas. A origem dos agentes é tomada como informativa de seu arcabouço cultural e forte condicionante das perspectivas e posturas demonstradas, num apego sociológico às distinções coetâneas como absolutas. Sobressaem como agrupamentos internamente coesos, indivisíveis, antagônicos e sempre imiscíveis entre si. Estudiosos brasileiros têm, mais recentemente, problematizado certos lugares comuns, mobilizado documentação ainda não cotejada por pesquisadores nacionais, guardada em arquivos estrangeiros, em formato manuscrito e sem tradução, propiciando olhares diferentes e mais atentos às minúcias e nuances da vida cotidiana.¹⁵ Alguns trabalhos vêm desconstruindo noções consolidadas de coesão e

⁹ Cf. RODRIGUES, José Honório. *Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949, p. 20, 21.

¹⁰ WÄTJEN, Hermann. *O domínio colonial holandês no Brasil: um capítulo na história colonial do século XVII*. Recife: CEPE, 2004, p. 40, 41.

¹¹ Ver, entre outros: REGO, António da Silva. *A dupla restauração de Angola: 1641-1648*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1948, p. 9.

¹² MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

¹³ MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 3ª edição, definitiva. São Paulo: Editora 34, 2007.

¹⁴ A publicação da obra de Evaldo Cabral de Mello, em 1974, levou Charles Ralph Boxer a se retratar sobre uma declaração dada alguns anos antes, em que afirmava que o período já havia sido suficientemente discutido e que a insistência dos estudos com tal enfoque não se pagaria. Cf. BOXER, Charles R. “Some reflections on the historiography of Colonial Brazil, 1950-1970”. In: ALDEN, Dauril (ed.). *Colonial roots of Modern Brazil*. Berkeley, Los Angeles & London, UK: University of California Press, 1973, p. 12; ALENCASTRO, Luís Felipe de. “Desagravo de Pernambuco e glória do Brasil: a obra de Evaldo Cabral de Mello”. In: SCHWARCZ, Lília M. (org.). *Leituras críticas sobre Evaldo Cabral de Mello*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008, p. 37.

¹⁵ Cf. MIRANDA, Bruno R. F. *Gente de guerra: origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)*. Recife: Editora UFPE, 2014; XAVIER, Lucia F. W.

separação entre organizações políticas nacionais, e sistemas e itinerários comerciais que gozavam de monopólios sobre territórios e produtos específicos, como o tráfico de cativos.¹⁶ Essas investigações têm elucidado comportamentos, relações e valores difusos e diversos entre grupos e agentes participantes nesses sistemas, de origens e culturas variadas, contemplados em escalas compostas de análise, com suas peculiaridades, ainda assim, bem situadas e relacionadas a quadros mais amplos. Todavia, parece que a síntese das relações entre lusos e batavos, não só no Brasil, permanece atrelada à hostilidade.

A tese ora apresentada questiona justamente a natureza dessas relações. O trabalho foi inicialmente pautado por interrogações a respeito das principais perspectivas e juízos registrados e paulatinamente pactuados como verdade¹⁷ no mundo luso sobre os invasores setentrionais das praças atlânticas – incluindo-se aí também Angola, onde os batavos permaneceram por sete anos a partir de 1641, concomitantemente à ocupação das capitâneas no Norte do Brasil. A pesquisa, concebida e conduzida no seio do Grupo *Escritos sobre os Novos Mundos: uma história da construção de valores morais em língua portuguesa*,¹⁸ indagava quais seriam os contornos da retratação dos holandeses no idioma lusitano a partir da experiência de cerca de 30 anos de coexistência nos citados territórios disputados. O espaço africano, quase sempre descolado ou tratado meramente como polo escravista, de obtenção e despacho de almas para as Américas, foi contemplado como cenário igualmente relevante de interações entre os mesmos agentes, cenário que poderia suscitar uma possível comparação ao que ocorreu no Brasil, mas que terminou se mostrando uma extensão de relações análogas, e, portanto, acréscimo enriquecedor ao espaço amostral. Assim, intentava-se, mapear os indícios da “vida de todos os dias”¹⁹ a fim de coligir essas perspectivas lusófonas sobre os holandeses, fundamentadas pela partilha dos mesmos espaços naquele período.

Sociabilidade no Brasil neerlandês (1630-1654). Orientador: Maarten Jansen. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de Leiden. Leiden, 2018.

¹⁶ Cf. SILVA, Filipa Ribeiro da. *Dutch and Portuguese in Western Africa: empires, merchants and the Atlantic System, 1580-1674*. Leiden, NL; Boston, USA: Brill, 2011.

¹⁷ FOUCAULT, Michel. “Sobre a arqueologia das ciências: resposta ao Círculo de Epistemologia”. In: FOUCAULT, Michel. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Coleção Ditos e Escritos, volume II. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, p. 91.

¹⁸ Contou com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), na modalidade Grupo Temático, entre 2015 e 2021. Processo nº 13/147866-6. <<http://www.bv.fapesp.br/pt/auxilios/90522/escritos-sobre-os-novos-mundos-uma-historia-da-construcao-de-valores-morais-em-lingua-portuguesa/>>

¹⁹ VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. 4ª edição. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2014, p. 31, 32.

Partiu-se de uma documentação sabidamente parcial, diante do montante, da variedade de textos e da diversidade de autores do período;²⁰ uma miscelânea²¹ composta por missivas administrativas, epístolas de religiosos, crônicas de assuntos gerais ou dedicadas às guerras, memórias, manifestos etc., serializada²² a partir do idioma de escrita e da preocupação dos autores em dissertarem, mais ou menos detidamente, sobre as invasões e os invasores. Dessa forma, padrões relativos aos valores e perspectivas partilhados ou não pelos escribas puderam ser percebidos, questões que fogem ao simples fato de serem eles culturalmente portugueses e que elucidaram a análise de seus testemunhos. Vale pontuar que os textos compreendem um período entre 1624, data da primeira incursão da WIC contra o Brasil, o ataque e breve ocupação na Baía de Todos os Santos, e 1680, quando obras importantes, retrospectivas sobre marcos bélicos, méritos militares e outros louváveis acontecimentos na história de Portugal e de seus territórios ultramarinos às vésperas e depois da Restauração monárquica, apresentam imagens amadurecidas, mais bem definidas, sobre os neerlandeses, pactuadas de maneira mais ampla no mundo lusófono, construídas ao longo de décadas de embates, tréguas e convivências.

Desde o início da investigação, havia indícios coligidos que apontavam para o estabelecimento de relações complexas à época, que extrapolavam a mera inimizade catalisada por querelas políticas ligadas aos espanhóis e pelas dissidências religiosas entre católicos e protestantes, que respaldavam o questionamento do antagonismo como definidor das relações luso-neerlandesas, apontando-o como apenas uma faceta, talvez a mais patente, mas não a única relevante. O desenvolvimento da tese levou a um encadeamento específico dos elementos analisados, direção refletida na organização do trabalho aqui apresentado. Apesar do questionamento sobre a natureza predominantemente hostil das relações luso-neerlandesas, a guerra foi um fator fundamental e incontornável de seu contato, o primeiro e mais evidente tipo de relação travada entre eles nos trópicos, que abriu caminho para a implantação dos setentrionais ao sul do Equador. Desse modo, os impactos imediatos das invasões, especialmente no cotidiano e na vida material dos territórios acometidos, pareceram os

²⁰ Apesar da incompletude, sabendo-se que o período entre 1624 e 1654 suscitou uma volumosa produção escrita para os padrões do período colonial brasileiro, a documentação foi contemplada à luz da historiografia especializada, que se debruçou sobre e contrapôs a maior parte das fontes neerlandesas e portuguesas – incluindo-se, certamente, as aqui analisadas –, esclarecendo pontos e questões chave sobre o Brasil holandês, destacando informações imprecisas, de ocorrências pontuais e contraditórias, e as mais seguras, corroboradas por vários autores.

²¹ “A qualidade, a riqueza e a diversidade das informações reunidas estão patentes em crônicas, narrativas de viagens, relatórios de embaixadas, cartas de jesuítas, diários e correspondência oficial. [...] Parece não ter havido faceta da experiência humana que tenha escapado aos olhos de lince e aos excelentes ouvidos dos portugueses, nas suas peregrinações”. RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América* (1415-1808). Algés: Difel, 1998, p. 36, 37.

²² FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p. 6-13.

melhores elementos a serem observados de saída na documentação. A percepção coetânea a seu respeito foi importante na elaboração dos “pareceres” sobre os batavos, e muitos desses testemunhos partiram de um conhecimento dos contextos *ante bellum*, das condições de cada plaga antes do desembarque das forças da WIC, explicitando, muitas vezes, os efeitos dos ataques e das ocupações a partir do contraste. Tais impactos, por sua vez, foram estruturantes para o desenvolvimento dos cenários peculiares nos quais interações mais sistemáticas e variadas entre lusos e flamengos se dariam.

Dessa forma, prioriza-se, no primeiro capítulo, a observação das estruturas materiais disponíveis e mobilizadas por ambos os lados no âmbito bélico, particularmente nos primeiros embates. Os aparatos ofensivos e defensivos, navais e terrestres, os contingentes humanos e os choques dessas estruturas nas investidas neerlandesas à Bahia, a Pernambuco e a Angola. São fatores indicativos do estado dos territórios coloniais invadidos, a partir de suas defesas, da pujança militar da WIC e do suporte metropolitano disponível e oferecido pelas Coroas ibéricas e pelas Províncias Unidas. No segundo capítulo, a atenção se volta para a vida material e cotidiana resultante do abalo provocado por essas invasões. Indaga-se quais foram os obstáculos e dificuldades que assolaram os envolvidos, entre combatentes e as populações, e quais foram as soluções por eles concebidas, visando a sobrevivência e o prosseguimento da contenda em terra, em defesa ou conquista daquelas paragens, até que a radicação dos estrangeiros tomasse formas que permitissem contatos balizados por outros fatores que não só a inimizade. Assim, os dois primeiros capítulos compõem a primeira parte da tese, intitulada “Panoramas materiais do Atlântico disputado”. Intenta-se aí compreender as condições materiais dos espaços sobre os quais as relações que os portugueses estabeleceram com os holandeses se desenvolveram, sem perder de vista os juízos formulados desde as primeiras interações, predominantemente belicasas. Sobre esses alicerces, construíram-se cenários específicos, com dinâmicas cotidianas próprias e relações variadas entre os indivíduos que os coabitaram, relações que foram fundamentais para a elaboração, transmissão e consolidação, entre os portugueses, de perspectivas e juízos sobre os setentrionais.

Na segunda parte, “Contornos e olhares da convivência”, observa-se efetivamente as principais relações luso-neerlandesas cultivadas nas três ocupações no Atlântico Sul, depois da formatação de tais espaços em ambientes permeados por elementos além da rivalidade política e a incompatibilidade religiosa, nos quais várias instâncias cotidianas uniram portugueses e flamengos. Apesar de a guerra aparecer como um fator constante, vê-se períodos de relativa estabilidade, de cessação das hostilidades. E foi durante essas janelas que se deram contatos mais variados com mais sistematicidade, numa porção de formas de convívio. Destarte, o

terceiro capítulo contempla as esferas da vida partilhada, pontuando desacordos, dissidências e convergências. Já o quarto e último deriva diretamente das indagações iniciais da pesquisa a respeito dos principais contornos do invasor retratados em língua portuguesa. A partir das elucidadas experiências de conflito e convivência, em espaços peculiares modificados pelas invasões e construídos conjuntamente, vê-se que os traços mais enfatizados e os juízos pactuados formam uma miríade de aspectos negativos e positivos, tributários das variadas formas de relacionamento que se desenvolveram ali, intimamente ligadas às condições cotidianas locais.

Antes de o leitor passar adiante, cabe ainda esclarecer alguns critérios vocabulares deste trabalho. Tanto para preservar o léxico da época quanto para especificar com a maior clareza possível a quais atores se refere determinada questão, trecho documental ou argumento, os predicados “português”, “neerlandês” e seus sinônimos do período são empregados como denominadores abrangentes, considerando-se também as indicações que dão a respeito do arcabouço de valores dos indivíduos e grupos aos quais se referem. No entanto, o inventário de ações descritas, de ideias expostas e de perspectivas emitidas pelos autores coetâneos, isto é, o quadro de possibilidades de pensamento e de conduta, diretamente relacionado aos contextos analisados, prescinde do suposto determinismo desses predicados. Ainda sobre a questão, os lusófonos são aqui tratados principalmente por portugueses, lusos, lusitanos, mas também por luso-brasileiros, quando se relacionam às capitanias brasílicas, sem grandes distinções entre reinóis e nascidos na terra, a não ser quando necessário e especificado pela documentação; eles são também chamados de moradores e habitantes quando se tratam daqueles radicados nos territórios ultramarinos invadidos, denominação comum tanto nos textos de autoria portuguesa quanto neerlandesa. Ainda que muitos dos judeus emigrados para o Atlântico Sul tenham sua origem na Península Ibérica, transferindo-se para os Países Baixos antes de partirem em direção aos trópicos, a herança hebraica tende a sobrepujar a naturalidade, de modo que a generalização “portugueses” não inclui judeus nascidos em Portugal.²³ As gentes “da nação” judaica, inclusive, figuram apenas pontualmente neste estudo, quase sempre como cristãos-novos judaizantes ou criptojudeus denunciados a autoridades eclesiásticas católicas, e também como desafetos dos calvinistas, religiosos e leigos, sem grandes distinções entre sefardins e asquenazes.

Todos os envolvidos no empreendimento da WIC são referidos de maneira geral como neerlandeses – mesmo que boa parte da soldadesca, composta predominantemente por

²³ Cf. VAINFAS, Ronaldo. *Jerusalém colonial: judeus portugueses no Brasil holandês*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 19-40.

mercenários, do oficialato e dos funcionários da administração tenha sido formada por estrangeiros de muitas partes da Europa do Norte²⁴ –, designados também como holandeses, flamengos,²⁵ batavos,²⁶ setentrionais, etc., salvo quando a explicitação da nacionalidade seja considerada relevante ou necessária. Os indígenas do Brasil são distintos, grosso modo, entre brasileiros, uma denominação coetânea abrangente para os vários povos Tupinambás, e tapuias, todos, por vezes, referidos de forma geral como índios, nativos, gentios e íncolas. Os africanos, quando na condição de escravizados, carecem, muitas vezes, de especificação de origem ou etnia nos textos da época, figurando como escravos, cativos, negros, pretos e denominações semelhantes; já os indivíduos livres de povos nativos de África envolvidos nas disputas ocorridas em Angola são designados a partir das regiões de onde originavam e de suas culturas, muitas vezes distintas a partir de títulos e posições sociais ou militares que foram apreendidos pelos portugueses, como os sobas, líderes de pequenos agrupamentos do povo mbundu, e os quilambas, capitães mbangala, grupo conhecido também como jagas. Em suma, os predicados foram utilizados neste trabalho para designar, a partir de padrões indicados pela documentação, agrupamentos sociais cujos membros partilhavam traços formadores comuns, como origem, crença e costumes, e algum senso de comunidade, entendendo-se, *a priori*, como aliados, especialmente diante de um adversário compartilhado. Mas essas nomenclaturas não são categorias deterministas do comportamento desses indivíduos. Dão pistas sobre valores, visões de mundo, horizontes de expectativa, afinidades em potencial, mas, como poderá ser percebido, comportam exceções nada desprezíveis em grau de divergência e em número de divergentes, aqueles que optaram por cursos de ação destoantes do traçado e esperado por seus pares.

Outros termos também merecem alguns comentários. “Conquista”, apesar de transmitir a imprecisa ideia de pleno êxito militar e estabilidade administrativa,²⁷ é uma das principais e mais recorrentes designações coevas para o Brasil holandês como um todo, tanto os territórios ocupados pelos batavos quanto o período entre 1630 e 1654, figurando também na documentação relativa aos territórios apossados na África Ocidental. Manteve-se aqui a semântica de designação espacial, como sinônimo de ocupação, por exemplo, quando em

²⁴ Havia ingleses, escoceses, alemães, franceses, suecos, dinamarqueses, entre outros. Cf. MIRANDA, Bruno R. F. op. cit., 2014, p. 40-45.

²⁵ O termo “flamengo” refere-se, de fato, aos naturais de Flandres, mas, apesar de impreciso para se referir aos neerlandeses, é uma denominação muito recorrente no vocabulário da época para designar, de maneira geral, aqueles oriundos das Províncias Unidas, e é utilizada aqui da mesma maneira. MELLO, José Antônio Gonsalves de. op. cit., 2007, p. 11, 12.

²⁶ Termo também específico aos originários da Batávia, mas estendido aos neerlandeses de modo geral.

²⁷ “[...] a dominação holandesa era um fato; não era, nunca seria um fato consumado”. ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998, p. 89.

referência somente às capitanias setentrionais do Brasil.²⁸ Já “invasão”, a despeito do valorativo implícito de uma possessão legítima perturbada por agentes externos, podendo indicar predileção pelo direito luso sobre as terras disputadas, apenas designa as investidas neerlandesas, sem enquadrá-las em uma lógica jurídica ou parcial.

“Arraial” é denominação corriqueira na documentação e aplicada a uma multitude de arranjos improvisados, de assentamentos e alojamentos humanos, especificamente dos portugueses, diretamente resultantes dos destierros provocados pelas invasões. Em quase todas as suas ocorrências, no Brasil e em Angola, o termo tem inicial minúscula, mas é grafado com maiúscula ao se referir ao Arraial do Bom Jesus, erigido em Pernambuco em 1630, o mais importante bastião da resistência luso-brasileira naquela década, de tamanha relevância que suscitou uma homenagem durante a guerra de insurreição na década de 1640, quando a fortificação erigida pelos líderes do levante reuniu também muitos moradores, que “foram fazendo suas casas à sombra desta força, com que em breve se fez uma razoada povoação, que chamavam vulgarmente o Arraial Novo” do Bom Jesus.²⁹ “Baía”, por sua vez, é usada com inicial maiúscula para se referir à de Todos os Santos e com minúscula para se referir a outras ocorrências geográficas da mesma natureza, quando em contexto, ao passo que “Bahia” se refere à capitania como um todo.

Palavras menos familiares do léxico da época, que aparecem pontualmente, ou com menor frequência, como medidas de peso ou de distância, são acompanhadas, quando necessário, de notas explicativas. O leitor ainda encontrará, ao final do trabalho, uma seção de apêndices, com a listagem de governantes e modelos administrativos pertinentes ao período; os tipos de embarcação comumente manejados no Atlântico durante o século XVII, citados ao longo da tese; pinturas, gravuras e mapas coetâneos, associados, no corpo do texto, a determinados momentos e passagens; mapas autorais contendo as principais localidades citadas, na Bahia, nas capitanias ao norte do rio São Francisco e em Angola; e uma cronologia com marcos e acontecimentos importantes.

²⁸ MELLO, José Antônio Gonsalves de. “Companhia das Índias Ocidentais”. In: HERKENHOFF, Paulo (org.). *O Brasil e os holandeses (1630-1654)*. Rio de Janeiro: GMT Editores; Sextante, 1999, p. 42.

²⁹ SANTIAGO, Diogo Lopes. op. cit., 1984, p. 330.

Parte I

PANORAMAS MATERIAIS DO ATLÂNTICO DISPUTADO

CAPÍTULO 1 – As estruturas da contenda e os suportes metropolitanos

Nas páginas iniciais do seu conhecido *Tratado descritivo do Brasil*, de 1587, o senhor de engenho Gabriel Soares de Sousa alerta a El Rei para o “tamanho perigo” em que se encontrava a colônia lusa, então recém-anexada aos domínios hispânicos, seguindo a união dinástica entre as coroas ibéricas. Sousa dizia que, “se nisso caírem os corsários”, isto é, se tomassem conhecimento de suas vulnerabilidades, “com mui pequena armada se senhorearão desta província, por razão de não estarem as povoações dela fortificadas, nem terem ordem com que possam resistir a qualquer afronta que se oferecer”. Tamanha carência estrutural e organizacional da terra se somava a moradores quebrantados, que viviam “tão atemorizados, que estão sempre com o fato entrouxado para se recolherem para o mato, como fazem com a vista de qualquer nau grande, tomando-se serem corsários, a cuja afronta Sua Majestade”, Filipe II de Espanha, também Filipe I de Portugal, deveria “mandar acudir com muita brevidade [...]”.¹ Preocupação legítima do autor, confirmada naquele mesmo ano, às portas da principal cidade da província que almejava preservar.

Relata o frei Vicente do Salvador, em sua *História do Brasil (1500-1627)*, que duas naus e uma galizabra inglesas, acompanhadas de um patacho que haviam tomado anteriormente em sua expedição, entraram pela barra da Baía de Todos os Santos em 11 de abril, a alvejar o que estivesse ao alcance de suas bocas de fogo e a assediar embarcações. Seus capitães, Robert Withrington e Christopher Lister, haviam sido encarregados por Sir George Clifford, 3º conde de Cumberland, de comandar a pequena esquadra rumo ao Pacífico, armada com o intuito de saquear navios espanhóis.² Retornavam dessa incursão quando invadiram a Baía, sabendo ser o lugar bastante vulnerável, e assaltaram barcos atracados no porto, entre eles uma urca de um mercador flamengo, residente daquelas plagas, cujos marinheiros, também flamengos, renderam-na e se passaram para o lado dos ingleses. Reforçados, os corsários resumiram o canhoneio à cidade, “tão fortemente que, desanimados e cheios de medo, os moradores fugiram dela para os matos [...]”, como alertara Soares de Sousa, escapando pelas muitas brechas e saídas que extrapolavam a capacidade de contenção da guarda, já que grande parte dos arredores da urbe não era murada. Na tentativa de evacuar apenas mulheres e crianças, muitos homens se embrenharam entre elas, alguns “com manto mulheril”, enquanto os que permaneceram em seus

¹ SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. 3ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 2, 3.

² Cf. HUE, Sheila M. Ingleses no Brasil: relatos de viagem, 1526-1608. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 126, 2006, p. 36-37.

postos diziam a um dos governadores, Cristóvão de Barros, que também se retirasse. Ele, que até então andava pelos engenhos do recôncavo a arrecadar esmolas para a Santa Casa de Misericórdia, retornou prontamente quando recebeu a notícia do ataque a Salvador, tratando logo de fortifica-la como pôde e punir os fugitivos e covardes.³

O embate contra os corsários ingleses se deu majoritariamente no mar, porque não se atreviam a desembarcar e assaltar a cidade com o poderio que tinham. Barlaventeavam pela baía, enquanto enviavam suas embarcações menores a diversos pontos para pilharem. O governador pôde, assim, organizar, de improviso, uma pequena frota que lhes desse combate, formada por uma galé e cinco barcas, das utilizadas para transporte entre os engenhos no interior e o porto, as quais, “ainda que sem coberta, são mui fortes e veleiras [...]”. Empavesadas e tripuladas por soldados arcabuzeiros e seus capitães, as embarcações tinham ordens para descerem sobre os ingleses onde quer que ousassem assediar. Por cerca de dois meses, os salteadores vaguearam e pilharam o que puderam pela Baía e suas circunvizinhanças, chegando a atacar e incendiar alguns engenhos. Mas diante do pouco ganho e da fuga a nado de reféns portugueses que haviam capturado no Rio da Prata, de quem esperavam resgate, levantaram âncoras e, para a sorte dos soteropolitanos, partiram, na esperança de obterem em outras plagas os lucros que deveriam apresentar a seus financiadores quando retornassem à Inglaterra.⁴ Certamente não tinham poderio suficiente para incursões mais ousadas naquelas paragens, mas os desdobramentos de sua estada na Bahia ilustram exemplarmente as preocupações⁵ que fundamentaram a advertência de Gabriel Soares de Sousa naquele 1587.

Corsários holandeses também tomaram parte em assédios à costa brasileira, antes da fundação de suas Companhias Privilegiadas das Índias – a Oriental, em 1602, e a Ocidental, em 1621. Nas últimas décadas do Quinhentos, as atividades mercantis de Portugal, baseadas em produtos coloniais, como o açúcar das ilhas atlânticas e da América, as especiarias do Levante, e em mercadorias locais, como o sal de Setúbal e o vinho do Porto, tinham fortes ligações com as praças comerciais na Holanda, na Zelândia e em Antuérpia, o que incentivava o fluxo de navios neerlandeses ao sul do Equador.⁶ No entanto, essas atividades foram embargadas por

³ SALVADOR, Vicente do. *História do Brasil (1500-1627)*. 5ª edição. São Paulo: Melhoramentos, 1965, p. 299.

⁴ *Ibid.*, p. 300.

⁵ Segundo Evaldo Cabral de Mello, tamanha era a carência estrutural da capital da América portuguesa no início do século XVII que, em caso de ataque inimigo, Salvador contava então com “apenas três companhias que perfaziam 252 soldados”. MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 3ª edição, definitiva. São Paulo: Editora 34, 2007, p. 183.

⁶ Cf. EBERT, Christopher. “Dutch trade with Brazil before the Dutch West India Company, 1587-1621”. In: POSTMA, Johannes; ENTHOVEN, Victor (ed.). *Riches from the Atlantic commerce: Dutch transatlantic trade and shipping*. Leiden, NL; Boston, USA: Brill, 2003, p. 49-76; RATELBAND, Klaas. *Os holandeses no Brasil e na Costa Africana: Angola, Kongo e São Tomé (1600-1650)*. Lisboa: Vega, 2003, p. 39-58; SLUITER, Engel. Dutch maritime power and the colonial status quo. *Pacific Historical Review*. Vol. 11, n. 1, mar. 1942, p. 30-32.

sanções hispânicas ao comércio ibérico com as Províncias Unidas dos Países Baixos,⁷ especialmente a partir de 1585. Dessa maneira, a continuidade das parcerias comerciais luso-neerlandesas, majoritariamente de natureza privada, passou a depender de métodos ilegais⁸ – de documentos forjados a comerciantes batavos disfarçados, supostamente operando sob as cores de nações neutras para os castelhanos –, momento em que as práticas de corso também passaram a fazer parte do jogo. E não tardou para que os salteadores voltassem os olhos para os territórios ultramarinos ibéricos, principalmente os portugueses.⁹ Nas palavras do jesuíta e cronista Bartolomeu Guerreiro, escrevendo em 1625, ainda como súdito dos Filipes, “com tão ousado atrevimento”, os neerlandeses “infestam com piráticas armadas as províncias do Oriente e Ocidente, costa de África, Guiné, Angola, Congo e Mina, com extraordinários proveitos de que sustentam sua rebelião” diante da Coroa de Castela.¹⁰

Em 1599, uma poderosa armada de mais de setenta navios, sob o comando de Pieter van der Does, transportando cerca de oito mil homens, atacou as ilhas Canárias, numa espécie de represália aos novos embargos comerciais impostos por Filipe III de Espanha no ano anterior.¹¹ Enfrentando contratempos, metade das embarcações teve de regressar ao norte, com poucos espólios. Todavia, o restante prosseguiu com a missão e conseguiu tomar a ilha de São Tomé, no Golfo da Guiné. Ali enfrentou outras adversidades, vendo cerca de mil e oitocentos membros de suas tripulações serem dizimados por febres e disenterias decorrentes da insalubridade do lugar,¹² o que inviabilizou definitivamente um audacioso plano de ataque ao Brasil a partir dali. Ainda assim, sete daqueles navios, sob as ordens dos capitães Hartmann e Broer, cruzaram o Atlântico e manejaram um assalto à capitania da Bahia.¹³

É, mais uma vez, frei Vicente do Salvador quem noticia os infortúnios soteropolitanos. A esquadra holandesa apareceu na barra na “véspera da véspera do Natal” e se assenhoreou do

⁷ Cf. ISRAEL, Jonathan. *The Dutch Republic: its rise, greatness and fall, 1477-1806*. Oxford: Oxford University Press, 1995, p. 309-311.

⁸ “Graças a essa cumplicidade oficial dos portugueses na desobediência às leis do rei de Espanha, calculavam os comerciantes holandeses haverem chamado a si a metade, senão os dois terços, do comércio marítimo entre o Brasil e a Europa”. BOXER, Charles R. *Os holandeses no Brasil (1624-1654)*. Coleção Brasileira, vol. 312. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961, p. 28.

⁹ SLUITER, Engel. Os holandeses no Brasil antes de 1621. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, vol. XLVI, 1967, p. 189-192; BOXER, Charles R. *O império colonial português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 1969, p. 117-120.

¹⁰ GUERREIRO, Bartolomeu. “Jornada dos Vassalos da Coroa de Portugal”. In: GALINDO, Marcos (org.). *Episódios Baianos: documentos para a história do período holandês na Bahia*. Recife: NÉCTAR, 2010, p. 44.

¹¹ ISRAEL, Jonathan. op. cit., 1995, p. 320, 321.

¹² Cf. EBBEN, Maurits Alexander. El ataque de Van der Does a Canarias y la expansion neerlandesa a finales del siglo XVI y comienzos del siglo XVII. In: MASSIEU, Antonio de Béthencourt (org.). *IV Centenario del ataque de Van der Does a Las Palmas de Gran Canaria (1999)*. Las Palmas, Cabildo de Gran Canaria, 2001, p. 147-156.

¹³ SLUITER, Engel. op. cit., 1967, p. 193, 194; BERGER, Paulo; WINZ, Antonio Pimentel; GUEDES, Max Justo. “Incursões de corsários e piratas na costa do Brasil”. In: *História naval brasileira*. Vol. I, tomo II. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975, p. 505.

porto e das embarcações que ali se encontravam, queimando e desbaratando as que tentaram resistir. Da maneira que pôde, o governante interino, Álvaro de Carvalho, espalhou homens pelas estâncias e praias onde o inimigo poderia desembarcar. Mas antes de qualquer movimento ofensivo, os neerlandeses procuraram negociar termos com as autoridades locais. Mediante troca de reféns, veio à terra um general, que foi levado ao Colégio dos jesuítas, onde conferenciou por cerca de quatro dias com o governador. Todavia, não se chegou a um acordo, de modo que o oficial batavo retornou colérico à sua embarcação e, “com esta cólera, mandou uma caravela que tinha tomado no porto e alguns patachos e lanchas que fossem pelo recôncavo roubar e assolar quanto pudessem”. Chegaram ao engenho de um Bernardo Pimentel de Almeida, a quatro léguas¹⁴ de Salvador, onde, sem oposição, “lhes queimaram casas e igreja, da qual tiraram até o sino do campanário”. A resposta do governo local veio na forma de trezentos homens, mobilizados com certa morosidade e enviados por terra ao engenho atacado, dando combate aos saqueadores, fazendo-os recuar e embarcar. Estes então procuraram se recompor, indo primeiro à ilha dos Frades e depois à ilha de Itaparica a fim de conseguirem um pouco de água antes do reinício das pilhagens. Ali, atearam fogo ao engenho de Duarte Osquis, ou Osquier, “sem lhe valer ser também flamengo, posto que casado com portuguesa e antigo na terra”. Na ilha, contudo, Álvaro de Carvalho também lhes fez oposição, até decidirem que o melhor seria zarpar de volta para a Europa. Mantiveram controle do porto e daquelas águas por cinquenta e cinco dias, partindo com uma carga de oito mil quintais¹⁵ de pau-brasil, tomados de um navio que vinha do Rio de Janeiro, e com os espólios obtidos nos saques dos engenhos do recôncavo e de Itaparica, a despeito da modesta resistência dos locais.¹⁶

Menos de três décadas depois, passadas outras ameaças subseqüentes de menor impacto à costa,¹⁷ as carências materiais e humanas, a desorganização e a prontidão da população a debandar foram testadas pelo maior ataque corsário¹⁸ ao Brasil de então: a invasão e tomada holandesa da Baía de Todos os Santos, em 1624. É certo que os agentes enviados pela então

¹⁴ A mensuração em léguas é citada a partir da documentação. No período, uma légua equivalia a cerca de 6.600 metros.

¹⁵ Um quintal equivalia a cerca de 58,72 quilogramas.

¹⁶ SALVADOR, Vicente do. op. cit., 1965, p. 331, 332.

¹⁷ Cf. MAGALHÃES, Pablo A. I.; XAVIER, Lucia F. W. O Estado do Brasil na aurora do século XVII. Uma carta inédita do governador-geral Diogo Botelho (Olinda, 1602). *Revista de Estudos Brasileños*, Salamanca, vol. 6, n. 13, 2019, p. 49-69; CARVALHO, Alfredo de. O corsário Paulus van Caarden na Bahia. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, vol. XVI, n. 35, 1909, p. 41-66.

¹⁸ “No final do século XVI, a guerra e a necessidade de atingir o espanhol nas fontes de sua riqueza haviam tornado a pirataria um costume marítimo neerlandês”. ZUMTHOR, Paul. *A Holanda no tempo de Rembrandt*. São Paulo: Companhia das Letras; Círculo do Livro, 1989, p. 339. Ver também: LUNSFORD, Virginia W. *Piracy and Privateering in the Golden Age Netherlands*. New York, NY: Palgrave Macmillan, 2005.

recém-fundada Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais¹⁹ não eram corsários em sentido tradicional, ou seja, navegadores que portavam cartas de corso timbradas pelas autoridades do Estado ao qual serviam, que os distinguiam de piratas, aventureiros e ladrões “autônomos”, ou melhor, clandestinos.²⁰ Aqueles marinheiros e soldados atuavam nas empreitadas navais de uma companhia comercial privada, cujas operações eram autorizadas pelos poderes das Províncias Unidas dos Países Baixos, que permitiam apresamentos de diversas naturezas em nome da organização e da nação que, de certo modo, a patrocinava. Constava no Privilégio concedido à WIC que, “em caso de guerra, a Companhia ou os que lhe prestarem auxílio possam, dentro dos referidos limites, fazer presas ao inimigo ou também aos piratas; assim como que fiquem à disposição dos Diretores [...] as fazendas que forem apreendidas” sob os termos de tais regulamentos.²¹ Ademais, o cabedal por trás da pujante frota de vinte e seis navios, que transportava cerca de três mil e trezentos homens e quatrocentas e cinquenta bocas de fogo, e despontou à vista de Salvador em 8 de maio daquele ano, apartava-a dos financiadores das pequenas expedições salteadoras que até aquele momento haviam molestado a costa brasileira, a exemplo da esquadra custeada pelo conde de Cumberland²² e das sete embarcações comandadas por Hartmann e Broer.²³ Enquanto isso, as defesas do Brasil estiveram ainda mais carentes de atenção metropolitana durante os doze anos da trégua hispano-neerlandesa,²⁴ entre 1609 e 1621,²⁵ o que parece não ter se alterado até a ofensiva da WIC contra Salvador.²⁶ O alerta de Gabriel Soares de Sousa para a vulnerabilidade da província parecia mais pertinente do que nunca.²⁷

¹⁹ Para mais informações sobre a fundação e organização da Companhia das Índias Ocidentais, ver: MELLO, José Antônio Gonsalves de. “Companhia das Índias Ocidentais”. In: HERKENHOFF, Paulo (org.). *O Brasil e os holandeses (1630-1654)*. Rio de Janeiro: GMT Editores; Sextante, 1999, p. 42-63.

²⁰ Cf. BERGER, Paulo; WINZ, Antonio Pimentel; GUEDES, Max Justo. op. cit., 1975, p. 477-480.

²¹ LAET, Johannes de. *Historia ou Annaes dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Occidentaes desde o seu começo até ao fim do anno de 1636 por Joannes de Laet, Director da mesma Companhia. Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, vol. XXXIII, 1911, p. 14.

²² Outras narrativas dão conta da passagem da frota do conde de Cumberland pelo Brasil. Ver, por exemplo: SARRACOL, John. “The voiage set out by the right honorable the Earl of Cumberland, in the yeere 1586, intended for the South Sea, but performed no farther then the latitude of 44. deg. To the south of the Equinoctial, written by John Sarracoll Merchant in the same voyage”. In: HAKLUYT, Richard. *The Principall Navigations, Voyages, Traffiques and Discoveries of the English Nation*. Edinburgh, Scotland: E. & G. Goldsmid, 1890, p. 204-211.

²³ Para outro relato que também trata brevemente das incursões dos corsários holandeses, ver: OTTSEN, Heinrich. *Corto y verídico relato de la desgraciada navegación de un buque de Amsterdam [...]*. Buenos Aires: Editorial Huarpes, 1945.

²⁴ Cf. STRAATEN, Harald S. van der. *Brasil: um destino*. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1998, p. 33.

²⁵ Sobre as repercussões da trégua nas possessões de Portugal, ver: MURTEIRA, André. El impacto de la tregua de los doce años en los dominios ultramarinos portugueses. In: GARCÍA GARCÍA, Bernardo J.; SANCHEZ, Manuel Herrero; HUGON, Alain (org.). *El arte de la prudencia: la Tregua de los Doce Años en la Europa de los Pacificadores*. Madri: Fundación Carlos de Amberes, 2012, p. 275-293.

²⁶ MELLO, Evaldo Cabral de. op. cit., 2007, p. 183-185.

²⁷ Diogo Ramada Curto descreve um processo substituição das figuras em postos chave das instituições governativas de Portugal, de nobres e militares por letrados e bacharéis em direito civil, também observado no

É certo que a disponibilidade de recursos e provisões, as vantagens e desvantagens estruturais dos cenários em disputa e os números humanos são questões fundamentais para os rumos de qualquer conflito armado. Não foi diferente em 1624, ocasião em que a força reunida pela Companhia das Índias Ocidentais para o que seria seu primeiro grande golpe contra os domínios ibéricos²⁸ era considerável. É justamente sobre as condições materiais e humanas disponíveis e os suportes metropolitanos das facções luso-espanhola e neerlandesa na primeira metade do Seiscentos, determinantes para a proporção e a pujança dos contingentes movimentados, que nos debruçaremos nas próximas páginas. Particularmente, sobre três ataques navais seguidos de desembarques bem-sucedidos perpetrados pelos batavos em importantes praças portuguesas no Atlântico Sul, ataques que abriram caminho para ocupações e conflitos terrestres que merecerão atenção mais adiante, a saber: a tomada da Bahia em 1624; a conquista de Olinda e Recife, em Pernambuco, seis anos mais tarde, que deu início ao período convencionalmente denominado “Brasil holandês”; e a invasão de Luanda, em Angola, no ano de 1641. A guerra naval era então de primeira importância nas dinâmicas e conflitos entre as nações europeias,²⁹ sendo corrente a ideia de que “o príncipe que for senhor do mar será dono da terra”, aforismo que, reza a lenda, foi uma das razões que levaram Filipe II a cogitar a transferência da capital ibérica de Madri para Lisboa.³⁰ As ocasiões sobre as quais nos atentaremos dão mostras da disponibilidade financeira e do estado material das porções e dos empreendimentos ultramarinos de lusos e batavos³¹ no período que antecede a restauração monárquica de Portugal e início da dinastia de Bragança com D. João IV, em 1640. Além disso, esses enfrentamentos evoluíram para disputas territoriais que os obrigaram a partilhar os mesmos espaços, onde soluções locais para problemas cotidianos de sobrevivência foram

Brasil do tempo dos Filipes. Esse processo seria parcialmente responsável, em razão das alterações feitas para acomodar o custeio desses burocratas, pela desidratação das forças de presídio da colônia e pelo agravamento de suas fragilidades defensivas às vésperas da investida neerlandesa na Baía de Todos os Santos, em 1624. CURTO, Diogo Ramada. *Cultura política no tempo do Filipes (1580-1640)*. Lisboa: Edições 70, 2018, p. 456, 457.

²⁸ Sobre as primeiras deliberações da WIC a respeito dos alvos e danos desejáveis contra os hispânicos, nos mares de que tinha privilégio de exploração, ver: MOERBEECK, Jan Andries. “Motivos porque a Companhia das Índias Ocidentais deve tentar tirar ao rei da Espanha a terra do Brasil” (1623). In: RODRIGUES, José Honório (org.). *Documentos Históricos: os holandeses no Brasil*. Vol. I. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e Alcool, 1942, p. 27-43. Ver também: FREIRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitânia: história da guerra brasileira*. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001, p. 53-57.

²⁹ O período das disputas contra os neerlandeses foi o mais grave em relação à falta de marinheiros no Império Português. Cf. BOXER, Charles R. op. cit., 1969, p. 124.

³⁰ MELLO, Evaldo Cabral de. op. cit., 2007, p. 23, 24.

³¹ Vale salientar que as interpretações ditas weberianas desses empreendimentos coloniais – um capitalista, semi-privado e “racional” dos holandeses, outro excessivamente burocrático, aristocrático e “irracional” dos portugueses – deturpam e simplificam em demasiado as forças em jogo, e se mostram, ao final, imprecisas. Cf. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 209; SILVA, Filipa Ribeiro da. *Dutch and Portuguese in Western Africa: empires, merchants and the Atlantic System, 1580-1674*. Leiden, NL; Boston, USA: Brill, 2011, p. 329-334.

imperativas. Posteriormente, a convivência observada entre esses grupos rivais permitiu a construção e o desenvolvimento de relações diversas, com doses de autonomia em relação às rivalidades política e religiosa observadas na Europa.

A atenção ora destinada às vulnerabilidades das possessões atlânticas lusas não pretende apontar causas no governo dos Áustria de Madri – que não as geriam diretamente –, por supostamente privilegiarem as minas de metais preciosos do Peru e as ilhas do Caribe em detrimento do Brasil e da África Ocidental.³² Atentar-se-á ao estado incipiente das estruturas coloniais portuguesas, ainda em desenvolvimento no decorrer do século XVII, por se tratar de um fator fundamental para o sucesso, em maior ou menor grau, dos avanços neerlandeses na Bahia, em Pernambuco e em Angola. Em contraste com os recursos iniciais à disposição dos invasores, esses quadros de carência defensiva, material e humana dão uma ideia dos apoios metropolitanos que cada facção desfrutava nos primeiros momentos das disputas. Desse modo, será possível observar com maior cuidado os terrenos nos quais, após esses primeiros embates, desenrolaram-se tensões e relações, onde as mais variadas esferas do cotidiano demandaram estratégias e soluções de manejo, diante das incertezas em relação ao suporte externo, particularmente para a obtenção de mantimentos, víveres e equipamentos, a reposição de homens, a transmissão de ordens e diretrizes, e a manutenção dos ânimos das gentes, engajadas na conquista ou na defesa daquelas terras.

1.1. Depois da trégua dos doze anos

Em 9 de maio de 1624, diante do rebate em resposta à movimentação dos invasores na Baía de Todos os Santos, recém-desembarcados e dirigindo-se ao portão do mosteiro de São Bento com o intuito de penetrar a cidade de Salvador, assim teria bradado o governador-geral Diogo de Mendonça Furtado:

Senhores, filho, irmãos, defendamos nossa pátria, nossas igrejas, não há que temer, que os inimigos não são tantos, e esses poucos de pouco valor, em vendo que lhes mostramos o rosto, nos mostrarão logo as costas. Amigos, senhores, por amor de mim, por amor de Deus, que pelejemos e nos defendamos valorosamente!³³

O cenário diante do governador era de desespero e evasão da maior parte dos moradores e defensores da urbe, o que tornava imperativo que Mendonça Furtado, como principal líder, reunisse os remanescentes, entre eles seu filho, Antônio de Mendonça, e os motivasse a resistir

³² Cf. NEWSON, Linda A.; MINCHIN, Susie. *From Capture to Sale: The Portuguese Slave Trade to Spanish South America in the Early Seventeenth Century*. Leiden, NL; Boston, USA: Brill, 2007.

³³ LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo V. Belo Horizonte: Itatiaia, 2006, p. 38.

ao inimigo, salientando ainda que o contingente invasor não era imbatível. Mas tinha razão o governador em sua avaliação? Ou era intencionalmente impreciso no intuito de abrandar a aflição generalizada de seus subordinados? Quão preparada estava Salvador àquela altura para se defender de um ataque estrangeiro de tal envergadura, tendo em vista os apuros de situações anteriores similares?

Uma das narrativas mais importantes sobre a ocupação neerlandesa na Bahia é a carta ânua do célebre inaciano Antônio Vieira, testemunha dos eventos e sobre quem recaiu, ainda noviço, a responsabilidade de confeccionar o documento³⁴ tão caro à sua Ordem, assinado em 30 de setembro de 1626, pouco mais de dois anos depois da invasão.³⁵ Logo no início da missiva, Vieira explica ao Geral da Companhia de Jesus porque não enviara notícias no ano anterior. Diz o padre: “ainda que a guerra algumas vezes não impede a pena com que se exprimem os sucessos delas, contudo, é ela outras vezes tal (como esta em que nos achamos) que tudo perturba e não dá lugar a escrituras; pelo menos as que são mais largas e requerem tempo e algum descanso”. Segundo Vieira, as dificuldades, os trabalhos e os sobressaltos provocados pelo conflito “foram maiores que nunca”, não só para os jesuítas, mas para todos os envolvidos na contenda.³⁶ Sendo assim, atentemo-nos ao estado em que se encontrava a capital da colônia quando chegaram os holandeses.

Vieira narra aos seus superiores o que havia ocorrido aos membros da Ordem desde a invasão dos flamengos até a reconquista luso-espanhola de Salvador. No momento da aparição do inimigo, em 8 de maio de 1624, diz ele, as embarcações que entravam na baía confirmaram aos cidadãos, “costumados a viver em paz³⁷”, os avisos previamente enviados pela Coroa de um possível ataque estrangeiro, perigo evidenciado pela presença da nau capitânia da esquadra neerlandesa que perambulou à vista da barra durante o mês anterior, tendo roubado um navio.³⁸ O alerta, aparentemente ignorado, também é mencionado por outro notório coetâneo, o citado Vicente do Salvador, que registrou em sua *História do Brasil* o aviso de El Rei ao governador

³⁴ LEITE, Serafim. op. cit., 2006, p. 59.

³⁵ VIEIRA, Antônio. “Ânua da Província do Brasil (30 de setembro de 1626)”. In: VIEIRA, Antônio. *Cartas*. Volume I. Organização e notas de João Lúcio de Azevedo. São Paulo: Globo, 2008, p. 39, 40.

³⁶ Ibid., p. 34.

³⁷ Tal estado de paz é questionável. Como bem ilustrado pelo episódio da frota do conde de Cumberland e o da liderada por Hartmann e Broer na Bahia, porções e recursos do Brasil eram visados por outras nações europeias desde o Quinhentos, e os ataques corsários não eram desprezíveis à altura da invasão holandesa em 1624. Salvador – a principal e mais estruturada urbe da colônia – nem sempre era o alvo, e os assédios e saques se mostravam cada vez mais frequentes e danosos, tendo alguns deles alcançado notável sucesso, a exemplo da incursão de outro inglês, James Lancaster, em Pernambuco, no ano de 1595. Esses ataques, evidentemente, alarmavam homens da terra e da metrópole. Cf. FRANÇA, Jean Marcel Carvalho; HUE, Sheila M. *Piratas no Brasil: as incríveis histórias dos ladrões dos mares que pilharam nosso litoral*. 1ª edição. São Paulo: Editora Globo, 2014, p. 7-84; 163-174; BERGER, Paulo; WINZ, Antonio Pimentel; GUEDES, Max Justo. op. cit., 1975, p. 475-521.

³⁸ VIEIRA, Antônio. op. cit., vol. I, 2008, p. 39, 40.

Diogo de Mendonça Furtado para “que se apercebesse na Bahia e avisasse os capitães das outras capitanias fizessem o mesmo”, espalhando a notícia das vinte e seis embarcações que haviam zarpado dos Países Baixos em dezembro de 1623 com destino ao Brasil.³⁹ Ainda segundo o frei, não tardou para que uma grande nau, a capitânia da esquadra, fosse avistada na costa, indicando a iminência do ataque e a necessidade imediata de preparação por parte dos habitantes de Salvador.

A ânuia de Vieira destaca a resposta tardia e ineficaz aos avisos e indícios do assalto. Frei Vicente do Salvador, ao contrário, relata algumas medidas preventivas tomadas pelo governador-geral, como a convocação de moradores do recôncavo para que se abrigassem na cidade, garantindo-lhes segurança e também alguns tostões de mantimentos – por serem muitos deles pobres –, e ali também pudessem adensar os números de defensores. Com a armada inimiga à vista, Diogo de Mendonça Furtado teria repartido “logo as estâncias pelos capitães e gente das freguesias de fora, que ainda aqui estavam, e da cidade para acudir aonde fosse necessário [...]”. O relato do Provincial Domingos Coelho, confeccionado enquanto esteve preso a bordo de um navio batavo, a caminho das Províncias Unidas, também trata do apresto do governador-geral ao se dar conta da presença do inimigo nos arredores da Baía, “escrevendo a todos os capitães do Recôncavo [que] acudissem à cidade com suas companhias, com que em breve nesta ajuntou perto de 1200 homens brancos, provendo-os a todos de mosquetes, arcabuzes, munições e pólvora⁴⁰”; porém, vendo que alguns deles, bastante necessitados, desejavam retornar às suas casas, “mandou deitar pregão [...] que todo o homem que tivesse necessidade fosse ter com certa pessoa que tinha ordem para lhe dar à sua custa três vinténs para cada dia [...]”.⁴¹ Malgrado os elogios de contemporâneos importantes – que, no entanto, encontravam-se na capitania do Rio de Janeiro no momento do assalto, tendo o frei Vicente do Salvador, inclusive, elogiado as providências tomadas pelo governador Martim Correia de Sá ao saber das notícias da frota holandesa⁴² –, a impressão mais comum é a de desorganização, ou, no mínimo, de delonga nos preparos soteropolitanos em resposta à ameaça iminente, além da precariedade inerente da colônia para repelir ataques daquela natureza.

³⁹ SALVADOR, Vicente do. op. cit., 1965, p. 436.

⁴⁰ Sobre os armamentos portugueses mais comuns no século XVII, ver: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. op. cit., 2000, p. 371-374.

⁴¹ LEITE, Serafim. op. cit., 2006, p. 36.

⁴² SALVADOR, Vicente do. op. cit., 1965, p. 436.

Em uma narrativa anônima sobre a invasão, provavelmente rascunhada *in loco* por um soldado português,⁴³ seu autor afirma que “nenhuma coisa foi bastante” para que o governador se mostrasse diligente com os preparativos para “resistir à guerra que se lhe aparelhava [...], querendo mais encobrir com ostentação seu descuido que confessar em tal tempo o muito que lhe faltava [...]”. Apesar das seis fortificações aptas a defender a cidade de ameaças na baía, além das guarnições nas duas praias que comportavam desembarques do inimigo, a gente que deveria “consistir a principal defesa não só era toda bisonha e sem experiência de guerra, mas desprovida dos mantimentos e munições necessárias; e – o que é pior – sem esperança alguma de se dar a isso remédio”, o que contraria o relato de Domingos Coelho e ainda aponta para um desamparo aparentemente sintomático das praças lusas no Atlântico entre o Quinhentos e a primeira metade do Seiscentos. Para o autor anônimo, acrescentava-se à gravidade daquele quadro “o embaraço ordinário das mulheres, velhos, meninos, religiosos e outra gente desta feita, com que havia tanta confusão em tudo que em muito poucas partes se deixava de tratar da fuga”.⁴⁴ Diante dos entraves materiais e do pânico disseminado, restou à defesa a confiança nas vantagens estruturais da cidade, mais especificamente na primeira linha de combate representada pelos fortes⁴⁵ – infraestrutura partilhada por pouquíssimas outras localidades na colônia – e o resguardo de pontos estratégicos das redondezas com alguns punhados de combatentes, entre eles moradores, índios e religiosos, como o bispo D. Marcos Teixeira,⁴⁶ figura fundamental na organização da resistência local na aldeia do Espírito Santo, bastião dos habitantes refugiados da capitania, e no arraial do rio Vermelho, ao longo do ano que seguiu o desembarque batavo.

Em desvantagem, os portugueses contavam com alguns aliados nativos e cerca de três mil homens, “armados cada um como pôde”, muitos deles sem qualquer experiência militar, como afirma o autor anônimo, demonstrando grande temor das forças holandesas. Tamanha era a desestabilização dos ânimos que, antes mesmo das tropas adversárias alcançarem as praias, segundo Antônio Vieira, já saíam os padres da Companhia de Jesus “pelas ruas, casas e fortalezas a animar e confessar os soldados, e o mesmo fizeram muitos dos outros religiosos.

⁴³ Cf. TEENSMA, B. N. (org.). *Brasil holandês*. Volume I: Dois Manuscritos Portugueses sobre a Conquista Neerlandesa – 1624 e Reconquista Luso-Espanhola – 1625 de Salvador da Bahia no Brasil. Rio de Janeiro: Index, 1999, p. 9.

⁴⁴ “Conquista Neerlandesa – 1624”. In: TEENSMA, B. N. (org.). op. cit., 1999, p. 42, 46.

⁴⁵ Cf. OLIVEIRA, Mário Mendonça de. *As Fortalezas e as Defesas de Salvador*. Brasília: Iphan/Programa Monumenta, 2008, p. 49-90.

⁴⁶ Há de ser pontuado, contudo, que D. Marcos Teixeira foi um dos primeiros a fugir da cidade. Como liderança ilustre, seu exemplo é apontado como fomentador da debandada de grande parte da população. Mas as narrativas que enaltecem sua importância na condução da resistência omitem sua postura pusilânime durante a invasão.

Prepararam-se com não menor cuidado as almas para a morte que os corpos para a guerra”.⁴⁷ Como alertara Gabriel Soares de Sousa, a fuga e refúgio nos ermos foi o exato curso de ação da maior parte dos residentes da cidade. Longe de ser uma manifestação de frágil lealdade ou plena infidelidade lusa ao rei Habsburgo,⁴⁸ como, ainda em 1638, acreditavam os flamengos, de acordo com informações do provedor-mor da Fazenda Real, Pedro Cadena de Vilhasanti, enviadas à Coroa de Castela por funcionários régios de Portugal,⁴⁹ a falta de hombridade dos moradores e a precariedade material patente diante do poderio batavo remetem à ocupação e gestão coloniais incipientes,⁵⁰ que só manifestariam alterações e maturação evidentes depois dos pujantes golpes neerlandeses ao Atlântico luso e da reestruturação monárquica de Portugal sob a dinastia bragantina.⁵¹

Com a entrada da frota invasora na baía, como indica a narrativa anônima, a primeira esperança dos luso-brasileiros residia nos fortes e em qualquer impedimento ou retardo do desembarque de tropas (Imagem 1). Segundo Antônio Vieira, a ameaça representada pela esquadra engrandecia aos olhos dos portugueses conforme o inimigo sulcava aquelas águas sem oposição efetiva. Vinham eles “chegando muito a seu salvo, sem lho impedirem os fortes, porque, como o porto é tão largo, tinham lugar para se livrar dos tiros”.⁵² De maneira que não tardou para que encontrassem posições favoráveis e lançassem seus combatentes em terra, enquanto seus navios maiores, entre eles a capitânia, protegiam-nos das embarcações e baterias luso-brasileiras.

O autor anônimo conta que o almirante holandês Jacob Willekens trazia “em seu regimento que, antes de acometerem a cidade com as armas, lhe oferecesse partidos de paz, fazendo-lhe saber que não vinham a fazer guerra aos moradores nem a privá-los de suas fazendas e modo de religião”, mas “conservá-los em tudo e a assentar com eles amizade e

⁴⁷ VIEIRA, Antônio. op. cit., vol. I, 2008, p. 40.

⁴⁸ Ainda assim, Stuart B. Schwartz observa nas narrativas sobre a perda e restauração da Bahia uma “complexa teia política, econômica e religiosa” de instabilidades que levariam ao levante português em 1640, e aponta para a longevidade das querelas entre os ibéricos. Há de ser mencionado também que notável sentimento antiespanhol foi manifestado depois da Restauração monárquica e aclamação do duque de Bragança como D. João IV de Portugal. Cf. SCHWARTZ, Stuart B. *The Voyage of the Vassals: royal power, noble obligations, and merchant capital before the Portuguese Restoration of Independence*. *The American Historical Review*. Vol. 96, n. 03, jun. 1991, p. 735-762. Ver também: BOXER, Charles R. op. cit., 1961, p. 142-144.

⁴⁹ CALDERÓN, Thomas de Ybio; VALCARCEL, D. Francisco de; BAENA, João Sanches de. “Documento V – Sobre hua carta que escreveo Pedro Cadena Provedor mor da Fazenda do Estado do Brazil e Relação q lhe deu um olandez por nome Geraldo Deonizio que foi ouvidor dos holandezes na Parahiba”. In: VILHASANTI, Pedro Cadena de. *Relação diária do cêrco da Baía de 1638*. Coleção dos Clássicos da Expansão Portuguesa no Mundo. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1941, p. 109-115.

⁵⁰ RUSSELL-WOOD, Anthony John R. “O Atlântico Português, 1415-1808”. In: RUSSELL-WOOD, Anthony John R. *Histórias do Atlântico Português*. 1ª edição. São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 102, 103.

⁵¹ RUSSELL-WOOD, Anthony John R. *Sulcando os mares: um historiador do império português enfrenta a “Atlantic History”*. *História (São Paulo)*, Franca, v. 28, n. 1, 2009, p. 21, 22.

⁵² VIEIRA, Antônio. op. cit., vol. I, 2008, p. 40.

convenção [...]”. Uma resolução financeiramente conveniente para a WIC, pois assim preservaria homens, munições e provisões, garantiria acesso aos engenhos baianos sem pôr em risco canaviais e aparatos de moagem, e ainda preservaria as estruturas e os fluxos de comércio da capital da colônia, evitando também o derramamento desnecessário de sangue e o acirramento das hostilidades. Contudo, “ou por ganhar as vontades dos soldados com o despojo daquela cidade riquíssima”, ou por não querer partilhar os méritos de uma invasão bem-sucedida com o coronel das tropas, Johan van Dorth, que se perdeu dos demais na travessia do Atlântico desde o arquipélago de Cabo Verde e ainda não alcançara a costa brasileira, Willekens “averteu destas coisas dar a execução que devia. Antes, apenas se via em lugar conveniente quando, disparando contra ela toda sua artilharia, deu princípio ao mais cruel combate que até então naquelas partes fora visto”.⁵³ Nas palavras de Antônio Vieira:

[...] foi tal a tempestade de fogo e ferro, tal o estrondo e confusão, que a muitos, principalmente aos pouco experimentados, causou perturbação e espanto, porque, por uma parte os muitos relâmpagos fuzilando feriam os olhos, e com a nuvem espessa do fumo não havia quem se visse; por outra, o contínuo trovão da artilharia tolhia o uso das línguas e orelhas, e tudo junto, de mistura com as trombetas e mais instrumentos bélicos, era terror a muitos e confusão a todos.⁵⁴

Ao tratar dessa primeira refrega, o inaciano aponta para a discrepância entre os equipamentos de guerra das forças lusas e neerlandesas no momento em que reserva algumas linhas de sua correspondência às tentativas de resposta dos locais à pujante ofensiva dos estrangeiros, quando os fortes em terra e os barcos na Baía disparavam, “ainda que desigualmente, por ser a artilharia pouca e andar já quente com o avantajado emprego”.⁵⁵ A cena descrita pelo soldado anônimo é bem similar. Ele menciona o emprego da artilharia “dos nossos baluartes com igual vontade” a confrontar os ataques inimigos, mas com “mui desigual [...] efeito porque a nossa, além de ser quase toda pequena, de quatro até seis libras⁵⁶, eram tão poucas as munições”, e “todas as vezes que devia de disparar, aguardava que o governador lhe mandasse fazer sinal com uma trombeta”.⁵⁷

No manejo das embarcações encarregadas de defender a Baía, muitos portugueses as incendiaram diante da impossibilidade de subjugação do invasor, “tendo por melhor entregá-las ao mar e ao fogo que ao inimigo”.⁵⁸ Todavia, outros tantos simplesmente abandonaram seus

⁵³ “Conquista Neerlandesa – 1624”. In: TEENSMA, B. N. (org.). op. cit., 1999, p. 49, 50.

⁵⁴ VIEIRA, Antônio. op. cit., vol. I, 2008, p. 41.

⁵⁵ Idem.

⁵⁶ Uma libra, também referida em Portugal como arrátel, equivalia a cerca de 460 gramas.

⁵⁷ “Conquista Neerlandesa – 1624”. In: TEENSMA, B. N. (org.). op. cit., 1999, p. 50.

⁵⁸ VIEIRA, Antônio. op. cit., vol. I, 2008, p. 42.

navios, logo senhoreados pelos batavos. As companhias luso-brasileiras enviadas aos possíveis pontos de desembarque estavam igualmente abaladas e mal preparadas. Três capitães foram encarregados da guarda do importante atracadouro de Santo Antônio da Vila Velha, próximo à embocadura da Baía, onde saltaram cerca de seiscentos flamengos.⁵⁹ Contudo, os oficiais, sem nem ordenar uma primeira carga ao inimigo, abandonaram os postos, atitude que encorajou prontamente a fuga de seus homens, uns para os matos, outros de volta à cidade,⁶⁰ entregando a posição praticamente sem resistência. Essa pusilanimidade foi posteriormente justificada pela natureza aberta da praia, onde supostamente não haveria trincheira ou cobertura que os protegesse e permitisse dar combate para repelir o adversário em maior número, e pela covardia do próprio governador-geral,⁶¹ que desmotivava seus subordinados. Porém, segundo o frei Vicente do Salvador, as companhias gozavam sim de posições veladas graças à vegetação da orla, de onde, amoitados, poderiam disparar contra os inimigos que desembarcassem. Mas, ainda assim, bateram em retirada. Aparecera-lhes um jesuíta, Jerônimo Peixoto, certamente engajado no esforço dos irmãos a confessar e apaziguar os ânimos dos soldados e moradores,⁶² como noticia Antônio Vieira, a questionar a razão da retirada, já que tinham aqueles “matos donde se podiam embrenhar e a seu salvo fazer a sua batalha sem os inimigos saberem donde lhes vinham”. Porém, as vantagens do terreno e o incentivo do padre não bastaram para “tirar-lhes o medo que traziam, antes como mal contagioso o vieram pegar aos da cidade, ou lho tinham já pegado os primeiros anúncios” da invasão.⁶³

Daquela praia, os holandeses marcharam com relativa tranquilidade para a urbe, ainda que seu caminho fosse estreito e exposto a toda sorte de emboscadas, que poderiam ter sido armadas pelos portugueses, conhecedores do terreno. Mas grande foi o sobressalto que as novas do desembarque e daquele avanço inimigo causaram a todos em Salvador. Por mais que Diogo de Mendonça Furtado tivesse enviado alguns destacamentos de portugueses e nativos para que surpreendessem os flamengos, tal era o medo reinante, “que nem os índios nem os brancos foram de algum efeito, procurando cada um pôr-se em cobro, sem pelejar, com que a seu salvo vieram os holandeses, marchando com sua ordenança, trazendo juntamente alguns tiros de bater”, segundo relato de Domingos Coelho.⁶⁴ Alcançaram sem maiores problemas o mosteiro de São Bento, onde montaram guarnição para acometer a cidade já ao final do 9 de maio, como

⁵⁹ “Conquista Neerlandesa – 1624”. In: TEENSMA, B. N. (org.). op. cit., 1999, p. 41.

⁶⁰ Ibid., p. 54.

⁶¹ BOXER, Charles R. op. cit, 1961, p. 31.

⁶² LEITE, Serafim. op. cit., 2006, p. 31.

⁶³ SALVADOR, Vicente do. op. cit., 1965, p. 437.

⁶⁴ LEITE, Serafim. op. cit., 2006, p. 38.

anota o soldado anônimo.⁶⁵ Vale dizer ainda que os batavos eram guiados por dois marujos, Dirck Pieters Colver e Dierick Ruiters⁶⁶, com passagens prévias pelo Brasil e certo conhecimento da Baía de Todos os Santos.⁶⁷

Há diversas menções ao ânimo e ao valor dos combatentes que se prestaram a fazer oposição aos neerlandeses. Mas a maior parte das narrativas insiste no agravamento da discrepância entre as forças em disputa a partir da debandada da população e desses defensores já nos primeiros momentos de alarme. Dito de outro modo, na maioria dos relatos sobre o episódio, as condenações da postura luso-brasileira sobressaem aos méritos bélicos e à superioridade estrutural dos holandeses. Durante a invasão, “instava, entre tanta confusão, o cansado e afligido governador, nesta noite como outro Enéias⁶⁸ na do incêndio, juntando e animando os soldados a morrer antes com honra que a ter vida sem ela”; porém, como lamenta Antônio Vieira, “não aproveitavam estas vozes, porque estavam já do medo e das trevas da noite tão cegos que, não vendo quanto se infamavam a si e a todo Portugal, desampararam totalmente a cidade, fugindo cada um por onde pôde”, abandonando “todos suas casas e fazendas, e muitos, para mais ligeireza, as próprias armas, que parece cuidavam que estas se haviam de converter contra eles [...]” nas mãos do inimigo.⁶⁹

Diante do avanço neerlandês e do desespero coletivo, no início da madrugada do dia 10, o governador, vendo-se acuado e com pouca gente para defender os pontos em que os invasores marchavam em direção à capital, decidiu recolher todas as forças, de todos os fortes e baluartes, mandando incendiar uma porção de navios de particulares, a despeito de suas cargas, para que não ficassem de posse dos flamengos.⁷⁰ Encobertos pela madrugada, a maior parte dos habitantes desertou a praça naquele momento. Como decreta o soldado anônimo, “aqui se acabou de perder com a esperança o pejo em toda a sorte de gente”, considerando embaraçosa a postura desistente e covarde dos moradores e defensores de Salvador. Malgrado o pânico generalizado, os que fugiam não tinham a intenção de abandonar todos os seus bens, e, beneficiando-se da escuridão da noite, salvaram o que puderam. A fuga selou o destino da urbe que, mal preparada diante de um invasor poderoso, ainda perdeu aqueles que poderiam resistir

⁶⁵ “Conquista Neerlandesa – 1624”. In: TEENSMA, B. N. (org.). op. cit., 1999, p. 55.

⁶⁶ Cf. RUITERS, Dierick. A tocha da navegação para navegar pelas costas situadas ao sul do Trópico de Câncer, como Brasil, Índias Ocidentais, Guiné e Angola etc. (1623). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 269, 1966, p. 3-84.

⁶⁷ BOXER, Charles. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola (1602-1686)*. Coleção Brasileira, vol. 353. São Paulo: Editora Nacional, Editora da Universidade de São Paulo, 1973, p. 65.

⁶⁸ Guerreiro troiano que, sob as ordens dos deuses olímpicos, liderou um grupo que se retirou da cidade em chamas, prestes a cair diante dos gregos, fugindo para a Itália, onde deveria reviver as glórias de seu povo. Tornou-se o fundador da cultura romana.

⁶⁹ VIEIRA, Antônio. op. cit., vol. I, 2008, p. 43.

⁷⁰ “Conquista Neerlandesa – 1624”. In: TEENSMA, B. N. (org.). op. cit., 1999, p. 56.

e preserva-la até que socorros chegassem. Se bem que tenha pintado com cores favoráveis os esforços do governador-geral, Domingos Coelho não poupa os demais responsáveis pela manutenção de Salvador, ao afirmar que a Bahia “nenhum tempo parece esteve mais para se poder defender que no presente, por ter em si perto de mil e quatrocentos homens, entre brancos e índios, que bastavam para fazerem rosto a outro maior exército, se o extraordinário medo os não fizera fugir”.⁷¹ Tudo se desdobrou e teve conclusão no decurso de pouco mais de dois dias desde a aparição das velas batavas na barra. O cronista jesuíta Bartolomeu Guerreiro também se junta ao coro das críticas e sintetiza:

Bem se deixa ver a confusão e tumulto em que ficaria aquela cidade, entrada com tão súbita força e deixada com tanto desacordo, desgoverno e desbarate, que nem houve providência para se impedir a desembarcação onde fosse de proveito; nem para socorrer a duas companhias que a esse efeito mandaram; nem para armar os que podiam servir para a defesa; nem para se darem as munições e pólvora a quem com fruto pudesse gastá-las; nem para se pôr a artilharia onde fizesse dano ao inimigo; nem para mais que para salvar as vidas sem respeito das honras; como por muitas cartas foi Sua Majestade avisada. Nesta retirada buscou cada um o lugar em que achou mais conveniência à sua conservação.⁷²

Apesar da debandada da população, Diogo de Mendonça Furtado se recusou a abandonar a praça. Segundo frei Vicente do Salvador, o governador desdenhou dos pedidos para que também fugisse, obstinado a preservar a reputação que lhe restava, cumprindo com os derradeiros deveres de sua função. Recolheu-se em sua casa, com seu filho e alguns oficiais que também optaram por não abandonar a urbe.⁷³ O soldado anônimo descreve-o mais pesaroso que valoroso nos momentos que antecederam a derrota definitiva para os flamengos. Ao “conhecer sua fortuna e, achando as estâncias desamparadas dos capitães que escolhera, como que via de perto sua culpa e mau fim que tomaram suas esperanças, andava de uma parte culpando sua pouca ventura e desejando alguma bala dos contrários que lhe tomasse a vida”.⁷⁴ Na manhã seguinte ao esvaziamento da cidade, no dia 10, chegaram os holandeses. Encontraram-na praticamente deserta, sem quem lhes opusesse, e, assim, entraram e dela se apossaram. Logo alcançaram a casa do governador e o prenderam, junto de seus companheiros, enviando-os para uma embarcação que retornaria às Províncias Unidas. À vista do desfecho da invasão, o soldado anônimo afirma que a atuação de Mendonça Furtado deveria servir de

⁷¹ LEITE, Serafim. op. cit., 2006, p. 40.

⁷² GUERREIRO, Bartolomeu. op. cit., 2010, p. 48.

⁷³ SALVADOR, Vicente do. op. cit., 1965, p. 440.

⁷⁴ “Conquista Neerlandesa – 1624”. In: TEENSMA, B. N. (org.). op. cit., 1999, p. 57.

“futuro exemplo para os que exercitam semelhantes cargos”, para que não a repetissem, “se a natureza humana fosse tão inclinada a tomar os exemplos como a se contentar deles”.⁷⁵

A cidade foi saqueada por cerca de três dias, até a chegada de Johan van Dort, “homem pacífico”, que, conta-se, lamentava os danos feitos aos portugueses, mostrando-se desejoso de pazes e boas relações,⁷⁶ como pregava o regimento que o oficialato daquela expedição deveria observar. Van Dorth logo tratou de submeter a soldadesca à disciplina e tomou para si as incumbências do governo da nova conquista, função para a qual fora designado desde o início. Em 28 de julho, Jacob Willekens partiu para a Holanda com as novas da vitória e os prisioneiros importantes que haviam capturado, entre eles os administradores e alguns religiosos. A esquadra enviada com o almirante totalizava onze navios, quatro deles carregados de açúcar. Piet Pieterszoon Heyn, o vice-almirante, foi despachado em 5 de agosto para Angola à frente de sete embarcações, com a missão de tomar Luanda e consolidar o plano da Companhia das Índias Ocidentais de controle da indústria açucareira no Atlântico Sul, de posse dos engenhos da Bahia e do fornecimento direto de cativos⁷⁷ para o Brasil a partir de um dos mais importantes enclaves na África Ocidental. Esse desmembramento de forças, contudo, dificultaria a manutenção da recém-empossada Salvador.

Nos últimos meses de 1623, uma pequena frota já havia sido enviada pela WIC a Angola, composta por quatro embarcações sob o comando de Philips van der Zuylen, transportando pouco menos de cento e cinquenta homens e cerca de quarenta e seis peças de artilharia. A expedição foi responsável por valiosas notas sobre a costa ocidental africana e por marcações de reconhecimento em baías e pontos de ancoragem favoráveis,⁷⁸ que seriam de grande utilidade para outros navios holandeses. Mas a esquadra era demasiado pequena e insuficiente para qualquer ação de maiores proporções almejada pela Companhia, tendo sucedido apenas no apresamento de alguns barcos ao longo do trajeto. Não deixou, contudo, de

⁷⁵ “Conquista Neerlandesa – 1624”. In: TEENSMA, B. N. (org.). op. cit., 1999, p. 60.

⁷⁶ SALVADOR, Vicente do. op. cit., 1965, p. 440.

⁷⁷ Ainda que à época houvesse debates entre os neerlandeses sobre a moralidade do emprego de mão-de-obra escrava, a imprescindibilidade dos cativos era consensual entre os Diretores da Companhia para que o empreendimento no Brasil fosse viável. Cf. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007, p. 183-187; POSTMA, Johannes. *The Dutch in the Atlantic slave trade, 1600-1815*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1990, p. 227-258.

⁷⁸ Cultivava-se notável tradição cartográfica nas Províncias Unidas desde meados do século XVI. Ver, entre outros: SUTTON, Elizabeth. *Capitalism and Cartography in the Dutch Golden Age*. Chicago; London: University of Chicago Press, 2015; GUEDES, Max Justo. “A cartografia holandesa no Brasil”. In: HERKENHOFF, Paulo (org.). op. cit., 1999, p. 64-70; CORTESÃO, Jaime. Cartografia portuguesa e cartografia holandesa. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, v. 38, 1943, p. 328-331; GROESEN, Michiel van. Dierick Ruiters’s manuscript maps and the birth of the Dutch Republic. *Imago Mundi. The international journal for the History of Cartography*, v. 70, n. 1, 2019, p. 34-50.

instigar preocupações em Luanda, quando por lá passou em meados de 1624. O bispo e governador local, D. Simão Mascarenhas, em resposta à ameaça, ordenou que as defesas da praça recebessem maior atenção – ainda que não suspeitasse que brevemente partiria do Brasil outra esquadra com destino e objetivo iguais aos da liderada por Van der Zuylen. Poucas semanas depois, o cargo político de Mascarenhas foi ocupado por Fernão de Sousa, que prosseguiu com as obras decorrentes das preocupações levantadas pelas primeiras velas flamengas, garantindo que o porto fosse melhor guardado e a cidade fortificada. Tais cuidados tomados em Luanda inviabilizaram a missão de Piet Heyn, cujas forças, compostas por homens e navios remanescentes da tomada da Baía de Todos os Santos, haviam sido organizadas a partir de informações imprecisas sobre os números e as estruturas à disposição de seus adversários no outro lado do Atlântico. Além disso, corria a notícia de que uma armada portuguesa de socorro estava a caminho de Angola, previamente planejada para acompanhar o novo governador, mas que supostamente teria sido aparelhada em resposta às recentes ameaças de corsários holandeses – e que de fato chegaria a Luanda, mas em proporções menores do que as informações então correntes permitiam supor. Ao fim e ao cabo, a empresa do navegador batavo enviado de Salvador foi frustrada e reduzida ao saque de umas poucas embarcações pela costa africana, entre fins de outubro e início de novembro daquele ano.⁷⁹ No entanto, apesar da desistência de Heyn ao assalto diante das circunstâncias adversas e arriscadas, as reações em terra e os relatórios redigidos a partir da transição administrativa não retratam prevenção e organização tão primorosas entre os portugueses.

Em sua primeira carta como governador dirigida a El Rei, datada de 15 de agosto de 1624, pouco depois da passagem dos navios de Van der Zuylen, Fernão de Sousa reporta a situação do reino de Angola, tendo-o encontrado “em miserável estado, e para se encaminharem as desordens dele, é necessário grande rigor e limpeza, porque a cobiça o tem acabado”. Diante de tamanho desordenamento, promete resoluções e administração de justiça, “porque faço mais cabedal das mercês que espero me fará V. Majestade por isso,⁸⁰ que do interesse que posso levar faltando ao que devo”.⁸¹ Entre as críticas por ele tecidas, algumas parecem tratar

⁷⁹ BOXER, Charles R. op. cit, 1961, p. 36.

⁸⁰ Sobre as concessões de mercês, ver: OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001; FRAGOSO, João. “Poderes e mercês nas conquistas americanas de Portugal (séculos XVII e XVIII): apontamentos sobre as relações centro e periferia na monarquia pluricontinental lusa”. In: FRAGOSO, João; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (org.). *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 49-99. Ver também: KRAUSE, Thiago Nascimento. *Em busca da honra: a remuneração dos serviços da guerra holandesa e os hábitos das Ordens Militares (Bahia e Pernambuco, 1641-1683)*. São Paulo: Annablume, 2012.

⁸¹ SOUSA, Fernão de. “Carta de Fernão de Sousa a El Rei (15-8-1624)”. In: BRÁSIO, António (org.). *Monumenta Missionaria Africana: África Ocidental*. Vol. VII. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1956, p. 248.

diretamente de seu antecessor. Em outra carta, assinada em 28 de setembro, é relatado por Sousa que o bispo coletava para si dízimos e tributos que deveriam ter sido destinados à fazenda da Coroa, hostilizando, com o poder dos seus altos cargos, aqueles que não fossem complacentes com suas ambições.⁸² Na mesma correspondência, Sousa trata dos esforços empreendidos na fortificação da povoação de Luanda, haja vista a vulnerabilidade por ele constatada, especialmente com a passagem dos corsários neerlandeses. Para melhor ilustração do “miserável estado”, vejamos um trecho da carta régia endereçada ao vice-rei de Portugal, provavelmente o presidente da Junta Governativa, Diogo de Castro, conde de Basto, datada de 20 de setembro daquele ano e assinada por Cristóvão Soares, secretário do governo metropolitano, que discrimina tais precariedades e requer materiais e profissionais para, sob o novo administrador, levar adiante as obras estruturais de fundamental importância na praça africana:

As coisas do Reino de Angola e cidade de Luanda, por a fraqueza e falta de fortificação e defesa em que se acham, obrigam a muito grande cuidado e a que se lhe não dilate o remédio e socorro, posto que as dificuldades presentes sejam tão grandes. Pelo que vos encomendo que logo trateis de lhe enviar, com efeito, socorro e as cousas necessárias para se fortificar, e algumas pessoas práticas da guerra e de experiência daquelas partes que possam ajudar ao governador Fernão de Sousa, [...] e mandar algum engenheiro ou soldado que saiba traçar e dispor bem a fortificação, para que não seja despesa sem proveito; muito vos encargo que ordeneis se execute assim, com todo o cuidado e diligência, e me aviseis do que se fizer [...].⁸³

As notícias do Brasil também impactaram as medidas consideradas necessárias para Angola. Informado, em fins de setembro – com certa demora⁸⁴ –, da tomada da Bahia pelos batavos, Fernão de Sousa prontificou-se a seguir com as fortificações possíveis na povoação de Luanda, “conforme os sítios e artilharia que nela achei”, diz, “e as mesmas prevenções vou fazendo nas munições e listas dos soldados e moradores da terra e conquista, para que estejam apercebidos para o que suceder [...]”.⁸⁵ Contudo, faltavam ali homens e recursos fundamentais, sem os quais era impossível erguer e manter defesas minimamente eficazes, o que é reiterado em várias correspondências. “Na feitoria de V. Majestade não há mais pólvora que a que trouxe comigo do Reino”, reporta Sousa, “de que é já alguma gastada, e de chumbo e balas há tão grande necessidade que só um quintal se achou nesta cidade, e me foi forçado mandar pedir aos

⁸² SOUSA, Fernão de. “Carta de Fernão de Sousa a El Rei (28-9-1624)”. In: BRÁSIO, António (org.). op. cit., vol. VII, 1956, p. 253.

⁸³ SOARES, Cristóvão. “Carta Régia ao Vice-Rei de Portugal (20-9-1624)”. In: BRÁSIO, António (org.). op. cit., vol. VII, 1956, p. 251.

⁸⁴ RATELBAND, Klaas. op. cit., 2003, p. 71.

⁸⁵ SOUSA, Fernão de. “Carta de Fernão de Sousa a El Rei (28-9-1624)”. In: BRÁSIO, António (org.). op. cit., vol. VII, 1956, p. 253, 254.

armadores e mercadores os selos das fazendas para deles se fazerem balas, e a Manuel Cerveira tenho pedido algum emprestado do que se escusa em Benguela”, fortificação litorânea ao sul, cuja povoação adjacente também estava vulnerável a ataques similares aos que havia sofrido Luanda. Somando-se às dificuldades na costa africana, o estado das “coisas do Brasil” fazia necessário que a carência de recursos análogos na colônia americana fosse sanada, para defesa da própria terra e para eventual suporte às fortalezas e territórios no outro lado do mar. Pois “de nenhuma outra parte me posso valer nesta ocasião”, escreve o governador de Angola, tendo em vista a estreiteza das relações, principalmente comerciais, daquela praça com o Rio de Janeiro, a Bahia e Pernambuco.⁸⁶ Expressas essas preocupações, Fernão de Sousa roga que assim “seja V. Majestade servido de mandar que venham pólvora e munições e artilharia que tenho pedido, e balas com o mais para defesa desta costa e porto, pelo muito que importa a V. Majestade a conservação dele [...]”.⁸⁷ Vê-se, ainda que pontualmente, que as carências e precariedades estruturais no Atlântico luso não afetavam e expunham ao risco apenas o Brasil.

De todo modo, as providências tomadas pelo novo governador, posicionando baterias de artilharia em pontos de acesso de embarcações ao porto da povoação, vedando praias com paliçadas, convocando soldados portugueses dos presídios no interior para a costa, foram suficientes para frustrar a investida de Piet Heyn contra Luanda, e assim a urbe permaneceria sob cores ibéricas até 1641. Tanto que em uma relação sobre sua administração endereçada ao rei, redigida em fevereiro de 1632, depois de deixar o cargo, Fernão de Sousa afirma que “este sucesso foi o de maior consideração que tive no tempo de meu governo”.⁸⁸ Quanto ao navegador holandês, ele decidiu, diante do revés, retornar ao Brasil, mais especificamente na altura do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, em busca de outros ganhos para si e para sua tripulação, baseando-se em notícias sobre navios e cargas que partiam daquelas capitânicas na primavera. Depois de alguns apresamentos, planejava retornar à Baía de Todos os Santos e conferir o estado da ocupação conduzida por seus compatriotas.

Todavia, as incursões de Heyn na costa brasileira durante os primeiros meses de 1625 foram notavelmente desafortunadas. A maior parte de suas forças consistia em marinheiros inexperientes e pouco familiarizados com o ofício militar, e que foram confrontados por significativo e inesperado reforço provido aos locais do Espírito Santo. Uma frota capitaneada

⁸⁶ Cf. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. op. cit., 2000, p. 247-325; RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Algés: Difel, 1998, p. 106-108.

⁸⁷ SOUSA, Fernão de. “Carta de Fernão de Sousa a El Rei (28-9-1624)”. In: BRÁSIO, António (org.). op. cit., vol. VII, 1956, p. 254.

⁸⁸ SOUSA, Fernão de. “Relação de Fernão de Sousa a El Rei (23-2-1632)”. BRÁSIO, António (org.). op. cit., vol. VIII, 1960, p. 132.

por Salvador Correia de Sá e Benevides, enviado por Martim Correia de Sá, seu pai e governador no Rio de Janeiro, em socorro dos moradores do recôncavo e em suporte aos sitiados ibéricos da Baía de Todos os Santos,⁸⁹ passava pela costa no momento em que os corsários atacavam Vila Velha. Com duras perdas e uma notável desordem observada entre seus homens, que fugiam “com tanto desacordo que, largando os mosquetes, não puxavam das espadas”,⁹⁰ Heyn se retirou, levantou âncora e zarpou dali no dia 18 de março, rumo à Bahia. Um mês depois, deparou-se com o enorme poderio da frota hispano-lusitana enviada pela Coroa para retomar Salvador, a armada mais poderosa que até então cruzara a linha do Equador, como afirmou Antônio Vieira.⁹¹ Fruto de notável mobilização conjunta de portugueses e espanhóis,⁹² a chamada Armada dos Vassalos somava cinquenta e seis embarcações, transportando mais de doze mil homens, de guerra e do mar (Imagem 2), enquanto os números da guarnição holandesa, após a dispersão de parte das suas forças e das perdas sofridas ao longo da ocupação, giravam em torno de dois mil soldados, malnutridos, ébrios, indisciplinados e desagregados.⁹³ Não tardou para que Heyn fosse descoberto nas redondezas pelos sitiados e precisasse fugir de tão poderoso inimigo. Afastando-se da Bahia, soube por um pescador capturado na costa de Pernambuco que os ibéricos haviam reconquistado a capital da colônia em 1 de maio, decretando o fracasso da empreitada da WIC. Diante da derrota de seus compatriotas e da impossibilidade de qualquer ganho pessoal naquelas águas, Heyn decidiu retornar às Províncias Unidas. Em sua carreira como navegador, contudo, ele teria outras passagens pelo Brasil, em manobras que expuseram ainda mais as debilidades materiais dos territórios atlânticos portugueses.

1.2.O valor da guerra de corso

No fim de 1624, munidos de informações acerca dos expressivos esforços ibéricos na armação da frota que enviariam para erradicar a presença neerlandesa de Salvador, os dirigentes da Companhia das Índias Ocidentais já aparelhavam uma nova esquadra, que totalizava trinta e quatro veleiros, para socorrer os seus subordinados antes que fossem sitiados pelas forças do rei da Espanha. Por conta de adversidades climáticas e mares desfavoráveis do inverno europeu

⁸⁹ A Coroa respondeu diligentemente à perda da Baía de Todos os Santos, enviando uma poderosa armada para recupera-la e expulsar dali os “hereges”, movimento que também convocou reforços de outras partes do Brasil, entre eles as forças de Salvador de Sá. Cf. BOXER, Charles R. op. cit., 1961, p. 32-37.

⁹⁰ GUERREIRO, Bartolomeu. op. cit., 2010, p. 99.

⁹¹ VIEIRA, Antônio. op. cit., vol. I, 2008, p. 59.

⁹² Cf. SCHWARTZ, Stuart B. op. cit., 1991, p. 740-745.

⁹³ Cf. GURIAN, Gabriel F. “Quebrantados, na ociosidade e na intemperança”: devassidão, bebedeira e indisciplina entre os holandeses durante sua conquista de Salvador (1624-1625). *Brasiliانا: Journal for Brazilian Studies*, v. 6, 2017, p. 229-249.

no momento planejado de partida, não conseguiram chegar à Baía de Todos os Santos em tempo de combater os reforços ibéricos, alcançando-a no fim de maio de 1625, vinte e cinco dias depois da rendição da praça. Entraram pelo porto confiantes de ainda serem seus senhores, motivados pela bandeira neerlandesa que ainda tremulava na torre da sé.⁹⁴ Porém, tão logo perceberam o equívoco, trataram de se retirar. Sem o que defender e sem poderio para atacar a massiva esquadra luso-espanhola ali aportada, o general Boudewijn Hendricksz, líder dos socorros, decidiu dividir sua esquadra para que procurassem oportunidades lucrativas em diferentes partes do Atlântico. As dezoito embarcações que ficaram sob seu comando acabaram em San Juan de Puerto Rico, que foi saqueada depois de constatado o descuido de seus defensores, rendendo bons espólios.⁹⁵ Despacharam então o butim às Províncias Unidas em poucos navios, enquanto a maioria permaneceu naquelas águas, à procura de outros ensejos rentáveis.

Em princípios de 1626,⁹⁶ a WIC, ciente da posição de Hendricksz, organizava outra esquadra para se juntar ao general, cujo comando foi dado justamente a Piet Heyn, com o objetivo de surpreender os carregamentos espanhóis de metais preciosos escoados pelo Caribe, atacando diretamente uma das principais fontes de enriquecimento do erário ibérico na esperança de garantir valiosos despojos para a Companhia. Os nove navios grossos e cinco iates, transportando mil seiscentos e setenta e cinco homens e mais de trezentas peças de artilharia, pareados à frota do general, somariam uma força considerável. Heyn, promovido a almirante, chegou em 4 de julho no mar das Antilhas e, em 10 de agosto, estava na costa de Cuba à procura do general. Nas perambulações por aquelas águas, em meio a tomadas pouco significativas de pequenos navios, recebeu a notícia de que Hendricksz havia falecido e sua frota se dispersado, a maior parte retornando às Províncias Unidas. Por mais que tivesse informações sobre os itinerários de um grande carregamento de metais preciosos, a falta dos reforços do oficial defunto inviabilizava qualquer investida ao comboio. Heyn, no entanto, havia sido instruído sobre como proceder caso se deparasse com imprevistos daquela natureza, devendo rumar para o sul e se lançar às presas na costa do Brasil.

Em fevereiro de 1627, os navios do almirante partiam de Serra Leoa, onde haviam aportado devido aos ventos pouco favoráveis a uma trajetória mais direta do Caribe à colônia

⁹⁴ SALVADOR, Vicente do. op. cit., 1965, p. 498.

⁹⁵ Ibid., p. 505.

⁹⁶ Há de se pontuar que a saúde financeira da WIC se deteriorara gravemente depois de 1625, e essas iniciativas nas Índias de Castela eram empresas menos custosas do que a armação de frotas nos moldes das enviadas à Bahia, e que carregavam a esperança de retornos lucrativos nos saques oportunos de carregamentos de metais preciosos espanhóis, não na sobrepujança de fortalezas e milícias defensivas locais. Cf. RATELBAND, Klaas. op. cit., 2003, p. 85.

lusa, para cruzar novamente o Atlântico. No começo de março, avistaram a costa da Bahia e embocaram no porto onde, pouco menos de dois anos antes, tremulavam as cores neerlandesas (Imagem 3). Foram recepcionados pelas baterias dos fortes e das cerca de trinta embarcações ali aportadas. Contudo, a despeito do impacto da ocupação batava e dos expressivos esforços empreendidos pela monarquia ibérica para expulsar os invasores, o guarnecimento da capital da colônia ainda deixava a desejar. As embarcações de Heyn manobravam com pouca dificuldade para evitar o fogo dos fortes enquanto seus marinheiros e soldados, em bateis, alcançavam e abordavam os navios do porto, ao passo que as tripulações luso-brasileiras eram expelidas ou abandonavam seus barcos a nado. Em poucas horas, os corsários flamengos haviam apressado a grande maioria deles. Como conta o frei Vicente do Salvador, “aos 3 de março de 1627, entraram treze navios holandeses e tomaram vinte e um nossos que estavam no porto já com três mil caixas de açúcar dentro; eles perderam dois de seus, um dos quais era a sua capitânia, em que vinha por general Pêro Peres inglês”,⁹⁷ como também era conhecido Piet Pieterszoon Heyn, erroneamente tido por ânglico em algumas narrativas.

Numa breve passagem por Salvador, prestes a partir e dar prosseguimento à sua viagem com destino ao Paraguai, onde havia sido nomeado governador, o *hidalgo* Luís de Céspedes Xeria⁹⁸ também descreve o ataque comandado por Heyn e comenta sobre os infortúnios que lhe causaram os corsários batavos. Segundo o espanhol, faltando dez ou doze dias para a sua partida rumo à próxima escala, no Rio de Janeiro, chegou “o inimigo holandês, com treze naus de guerra, nove de grande porte e quatro pequenas; deu aviso a vigia, como pareciam tantas velas. Saiu o governador, tocaram-se as caixas, alvoroçou-se a gente”. Na correria dos preparativos defensivos, “provindo-se a artilharia, repartiu-se a pólvora, mandou duzentos soldados para que defendessem os navios que estavam na ribeira, dadas as trezentas caixas [de açúcar] neles carregadas, e postou as demais gentes em seus postos [...]”. O inimigo entrava pelo porto “tão atrevido como desavergonhado, chegando no meio de nossos navios e, em menos de meia hora, levou rendidos vinte e cinco, entre grandes e pequenos; matou e capturou alguns soldados e, dos demais que se fizeram à água, saíram aqueles que sabiam nadar”. Expressando espanto com a ousadia e eficiência dos corsários neerlandeses – ou com a incapacidade e desorganização dos luso-brasileiros –, Céspedes Xeria afirma, “como testemunha de vista”, que viu “uma lancha com quatro holandeses levando três navios a reboque”. Ao final do relato sobre o episódio, restou ao espanhol lamentar: “Fui desgraçado, pois, entre os navios que se levaram, o meu foi

⁹⁷ SALVADOR, Vicente do. op. cit., 1965, p. 512.

⁹⁸ Cf. BOXER, Charles R. op. cit., 1973, p. 95-100.

um dos primeiros, com que perdi as esperanças que nele tinha posto”.⁹⁹ Restou ao *hidalgo* buscar outra embarcação para seguir viagem.¹⁰⁰ Vale pontuar que tanto Xeria quanto frei Vicente do Salvador contam treze navios corsários, sendo que quatorze integravam originalmente a esquadra de Heyn. Se houve perda de um deles em todo o trajeto até aquele ponto, não se sabe, mas é certo que, como reporta o frade e o confirmam textos neerlandeses, a almiranta encalhou em um banco de areia dentro da baía durante o assalto, sendo esvaziada, queimada e abandonada depois de perceberem que não havia como recuperá-la, o que pode ter influenciado os cálculos dos relatores ao tratarem do acontecido, ainda que as notas de Salvador também mencionem essa perda, juntamente a outra embarcação de menor importância.

Por mais que os batavos tivessem enfrentado contratempos como esse, a empreitada foi muito bem-sucedida, com poucas baixas e apresamento valioso: mais de duas mil e quinhentas caixas de açúcar, tabaco, couro, algodão, vinho, pau-brasil, além de joias de ouro e prata lavrada. O butim foi então enviado aos Países Baixos em quatro embarcações, despachadas em 27 de março e que lá chegaram em julho. Heyn, no entanto, permaneceu na costa do Brasil. Apesar de não figurar como a principal façanha do almirante-corsário, entre os serviços prestados à Companhia das Índias Ocidentais, o saque foi bastante louvado por seus dirigentes e sedimentou a boa reputação do navegador em sua terra natal.¹⁰¹ Mas os assédios por ele capitaneados, explorando e expondo as fragilidades das possessões portuguesas, ainda não haviam cessado.

A esquadra de Heyn se dirigiu ao sul pela costa e, no fim de abril, perto de Cabo Frio, capturou um pequeno navio que vinha do Rio de Janeiro. Apesar de trazer pouca carga, seus tripulantes informaram ao almirante que a praça, um alvo ambicionado, achava-se bem provida de homens e munições em função dos recentes assédios à colônia, além de que não havia mais que um navio de partida carregado de mercadorias no porto e outro que chegara recentemente de Portugal. Sendo assim, Heyn desistiu de se aventurar na Baía de Guanabara. Optou então por dividir sua frota em três esquadras pequenas e explorar possibilidades pelo litoral: a primeira delas foi enviada ao rio da Prata; a segunda foi mandada patrulhar a barra do Rio de

⁹⁹ Tradução nossa. XERIA, Luís de Céspedes. *Relación de los sucesos ocurridos durante el viaje que hizo el gobernador del Paraguay don Luis de Céspedes Xeria desde Madrid (España) hasta llegar a la ciudad de La Asuncion del Paraguay*. *Annaes do Museu Paulista*, São Paulo, tomo segundo, 1925, p. 18, 19.

¹⁰⁰ Para mais sobre a passagem de Céspedes Xeria pelo Brasil, ver: TAUNAY, Afonso de. *Na era das bandeiras*. 2ª edição. São Paulo: Editora Comp. Melhoramentos de São Paulo, 1922, p. 88-125.

¹⁰¹ BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes*. Edições do Senado Federal, vol. 43. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 37; LAET, Johannes de. op. cit., vol. XXXIII, 1911, p. 24, 25.

Janeiro; a terceira, encabeçada pelo próprio Heyn, se fez de volta ao norte e, em 10 de junho, estava novamente diante da Baía de Todos os Santos.

Entraram pela barra para encontrar os mesmos poucos barcos remanescentes desde seu último ataque, o que não os impediu de tomar o que ainda conseguiram. Os corsários também angariaram informações de alguns navios carregados de açúcar que estavam ancorados em uma angra subindo o rio Paraguaçu. Embrenharam-se então contra a corrente, encontraram as tais embarcações, mas logo tiveram que enfrentar uma milícia de moradores, cujos números foram acrescidos por cento e cinquenta homens enviados de Salvador pelo governador, Diogo Luís de Oliveira, ao saber do retorno dos salteadores. O administrador havia tomado algumas precauções defensivas após o ataque sofrido em março, e era considerado um homem engenhoso por seus governados.¹⁰² Em um primeiro momento, a resistência impediu a abordagem dos navios mercantes, mas Heyn obstinadamente impeliu suas forças contra os portugueses, o que culminou em um embate favorável para os corsários. Tomaram os tais carregamentos, cujos despojos somavam mais de oitocentas e cinquenta caixas de açúcar e boas porções de tabaco, além de mercadorias recém-chegadas de Portugal para abastecimento da capitania. Tendo noção do valor da presa e das condições desfavoráveis da angra para defender os espólios ou prosseguir com outras incursões, Heyn entendeu que o mais acertado era se retirar com as embarcações capturadas.

O escoamento do butim, contudo, foi penoso. Alcançar a foz e a baía sem perdas, navegando em um curso estreito e com inimigos em posição vantajosa na margem norte, cobrou certa engenhosidade do almirante e de seus homens, ao ponto de se valerem de pedaços de couro obtidos no saque para revestirem os navios apresados e os bateis que os rebocavam, protegendo-os, assim, dos tiros de mosquete (Imagem 4). Malgrado algumas baixas, a operação, no fim, foi bem-sucedida. Chegaram à boca do rio em 15 de junho e foram buscar posição fora do alcance de fogo inimigo, mas ainda dentro da grande baía, para que remanejassem as cargas apresadas, baldeando o que coubesse em seus próprios navios, tarefa que os ocupou por quase um mês, depois da qual partiram. Em 11 de agosto, após uma parada de reabastecimento em Fernando de Noronha, onde os navios da esquadra previamente dispersados se reuniram, zarparam todos rumo às Províncias Unidas, onde chegaram no último dia de outubro de 1627.

É curioso notar que, menos de dois anos depois de reconquistada pelos luso-castelhanos, a Bahia tenha sido deixada desguarnecida a ponto de ser invadida e saqueada duas vezes no espaço de quatro meses, ao mesmo tempo em que o Rio de Janeiro, conforme ficou sabendo

¹⁰² BOXER, Charles R. op. cit, 1961, p. 40.

Heyn, se achava melhor provido de homens, munições, provisões e outros recursos para sua defesa, em razão, justamente, da ameaça representada pelos navios estrangeiros, particularmente os batavos, que perambulavam pela costa brasileira. O conselho formado pelos oficiais da Armada dos Vassalos na Bahia, deliberando sobre o estado em que ficaria a terra depois de sua partida, concordava com a necessidade de mais tropas fixas em Salvador. Deixou para trás perto de mil soldados “de presidio”, todos portugueses, alguns fidalgos, outros aventureiros, outros moços, muitos em duras condições econômicas. Mas o que sobressaiu dessas discussões foi a problemática do financiamento e manutenção daquelas forças, tanto a paga quanto as rações, naquela “terra caríssima em tudo o necessário para defender o corpo das injúrias do tempo”. Um dispêndio considerado impossível para a Coroa de Castela, já que “S. M. não havia de sustentar o Brasil como os de Flandres, em que a religião católica se defendia”, causa primeira “de tão excessivas despesas”.¹⁰³ Assim, o custeio possível recaiu ao erário português, por meio de tributos cobrados dos moradores da Bahia.¹⁰⁴ Certo de que não era uma adição suficiente à guarnição da terra, Antônio Vieira considerava complicada a reversão daquele estado de precariedade defensiva enquanto as autoridades metropolitanas não tomassem medidas mais expressivas¹⁰⁵ – o que não aconteceu no período das invasões, como pode ser aferido pelas proposições defensivas de Jorge de Mascarenhas, marquês de Montalvão e vice-rei¹⁰⁶ da colônia, para a capital, em 1640.¹⁰⁷ O governador-geral Diogo Luiz de Oliveira, empossado em 1626, lamenta, segundo Atas da Câmara de Salvador de 31 de maio de 1631, “ser executor destes rigores do tempo e haver-me mandado Sua Majestade servi-lo a este Estado nesta Idade de Ferro em que o achei”.¹⁰⁸ E além da precariedade, no período que seguiu as duas incursões de Piet Heyn sob o governo de Oliveira, “inquietaram sempre ao Brasil os piratas de Holanda”.¹⁰⁹

¹⁰³ MENEZES, Manuel de. Recuperação da cidade do Salvador escripta por D. Manuel de Menezes, chronista-mor e chrosmographo de Sua Magestade e capitão geral da armada de Portugal naquela empresa. *Revista trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXII. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de J. M. N. Garcia, 1859, p. 613-615.

¹⁰⁴ Sobre os desafios enfrentados pelas autoridades locais e moradores na reorganização das defesas da cidade, no pagamento dos soldados e, de modo geral, na contraposição à ameaça neerlandesa daquele momento em diante, ver: BEHRENS, Ricardo. *Salvador e a invasão holandesa de 1624-1625*. Salvador: Editora Pontocom, 2013, p. 178-199; MAGALHÃES, Pablo A. I. A guerra defensiva na capitania da Bahia (1625-1654). *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, n. 69, 2016, p. 87-161.

¹⁰⁵ VIEIRA, Antônio. op. cit., vol. I, 2008, p. 64, 65.

¹⁰⁶ Primeira ocorrência da investidura do título a um governante da América portuguesa.

¹⁰⁷ *Documentos históricos do Arquivo Municipal. Atas da Câmara, 1625-1641*. 1º volume. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 1944, p. 451-453.

¹⁰⁸ Ibid., p. 192.

¹⁰⁹ FREIRE, Francisco de Brito. op. cit., 2001, p. 114.

As ações do corsário neerlandês foram duramente sentidas pelos ibéricos. Matias de Albuquerque, administrador da capitania de Pernambuco, que serviu como governador-geral interino do Brasil após a prisão de Diogo de Mendonça Furtado, reportou sobre o estado da colônia na corte de Madri em dezembro de 1627. Preocupava-o o “miserável estado” em que se encontrava a produção açucareira, indústria de tamanha importância para Portugal e, consequentemente, para a suserana Espanha. A situação inquietante decorria dos cerca de sessenta navios saídos do Brasil e tomados pelos holandeses nos dois anos anteriores,¹¹⁰ que costumeiramente carregavam entre trezentas e setecentas caixas de açúcar cada, além de ouro, prata e âmbar, somando-se a outros vinte apresados entre os que rumavam de Portugal para a colônia, levando diversas mercadorias. Albuquerque não se esquece do severo golpe deferido pelo almirante Heyn, que, naquele ano de 1627, havia levado quase todos os navios aportados na Baía de Todos os Santos, o que desmotivou também a lavoura na capitania.¹¹¹ Em carta de abril do ano seguinte endereçada a D. António de Ataíde, conde de Castro D’Airo e da Castanheira, um dos governantes de Portugal durante a união dinástica, Albuquerque torna a lamentar a “diminuição dos frutos do Brasil” após meia década de reveses provocados pelos neerlandeses.¹¹²

Ainda que as ações de Piet Heyn tenham sido bastante frutíferas para a Companhia das Índias Ocidentais, o apresamento do comboio espanhol anual de metais preciosos que saía da Nova Espanha rumo à Península Ibérica era um objetivo pendente nos planos da organização. O sucesso finalmente veio no início de setembro de 1628, na Baía de Matanzas, em Cuba, perpetrado por vinte e cinco embarcações sob comando de Heyn, promovido a general, e seu imediato, Hendrick Cornelisz Loncq. A notícia da manobra, até então inédita, logo percorreu o Velho Continente, sendo amargada pelos hispânicos e louvada nas Províncias Unidas. É de se apontar, contudo, que, apesar de aparentemente desconexo no tocante às ofensivas holandesas no Brasil e às suas incursões na África Ocidental, o apresamento no Caribe foi fundamental para a sobrevivência e a continuidade dos empreendimentos da WIC.¹¹³ Financiado pelos

¹¹⁰ Para uma listagem dos navios portugueses tomados, destruídos ou “prejudicados” pelos holandeses a serviço da Companhia entre 1623 e 1627, ver: LAET, Johannes de. op. cit., vol. XL-XLII, 1919-20, p. 195-199.

¹¹¹ ALBUQUERQUE, Matias de. “Informação de Matias de Albuquerque, sobre a ‘diminuição dos frutos do Brasil’ – Madrid, 29 de dezembro de 1627”. In: VIANNA, Hélio. *Estudos de História Colonial*. Coleção Brasiliana, vol. 261. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1948, p. 242-244.

¹¹² ALBUQUERQUE, Matias de. “Carta de Matias de Albuquerque ao Conde de Castro, sobre negócios do Brasil – Lisboa, 3 de abril de 1628”. In: VIANNA, Hélio. op. cit., 1948, p. 241.

¹¹³ A atividade de corso foi fundamental para a Companhia não só nesse momento, mas também durante a ocupação das capitanias brasileiras e de Angola. Como registra o nobre Francisco Manuel de Melo, tratando da fundação da Companhia de Comércio do Brasil, no início da década de 1650, “havendo os holandeses já perdido a cultura da terra de Pernambuco (antes por não haverem acertado o modo de lavar os açúcares e depois pelo levantamento dos naturais), já lhes não restava outra esperança de interesse que a pirataria dos navios mercantes, os quais, à

despojos dos saques à Baía de Todos os Santos no ano anterior, o assalto em Matanzas, que rendeu cerca de cento e setenta e sete mil libras de prata, avaliadas em torno de oito milhões de florins, além de pérolas, couros, seda, almíscar e âmbar,¹¹⁴ permitiu que a Companhia se recuperasse financeiramente do fracasso de 1625,¹¹⁵ reembolsando acionistas e recompondo seus cofres, e que continuasse suas operações, articulando movimentos de maior escala, como o que teve lugar em Olinda e Recife no ano de 1630.¹¹⁶

Duarte de Albuquerque Coelho, irmão de Matias de Albuquerque e donatário de Pernambuco, aponta para a relação entre os sucessos do curso neerlandês e o lamentável destino da capitania em suas *Memórias Diárias da Guerra do Brasil*, umas das mais importantes narrativas¹¹⁷ sobre o período por ele testemunhado, até 1638, convencionalmente conhecido como “guerra de resistência”.¹¹⁸ Os flamengos calculavam, “pelas muitas notícias que tinham, o grande proveito que lhes podia resultar do Brasil, se o conquistassem, a despeito da falta de meios esgotados naquela primeira agressão”. Motivados, na visão do donatário, por grande cobiça, armaram a citada esquadra enviada às Índias Ocidentais sob o comando de Heyn. A bonança do butim de Matanzas “não lhes entorpeceu a atividade”, como seria esperado “em casos tão extraordinários e grandes”, e suscitou discussões entre os diretores da Companhia e os Estados Gerais, os poderes constituídos da República das Províncias Unidas, sobre qual seria sua aplicação mais vantajosa para a organização e para os Países Baixos. De maneira que decidiram “voltar-se à empresa do Brasil, reproduzindo as razões que os obrigaram a começar pela Bahia, e reforçando-as com outras que o tempo lhes ofereceu de novo”,¹¹⁹ mirando, desta vez, a capitania dos Albuquerque Coelho.

Pernambuco era considerado menos preparado que a capital da colônia desde que esta fora recuperada pelos ibéricos – por mais que os ataques dos corsários de Heyn indicassem

custa de nossos mercadores, traziam com grande dispêndio e trabalho o açúcar e mais gêneros do Brasil para os do Norte, os quais, sem perda ou risco, os mandavam cobrar como renditos próprios pelas fragatas de seus corsários”. MELO, Francisco Manuel de. *Epanaphoras de varia historia portuguesa*. Lisboa: D. Antônio Craesbeeck de Mello, Impressor de S. Alteza, 1676, p. 594.

¹¹⁴ BOXER, Charles R. op. cit., 1961, p. 41, 42.

¹¹⁵ RATELBAND, Klaas. op. cit., 2003, p. 98.

¹¹⁶ “A Companhia, achando-se agora bastante próspera por ter capturado a esquadra da Nova Espanha [...] e tendo adquirido tantos meios para prosseguir nos seus desígnios sobre as possessões do rei da Espanha, começou a tratar de saber qual delas devia conquistar. Várias regiões da América foram lembradas, mas, depois de refletirem bem, lançaram as vistas sobre o Brasil”. LAET, Johannes de. op. cit., vol. XXXIII, 1911, p. 49.

¹¹⁷ Texto inicialmente redigido em espanhol e dedicado a Filipe IV. Todavia, o autor é lusitano, donatário da capitania de Pernambuco e inteiramente comprometido com a resistência aos neerlandeses. Portanto, o diário é aqui analisado como os outros relatos incluídos na documentação principal, escritos em língua portuguesa.

¹¹⁸ Cf. MELLO, Evaldo Cabral de (org.). *O Brasil holandês (1630-1654)*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010, p. 53-157.

¹¹⁹ COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da guerra do Brasil*. Coleção Recife, vol. XII. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982, p. 29, 30.

fragilidades crônicas¹²⁰ –, em estado debilitado “pelo descuido dos portugueses, a quem o paroxismo da larga servidão [aos suseranos espanhóis] havia sufocado o alento e entorpecido os braços”.¹²¹ Figurava ainda como mais importante para a indústria açucareira de Portugal, informações essas de que dispunham os batavos graças aos anos de apresamento de embarcações mercantes que partiam do Brasil.¹²² Somou-se às motivações de escolha do alvo o fato de ser, à época, um território donatário e não gerido pela Coroa, o que, como supunham os setentrionais, despertaria menos empenho na corte de Madri para restaurá-lo, em comparação ao caso da Bahia.¹²³ Todas as fichas foram depositadas nessa nova empreitada, na certeza de que os lucros seriam certos e abundantes, e que o dano aos ibéricos seria agudo. Além do mais, tinham convicção de que “o tráfico dos negros, que se importavam de Angola, Guiné e Cabo Verde se ampliaria; supondo já que também estas praças cairiam em suas mãos logo que caíssem algumas das do Brasil [...]”.¹²⁴

1.3. As fragilidades de Pernambuco

Em uma relação das praças-fortes da colônia, redigida em 1609 pelo sargento-mor Diogo de Campos Moreno, uma espécie de preparação para seu conhecido *Livro que dá razão ao Estado do Brasil*, de 1612, o desordenamento estrutural e defensivo da capitania de Duarte de Albuquerque Coelho é notavelmente evidenciado. A vila de Olinda, então a principal,

conforme ao sítio não tem modo algum de se fortificar, sempre ficará lugar aberto e exposto aos agravos da guerra, conforme a força com que for acometida, porque além de estar na costa do mar e ter diante a sua antiga barra, que hoje fica defronte do [convento do] Carmo, e com as caladas da noite ser todo aquele sítio para se poder combater e chegar à terra, tem também a quatro léguas, entre Itamaracá e a dita vila, o porto ou barra de Pau Amarelo, entre uns recifes e muito melhor que a do mesmo Recife, que hoje se usa, porque tem quatro braças e meia de baixa-mar de águas-vivas, e podem em qualquer tempo entrar quaisquer naus e estar seguras e lançar em terra a gente que quizerem e dali aportarem donde lhes der gosto, em especial pela praia, marchando à dita vila, que a um repente dos moradores que se não juntam nem se podem juntar mais que seiscentos homens, quando muito, em que entram os do presídio, soldados pagos, que serão efetivos até sessenta e nunca passa daqui o seu número. [...] E ninguém se engane com gente do povo, cuidando que nas suas mãos está a sua defesa, por muitas mostras e alardos que façam, que para pelejarem com soldados têm necessidade de muitas coisas que não

¹²⁰ Em 1628, depois de gerir interinamente o governo do Brasil e se atentar aos estragos feitos pelos corsários neerlandeses na Bahia, Matias de Albuquerque afirmaria que o porto ainda seria “mal seguro”. ALBUQUERQUE, Matias de. “Informação de Matias de Albuquerque sobre as ‘Capitanias do Brasil e do que contêm, rendem e despendem’ – Lisboa, 1628”. In: VIANNA, Hélio. op. cit., 1948, p. 250.

¹²¹ ERICEIRA, Luís de Meneses, Conde da. *História de Portugal Restaurado*. Volume I. Porto: Civilização, 1945, p. 70.

¹²² BOXER, Charles R. op. cit., 1961, p. 45-47; MELLO, José Antônio Gonsalves de. op. cit., 2007, p. 40.

¹²³ MELLO, Evaldo Cabral de. op. cit., 2010, p. 53.

¹²⁴ COELHO, Duarte de Albuquerque. op. cit., 1982, p. 32.

pode ter o Brasil, pelo mal que se conservam entre nossa nação portuguesa nele, a saber, armazéns de munições e comida e fortificação donde se recolham, sem perder o posto e fugir para o mato.¹²⁵

A despeito de tentativas pontuais e pouco expressivas de remendar as lacunas defensivas de Olinda e do porto do Recife, erguido em um bom sítio mas que também sofria de precariedades similares, Diogo de Campos Moreno tece duras críticas às concepções então em voga entre os responsáveis por aquelas praças, que diminuía a importância do guarnecimento apropriado e da necessidade de aprovisionamento com enfoque nos instrumentos bélicos.¹²⁶ A seu ver, aquela terra assistia à corrosão da já frágil unidade de seus habitantes, que, em vez de cooperarem em prol da conservação da colônia, desvalorizavam os soldados e o ofício da guerra enquanto “cada morador na sua [propriedade] se tem por rei e, como tal, obra com seus criados e escravos, de modo que para uma e outra coisa é justo o presídio e necessário nestas terras novas, donde os humores vivem tão espalhados e tão diferentes [...]”. Era imprescindível, pois, na perspectiva do sargento-mor, que a Coroa mandasse oficiais e combatentes pagos para que “haja tal ordem, tais pessoas e tal tratamento delas que sirvam de defender e honrar a república e não de a difamarem, e, a não ser assim, melhor é guardar o dinheiro para coisas que mais importem e encomendar isso à fortuna, a quem as vejo encomendadas sempre”. Tal discurso também se aplicaria às outras capitanias do Brasil, havendo em todas elas “uma mesma doença”¹²⁷ – diagnóstico que atesta a extensão e a profundidade dos problemas previamente alertados por homens como Gabriel Soares de Sousa.

Pouco depois da perda de Salvador em 1624, já especulava o Provincial Domingos Coelho que Pernambuco seria o próximo alvo dos holandeses, suposição provavelmente baseada em informações coletadas a bordo do navio que o transportara como prisioneiro aos Países Baixos. Na relação sobre os ocorridos da invasão à Bahia, o padre alerta que, por mais que os neerlandeses não enviassem forças nas mesmas proporções que a frota despachada em fins de 1623, conseguiriam sabotar com poucas embarcações o rico fluxo açucareiro da capitania da família Albuquerque Coelho. Tratando particularmente dos Colégios da Companhia de Jesus, o Provincial alerta que o de Olinda corria o risco de “padecer os mesmos danos que o da Bahia”, pois soube que comumente se falava nas Províncias Unidas do armamento de uma esquadra ainda mais poderosa para tomar Pernambuco. E mesmo que não

¹²⁵ MORENO, Diogo de Campos. Relação das praças-fortes, povoações e coisas de importância que Sua Majestade tem na costa do Brasil. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, vol. LVII, 1984, p. 200, 201.

¹²⁶ Outro problema corrente parecia ser a inexistência de treinamento e preparo militar em tempos de paz no mundo português, despreparo que era, inclusive, criticado pelos espanhóis. Cf. BOXER, Charles R. op. cit., 1969, p. 127.

¹²⁷ MORENO, Diogo de Campos. op. cit., 1984, p. 202.

enviassem tamanha força novamente ao Brasil, “só com quatro ou cinco urcas artilhadas que andem barlaventeando ao mar de frente da barra de Pernambuco impedirão totalmente que nem de dentro” saísse embarcação alguma, embargando o despacho de carregamentos de açúcar para Portugal, e nem que chegassem navios reinóis carregados de mercadorias e bens necessários, o que comprometeria gravemente o sustento de religiosos, oficiais administrativos, homens de guerra e moradores.¹²⁸ Em 1628, Matias de Albuquerque, ao coligir informações sobre as terras do Brasil, seus recursos, rendimentos e gastos, para manda-las de Lisboa a Gaspar de Guzmán, conde-duque de Olivares, ministro de Filipe IV, também alerta para a necessidade de assistência às terras riquíssimas mas praticamente indefensáveis entre a capitania do Rio Grande e Pernambuco. Naquelas paragens, “convinha muito que houvesse uma pessoa que as defendesse e fortificasse com toda a superintendência, [...] porque da Bahia, onde está e convém esteja o governador-geral, não é possível acudir a estas capitanias do norte, que são de tanta importância”.¹²⁹ Vinte e um anos passados desde a relação de Diogo Campos Moreno, com poucas mudanças assistidas na estrutura das praças por ele apontadas como vulneráveis,¹³⁰ tornariam os holandeses a desferir um golpe pujante nas terras atlânticas de seus adversários hispano-lusitanos.

Zarparam dos Países Baixos, em junho de 1629, sessenta e sete embarcações, transportando cerca de sete mil homens e quase mil e duzentas bocas de fogo. O comando da esquadra foi dado ao almirante Hendrick Cornelisz Loncq, que fora imediato de Piet Heyn no saque à frota espanhola da prata em Matanzas, e as tropas eram chefiadas pelo general Diederick van Waerdenburgh. Detidos por meses no arquipélago de Cabo Verde, à espera da reunião de toda a armada, alcançariam a costa de Pernambuco apenas em 14 de fevereiro do ano seguinte. As novas do armamento da frota neerlandesa não demoraram a chegar a Madri e também à Bahia, onde o governador-geral Diogo Luís de Oliveira recebera aviso de Portugal para que estivesse alerta e orientasse os dirigentes das outras capitanias que se preparassem para o caso de um ataque, medidas por ele tomadas com muita diligência, segundo testemunhos.¹³¹ Coube então à Coroa enviar o socorro possível, significativamente inferior à afamada Armada dos Vassalos. A impossibilidade de maior apoio se devia à deterioração militar e financeira da

¹²⁸ LEITE, Serafim. op. cit., 2006, p. 47.

¹²⁹ ALBUQUERQUE, Matias de. “Informação de Matias de Albuquerque sobre as ‘Capitanias do Brasil e do que contêm, rendem e despendem’ – Lisboa, 1628”. In: VIANNA, Hélio. op. cit., 1948, p. 248, 249.

¹³⁰ Ainda que Matias de Albuquerque, quando governador-geral interino, tenha fortificado como pôde a vila de Olinda, o porto do Recife e a praia de Pau Amarelo, distribuindo também soldados e capitães em várias estâncias da capitania, as medidas foram pontuais e de vida curta. SALVADOR, Vicente do. op. cit., 1965, p. 455, 456.

¹³¹ CALADO, Manoel. *O Valeroso Lucideno e triunfo da liberdade*. Volume I. 5ª edição. Recife: CEPE, 2004, p. 41.

monarquia hispânica nos anos que sucederam a restauração da Bahia, o que também impediu a organização e despachos subsequentes de auxílios mais expressivos para o Brasil na primeira metade da década de 1630,¹³² ainda que as novas da perda de Olinda tenham alarmado as autoridades de Madri na mesma medida.¹³³ A pronta resposta ao chamado dos Áustria e cooperação dos nobres portugueses na armação da frota restauradora da Bahia, a maior mobilização nobiliárquica lusa desde a malfadada cruzada de D. Sebastião, também não foi repetida depois do êxito de 1625.¹³⁴

Nos meses que antecederam a invasão de Pernambuco, os ibéricos ao menos tiveram a seu favor o tempo de reação às novas da ameaça, graças aos reveses enfrentados pelos batavos no Atlântico. Constava na Espanha o apresto da armada neerlandesa e, achando-se Matias de Albuquerque em Madri, chegado havia pouco do Brasil, pareceu à Coroa ser ele a melhor opção para liderar os socorros enviados.¹³⁵ Era considerado um homem de qualidade e valor, experiente na colônia, particularmente no que tangia à capitania de sua família e aos seus habitantes.¹³⁶ Filipe IV o mandou para Lisboa, onde Albuquerque esperava encontrar o necessário para a organização de defesas. Mas o que o aguardava na capital portuguesa era uma caravela com vinte e sete soldados, a que foram somadas outras duas, carregadas de armamentos e munições para serem divididos entre a Bahia, o Rio de Janeiro, a Paraíba e o Rio Grande. Despachado como capitão-mor e superintendente da guerra,¹³⁷ com ordens para visitar e fortificar Pernambuco e demais territórios ao norte do rio São Francisco, Albuquerque partiu então para o Brasil em 12 de agosto de 1629, aportando no Recife em 18 de outubro.¹³⁸ Um mês depois, aos 19 de novembro, El Rei escreveu a Diogo Luís de Oliveira tratando em detalhes do que enviara junto do capitão-general à América portuguesa, as tais munições a serem repartidas para garantir às capitanias recursos para combater a armada invasora. Iam quarenta

¹³² Após 1625, “a Espanha sofreu uma série de contundentes revezes internos e externos: a bancarrota de 1627, o fracasso do programa reformista de Olivares, a guerra de Mântua, a captura da frota da prata por Piet Heyn. O esforço militar feito no norte da Itália contra os franceses redundou numa alteração do equilíbrio estratégico nos Países Baixos, com a derrota de Hertogenbosch (1629). [...] Quando da perda de Olinda, a Coroa estava despreparada para reagir na escala em que fizera cinco anos antes. [...] Os tempos sendo outros, já não se podia repetir ‘a jornada dos vassalos’ de 1625”. MELLO, Evaldo Cabral de. op. cit., 2007, p. 28.

¹³³ Cf. OLIVEIRA, Eduardo Freire (org.). *Elementos para a história do município de Lisboa*. 1ª parte, tomo III. Lisboa: Typographia Universal, 1887, p. 340-350, 375-378; SILVA, José Justino de Andrade e (org.). *Collecção chronologica da legislação portugueza, 1627-1633*. Lisboa: Imprensa de F. X. de Souza, 1855, p. 176, 177; 185, 186.

¹³⁴ Cf. SCHWARTZ, Stuart B. op. cit., 1991, p. 745-748.

¹³⁵ COELHO, Duarte de Albuquerque. op. cit., 1982, p. 33.

¹³⁶ SALVADOR, Vicente do. op. cit., 1965, p. 512, 513.

¹³⁷ Cf. “Registro do traslado da patente por onde Sua Majestade proveu a Mathias de Albuquerque de Superintendente da gente de guerra da Capitania de Pernambuco registrada em 26 de fevereiro de 1630”. In: *Documentos Históricos: patentes, provisões e alvarás (1625-1631)*. Vol. XV da série e XIII dos Docs. da Bib. Nac. Rio de Janeiro: Typographia Monroe, 1930, p. 355.

¹³⁸ COELHO, Duarte de Albuquerque. op. cit., 1982, p. 34.

quintais de chumbo e pólvora para a Salvador; sessenta de pólvora, dez de chumbo, cinquenta mosquetes, cinquenta arcabuzes e cinquenta piques para Pernambuco, que sabiam ser o destino mais provável dos neerlandeses; vinte quintais de pólvora e chumbo para a Paraíba; e a mesma quantidade para o Rio de Janeiro, sem menção à capitania do Rio Grande e nem à de Itamaracá.¹³⁹ Era pouco, especialmente diante da dimensão das forças inimigas a caminho e da precariedade crônica das praças da colônia.

Ao chegar no Recife, Matias de Albuquerque despachou os dezoito navios carregados de açúcar ali ancorados para Portugal, de modo que não corressem o risco de embargo por um bloqueio naval, e, conseqüentemente, tivessem suas cargas tomadas pelos invasores. Converteu os outros dezesseis mercantes ociosos em navios de guerra.¹⁴⁰ Depois se dedicou ao exame do estado das fortificações do território, muitas do tempo em que serviu como governador-geral. Segundo notas do 3º conde da Ericeira, Luís de Meneses, em sua *História de Portugal Restaurado*, o forte de S. Jorge, próximo da povoação do Recife, “era de fábrica antiga, mais capaz de resistir às frechas dos índios que às balas dos holandeses”,¹⁴¹ um indicador eloquente do estado das guarnições da capitania. O capitão-general “muito sentiu achar todas desmanteladas [...] e que lhe faltasse a artilharia que ali deixara para defesa de desembarque naquele porto e nas praias da banda do Pau Amarelo”, ao norte de Olinda. A situação era ainda mais preocupante do que a princípio parecera, pois, além de desmanteladas as fortificações que deixara, também havia pouca gente de guerra, algo em torno de cento e trinta soldados pagos, poucas armas e muitas delas inoperantes pela falta de uso e manutenção. “Tudo isto lhe deu justo cuidado, ponderando quão difícil seria pôr-se no estado de defesa com a brevidade que desejava e era indispensável [...]”. Dada a escassez de tempo, de homens – além dos soldados, a totalidade dos aptos a pegar em armas, experimentados ou não, não chegava a quatro mil em todo Pernambuco – e de recursos para que preparasse as praças da capitania para o ataque neerlandês, a diligência de Albuquerque, ainda em 1629, foi notável e, “no que pôde, não se descuidou”, como afirma seu irmão nas *Memórias diárias* [...]. O capitão-general alertou até mesmo os jesuítas responsáveis por aldeamentos indígenas, no intento de que os nativos também estivessem a postos para a ocasião da ofensiva estrangeira. Sem embargo, “faltava enfim todo o essencial, que era gente veterana e prática, armas, munições e abastecimentos”, e “tudo se ajustava ao intento e esperanças dos holandeses”.¹⁴²

¹³⁹ “Registro de uma carta de Sua Majestade escrita ao Governador Geral Diogo Luís de Oliveira registrada em 19 de novembro de 1629”. In: *Documentos Históricos*. op. cit., 1930, p. 333.

¹⁴⁰ BOXER, Charles R. op. cit., 1961, p. 55.

¹⁴¹ ERICEIRA, Luís de Meneses, Conde da. op. cit., vol. I, 1945, p. 72.

¹⁴² COELHO, Duarte de Albuquerque. op. cit., 1982, p. 35-37.

Em 9 de fevereiro de 1630, um patacho despachado por João Pereira Corte Real, governador das ilhas do Cabo Verde, aportou no Recife, alertando sobre a esquadra neerlandesa de quase setenta navios a caminho de Pernambuco, com chances de serem reforçadas e somarem oitenta.¹⁴³ Matias de Albuquerque, “como se a armada já estivesse à vista”, pôs-se a organizar os homens e recursos que reunira, focando-se prontamente no apresto dos fortes de guarda da vila e do porto. Mas preocupava o fato de que o grosso das fileiras de combatentes era composto por moradores “que, por não serem soldados, nos apertos tratam somente de salvar suas mulheres, filhos e fazendas”,¹⁴⁴ postura conhecida pela administração portuguesa, demonstrada nas várias ocasiões de ataques corsários, como vimos. Prevenidos como possível, ao meio dia de 14 de fevereiro, apenas cinco dias depois da chegada do patacho cabo-verdiano, avistaram de Olinda sessenta e sete baixeis ostentando as cores neerlandesas (Imagem 5). Em contraste às minguadas armas e munições enviadas pela Coroa ibérica ao Brasil junto do capitão-general, os equipamentos¹⁴⁵ à disposição dos batavos são descritos em uma *Relaçam verdadeira e breve da tomada da villa de Olinda*, coligida a partir de cartas de um padre que testemunhou a invasão, da seguinte maneira:

Trazia esta armada muitos petrechos e invenções de guerra, e entre outras um gênero de peças ligeiríssimas, porque são feitas de dois couros de boi, um deles curtido e outro cru, as quais atiram dez e doze tiros sem se queimarem, e lançam bala de dez e mais libras, e fazem o mesmo efeito que se foram de bronze. Também trazia outro gênero de peças que não pesam mais que 250 arráteis¹⁴⁶ cada uma, estão forradas por fora de uma chapa de cobre e outra tem por dentro, e o meio é de chumbo, ou estanho, e tudo com tal artifício que com só onze onças de pólvora tiram três libras de bala. Trazia mais setenta peças de campanha com suas coronhas, e com um engenho facilíssimo para as cavalgar e plantar a onde quizerem.¹⁴⁷

Era o dia seguinte à aparição da armada neerlandesa quando parte das embarcações bordejou à vista do Recife e começou a bombardeá-lo, parecendo aos habitantes e defensores que as balas “choviam do mar para a terra”.¹⁴⁸ É assim que descreve o início da ofensiva o frei Manoel Calado, membro da Ordem de São Paulo e habitante da vila de Porto Calvo, que testemunhou grande porção do período de ocupação holandesa em Pernambuco e legou uma

¹⁴³ RELAÇAM verdadeira e breve da tomada da villa de Olinda, e lugar do Recife na costa do Brazil pellos rebeldes de Olanda, tirada de huma carta que escreveo hum Religioso de muyta autoridade, & foy testemunha de vista de quasi todo o socedido: & assi o affirma, & jura; & do mais que depois disso socedeo té os dezoito de Abril deste prezente, & fatal anno de 1630. *Annaes da Bibliotheca Nacional*, Rio de Janeiro, vol. XX, 1898, p. 125.

¹⁴⁴ COELHO, Duarte de Albuquerque. op. cit., 1982, p. 40.

¹⁴⁵ Para mais sobre os armamentos neerlandeses, ver: BARROS, Sigrid Porto de. As armas que documentam a guerra holandesa. *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. X, 1949, p. 11-59.

¹⁴⁶ Um arrátel era o mesmo que uma libra, cerca de 460 gramas.

¹⁴⁷ RELAÇAM verdadeira e breve da tomada da villa de Olinda [...], op. cit., 1898, p. 125, 126.

¹⁴⁸ CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 42.

importantíssima narrativa sobre os ocorridos, intitulada *O Valeroso Lucideno*.¹⁴⁹ Os defensores e moradores de Olinda acudiram o porto conforme designações do capitão-general, mas não puderam contar com outros reforços vindos de áreas mais afastadas, pois a investida dos invasores foi pronta e pujante. Enquanto parte da frota flamenga comandada por Hendrick Loncq canhoneava as fortificações do Recife, tentando forçar entrada no porto, os invasores despacharam ao norte alguns navios com as tropas de Diederick van Waerdengurgh, a fim de desembarcar gente de infantaria na praia de Pau Amarelo. Aquele ponto era bastante favorável para tal manobra e de difícil defesa por parte dos portugueses em terra, de onde os invasores teriam caminho praticamente livre até Olinda, conforme alertara décadas antes o sargento-mor Diogo de Campos Moreno.

O desembarque na praia ocorreu praticamente sem resistência, o que resultou, nas palavras do mestre de gramática Diogo Lopes Santiago, na “desgraça desta terra”.¹⁵⁰ Por mais que houvesse algumas linhas de contenção e uma porção de emboscadas armadas por portugueses e indígenas na trilha até a vila, a força neerlandesa era poderosa, e as poucas baixas que experimentou em nada comprometeram sua vantagem. Marchavam ordenadamente cerca de quatro mil homens, ao passo que os milicianos que os aguardavam no trajeto não passavam de setecentos, a pé e a cavalo, que se retiraram diante de tamanha desproporção.¹⁵¹ Na perspectiva de Duarte Coelho, “por serem tão poucos e esses moradores mais afeitos às delícias do que às armas, e a ver o rosto e sentir as balas de um inimigo tão oposto ao ócio, ainda resistiram mais do que se podia esperar deles”.¹⁵² Os que acompanhavam Matias de Albuquerque, boa parte desprezada por Manoel Calado como “ricaços e de inchadas barrigas”, protestavam aos gritos a estratégia de pelejar diretamente com o inimigo em marcha, pedindo ao capitão-general que se reagrupassem sob a proteção das trincheiras em Olinda. Atulhado com tantos protestos, Albuquerque autorizou a retirada à vila e dali despachou os homens de que pôde dispor para reforçar o Recife.¹⁵³ Na madrugada daquele dia 15, a grande maioria deixaria seus postos e suas casas.

Não tardou para que os holandeses tomassem Olinda, mais precisamente no 16, abandonada, com alguns de seus defensores retirados para a baixada do porto depois de tímida

¹⁴⁹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. “Prefácio”. In: CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. XXV.

¹⁵⁰ SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira, herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da guerra, por Diogo Lopes de Santiago*. Recife: Fundarpe, 1984, p. 30.

¹⁵¹ FREIRE, Francisco de Brito. op. cit., 2001, p. 120-122; RELAÇAM verdadeira e breve da tomada da villa de Olinda [...]. op. cit., 1898, p. 127.

¹⁵² COELHO, Duarte de Albuquerque. op. cit., 1982, p. 50.

¹⁵³ CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 43.

resistência nas trincheiras, seguindo o capitão-general “entre nuvens de pelouros, que de mar e terra choviam sobre os nossos”.¹⁵⁴ Na mesma data, os moradores do Recife também começaram a fugir, levando consigo tantos bens quanto conseguiram carregar sem pôr em risco as próprias vidas.¹⁵⁵ Apesar do poderio dos holandeses, o autor da *Relaçam verdadeira [...]* considerava suficiente o número de homens incumbidos da salvaguarda do porto, algo em torno de setecentos, mas, quando informados da perda de Olinda, trataram prontamente de se salvar, desamparando as guarnições.¹⁵⁶ Sua retirada não foi menos aflita. Muitos se lançaram ao rio Beberibe e se afogaram, outros ainda sucumbiram a fogo amigo, disparado dos fortes remanescentes sob as ordens do capitão-general para prevenir outras fugas, tamanho o desespero.¹⁵⁷

Nas primeiras horas do dia 17, diante das limitações de suas forças, das deserções e da pujança dos neerlandeses, Matias de Albuquerque decidiu – acertadamente, segundo seu irmão – queimar a povoação do Recife, os depósitos de açúcar e o que mais ali havia de valor, assim como todos os navios. Visava sabotar os ganhos imediatos dos invasores, ainda que tivessem sucesso na tomada das praças, dando fim a preciosos estoques, que também incluíam pau-brasil, algodão, tabaco e outras mercadorias.¹⁵⁸ Diminuiu assim notavelmente os espólios da empreitada, ainda que não tivesse dado fim a tudo, pois se tem notícia de que, tão logo os batavos se apossaram daqueles sítios, entregaram-se ao saque, na baixada e na vila de Olinda. “Com grande desaforo e cobiça”, tomando tudo de valor, destruíram “as caixas, os escritórios, os contadores cheios de finas sedas, de ouro e de prata e ricas joias”, levando ornamentos das igrejas enquanto quebravam as imagens dos santos “como que se com isto lhe parecesse que extinguíam a fé Católica Romana”, para a indignação do frei Calado.¹⁵⁹ No entanto, o desembarço dos moradores em escapar com os bens que pudessem, a despeito de seu desespero diante da invasão, também garantiu a diminuição do butim esperado pelos batavos, que não pouparam as casas de particulares. Vale dizer que a pilhagem era uma prática permitida pelas lideranças militares, por um curto período e geralmente sob supervisão de oficiais, especialmente no caso dos exércitos majoritariamente formados por mercenários.¹⁶⁰ Quanto às

¹⁵⁴ CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 128.

¹⁵⁵ LONK, Hendrik C. “Descrição da conquista de Pernambuco por H. C. Lonk”. In: GALINDO, Marcos (org.). *Viver e morrer no Brasil holandês*. Recife: Fundaj; Editora Massangana, 2007, p. 230, 231.

¹⁵⁶ CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 128.

¹⁵⁷ COELHO, Duarte de Albuquerque. op. cit., 1982, p. 51.

¹⁵⁸ Idem.

¹⁵⁹ CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 44.

¹⁶⁰ Cf. PARKER, Geoffrey. *The Army of Flanders and the Spanish Road, 1567-1659*. London; New York: Cambridge University Press, 1972, p. 180-184; ANDERSON, Matthew S. *War and Society in Europe of the Old Regime, 1618-1789*. Leicester, UK: Leicester University Press, 1988, p. 52-56.

tropas da WIC, a supervisão era ainda mais necessária para a imposição de limites, visando a preservação dos despojos que comporiam o grosso dos retornos iniciais do empreendimento, questão frisada às lideranças das forças enviadas a Pernambuco pelos diretores da Companhia.¹⁶¹

Senhores da vila e do porto ao terceiro dia de março, quando as últimas guarnições dos fortes luso-brasileiros se renderam, os invasores trataram de posicionar sua gente nas praças e de fortificar sua posição, “como quem estava em terra alheia e desconhecida, e por espaço de um ano foram fazendo algumas fortalezas e baluartes para seu resguardo, e pelo tempo adiante se acabaram de fortificar em forma”,¹⁶² mas não sem dificuldades. Apesar da vitória, por mais de dois anos a presença dos holandeses em Pernambuco se limitou ao perímetro de Olinda, de Recife e da ilha adjacente de Antônio Vaz.¹⁶³ Suas ambições foram sistemática e reiteradamente embargadas pelas parcas forças portuguesas, que manejaram, empregando uma série de estratégias, o encerramento dos invasores, privando-os de circularem ilesos pelo interior da capitania e, por conseguinte, prosseguirem com a conquista.

Ainda em fevereiro daquele 1630, enquanto a população e grande parte dos combatentes luso-brasileiros se retiravam para o interior, Matias de Albuquerque se instalou com poucos homens e alguma munição em uma casa à margem do rio Beberibe, única que parecia habitável após o incêndio que havia ordenado. Ficara para socorrer os remanescentes dos baluartes, sabendo que a derrota era certa, para garantir que sobrevivessem e que alcançassem refúgio. “Em tão duras e grandes impossibilidades, que cada dia cresciam com a falta de tudo, para poder conservar-se ali o general estava de ânimo constante e desvelado em tolerá-las e até vencê-las, procurando ainda a defesa”, com “seu infatigável cuidado para fazê-lo”, de maneira que “formou quatro tropas de 12 homens cada uma, e alguns índios, [...] para que, andando perto da vila, não deixassem entrar nem sair dela pessoa alguma”.¹⁶⁴ Foi assim que Albuquerque pôs em prática a estratégia que alongaria a chamada “guerra de resistência” até meados daquela década, não obstante a discrepância numérica e estrutural entre as forças neerlandesas e portuguesas: a de emboscadas, cuja eficácia, constatada já à época da ocupação de Salvador, como veremos, era conhecida pelo capitão-general. Entretanto, apesar do ímpeto, também restou ao irmão do donatário, em clara desvantagem, a retirada para o interior. Tratou então de reunir a população dispersada e assentar um reduto. De modo que ergueu a fortificação do

¹⁶¹ COELHO, Duarte de Albuquerque. op. cit., 1982, p. 52.

¹⁶² CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 45.

¹⁶³ Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. op. cit., 2007, p. 32-34.

¹⁶⁴ COELHO, Duarte de Albuquerque. op. cit., 1982, p. 52, 53.

Arraial do Bom Jesus, às margens do rio Capibaribe, de onde os luso-brasileiros conseguiam lançar ofensivas sobre o inimigo, “com que lhe fizessem todo o mal que pudessem”, e vetar o acesso terra adentro, impedindo, inicialmente, que os flamengos alcançassem e tomassem os cobiçados engenhos de açúcar.¹⁶⁵ Desse momento em diante, a guerra em Pernambuco interiorizou, passou a contar com a participação mais ativa da população e tomou outros contornos, sobre os quais nos debruçaremos no capítulo seguinte.

1.4. “Descuidada de tão impensado acometimento”

Interessa-nos, por fim, a invasão de Angola, em 1641. Articulada nos momentos de transição entre a união dinástica ibérica e a restauração monárquica de Portugal, nação que, ao menos de início, deixaria de lado a hostilidade herdada dos espanhóis para com as Províncias Unidas, a ação de conquista enviada à costa africana foi crucial para o tom das relações luso-neerlandesas e para o arranjo do palco atlântico nos quase quinze anos seguintes. Diferentemente da tomada de Salvador e da ocupação de Olinda e Recife, as forças que atuaram na investida a Luanda zarparam do Brasil, mobilizadas pelo conde João Maurício de Nassau,¹⁶⁶ governador da conquista em Pernambuco desde o início de 1637, momento em que os invasores firmaram sua presença na terra ao sobrepujarem as forças luso-brasileiras, repelindo-as das imediações e dando fim ao período conhecido como “guerra de resistência”. A relativa estabilidade do governo nassoviano¹⁶⁷ permitiu que a ocupação neerlandesa se expandisse e que operações em nome da Companhia das Índias Ocidentais fossem lançadas a partir de Recife, ponto estratégico no Atlântico meridional e capital do Brasil holandês. A captura do forte de São Jorge da Mina, na Guiné, também sob as ordens de Nassau, no ano de sua chegada à América, foi um passo adiante nas ambições da WIC, mas com resultados pouco satisfatórios no provimento de cativos da região para as lavouras no outro lado do oceano, de modo que o interesse e a necessidade impunham que se voltassem para Angola.¹⁶⁸ A clássica afirmação de Antônio Viera, de que “sem negros não há Pernambuco, e sem Angola não há negros”,¹⁶⁹ é reverberada por proeminentes neerlandeses engajados no projeto da Companhia, particularmente nos registro dos feitos da organização, como o do geógrafo que também serviu

¹⁶⁵ RELAÇAM verdadeira e breve da tomada da villa de Olinda [...]. op. cit., 1898, p. 129.

¹⁶⁶ Cf. GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Maurício de Nassau e o Brasil holandês: correspondência com os Estados Gerais*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998, p. 124-126.

¹⁶⁷ Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. *Nassau: governador do Brasil holandês*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 130-158.

¹⁶⁸ BOXER, Charles R. op. cit., 1961, p. 150, 151; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. op. cit., 2000, p. 212-214.

¹⁶⁹ VIEIRA, Antônio. “Carta XLVI – Ao marquês de Nisa, 1648 – agosto 12”. In: VIEIRA, Antônio. op. cit., vol. I, 2008, p. 191.

como um dos diretores, Johannes de Laet,¹⁷⁰ e o do cronista e teólogo Gaspar Barléu.¹⁷¹ E assim, em meio ao rearranjo monárquico e ao esboço de uma aliança entre Portugal e os Países Baixos,¹⁷² tendo na Coroa de Castela um adversário comum, o conde de Nassau, enquanto negociava a suspensão das hostilidades locais com o vice-rei em Salvador, Jorge de Mascarenhas, marquês de Montalvão,¹⁷³ despachou expedições que alargaram a presença batava no Brasil e conquistaram importantes praças na África Ocidental, entre elas Luanda, além do presídio de Benguela e a ilha de São Tomé.

O almirante Cornelis Corneliszoon Jol, um afamado corsário conhecido como *Houtbeen*, o “Perna de Pau”, por supostamente utilizar uma prótese de madeira no lugar do membro que lhe tinham decepado,¹⁷⁴ recentemente “chegado de piratear na costa de Índias de Castela”,¹⁷⁵ e o coronel James Henderson foram enviados do Recife à frente de vinte e um navios, com quase três mil homens reforçados por duzentos e quarenta nativos, partindo em 30 de maio de 1641. As informações de que dispunham sobre o alvo angolano davam conta de uma guarnição de dois mil e quinhentos combatentes, nove fortins e uma fortaleza bem armada, com oitenta peças de artilharia.¹⁷⁶ Naquelas circunstâncias, com todo o planejamento, tinham consigo que a empresa seria fácil, “debaixo das tréguas que os Estados de Holanda tinham feito com El Rei Dom João, por ele haver mandado a todos os governadores das conquistas de seus reinos que só tivessem por inimigos a turcos e castelhanos”.¹⁷⁷ Para todos os efeitos, a frota partiu sob o pretexto de que iam interceptar carregamentos no Caribe espanhol, sem que as autoridades luso-brasileiras na Bahia, que contavam com uma delegação em Pernambuco àquela altura, tivessem conhecimento de seu real intento, pudessem lhes frustrar os planos em Angola e desandarem os acordos diplomáticos então negociados na Europa entre suas

¹⁷⁰ LAET, Johannes de. op. cit., vol. XXXIII, 1911, p. 75.

¹⁷¹ BARLÉU, Gaspar. op. cit., 2005, p. 62, 239.

¹⁷² As negociações diplomáticas terminariam por acordar que as possessões de cada nação até aquele momento seriam mantidas, mas, na janela de debates e ratificação desses termos, a Companhia instruiu que Nassau “dilatasse” as conquistas, o que o levou a optar por um ataque a Angola – em vez de nova investida à Bahia, como queriam os diretores da WIC –, para que pudesse anexa-la, junto de outras porções, como posses neerlandesas sob o tratado de trégua e armistício que seria assinado em 12 de junho de 1641, cuja prova de certificação, retardada tanto pelos Estados Gerais quanto por Portugal, ainda demoraria a chegar e, consequentemente, vigorar nos territórios ultramarinos. Cf. BARLÉU, Gaspar. op. cit., 2005, p. 236-238; BOXER, Charles R. op. cit., 1961, p. 145-147. Ver também: “Tratado de tréguas entre Portugal e os Estados Gerais da Holanda (12-6-1641)”. In: BRÁSIO, António (org.). op. cit., 1960, p. 509-517.

¹⁷³ Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. “Os holandeses no Brasil”. In: HERKENHOFF, Paulo (org.). op. cit., 1999, p. 27.

¹⁷⁴ ERICEIRA, Luís de Meneses, Conde da. op. cit., vol. I, 1945, p. 331.

¹⁷⁵ “Relação da conquista de Angola e S. Tomé pelas forças holandesas (1641)”. In: BRÁSIO, António (org.). op. cit., vol. VIII, 1960, p. 519.

¹⁷⁶ RATELBAND, Klaas. op. cit., 2003, p. 124.

¹⁷⁷ “Relação da conquista de Angola e S. Tomé pelas forças holandesas (1641)”. In: BRÁSIO, António (org.). op. cit., vol. VIII, 1960, p. 519.

respectivas nações. Furtivos em sua partida, os flamengos alcançaram a barra de Luanda em 23 de agosto.

Cerca de um mês antes, quatro velas neerlandesas haviam perturbado a paz da praça angolana ao despontarem diante do morro de São Paulo, indicando uma possível ofensiva. Mas nada tinham com a missão de Jol e Henderson. Trataram pacificamente com o governador e partiram pouco depois, de modo que a rotina do porto prosseguiu sem muitos problemas, com a carga e descarga de navios negreiros, sem que seus habitantes soubessem da iminente força enviada do Recife. Julgavam que, após a proclamação de D. João IV, ao qual se juramentaram em Luanda assim que lhes chegaram aquelas novas em 25 de abril daquele ano,¹⁷⁸ o perigo de um assalto encabeçado por holandeses, tradicionalmente inimigos de Castela, havia passado.¹⁷⁹ Porém, no dia 24 de agosto, ao avistarem as embarcações de guerra de Cornelis Jol, “muitas delas tão possantes que julgaram alguns, que não tinham tanto conhecimento, que eram galeões de Espanha e armada castelhana”,¹⁸⁰ os desesperados portugueses tinham por certo e inevitável o triunfo do inimigo. Havia apenas uma fortaleza apta para defender a cidade, pouco provida e em posição desfavorável para atirar contra os invasores da barra, situação completamente diferente da que supunham os batavos. Nas palavras de Luís Félix Cruz, secretário que também serviu como capitão-mor no presídio da “Vila da Vitória” de Massangano, Angola estava de fato “descuidada de tão impensado acometimento”.¹⁸¹

Tocaram o rebate, enquanto o governador Pedro César de Menezes posicionava defensores nos fortins que guardavam a baía, marchando em seguida para o forte de São Francisco do Penedo, na enseada de Cassondama, ao norte da povoação, aguardando o próximo movimento dos flamengos. Mas Menezes tinha consigo pouquíssima gente de guerra, “e esses [eram] mal disciplinados, porque naquela praça se não tratava mais que de adquirir fazenda”.¹⁸² Além da carência comum de soldados nas possessões atlânticas portuguesas, o desfalque ali experimentado naquele momento era mais grave, pois muitos dos que deveriam estar

¹⁷⁸ Cf. Aclamação de D. João IV, em Luanda. *Diogo-Caão*: revista ilustrada de assuntos históricos angolanos. Lisboa, série III, n. 7, 1936, p. 219, 220. Ver também: RODRIGUES, Francisco. *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*. Tomo III, volume 1. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa, 1944, p. 374.

¹⁷⁹ RATELBAND, Klaas. op. cit., 2003, p. 137.

¹⁸⁰ CADORNEGA, António de Oliveira. *História Geral das Guerras Angolanas: 1680*. Por António de Oliveira Cadornega; anotado e corrigido por José Matias Delgado. Volume I. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1972, p. 232.

¹⁸¹ CRUZ, Luiz Félix. Manifesto das hostilidades que a gente que serve a Companhia Ocidental de Holanda obrou contra os vassallos d’El Rei de Portugal neste reino de Angola, debaixo das tréguas que obrigaram ao General Salvador Correa de Sá e Benevides a desalojar estes soldados holandeses dele, sendo mandado a esta Costa por Sua Majestade a diferente fim. *Boletim da Classe de Letras (da Academia de Ciencias de Lisboa)*: actas e pareceres, estudos documentos e notícias. Volume XIII, 1918-9. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921, p. 46.

¹⁸² “Relação da conquista de Angola e S. Tomé pelas forças holandesas (1641)”. In: BRÁSIO, António (org.). op. cit., vol. VIII, 1960, p. 520.

estacionados em Luanda haviam morrido por doenças endêmicas, outros haviam sido enviados como reforços a fortalezas vizinhas, como Benguela, e alguns “tinham fugido no galeão *São Bento*, descontentes da aspereza da terra; com o que o governador se achava com alguns duzentos homens pagos, cento e cinquenta da sua gente [...], com mais cinquenta da terra”.¹⁸³ A própria nomeação de Pedro César de Menezes, que chegara a Luanda em 1639, fora uma medida preventiva dos ibéricos diante da dilatação e do fortalecimento da presença neerlandesa no Brasil e sua movimentação no Atlântico Sul. Composta por cerca de trezentos homens, munidos de provisões, munições e apetrechos de guerra, a comitiva enviada junto de Menezes era o primeiro reforço de tropas auxiliares da Península desde 1625,¹⁸⁴ quando da designação de Fernão de Sousa para o cargo. Era a função de Menezes, segundo testemunhos, arrematar e ampliar as obras de defesa do porto e da cidade iniciadas por seus predecessores, conforme lhe fosse possível, a partir dos recursos limitados que tinha em mãos.¹⁸⁵ Contudo, a surpresa do ataque e a indisponibilidade de soldados levou a uma derrota repentina. Reportando ao rei sobre a situação estrutural e militar de Luanda cerca de um ano e meio depois da invasão, quando pôde restabelecer contato com Portugal, o governador afirma que, “como sempre” escreveu “aos tribunais de V. Majestade, a praça da Luanda era indefensível, toda aberta, e com menos de trezentos homens, os mais deles sem nenhuma disciplina e menos obrigações, mal se podem defender de dois mil infantes, quatrocentos índios, e trezentos marinheiros, que tantos foram os que saltarão em terra [...]”.¹⁸⁶

Os neerlandeses optaram por uma investida terrestre direta à cidade, evitando um desembarque longínquo, o que importaria uma marcha exaustiva aos seus soldados, já prejudicados pelas agruras da travessia – tanto as naturais quanto as provocadas pelo armamento precário da frota, abastecida com provisões insuficientes e da pior qualidade,¹⁸⁷ entrave comum das longas viagens ultramarinas,¹⁸⁸ mas particularmente manifesto nos empreendimentos da WIC.¹⁸⁹ Assim, lançaram-se à entrada setentrional do porto, guiados por

¹⁸³ CADORNEGA, António de Oliveira. op. cit., vol. I, 1972, p. 231.

¹⁸⁴ Ibid., p. 127, 128.

¹⁸⁵ RATELBAND, Klaas. op. cit., 2003, p. 107, 108.

¹⁸⁶ MENEZES, Pedro César de. “Carta do governador de Angola a El Rei de Portugal (9-3-1643)”. In: BRÁSIO, António (org.). op. cit., vol. IX, 1960, p. 28.

¹⁸⁷ RATELBAND, Klaas. op. cit., 2003, p. 137, 142.

¹⁸⁸ MAURO, Frédéric. *Portugal, o Brasil e o Atlântico (1570-1670)*. Volume 1. Lisboa: Editorial Estampa; Imprensa Universitária, 1989, p. 111-132.

¹⁸⁹ KLOOSTER, Wim. *The Dutch moment: war, trade, and settlement in the Seventeenth-Century Atlantic World*. Ithaca-NY: Cornell University Press, 2016, p. 132-140; MIRANDA, Bruno R. F. “Mantendo um exército: abastecimento de víveres durante a ocupação da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)”. In: MIRANDA, Bruno R. F. et al. (org.). *Essa parte tão nobre do corpo da monarquia: poderes, negócios e sociabilidades em Pernambuco colonial. Séculos XVI-XVIII*. Recife: Editora UFPE, 2016, p. 25-56; NASCIMENTO, Rômulo L. X. do. “‘Navegar, sim, comer... pouco’: algumas observações acerca da navegação e

um piloto espanhol conhecedor daquelas águas, que haviam capturado no mar alguns dias antes. Instaurado o desespero generalizado em Luanda, o governador ordenou aos oficiais da Fazenda Real que mandassem botar a pique duas pequenas embarcações no canal da barra, como bloqueio para impedir a entrada dos navios batavos. No dia 25, em vez de se projetarem sobre o porto, os invasores armaram um bloqueio naval enquanto alcançavam a praia ao sul de Cassondama, entre o fortim de Santa Cruz e o do Penedo (Imagem 6). Desembarcaram rapidamente as primeiras tropas, transportadas em lanchas protegidas das baterias lusas por navios maiores, ainda que a artilharia que pretendia repeli-los não os alcançasse, tanto pela distância quanto pelo pouco calibre das bocas de fogo. Os flamengos logo trataram de estabelecer um perímetro na praia para evitar quaisquer surpresas e frustrar tentativas de resistência dos portugueses, possibilitando assim o desembarque do restante das forças e da artilharia para que dali avançassem sobre a cidade. Pedro César de Menezes ficou muito surpreso com o planejamento e conhecimento das particularidades daquelas paragens demonstrado pelos contrários – graças ao piloto espanhol¹⁹⁰ –, o que também atravancou a reação dos lusos, com a maior parte das guarnições entrincheirada nos fortins afastados dali e no interior da urbe.

Ainda na década anterior, em 1632, o ex-governador Fernão de Sousa, em uma relação sobre a costa de Angola e do Congo feita depois de deixar o cargo, apontava para a fragilidade da praia entre os fortes do Penedo e o de Santa Cruz, onde “pode o inimigo desembarcar debaixo da sua artilharia sem lhe poderem impedir, por ser praia limpa e descoberta e não haver gente com que a guarnecer”.¹⁹¹ Uma exposição de vulnerabilidade bastante similar à que fez Diogo de Campos Moreno sobre Pau Amarelo. Contudo, ao contrário dos administradores de Pernambuco, Menezes não ignorou as indicações de seu antecessor, tendo instalado peças de ferro e uma companhia de mosqueteiros naquela praia, assim como fizera Sousa em tempos de ameaças corsárias. Mas a Luanda do início dos anos 1640 carecia ainda mais de munições e homens. E muitos deles, de pouca experiência e apavorados, fugiram com a chegada dos numerosos batavos em terra, que logo firmaram ali sua posição e conseguiram desembarcar

abastecimento no Brasil holandês”. In: POSSAMAI, Paulo César (org.). *Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna*. São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 157-175.

¹⁹⁰ “[...] o inimigo trazia a coisa bem premeditada e pessoa prática em sua companhia, que sabia mui bem da terra e suas veredas, porque botar fundo entre um forte e outro, como era o da Casomdama e do Penedo, com tal proporção e medida que nem de um nem de outro podia ser ofendido, [...] e logo ir buscar aquela vereda tão limitada, não havendo outra por onde pudesse subir ao alto por serem tudo barrocas íngremes, o certo é que o trazia bem zizado”. CADORNEGA, António de Oliveira. op. cit., vol. I, 1972, p. 233.

¹⁹¹ SOUSA, Fernão de. “Relação da costa de Angola e Congo pelo ex-governador Fernão de Sousa (21-2-1632)”. In: BRÁSIO, António (org.). op. cit., vol. VIII, 1960, p. 114, 115.

mais de dois mil soldados e várias peças de artilharia. Diante disso, o governador mandou que todos se recolhessem.¹⁹²

A ideia cultivada entre os neerlandeses de que a suspensão de hostilidades ordenadas pela Coroa portuguesa lhes facilitaria a empreitada – além da precariedade defensiva de Luanda, não condizente com as informações de que previamente dispunham – foi confirmada, e a confusão inicialmente observada entre os lusos foi danosa a qualquer resistência que pudessem mobilizar. Como nos conta em *História Geral das Guerras Angolanas* António de Oliveira Cadornega, cronista que lá chegou como soldado raso com Pedro César de Menezes em 1639, galgou na carreira militar, serviu em diversos cargos administrativos e judiciais, e testemunhou os acontecidos naquelas plagas por mais de quatro décadas, o governador, sabendo se tratarem de holandeses, mandou-lhes uma embaixada para que defendessem a autoridade de D. João IV sobre aquelas terras, pois sabiam ali que a Coroa “estava em paz e tinha amizade com todos os Príncipes de Itália e Províncias Unidas dos Estados de Holanda”. Assim sendo, os enviados questionaram os neerlandeses das razões para “a falsa fé” e a invasão da praça “de seu Príncipe e Senhor; ao que responderam frívolos que eram mandados por seus maiores, que não sabiam de outra coisa”.¹⁹³ É evidentemente premeditada a dissimulação dos flamengos, mas tais situações seriam críveis aos interlocutores por refletirem desmandos comuns na articulação de operações ultramarinas, coordenadas por várias instâncias deliberativas que cujas ordens levavam tempo até serem transmitidas entre si, dependentes da comunicação nem sempre otimizada entre pontos distantes. No caso ora apreciado, direções gerais partiram do Conselho dos XIX,¹⁹⁴ e uma autoridade local e remota como o conde de Nassau decidiu autonomamente pelas praças da África Ocidental como destinos das investidas ordenadas pelos diretores da Companhia durante a janela de negociações de trégua dos Estados Gerais com os diplomatas portugueses.

Desembarcados os flamengos, em número significativamente maior que os portugueses – os relatos afirmam haver algo em torno de oitocentas almas na praça e nos fortins, entre oficiais administrativos, soldados, homens do mar, moradores e religiosos –, marcharam protegidos pela escuridão da madrugada. Em quadro similar ao observado em Salvador, em 1624, encontraram Luanda abandonada. Todavia, ao contrário de Diogo de Mendonça Furtado, Pedro César de Menezes não se deu à captura, e o abandono da praça naquela noite não consistiu em uma fuga desordenada e motivada pela preservação individual e de bens privados de seus

¹⁹² CADORNEGA, António de Oliveira. op. cit., vol. I, 1972, p. 234.

¹⁹³ Idem.

¹⁹⁴ Entidade deliberativa máxima da Companhia das Índias Ocidentais.

habitantes, mas em uma retirada coletiva deliberada entre os principais e ordenada pelo governador. Deixaram muitas fazendas e mantimentos para trás, tratando apenas de levar posses mais preciosas e a prata dos mosteiros e igrejas. Às duas da madrugada, levando o que podiam, saíram da cidade pelo convento de São José, dos frades da Ordem Terceira de São Francisco, em vias de contornar a rota provável de entrada dos batavos. Buscaram então caminho para o rio Bengo e seus arimos,¹⁹⁵ retirando-se de maneira protegida pela paisagem.¹⁹⁶ Sem experiência naquelas terras, os invasores evitaram dar caça aos fugidos e priorizaram o controle da povoação e do porto, onde encontraram bens e mantimentos. Armazéns, mosteiros, o colégio dos jesuítas, casas de particulares e cerca de vinte navios carregados no porto ficaram largados aos neerlandeses, que os saquearam, motivados pela ambição e em busca de alívio das penúrias sofridas desde que haviam partido do Brasil. Para os portugueses, não pareceu prudente incendiar a cidade antes de evadirem, intencionando recupera-la assim que possível, sob a suposição de que os batavos estavam em Angola apenas para pilhar, inclinação que poderia facilitar uma negociação de resgate em troca de dinheiro.¹⁹⁷ Entretanto, transcorridos três dias desde sua arribada, os flamengos se assenhorearam da praça, cuja prosperidade os impressionou,¹⁹⁸ imbuídos da ideia de que o controle da posição litorânea dar-lhes-ia imediatamente o controle sobre as terras do interior, para onde voltariam sua atenção.

Com a retirada dos moradores e do governador, que perambularam pelo sertão, entre sítios e outeiros¹⁹⁹, trataram os holandeses de construir um fortim na foz do rio Bengo, que guarneceram com trezentos soldados, a fim de impedir qualquer acesso dos portugueses ao mar, fosse para contatar embarcações de passagem ou para enviar mensagens ao Brasil ou a Portugal. Após alguns meses de resistência, com tentativas pontuais de negociação com os flamengos, o bispo de Luanda e os principais moradores conferenciaram sobre o que deveriam fazer, argumentando ao governador que, diante do estado das coisas, das dificuldades enfrentadas pela população desterrada e da impossibilidade de triunfo sobre o inimigo, era necessário manter

¹⁹⁵ O termo “arimo” se refere a plantação, lavra. Possivelmente uma derivação ou corruptela do verbo mbundu *kurima*, “fazer plantação, cultivar a terra”. Vigente no Seiscentos, hoje em desuso. Cf. “Vocábulos em kimbundu, kikongo, mbamba ou outros dialectos”. In: CADORNEGA, António de Oliveira. op. cit., vol. I, 1972, p. 611; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. op. cit., 2000, p. 283.

¹⁹⁶ CADORNEGA, António de Oliveira. op. cit., vol. I, 1972, p. 238.

¹⁹⁷ RALTENBAD, Klaas. op. cit., 2003, p. 141.

¹⁹⁸ Ibid., p. 146.

¹⁹⁹ Como definido pelo lexicógrafo e padre Raphael Bluteau, outeiro seria “lombo de terra que se levanta da planície e faz um alto donde se descobre campo. Os que investigaram a etimologia de outeiro querem que se derive do grego *optomai*, que quer dizer vejo, e na língua castelhana *otear* é olhar de lugar alto para o campo”. Bluteau também aponta que “colina” já seria usado como sinônimo de “outeiro” por autores do século XVII. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez & Latino*. Volume VI. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1721, p. 155.

todos a salvo enquanto aguardavam socorros da metrópole. Insistiram na ideia de que deveriam rumar aos presídios do interior, onde poderiam se sustentar e organizar melhor oposição aos holandeses.²⁰⁰ Convencido dos argumentos chancelados pelos habitantes e com os invasores em seu encalço, o governador ordenou a retirada para a fortaleza de Massangano, a trinta léguas de Luanda, na confluência dos rios Lucala e Cuanza. Cuidara também de enviar notícias e relatórios da invasão ao rei, pelas mãos do capitão Antônio da Fonseca de Ornelas, que furou o bloqueio fluvial neerlandês, arribou na Bahia e dali embarcou para Lisboa, lá chegando em 20 de dezembro daquele 1641. Novamente, assiste-se à interiorização da guerra e uma dinâmica de resistência contra a conquista litorânea, na esperança de socorros externos enquanto ambos os lados do conflito manejavam os recursos de que dispunham e lidavam com obstáculos da terra. Da parte dos holandeses, sua missão não se resumia apenas à tomada de Luanda – sem a intenção de dismantelar o fluxo negreiro, vale ressaltar, uma tarefa complexa –, mas também a de outros pontos na costa africana, à qual deu prosseguimento o “Perna de Pau”, rumando à frente de treze dos vinte e um navios que zarparam do Recife para a ilha de São Tomé. Também ocuparam o presídio de Benguela, cumprindo, em linhas gerais, os objetivos da expedição enviada por Nassau.

Assim foram montados os três principais palcos da contenda luso-neerlandesa no Atlântico, no decorrer do século XVII. Frutos de três investidas holandesas que mobilizaram números consideráveis e triunfaram sobre contingentes portugueses inferiores e mal preparados, tomando, assim, praças portuárias enquanto a maior parte de seus ocupantes desterrados se refugiava no interior. É certo que os territórios ultramarinos lusitanos, por mais valiosos e importantes, como era o caso de Angola e do Brasil, tiveram seus destinos “encomendados à fortuna”, como destacou Diogo de Campos Moreno em meio às críticas à precariedade pernambucana, deixados praticamente aos próprios desígnios, à própria sorte, até a segunda metade do Seiscentos.²⁰¹ Cabia ao Rio de Janeiro, por exemplo, o envio frequente de mantimentos à Bahia,²⁰² e também recaiu sobre os cariocas o financiamento e a organização da maior parte do contingente que compôs os socorros liderados por Salvador Correia de Sá e Benevides em 1648, para, inicialmente, fortificar uma posição no Quicombo, bom ancoradouro

²⁰⁰ CADORNEGA, António de Oliveira. op. cit., vol. I, 1972, p. 235, 236.

²⁰¹ RATELBAND, Klaas. op. cit., 2003, p. 97.

²⁰² Ver, entre outros: “‘Sobre o provimento que das capitâneas do sul pode se enviar a Baía para ajuda do sustento do presídio’ e ordem para o capitão-mor e governador do Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá, angariar nas capitâneas do Rio de Janeiro, S. Vicente, S. Paulo e Espírito Santo a maior quantidade possível de bastimentos para o exército da armada do norte”. In: NORTON, Luís. *A Dinastia dos Sás no Brasil: a fundação do Rio de Janeiro e a Restauração de Angola*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1965, p. 168-173. Ver também: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. op. cit., 2000, p. 361-363.

com acesso ao rio de mesmo nome entre o Angola e Benguela, socorros que terminaram reconquistando Luanda dos holandeses.²⁰³ Isso porque Portugal enfrentou uma série de obstáculos que prejudicavam o fornecimento de auxílio apropriado às suas possessões, durante a união dinástica e os anos de reestruturação monárquica depois da Restauração,²⁰⁴ lutando para retomar seu espaço político no Velho Continente e suas colônias no Ultramar. Já a Espanha, enquanto os Habsburgo ainda reinavam sobre a Península, enfrentava inimigos em várias frentes, particularmente nas fronteiras em Flandres, disputadas com os neerlandeses, e na Nova Espanha, constantemente ameaçada por estrangeiros,²⁰⁵ e pouco podia fazer a respeito dos pedidos de socorro de seus súditos e colonos lusos que chegavam a Madri.

Todavia, no que diz respeito ao respaldo financeiro e material, os batavos não assumiam dianteira patente como seria possível supor pela observação circunscrita às situações sobre as quais nos atentamos até aqui. A Companhia das Índias Ocidentais, como dissemos no tocante à importância do saque da frota espanhola da prata em 1628 e das práticas de corso que chancelava, não desfrutava de capital abundante ou estável, contando sempre com os retornos de investimentos altos e arriscados, em situação na qual a movimentação comercial “ocidental” de que tinha privilégio de exploração se encontrava desestabilizada pelos conflitos com os ibéricos. Além disso, a WIC era altamente dependente do auxílio militar dos Estados Gerais, que também enfrentavam dificuldades para prove-lo adequadamente.²⁰⁶ Os batavos se avantajavam no campo de batalha, física e disciplinarmente, o que se refletia no desempenho bélico²⁰⁷ – mas não necessariamente na subordinação à paisana –, e o despreparo duradouro e “sem remédio” dos portugueses facilitou em grande medida os sucessos dos invasores. Entretanto, os entraves financeiros de ambas as facções em conflito fizeram com que o Atlântico fosse palco de uma guerra de pobres contra pobres.²⁰⁸ Não à toa, a conhecida narrativa de Johannes de Laet, *História ou Anais dos Feitos da Companhia das Índias Ocidentais*, referente aos primeiros quinze anos de atuação da WIC e finalizada em 1644, tem sua dedicatória às lideranças políticas dos Países Baixos, enfatizando a grandeza das proezas realizadas “por uma fraca Companhia”, questão considerada patente pelo autor para convencer sobre a viabilidade – e necessidade – de maior apoio financeiro estatal à organização.²⁰⁹

²⁰³ Cf. NORTON, Luís. op. cit., 1965, p. 81-92.

²⁰⁴ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. op. cit., 2000, p. 223.

²⁰⁵ MURTEIRA, André. op. cit., 2012, p. 275, 276.

²⁰⁶ Ibid., p., p. 286.

²⁰⁷ BOXER, Charles R. op. cit., 1969, p. 125, 126.

²⁰⁸ Ibid., p. 125-129.

²⁰⁹ LAET, Johannes de. op. cit., vol. XXX, 1908, p. 3.

O combate foi a principal e primeira forma de contato entre lusos e batavos, a contenda foi o estopim das relações que protagonizaram ao longo do segundo quartel do século XVII, o que torna imperativo que a observação da disponibilidade material nesses cenários e dos limites do suporte metropolitano contemple, em alguma medida, as estruturas de guerra. Depois dos sucessos neerlandeses na Bahia, em Pernambuco e em Angola, os lados em conflito se viram praticamente desprovidas de remessas regulares de homens, armamentos, munições, alimentos e medicamentos, e não menos carentes de diretrizes superiores. A gestão da vida nos trópicos, permeada por essa carestia, demandou engenhosidade no desenvolvimento e aplicação de estratégias relativas à sobrevivência e à condução da guerra terrestre, a partir dos recursos locais disponíveis, a fim de contornar obstáculos e agruras da terra com efeitos agravados pelo conflito. São essas as questões as quais nos atentaremos no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 2 – As inclemências das terras e os artifícios dos homens

A partir dos embates referidos, que terminaram com vitórias neerlandesas depois da oposição entre as estruturas bélicas cronicamente deficientes dos territórios portugueses e a pujança inicialmente trazida aos trópicos pelos batavos, os habitantes da Bahia, de Pernambuco e de Angola foram forçados a retiradas para o interior daqueles territórios, enfrentando, desde o início, percalços comuns. Contudo, as preocupações e métodos relativos à sobrevivência das populações e à organização de forças que dessem combate aos invasores apresentaram, com o andar dos conflitos, algumas distinções e resultaram em arranjos com desdobramentos variados no que diz respeito à permanência dos holandeses naquelas terras, à aplicação de seus projetos de conquista e exploração comercial, bem como ao nível de proximidade que estabeleceram com os lusos e os nativos do Brasil e da África Ocidental.

Vale pontuar, de saída, que o impacto mais direto e praticamente imediato das invasões foi a desestabilização das atividades econômicas que davam razão àquelas praças coloniais, a saber, a produção de açúcar no Brasil e o fornecimento de cativos africanos para as Américas. Na Bahia, a permanência holandesa foi breve e a iniciativa restauradora ibérica foi definitiva – ainda que não tenha impedido danos duradouros¹ –, mas a reativação dos engenhos e revitalização do comércio em Pernambuco,² nos últimos anos da década de 1630, assim como o reestabelecimento das redes de obtenção de escravos no interior de Angola e da sistematização do embarque dessas almas a serem comercializadas alhures, no decênio seguinte,³ foram preocupações evidentes dos oficiais responsáveis pelas possessões neerlandesas. Até que esses esforços de retomada econômica pudessem dar resultados, a derrota ou a agregação das forças portuguesas que defendiam os territórios invadidos era essencial. Como veremos a seguir, as fortunas de cada facção, nas duas margens do Atlântico, variaram em função das diferentes estratégias adotadas, a partir dos recursos disponíveis e dos obstáculos enfrentados.

¹ Cf. SILVA, Pedro da. “Relação por mayor das cousas sobre que escrevi a S. M. e seus menistros na caravela do Pachão que partio para Lisboa em 26 de abril 1636”. In: MAURO, Frédéric (org.). *Le Brésil au XVIIe siècle*. Documents inédits relatifs à l’Atlantique portugais. Coimbra: [s.n.], 1961, p. 253-257.

² Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. *Nassau: governador do Brasil holandês*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 63-65; WÄTJEN, Hermann. *O domínio colonial holandês no Brasil: um capítulo na história colonial do século XVII*. Recife: CEPE, 2004, p. 145-148.

³ Cf. RATELBAND, Klaas. *Os holandeses no Brasil e na costa africana: Angola, Kongo e São Tomé (1600-1650)*. Lisboa: Vega, 2003, p. 189, 190.

2.1. Descômodos e dificuldades

Os percalços e agruras enfrentados na Baía de Todos os Santos foram, nas palavras já citadas de Antônio Vieira, “maiores que nunca” para todos os residentes da capital da América portuguesa. Ao apontar, na carta ânua, a importância dos padres da Companhia de Jesus no socorro dos desterrados, o inaciano reporta uma situação de notável penúria. Entre a multidão em fuga de Salvador, “não se ouviam [...] senão ais sentidos e gemidos lastimosos das mulheres que iam fugindo; as crianças choravam pelas mães, elas pelos maridos, e todas e todos, segundo a fortuna de cada um, lamentavam sua sorte miserável”. Era tudo “romper em ais e gemidos, com que feriam o céu e os corações dos que os ouviam”, lamúrias pelo desalojamento forçado, pelos percalços até então enfrentados e pelos que estariam por vir.⁴ Enquanto “cobriam os matos e praias os desterrados, que só dos portugueses seriam dez ou doze mil almas” – um número⁵ provavelmente dilatado,⁶ mas que não deixa de ilustrar o impacto da invasão no sentido de varrer da capital os portugueses –, serviam “de casa a uns as árvores agrestes, e a outros o céu, sem mais algum abrigo da calma, chuvas e sereno da noite”. Todos se deslocaram a pé, “muitos descalços e despídos, morrendo à fome e sede aqueles que, pouco havia, deixaram casas tão ricas e abastadas de tudo que mais pareciam servir ao regalo que à necessidade”.⁷ Praticamente toda a população fugira. Permaneceram na urbe,⁸ além da comitiva do governador Diogo de Mendonça Furtado, apenas dois ou três mercadores, ainda em posse de seus bens e junto de suas famílias, alguns poucos oficiais mecânicos e uma porção de velhos e doentes que, pela condição de pobreza ou de precária saúde, não foram capazes de seguir os que se retiravam.⁹

⁴ VIEIRA, Antônio. “Ânua da Província do Brasil (1626)”. In: VIEIRA, Antônio. *Cartas*. Volume I. Organização e notas de João Lúcio de Azevedo. São Paulo: Globo, 2008, p. 43.

⁵ Frédéric Mauro destaca que a precisão quantitativa é “difícil de obter para os períodos anteriores a 1700”. As projeções tendem a ser conjunturais à vista do estado lacunar dos documentos, dos erros comuns daqueles que empunharam as plumas, de questões que lhes escaparam do controle etc. Destarte, Mauro afirma que “é preciso sobretudo ter presente que o mundo anterior a 1670 é ainda estranho à ciência dos números e aos recenseamentos”. MAURO, Frédéric. *Portugal, o Brasil e o Atlântico (1570-1670)*. Volume I. Lisboa: Editorial Estampa; Imprensa Universitária, 1989, p. 24.

⁶ Cf. CARRARA, Angelo Alves. A população do Brasil, 1570-1700: uma revisão historiográfica. *Tempo*, v. 20, 2014, p. 1-21. Ver também: MARCÍLIO, Maria Luiza. “The population of colonial Brazil”. In: BETHELL, Leslie (ed.). *The Cambridge History of Latin America*. Volume II: Colonial Latin America. Cambridge, UK; New York, USA: Cambridge University Press, 2008, p. 37-63.

⁷ VIEIRA, Antônio. op. cit., vol. I, 2008, p. 45.

⁸ D. Manuel de Menezes afirma que as forças hispano-lusitanas enviadas para a retomada da capital encontraram ali junto aos holandeses “muitos negros e negras, [e] poucos portugueses, os mais de nação hebreia, que se acomodaram à fortuna do vencedor [...]”. MENEZES, Manuel de. Recuperação da cidade do Salvador escripta por D. Manuel de Menezes, chronista-mor e chrosmographo de Sua Magestade e capitão geral da armada de Portugal naquela empresa. *Revista trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXII. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de J. M. N. Garcia, 1859, p. 590.

⁹ SALVADOR, Vicente do. *História do Brasil (1500-1627)*. 5ª edição. São Paulo: Melhoramentos, 1965, p. 444.

Chegar ao reduto que se organizava na aldeia¹⁰ do Espírito Santo, às margens do rio Joanes, “que é de índios doutrinados dos padres da Companhia”,¹¹ a cerca de sete léguas a nordeste de Salvador, dependeu dos variados ânimos e condições dos refugiados, mas ali, aos poucos, foi-se reunindo e acolhendo a maior parte dos que haviam abandonado a capital. No aldeamento, “o aperto e incomodidade bem se deixa[va] ver”, pois os cerca de setenta nativos dali moravam em casas “feitas e repartidas para quatro”, de maneira que o acondicionamento dos soteropolitanos se mostrou bastante problemático. E se a estrutura da aldeia mal dava conta de receber aquela multidão, era muito menos capaz de sustenta-la apropriadamente. Enquanto aguardavam assistência de qualquer sorte e rogavam para que socorros fossem enviados pela Coroa, era preciso que cuidassem da sobrevivência da população, mas havia numerosos entraves para a garantia dessa subsistência, da disponibilidade e qualidade variáveis de provisões e alimentos, passando por problemas de alojamento, até as dificuldades estruturais e a falta de gente capacitada para cuidar dos doentes e feridos.

A esperança de apoio foi alimentada pela notícia de que, com a prisão de Diogo de Mendonça Furtado pelos invasores, Matias de Albuquerque, administrador de Pernambuco, havia sido nomeado governador-geral pelo rei, um indicativo de que o golpe sofrido nas mãos dos flamengos havia ecoado prontamente em Lisboa e em Madri. Não tardou para que o governador interino nomeasse um ouvidor-geral, Antão de Mesquita de Oliveira, e ordenasse ao bispo D. Marcos Teixeira, uma liderança tanto para os homens da Igreja quanto para a população leiga, que elessem um capitão-mor, formando assim uma junta governativa da resistência baiana, cargo para o qual o próprio religioso foi escolhido. Sinalizava-se que os apertos da população eram conhecidos por seus governantes, que não a deixariam desamparada por muito tempo.

Além do recolhimento na aldeia, D. Marcos Teixeira mandou assentar um arraial – um pequeno reduto fortificado, na verdade, pouco comparável em dimensão ao Arraial do Bom Jesus em Pernambuco –, para dar combate aos holandeses e proteger a população e os bens da capitania do avanço inimigo, sobretudo por meio de emboscadas.¹² A uma légua da capital

¹⁰ Sobre a importância dos aldeamentos jesuíticos e a participação dos nativos na defesa da Bahia, ver: PARAISO, Maria Hilda B.; MAGALHÃES, Pablo A. I. Muros do Recôncavo: a capital da América Portuguesa transferida para aldeamentos jesuíticos (1624-1625). *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, n. 25-2, 2007, p. 9-38.

¹¹ SALVADOR, Vicente do. op. cit., 1965, p. 443.

¹² Diferentemente do que prescrevia a ortodoxia militar hispânica, a guerra praticada pelos portugueses no Atlântico Sul consistia em grande medida nas movimentações furtivas, conduzidas por uma espécie de sincretismo entre táticas europeias adaptadas aos trópicos e a belicosidade dos nativos, fossem eles os “frecheiros” do Brasil ou a “guerra preta” da África Ocidental. Cf. CRUZ, Miguel Dantas da; RODRIGUES, Vitor Luís Gaspar. “Instituições, contingentes e culturas militares na monarquia portuguesa (séculos XV-XIX)”. In: XAVIER, Ângela; PALOMO, Federico; STUMPF, Roberta (org.). *Monarquias Ibéricas em Perspectiva Comparada (Séculos XVII-XVIII)*: dinâmicas imperiais e circulação de modelos político administrativos. Lisboa: Imprensa de

invadida, nas margens do rio Vermelho, a fortificação ali erigida abrigou, de improviso, a gente de guerra, parte dos clérigos e os oficiais de governo que não fossem necessários no aldeamento dos padres, “todos em choupanas ou barracas feitas de palma”, com uma igrejinha que era “do mesmo feitio”.¹³ Ali, cuidavam da justiça, dos sacramentos e da alimentação dos moradores e soldados, e dos feridos e enfermos resultantes do confronto. Contudo, a despeito da sinalização régia e das diligências locais, as agruras cotidianas eram constantes e de difícil resolução.

Discorrendo sobre as condições dos combatentes luso-brasileiros, Antônio Viera elenca algumas das dificuldades às quais estavam submetidos enquanto patrulhavam ou pelejavam pelas matas. Segundo o inaciano, suas vigílias eram longas, intercaladas a pouco descanso, “tinham por casa o céu e a terra por cama, expostos ao frio e à calma, padecendo muitas fomes e sedes”. Seu sustento, mediante disponibilidade, era majoritariamente a chamada farinha de guerra, um estágio de processamento rudimentar do produto de mandioca, apropriado das culturas indígenas.¹⁴ “As folhas das árvores lhe[s] serviam de pratos para comer e de púcaros para beber”. Faltavam-lhes sobretudo armas e munições, operantes que eram nas linhas de frente, havendo situações em que um “disparava o segundo tiro [e] não tinha com que atirar o terceiro; e não poucas vezes aconteceu levarem o arcabuz ao rosto em vão, para não mostrarem ao inimigo sua pobreza [...]”. Por vezes, também tinham que se valer das armas, da pólvora e das munições recolhidas dos adversários tombados para que continuassem a pelejar. Nos dizeres de Viera, “tanto mais de admirar e estimar é o valor e ânimo destes soldados portugueses quanto maiores foram as incomodidades que, no necessário para a vida e para a guerra, igualmente padeceram”.¹⁵

Mais do que a questão da disponibilidade de provisões, a gerência da situação dos refugiados e da resistência esbarrava ainda em um outro grande obstáculo: a falta de dinheiro e de fontes de financiamento, uma dificuldade preexistente para muitas das ordens religiosas¹⁶ e habitantes na colônia, agravada naquele momento pela perda e desmantelamento das estruturas

Ciências Sociais, 2018, p. 461. Ver também: THORNTON, John K. *The Art of War in Angola, 1575-1680. Comparative Studies in Society and History*, vol. 30, n. 2, Apr.1988, p. 373.

¹³ VIEIRA, Antônio. op. cit., vol. I, 2008, p. 49.

¹⁴ Cf. HUE, Sheila M. *Delícias do descobrimento: a gastronomia brasileira no Século XVI*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008, p. 62-64.

¹⁵ VIEIRA, Antônio. op. cit., vol. I, 2008, p. 57.

¹⁶ Muitas ordens e irmandades, entre elas as Santas Casas de Misericórdia, contavam com doações e financiamento da Coroa. Mas a transferência de recursos do erário régio esbarrava em muitos problemas no além-mar, e a disposição social e econômica dos moradores das colônias não permitia que o autofinanciamento em nome da caridade fosse plenamente possível. Cf. FRANCO, Renato Júnio. O modelo luso de assistência e a dinâmica das Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 27, n. 53, jan.-jun. 2014, p. 18, 19; ABREU, Laurinda. O papel das Misericórdias de “lugares de além-mar” na formação do Império português. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. VIII, n. 3, set.-dez. 2001, p. 594-601.

governamentais e comerciais, nomeadamente as contribuições da Fazenda Real e as propriedades rentáveis,¹⁷ que poderiam servir ao propósito de arrecadação e troca por gêneros essenciais. “Para sustentar toda esta gente eram necessários grandes gastos, e para eles estava a Fazenda Real nesta capitania impossibilitada [...]”,¹⁸ resume Antônio Vieira. Tais entraves financeiros levaram o Provincial Domingos Coelho a ironizar as intenções de seus captores holandeses no que dizia respeito ao resgate dos religiosos aprisionados e levados aos Países Baixos, já que a província do Brasil, particularmente as instituições a quem o bem estar dos prisioneiros pudesse interessar diretamente, nada tinham, por estarem “no mais miserável estado que nunca teve, e quase com a candeia na mão para expirar de todo, com detrimento de muitos milhares de almas que estão a nosso cargo e doutrina”.¹⁹

Segundo notas de D. Manuel de Menezes, cronista-mor, cosmógrafo régio e comandante das tropas portuguesas da Armada dos Vassalos, presentes na relação que fez após a restauração de Salvador, em maio de 1625, dando conta da recuperação da urbe, do estado da praça no momento da capitulação dos flamengos e de outras informações, os setentrionais ficaram chocados quando tomaram a capital, porque “mal se poderia imaginar a pobreza daquela gente” que ali vivia. O oficial conta que, na ocasião da invasão, os holandeses encontraram “as casas inteiras como seus donos as tinham, até relíquias que traziam ao pescoço colgadas das camas”, sem dar com “ouro, nem prata, nem instrumento que arguisse mais que pobreza”. Até mesmo nas residências “de melhor aparência”, encontraram apenas itens de pouco valor. Tomavam “por testemunha de sua verdade” o pauperismo dos habitantes, “havendo de ver o pouco que ali se achava”. Menezes pondera, então, que a falta de itens de valor²⁰ não era representativa da pobreza do lugar, pois, como gente de negócios, os soteropolitanos não revertiam seu dinheiro “em cavalgadas, joias, nem ainda naquelas coisas da Índia aprazíveis à vista”, mas redirecionavam-no aos empreendimentos comerciais, na compra de escravos e nos

¹⁷ Repousava quase exclusivamente sobre os ombros do governo local, com exceção dos gastos com defesa militar, a responsabilidade de arcar com as despesas de gestão administrativa e do sustento das comunidades, mantidas por arrecadações municipais, pelas fazendas dos moradores e pela caridade da Igreja. Cf. BICALHO, Maria Fernanda. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 198-200; FRAGOSO, João; GOUVEIA, Maria de Fátima Silva. *Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII*. *Tempo*, 2009, vol. 14, n. 27, p. 44, 45.

¹⁸ VIEIRA, Antônio. op. cit., vol. I, 2008, p. 49.

¹⁹ LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo V. Belo Horizonte: Itatiaia, 2006, p. 46.

²⁰ Um curioso comentário neerlandês sobre os aparatos domésticos e a organização simplória das casas portuguesas no Brasil pode ser conferido em: CEULLEN, Mathias van; DUSSEN, Adriaen van der; NASSAU, João Maurício de. “Breve discurso sobre o Estado das quatro capitanias conquistadas, de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil (1638)”. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). *Fontes para a história do Brasil holandês*. Volume I: a economia açucareira. 2ª edição. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004, p. 108-110.

investimentos da produção açucareira.²¹ Ainda que o porto de Salvador movimentasse quantidade significativa de mercadorias valiosas, fontes de grandes somas ao erário de Portugal, a disponibilidade monetária no cotidiano de seus habitantes não era compatível com a suntuosidade que faziam crer os valiosos carregamentos partidos do Brasil e apresados no Atlântico por corsários neerlandeses. Com a invasão, a situação financeira da administração e da população foi agravada, complicando, por conseguinte, as possibilidades de provimento de alimentos, da montagem de alojamentos, do oferecimento de assistência médica e da organização de resistência armada aos batavos.

Os descômodos sofridos pelos próprios irmãos da Companhia de Jesus enquanto assistiam os refugiados enfatizam ainda mais tal panorama de carestia. O padre Manuel Fernandes, que antecederia o ilustre Fernão Cardim como reitor do Colégio da Bahia e também foi nomeado para sucedê-lo, reporta ao Geral o estado em que se encontravam os inacianos nos primeiros meses de estabelecimento nos ermos, uma parte deles na aldeia do Espírito Santo e outra na de São João, a uma légua daquela. Segundo Fernandes, constavam cerca de cem deles “espalhados pelos matos em extrema necessidade, e nem sei se terão hóstias nem vinho para poderem celebrar;²² e por perderem com o Colégio todo o seu móvel, nem pano de lã nem de linho têm para se poderem cobrir”.²³ Os religiosos, segundo Antônio Vieira, dormiam em casas de palha, deitados em redes, “com pouco fato ou nenhum para se abrigarem do frio da noite, que no Brasil é mui nocivo”. Além disso, “os comeres eram poucos, fracos e ruins; e finalmente padeciam tanto que parecia milagre poderem aturar a pregar e confessar, como faziam com igual admiração e edificação de todos”.²⁴ Tais dificuldades também são relatadas por Domingos Coelho. Naquela situação, qualquer auxílio de outros colégios do Brasil estava fora de cogitação, pelo fato de que estes também passavam por atribulações similares na manutenção financeira e provimento de recursos e víveres²⁵ aos seus próprios membros,²⁶ sem o agravamento de uma invasão do porte como se viu na Bahia.

Apesar da conjuntura permeada por dificuldades, o padre Manuel Fernandes reafirma a dedicação incontestável dos religiosos à assistência das almas desterradas. Declara: “andaremos

²¹ MENEZES, Manuel de. op. cit., 1859, p. 580, 581.

²² A falta de vinho de uvas para a celebração da eucaristia era um problema recorrente para os religiosos no início da colonização do Brasil. Cf. HUE, Sheila M. op. cit., 2008, p. 200.

²³ LEITE, Serafim. op. cit., t. V, 2006, p. 47.

²⁴ VIEIRA, Antônio. op. cit., vol. I, 2008, p. 57.

²⁵ Sobre as privações alimentares comumente experienciadas pelos jesuítas no além-mar, ver: OSSWALD, Cristina. “Hábitos alimentares dos jesuítas em Portugal, na Índias e no Brasil (séc. XVI-XVIII)”. In: FERNANDEZ, Máximo García; SÁ, Isabel dos Guimarães (org.). *Portas adentro: comer, vestir, habitar* (ss. XVI-XIX). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra; Valladolid: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial Universidad de Valladolid, 2010, p. 82-84.

²⁶ LEITE, Serafim. op. cit., t. V, 2006, p. 46, 47.

por estes matos, acudindo do modo que pudermos a esta pobre gente para que se não meta com os hereges, coisa que já fizeram e fazem alguns²⁷ mais descuidados em suas consciências, até que Deus seja servido de nos socorrer por sua misericórdia”. Por mais que acreditasse que teria sido menos penoso morrer na cidade nas mãos dos batavos, “às pelouradas, em graça de Deus”, o padre indica que, depois de observar e refletir sobre a situação dos habitantes da Bahia, não teve dúvidas sobre a doação pessoal que fazia diariamente junto de seus pares no aldeamento e no arraial, preferindo-a do “que ver as misérias que vejo nos nossos, nos pobres, nas viúvas, mulheres, e crianças, que andam por estes matos quase ao desamparo”, onde “algumas doenças nos dão por aqui já trabalho”, decorrentes da exposição às intempéries e da má alimentação.

Desde que perderam seu coronel e governador, Johan van Dorth, em uma emboscada, os holandeses ficaram estritamente confinados aos muros de Salvador, receosos das investidas futuras dos defensores da terra, panorama que pouco mudou até a capitulação, no ano seguinte. Nada familiarizados, à exceção daqueles seus dois guias, com as terras que os circundavam, assistiram à situação inicial vitoriosa e promissora logo se revestir de incertezas e reveses. Havia baixado proclamação de anistia aos moradores portugueses que a eles se aliassem e jurassem lealdade à Casa de Orange, garantindo-lhes, assim, o regresso à cidade. Seu ímpeto era o reestabelecimento de normalidade que beneficiasse os negócios e o comércio, um dos principais objetivos do empreendimento da Companhia das Índias Ocidentais. Também ofereceram a franciscanos e beneditinos a possibilidade de retorno aos seus mosteiros e de celebração de seus ofícios a portas fechadas, o que não foi aceito. Do “sobredito favor”, no entanto, “excetuaram logo a todos os jesuítas, pelo entranhável ódio que lhes têm”. Tal animosidade²⁸ foi justificada a Domingos Coelho por seus captores flamengos durante a viagem aos Países Baixos, pelo fato de os irmãos da Companhia aparentemente demonstrarem grande conhecimento sobre diversos assuntos e escreverem muitos livros, intimidação intelectual que se somava à nociva influência de que gozavam junto aos príncipes católicos no sentido de “fazerem guerra e todo o mal que pudessem” aos neerlandeses.²⁹ No fim, a oportunidade de anistia oferecida aos soteropolitanos foi veementemente negada pela maior parte dos religiosos e moradores, à exceção de uns poucos cristãos novos e africanos escravizados. Por conta das

²⁷ Como parece ter sido o caso do licenciado Gonçalo Homem de Almeida. Cf. NOVINSKY, Anita. A Inquisição na Bahia (Um Relatório de 1632). *Revista de História*, São Paulo, vol. 36, n. 74, 1968, p. 420.

²⁸ Mesmo prevendo o respeito à liberdade religiosa de espanhóis, portugueses, judeus e indígenas em seu 10º artigo, o regimento do governo das praças conquistadas nas Índias Ocidentais, de 1629, determina, no 11º, o banimento dos inicianos das possessões controladas por neerlandeses. Cf. Regimento do govêrno das praças conquistadas ou que forem conquistadas nas Indias Occidentaes, *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, Recife, n. 30-31, 1886, p. 292, 293.

²⁹ VIEIRA, Antônio. op. cit., vol. I, 2008, p. 41, 42.

emboscadas e da impossibilidade de trato com os portugueses, os batavos permaneceram reclusos em Salvador,³⁰ limitados aos recursos de que já dispunham, sem margem para circulação e coleta de víveres muito além dos limites da cidade, situação não muito diferente da que experienciariam seus compatriotas em Pernambuco, no início da década de 1630.

O movimento de fuga dos habitantes de Olinda e Recife é descrito de modo bastante similar ao dos moradores de Salvador. Também protagonizaram uma marcha de lamentos, abandonando a maior parte dos pertences e provisões úteis enquanto carregavam seus bens preciosos, forçados pelos invasores a “peregrinar por matos ásperos, grutas e terras incultas [...], fazendo opróbrio de seus sacrifícios”, além de terem deitado fogo em armazéns e embarcações, “queimando tantas mil caixas de açúcar, tanto pau-brasil e outras preciosas drogas”.³¹ Manoel Calado assim descreve a situação:

O querer agora tratar da grande confusão e desamparo em que se viram as viúvas, casadas e donzelas e os meninos inocentes, por ásperos caminhos delas nunca vistos nem andados, metendo-se por atalhos que iam a parar nos meios dos matos desertos, passando rios com grande descomodidade e com tanta pressa, que o marido não sabia da mulher, nem a mãe dos filhos e filhas; o temor era grande, o perigo certo, a morte presente, o remédio não era outro senão dar clamores ao céu, com os olhos arrasados de lágrimas. E assim cada qual foi a parar onde as forças lhe faltaram e aonde o levou sua ventura ou desgraça. Aqui ficava a donzela desmaiada no caminho, ali choravam as crianças, de acolá gritava o outro: aqui vem o inimigo. Enfim, a tribulação foi tanta, que não se pode declarar com palavras; e é mui diferente coisa o vê-lo com os olhos, ou querer escrevê-lo com pena e tinta.³²

No Seiscentos, já se apontavam paralelos entre a perda das praças pernambucanas e a invasão de Salvador, como indica Francisco de Brito Freire, oficial da Companhia de Comércio do Brasil que liderou a derradeira esquadra enviada durante a ocupação batava centrada em Pernambuco, em 1653, e redigiu, na década de 1670, *Nova Lusitânia, História da Guerra Brasilica*, uma crônica tratando dos primeiros quinze anos do conflito luso-neerlandês a partir de 1630. Ele faz a dita correlação, particularmente, nas críticas à falta de prevenção para que os territórios atlânticos não voltassem a experimentar uma derrota daquelas proporções para forças estrangeiras, desamparo que relegou os moradores, “vendo repetidos em Olinda os danos da Bahia”, aos mesmos descômodos sofridos pelos soteropolitanos.³³

³⁰ BOXER, Charles. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola (1602-1686)*. Coleção Brasileira, vol. 353. São Paulo: Editora Nacional, Editora da Universidade de São Paulo, 1973, p. 68, 69.

³¹ SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da guerra*. 1ª edição integral. Recife: CEPE, 1984, p. 22.

³² CALADO, Manoel. *O Valeroso Lucideno e triunfo da liberdade*. Volume I. 5ª edição. Recife: CEPE, 2004, p. 43.

³³ FREIRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitânia: história da guerra brasilica*. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001, p. 125.

Assim como n’*O Valeroso Lucideno* de Calado, cenas dos apertos povoam as primeiras páginas da *História da Guerra de Pernambuco*, do mestre de gramática Diogo Lopes Santiago. A obra descreve, em tom similar ao de outros relatos, o panorama em que “tudo eram gritos, choros, clamores” na multidão que deixava “sua amada terra, seus templos, suas casas e fazendas expostas ao rigor do vitorioso flamengo”, na qual iam “a mãe [que] não sabia de sua filha, o marido de sua mulher, o filho de seu pai”. Uma situação de “turbulenta confusão” e um verdadeiro “teatro do castigo da divina justiça”.³⁴ Mas a iniciativa de erigir o Arraial do Bom Jesus em um outeiro a cerca de uma légua a oeste do Recife, sob a liderança de Matias de Albuquerque, experimentado na capitania de sua família e veterano no combate aos holandeses graças ao período em que exerceu interinamente o governo-geral do Brasil, propiciou refúgio relativamente estruturado e seguro para a população desesperada. Foi ainda uma fortificação mais robusta que aquela organizada por D. Marcos Teixeira no rio Vermelho, sendo por anos crucial no impedimento do avanço dos batavos a outras partes do Brasil setentrional.

A posição às margens do rio Capibaribe, de onde tinham ampla vista das circunvizinhanças e acesso a rotas de circulação pelo interior da capitania, foi substancialmente fortificada. Ali, muitos habitantes ergueram casas, o que prontamente resultou em “uma razoada povoação”, cercada e munida de artilharia.³⁵ O visitador Manuel Fernandes ordenou que erguessem ali uma capelinha, que foi consagrada ao Bom Jesus, ao que também foi o Arraial. Uma fortificação “quase inexpugnável”, nas palavras do frei Manoel Calado, que assim se manteve até 1635, “para fazer ao inimigo todo o mal que pudesse, e impedir-lhe a que não saísse por terra adentro a destruir as fazendas e matar os moradores”.³⁶ O lugarejo congregou e abrigou não apenas os refugiados da vila e do porto, mas também moradores e vagantes de todo Pernambuco, servindo como reduto e base para operações sistemáticas contra os flamengos no litoral. Ainda segundo Calado, graças ao posicionamento estratégico e a diligência de Matias de Albuquerque, os luso-brasileiros, numa guerra de emboscadas, “tinham tão encurralado o holandês, que não era senhor nem de sair a buscar água para beber, nem faxina³⁷ para suas fortificações, porque, em saindo de suas trincheiras, logo davam sobre eles e os matavam”. Também foram vetados de transitar livremente entre a vila de Olinda e a povoação do Recife, a não ser em grandes números, arranjo que, ainda que os protegesse das pequenas células de

³⁴ SANTIAGO, Diogo Lopes. op. cit., 1984, p. 32.

³⁵ Ibid., p. 39.

³⁶ CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 45.

³⁷ Segundo Raphael Bluteau, é “ramada em feixes, que se lança nos fossos para os entulhar”. Faxinas eram, em geral, armações de proteção perimetral. Cf. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez & Latino*. Volume IV. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1721, p. 48.

tocaia nos bosques e manguezais, dificultava o deslocamento pelo terreno denso ou pelo solo costeiro à mercê dos fluxos do mar e do volume dos rios. Ademais, os portugueses, conhecedores da região e auxiliados por aliados nativos, atravessavam, a pé ou a nado, os cursos de água em trechos específicos, sabidos das baixas da maré, surpreendendo os flamengos, “que andavam assombrados”.³⁸ Somando-se ao sufocamento que impunham aos invasores, os ocupantes do Arraial contavam, ao menos nos primeiros dois anos que seguiram a invasão, com o apoio de particulares e de lideranças de outros territórios ainda não acometidos, como Itamaracá e Paraíba, no provimento de recursos, víveres e reforços militares na forma de homens de milícia e forças indígenas.

Depois de erguido o Bom Jesus, a maior parte dos jesuítas do Colégio de Olinda foi enviada a aldeias de todas as capitanias até o Rio Grande para que recrutassem nativos na luta contra os batavos, evitando também que se unissem ao invasor e dificultassem ainda mais a situação dos defensores da terra. Desde o início, os flamengos “esperavam que os moradores e os índios lhes fossem pedir seus passaportes” para habitarem o território sob sua bandeira e proteção. O estabelecimento e a manutenção de alianças com as tribos indígenas eram, inclusive, umas das principais preocupações dos holandeses.³⁹ Em resposta à prática do cativeiro dos gentios que ainda era observada entre os portugueses,⁴⁰ a despeito da gradativa consolidação dos braços africanos na condução da lavoura açucareira, os batavos proclamaram o direito à liberdade dos nativos antes mesmo de alcançarem as praias de Pernambuco.⁴¹ Segundo Duarte Coelho, se desde o princípio eles “se adunassem ao inimigo, sem dúvida que ele ficaria desde logo absoluto senhor de toda a campanha, que depois lhe custou tanto”.⁴² O donatário certamente se refere aos índios que convencionalmente eram chamados de brasileiros, “mansos” e que eram aldeados pelos irmãos da Companhia de Jesus. O apoio nativo aos neerlandeses veio, com variações ao longo dos anos, principalmente dos tapuias, de reputação selvagem e beligerante. Entre 1630 e 1654, a força dessas alianças variou, mas elas nunca perderam importância para os invasores,⁴³ sendo relativamente constante a sua

³⁸ CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 45.

³⁹ Cf. CARVALHO, Alfredo de. “Um intérprete dos Tapuios (1637-1647)”. In: CARVALHO, Alfredo de. *Aventuras e aventureiros no Brasil*. Rio de Janeiro: Paulo, Pongetti & C., 1929, p. 165.

⁴⁰ A escravização de ameríndios foi categoricamente proibida pela Igreja Católica em 1639, através da breve do papa Urbano VIII, que reiterava e reforçava as disposições da breve de 1537 do papa Paulo III. Cf. “Breve do Papa Urbano VIII, ‘Commissum Nobis’, de 22 de abril de 1639, sobre a Liberdade dos índios da América”. In: LEITE, Serafim. op. cit., t. VI, 2006, p. 569-571.

⁴¹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007, p. 209.

⁴² COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da guerra do Brasil*. Coleção Recife, vol. XII. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982, p. 70.

⁴³ MELLO, José Antônio Gonsalves de. op. cit., 2007, p. 210, 211.

associação aos tapuias, assim como a cooperação entre lusos e brasileiros. Uma figura exemplar desta cooperação foi o potiguar Antônio Felipe Camarão.⁴⁴ Desde os primeiros momentos da guerra de resistência, ele, que foi capitão dos índios e seria um personagem importante até a guerra de restauração, aliou-se a Matias de Albuquerque, “com toda sua gente, mui destra na flecha e arco, e com todos seus parentes e amigos, que se lhe congregaram e o elegeram por maior, por esforçado e animoso”.⁴⁵ Sua importância foi reputada até mesmo entre os flamengos, sendo elogiado pelo coronel Christophe Arciszewski,⁴⁶ mestre de campo dos terços de infantaria, que teria atribuído a Camarão a exclusividade de tê-lo feito retirar-se em batalha, “desonrando-o e fazendo-lhe perder a reputação e nome que tinha ganhado e conservado por muitos anos”.⁴⁷

Por mais que o aquartelamento no Arraial aparentasse robustez, além de contar com o apoio dos dirigentes vizinhos, as privações enfrentadas pelos luso-brasileiros em Pernambuco foram, como previamente pontuado, bastante similares às sofridas pelos soteropolitanos na década anterior. Os combatentes aparecem como as figuras mais vulneráveis a esses apertos, pois padeciam dos mesmos problemas de abastecimento, mas sua exposição à campanha agravava tudo. Além da fome, que quebrantava os ânimos e prolongava o abatimento do corpo, as intempéries e as criaturas selvagens pelo caminho eram particularmente problemáticas. Listando as opressões e misérias de seus compatriotas, Francisco de Brito Freire menciona a carência generalizada de roupas, o que era particularmente sensível para os soldados metidos no mato. Muitos tinham apenas uma camisa, que lavavam quando necessário e precisavam esperar que secasse para terem novamente o que vestir. Despidos, ficavam completamente expostos à natureza, “não sendo menos copiosa do que nociva a imundície dos mosquitos”, alguns que “excedem na dor e na violência das mordiduras os ferrões das abelhas”. Faltava-lhes também o que calçar, e a maior parte andava de pés desnudos, algo comum também entre os oficiais. Nessas condições, “enquanto faziam alojamentos ordinários pelos bosques incultos, molestava-os (além dos bichos venenosos, que não privaram poucos da vida) grande quantidade de uns muito pequenos, que metendo-se insensíveis nos pés, crescem dentro neles com dano, se lhes não acodem com tempo”.⁴⁸ Em outro ponto de sua *História da Guerra Brasílica*, ao comentar sobre as diligências da Companhia das Índias Ocidentais em reforçar suas tropas em

⁴⁴ Cf. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *D. Antônio Filipe Camarão: capitão-mor dos índios da costa do nordeste do Brasil*. Recife: Universidade do Recife, 1954.

⁴⁵ CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 45.

⁴⁶ SANTIAGO, Diogo Lopes. op. cit., 1984, p. 111, 112.

⁴⁷ CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 46.

⁴⁸ FREIRE, Francisco de Brito. op. cit., 2001, p. 129, 130.

Pernambuco, particularmente a esquadra que trouxe perto de três mil infantes e o conde João Maurício de Nassau em 1637, Brito Freire sumariza as agruras sofridas pelos portugueses na guerra, em grande medida decorrentes das falhas que enxergava na administração hispânica do conflito, em comparação à gestão dos governantes e diretores neerlandeses. Nas “perpétuas marchas, por ruins caminhos, entre tão densos matos”, pelos quais iam os soldados maltrapilhos ou despidos, enchiam-se “de chagas as pernas dos soldados”. Não faltava “só aos sãos (como faltou sempre) pão, vinho, cama, vestido, camisa, sapatos; mas até aos doentes os unguentos para suas mezinhas”.⁴⁹ Para Duarte de Albuquerque Coelho, “quem refletir que com tanta desigualdade se combatia quase todos os dias, não deixará de convencer-se de que isto excedia o possível”, pois, “acrescendo a particular circunstância de não termos com que fazer um pagamento, nem dar que vestir, nem mesmo um par de sapatos aos soldados, pelo que a maior parte andavam descalços e com o mais diminuto alimento”, careciam também de “botica para as enfermidades e feridos; mas com tantas faltas, nunca a houve em sua constância e valor nas ocasiões que a demandavam”.⁵⁰

Assim como na invasão da Bahia, mas longe de ser uma exclusividade dos cenários das invasões, não havia, “nem jamais houve” no decorrer da guerra com os holandeses,⁵¹ disponibilidade monetária para custeio ideal da vida e da peleja naquelas circunstâncias.⁵² É evidente que “curar feridos e enfermos, pagar mantimentos e o mais, que não era pouco, são coisas que demandam dinheiro para fazer-se”, como escreve o donatário de Pernambuco. De modo que soluções ou, ao menos, amenizações desses apertos sempre estiveram no rol de preocupações da administração da resistência, que chegou a custear com os próprios fundos da família Albuquerque Coelho as provisões de maior necessidade, geridas então pelos oficiais da Fazenda Real, e ainda incentivou que moradores abastados também contribuíssem, compondo assim o grosso do financiamento de que dispuseram por muito tempo.⁵³ Necessitados de “todo o essencial, que era gente veterana e prática, armas, munições e abastecimentos”,⁵⁴ assentaram-se então no Arraial e deram prosseguimento, como puderam, à guerra com os estrangeiros.

Desde os primeiros meses da invasão, o superior responsável pelo empreendimento neerlandês no Brasil, Diederick van Waerdenburgh, coronel e governador, redigia repetidas missivas aos seus superiores da Companhia reportando a situação observada nas imediações da

⁴⁹ FREIRE, Francisco de Brito. op. cit., 2001, p. 237.

⁵⁰ COELHO, Duarte de Albuquerque. op. cit., 1982, p. 83.

⁵¹ Ibid., p. 72.

⁵² Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 3ª edição, definitiva. São Paulo: Editora 34, 2007, p. 149-158.

⁵³ COELHO, Duarte de Albuquerque. op. cit., 1982, p. 72, 73.

⁵⁴ Ibid., p. 36.

vila de Olinda, da povoação do Recife e da ilha adjacente de Antônio Vaz, bastante desfavorável para seus homens. Clamava sempre por socorros, privado que estava do apoio antes prometido, com periodicidade e confiabilidade. Apesar da vitória conquistada no início de 1630, a interdição imposta pelos portugueses e os inconvenientes naturais daquelas plagas degradaram rapidamente as condições dos soldados e marinheiros da WIC. Das dificuldades de fortificação de sua nova e restrita posição, da impossibilidade de obtenção de água salubre e mantimentos frescos oriundos da terra para suplementar suas provisões insuficientes e, em sua maior parte, perecidas, das constantes emboscadas lusas aos ares malsãos que derrubavam os homens às centenas, os flamengos experimentaram graves empecilhos ao seu projeto de conquista desde seu desembarque na costa pernambucana.

Em contraste ao desapontador cenário das possessões baianas, as casas olindenses inicialmente corroboraram as suposições sobre a opulência da açucarocracia no Brasil. Guardavam algumas riquezas e também estavam particularmente bem abastecidas de alimentos. Segundo Manoel Calado, com certa dose de exagero, em Olinda “as delícias de mantimentos e licores eram todos os que se produziam assim no Reino como nas ilhas”, e aquela terra nada mais seria “senão um retrato do terreal paraíso”.⁵⁵ Assim que se apoderaram da vila, os neerlandeses se aproveitaram das reservas dos conventos e do Colégio dos jesuítas – embriagando-se com muito vinho espanhol já na primeira noite⁵⁶ – e também saíram a desfrutar das recompensas imediatas do triunfo, assaltando estabelecimentos comerciais, armazéns e as casas de particulares, algumas que ainda estavam com as mesas postas por terem sido abandonadas às pressas pelos moradores no momento da invasão.⁵⁷ Por mais que não fossem como as residências neerlandesas,⁵⁸ as casas olindenses também pareceram aos invasores muito bem-feitas e cômodas.⁵⁹

A estimativa dada por Calado é de que o saque das moradias e estabelecimentos tenha sido proveitoso em joias, prata e ouro, bem como nas pipas de vinho obtidas das lojas de mercadores, consumidas com tamanha voracidade que as ruas logo “estavam alaistradas de bêbados”.⁶⁰ O butim dos soldados, no entanto, parece ter sido relativamente magro, ao contrário do que registra o frei. Consistiu em pequenos objetos de prata, moedas e mobílias de pouco

⁵⁵ CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 38.

⁵⁶ RICHSHOFFER, Ambrosius. *Diário de um soldado (1629-1632)*. Recife: CEPE, 2004, p. 65.

⁵⁷ BAERS, Joannes. *Olinda Conquistada*. Recife: CEPE, 2004, p. 30; PUDSEY, Cuthbert. *Brasil holandês*. Volume III: Diário de uma estada no Brasil (1629-1640). Organização de Nelson Papavero e Dante Martins Teixeira. Petrópolis: Index, 2000, p. 51.

⁵⁸ Cf. ZUMTHOR, Paul. *A Holanda no tempo de Rembrandt*. São Paulo: Companhia das Letras; Círculo do Livro, 1989, p. 59-103.

⁵⁹ BAERS, Joannes. op. cit., 2004, p. 40.

⁶⁰ CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 44.

valor. Todavia, ao contrário dos desapontadores espólios de Salvador, aquela aparente míngua era sabidamente decorrente do fato de os moradores terem escapado com quantas preciosidades pudessem carregar. O fogo ateados aos armazéns e embarcações no Recife também reduziu as cifras de lucro com o saque, mas não maquiou a opulência dos particulares de Pernambuco.⁶¹ Alguns testemunhos dos soldados desembarcados em 1630 proclamam que ali havia abundância “de todas as coisas”, referindo-se às possessões de valor obtidas, mas também à bonança da terra.⁶² Nem todas as mercadorias e bens foram destruídos e os portugueses deixaram para trás relativa fartura de vinhos, farinha de trigo, azeite, assim como estoques de frutas,⁶³ o que veio a ser, no fim das contas, um cenário mais proveitoso que o da Bahia para os invasores. Mas o consumo desenfreado desses recursos, o aprovisionamento deficitário, observado desde a armação da frota saída dos Países Baixos, e os apertos impostos pelos defensores da terra condenaram os neerlandeses a duras privações nos primeiros anos da guerra terrestre que passaram a travar depois do triunfo inicial.

Ao final de 1630, menos de um ano transcorrido desde a invasão, Matias de Albuquerque, que mantinha correspondência regular com a Coroa através de Antônio de Albuquerque Maranhão, governador da Paraíba e seu primo, reporta o estado das coisas em Pernambuco e faz requerimentos do que seria necessário para que os holandeses não lhe tomassem a dianteira, estando eles contidos nas praças litorâneas, mas não neutralizados. Já era claro que “aquela guerra era insustentável, a menos que não fossem as armadas com tal poder que assegurassem a restauração”, como no caso da Bahia. As forças invasoras, que ainda somavam quase seis mil homens de guerra e cinquenta navios, penavam diante dos obstáculos impostos pela terra e por seus defensores, além de trabalharem duramente na fortificação de suas posições na vila de Olinda e no porto do Recife. Mas, para o capitão-general, não tardaria para que se avantajassem diante da resistência, “pois que infalivelmente cada mês lhe vinham da Holanda dois ou três [navios],⁶⁴ com 50 e 80 soldados cada um, para suprir a falta dos mortos em combate ou enfermidades, e pelos quais lhes chegavam abastecimentos e munições de todas as sortes com que eram assistidos com maravilhosa providência”. Além da preservação da

⁶¹ Cf. SILVA, Leonardo D. *Holandeses em Pernambuco, 1630-1654*. 2ª edição. Recife: Caleidoscópio; Instituto Ricardo Brennand, 2011, p. 55-66.

⁶² PUDSEY, Cuthbert. op. cit., 2000, p. 51.

⁶³ BAERS, Joannes. op. cit., 2004, p. 40-42.

⁶⁴ Essa suposta diligência nos reforços dos holandeses não encontra respaldo na documentação produzida pelos invasores, sempre queixosos da demora e da insuficiência dos socorros, que, além de virem aos trópicos parcamente abastecidos, mal substituíam os mortos e os que regressavam às Províncias Unidas, com contratos expirados. Cf. MIRANDA, Bruno R. F. “Mantendo um exército: abastecimento de víveres durante a ocupação da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)”. In: MIRANDA, Bruno R. F. et al. (org.). *Essa parte tão nobre do corpo da monarquia: poderes, negócios e sociabilidades em Pernambuco colonial. Séculos XVI-XVIII*. Recife: Editora UFPE, 2016, p. 25-29.

capitania, também preocupava Albuquerque os seus governados, uma vez que eles, tendo procedido até então “com grande fidelidade e valor”, não conservariam aquela dedicação por muito mais tempo, e, sem a mesma, “faltava tudo para prosseguir a guerra, não só naquela praça, mas em todas as outras do Brasil”.⁶⁵

O que se viu na corte de Madri foram debates sobre as composições possíveis das forças a serem enviadas ao Brasil, com argumentos em favor da armação de uma poderosa frota que repetisse os feitos restauradores da Armada dos Vassalos e outros em favor do envio de menos reforços, que, ainda assim, não deixariam de bem servir ao capitão-general, que manejava a peleja, parecia-lhes, de maneira acertada a partir do Bom Jesus, mesmo com poucos contingentes. Se reforçado por dois mil homens bem abastecidos, Albuquerque continuaria a conduzir aquela guerra lenta, de usura, conveniente ao erário régio e onerosa aos cofres da WIC, um dos maiores golpes que poderiam deferir aos “negociantes” da companhia comercial.⁶⁶ Mas a questão das provisões nunca foi bem administrada. Os socorros enviados repunham parcialmente as tropas e apetrechos de guerra, mas chegavam desprovidos de “munições de boca”, transferindo a responsabilidade e os custos⁶⁷ desse sustento para a desmantelada administração local.⁶⁸ De todo modo, tal foi a posição adotada pela Coroa, e a guerra em Pernambuco seguiu esse formato nos anos seguintes, desonerando a Espanha, que enviava pequenos reforços irregularmente, enquanto as condições se voltavam cada vez mais em favor dos batavos. Como dito, a chegada de reforços mal abastecidos nesse regime errático agravava mais as dificuldades de aprovisionamento, já que não era tempo de excedentes para alimentar mais bocas e, por vezes, era necessário o recurso ao racionamento de itens básicos, sobretudo farinha e carne, entre combatentes e a população. Ademais, os que vinham nesses comboios desconheciam as particularidades da terra, provando-se soldados menos eficazes que os moradores aclimatados. Em meados de 1631, o capitão do terço de napolitanos enviado entre os reforços daquele ano, Giovanni di San Felice, conde de Bagnuolo, queixa-se a Filipe IV de que “por muitas diligências que se façam, não se pode obter a comida para esta gente e algumas vezes passam cinco e seis dias sem ter o que comer”. Assistia-se já a uma situação na qual “tudo é necessidade, miséria e desespero”,⁶⁹ cujos efeitos não tardaram a surtir na moral dos

⁶⁵ *Apud* COELHO, Duarte de Albuquerque. op. cit., 1982, p. 78, 79.

⁶⁶ *Ibid.*, p. 79, 80.

⁶⁷ Helio Vianna detalha, a partir de documentos da Coleção Condes de Castelo Melhor da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, as quantias gastas pela administração portuguesa entre 1630 e 1632 em auxílio dos pernambucanos. Cf. VIANNA, Helio. *Estudos de História Colonial*. Coleção Brasileira, vol. 261. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1948, p. 292-299.

⁶⁸ MELLO, Evaldo Cabral de. op. cit., 2007, p. 221, 222.

⁶⁹ *Apud* MELLO, Evaldo Cabral de. op. cit., 2007, p. 231.

combatentes recém-chegados e também no descontentamento da população que se dedicava, sem perspectiva, à defesa daquela terra em nome de um monarca que parecia não lhes ter em conta. Praticamente sem remuneração e privados de alimentação apropriada, os contingentes luso-brasileiros sofreram com muitas deserções.⁷⁰

A invasão de Luanda também provocou dificuldades da mesma natureza para as autoridades e os habitantes portugueses de Angola. Sua retirada da cidade, note-se, chancelada e coordenada pelas lideranças políticas e religiosas,⁷¹ em contraste às correrias desordenadas observadas no Brasil, nas quais os moradores presavam apenas por seus bens e familiares, também foi descrita com tons lúgubres pelas testemunhas. Como relata António de Oliveira Cadornega, “era lástima ver algumas mulheres e moças donzelas, o trabalho e descômodo com que vinham” pelos caminhos do sertão, “principalmente a gente que não tinha escravaria que os comboiasse e carregasse, e ainda os que os tinham vinham com a mesma fadiga, por lhes carregarem alguma coisa que haviam tirado de suas casas da cidade naquele repentino acidente”. Alguns desses cativos, diante da situação de desterro e de incertezas sobre o que os aguardava, negavam-se à condição de servidão, botavam os fardos “pelo mato e desapareciam como quem está na sua terra, e não queriam mais sujeição de seus senhores”.⁷² Aponta-se que, nessa marcha da população, foram deixados muitos caixotes com papeis e livros da administração do reino de Angola pelo caminho, perdendo-se assim grande parte da documentação preservada em Luanda.⁷³ Seguiam pelos arimos e searas do sítio de Sequele, às margens do rio Bengo, todos “por um sol terrível, que não havia quem pudesse pôr os pés na areia daquele caminho, sem haver em todo ele uma pinga de água com que refrigerarem-se de tamanho calor”. A canícula parece mais severa nas descrições da costa ocidental africana do que nos textos que tratam do Brasil, estes frequentemente enaltecedores do frescor das águas e

⁷⁰ COELHO, Duarte de Albuquerque. op. cit., 1982, p. 179, 180.

⁷¹ Era necessária em Angola a reunião de um conselho, que agregava autoridades políticas e religiosas, para a definição de assuntos relacionados à guerra. Cf. CURTO, Diogo Ramada. “Do Reino à África: formas dos projetos coloniais para Angola em inícios do século XVII”. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). *Sons, formas, cores e movimentos na Modernidade Atlântica: Europa, Américas e África*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig; PPGH-UFGM, 2008, p. 202.

⁷² CADORNEGA, António de Oliveira. *História Geral das Guerras Angolanas: 1680*. Por António de Oliveira Cadornega; anotado e corrigido por José Matias Delgado. Volume I. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1972, p. 239.

⁷³ FARIA, Diogo Lopes de. “Carta de Diogo Lopes de Faria a El Rei de Portugal (5-3-1643)”. In: BRÁSIO, António (org.). *Monumenta Missionaria Africana: África Ocidental*. Vol. IX. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1960, p. 23-27. Ver também: POMBO, Manuel Ruela. Os Holandeses contra os Portugueses. *Diogo-Caão*: revista ilustrada de assuntos históricos angolanos, Lisboa, série I, n. 7, 1931-2, p. 214.

amenidades do clima, enquanto a África figura como uma terra árdua, insalubre, que reservava moléstias agudas aos estrangeiros que lá arribavam.⁷⁴

No trajeto pelo sertão, a assistência dos jesuítas, ainda que pontual, foi muito importante. Dadas as condições adversas, os moradores iam dormir frequentemente com as barrigas vazias “por não haver nada que comer, que são terras agrestes e só servem quando chove produzir muito milho grosso e miúdo⁷⁵”. Em momento de carências especialmente graves, os desterrados foram providencialmente acolhidos pelos inacianos em uma quinta, uma fazenda da Companhia de Jesus junto ao Bengo, onde encontraram “boas casas assobradadas e capela de dizer missa, com muita frescura de pomares e hortaliças”. Alojaram-se “bem agasalhados em barracas feitas das folhas das palmeiras e bananeiras, enquanto de água estavam de melhor partido do que na cidade de Luanda”, onde não havia poços nem fontes, salvo na lagoa de Maianga, a cerca de uma hora de distância, onde o conteúdo estagnava em algumas épocas do ano e se tornava malsão, implicando no envio frequente de carregadores ao Bengo, pelo mar, para abastecer a cidade com água doce. Junto ao acolhimento, “aqueles piedosos padres” ofereceram ao governador Pedro César de Menezes “bois e farinha de guerra, que logo mandou matar e repartir pela infantaria e mais gente”. Mas, apesar do alívio na quinta, faltava-lhes o “regalo que lá [em Luanda] tinham, assim de boas casas como de sustento”.⁷⁶

Em contraste às organizações diligentes de refúgios e fortins de resistência em face das duas invasões do outro lado do Atlântico, os moradores de Luanda transitaram pelo interior por meses, alojando-se informalmente em diversos pontos, antes de se organizarem na construção de uma fortificação improvisada, em moldes similares aos arraiais brasileiros. A estadia na fazenda dos inacianos foi breve, a despeito da assistência tão providencial que ali conseguiram, pois era necessário, no entender do governador, que se estabelecessem em um ponto mais favorável para sua defesa. Seria simplesmente inconcebível debandar inteiramente para o interior, para algum dos presídios, como Massangano ou Ambaca, e abandonar a cabeça do reino de Angola, especialmente sem saber ao certo o estado das negociações entre Portugal e as Províncias Unidas desde a Restauração monárquica, ou mesmo as ordens que seguiam

⁷⁴ Ver, por exemplo: MAIOR, Francisco de Souto. “Carta de Francisco de Sotomaior a El Rei D. João IV (4-12-1645)”. In: BRÁSIO, António (org.). op. cit., vol. IX, 1960, p. 407.

⁷⁵ Era então comum que o sorgo, espécie africana, fosse classificado como milho. Cadornega, inclusive, trata ambas as espécies com pouca distinção, chamando o *Sorghum bicolor* de milho ou massa grossa, e o que se acredita ser *Zea mays*, variedade americana já introduzida naquelas terras, de milho ou massa miúda. Em Portugal e no Brasil, sorgo ainda era conhecido como “milho zaburro” e, por vezes, “milho de Guiné”. Cf. MAESTRI FILHO, Mário José. *A agricultura africana nos séculos XVI e XVII no litoral angolano*. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1978, p. 107; 114-116; HUE, Sheila M. op. cit., 2008, p. 84, 85. Ver ainda: SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. 3ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 199.

⁷⁶ CADORNEGA, António de Oliveira. op. cit., vol. I, 1972, p. 240.

aqueles invasores. As pazes entre as nações foram acordadas na Europa em junho de 1641, ainda não informadas naquelas paragens entre fins de agosto e início de setembro, mas era sabida a convergência de ideais anti-hispânicos entre lusos e batavos. Assim, no começo do mês de outubro, o governador decidiu rumar com os seus governados à fazenda do capitão Gregório Ribeiro, a uma légua da quinta, subindo pelo rio Bengo, distando cerca de nove de Luanda, onde se resguardou com a população para que aferisse o que se passava na cidade. Vale ressaltar que as datas das movimentações dos portugueses pelo sertão são incertas, pois a principal crônica a tratar desses eventos é imprecisa, e a documentação administrativa ressurgiu com sistematicidade apenas depois da retirada ao presídio de Massangano, recapitulando brevemente os apertos do trajeto pelo sertão sem situa-los no tempo. Sabe-se, pela correspondência dos holandeses, que a perambulação lusa durou pelo menos os meses de setembro, outubro e novembro de 1641. De todo modo, continuaram a sofrer com privações alimentares e com os efeitos das condições precárias de alojamento e da exposição às intempéries na fazenda do capitão Ribeiro, apesar de terem deixado a condição indigente. A essa altura, a notícia da invasão e perda de Luanda já havia chegado à “Vila da Vitória”.

Tão intrigado quanto intimidado,⁷⁷ Pedro César de Menezes mandou a Luanda dois emissários para que entregassem papéis aos invasores com a finalidade de informa-los do descontentamento dos portugueses desterrados e de inquiri-los sobre as razões que os levaram a “ocupar violentamente” aquele porto e praça do rei de Portugal. Os enviados foram instruídos para insistir na cessação imediata de hostilidades,⁷⁸ principalmente diante do desconhecimento sobre os rumos dos acordos de paz na Europa. As conversas, no entanto, foram pouco frutíferas. Por mais que os batavos tenham reconhecido a validade dos protestos dos lusos, replicaram-lhes que os rumos das negociações entre seus “maiores” permaneciam incertos, e defenderam o regresso dos moradores à cidade para que vivessem sob a proteção dos novos senhores – um contraste às posturas iniciais abertamente beligerantes da ocupação de Pernambuco –, proposta que mirava o retorno à normalidade das movimentações comerciais de cativos no reino e no porto, objetivo este que orientou muitas das medidas decretadas pelos administradores neerlandeses,⁷⁹ Cornelis Nieulant e Pieter Moortamer.

⁷⁷ CADORNEGA, António de Oliveira. op. cit., vol. I, 1972, p. 241.

⁷⁸ CRUZ, Luiz Félix. Manifesto das hostilidades que a gente que serve a Companhia Ocidental de Holanda obrou contra os vassallos d’El Rei de Portugal neste reino de Angola, debaixo das tréguas que obrigaram ao General Salvador Correa de Sá e Benevides a desalojar estes soldados holandeses dele, sendo mandado a esta Costa por Sua Majestade a diferente fim. *Boletim da Classe de Letras (da Academia de Sciencias de Lisboa)*: actas e pareceres, estudos documentos e notícias. Volume XIII, 1918-9. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921, p. 46.

⁷⁹ RATELBAND, Klaas. op. cit., 2003, p. 152.

Apesar de articulada pelo mesmo projeto político-comercial que guiou as invasões ao Brasil, a dominação prevista com a incursão dos flamengos em Angola era diferente do que pretendiam na América lusa. Extrapolando o intuito de inflexão de danos aos Áustria de Espanha, a guerra pelo controle dos canaviais e rendição das principais praças brasileiras dava-se em vista de uma dominação segura sobre a cadeia produtiva de açúcar, que também implicava no domínio sobre a população, um esforço bélico que levou anos e, ainda assim, não logrou pleno sucesso.⁸⁰ Um posicionamento relativamente brando que primasse pela preservação das dinâmicas sociais e econômicas previamente vigentes se mostrou impossível durante a breve ocupação de Salvador e de complexo manejo depois da derrota da resistência em Pernambuco. Além das dificuldades de uma submissão pacífica dos moradores, arriscava-se a sobrevivência, entre os “súditos de El Rei”, de lealdades antigas nocivas ao empreendimento batavo. Com a tomada de Luanda, sendo ela o principal assento da presença colonial em Angola, pretendia-se, por consequência, gozar de autoridade sobre aquelas terras, especialmente o exercício do monopólio e da tributação efetivos sobre os negócios de escravos, até então localmente encabeçado por portugueses.⁸¹ Em decorrência da invasão, o desmantelamento da estrutura interna que ali operava o comércio e os fluxos de cativos até o porto provocou grande decepção entre os neerlandeses, que, depois das experiências no Brasil, já conheciam os prejuízos que a guerra desmedida causava às operações da Companhia. Desse modo, houve entre os batavos um caloroso debate a respeito da viabilidade de uma ofensiva aberta contra o governador Pedro César de Menezes, arriscando homens e recursos pelo sertão incógnito, expostos a outros efetivos portugueses espalhados por presídios do interior, em detrimento da busca pelo restabelecimento do comércio e reinstalação da população na cidade, nas suas fazendas e à dianteira de seus negócios particulares. Um cenário que traçava incômodos paralelos com o Brasil de 1630 e que demandava prudência. Em 11 de setembro de 1641, duas semanas depois da tomada de Luanda, os diretores Moortamer e Nieulant escrevem a Maurício de Nassau e ao Alto e Secreto Conselho⁸² do Brasil reportando a vitória alcançada, mas lamentando pelo esvaziamento da praça: “Se Deus nosso Senhor quisesse que estes

⁸⁰ “Estes vinte e quatro anos de domínio estrangeiro comportam na realidade mais de dezesseis anos de guerra, pois da chegada de Nassau em 1637 à trégua luso-neerlandesa de 1641, o Brasil holandês conheceu apenas uma paz precária, regularmente interrompida pelas excursões de contingentes de campanhistas procedentes da Bahia [...]. De verdadeira paz, o Brasil holandês só conheceu o período 1641-1645, que foram mesmo assim tempos difíceis em vista da crise do preço do açúcar”. MELLO, Evaldo Cabral de. op. cit., 2007, p. 13.

⁸¹ Sobre as redes e os partidos mercantes envolvidos no tráfico interatlântico de escravos à época do conflito luso-neerlandês, com notável extrapolação das jurisdições “formais” dos chamados “Impérios”, ver: SILVA, Filipa Ribeiro da. *Crossing Empires: Portuguese, Sephardic, and Dutch Business Networks in the Atlantic Slave Trade, 1580-1674*. *The Americas*, vol. 68, n. 1, July 2011, p. 7-32.

⁸² Os modelos administrativos da conquista neerlandesa no Brasil estão listados e sumarizados na seção “Apêndices” deste trabalho.

habitantes tivessem a nobreza de espírito de não fugir, mas tivessem antes ficado cada um deles na posse dos seus bens e rendessem a cidade com a contrapartida de bons termos, teria sido inmensurável o proveito para a Companhia”, assim como “para a cidade e para os seus moradores, porque o comércio continuaria a prosperar, porém tudo isso acabou e aparentemente muito de bom que foi levado não voltará a beneficiar mais ninguém”.⁸³

A cisão entre a veia beligerante e a mercantil era evidente, escancarando a fragmentação entre os militares, fornecidos pelos Estados Gerais ou contratados, e os funcionários administrativos da WIC. Mas graças ao poder das autoridades financeiras da Companhia, ainda havia predileção pela defesa dos interesses comerciais. Tanto é que, ao contrário das figuras de Johan van Dorth e Diederick van Waerdenburgh, oficiais delegados pelo Conselho dos XIX com funções administrativas nos empreendimentos que capitanearam no Brasil – ainda que o último tenha partilhado autoridade com o Conselho Político –, para Angola foram despachados responsáveis específicos pela liderança dos combatentes e outros encarregados da gestão da praça e dos assuntos econômicos. Moortamer e Nieulant, previamente conselheiros políticos no Brasil holandês – quando o colegiado já estava subordinado ao Supremo Conselho –, foram enviados por Nassau à frente do governo, enquanto os principais oficiais da expedição, Cornelis Cornelisz. Jol e James Hendersen, deveriam cuidar exclusivamente de assuntos militares⁸⁴ – o que foi motivo de indignações e se provou uma escolha catalisadora de querelas internas.⁸⁵

A adoção de uma postura plenamente ofensiva por parte dos flamengos instigava insegurança, a despeito da aparente impossibilidade diplomática, constatada depois de um encontro cheio de mal-entendidos entre Pedro César de Menezes e Hendersen, e da instrução dos Diretores da WIC para que, constatada falta de cooperação dos portugueses, prosseguissem com a conquista.⁸⁶ Poderia se provar um caminho muito dispendioso e prejudicial para a Companhia, preocupação que, como dito, sempre condicionou, ao longo dos sete anos da presença holandesa em Angola, a administração do empreendimento. Vale ressaltar que os perfis da relação luso-neerlandesa naquelas plagas, mais diplomática ou beligerante, tiveram feições variantes a depender dos gestores empossados. Os setentrionais, é certo, mas também os portugueses, com posturas mais abertas às negociações ou mais belicosos a depender das ordens que seguiam ao arriarem em Angola, de suas próprias disposições e das lideranças holandesas com quem eram obrigados a tratar. Ademais, também é preciso pontuar que as

⁸³ “Carta dos diretores de Angola ao conde e Alto Conselho, 11 de setembro de 1641” *apud* RATELBAND, Klaas. op. cit., 2003, p. 145.

⁸⁴ RATELBAND, Klaas. op. cit., 2003, p. 143.

⁸⁵ Ibid., p. 148, 149.

⁸⁶ Ibid., p. 158.

incertezas de então sobre o estado das relações entre Portugal e os Países Baixos e seus desdobramentos no além-mar, como o avanço neerlandês no Maranhão, organizado em 1641 sob os mesmos preceitos que a expedição contra Angola, e a subsequente revolta dos luso-brasileiros naquele território, dois anos depois, influenciaram os ânimos das relações e da guerra na África Ocidental.

Depois de informado por seus emissários da resposta de seus adversários, Pedro César de Menezes soube ainda que nativos desafetos dos portugueses haviam se aproximado dos flamengos. Cabem aqui algumas palavras sobre os grupos e povos africanos envolvidos no conflito luso-neerlandês em Angola. Tarefa um tanto complexa em função dos arranjos sociais variáveis assumidos desde os primeiros movimentos dos *muene puto*, denominação na língua mbundu que faz referência ao rei de Portugal e aos seus súditos, na ocupação e exploração da região, e do vocabulário empregado nos documentos. *Jaga*, por exemplo, seria uma denominação dada a povos nômades e guerreiros, os mbangala, geralmente descritos como primitivos e selvagens,⁸⁷ originários de regiões interiores a leste e nordeste, que teriam se infiltrado no Congo e em Angola na segunda metade do século XVI.⁸⁸ Esses “bárbaros” passaram então a ameaçar os domínios dos *manicongo*, que recorreram ao auxílio de seus então aliados portugueses para combatê-los. Todavia, os próprios lusos aliaram-se a forças jagas, que chamavam de “guerra preta”, no contexto dos conflitos com os *ngola* do povo mbundu, no reino do Ndongo,⁸⁹ que abarcava o território a ser conhecido como Angola.

Por vezes, as referências são ambíguas quanto ao juízo que se fazia do grupo ou povo referido. Os jagas são estrangeiros ao Ndongo e ao Congo, intimamente associados à selvageria, ao canibalismo e aos perigos do sertão, mas, se úteis, são descritos pelos portugueses em termos menos graves.⁹⁰ Para o capitão Baltasar Rebelo de Aragão, que integrou uma expedição a Angola liderada por D. Francisco de Almeida, em 1592, tendo servido na terra e legado algumas notas a seu respeito, datadas de 1618, era bom ter os jagas “por amigos, porque com temor deles

⁸⁷ Na avaliação dos missionários do Seiscentos, os povos do interior, a exemplo dos mbangalas, em função da menor sistematicidade ou da inexistência de contato com europeus, portadores da “luz da civilização”, demonstrariam níveis de selvageria abomináveis, em contraste aos povos parcialmente convertidos do litoral, como os católicos do Congo, que refutavam as tentações dos antigos costumes. Cf. MACEDO, José Rivair. Jagas, canibalismo e “guerra preta”: os Mbangalas, entre o mito europeu e as realidades sociais da África Central do século XVII. *História (São Paulo)*, Franca, v. 32, n. 1, jan/jun 2013, p. 57, 58.

⁸⁸ Cf. SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo. A África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Biblioteca Nacional, 2002, p. 420-421.

⁸⁹ Ao contrário do movimento de ocupação do Congo no Quinhentos, no qual tiveram o apoio do poder estabelecido na figura dos *manicongo* no combate aos invasores jagas, os portugueses combatiam contra a situação política dos *ngola* mbundu no Ndongo. Cf. BIRMINGHAM, David. *A conquista portuguesa de Angola*. Porto: A Regra do Jogo Edições, 1974, p. 24.

⁹⁰ MACEDO, José Rivair. op. cit., 2013, p. 63.

obedecem e estão quietos os sobas, mas de presente se quis apertar tanto com eles que se levantaram e levaram muitos escravos nossos cativos”. De modo que “serão maus de reduzir à nossa amizade pela ruim companhia que lhe fazemos, estando debaixo de nosso amparo, mas pode-se adquirir outros para amigos e tratá-los bem”.⁹¹ O termo *soba* faz referência aos chefes tradicionais de pequenos grupos mbundu, e sua submissão aos jagas foi fundamental para que os portugueses sobrepujassem as lideranças tradicionais do Ndongo e ali pudessem assentar fortalezas e entrepostos comerciais. Desse modo, os sobas protagonizaram uma instável relação com os *muene puto*, aos quais foram obrigados a jurar obediência, tão instável que, já em 1631, o ex-governador Fernão de Sousa apontava a El Rei os riscos da falta de gente no reino de Angola para mantê-los em xeque, por serem propensos à traição ao menor sinal de distúrbios de ordem provocados por “rebeldes”, uma referência aos os holandeses, em sedição de Castela.⁹² Os jagas também se organizavam em pequenos grupos, relativamente autônomos, em arranjos genericamente denominados *kilombos*, e manifestavam proximidades variadas com os lusos, de antagonistas a vassalos juramentados ao rei de Portugal,⁹³ atuando até nas empreitadas de captura de escravos no sertão,⁹⁴ como pumbeiros.⁹⁵

Quanto à questão daqueles que nutriam animosidades em relação aos portugueses à época da invasão de Luanda, os principais a ver favoravelmente a chegada dos neerlandeses foram o rei do Congo, Garcia II, e a temida rainha mbundu, Nzinga Mbandi,⁹⁶ a notória Jinga, de nome cristão Ana de Sousa, herdeira aparente do governo do Ndongo que foi deposta pelos lusos e exilada no território de Matamba, no interior.⁹⁷ Na aproximação com os novos ocupantes de Luanda, também chamados de *mafulos* pelos nativos,⁹⁸ eram sobas os informantes que reportaram sobre o estado e a posição de Pedro César de Menezes no sertão, além das movimentações por ele ordenadas, principalmente o comando dado ao capitão de navegação do

⁹¹ ARAGÃO, Baltasar Rebelo de. “Terras e minas africanas segundo Baltasar Rebelo de Aragão”. In: CORDEIRO, Luciano (org.). *Questões histórico-coloniais*. Volume I. Lisboa: Ministério das Colônias, 1935, p. 233.

⁹² SOUSA, Fernão. “Informação de Fernão de Sousa a El Rei (7-12-1631)”. In: BRÁSIO, António (org.). op. cit., vol. VIII, 1960, p. 95.

⁹³ Cf. HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII. Estudos sobre fontes, métodos e história*. Luanda: Editora Kilombelombe, 2007, p. 387-436.

⁹⁴ Ibid., p. 473-506.

⁹⁵ Cf. MACEDO, José Rivair. op. cit., 2013, p. 64, 65; CHILDS, Gladwyn Murray. The peoples of Angola in the Seventeenth Century according to Cadornega. *The Journal of African History*, v. 1, n. 2, July 1960, p. 272-275.

⁹⁶ Figura fundamental na história de Angola no século XVII, de dinastia mbundu e ligada também a lideranças mbangala. Ver, entre outros: HEYWOOD, Linda M. *Jinga de Angola: a rainha guerreira da África*. São Paulo: Todavia, 2017; MATA, Inocência (org.). *A Rainha Nzinga Mbandi: história, memória e mito*. Lisboa: Edições Colibri, 2012; MILLER, Joseph C. Nzinga of Matamba in a New Perspective. *The Journal of African History*, vol. 16, n. 2, 1975, p. 201-216; THORNTON, John K. Legitimacy and Political Power: Queen Njinga, 1624-1663. *The Journal of African History*, vol. 32, n. 1, 1991, p. 25-40.

⁹⁷ BIRMINGHAM, David. op. cit., 1974, p. 41, 42.

⁹⁸ CADORNEGA, António de Oliveira. op. cit., vol. I, 1972, p. 464.

rio Cuanza, Antônio da Fonseca de Ornelas, para que aparelhasse dois patachos com destino ao Brasil e, assim, conseguisse informar El Rei da invasão, das condições em que Angola se encontrava e das dificuldades que seus súditos ali passavam – missão na qual obteve sucesso, como dito no capítulo anterior.

Graças à posição que haviam assegurado e fortificado na barra do rio Bengo, os flamengos ocuparam algumas plantações a montante, que lhes garantiam umas poucas reservas, já que não demorou para que sofressem com a escassez local de alimentos e a má qualidade da água, como veremos mais adiante. Daqueles pontos, poderiam ameaçar outros arimos e o acampamento português instalado na fazenda de Gregório Ribeiro. Quando informado do avanço dos neerlandeses pelas várzeas do rio, Pedro César de Menezes teve que procurar novamente por uma posição mais segura no sertão.⁹⁹ Soube então “pelos moradores práticos naquele país que o sítio e outeiro da igreja da Kilunda era mais superior e apartado daqueles arimos de moradores que estavam povoados”, além de mais próximo de Luanda. Decidiu então transferir seus governados para lá, onde poderiam se fortificar melhor, servindo como escudo e evitando assim que as fazendas de particulares próximas à de Ribeiro fossem alvos no caminho dos holandeses até a população desterrada. Aumentaria também as chances de que essas lavouras continuassem produtivas e aptas a socorrer os desterrados com o que pudessem dispor.

No novo sítio, a cerca de seis léguas do litoral, “havia uma espaçosa alagoa que chamavam a Kilunda, de quem aquele outeiro tomava o nome, fértil de pescado”, uma garantia de maior segurança alimentar que incentivou a sua escolha.¹⁰⁰ Naquela posição, montaram trincheiras de pau a pique, improvisaram baluartes e faxinas e se asseguraram de que todos estivessem protegidos dentro do perímetro que haviam delimitado, erguendo, assim, outro arraial. O governador ainda repartiu pequenos lotes de terra para que os moradores pudessem cultivar alimentos, sustentando-se a si e contribuindo à manutenção de todos os ocupantes e defensores da fortificação, o que indicava planos de médio e longo prazo para a permanência naquela posição. Diante da ameaça representada pelo avanço dos neerlandeses pelo curso do Bengo, os portugueses se organizaram com a finalidade de não apenas se defenderem, mas de oferecerem-lhes resistência. Então, providenciaram a obtenção e o transporte de alguns apetrechos de artilharia de um forte chamado do Lobo, próximo a Luanda, que estava negligenciado pelos batavos. Trouxeram em carros de tração animal, encobertos pela noite, duas peças de ferro “de bom calibre”, com as quais “ficou a nossa gente com mais esforço e

⁹⁹ RATELBAND, Klaas. op. cit., 2003, p. 154, 155.

¹⁰⁰ CADORNEGA, Antônio de Oliveira. op. cit., vol. I, 1972, p. 245.

alento em verem que tinham já algum modo de defesa”.¹⁰¹ Da chegada dos holandeses a Angola ao assentamento no outeiro da lagoa, momento em que a necessidade de efetivo enfrentamento do invasor ficou clara para os portugueses, correram pouco mais de dois meses. Daquela posição, engajaram-se no reconhecimento das condições, das atividades e das motivações dos seus adversários.

Apesar do domínio no mar e dos pequenos avanços pelas regiões próximas às barras dos rios, as dificuldades enfrentadas pelos flamengos em Luanda eram grandes. O estado das coisas na povoação foi informado aos portugueses por um soldado, um mercenário inglês a serviço da Companhia, que foi emboscado e levado à Kilunda para ser interrogado. O prisioneiro então depôs a Pedro César de Menezes, conforme relata António de Oliveira Cadornega, tendo informado ao governador

tudo o que procurava saber, como havia aquela armada saído de Pernambuco, vindo para isso gente de refresco dos Estados de Holanda, e como haviam feito nova bolsa para a invasão de Angola; que o general do mar era o Pé de Pau, bem conhecido por suas empresas ou roubos; que trouxeram de gente de guerra dois mil e quinhentos homens em dezoito embarcações, as mais delas de força, e que o General que governava em terra era o Andrezom, pessoa de muita experiência na guerra; e que lhe ia morrendo muita gente, que não estavam muito contentes do país e que quando a nossa gente fora dar [emboscada] na gente de Maianga, estivera a gente da cidade com grande susto, posta em arma, temendo ia o nosso poder sobre a cidade, e guarneceram as trincheiras e não ousaram a botar gente fora a descobrir o campo que tão tímidos estavam [...].¹⁰²

O governador também soube da possibilidade de que os holandeses capitulassem a cidade em troca de dinheiro, especialmente porque havia morrido “muita gente [flamenga] de doença, e que a nossa gente tinha também experimentado bem de mortos naqueles sítios do Bengo”. Um encontro foi então organizado entre os líderes das facções, a meio caminho de seus postos, no sítio de Sequele, na primeira quinzena de outubro. Menezes queria negociar uma quantia de resgate da praça, enquanto o general Hendersen supunha que os portugueses lhe pediriam passagem para que embarcassem e deixassem Angola. Baseados, pois, em premissas completamente distintas e incompatíveis, as tentativas de conciliação falharam. Diante da impossibilidade diplomática, ficaram claros para os envolvidos os termos da disputa pelo território angolano. Por conseguinte, os holandeses acirraram as medidas para impedir a comunicação externa e o pedido de reforços de seus adversários por vias fluviais, enquanto os portugueses trataram de combater furtivamente os batavos por terra. A partir de então, as preocupações dos administradores se voltaram com maior atenção ao conduzir da peleja e ao

¹⁰¹ CADORNEGA, António de Oliveira. op. cit., vol. I, 1972, p. 246.

¹⁰² Ibid., p. 248, 249.

socorro de seus subordinados, vítimas de privações cada vez maiores, agravadas pelo conflito declarado.

2.2. *Guerreando em trópicos hostis*

Apontados os percalços iniciais, as dificuldades de aprovisionamento, a falta de recursos básicos e de dinheiro para contorna-la, os doentes e feridos cada vez mais numerosos que necessitavam de cuidados, entre outros entraves concernentes às plagas tropicais e à guerra, cabe atentarmo-nos às táticas que ambas as facções puderam empregar em busca do triunfo sobre o adversário, em nome da preservação ou da usurpação daqueles territórios, sem perder de vista as necessidades concernentes à sobrevivência das populações e dos combatentes. Dito de outro modo, observaremos como as violências naturais, das agruras do clima e da paisagem à indisponibilidade local de alimentos e aos entraves do cultivo da terra, foram agravadas pela violência do conflito, atentando-nos às maneiras encontradas para ameniza-las, contorna-las, supera-las. Como bem sintetiza Francisco de Brito Freire:

Lá, em climas remotos e guerras dilatadas, pelear primeiro com os descômodos que com os inimigos. Trânsito por rios nunca passados. Aspreza de matos nunca abertos. Achar nos animais peçonhentos ou ferozes menos piedosos homicidas. Perecerem alguns por não comer, outros dos alarves comidos. E contribuindo em diversos acidentes a água, as ordinárias pensões da guerra fazia maior o número dos que se afogavam com muitos que de sede morriam. Sem fortificações, sem cabos, sem notícias; entre tão eminentes perigos e faltas impossíveis de tolerar a quaisquer outros soldados; pois a estes se não deu da Fazenda Real a paga de um só mês na continuação de tantos anos.¹⁰³

Por mais que sumarize tais dificuldades ao tratar de seus “bisonhos” compatriotas, pontuando logo em seguida os supostos “confortos” e vantagens estruturais desfrutados por seus adversários holandeses, os obstáculos naturais que lista eram os mesmos para ambos os lados, tanto no Brasil quanto em Angola. Enquanto os portugueses tinham maior familiaridade com os territórios, permaneceram praticamente isolados de qualquer apoio metropolitano; aos holandeses, chegavam ainda algumas embarcações, mas em períodos espaçados, transportando cargas e contingentes insuficientes. No fim das contas, condições análogas de isolamento tornavam aqueles obstáculos graves para todos e impunham a necessidade de certas engenhosidades para contorna-los. Era o que o conde da Ericeira denomina “guerra voluntária”,

¹⁰³ FREIRE, Francisco de Brito. op. cit., 2001, p. 27.

na qual “não há assistência nem dispêndio dos Príncipes, [em que] devem ser menos rigorosos os preceitos militares” tradicionais.¹⁰⁴

No que diz respeito à peleja, o confronto na Bahia, apesar de breve se comparado às disputas ao norte do rio São Francisco e na África Ocidental, suscitou esboços do que seria posto em prática posteriormente com maior sistematicidade. Principalmente a guerra de emboscadas, volante, na qual contingentes luso-brasileiros mistos, compostos por alguns soldados profissionais, moradores, religiosos e nativos, operavam na dianteira, juntamente com a exploração das vantagens do terreno em favor de forças numericamente inferiores. De maneira que a continuidade dessas táticas provocou o encerramento dos setentrionais ao litoral, sem possibilidades de recorrer aos recursos locais ou de dar combate eficaz e prosseguir com a invasão. No caso da guerra de resistência em Pernambuco, muito se deveu àquela experiência do episódio baiano, e a soma dos dois momentos de defesa forjou uma capacidade combativa da qual os neerlandeses sempre recebiam durante a insurreição, a partir de 1645.¹⁰⁵ Enquanto isso, em Angola, as táticas empregadas contra os invasores se respaldavam largamente no histórico das relações de cooperação com os aliados autóctones nas empreitadas bélicas pelo sertão, na obtenção de cativos tomados em decorrência de confrontos entre os próprios povos locais.

Uma constante da contenda luso-neerlandesa nos trópicos foi, como dito, o desequilíbrio entre as forças invasoras e defensoras. Nas palavras de Bartolomeu Guerreiro, “não é novo em desafios de portugueses e holandeses pedirem os nossos ser o número dos inimigos dobrado, certos que ou ficariam no campo, ou sairiam dele com apressado cuidado”,¹⁰⁶ ao fazer referência, já em 1625, a outros encontros de similar desproporção, ocorridos no Oriente, muitos deles terminados em favor dos batavos, com consequências duradouras para as atividades comerciais lusas na Ásia.¹⁰⁷ Essa disparidade impunha a experimentação de táticas e a exploração das vantagens naturais dos cenários em disputa por parte dos seus defensores, como contrapeso à supremacia numérica e estrutural dos flamengos. Dessa forma, a guerra furtiva e o veto ao acesso a fontes naturais de recursos de subsistência foram as principais estratégias praticadas nos três palcos atlânticos da contenda luso-neerlandesa. Em carta datada

¹⁰⁴ ERICEIRA, Luís de Meneses, Conde da. *História de Portugal Restaurado*. Volume II. Porto: Civilização, 1945, p. 151, 152.

¹⁰⁵ FERREIRA, Gaspar Dias. Cartas e pareceres de Gaspar Dias Ferreira. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, Recife, n. 31, 1886, p. 335-352.

¹⁰⁶ GUERREIRO, Bartolomeu. “Jornada dos Vassalos da Coroa de Portugal”. In: GALINDO, Marcos (org.). *Episódios Baianos: documentos para a história do período holandês na Bahia*. Recife: NÉCTAR, 2010, p. 108.

¹⁰⁷ Cf. BOXER, Charles R. *O império colonial português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 1969, p. 117-154; BOXER, Charles R. *Dutch merchants and mariners in Asia, 1602-1795*. London: Valorum Reprints, 1988, p. 81-104.

de 25 de abril de 1633, de remetente e destinatário anônimos, indicados apenas como capitães, que trata da guerra de resistência em Pernambuco, seu autor diz compreender “por máxima da guerra, ou seja, defensiva ou ofensiva, que há de haver sítio forte e praça de armas donde às vezes assista um general, se guardem munições e finalmente donde se assegure, em causa de uma derrota, as relíquias de um exército e muitas vezes de um reino”. Contudo, na guerra volante, “em que se não há de vir a batalha de poder a poder, menos força tem esta razão, respeitando-se por primeira a natureza da província em que se faz e a devação dos lugares dela [...]”.¹⁰⁸ Uma síntese precisa dos conflitos sobre os quais nos debruçamos neste estudo.

O arraial do rio Vermelho era manejado e defendido por cerca de duzentos homens,¹⁰⁹ e a força dedicada ao combate dos invasores somava cerca de seiscentos,¹¹⁰ comandados por capitães à frente de companhias compostas por números que variavam de vinte e cinco até quarenta soldados, para que “a multidão, em matos e caminhos estreitos, não impedisse ou dificultasse a peleja”.¹¹¹ Entre eles, havia, como mencionado, uns poucos soldados experientes, colonos, missionários e índios, os “frecheiros” conhecedores e práticos dos matos. O reduto ainda estava armado com seis peças de artilharia, tiradas, junto de algumas munições, de uma embarcação aliada que passou incógnita pela Baía e alcançou o reduto na foz do rio.¹¹² Passado o pânico inicial provocado pela invasão, foi possível aos portugueses aferir com maior precisão os números do inimigo, “menos do que cuidávamos, a saber, mil e quinhentos homens de guerra, afora marinheiros, e por todos seriam três mil, pouco mais ou menos”,¹¹³ cifras relativamente favoráveis para uma oposição organizada de improviso, por homens de pouca experiência bélica e reforçada por um número limitado de aliados indígenas. Dever-se-ia, então, pôr em prática as tais estratégias de guerrilhas e emboscadas. Ainda que o próprio D. Marcos Teixeira, ele mesmo eleito capitão-mor, tenha sofrido frustrante derrota ao liderar uma investida ambiciosa contra a cidade durante a madrugada do dia de Santo Antônio, 13 de junho de 1624, na tentativa de retoma-la, as táticas de guerra furtiva não tardaram a dar resultados.

Em uma dessas incursões sobre os flamengos em trânsito pelos arredores da urbe, aparentemente no dia 15 de julho, “mataram os nossos índios particularmente alguns dos

¹⁰⁸ SALVADO, João Paulo; MIRANDA, Susana Münch (org.). *Livro 1º do Governo do Brasil*. 2ª edição. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, p. 512, 513.

¹⁰⁹ SALVADOR, Vicente do. op. cit., 1965, 446.

¹¹⁰ Segundo Bartolomeu Guerreiro, em menção a números supostamente reportados por D. Marcos Teixeira à Coroa, eles dispunham de uma força de mil e quatrocentos brancos e duzentos e cinquenta índios. GUERREIRO, Bartolomeu. op. cit., 2010, p. 104.

¹¹¹ VIEIRA, Antônio. op. cit., vol. I, 2008, p. 49.

¹¹² GUERREIRO, Bartolomeu. op. cit., 2010, p. 104.

¹¹³ LEITE, Serafim. op. cit., t. V, 2006, p. 32.

inimigos, em especial um seu coronel de grande estima entre eles”,¹¹⁴ Johan van Dorth. Como conjectura o Provincial Domingos Coelho, o oficial batavo talvez tivesse saído com pouca gente de guarda por subestimar o número e a capacidade combativa de seus adversários, principalmente depois do ataque fracassado comandado pelo bispo. Antônio Vieira, por sua vez, ao comentar sobre a eficácia das táticas de emboscada dos luso-brasileiros, procura demonstrar, “para que se entenda e veja bem que o tomarem uma vez a cidade foi mais fraqueza nossa, causada de pecados”, o valor e os resultados do esforço dos homens em defesa da terra – esforço que dá a entender poderia ter vindo à tona na ocasião da invasão –, “pois os que então uma vez, sem pelejar, lhes fugiram, agora, tantas vezes os faziam fugir pelejando”.¹¹⁵ Um comentário que critica tanto as posturas demonstradas pelos defensores e habitantes de Salvador durante o assalto flamengo quanto o panorama testemunhado em toda a colônia, de indisposição à preservação das coisas do reino em face do medo, ou em prol dos interesses e bens particulares, e da falta de retidão moral. Depois da morte de Van Dorth, os neerlandeses passaram a cuidar para que os seus permanecessem a maior parte do tempo reservados dentro da cidade, cujos baluartes, fortes e passagens teriam sido reforçados sob as ordens do novo coronel e governador, Allert Schouten.¹¹⁶

Nos quatro meses seguintes à nomeação de D. Marcos Teixeira como capitão-mor, até ser substituído por Francisco Nunes Marinho de Eça e falecer pouco depois, no início de outubro, as emboscadas por ele comandadas haviam ceifado a vida de mais de uma centena de holandeses, além de deixarem incontáveis feridos e permitirem a captura de dezenas de prisioneiros.¹¹⁷ Em um período tão curto, sem que doze meses transcorressem entre a invasão e a capitulação perante a Armada dos Vassalos, certos episódios, ainda que pontuais, são bastante ilustrativos da efetividade desse modo de guerrear. Algumas dessas situações são descritas na crônica de Bartolomeu Guerreiro, como a que se deu em 24 de agosto. Ela ilustra a diferença numérica das forças, a furtividade das investidas luso-brasileiras e os limites territoriais impostos à circulação dos flamengos, restritos apenas às imediações protegidas pelo alcance de sua artilharia em Salvador. Uma companhia emboscou alguns soldados no mosteiro do Carmo, dando sobre eles “com tão determinada coragem que, sendo os nossos muito menos, eles lhes deram com desordem as costas, perdendo o sargento e outros companheiros, e chegando muitos feridos à cidade, donde lhes acudiram com a artilharia”. Em outro encontro,

¹¹⁴ LEITE, Serafim. op. cit., t. V, 2006, p. 32.

¹¹⁵ VIEIRA, Antônio. op. cit., vol. I, 2008, p. 55.

¹¹⁶ Ibid., p. 56; SALVADOR, Vicente do. op. cit., 1965, p. 446.

¹¹⁷ GUERREIRO, Bartolomeu. op. cit., 2010, p. 104.

pouco depois, desta vez na ilha de Itaparica, onde os invasores estavam à procura de “provimientos de carnes”, percebe-se o trabalho a que tinham que se submeter em busca de suprimentos. Ali, foram surpreendidos por campanhistas e indígenas, que terminaram por capturar uma de suas lanchas, assim como dois de seus soldados, deixando treze mortos e muitos feridos que ainda conseguiram escapar nas outras embarcações.¹¹⁸ E assim deu-se o prosseguimento na resistência, sem grandes mudanças táticas a despeito das trocas de capitães.

Por ordens de Matias de Albuquerque, Francisco Nunes Marinho de Eça, já velho, “gravissimamente” adoecido,¹¹⁹ foi substituído em dezembro de 1624 por D. Francisco de Moura, chegado de Lisboa, experiente fidalgo nascido no Brasil, que havia servido na Índia e também exercido o cargo de governador de Cabo Verde, entre 1618 e 1621, tendo permanecido na posição designada na Bahia até a chegada da armada restauradora. A sistematicidade dos assaltos furtivos foi mantida, impondo confinamento praticamente total aos neerlandeses até os primeiros meses de 1625. Com “quebras tão continuadas de reputação e gente, chegou o inimigo a tanto temor de sair fora da cidade que lançou bando sob pena de morte contra os que dela saíssem”, de acordo com Bartolomeu Guerreiro.¹²⁰ Além do enaltecimento dos envolvidos na resistência local por todo o período da invasão, a crônica do jesuíta traz uma reflexão sobre os resultados daquela milícia volante, que seriam evidenciados pela resistência em Pernambuco e se provariam novamente na insurreição que terminou com a capitulação dos neerlandeses em 1654:

E foi esta guerra da maior importância do que imaginar se pode para a conclusão da empresa da Bahia, porque o valor com que os nossos se houveram nos assaltos não só que desenganou ao inimigo que lhe não convinha sair da fortificação da cidade, mas que nem com socorro de Holanda poderia sustentá-la, chegando as nossas Armadas. E terem os assaltos dos nossos tão preso ao inimigo das portas adentro da cidade, foi limitar-lhe o poder, prendê-lo e segurá-lo para não poder escapar do das Armadas de Sua Majestade.¹²¹

Na década seguinte em Pernambuco, as células de combate lançadas a partir do Arraial do Bom Jesus e de pequenos redutos entrincheirados na campanha eram encabeçadas por “capitães de emboscada”, postos efetivos criados por Matias de Albuquerque. Naquela terra “muito coberta”, um “bosque contínuo, em poucos dias se experimentou a manifesta utilidade deste modo esquisito de guerra, no estrago e no temor dos holandeses”, segundo Francisco de

¹¹⁸ GUERREIRO, Bartolomeu. op. cit., 2010, p. 105.

¹¹⁹ SALVADOR, Vicente do. op. cit., 1965, p. 460.

¹²⁰ GUERREIRO, Bartolomeu. op. cit., 2010, p. 110.

¹²¹ Ibid., p. 111.

Brito Freire.¹²² Em tom similar, Duarte de Albuquerque Coelho comenta que a utilidade desses grupos furtivos “cada dia se fazia mais notória pelo grande temor que o inimigo foi deles concebendo”, de modo que “não ousava sair nem mesmo às hortas da vila que ocupava”, como visto no impedimento da livre circulação entre as ocupadas Olinda e Recife. “Com a presença desses capitães de emboscadas, não só se lograva o presente efeito, como de futuro servia ela muito, vedando-lhes, com este receio, o comerciar com os moradores, e obstando-lhes, por seis anos, de apoderarem-se” dos campos,¹²³ particularmente dos canaviais e engenhos, além do acesso a áreas produtoras e fornecedoras de víveres. Tal sufocamento, ou impasse,¹²⁴ também obstava que os neerlandeses tivessem notícias concretas sobre o minguado contingente das forças luso-brasileiras, supondo-as sempre muito maiores, um desconhecimento que levou à implementação de estratégias malsucedidas de expansão de sua presença na região, ao menos até 1632. Na visão do donatário de Pernambuco, “considerável por certo é a quantidade e qualidade da gente com que o general [...] deu princípio a uma guerra que veio a ser de tanta opinião”, gente composta por brancos e mestiços com pouca ou nenhuma experiência bélica, índios de toda a estirpe que estavam sob a tutela dos irmãos da Companhia de Jesus e alguns africanos.¹²⁵ “Fazer a guerra com tal gênero de gente é uma das coisas que nesta se pode admirar”, afirma Albuquerque Coelho,¹²⁶ reiterando, em outro momento de seu relato, que conservar as terras “pelos anos que o fizemos, não chegando nunca a ter mil homens, e sendo a maior parte moradores e alguns índios sem armas de fogo, ao princípio, quando o inimigo contava 5 a 6 mil infantes, dois mil marinheiros e 40 a 60 navios que constantemente tinha, foi o mais que se fez e que se podia fazer”.¹²⁷

Um caso curioso e ilustrativo da eficiência dessas emboscadas no contexto da invasão de Pernambuco se deu no início de 1631, tão marcante que é relatado por muitos testemunhos e lembrado por Matias de Albuquerque mais de quatro anos depois,¹²⁸ ao comentar sobre episódios notáveis e da intensa participação dos jesuítas na peleja contra os setentrionais.¹²⁹

¹²² FREIRE, Francisco de Brito. op. cit., 2001, p. 128.

¹²³ COELHO, Duarte de Albuquerque. op. cit., 1982, p. 57.

¹²⁴ Cf. MELLO, Evaldo Cabral de (org.). *O Brasil holandês (1630-1654)*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010, p. 71-106.

¹²⁵ COELHO, Duarte de Albuquerque. op. cit., 1982, p. 54; 153.

¹²⁶ Ibid., p. 72.

¹²⁷ Ibid., p. 89.

¹²⁸ LEITE, Serafim. op. cit., t. V, 2006, p. 389.

¹²⁹ Em carta de 20 de maio de 1692, o padre Barnabé Soares reconta a D. João de Lencastre, então um intermediário do rei D. Pedro II que seria nomeado governador-geral do Brasil dois anos depois, a participação dos irmãos da Companhia de Jesus nas guerras do Brasil até aquele momento, com destaque para o seu engajamento contra os holandeses, a despeito das agruras sofridas e da dimensão dos trabalhos a que se submeteram em prol da defesa da colônia e dos interesses de Portugal. Cf. RAU, Virgínia; SILVA, Maria Fernanda Gomes da. *Os manuscritos do*

Segundo relata o irmão do capitão-general, em 6 de janeiro, alguns homens surpreenderam um grupo de soldados holandeses nos arredores de Olinda, mais precisamente em um sítio chamado “das Olarias”, cheio de cajueiros, que então estavam carregados de frutos. Encontraram ali “400 inimigos tão descuidados, que muitos estavam sobre as mesmas árvores colhendo a fruta que, sendo doce, lhes tornamos, com pouco trabalho nosso, muito amargas”. A espreita rendeu a degola de cento e sessenta, pelas notas de Duarte Coelho.¹³⁰ Outro que também dá conta dos acontecidos em seu diário é o soldado alemão de nome Ambrosius Richshoffer, a serviço da Companhia Neerlandesa, integrante do grupo emboscado que havia sido encarregado na ocasião de coletar refrescos para alívio dos doentes. Como noticiou aos superiores da WIC o coronel Diederick van Waerdenburgh, não eram poucos os enfermos no Recife àquela altura, em decorrência do clima e da carestia de alimentos, que, prolongada, agravava a situação dos adoentados e feridos, sem recursos básicos para amenização ou cura das moléstias.¹³¹ Do ponto de vista dos defensores da terra, era “mui sensível [...] que o inimigo aproveitasse estes refrescos de fruta, ainda mesmo com tanto risco seu, que buscando-a como nas árvores da vida, lhe custava a morte”.¹³² Tamanha era a importância das árvores frutíferas para a sobrevivência dos ocupantes de Recife que, em setembro do ano seguinte, Matias de Albuquerque mandou derrubar todas as que pôde no entorno do porto e da vila de Olinda.¹³³ Apesar de algumas divergências entre as notas do donatário e o relato de Richshoffer, que descreve um desfecho seguro para a maior parte dos neerlandeses graças a providenciais reforços que chegaram nas Olarias, o soldado não deixa de enfatizar a eficácia da investida da “forte escolta” luso-brasileira, que pôs muitos em fuga e deixou copioso número de mortos e feridos,¹³⁴ testemunho que atesta a sistematicidade e a efetividade desse modo de guerrear reconhecidas pelo oponente. Modo tão exitoso que não tardaria a ser emulado.

Há de se reiterar, contudo, que, apesar da familiaridade com a terra e relativa adaptação ao ambiente e ao clima do Brasil dos que lá residiam ou atuavam desde antes da invasão, fazer frente ao inimigo por meio das incursões furtivas era penoso para os portugueses. Especialmente em vista dos números reduzidos de combatentes e dos frequentes deslocamentos a que eram submetidos quando fazia-se necessário dar apoio a posições afastadas das várzeas

arquivo da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil. Volume I. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1956, p. 292-294.

¹³⁰ COELHO, Duarte de Albuquerque. op. cit., 1982, p. 82.

¹³¹ WAERDENBURGH, Diederick van. “Missiva do Governador D. Van Weerdenburch, em Olinda, Pernambuco, aos Estados Gerais (27 de julho de 1630)”. In: GARCIA, Rodolfo (org.). *Documentos Holandeses*. 1º volume. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Saúde, 1945, p. 47, 48.

¹³² COELHO, Duarte de Albuquerque. op. cit., 1982, p. 127.

¹³³ Idem.

¹³⁴ RICHSHOFFER, Ambrosius. op. cit., 2004, p. 99-100.

do rio Capibaribe e do perímetro adjacente ao Recife. A dianteira marítima permitia aos holandeses atacar pontos mais distantes e de pouca guarda, deixando pequena janela para a circulação das notícias das ofensivas e o despacho de reforços luso-brasileiros.¹³⁵ Diante dessas condições, aqueles que eram enviados repetidamente em socorro de paragens apartadas sempre voltavam diminuídos, não só pelas baixas da peleja, mas também “como estropeados do caminho, ou fatigados de tão repetidas viagens, pelos incômodos que sofrem naquelas matas, e outros que se extraviavam, esquecendo o desempenho de suas obrigações, e não volviam”.¹³⁶

É patente o atrelamento das estratégias de guerrilha à questão da disponibilidade de aprovisionamento. Além da necessidade de contrapor um inimigo em maior número e, em princípio, melhor equipado, explorando as vantagens da paisagem para dirimir a desproporção, a dificuldade de obtenção de suprimentos, provenientes da Europa ou os que pudessem ser angariados de fontes da terra, foi uma baliza importante na condução das ofensivas furtivas por parte dos luso-brasileiros, por mais árduas que a eles também fossem. Quase dois anos passados desde a tomada do Recife, com a ocupação estendida apenas à ilha adjacente de Antônio Vaz, estando a vila de Olinda abandonada depois de ser incendiada, ainda não era possível aos holandeses “(nem lho consentia o nosso general, já por si, já por seus capitães) comer uma só vaca”, numa situação de carestia que havia motivado expedições marítimas fracassadas à Paraíba e ao Rio Grande nos meses finais de 1631. A interdição imposta pelos defensores da terra à locomoção e ao desfrute dos bens da capitania de Pernambuco relegava os batavos a se alimentarem “somente com os gêneros que a Holanda lhes enviava; pelo que pode dizer-se sem escrúpulo que, estando eles em terra havia tanto tempo, ainda navegavam, pois que não tinham outros mantimentos mais que salgados”.¹³⁷ Mas a notícia chegada aos oficiais flamengos, graças a alguns informantes e desertores,¹³⁸ de que a resistência também enfrentava percalços similares e dependia de provisões de outras plagas fez com que articulassem novos planos.

Evidenciada a importância do apoio externo desfrutado pelo Arraial, testemunhando as privações enfrentadas pelos seus subordinados e impaciente diante da ineficácia das investidas contra praças fortes tentadas até o início de 1632,¹³⁹ Diederick van Waerdenburgh decidiu trocar de estratégia. Mais especificamente, decidiu se valer das táticas por meio das quais tantos prejuízos haviam-no causado os portugueses. Supostamente aconselhado por Domingos

¹³⁵ MELLO, Evaldo Cabral de. op. cit., 2007, p. 60, 61.

¹³⁶ COELHO, Duarte de Albuquerque. op. cit., 1982, p. 116.

¹³⁷ Ibid., p. 113.

¹³⁸ Cf. SILVA, Leonardo D. op. cit., 2011, p. 85-93.

¹³⁹ Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. op. cit., 2007, p. 57, 58.

Fernandes Calabar, um mulato¹⁴⁰ desertor, natural de Porto Calvo e a par da situação da resistência no Bom Jesus, o coronel e governador decidiu investir, em fins de abril daquele ano, contra uma paragem vital, Igarassu, vila na capitania de Itamaracá, a pouco mais de seis léguas ao norte do Recife e a menos de duas da costa. Ali, produzia-se boa parte dos alimentos enviados ao Arraial, e a povoação também servia como intermediária no repasse de recursos e informações da Paraíba a Matias de Albuquerque. O objetivo principal de Van Waerdenburgh era virar o jogo a seu favor empregando a mesma estratégia que lhe sufocava desde o início, cortando uma das principais linhas que mantinham viva a resistência luso-brasileira.¹⁴¹ Estabelecido o plano, Calabar guiou por terra o coronel e mil e quinhentos homens à vila, com apoio naval enviado à ilha de Itamaracá, que já contava com um forte controlado pelos neerlandeses, sem, contudo, ter viabilizado presença substancial no continente. Bem orientados, a movimentação de tamanha tropa passou praticamente despercebida, de modo que a investida ocorreu sem maiores dificuldades, não havendo tempo para reação e envio de reforços portugueses de qualquer guarnição. Os batavos pilharam e incendiaram Igarassu, e das suas redondezas botaram em fuga muitos moradores que auxiliavam a resistência na produção e no transporte de alimentos até o Arraial.

A incursão representou um duro golpe para os defensores da terra e um importante passo para a quebra da interdição forçada em torno das praças litorâneas em Pernambuco. Com a dianteira no mar e a abertura terrestre graças àquele sucesso, os flamengos puderam articular movimentações mais promissoras visando seu alastramento por outros territórios a despeito do entrave em Pernambuco. Ao reportar aos superiores da WIC sobre a operação em Igarassu, Van Waerdenburgh afirma crer “firmemente que, se se pudesse efetuar, de quando em vez, mais algumas dessas rápidas incursões, incendiando e massacrando, lançar-se-ia não somente uma grande consternação entre os habitantes, mas também se causaria até a Albuquerque, em seu arraial, uma grande falta de diversas cousas indispensáveis”.¹⁴² Careciam os holandeses, no entanto, de reforços, já que os dois anos sob as agruras do clima e a carência de víveres frescos cobravam alto preço da saúde e da disposição dos homens de guerra, muitos, àquela altura, sob

¹⁴⁰ Filho de mãe negra e pai desconhecido, supostamente português, tende-se a classificar Calabar como mulato, mas seu estatuto racial na documentação aparece também como “mameluco”. Ver, por exemplo: CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 48.

¹⁴¹ LAET, Johannes de. *Historia ou Annaes dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Occidentaes desde o seu começo até ao fim do anno de 1636* por Joannes de Laet, Director da mesma Companhia. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, vol. XXXVIII, 1916, p. 258.

¹⁴² WARDENBURGH, Diederick van. “Missiva do Governador D. Van Weerdenburch, em Antônio Vaaz, aos Estados Gerais (9 de maio de 1632)”. In: GARCIA, Rodolfo (org.). op. cit., 1945, p. 104.

contratos em vias de vencimento, ansiosos por retornar à pátria.¹⁴³ Incômodos similares aos dos contingentes defensores, a maior parte deles moradores e não soldados de ofício, pois viam “que o socorro chegado de Portugal, depois de quase dois anos”, que trouxe o conde de Bagnuolo, “não subia a 700 homens quando se esperava suficiente número para a pronta restauração”. O suporte metropolitano ibérico seguiu irrisório e espaçado nos anos seguintes, e “não só deixou de servir de remédio, mas até foi motivo de desesperação”,¹⁴⁴ já que os poucos homens enviados irregularmente vinham com parcas provisões, e representavam, como previamente pontuado, uma adição de bocas a serem mantidas exclusivamente pelo pouco que se dispunha ou produzia na terra.

O acesso aos campos de Itamaracá garantido pelo ataque a Igarassu permitiu melhor suplementação alimentar ao exército neerlandês – ainda que a dependência de remessas europeias nunca tenha amainado ao longo de sua ocupação no Brasil¹⁴⁵ –, o que se refletiu na ampliação de sua presença e na exploração ofensiva dos ermos contra os luso-brasileiros. Como sintetiza Duarte de Albuquerque Coelho,

esta entrada que o inimigo efetuou, persuadido e guiado por Calabar, foi sentida não só por ser a primeira, mas também porque facilitaria outras a que o instigaria sua natural cobiça, pelo interesse dos roubos, e porque se iriam fazendo senhores do campo; e se por esta causa os moradores o desamparassem, abandonando (como alguns começavam a fazer) suas casas, para se internarem nas mais espessas florestas, por fugir à tirania do inimigo, ficávamos privados dos grandes serviços que prestavam, morando perto, com seus carros, pretos e cavalos, para ajudarem a comboiar para o Arraial todo o necessário, e para plantar as roças e mais mantimentos, como arroz e legumes.¹⁴⁶

Alguns colonos, no entanto, ao se verem expostos pela interiorização galgada pelos holandeses depois da investida à vila, pediam-lhes salvaguarda em vez de fugir, como fizeram um Simão Carvalho e outro Pero Lopes de Veras, que era casado com uma prima de Matias de Albuquerque.¹⁴⁷ Alguns requeriam também permissão para comerciarem com os batavos,¹⁴⁸ o que incluía os bens que produziam, seguramente açúcar,¹⁴⁹ e com os quais muitos deles, antes,

¹⁴³ WARDENBURGH, Diederick van. “Missiva do Governador D. Van Weerdenburch, em Antônio Vaaz, aos Estados Gerais (9 de novembro de 1631)”. In: GARCIA, Rodolfo (org.). op. cit., 1945, p. 90.

¹⁴⁴ COELHO, Duarte de Albuquerque. op. cit., 1982, p. 102.

¹⁴⁵ Cf. MELLO, José Antônio Gonsalves de. op. cit., 2007, p. 129.

¹⁴⁶ COELHO, Duarte de Albuquerque. op. cit., 1982, p. 122.

¹⁴⁷ NOVINSKY, Anita. Uma devassa do Bispo Dom Pedro da Silva, 1635-1637. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, n. XXII, 1968, p. 241, 242.

¹⁴⁸ Ibid., p. 268; 274. Sobre o chamado “pequeno comércio”, estabelecido entre lusos e neerlandeses no decorrer da ocupação, ver: NASCIMENTO, Rômulo L. X. do. *O desconforto da governabilidade: guerra, administração e cotidiano no Brasil holandês (1630-1644)*. Recife: Editora UFPE, 2020, p. 112-165.

¹⁴⁹ Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. op. cit., 2007, p. 92, 93.

abasteciam o Arraial. Ainda nas palavras do donatário, os habitantes “se iam domesticando com o inimigo mais do que queríamos”.¹⁵⁰

Em outubro de 1632, os defensores da terra sofreram uma dura emboscada dos flamengos. Lamentaram-se, “porque já o tempo o ensinava a imitar o nosso modo de fazer-lhe a guerra até então, aprendendo tanto a sua custa, que se tornaram mui bons mestres, como depois o experimentamos”.¹⁵¹ Ficou evidente para os homens de Matias de Albuquerque que o inimigo mudava sua forma de pelejar. As informações que lhes dava Calabar, aparentemente o principal agitador das surtidas neerlandesas, as alianças com os nativos¹⁵² e a experiência adquirida até então “proporcionavam mais a sua disciplina [...] do que aos preceitos que em Europa aprenderam da arte” de guerrear.¹⁵³ Explorando as táticas volantes, a vantagem numérica terrestre e a supremacia naval, os flamengos passaram a lograr sucessos importantes que garantiriam seu triunfo sobre a resistência local. E em boa ora, na perspectiva dos investidores da Companhia das Índias Ocidentais, que já despendiam muito além do previsto com aquele empreendimento até então emperrado e cobravam insistentemente por resultados lucrativos.

Enquanto se lançavam por mar às capitanias ao norte, os neerlandeses iam tomando guarnições menores em Pernambuco e ampliando sua presença terrestre, fechando o cerco para que deferissem o golpe derradeiro ao Bom Jesus. Em fins de 1633, tomaram a praça-forte na embocadura do rio Potengi, o Forte dos Reis Magos, principal guarnição na capitania do Rio Grande (Imagem 7), onde selaram alianças com os índios tapuias,¹⁵⁴ que desprezavam os portugueses.¹⁵⁵ Conforme os invasores avançavam, evidenciava-se o fracasso da estratégia de guerra lenta optada por Madri. Ao recapitular os infortúnios daquele ano, Albuquerque Coelho enfatiza o agravamento da necessidade de apoio metropolitano a partir da remodelação estratégica dos neerlandeses. Teria sido fundamental “aquela fervorosa energia com que se restaurou a Bahia de Todos os Santos” para vencê-los.¹⁵⁶ Segundo Francisco de Brito Freire, “dispostos aqueles afligidos portugueses a servir, até morrer, só desejavam que o morrer fosse servir e não desesperar com renderem a vida ao trabalho, à fome, ao desamparo e ao número

¹⁵⁰ COELHO, Duarte de Albuquerque. op. cit., 1982, p. 152.

¹⁵¹ Ibid., p. 127.

¹⁵² CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 66, 67.

¹⁵³ FREIRE, Francisco de Brito. op. cit., 2001, p. 157.

¹⁵⁴ Cf. MEUWESE, Mark. *Brother in arms, partners in trade: Dutch-Indigenous alliances in the Atlantic World, 1595-1674*. Leiden, NL; Boston, USA: Brill, 2012, p. 125-190.

¹⁵⁵ Cf. PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Edusp; Hucitec, 1998, p. 54-59.

¹⁵⁶ COELHO, Duarte de Albuquerque. op. cit., 1982, p. 178.

superior dos holandeses”.¹⁵⁷ Manoel Calado também protesta a duradoura má condução dos assuntos ultramarinos portugueses por parte da Coroa de Castela, destacando o descaso no âmbito das defesas. Enquanto “os do Brasil anos há que estão chorando suas desgraças, [...] holandeses e outros piratas não saem da costa e portos de Portugal, sem haver cabedal nem armadas em forma para os reprimirem”.¹⁵⁸ Até que em 1635, seguindo a queda da capitania de Itamaracá e a perda da Paraíba, as capitulações do Arraial – depois de duro cerco, que relegou os sitiados a alimentarem-se de sevandijas e parasitas, tendo por findos cavalos, cães, ratos, pedaços de couro e ervas que lhes amainaram a fome em tantas ocasiões¹⁵⁹ – e do forte de Nazaré, no Cabo de Santo Agostinho, selaram a derrota dos defensores da terra em Pernambuco. Em mais um cortejo de lamúrias, moradores e combatentes da resistência se viram obrigados a uma retirada árdua para o sul, com a “lembrança de que padeciam por seu Deus e por seu rei para não se misturarem com hereges, inimigos de uma e outra majestade [...]”.¹⁶⁰

Com a chegada do conde João Maurício de Nassau no início de 1637, numa esquadra de trinta e duas embarcações que transportava dois mil e setecentos soldados, as diretrizes e os empecilhos do governo e da expansão da ocupação holandesa ganharam outros contornos, bem como as estratégias em relação à terra, ao conflito e às gentes, marcando o desfecho do período conhecido como guerra de resistência. As forças luso-brasileiras, que naquela altura estavam estacionadas no fortim de Bom Sucesso, em Porto Calvo, sob as ordens do capitão do terço de infantaria napolitano, o conde de Bagnuolo¹⁶¹, buscaram refúgio nas Alagoas, cruzando depois o São Francisco, assentando-se em Sergipe e, por fim, no recôncavo baiano e em Salvador, onde, no ano seguinte, participariam da defesa da capital da colônia contra um ataque comandado pelo próprio Nassau. Os entraves iniciais do conflito mudaram de feição, em grande medida pela diminuição dos embates, o que se estenderia até a insurreição, deflagrada em 1645 e encabeçada por outras lideranças. Apesar de serem enviados de Sergipe e da Bahia alguns capitães à frente de companhias de “soldados ligeiros”, que percorriam os matos e “davam assaltos nas casas e fazendas dos holandeses e judeus que viviam no sertão, e os roubavam e matavam, sem poderem ser tomados às mãos”,¹⁶² essas células provocavam distúrbios quase sempre pontuais ao domínio batavo. As relações entre portugueses e neerlandeses na região governada por Nassau e pelo Alto e Secreto Conselho, multifacetadas e permeadas por uma

¹⁵⁷ FREIRE, Francisco de Brito. op. cit., 2001, p. 185.

¹⁵⁸ CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 172.

¹⁵⁹ FREIRE, Francisco de Brito. op. cit., 2001, p. 205.

¹⁶⁰ COELHO, Duarte de Albuquerque. op. cit., 1982, p. 255

¹⁶¹ Segundo Manoel Calado, Bagnuolo era um azarão a quem “rogavam as pragas”, pois, “depois que entrou em Pernambuco, tudo foi de mal em pior”. CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 90.

¹⁶² Ibid., p. 108, 109.

série de questões circunscritas, destoavam em uma porção de aspectos da postura mais “metropolitana” vigente em Salvador.

Durante a primeira fase do confronto em Pernambuco, é notável a importância do controle de suprimentos, tanto na obtenção quanto no seu veto ao adversário, o que se reflete, como referido, nas estratégias de combate, pautadas pelos desafios e pelas possibilidades de instrumentalização dos elementos e obstáculos locais. No caso dos portugueses, foram medidas de “deliberado valor e singular indústria” contra a força superior do inimigo, nas palavras de Francisco de Brito Freire.¹⁶³ A notável duração da guerra de resistência decorre em grande parte da eficácia dessas estratégias. Ainda que pontual, sem comparação às necessidades alimentares dos combatentes, um recurso em falta para os luso-brasileiros que bem exemplifica a noção e a importância do aproveitamento da terra foi a corda. Em agosto de 1633, lamentava-se da falta do material, há muito sem reposição, por mais que algumas naus do reino com poucas dezenas de homens arribassem na costa pernambucana de tempos em tempos. Apesar da falta, “a necessidade, mestra da indústria”, levou os membros da resistência a suprirem-se “com a casca de uma planta chamada embira¹⁶⁴, que ali abunda em vários lugares”, além de outra variedade “muito melhor, denominada embiriba”,¹⁶⁵ com fibras resistentes e flexíveis. Diante disso e do que foi exposto até aqui, é possível dizer que as terras no Brasil foram mais do que mero cenário, figurando como um fator de enorme peso nos rumos do confronto, a ser superado e instrumentalizado por ambos os lados, o que também pode ser observado nos relatos sobre a contenda em Angola, com as devidas especificidades.

A partir da fortificação do reduto na lagoa Kilunda, Pedro César de Menezes articulava tropas volantes, de um contingente de cerca de cento e vinte homens, para que não deixassem “sair fora de suas fortificações aquele inimigo, tirando-lhe a comunicação do gentio e emparando todas aquelas fazendas e moradores que estavam do arraial para baixo”. Isto é, para prevenir que os batavos atacassem os arimos e as famílias residentes nas margens do Bengo entre aquele sítio e a foz, indicando que a preservação das coisas do reino era a principal preocupação do governador, junto do confinamento dos invasores ao litoral, privando-lhes também de contatar seus novos e crescentes aliados sobas. Enquanto os holandeses fechavam as saídas fluviais de Angola, dispondo ainda de bom poderio naval e de maior contingente

¹⁶³ FREIRE, Francisco de Brito. op. cit., 2001, p. 126.

¹⁶⁴ *Embira*, também chamada de *ibira*, seria a árvore conhecida como pindaíba. Descrita pelas propriedades aromáticas e medicinais de suas flores e frutos, tinha a casca reconhecidamente útil como corda graças à flexibilidade, servindo também para a feitura de estopins para explosivos. Cf. PICKEL, D. Bento José. *Flora no Nordeste do Brasil segundo Piso e Marcgrave no século XVII*. Recife: EDUFRPE, 2008, p. 90.

¹⁶⁵ COELHO, Duarte de Albuquerque. op. cit., 1982, p. 156.

militar absoluto, os portugueses, junto dos mbangalas, avantajavam-se na familiaridade com a terra. Percorriam caminhos familiares ocultos na paisagem, o que lhes permitia a armação de emboscadas à beira das fortificações nos arredores de Luanda, além de assediarem os inimigos que ousassem trilhar as vias do sertão, fosse em manobras ofensivas, expedições de reconhecimento, busca por alimentos, ou tentativas de comunicação com os nativos. Assim postos, deram-se “muitos encontros” e embates entre defensores e invasores, estes que, até então, não ousavam “sair fora da sua casa forte e trincheiras a tomar naqueles arimos e fazendas uma folha verde, perdendo em todas as pelejas muita da sua gente”.¹⁶⁶ Impôs-se, assim, uma contenção aos flamengos, similar àquelas observadas em Salvador e no Recife, ainda que breve.

Pouco depois de se estabelecerem no outeiro da lagoa, os moradores e os combatentes lusos foram reforçados por cento e cinquenta soldados experimentados na terra e muita gente da “guerra preta” sob o comando de Antônio Teixeira de Mendonça, capitão-mor de cavalos e cabo de companhias enviado do presídio de Ambaca à vila de Massangano. Mendonça havia sido encarregado de assistir nos conflitos com os nativos nos limites do território de Matamba, governado pela rainha Jinga, mas, ao saber das novas da perda de Luanda e o estado em que se encontravam o povo e o governador, marchou diligentemente ao seu encontro. Mesmo reforçado e instigado pelo capitão, Menezes decidiu priorizar a defesa de sua posição e a contenção do inimigo em detrimento de uma ofensiva arriscada. Para ele, “se o flamengo o buscasse em campanha, nela o acharia”, mas “não estava em tempo de experimentar fortunas”. Ainda assim, permitiu que alguns soldados experientes e jagas propensos ao combate participassem das emboscadas aos neerlandeses.¹⁶⁷ Com o auxílio do capitão Mendonça, os portugueses se estabeleceram com maior segurança na Kilunda.

Na costa ocidental africana, os nativos eram aliados importantíssimos para qualquer facção europeia,¹⁶⁸ e demonstravam notável força e organização militar.¹⁶⁹ Os sucessos portugueses no Congo e em Angola, em variados níveis entre os séculos XVI e XVII, evidenciam grande dependência das alianças com os locais, desde a partilha de informações sobre a terra e a adoção de práticas bélicas dessas culturas até as vitórias garantidas por parceiros nativos guerreando à sua maneira no campo de batalha.¹⁷⁰ Entre os jagas, a gente da “guerra preta”, que acompanhavam Teixeira de Mendonça, achavam-se quilambas, seus capitães, os quais Antônio de Oliveira Cadornega afirma serem “os que se têm mostrado com

¹⁶⁶ CADORNEGA, António de Oliveira. op. cit., vol. I, 1972, p. 252.

¹⁶⁷ Ibid., p. 246, 247.

¹⁶⁸ Cf. MEUWESE, Mark. op. cit., 2012, p. 191-227.

¹⁶⁹ Cf. SILVA, Alberto da Costa e. op. cit., 2002, p. 477.

¹⁷⁰ Cf. THORNTON, John K. *Warfare in Atlantic Africa, 1500-1800*. London: UCL Press, 2003, p. 124, 125.

os portugueses mais fieis, e nos ajudam nas guerras do sertão, e deles se fia a munição, e os mandam carregar pela gente de seu partido, por cuja causa são mui odiados do gentio inimigo [mbundu], e lhes desejam tanto mal como a nós”.¹⁷¹ Seus números e modos de pelejar foram imprescindíveis na intimidação aos batavos naqueles primeiros meses da ocupação de Luanda, assim como fora decisiva sua influência na guerra dos lusos contra os sobas do Ndongo.

Como consequência do impedimento à circulação terrestre fora da povoação litorânea, algumas movimentações sorrateiras e deslocamentos majoritariamente fluviais foram as soluções encontradas pelos holandeses para que sua ocupação não ficasse amordaçada. Também contavam com informações sobre os contrários, não só provida pelos sobas descontentes, mas também por uns poucos remanescentes na cidade e por alguns desertores fugidos do seio dos moradores no interior, o que não deixava os setentrionais completamente alheios às condições e possíveis movimentos de Pedro César de Menezes. Mas o encerramento se refletia nos apertos que sentiam em face do clima e da falta de provisões, o que agravava a urgência para que agissem e alterassem aquele arranjo.

Conquanto estivessem na Kilunda melhor providos e fortificados que antes, as deserções dos moradores portugueses, provocadas pelas dificuldades incessantes, estavam saindo do controle. Dali partiram “algumas pessoas extravagantes, cuidando não fossem sentidos, vendo o muito que padeciam, assim no mau trato de passar como de achaques e doenças que causava aquele mau, se bem apazível, sítio”. Na esteira de tais sorrateiros excêntricos, alguns habitantes ilustres da comunidade luandense seguiram o mesmo caminho e, movidos pelo desespero, compraram um patacho no rio Cuanza para fugirem, tendo como destino o Brasil. A opção tomada por Menezes para conter tais evasões foi a de dismantelar aquele arraial, atento também às “misérias e necessidades que já neste tempo padeciam, com doenças, faltos do regalo e só tinham uma pequena medida de farinha de guerra por ração e um pequeno conduto de carne, ou peixe que era o mais ordinário, que naquela tão dilatada lagoa da Kilunda se pescava todos os dias”.¹⁷² Optou, mais uma vez, pela mudança, buscando por uma posição menos aberta, considerando a vulnerabilidade do outeiro a ataques por todos os lados, já que os holandeses poderiam desembarcar a montante no Bengo, ou se infiltrarem no sertão por caminhos indicados pelos sobas, investindo sobre eles de maneira pouco previsível. Assim sendo, o governador incumbiu um residente notável da região dos arimos, chamado Antônio Vieira, de erguer e gerir um novo arraial em sua fazenda do outro lado do rio, numa altura em que o curso d’água já

¹⁷¹ CADORNEGA, António de Oliveira. op. cit., vol. I, 1972, p. 247.

¹⁷² Ibid., p. 266, 267.

seria chamado de Zenza¹⁷³ – nome pelo qual Cadornega também se refere ao novo reduto –, sítio “só com uma entrada e pelas mais partes inexpugnável”. Por abandonar a Kilunda, que servia de escudo entre Luanda e as principais lavouras de moradores além do Sequele, o novo baluarte visava também o acolhimento de toda a população espalhada pelo sertão próximo que ali quisesse se refugiar, junto dos debandados da cidade.

Vieira deveria cuidar das construções e da fortificação do sítio para acomodar as gentes, guarnecer as infantarias e armazenar suprimentos, munições e pólvora. Menezes então mandou convocar todos os moradores espalhados para que rumassem para o novo arraial, onde poderiam erguer casas e se recolher para “que não estivessem expostos às calamidades do flamengo, repartindo por todos conforme o chão e família de cada um”.¹⁷⁴ Os primeiros a seguir o chamado, deixando sua “vistosa fazenda” em troca de choupanas improvisadas de palha, foram os jesuítas que haviam abrigado e alimentado os luandenses em retirada nos primeiros momentos que seguiram a invasão neerlandesa. Recolhidos na propriedade de Vieira, passaram a auxiliar ativamente nos trabalhos necessários. Por conta da acrescida demanda por abrigo, os lusos ergueram naquela posição uma fortificação ainda maior que a da Kilunda, para onde também levaram a artilharia surrupiada do forte do Lobo. Prosseguiram também com a mesma estratégia volante, enviando tropas para assistir os moradores que optaram por permanecer em seus arimos, alguns deles bem próximos a Luanda. Protegiam-nos conforme possível de ofensivas holandesas e garantiam abertas as linhas de suprimentos plantados e colhidos ali, particularmente a mandioca, que abasteciam os abrigados no novo reduto, víveres com os quais contavam em grande medida. Parte daquelas companhias mantinha vigília, servindo de “atalaias” atentas aos movimentos dos setentrionais e dos gentios hostis, dos emissários enviados ou chegados a Luanda e dos desertores convencidos de se juntarem aos flamengos, informando o que podiam às tropas de Pedro César de Menezes.

No que tange às coisas da guerra, António de Oliveira Cadornega faz um comentário curioso ao tratar da organização do novo arraial no Zenza. Ainda que tido como ingenuidade do autor,¹⁷⁵ vale a menção: supostamente, no conselho de militares, religiosos e proeminentes moradores reunidos com a finalidade de deliberar os próximos passos depois de instalados no novo sítio, “algumas pessoas mais inteligentes das coisas desta terra” propuseram que

¹⁷³ Atualmente, o rio se torna Zenza a quase 100 quilômetros de Luanda. À época, a transição entre os trechos fluviais de nomes diferentes pode ter sido marcada em altura mais próxima da costa, ou Cadornega pode ter se enganado e antecipado o início do Zenza, quando ainda se tratava do Bengo. Ainda assim, a denominação distingue o arraial da fazenda de Antônio Vieira.

¹⁷⁴ CADORNEGA, António de Oliveira. op. cit., vol. I, 1972, p. 257.

¹⁷⁵ DELGADO, José Mathias. “Prólogo do anotador”. In: CADORNEGA, António de Oliveira. op. cit., vol. I, 1972, p. XIII, XIV.

mandassem buscar negros encantadores para que enfeitiçassem “tigres, onças e leões”, controlando assim os bichos para que fossem lançados sobre a cidade e matassem muitos dos neerlandeses, uma redução de números que abriria caminho para um ataque com potencial de fazê-los abandonar a praça e desistir das ambições de conquista em Angola. Apesar de haver um público receptivo ao plano, a sugestão foi vetada pelo bispo, que afirmou, por questões morais e cristãs, “que não se podia fazer, que não era guerra limpa, senão muito suja, pois havia de ser feita por arte diabólica que não convinha”.¹⁷⁶ Não são muitos os documentos que tratam do período da invasão holandesa em Angola, e poucos deles se assemelham à forma, à envergadura ou ao detalhamento da *História Geral das Guerras Angolanas*.¹⁷⁷ Sendo assim, não há qualquer outra menção ao uso bélico das bestas selvagens, nem mesmo do próprio autor, que dedica um capítulo do terceiro tomo da obra à descrição dos animais ferozes.¹⁷⁸

As dificuldades enfrentadas e a atenção demandada pelo invasor no litoral não eximiram Pedro César de Menezes de suas incumbências como governador do reino. Em fins de outubro daquele 1641, recebeu uma carta do fidalgo Antônio Abreu de Miranda, capitão-mor em Ambaca, queixando-se de sobas revoltosos e requerendo reforços por considerar ser aquele um momento crítico e também ideal para se “mostrar mais severo e justiceiro com aqueles que delinquissem e faltassem à fé e fidelidade que deviam a vassalos d’El Rei Nosso Senhor”.¹⁷⁹ Chegou ao governador a notícia de uma coalizão que se formava no sertão, a seis léguas do arraial do Zenza, encabeçada pelo soba Namboa Calombe. Pareceu-lhe então imperativo que aqueles movimentos fossem suprimidos e o frágil controle português que ainda existia sobre os mbundu do Ndongo fosse preservado, ao que Menezes respondeu com o envio ao capitão-mor do máximo de forças de que pôde dispor sem desguarnecer sua posição. O contingente despachado contra os alevantados encontrou forte resistência, mas saiu vitorioso. Conta-se que degolaram muitas cabeças, arranjadas depois em exposição por “memória e espelho, em que se vissem aqueles gentios traidores desleais”.¹⁸⁰

A notícia da expedição de tropas e do enfraquecimento das defesas do Zenza chegou aos neerlandeses, que decidiram aproveitar a janela para deferir um ataque que pretendiam definitivo ao governador português, antes da chegada de qualquer reforço dos presídios do interior, do Brasil ou de Portugal que dificultasse sua penetração e firmamento na terra. Saíram em marcha da barra do Bengo, provavelmente orientados por sobas aliados, evitando as rotas

¹⁷⁶ CADORNEGA, António de Oliveira. op. cit., vol. I, 1972, p. 259.

¹⁷⁷ Uma apreciação crítica da obra pode ser conferida em: HEINTZE, Beatrix. op. cit., 2007, p. 133-161.

¹⁷⁸ CADORNEGA, António de Oliveira. op. cit., vol. III, 1972, p. 331-353.

¹⁷⁹ Ibid., vol. I, p. 260.

¹⁸⁰ Ibid., vol. I, p. 262.

da várzea, onde as tropas volantes dos lusos patrulhavam e poderiam dar sobre eles ou avisar ao Zenza de sua movimentação. Penetraram pelo interior, contornando a lagoa da Kilunda até conseguirem chegar “pelas costas” do reduto luso, bloqueando-lhes a retirada pela única via de acesso e saída. Surpreendido, restou ao governador arranjar de improviso as defesas e mandar recado ao capitão Abreu de Miranda para que lhe socorresse o quanto antes. A situação era de alto risco e não permitia erros. Cadornega relata uma conferência entre Menezes e seus soldados: ponderaram “que se o seu partido não fora tão desigual, que ele tivera já feito seu dever, em campanha rasa, com eles, que era serviço d’El Rei sustentar-lhe e conservar-lhe o seu reino, e não o pôr no tombo de um dado”. A aparente desvantagem não deveria impelir o governador ao tudo-ou-nada, “porque ele perdendo perdia tudo, pois não tinha por onde lhe vir para se refazer, e o flamengo, perdendo uma e outra ocasião, tinha quem o socorresse, o que a ele lhe faltava”.¹⁸¹ Menezes optou, então, por mandar um pequeno esquadrão de reconhecimento, que voltou reportando uma movimentação de retirada dos adversários, o que suscitava que lhes dessem caça. Mas descobriram que era tudo parte de uma emboscada, na qual os batavos tentariam atrain-los com a falsa fuga e então prender o governador. Frustrado o plano, logo regressaram as forças de Abreu de Miranda, o que obrigou os flamengos a marcharem de volta ao litoral.¹⁸²

Apesar do recuo do inimigo, mais aturdido pelo retorno das tropas enviadas contra os nativos alevantados do que intimidado pela totalidade das forças portuguesas reunidas, a situação voltava a ficar insustentável para os defensores da terra. Somando-se às deficiências bélicas em função do isolamento no interior, da impossibilidade de receberem novos reforços e armamentos, os problemas de aprovisionamento eram cada vez mais agudos, especialmente depois da adição dos moradores dos arimos do sertão à multidão que precisava ser alimentada, tendo eles deixado suas plantações, que eram parte do frágil sistema de abastecimento interno. As estruturas precárias expunham a população e os combatentes às condições severas do clima e da paisagem africana, o que agravava as condições dos feridos e resultava em adoecimentos graves, que também não eram tratados corretamente pela falta de espaços, medicamentos e pessoal capacitado para remediar adequadamente. Pedro César de Menezes foi informado de que expressivos socorros neerlandeses haviam chegado a Luanda e às barras do Bengo e do Cuanza, em alguma altura de novembro, para suprir os números perdidos e “para com poder mais grosso sair em campanha a renderem o nosso arraial; que assim ordenavam os Senhores dos Estados de Holanda como os da Companhia da Bolsa, vendo o pouco lucro que até então

¹⁸¹ CADORNEGA, António de Oliveira. op. cit., vol. I, 1972, p. 263.

¹⁸² Ibid., p. 265.

tinham tido”. Além disso, Garcia II, rei do Congo, e D. Cristóvão Corte Real, *maniluanda* e representante do monarca congolês na ilha de Luanda, defronte ao porto, governada por nativos até então aliados de Portugal,¹⁸³ haviam jurado unirem suas forças aos neerlandeses¹⁸⁴ “para de uma vez se verem livres daquele estorvo e empecilho dos portugueses”.¹⁸⁵ Em conselho com os principais religiosos, moradores e funcionários da administração, testemunhando o “estado em que se achava aquele arraial, com gente mui diminuta em razão da que havia gasto o clima e hostilidade da guerra”, decidiram se retirar para o presídio e vila de Massangano. Embarcaram os doentes em lanchas para subir o rio, cravaram e enterraram as peças de artilharia, que não podiam comboiar, incendiaram as estruturas da fortificação e seguiram para o presídio, em movimento cuja “parecença” ao que sucedeu a rendição do Bom Jesus e do Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, é reconhecida pelo próprio Cadornega.¹⁸⁶

O caminho da retirada pelo interior não foi livre de desafios, os descômodos eram ainda maiores do que os previamente enfrentados, e os holandeses, vendo expostos seus inimigos, partiram em seu encalço. O clima instigava a entrega de muitos lusos à morte ou ao invasor, o que demandava que as lideranças conduzissem ativamente aquele rebanho quebrantado para que alcançassem o destino sem fraquejar ou perecer. “Geralmente todos, até os de mais posse, iam com muita desconfortabilidade, uns faltos de redes, outros, por levarem alguma coisa, iam a pé, e o mais que padeciam era não haver naquele dilatado caminho água, que alguma que carregavam para beberem logo com a muita gente se gastava”.¹⁸⁷ Os batavos alcançaram as embarcações que transportavam os doentes pelo rio, mataram todos, saquearam o que havia de valor e despejaram nas águas o que restava da carga, destruindo a documentação administrativa remanescente da cidade, cadernos dos cartórios de tabeliões, livros e papéis do senado e da câmara, “em que se perderam muitas notícias das coisas destes Reinos, e se os haviam escapado ou salvado da cidade, nesta ocasião vieram a ter seu fim”.¹⁸⁸ Nos caminhos em terra, afastados dos cursos fluviais, os flamengos logo desistiram de dar perseguição por conta das dificuldades inerentes ao interior, mas o resultado daquela campanha não desagradou de todo aos diretores e líderes militares em Luanda, que se viram livres de oposição próxima e reforçados pelo restante dos sobas que se voltaram contra seus antigos suseranos.¹⁸⁹ No calvário do sertão, os

¹⁸³ Entremeados aos territórios do Congo e de Angola, e das áreas controladas por neerlandeses e portugueses, havia uma porção de pequenos estados africanos autônomos, como a ilha de Luanda.

¹⁸⁴ “Carta de D. Garcia II, rei do Congo, a João Maurício de Nassau (12-5-1642)”. In: BRÁSIO, António (org.). op. cit., vol. VIII, 1960, p. 584-587.

¹⁸⁵ CADORNEGA, António de Oliveira. op. cit., vol. I, 1972, p. 267.

¹⁸⁶ Ibid., p. 270.

¹⁸⁷ Ibid., p. 273.

¹⁸⁸ Ibid., p. 272.

¹⁸⁹ RATELBAND. Klaas. op. cit., 2003, p. 160.

portugueses eram obrigados a beber água de lodo e a comer carne “como Deus a criou”, sem sal, tirada do gado estropiado que ainda lhes restava. Até que, finalmente, alcançam o caudaloso rio Lucala, onde puderam se refrescar, em um ponto em que já estavam no distrito de Massangano. Daí em diante, a condução da guerra e das relações tomou outras formas: na segunda metade de 1642, viria a confirmação das tréguas celebradas entre D. João IV e as Províncias Unidas, seguida de tentativas de aproximação entre as partes – por ordens régias, inclusive¹⁹⁰ –, de restabelecimento do comércio de gêneros diversos e de cativos, além de novas tensões.

Bahia, Pernambuco e Angola foram palcos em que a condução da guerra entre portugueses e holandeses foi muito similar, largamente em função de obstáculos análogos em todos os cenários e da disparidade numérica entre as partes. Os resultados foram variados, pois dependeram de fatores internos, das redes de apoio local, das condições materiais do adversário e da plasticidade na superação e na instrumentalização das coisas da terra; e de questões externas, como a disponibilidade de socorros metropolitanos na forma de homens, equipamentos e mantimentos. No caso dos neerlandeses, pesaram as condições financeiras flutuantes da WIC. No caso luso, as prioridades e a saúde do erário régio espanhol nos anos 1620, que se degradou no decênio seguinte, além dos desafios enfrentados por Portugal no processo de restabelecimento de sua soberania monárquica, na década 1640, desempenharam papéis fundamentais nos quadros observados nas colônias atlânticas. E, da mesma maneira que a exploração das trilhas, caminhos, coberturas e de outras vantagens furtivas oferecidas pelos terrenos em disputa foi fundamental nos três cenários, a utilização de outros elementos à disposição na terra para fins de sobrevivência, notadamente para a alimentação e os cuidados com a saúde, também foi decisiva no curso dos conflitos, que, depois, produziriam cenários que sediarium variadas formas de convivência.

2.3. *Provimto e sustento*

A subsistência era imprescindível para a continuidade da contenda e a manutenção da esperança de triunfo, fosse em defesa ou conquista daquelas terras, superando o adversário ou resistindo-o na espera de apoio metropolitano que levasse à vitória. O isolamento parcial das facções em relação às respectivas nações, por uma série de fatores ao longo dos trinta anos entre a invasão de Salvador e a capitulação no Recife, como dito, relegaram-nas à necessidade de improviso e adaptações quanto à natureza, à qualidade e à quantidade do que se comia, e quanto

¹⁹⁰ CALADO, Manuel. op. cit., vol. I, 2004, p. 223.

às condições de acolhimento e amparo dos que sofriam com as carências alimentares e com a exposição às intempéries, às doenças e aos males da guerra. Essas dificuldades enfatizam notavelmente a importância do aprovisionamento nas empreitadas bélicas, questão sempre apontado como problemático no armamento das frotas que velejaram aos trópicos sob as cores neerlandesas e em nome da WIC. Mas, ao fim e ao cabo, a disponibilidade e a obtenção de mantimentos extrapolavam a questão bélica, por serem fundamentais à sobrevivência de todos os envolvidos, dos combatentes aos habitantes, de soldados pagos aos agentes administrativos, dos religiosos aos nativos e à escravaria.

No refúgio dos habitantes de Salvador, a aldeia do Espírito Santo, coube inicialmente aos religiosos, tanto os do aldeamento quanto os que vieram da capital, o provimento de víveres para os acolhidos, como fosse possível. Tentavam cuidar para que não faltassem os alimentos básicos, particularmente carne e farinha, a de mandioca, “que é o pão da terra, e neste tempo era o maior regalo”, dada a escassez de todo o resto, sobretudo do que vinha do reino. Contaram ainda com o apoio dos moradores do recôncavo, possuidores de bens e terras, “que agasalharam com muita caridade, por muitos dias, quem cento, quem duzentas e trezentas pessoas, dando-lhes todo o necessário até buscarem remédio”.¹⁹¹ Esboçou-se assim uma rede de colaborações, similar à que viria a se desenvolver em torno do Arraial do Bom Jesus a partir das contribuições de gente abastada que destinava dinheiro e parte dos itens de subsistência de suas roças para os redutos da resistência de Matias de Albuquerque. Mas os colaboradores da Bahia não sofreram assédios do inimigo na mesma frequência e pujança que os de Pernambuco, o que permitiu certa estabilidade no oferecimento de apoio, por mais que esses particulares não dessem conta da demanda por alimentos e mantimentos dos moradores na aldeia e dos combatentes no arraial do rio Vermelho.

A importância da liderança de D. Marcos Teixeira em prol da superação das dificuldades de aprovisionamento é recorrentemente assinalada nos testemunhos coevos.¹⁹² Um dos pontos ressaltados nas narrativas é a escolha dos redutos tendo em vista o melhor acondicionamento possível dos moradores e a eficiência no combate aos holandeses, que permitisse o encerramento do inimigo em Salvador para que não se alastrasse pela capitania, destruindo propriedades e estruturas produtivas de açúcar e de mantimentos, o que seria muito danoso e privaria de bens essenciais os soteropolitanos. Bartolomeu Guerreiro comenta que o bispo exerceu o posto de capitão-mor “como se tivera muitos anos de exercício de milícia em Itália ou em Flandres”, mantendo a modéstia e a compostura de um bom homem da Igreja sem perder

¹⁹¹ VIEIRA, Antônio. op. cit., vol. I, 2008, p. 45.

¹⁹² MENEZES, Manuel de. op. cit., 1859, p. 399, 400.

o valor de soldado e capitão.¹⁹³ Reporta-se que, apesar da determinação inicial de buscarem refúgio em Sergipe, deveu-se a ele a decisão do recolhimento relativamente próximo à capital. Conjugando as feições político-militar e religiosa de seus ofícios, sem desprezar a necessidade de garantir “quietação” para que cônegos e clérigos pudessem amparar a saúde do corpo e do espírito de “suas ovelhas”,¹⁹⁴ Teixeira manteve a população na aldeia do Espírito Santo enquanto conduziu a organização do arraial, que serviu, como vimos, de guarnição fundamental na guerra de emboscadas contra os batavos e reduziu seu raio de danos e devastação do recôncavo.

No que tange à articulação das linhas de suprimento para a população e os combatentes alocados nesses redutos, Vicente do Salvador e Antônio Vieira exaltam as diligências do bispo para “que se levassem mantimentos de todas as partes a vender, sustentando ele os pobres à sua custa, que o não podiam comprar”.¹⁹⁵ Víveres esses que possivelmente vinham da produção de subsistência ordinária, das roças dos engenhos, de lavradores de menor cabedal, de pontos que permaneciam intocados pelos holandeses na capitania, inclusive o que era produzido nos aldeamentos jesuítas. Seguindo essas diretrizes de D. Marcos Teixeira, trazia-se para venda no arraial “carne, peixe, frutas, farinhas, e o mais que havia por todo o recôncavo, e algum pouco vinho e azeite, que se trazia de Pernambuco em barcos [...]”.¹⁹⁶ Do rio Vermelho, o bispo repassava os mantimentos para os moradores e religiosos na aldeia, e também para toda a estrutura submetida à junta governativa que comandava a milícia a partir da posição fortificada, distribuindo rações às estâncias dos capitães volantes.

Como apontado, alguns desses recursos chegavam de outros territórios, custeados por particulares e também pelas iniciativas do governador-geral interino, engajado na assistência à Bahia e na fortificação de Pernambuco e de outras partes que poderiam ser atacadas por embarcações neerlandesas. Apesar de reconhecida a importância de Teixeira nos relatos posteriores à restituição de Salvador, reclamações de dificuldades e interferências de sua parte na dinâmica de gestão junto do ouvidor-geral, Antão de Mesquita de Oliveira, passaram a chegar com frequência a Matias de Albuquerque na segunda metade de 1624. Diante disso, o governador enviou, entre fins de setembro e início de outubro, Francisco Nunes Marinho de Eça para substituir o bispo como capitão-mor, tendo aquele ocupado a mesma função na Paraíba, onde vivia aposentado. No comboio que o levava, iam dois caravelões “com trinta

¹⁹³ GUERREIRO, Bartolomeu. op. cit., 2010, p. 103, 104.

¹⁹⁴ VIEIRA, Antônio. op. cit., vol. I, 2008, p. 52, 53.

¹⁹⁵ SALVADOR, Vicente do. op. cit., 1965, p. 459.

¹⁹⁶ Ibid., p. 446.

soldados, pólvora, munições e virtualhas de vinho, azeite e outras cousas que se lhe puderam dar em tempo tão necessitado delas”,¹⁹⁷ um exemplo das iniciativas de Albuquerque e do conhecimento sobre o que careciam os soteropolitanos. Além da falta de variedade, o maior desafio era a obtenção local e o envio de suprimentos em quantidades suficientes.

Os entraves de abastecimento também afetavam os flamengos. Eles não tardaram a perceber que os ganhos com operações por terra visando a obtenção de víveres, a pilhagem ou a expansão de sua presença na região eram poucos, por conta do impedimento de circulação reforçado pelas emboscadas armadas pelos luso-brasileiros e seus aliados indígenas. A solução aparente para a carestia, a inquietação e a cobiça seria o deslocamento marítimo e por vias fluviais, na costa ou em direção ao recôncavo, para atingir pontos em que pudessem comprar, trocar ou capturar quaisquer riquezas, mercadorias ou provisões úteis. “E para isto levavam às vezes alguns portugueses consigo, dos que entre si tinham”, como reféns, “para que [as]segurassem aos outros da paz, e, quando não quisessem, lhes fariam guerra”. Todavia, não lograram muitos sucessos. Nas palavras de Antônio Vieira, “mudaram as saídas, mas nem por isso mudaram a ventura”,¹⁹⁸ pois D. Marcos Teixeira, prevenindo-se dessas movimentações que escapariam do alcance de sua milícia, ordenou que “os que tinham engenhos e fazendas junto a praia se fortificassem e assistissem nelas, e por esta causa mandava sair de cada freguesia 20 homens a assistir no arraial, e com esta prevenção se defenderam dos inimigos em algumas partes, e ainda em outras os ofenderam [...]”. Além das forças concentradas no rio Vermelho, segundo Vieira, havia outros “que estavam prestes para socorrer a qualquer necessidade, e divididos pelos portos donde os inimigos podiam sair”, de maneira que, em muitos pontos favoráveis ao desembarque, “já os nossos eram com eles, e por boas-vindas os recebiam com uma salva de arcabuzes e frecharia, com que lhes impediam o passo ou lhes tiravam as vidas”.¹⁹⁹ Dessa forma, o isolamento dos holandeses, nunca rompido como em Pernambuco, relegou-os, por praticamente todo o ano em que estiveram de posse da urbe, aos mantimentos de que já dispunham.

Com exceção de algumas capturas de gado e das eventuais coletas de mantimentos nos pomares circunvizinhos, boa parte delas feitas por africanos debandados para o lado dos flamengos, estes dependeram quase exclusivamente dos víveres que trouxeram na viagem ao Brasil, do que encontraram em Salvador e do que carregavam os cerca de trinta navios

¹⁹⁷ SALVADOR, Vicente do. op. cit., 1965, p. 458.

¹⁹⁸ VIEIRA, Antônio. op. cit., vol. I, 2008, p. 55.

¹⁹⁹ Ibid., p. 50.

ancorados no porto quando dele se assenhoraram.²⁰⁰ Algumas naus também aportaram ali nos meses seguintes à tomada da cidade, umas poucas oriundas das Províncias Unidas e outras desavisadas sobre o destino da capital da colônia portuguesa,²⁰¹ muitas, por sorte dos neerlandeses, carregadas “com quanto lhes era necessário de farinha de trigo, biscoito²⁰², azeite, vinho, sedas e outras ricas mercadorias”.²⁰³ A imprevisibilidade das condições de sustento, um agravante à manutenção de sua posição a longo prazo que impossibilitaria movimentos na intenção de ampliá-la, somou-se à diminuição substancial dos números de soldados e marinheiros com a partida das frotas de Jacob Willekens, retornando aos Países Baixos com os prisioneiros e as novas da vitória na Bahia, e de Piet Heyn, encarregado do assalto a Angola, em fins de julho de 1624. Reduziram-se os números de bocas para alimentar e de corpos passíveis de adoecimento, mas a capacidade de defesa da conquista também foi seriamente comprometida.

A despeito da impossibilidade de movimentação terrestre e das incertezas relativas ao abastecimento, no entanto, a vida dos estrangeiros em Salvador parecia pouco regrada. Frei Vicente do Salvador era passageiro de uma das embarcações que ali arribou quando a cidade já estava ocupada. Acompanhava irmãos e visitantes da Companhia de Jesus, que percorriam os principais colégios da colônia desde São Vicente, até serem capturados pelos batavos. Ao frade, foi permitida certa liberdade de circulação. Ele reporta que então se ocupou em confessar os portugueses remanescentes, de “forma que nenhum morreu sem confissão, como até este tempo morriam”. Quanto à sua própria alimentação, recebia ração que afirma ser como a dos seus captores, “de pão, vinho, azeite, carne, peixe cada semana”, nada singela para tempos de carestia, vale frisar. Ele também desfrutava das “obras que lhe faziam alguns que eram alfaiates e sapateiros, e camisas que as mulheres lhe faziam pagavam muito bem”,²⁰⁴ indicando alguns ofícios dos que permaneceram na cidade após a invasão ou a ela retornaram sob a anistia oferecida. A vida levada pelos neerlandeses parecia sem comedimento ou estratégia, o que era

²⁰⁰ PAPAVERO, Claude G. Alegrias e desventuras do paladar: a alimentação no Brasil holandês. *Revista de Nutrição*, Campinas, vol. 23, no.1, jan./fev. 2010, p. 138.

²⁰¹ ALDENBURGK, Johann Gregor. *Relação da conquista e perda da cidade do Salvador pelos holandeses em 1624-1625*. Coleção Brasiliensia Documenta, volume primeiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1961, p. 176.

²⁰² Biscoito, do latim *biscoctus*, “duas vezes assado ou cozido”, denominava vários tipos de pão de baixa umidade, de menor perecibilidade e, por isso, apropriados para longas viagens marítimas e empreitadas sem fluxo contínuo de abastecimento, podendo ser armazenados, desde que apropriadamente, por longos períodos. Cf. CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Alimentação no Brasil*. 4ª edição. São Paulo: Global, 2011, p. 320, 321; RODRIGUES, Jaime. “Alimentação na vida marítima, séculos XVI-XIX”. In: ALGRANTI, Leila Mezan; MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de (org.). *História e Alimentação: Brasil, séculos XVI-XXI*. Belém: Paka-Tatu, 2020, p. 388-390.

²⁰³ SALVADOR, Vicente do. op. cit., 1965, p. 453.

²⁰⁴ Ibid., p. 454.

diretamente relacionado ao perfil de suas lideranças²⁰⁵ e surtiria efeito na capacidade de enfrentamento da Armada dos Vassalos. O grande contingente ibérico se mostrou uma unidade bélica extremamente eficiente, mas também contou com a capitulação dos flamengos em menos de um mês, decorrente, em grande medida, da desagregação interna provocada pelos comandos faltosos e pelos apertos cotidianos das tropas.

A frota de restauração luso-espanhola foi notavelmente bem armada no que dizia respeito a provisões, segundo relatos de Vicente do Salvador e Bartolomeu Guerreiro. Somente as contribuições dos vassalos portugueses à iniciativa somaram algo em torno de duzentos e trinta mil cruzados, revertidos em biscoito, pipas de vinho e de água, carne, peixe, arroz, azeite, vinagre, queijos, passas, figos, legumes, amêndoas, açúcar, doces, especiarias e sal. Também em boticas, cirurgiões a bordo de todos navios da armada, dois médicos, camas de acolhimento, roupas, sapatos, ferramentas, armamentos, munições, “todos os mais petrechos necessários para o serviço da artilharia e para o de fortificações e cerco”, além de “outras muitas miudezas” e, para eventuais necessidades, vinte mil cruzados em *reales*.²⁰⁶ Para utilizar essa carga, vinham cerca de doze mil homens, entre marinheiros e soldados. Uma demonstração ímpar de força, cooperação e diligência, “quase milagroso o apresto de tantas coisas quantas eram necessárias para em tão breve tempo se pôr uma Armada à vela”,²⁰⁷ e que não se repetiria no contexto das invasões holandesas no Atlântico português. Aqueles fartos porões foram capazes de sustentar os tripulantes – apesar de críticas aos regimentos castelhanos desproporcionais sobre as rações, que permitiam a ocorrência simultânea de “apertos e liberalidade” entre os embarcados²⁰⁸ – e de fornecer provisões necessárias para três meses e meio de viagem aos batavos capitulados, acertados em partir desarmados e escoltados para as Províncias Unidas.²⁰⁹

Vinte e quatro dias depois da rendição da praça, despontou na barra da Baía de Todos os Santos a frota neerlandesa de socorro, liderada por Boudewijn Hendricksz. Tão logo os flamengos viram que a cidade fora retomada pelos ibéricos, lançaram-se de volta ao mar. Mas aquela ameaça preocupou os oficiais luso-castelhanos, que decidiram, como vimos, deixar mil soldados para que atuassem na guarda preventiva de Salvador. O acréscimo da guarnição

²⁰⁵ O cronista real espanhol Tomás Tamayo de Vargas é categórico em afirmar que o segundo governador, Allert Schouten, era completamente incapaz. Os danos potenciais que poderia ter causado ao empreendimento neerlandês foram abreviados pela sua morte, pouco depois de substituir Johan van Dorth, mas, no seu lugar, assumiu o irmão, Willem, o que, para o cronista, foi a “ruína de todos”, pela desordem ainda maior assistida entre a gente de guerra a partir de então. VARGAS, Tomás Tamayo de. *Restauracion de la ciudad del Salvador, y Baía de Todos-Santos, en la Provincia del Brasil, Por las Armas de Don Philippe IV, El Grande Rei Catholico de las Españas y Indias*. Madrid: Alonso Martin, 1628, p. 45.

²⁰⁶ SALVADOR, Vicente do. op. cit., 1965, p. 473.

²⁰⁷ GUERREIRO, Bartolomeu. op. cit., 2010, p. 59.

²⁰⁸ MENEZES, Manuel de. op. cit., 1859, p. 552.

²⁰⁹ GUERREIRO, Bartolomeu. op. cit., 2010, p. 147.

demandou que os moradores da cidade, mal restabelecida, fosse tributada, tanto para paga-la em espécie quanto para custear sua alimentação de modo minimamente apropriado – o que também dependia da capacidade produtiva da capitania e do envio possível de suprimentos de outras partes do Brasil. De maneira que, a despeito da pronta restituição, os apertos cotidianos da população da capital, bem como a longa carência estrutural e defensiva, não tiveram grandes alterações no contexto da iniciativa corporificada na Armada dos Vassalos, mesmo diante dos sucessivos assédios à Baía de Todos os Santos nos anos seguintes. As privações ali ainda seriam agravadas com a retirada dos habitantes e das milícias de Pernambuco para o recôncavo, na segunda metade da década de 1630, à vista do avanço holandês até as Alagoas e o rio São Francisco.

A partir da erigida do Arraial do Bom Jesus, “procurar ter abastecimentos era uma das coisas que dava mais cuidado” Matias de Albuquerque, não só no bastião, mas também nas estâncias guarnecidas pelo território. Além da preocupação em sustentar os combatentes que pressionavam os holandeses no perímetro das praças litorâneas, era mister, evidentemente, que a população desterrada fosse alimentada. Com a chegada gradativa dos moradores “dos distritos e paróquias de fora”, espalhados pela capitania, que foram buscar refúgio no reduto, a demanda por provisões ia crescendo. Como vimos, a situação das milícias era um tanto pior que a dos demais moradores em função de sua exposição constante e movimentação pelos matos, além das consequências diretas das escaramuças. Sendo assim, havia certa prioridade para os homens de guerra em detrimento dos demais, porque “se não se lhes dava ração todos os dias, desamparavam os postos, que por tão salientes causas convinha guardar”,²¹⁰ além da necessidade de preservação das constituições físicas para que permanecessem minimamente aptos a pelejar.

Duarte de Albuquerque Coelho reitera repetidas vezes que “não tratava o general somente de fazer guerra, mas também de sustentar a quem a fazia, não sendo esta a menor, e que mais se ia sentindo”.²¹¹ O donatário relata que seu irmão mandou plantar, no arraial e nas propriedades dos moradores das redondezas, mandioca, milho e legumes, o que constituiu a base dos suprimentos do Arraial nos primeiros anos, junto das provisões enviadas de capitanias vizinhas, entre elas suplementos de carne e peixe, e das roças dos indígenas aldeados.²¹² Entre fins de outubro e início de novembro de 1633, apesar dos apertos constantemente reportados, tem-se a notícia de que o capitão-general ordenou o envio de reforços munidos de pipas de

²¹⁰ COELHO, Duarte de Albuquerque. op. cit., 1982, p. 58.

²¹¹ Ibid., p. 70.

²¹² MELLO, Evaldo Cabral de. op. cit., 2007, p. 235.

vinho, azeite, farinhas “de Espanha” e bacalhau para socorrer uma guarnição ameaçada na Paraíba, o que indica certa disponibilidade e algum sucesso nos aprestos relativos à alimentação do Arraial,²¹³ bem como a primazia pelo sustento dos combatentes, o que não significava que o despacho de auxílio relegasse os habitantes do reduto à fome. Junto de Albuquerque, o provedor da Fazenda Real em Pernambuco, André de Almeida da Fonseca, também teve a atuação ressaltada nas narrativas coetâneas, quanto à diligência na obtenção local e gestão de víveres, suprimentos, munições e outros apetrechos. Somavam-se a esses esforços os jesuítas, principalmente o reitor do Colégio de Olinda, nomeado reitor do Arraial, que tratou da obtenção de vacas e de farinha da terra (Imagem 8) que ele mesmo, segundo o capitão-general, “foi buscar”.²¹⁴

A estruturação inicial do abastecimento luso-brasileiro foi, contudo, abalada pelos avanços neerlandeses no interior a partir de 1632, depois da investida a Igarassu. Desmantelavam as redes de cooperação dos moradores, que não só abasteciam o Arraial, como também acolhiam, amparavam e alimentavam as células de emboscada espalhadas pelos territórios. Ao fugirem de suas propriedades diante da ameaça dos batavos, deixavam de cultivar e de enviar os mantimentos essenciais à população recolhida no Bom Jesus.²¹⁵ Como dito, alguns também se juntavam aos holandeses, pedindo salvo-conduto, vendendo víveres e dando a eles informações valiosas sobre o estado e as posições da resistência, deserção exemplificada pelo jesuíta Manuel de Moraes.²¹⁶ Em meados de 1634, sem receber qualquer socorro da Coroa por mais de um ano, as consequências alimentares dessa debandada dos moradores eram duramente sentidas pela resistência. Os batavos também ganharam controle das principais vias fluviais²¹⁷ ao tomarem fortificações chave que ditavam a circulação em determinados sistemas de rios e afluentes, caminhos d’água que, quase sempre, eram os únicos a permitir que suprimentos coletados ou despachados em outras localidades alcançassem os defensores da terra no interior. Um exemplo de forte conquistado foi o Cabedelo, na Paraíba (Imagem 9), guarnição que sucumbiu, em dezembro daquele ano, por conta das privações de seus ocupantes, “vista a total carência que sentiam, por não terem mais abastecimentos, nem munições, nem peças, nem parapeitos, nem outra alguma defesa mais que os seus ânimos esforçados”.²¹⁸ Semelhantes dificuldades eram observadas em todos os redutos, capitulados um

²¹³ COELHO, Duarte de Albuquerque. op. cit., 1982, p. 171.

²¹⁴ LEITE, Serafim. op. cit., t. V, 2006, p. 353.

²¹⁵ SANTIAGO, Diogo Lopes. op. cit., 1984, p. 81.

²¹⁶ Cf. VAINFAS, Ronaldo. *Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 68-109.

²¹⁷ Cf. NASCIMENTO, Rômulo L. X. do. op. cit., 2020, p. 166-190.

²¹⁸ COELHO, Duarte de Albuquerque. op. cit., 1982, p. 220.

após outro, tal era o estado da resistência passados quase cinco anos desde a perda de Olinda e Recife.

Com sua rede primária de auxílio desmantelada, perdidas as capitanias do Rio Grande, da Paraíba e de Itamaracá, Matias de Albuquerque teve de buscar recursos mais longe, ao sul. Sirinhaém era uma estância que, no início de 1635, ainda fornecia farinha e carne às principais bases da resistência,²¹⁹ permitindo algum respiro. Mas não era o suficiente. Entre abril e maio daquele ano, o capitão-general mandou que as tropas do conde de Bagnuolo protegessem os currais de gado na região de Porto Calvo, vila já alcançada pelos holandeses, mas numa região ainda parcialmente livre, e também os das Alagoas.²²⁰ Currais deixados a esmo resultavam em gado tornado selvagem e considerado perdido.²²¹ Víveres seriam então enviados daquelas plagas por embarcações, já que as vias terrestres estavam praticamente inacessíveis, e alcançariam a rede fluvial de Pernambuco pelo Cabo de Santo Agostinho, ainda guardado pelo forte de Nazaré, até determinado ponto em que pudessem desembarcá-los e transportá-los por terra ao Arraial sem oposição dos neerlandeses. Os carregamentos consistiam em carne, peixe salgado e farinha de mandioca, fornecidos compulsoriamente ou custeados por donativos e pelos irmãos Albuquerque Coelho. Foi de lá, inclusive, que conseguiram repor as cordas de que tanto precisavam, de cuja falta se queixaram em 1633.²²² Cavalos também eram fonte alternativa de alimento àquela altura. Comemoravam quando capturavam algum dos inimigos, nas emboscadas que ainda conseguiam articular.

A investida holandesa final sobre a resistência mirou primeiro as últimas vias de socorros e mantimentos do Arraial, antes de botá-lo em cerco (Imagem 10), o que resultou na capitulação pela fome, em 8 de junho de 1635, depois de três meses de sítio. A rendição foi inevitável, “porque afinal faltou tudo o que servia de sustento; consumiram-se cavalos, couros, cães, gatos e ratos, com que se alimentavam”, além de faltar pólvora e munições, e os bombardeios inimigos terem destruído os últimos depósitos de farinha, exposta e misturada a terra. “Não é, pois, de admirar que se perdesse a praça; o que admira é que em tal estado a sustentassem”,²²³ comenta Duarte Coelho. O golpe sofrido no forte de Nazaré, sitiado simultaneamente ao Arraial e capitulado logo em seguida, também severamente desprovido de

²¹⁹ CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 51; SANTIAGO, Diogo Lopes. op. cit., 1984, p. 84.

²²⁰ A menor incidência de engenhos e a população predominantemente pobre formaram condições propícias para que, desde antes da invasão, aquela região concentrasse roças de mandioca, milho e outros mantimentos, além de criações de gado e atividades pesqueiras, fornecendo víveres a outras capitanias. Cf. MELLO, José Antônio Gonsalves de. op. cit., 2007, p. 160.

²²¹ Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. op. cit., 2007, p. 238.

²²² COELHO, Duarte de Albuquerque. op. cit., 1982, p. 246, 247.

²²³ Ibid., p. 253.

mantimentos, “nem sequer de algum animal imundo”, deu lugar a uma cena lúgubre. Ao entregarem o reduto, “caíram mortos alguns soldados por efeito da fome; parece que só estavam com vida enquanto não fizessem qualquer movimento. Tal era o estado a que haviam chegado”.²²⁴ É consenso entre os testemunhos portugueses que o desmantelamento das estruturas de produção de alimentos e a quebra dos fluxos de abastecimento, somados à inexistência de um esforço robusto de socorro metropolitano, análogo àquele enviado para restaurar a Bahia, selaram a derrota da resistência em Pernambuco. Sem as mínimas condições de subsistência, a guerra de usura, lenta e pouco dispendiosa se converteu na ruína da população das capitanias ao norte do São Francisco.

Derrotados, partiram em retirada para o sul moradores, religiosos, índios e combatentes que não aceitaram a condição de viver sob os neerlandeses, ou que foram cooptados pelas lideranças da resistência a deixarem suas terras, em lealdade ao rei e à Fé Católica. Segundo o padre Leonardo Mercúrio, vice-reitor do Colégio de Olinda, em relato ao Geral da Companhia, o que seguiu à capitulação do Bom Jesus foi a passagem de “trabalhos a maiores trabalhos, dando-nos para comer um pouco de pão de cevada e para dormir uma tábua, porque saímos do Arraial somente com o que tínhamos em cima de nós”.²²⁵ Alcançaram as regiões que previamente lhes socorriam com mantimentos, como Porto Calvo e as Alagoas, mas os meses seguintes não foram menos repletos de dificuldades, um quadro de adversidades que continuaria até que chegassem ao recôncavo baiano. Partilhando uma série de paralelos com as multidões em retirada de momentos anteriores, muitos foram os apertos e privações, da falta de alimentos à marcha desabrigada por duros terrenos, enfrentada por toda a população, de mulheres, crianças e velhos à escravaria. “Não é coisa que se pode escrever, porque muitos dos que o viram com os olhos, como eu, tendo os corações férreos, não se podiam refrear sem derramar grande cópia de lágrimas”, declara Manoel Calado.²²⁶

Veio-lhes um socorro tardio, liderado por D. Luís de Rojas y Borja, nomeado capitão-general para substituir Matias de Albuquerque, também acompanhado de Pedro da Silva, substituto de Diogo Luís de Oliveira como governador-geral do Brasil. Desembarcaram em Jaraguá, nas Alagoas, em fins de 1635, trazendo consigo dois mil homens que já chegaram mal providos, “muitos dos quais eram bisonhos, e outros já práticos e experimentados na guerra, que já eram soldados”, segundo Calado,²²⁷ mas não conheciam as particularidades da América

²²⁴ COELHO, Duarte de Albuquerque. op. cit., 1982, p. 257.

²²⁵ LEITE, Serafim. op. cit., t. V, 2006, p. 356.

²²⁶ CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 90.

²²⁷ Ibid., p. 67.

portuguesa.²²⁸ Os mantimentos que trouxeram da Espanha “eram gastados”, não durariam mais que dois meses,²²⁹ enquanto “os [víveres] do país não se descobriam”.²³⁰ Logo adoeceram muitos, desacostumados ao clima.²³¹ Tais dificuldades desde o momento de arribada, pareadas às preocupações de preservação das últimas regiões provedoras de alimentos às quais tinham acesso as forças da resistência,²³² serviram para apressar a movimentação das tropas em uma investida contra os flamengos, o que se provou desastroso. Muitos morreram na batalha campal de Mata Redonda, nas proximidades de Porto Calvo, em janeiro de 1636, entre eles o próprio Rojas y Borja. Faltou-lhes, afinal, “a experiência do país e do modo de fazer a guerra nele”, na visão de Duarte Coelho.²³³

O breve capitão-general foi sucedido pelo conde de Bagnuolo, nomeado pelas lideranças locais. Por meses, o napolitano coordenou, a partir do fortim de Bom Sucesso, pequenos ataques pelos campos de Pernambuco, incendiando canaviais e aparatos dos engenhos para que não fossem aproveitados pelos invasores, causando prejuízos e alarme. Ainda operacionalizava o cenário local a seu favor, como podia. Mas pouco mais pôde fazer dada a situação de privações. Faltavam cada vez mais os mantimentos, e, ainda que mandassem comprar farinha na Bahia²³⁴ – onde também experienciavam carestias no provimento das guarnições²³⁵ – com os recursos que vieram na frota que trouxe Rojas y Borja, não era suficiente, “e era já muito o que sofriam os moradores por esta coisa”.²³⁶ As incursões por ele ordenadas também atingiam propriedades de portugueses que haviam optado pela permanência sob o domínio holandês, o que desgastava a legitimidade daqueles esforços contra o invasor e incentivava que os moradores da conquista

²²⁸ Aparentemente, era preocupação de Rojas y Borja que os homens que levasse consigo para o Brasil fossem experimentados nos trópicos. O nomeado capitão-general assinou um requerimento à administração para que soldados com passagem pela Bahia fossem incluídos em suas fileiras antes de zarpar para Pernambuco. Cf. REQUERIMENTO do mestre-de-campo e general do exército da capitania de Pernambuco, D. Luís de Rojas [y Borja], à regente, [duquesa de Mântua, D. Margarida de Sabóia], pedindo que se troque os soldados sem experiência que leva para guerra da dita capitania, pelos antigos soldados que se encontram na Bahia. Madri, 15 de maio de 1635. AHU_ACL_CU_015, Cx. 3, D. 177.

²²⁹ Assim que assumiu o cargo na Bahia, Pedro da Silva decretou que socorressem as forças recém-arribadas nas Alagoas com provisões suficientes para um mês. Em janeiro de 1636, o novo governador-geral já sabia que lá padeciam de “grandes necessidades de mantimentos, particularmente de farinhas de guerra”. *Documentos históricos: patentes, provisões e alvarás (1631-1637)*. Vol. XVI da série e XIV dos Docs. da Bib. Nac. Rio de Janeiro: Typographia Monroe, 1930, p. 333, 334.

²³⁰ FREIRE, Francisco de Brito. op. cit., 2001, p. 220.

²³¹ COELHO, Duarte de Albuquerque. op. cit., 1982, p. 275.

²³² Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. op. cit., 2007, p. 237.

²³³ COELHO, Duarte de Albuquerque. op. cit., 1982, p. 280.

²³⁴ Cf. *Documentos históricos do Arquivo Municipal. Atas da Câmara, 1625-1641*. 1º volume. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 1944, p. 334, 335.

²³⁵ Previam-se, por exemplo, que açúcar fosse destinado à ração das tropas na falta de farinha. *Documentos Históricos: patentes, provisões e alvarás (1637-1639)*. Vol. XVII da série e XV dos Docs. da Bib. Nac. Rio de Janeiro: Typographia Monroe, 1930, p. 61.

²³⁶ COELHO, Duarte de Albuquerque. op. cit., 1982, p. 288.

cooperassem com o governo instalado no Recife.²³⁷ Com a chegada do conde de Nassau e de tropas auxiliares, em janeiro de 1637, ficou insustentável a permanência próxima às linhas inimigas sem maior respaldo, sobretudo material, o que foram buscar na Bahia, retirando-se ao sul do rio São Francisco, até Vila Velha, enquanto os flamengos avançavam sobre Porto Calvo e as Alagoas.

Além de hostilidades e tensões, os moradores de Pernambuco que permaneceram em suas propriedades testemunharam uma série de medidas do governo neerlandês em relação à reorganização das terras arrasadas pela guerra que conduziram.²³⁸ A reativação da produção açucareira, a definição de tributações e a integração dos portugueses à vida comercial e política da conquista foram algumas dessas preocupações. No que diz respeito ao abastecimento, a grave situação inicial dos holandeses²³⁹ havia sido amenizada a partir de 1632, com os avanços pela campina. Depois da chegada de Nassau, houve várias tentativas de implementação de políticas voltadas para a subsistência coletiva, particularmente a cobrança, a partir de 1638, do plantio de mandioca e pagamento em taxas de farinha, baseadas na quantidade de escravos que possuía cada senhor de engenho e lavrador.²⁴⁰ Mas uma série de entraves,²⁴¹ entre eles a preponderância implacável da monocultura do açúcar, as dificuldades de adaptação dos flamengos aos víveres da terra em tempos menos críticos, em que as penúrias da guerra não implicavam no recurso a alimentos tidos como estranhos ou inferiores,²⁴² e o aumento da população,²⁴³ sobretudo a urbana, tornaram a autossuficiência alimentar do Brasil holandês impossível, por toda a sua duração.

²³⁷ Esse problema persistiu nos anos seguintes, quando as diretrizes de combate ao invasor passaram a vir diretamente da Bahia, depois da acolhida dos refugiados de Pernambuco e da frustração ao cerco imposto por Nassau, em 1638. Segundo instrução do conde da Torre, D. Fernando de Mascarenhas, então governador-geral, ao capitão dos índios, Antônio Felipe Camarão, as operações em terras sob controle neerlandês deveriam assolar engenhos e canaviais, mas preservar a todo custo os portugueses e suas propriedades. Além disso, o documento indica a presença de soldados luso-brasileiros desgarrados espalhados pelos territórios, que hostilizavam os flamengos, mas também molestavam os moradores, sendo necessário que fossem freados e agregados à milícia sob as ordens do governo-geral. Cf. Documentos pela maior parte em português sobre vários assuntos. *Revista do Instituto Archeológico e Geographico Pernambucano*, Recife, n. 34, 1887, p. 36-38.

²³⁸ Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. *O bagaço da cana: os engenhos de açúcar do Brasil holandês*. 1ª edição. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012, p. 31-35.

²³⁹ Essa gravidade é sintetizada pelo diretor dos armazéns nomeado pelo Conselho Político em 1631, em carta à câmara da Zelândia, citada por Hermann Wätjen: somando-se ao aprovisionamento deficitário, “em nossos depósitos de gêneros alimentícios pululam os ratos e a bicharia, no queijo se desenvolvem os vermes, e as barricas de bacalhau corrompido exalam um horrível fétido. Duro ofício realmente é este em que me meti”. *Apud WÄTJEN, Hermann*. op. cit., 2004, p. 294.

²⁴⁰ Cf. MELLO, José Antônio Gonsalves de. op. cit., 2007, p. 156-163.

²⁴¹ Cf. PAPAVERO, Claude G. op. cit., 2010, p. 139-141.

²⁴² Fernand Braudel tece considerações sobre as “dificuldades de comer o pão alheio”, os entraves para o rompimento das “fronteiras alimentares” na Época Moderna, do mundo em expansão. Cf. BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo. Séculos XV-XVIII*. Volume I. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 151, 152.

²⁴³ MELLO, Evaldo Cabral de. op. cit., 2007, p. 241.

Cientes daquele quadro, os representantes luso-brasileiros presentes na importante Assembleia convocada pelo conde de Nassau e os membros do Alto e Secreto Conselho em 1640 propuseram algumas soluções para que as produtivas terras brasílicas alimentassem suficientemente as bocas da conquista, enquanto também renderiam “muitos frutos e drogas preciosas,²⁴⁴ tidos em grande estima e valor na Europa”. Ecoando a longeva ideia de que “dar-se-á nela”, na terra, “tudo”,²⁴⁵ os portugueses informam, segundo as atas do concílio, que muitos itens úteis cresciam vigorosamente sem a necessidade de qualquer intervenção humana. Mas o cerne do problema consistia na “abundância do açúcar” e na “pouca aplicação dos moradores”, sem que dispendessem qualquer esforço para plantar e colher itens alternativos e, não havia dúvida, fundamentais. Acrescentam que, “como muita gente há que, pela sua pobreza, não pode dedicar-se ao cultivo da cana, e por isso vive na miséria, poderia essa gente ocupar-se em plantar e cultivar aqueles frutos e drogas, como seja, o algodão, o gengibre, a pimenta, a malagueta (de que há aqui diversos tipos), a pimenta comprida, o índigo e explorar o salitre”, de que sabiam haver naquelas regiões do Brasil. Declarando que seu desejo era o de que “este Estado vá em aumento e cada vez mais se enriqueça”, os moradores recomendam, em resumo, que cada Câmara dos Escabinos, colegiados de jurisdição circunscrita distribuídos pelas capitanias, “se esforce em seu distrito por persuadir os moradores a plantar e beneficiar aqueles vegetais”.²⁴⁶ As propostas foram bem recebidas na ocasião, mas parece que não foram postas em prática nos meses e anos seguintes.²⁴⁷

Para os flamengos, tudo aquilo que era necessário à gestão e estruturação da conquista e ao sustento dos homens precisava vir das Províncias Unidas, de alimentos e vestimentas a materiais de construção.²⁴⁸ Itens como azeite, manteiga, queijos, carne salgada, toucinho, peixe seco, farinha de trigo, vinhos e aguardentes, que também eram requeridos por uma parcela de portugueses abastados, ao ponto de serem proibidas as remessas desses itens do Recife para os engenhos.²⁴⁹ A flexibilização dos batavos em relação a víveres da terra diante de privações se

²⁴⁴ O que foi reconhecido pelo próprio Nassau em 1638, levando-o a propor aos Estados Gerais que fosse incentivada a povoação das capitanias conquistadas com gente da pátria, para que extraíssem benesses alternativas e também trabalhassem pelo sustento da terra. Cf. GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Maurício de Nassau e o Brasil holandês: correspondência com os Estados Gerais*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998, p. 54

²⁴⁵ CAMINHA, Pêro Vaz de. “Carta de Pêro Vaz de Caminha a D. Manuel”. In: CINTRA, Assis (org.). *Nossa primeira História*. São Paulo: Companhia Melhoramentos de S. Paulo, 1922, p. 37, 38.

²⁴⁶ “Atas da Assembleia convocada pelo Conde de Nassau e Alto Conselho (1640)”. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). op. cit., vol. II, 2004, p. 378, 379.

²⁴⁷ Houve, na gestão do Alto Governo, a partir de 1646, tentativas de promoção do cultivo de mandioca, arroz, gengibre, tabaco, oliveiras e outros gêneros em locais como a ilha de Itamaracá. Mas, aparentemente, tiveram pouco sucesso. Cf. MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). op. cit., vol. II, 2004, p. 496.

²⁴⁸ MELLO, José Antônio Gonsalves de. op. cit., 2007, p. 129, 130.

²⁴⁹ Ibid., p. 163-165.

mostrou cada vez mais necessária, mas o agravamento de fatores que acentuavam a carestia generalizada de alimentos, fossem da terra ou da pátria, impediu qualquer respiro quanto à questão do abastecimento. Ademais, a partir de 1641, recaiu sobre o Recife a incumbência de sustentar os homens da WIC em Angola, em Benguela e em São Tomé.²⁵⁰ Chegou-se ao ponto de mandarem, em 1645, o comissário Joan Greevings à Bahia para que tratasse com o governador-geral, Antônio Teles da Silva, e conseguisse comprar farinha a ser destinada ao abastecimento das praças na África Ocidental. Mas a empreitada foi malsucedida, por conta da “esterilidade grande” do gênero na própria capital luso-brasileira.²⁵¹ A palavra “fome” é das mais comuns na correspondência administrativa do Alto e Secreto Conselho.²⁵² Naquela situação, chegou-se até a distribuir açúcar para a população esfomeada no lugar da farinha que tanto faltava.²⁵³ Enquanto isso, os engenhos espalhados pelas várzeas e campos, majoritariamente na posse de portugueses, cuidavam, conforme era possível, da própria subsistência,²⁵⁴ e, apartados do ambiente urbano e das instituições de governo neerlandesas, dificultavam as políticas de integração social e de autossuficiência alimentícia da conquista.

Diferentemente do Brasil, onde a mandioca, o milho e outros víveres que faziam parte da alimentação dos nativos foram apropriados, em maior ou menor grau, por portugueses e por outros estrangeiros em seu cotidiano, Angola não parecia fornecer gêneros locais que desempenhassem esse papel. Para os padrões alimentares dos que ali se radicaram, a terra carecia do básico, sendo imprescindível que se introduzisse, mais cedo ou mais tarde, uma cultura viável para sustentar a população portuguesa.²⁵⁵ “É magoa trazer à memória tão deleitosas frutas que o nosso Reino de Portugal em si encerra”, declara Antônio de Oliveira Cadornega, “mas quem não teve mais ventura, tenha paciência, que alguns desdichados”, isto é, infelizes, “havia de vir habitar estas tão remotas partes”.²⁵⁶ Por muito tempo, o reino de Angola dependeu de mantimentos enviados da metrópole, mas, sobretudo, da Bahia e do Rio

²⁵⁰ CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 273.

²⁵¹ Documentos pela maior parte em português [...]. op. cit., n. 34, 1887, p. 103, 104; 113, 114.

²⁵² MELLO, José Antônio Gonsalves de. op. cit., 2007, p. 166.

²⁵³ Ibid., p. 163.

²⁵⁴ Cf. CEULLEN, Mathias van; DUSSEN, Adriaen van der; NASSAU, João Maurício de. “Breve discurso sobre o Estado das quatro capitanias conquistadas, de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil (1638)”. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). op. cit., vol. I, 2004, p. 109.

²⁵⁵ Sobre a circulação de espécies alimentícias no Atlântico português e sua introdução na África Ocidental, ver: FERRÃO, José Eduardo M. Na linha dos descobrimentos dos séculos XV e XVI: Intercâmbio de plantas entre a África Ocidental e a América. *Revista de Ciências Agrárias*, Lisboa, vol. 36, n. 2, 2013, p. 250-269. Ver também: CARNEY, Judith Ann; ROSOMOFF, Richard N. *In the shadow of slavery: Africa's botanical legacy in the Atlantic world*. Los Angeles: University of California Press, 2009; FERRÃO, José Eduardo M. *A aventura das plantas e os descobrimentos portugueses*. 2ª edição. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical; Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Fundação Berardo, 1993.

²⁵⁶ CADORNEGA, Antônio de Oliveira. op. cit., vol. III, 1972, p. 374.

de Janeiro, como farinha de mandioca, peixe seco e salgado, queijos e jeribita,²⁵⁷ uma bebida destilada de mosto fermentado dos substratos da cana-de-açúcar.²⁵⁸ Essa dependência foi evidenciada pela diminuição desses carregamentos em decorrência da presença holandesa na Bahia, em 1624. Diante desse quadro, o então governador Fernão de Sousa articulou medidas de incentivo ao cultivo sistemático da terra, em meio aos esforços de solução de problemas estruturais com os quais se deparou quando assumiu a gestão de Angola, depois de lidar com a ameaça de Piet Heyn. Seguindo as diretrizes de seu regimento,²⁵⁹ Sousa exortou “moradores e cidadãos” ao engajamento de suas fazendas e escravaria na lavoura de mandioca e de outros legumes,²⁶⁰ e se comprometeu a repartir terras férteis para o cultivo de bens essenciais à subsistência, notadamente as várzeas do Bengo e os sítios próximos a Luanda, de Sequele e Bembem.²⁶¹ Cadornega chega a afirmar que “mostrou o tempo por diante que esta disposição foi causa de se sustentar o reino de Angola e suas conquistas quando foi ocupado pelo holandês sete anos, que mal se pudera conservar se não houvera lavouras da própria terra”.²⁶²

Sobre essas porções cultiváveis, o cronista das guerras angolanas afirma que o Bembem, a uma légua e meia de Luanda, sediava as primeiras lavras em direção ao interior, de onde provinha parte do sustento da povoação. Suas notas datam de 1680, mas dão uma boa ideia do potencial produtivo das terras à época da invasão holandesa, valorizadas nesse sentido desde o primeiro quartel do século XVII. Ali produzia-se o milho miúdo e o grosso, além de legumes como *uandos*, uma espécie de ervilha, e *nkasa*, ou *encassa*, um tipo de feijão, cuja planta tinha folhagem também comestível, chamada de *macassacassa*. O sítio seria de terras arenosas, mas, com a quantidade apropriada de chuvas, dava “o que nelas se semeia, e bons melões e melancias”.²⁶³ Uma légua mais adentro, o Sequele tinha terras consideradas fortes e massapés, resistentes aos tempos de seca, que se revitalizavam à produtividade natural com pouca pluviosidade. Produzia tantos alimentos “que dá enfado a se recolher”, tidos como de melhor qualidade do que os que cresciam no Bembem. Era onde se concentrava a maior parte dos arimos e criações de animais, mais especificamente, ovinos, caprinos e aves. Por fim, outra

²⁵⁷ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 114-116.

²⁵⁸ CASCUDO, Luís da Câmara. *Prelúdio da cachaça*. São Paulo: Global, 2006, p. 22, 23.

²⁵⁹ Orientações para o cultivo da terra integravam os regimentos de governos anteriores, mas só foram seguidas de maneira efetiva por Fernão de Sousa. Cf. “Regimento do governador de Angola (26-3-1607)”. In: BRÁSIL, António (org.). op. cit., vol. V, 1955, p. 265, 266.

²⁶⁰ Uma relação das “plantas úteis” à subsistência em Angola no período, nativas ou introduzidas, pode ser conferida em: MAESTRI FILHO, Mário José. op. cit., 1978, p. 75-118.

²⁶¹ No Congo e no Ndongo, as condições naturais restringiam essas áreas às várzeas dos rios e a ilhas fluviais. Ibid., p. 39-46.

²⁶² CADORNEGA, António de Oliveira. op. cit., vol. I, 1972, p. 125-127.

²⁶³ Ibid., vol. III, p. 44, 45.

légua e meia no interior, “o deleitoso Bengo”, muito piscoso, e suas férteis várzeas.²⁶⁴ A preservação possível das estruturas de produção alimentícia nessas regiões foi essencial para o aprovisionamento da população luandense desterrada, em seus múltiplos acampamentos e redutos pelo sertão, depois da invasão dos neerlandeses em agosto de 1641.

Vimos o exemplo da fazenda dos jesuítas, com seus pomares, rebanhos e roças de mandioca, mas cuja existência e forma derivavam das atividades e necessidades da Ordem, não das medidas implementadas pelo governo português, essas, sim, refletidas nos arimos do Bengo e nas fazendas de indivíduos como Gregório Ribeiro e Antônio Vieira. Especialmente a partir da organização do arraial no outeiro da lagoa Kilunda, teve-se a preocupação de proteção desses arimos produtivos para que continuassem a socorrer a população luandense. Ali, o governador “havia feito muita prevenção de farinha de guerra”, provida pela doação desses moradores do sertão, “de que ia dando ração à infantaria e à gente pobre retirada”, complementada com peixe, “pescado todos os dias naquela espaçosa e fértil lagoa”. Segundo carta de 5 de março de 1643, assinada pelo feitor da Fazenda Real em Angola, Diogo Lopes de Faria, em que dá conta ao rei dos desdobramentos da invasão, Pedro César de Menezes, na ausência de recursos do erário, também se valeu, assim como os Albuquerque Coelho em Pernambuco, de seu próprio patrimônio para “remediar as muitas necessidades de soldados doentes e sustentar os que estavam em estado de poderem tomar armas”, provendo e vestindo aqueles ilesos dos contágios e malignidades da terra.²⁶⁵ Na Kilunda, o governador ainda repartiu pedaços de chão para que as famílias pudessem cultivar e garantir o mínimo de sustento para si e demais moradores e combatentes, medida que teria continuidade no arraial seguinte, do Zenza, mesmo que sem tempo hábil para que esses esforços dessem frutos que amenizassem o cotidiano da população e dos combatentes. No outeiro da lagoa, os moradores também pareciam dispor de frutas como bananas, laranjas, limas, ananases, goiabas, anonas e outras naturais da terra que cresciam na região, “mas este regalo não era tão geral”. Por conta da carestia alimentar e da exposição ao clima severo, padeciam de muitas doenças sem remédio, causas pelas quais se assistia a muitas mortes, com índices de mais de seis enterros na igreja do outeiro por dia.²⁶⁶ Essas penúrias teriam continuidade até a retirada para Massangano, onde havia estruturas de subsistência do presídio e sua povoação, o que proporcionou algum alívio aos refugiados, mas sem grandes alterações quanto a dureza da terra.

²⁶⁴ CADORNEGA, António de Oliveira. op. cit., vol. III, 1972, p. 46, 47.

²⁶⁵ FARIA, Diogo Lopes de. op. cit., 1960, p. 23, 24.

²⁶⁶ CADORNEGA, António de Oliveira. op. cit., vol. I, 1972, p. 256.

Apesar da rede de colaborações entre os moradores dos arimos e a população luandense em seus diferentes arraiais, o sertão angolano não era ocupado pela lavoura na mesma proporção que as terras do recôncavo baiano ou as várzeas em Pernambuco – ainda que estas fossem majoritariamente açucareiras –, o que não permitiu aos desterrados qualquer segurança alimentar nesse período itinerante. Nas palavras de Cadornega, “nestas guerras de Angola, é necessário carregar tudo o que se há de comer e até os instrumentos onde se há de cozinhar, porque naquela deserta campanha não se acha nada para o sustento, nem bodegas nem casas de pasto, como se acha nos exércitos das outras partes”.²⁶⁷ Por mais que os portugueses conhecessem as rotas pelo interior do reino e tivessem guarnições que distavam até trinta léguas do litoral, indicando certo desbravamento daquelas plagas, Angola parecia significativamente menos familiar aos lusos do que o Brasil, representando um obstáculo de proporções muito pareadas para as duas facções europeias, se comparado ao papel do cenário brasílico nos conflitos anteriores. Ademais, era uma terra que continuava largamente dependente de provisões externas e, com a invasão dos holandeses, teve as suas estruturas embrionárias de produção alimentícia completamente abaladas, o que dificultou ainda mais a sobrevivência de todos os envolvidos. No decorrer da década, com as variações cotidianas decorrentes das mudanças de sítio da população e da peleja contra os batavos e os nativos alevantados, as situações de carência em níveis severos seguiram comuns. Viu-se confusões e trapanças entre moradores e combatentes, na coleta de rações e na compra de suprimentos limitados. Constatava-se, invariavelmente, que “como a necessidade não há lei”.²⁶⁸

A situação exposta por Cadornega quanto à vida em Massangano entre 1646 e 1647 exemplifica bem as condições constantes de dificuldade alimentar, agravadas pela presença neerlandesa, assim como o engenho necessário da população portuguesa para sanar algumas dessas carências com produtos alternativos. Naquele momento, “chegaram as cousas deste reino, em quanto ao sustento e que vestir, ao maior extremo que se pode imaginar”. Faltava vinho para os rituais litúrgicos, farinha de trigo para as hóstias e dinheiro para adquiri-los dos neerlandeses, que monopolizavam o fluxo comercial do porto. Fazia-se “alguns frascos de mosto das uvas de algumas parreiras” e, “depois do seu cozimento, se remediava esta falta com ele, custando a quem não tinha uvas, seis e oito mil réis cada um”. Azeite também era escasso. Havia na terra o de palma, mas a preços também elevados. De modo que “a indústria dos homens inventou fazer-se algum de cocos, de gergelim, de pevides de abóboras, que era o mais sadio, e de amendoins, que são maiores que pinhões e nascem debaixo da terra em seus

²⁶⁷ CADORNEGA, António de Oliveira. op. cit., vol. I, 1972, p. 397.

²⁶⁸ Ibid., p. 475.

casulos”. Faziam vinagre dos vinhos de palma e da fermentação do mel de abelhas. Sofriam bastante com a falta de açúcar, especialmente para cuidados com a saúde. Enquanto isso, os bebedores, sem vinhos ibéricos ou provenientes das ilhas atlânticas, nem destilados estrangeiros, “inventaram sua aguardente de cana, de milho grosso, [...] de bananas e de mel de abelhas, de cajus, de geges²⁶⁹; de toda essa bazófia inventaram, feito tudo em calda, e depois de estar muitos dias e bem azedo o lambicavam por alambiques e faziam aguardente para se consolarem com ela [...]”. Era necessária também a feitura de vestimentas e calçados, no estado em que se encontrava o que ainda havia de reinol em Massangano, dadas as dificuldades de obtenção de tais bens pelo porto de Luanda, que suscitaram, inclusive, mobilizações da parte dos governantes eleitos para negociar preços mais acessíveis desses bens essenciais junto aos batavos.²⁷⁰

Se o sustento ordinário em Luanda já era significativamente complicado antes de 1641, a ocupação trouxe dificuldades ainda maiores, para os lusos e para os flamengos, como atesta o depoimento do mercenário inglês levado até Pedro César de Menezes para testemunhar sobre a situação das tropas da WIC na povoação. Dependiam de recursos enviados do Recife, por vezes de seus compatriotas em São Tomé,²⁷¹ e, mais raramente, das Províncias Unidas, na quantidade, qualidade e periodicidade que fossem possíveis, e não havia fontes próximas de onde retirar o necessário em quantidade suficiente para aplacar a situação de privações que enfrentavam desde a partida do Brasil. Tem-se registros de uma iniciativa dos batavos para abrirem um canal que desviaria água dos afluentes do rio Cuanza até Luanda (Imagem 11), sanando assim a falta de tão importante gênero. A obra, contudo, não foi concluída.²⁷² E a situação dos neerlandeses seguiu complicada. Um relato do seu estado em Angola, datado de 1647 e assinado por Manuel Soares, um experiente piloto da esquadra que levou reforços militares e um novo governador luso, Francisco de Souto Maior, à costa africana dois anos antes, reporta que os setentrionais estavam faltos “de mantimentos da Holanda [...] por haver oito meses que não tinham socorro”.²⁷³ Tal panorama, como se vê, a despeito das alianças com os sobas e o rei do Congo, dos níveis de aproximação com os portugueses e do estabelecimento de redes internas de trocas comerciais não sofreu grandes alterações até sua expulsão em 1648.

²⁶⁹ Provavelmente cajás, chamados *ngenge*, também grafado como *nguengue*. CADORNEGA, António de Oliveira. op. cit., vol. III, 1972, p. 373.

²⁷⁰ Ibid., vol. I, p. 488-490.

²⁷¹ RATELBAND, Klaas. op. cit., 2003, p. 266.

²⁷² Ibid., p. 397. Ver ainda: COSTA, Bernardo Jozé da. Canal cuja construção foi iniciada em 1641/48 pelos holandeses, para conduzir água do rio Cuanza, até Luanda (1819). AHU_CARTm_ANGOLA, D. 294 e 295.

²⁷³ SOARES, Manuel. “Informação do piloto Manuel Soares sobre o Reino de Angola (1647)”. In: BRÁSIO, António (org.). op. cit., vol. X, 1965, p. 69.

2.4. Assistência e remediação

As privações decorrentes ou agravadas pelas invasões provocavam ou complicavam outras dificuldades no cotidiano de portugueses e holandeses, desconfortos que também dependiam de elementos em falta para que fossem sanados, além de figuras especificamente capacitadas. Mal alimentados, os doentes aumentavam entre as populações e eram complementados pelos feridos da guerra, que pelejavam expostos às intempéries, em um ciclo de penúrias que se agravava conforme deixado à própria sorte, e que impunha grandes desafios às lideranças de ambos os lados do conflito. Nesse quadro, a engenhosidade e a caridade foram essenciais no amparo e na remediação dos que demandavam cuidados médicos, haja vista o estado de campanha a que estavam submetidos, sem o benefício de estruturas e materiais apropriados para o acolhimento e a medicação, ou mesmo de homens versados nas artes de curar.

Do lado português, esses cuidados ficaram em grande medida a cargo dos religiosos e devotos, tanto na Bahia e em Pernambuco quanto em Angola. A vocação assistencialista dos membros das Santas Casas de Misericórdia²⁷⁴ e a versatilidade dos ofícios cultivados e serviços prestados pelos irmãos da Companhia de Jesus foram fundamentais para a organização de arranjos que atendessem às necessidades médicas,²⁷⁵ em cenários que careciam severamente de doutores, práticos ou diplomados.²⁷⁶ Não havia médicos nos Colégios, apenas irmãos coadjutores que atuavam como enfermeiros, cirurgiões e boticários, conforme as disposições da Ordem,²⁷⁷ mas, ainda assim, os jesuítas foram cruciais no âmbito da saúde no Ultramar português. Antônio Vieira relata que, “com o grande trabalho e má vida” resultantes da invasão da Bahia, “caíram enfermos quase todos” os irmãos do Colégio de Salvador. Contudo, “de tal maneira os repartiu a Divina Providência, que nunca faltaram sãos que servissem os doentes no corporal e no espiritual, e [que] acudissem aos próximos”,²⁷⁸ atividade exercida principalmente no aldeamento do Espírito Santo, onde a distribuição de alimentos também ficou parcialmente

²⁷⁴ Sobre as Santas Casas de Misericórdia, ver: FRANCO, Renato Júnio. op. cit. 2014, p. 5-25; RUSSELL-WOOD, Anthony John R. *Fidalgos and Philanthropists: the Santa Casa da Misericórdia of Bahia, 1550-1755*. London, UK: Macmillan and Co. Ltd., 1968; SÁ, Isabel dos Guimarães. *As Misericórdias portuguesas: séculos XVI a XVIII*. 1ª edição. São Paulo: Editora FGV, 2013.

²⁷⁵ Sobre os serviços de saúde prestados pelos jesuítas no Brasil, ver: LEITE, Serafim. *Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil. (1549-1760)*. Lisboa; Rio de Janeiro: Edições Brotéria; Livros de Portugal, 1953, p. 83-100; CALAINHO, Daniela B. Jesuítas e medicina no Brasil colonial. *Tempo*, Niterói, n. 19, 2005, p. 61-75. Ver também: LEITE, Bruno M. B. “‘Verdes em que vosso tempo se mostrou’. Das boticas jesuíticas da Províncias do Brasil, séculos XVII-XVIII”. In: KURY, Lorelai (org.). *Usos e circulação de plantas no Brasil, séculos XVI-XIX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2013, p. 52-93.

²⁷⁶ Cf. VIOTTI, Ana Carolina de C. *As práticas e os saberes médicos no Brasil colonial (1677-1808)*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2017, p. 23-35.

²⁷⁷ LEITE, Serafim. op. cit., 1953, p. 84.

²⁷⁸ VIEIRA, Antônio. op. cit., vol. I, 2008, p. 34, 35.

a cargo dos religiosos, mas também no arraial do rio Vermelho, onde se concentrava a milícia volante.

Há de se salientar, contudo, que nem todos os inacianos provinham serviços de assistência médica de ofício, o que restringia a capacidade de atendimento dos irmãos diante do grande número de pessoas necessitadas. O falecimento do bispo D. Marcos Teixeira,²⁷⁹ então com quarenta e seis anos, é atribuído pela maior parte dos testemunhos aos desgastes inerentes à posição de liderança em tempos de guerra. Há, entretanto, versões coetâneas de que ele teria sido envenenado pelo médico que o acudiu quando caiu doente, no início de outubro de 1624. A despeito da *causa mortis*, a convocatória dos esculápios “que se puderam achar” para tratar do bispo ilustra a falta de gente capacitada para tais cuidados. Ao chamado, apresentou-se apenas um judeu, traço sempre destacado negativamente nas versões da morte do bispo por envenenamento. Nas palavras do missionário Francisco de San Juan, franciscano que estava na aldeia do Espírito Santo, o fato de o doutor ser de nação hebreia se explicava “porque, por nossos pecados, eles só os são os que estudam medicina”.²⁸⁰ De todo modo, depois de sangramentos, purgações e dias acamado, D. Marcos Teixeira faleceu.

A atuação médica dos jesuítas seguiu até a restauração de Salvador pela Armada dos Vassalos e a sua reinstalação nas premissas do Colégio, não sem dificuldades, já que o local estava “inficionado dos hereges”. Os trabalhos de reorganização foram duros, as privações alimentares ainda eram graves, muitos adoeceram e “até de quem os servisse havia falta, e de puro cansaço em os servir e lhes acudir, adoeceu o enfermeiro e morreu [...]”.²⁸¹ O enfermeiro de quem fala Antônio Vieira era o irmão Antônio Fernandes, que faleceu com apenas vinte e nove anos de idade, tendo integrado por dez a Companhia e servido por oito naquele ofício. Foi exemplar na assistência aos doentes durante a invasão, cuja atuação bem ilustra a importância dos jesuítas no âmbito da saúde no além-mar, não só enquanto os holandeses ocuparam Salvador. Em contraste aos anos anteriores de sua trajetória, “neste último trabalho da Bahia”, Fernandes “se apurou mais e resplandeceu sua caridade”, mostrando, “entre tantos enfermos e tanta falta do necessário, [...] quão engenhoso era”. Na aldeia do Espírito Santo, os inacianos “doentes de casa” eram muitos, além dos habitantes desterrados e índios aldeados que careciam de assistência, e “para todos achava mezinhas, a todos acudia, a todos visitava; e finalmente

²⁷⁹ Cf. MAGALHÃES, Pablo A. I. *Equus Rusus: a Igreja Católica e as Guerras Neerlandesas na Bahia (1624-1654)*. Orientadora: Maria Hilda Baqueiro Paraíso. Volume 3. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2010, p. 4-12.

²⁸⁰ SAN JUAN, Francisco de. “Da tomada da Cidade da Bahia, e o que mais sucedeu até a morte do senhor Bispo (1624)”. In: MAGALHÃES, Pablo A. I. op. cit., v. 3, 2010, p. 20.

²⁸¹ VIEIRA, Antônio. op. cit., vol. I, 2008, p. 64.

fazia tudo a todos com tal espírito que, ainda aos mesmos índios, com serem menos entendidos, se não escondia e lhe chamavam santo”. Seus trabalhos, de “maravilhosa e incansável continuação”, a despeito de ter ele uma compleição considerada frágil, garantiram-lhe menção louvável no relatório de Vieira aos superiores da Ordem.²⁸²

Em Pernambuco, poucos meses depois do estabelecimento do Arraial do Bom Jesus, por volta de junho de 1630, já se falava em um hospital montado de maneira improvisada pelos da Santa Misericórdia de Olinda, bem como no acolhimento proporcionado pelos moradores das circunvizinhanças do reduto, que “não ajudavam pouco”. Recebiam em suas casas os feridos e enfermos, às vezes quatro, seis indivíduos por vez, “onde se curavam com mais comodidade e regalo”, passando ali melhor do que no hospital, já que lá nunca faltavam os que necessitavam de cuidados. Assim, os remediadores direcionavam os doentes a cada lugar a depender da gravidade das condições e dos cuidados de que necessitavam.²⁸³ Também há menção de um “hospital de sangue” na aldeia jesuíta de São Miguel do Muçui, ao norte do Arraial, distando sete léguas de Olinda, onde os irmãos cuidavam de combatentes, dos índios aldeados e dos do sertão que se engajavam contra os invasores, estivessem eles feridos ou acometidos por doenças decorrentes das faltas ou das agruras da terra.²⁸⁴

Há notícias da atuação dos jesuítas no Bom Jesus, particularmente de sua participação na assistência espiritual aos refugiados e médica aos combalidos, na ânua de 1631, redigida pelo padre Salvador da Silva²⁸⁵. Ele reporta que os irmãos ouviam e aconselhavam os moradores para que deixassem para trás “ódios antigos”, fortalecendo a união de todos diante do inimigo comum. Confessavam os que os procuravam e administravam os sacramentos àqueles à beira da morte ou em estado grave. Catequizavam e batizavam nativos que chegavam de outros territórios, vindos para auxiliar seus “parentes” de aldeias sob a tutela da Companhia no combate aos holandeses. Também amparavam desertores que, em função de suas próprias penúrias,²⁸⁶ fugiam das linhas invasoras, buscando refúgio no Arraial, e que, por vezes, aceitavam a doutrina católica pregada pelos inacianos. No que dizia respeito à assistência do corpo, além do citado “hospital de sangue” que operavam em São Miguel, os jesuítas também recolhiam esmolas destinadas aos mais pobres, especialmente aos abatidos por doença, repartindo o que sobrava da distribuição entre os próprios irmãos, para sustento e

²⁸² VIEIRA, Antônio. op. cit., vol. I, 2008, p. 36.

²⁸³ COELHO, Duarte de Albuquerque. op. cit., 1982, p. 72, 73.

²⁸⁴ LEITE, Serafim. op. cit., t. V, 2006, p. 351.

²⁸⁵ Segundo Serafim Leite, este padre, a que designa júnior, era natural do Rio de Janeiro, filho de Manuel Botelho de Almeida e esposa, não devendo ser confundido com um homônimo e contemporâneo, o sênior, natural de Guimarães. Ibid., p. 352.

²⁸⁶ RICHSHOFFER, Ambrosius. op. cit., 2004, p. 88.

vestimentas.²⁸⁷ Também auxiliavam em batalha, como líderes que incitavam os indígenas à peleja, estes que eram uma parte integral das forças volantes luso-brasileiras, e pelo apoio imediato que poderiam oferecer aos feridos em combate,²⁸⁸ atuação que provavelmente também exerceram na Bahia.

Nos meses finais de 1635, mais precisamente em 25 de novembro, a importância e a abrangência da participação dos inacianos na manutenção do Arraial, na preservação da população e na oposição aos batavos são sumarizadas em um *Testemunho* de Matias de Albuquerque, em seus últimos momentos como capitão-general da guerra de Pernambuco. Segundo ele, os trinta e três irmãos atuantes na capitania no decorrer daqueles seis anos exortavam “o povo e os moradores a que todos acudissem, perseverassem e ajudassem, uns com as pessoas, outros com as fazendas, havendo sido sempre seu procedimento de grande importância”. Foram de extrema valia na Paraíba, no Rio Grande, no Cabo de Santo Agostinho, nas estâncias formadas em Itamaracá, como Igarassu, “onde os mesmos padres acudiram com muito do seu sustento aos soldados [...], e da mesma maneira me socorreram com ele algumas vezes ao Arraial, em tempo de maiores apertos e necessidades, e nos socorros de umas para outras partes, e dos que vinham de Espanha”. Assistiram em muitas ocasiões, “de maior e menor consideração”, indo a várias partes, “marchando a pé, descalços, com a infantaria, sem repararem em risco ou trabalho, padecendo muitas vezes grandes fomes e necessidades e doenças que lhes sobrevinham. A tudo acudiam com boa vontade, fácil e aprazivelmente”.²⁸⁹ Junto das diligências relativas ao aprovisionamento articuladas por Albuquerque, a atuação dos inacianos²⁹⁰ foi fundamental para a garantia da sobrevivência da população do Arraial e das guarnições, e, por muito tempo, foram eles, ao lado da Santa Misericórdia, os únicos aptos a socorrer os enfermos e feridos.

A necessidade de improviso na armação de estruturas hospitalares, estendida aos procedimentos e medicamentos empregados – ainda que não faltasse aos jesuítas a destreza e os saberes de preparações e aplicações²⁹¹ –, foi uma constante ao menos até a retirada das tropas pernambucanas para a Bahia, onde sua presença acarretou outros problemas, como o acondicionamento dos moradores, o acerto de dividendos de oficiais e funcionários da

²⁸⁷ LEITE, Serafim. op. cit., t. V, 2006, p. 351.

²⁸⁸ Idem.

²⁸⁹ Ibid., p. 389.

²⁹⁰ Cf. “Documento XV”. In: VILHASANTI, Pedro Cadena de. *Relação diária do cêrco da Baía de 1638*. Coleção dos Clássicos da Expansão Portuguesa no Mundo. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1941, p. 189-195.

²⁹¹ Cf. LEITE, Serafim. op. cit., 1953, p. 85-96. Ver também: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho de; VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho (org.). *Coleção de várias receitas e segredos particulares das principais boticas da nossa Companhia de Portugal, da Índia, de Macau e do Brasil*. 1ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2019.

administração da resistência, e a responsabilidade pelo sustento da milícia, logo agravados pelo cerco comandado por Maurício de Nassau, em 1638.²⁹² O estado geral de saúde e as duras condições em Porto Calvo, após a capitulação do Arraial, agravavam-se conforme mais moradores chegavam, fugindo da expansão holandesa. “Não davam menor cuidado mais de quatrocentos soldados enfermos”, relata Duarte de Albuquerque Coelho, “sendo a maior parte de chagas nas pernas, não só causadas pelo clima, como pelo continuado trabalho e incômodos das frequentes viagens, concorrendo muito para isto o ser a terra tão quente e úmida”. Somava-se às moléstias a falta de medicamentos, o que dificultava ainda mais o trabalho dos padres, “e assim cresciam as enfermidades e as misérias, ao passo que neles o sofrimento e a constância, que na verdade foi admirável em muitos”.²⁹³

A falta de diplomados foi amenizada apenas quando, depois de uma porção de requerimentos que pediam por médicos, cirurgiões e medicamentos, tratando, inclusive, da montagem de um hospital no Bom Jesus,²⁹⁴ veio ao Brasil o licenciado Manoel Fernandes de Figueiredo, na armada que trouxe o capitão-general D. Luís de Rojas y Borja, em 1635, “para haver de curar de medicina no dito arraial”.²⁹⁵ Como vimos, contudo, o bastião já havia capitulado quando o substituto de Matias de Albuquerque arribou em Jaraguá. No decorrer do ano seguinte, um hospital voltado para as tropas foi erguido no fortim de Bom Sucesso, em Porto Calvo, sendo essencialmente gerido por religiosos. Em setembro, um desses padres, Francisco Barreto, que se apresenta como capelão-mor da artilharia do exército de Pernambuco, dá conta dos trabalhos do licenciado, tendo atuado ao seu lado, correndo “com a cura dos doentes do dito quartel, no qual curava o doutor Manoel Fernandes de Figueiredo com muita satisfação, e não sei lhe morresse doente, que acudia com algumas caridades [...]”.²⁹⁶ Já o frei João dos Reis, da Ordem Hospitaleira de São João de Deus, comissário do hospital, certifica, no mês de dezembro daquele 1636, “que o licenciado Manoel Fernandes de Figueiredo, médico do dito hospital, por Sua Majestade há assistido nele com todo cuidado e caridade, e, junto com o muito que alcança com suas letras e experiência delas, há sido causa da saúde de muitos”,²⁹⁷

²⁹² Cf. VILHASANTI, Pedro Cadena de. op. cit., 1941, p. 18-83.

²⁹³ COELHO, Duarte de Albuquerque. op. cit., 1982, p. 299.

²⁹⁴ REQUERIMENTO do mestre-de-campo e general do exército da capitania de Pernambuco, D. Luís de Rojas y Borja, ao rei [D. Filipe III], pedindo que se envie com a armada, médicos, cirurgiões e medicamentos para a montagem de um hospital para socorrer os feridos na capitania de Pernambuco. Madri, 10 de maio de 1635. AHU_ACL_CU_015, Cx. 3, D. 175.

²⁹⁵ REQUERIMENTO do médico do Arraial da capitania de Pernambuco, Manoel Fernandes de Figueiredo, ao rei [D. Filipe III], pedindo pagamento dos soldos atrasados, em satisfação dos seus serviços na guerra contra os holandeses. Pernambuco, 4 de dezembro de 1636. AHU_ACL_CU_015, Cx. 3, D. 252.

²⁹⁶ Ibid., anexo 7.

²⁹⁷ Ibid., anexo 5.

entre eles oficiais de alta patente, incluindo o conde de Bagnuolo.²⁹⁸ Figueiredo possivelmente atuou também como médico pessoal do napolitano até o estacionamento na Bahia. O frade afirma ainda, em lamento, que o doutor poderia ter sido mais efetivo nos cuidados dos homens “se não houvera tanta falta do necessário”,²⁹⁹ mais um indício do estado permanente de carências, severamente agravado pela guerra.

Entre os holandeses, os serviços de saúde até aquele ponto seguiam as diretrizes delineadas pela faceta militar do empreendimento, de modo que os profissionais e as estruturas que tinham à sua disposição, insuficientes, como todo o resto, ostentavam o caráter provisório e improvisado das campanhas. A soldadesca mal alimentada, não adaptada aos trópicos, tinha em suas fileiras alguns cirurgiões e barbeiros para que remediasses eventualidades cotidianas e males da peleja. Os adoentados e feridos que necessitavam de maiores cuidados eram, quando possível, transportados para hospitais de campanha, erguidos apenas em pontos específicos da conquista, como o Recife, a ilha de Antônio Vaz e o forte Orange, na ilha de Itamaracá, em virtude dos limites estruturais e humanos que não permitiam maior difusão desse tipo de assistência. Até 1638, o total de contratados – a partir de critérios econômicos, não de competência, vale dizer³⁰⁰ – para ofícios de cuidado variou entre doze e trinta e seis, enquanto o contingente das tropas flutuava entre pouco menos de três mil e quase quatro mil, um desequilíbrio claro. Faltavam também consoladores de enfermos,³⁰¹ cargo atribuído a evangelistas da Igreja Cristã Reformada que assistiam espiritualmente aqueles acamados ou à beira da morte.³⁰² Além disso, as faltas de leitos, de medicamentos e de alimentos que servissem como remédio ou que auxiliassem na recuperação dos doentes agravavam esse quadro de necessidades.³⁰³ Tem-se notícia de que, em 1637, a Misericórdia de Olinda estava novamente operante, contando com duzentos membros portugueses, dirigida parcialmente por alguns holandeses designados pelo Alto e Secreto Conselho. A Irmandade assistia órfãos, pobres e doentes, dispondo de um médico, um cirurgião e um farmacêutico, tendo reativado também o

²⁹⁸ REQUERIMENTO do médico do Arraial da capitania de Pernambuco [...], op. cit., 1636, anexo 8.

²⁹⁹ Ibid., anexo 5.

³⁰⁰ WÄTJEN, Hermann. op. cit., 2004, p. 392, 393.

³⁰¹ SCHALKWIJK, Frans L. A Igreja Cristã Reformada no Brasil Holandês. Atas de 1636 a 1648. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, vol. LVIII, 1993, p. 151; 154; 163; 172; 180.

³⁰² Cf. SCHALKWIJK, Frans L. *Igreja e Estado no Brasil Holandês (1630 a 1654)*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004, p. 164-176.

³⁰³ Cf. MIRANDA, Bruno R. F. “Doentes e incapazes para marchar”: vida e morte no exército da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais no Nordeste do Brasil, 1630-1654. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, abr.-jun. 2015, p. 346-351.

hospital, que contava com um barbeiro-chefe e um auxiliar.³⁰⁴ Sabe-se também da fundação de hospitais no Recife e na Cidade Maurícia, nome dado à povoação estabelecida na ilha de Antônio Vaz, no correr da década de 1640.³⁰⁵ Todavia, nada indica que a “normalização” da Santa Casa de Olinda ou a erigida dessas unidades hospitalares tenham aliviado significativamente as demandas cotidianas de saúde dos batavos.³⁰⁶

Em Luanda, os flamengos padeciam em situação muito similar à enfrentada por seus compatriícios nos primeiros anos da campanha no Brasil – de onde recebiam boa parte dos seus suprimentos essenciais, insuficientes, em más condições e com demora, vale lembrar. As agruras decorrentes do clima árduo eram agravadas pela falta de alimentos, de água salubre, de medicação, de vestimentas apropriadas – que cobriam partes em demasia no calor dos trópicos, ou estavam aos trapos, faltando-lhes peças importantes como sapatos e chapéus – e pela insuficiência de gente capacitada para oferecer cuidados adequados, de maneira que os poucos remediadores entre as tropas se viam impotentes diante de muitos casos sem solução.³⁰⁷ O aumento do número de doentes e o escasseamento de soldados tiveram surtos no início de 1642, logo em seguida à retirada dos portugueses para Massangano, quando muitos barbeiros e cirurgiões pereceram, o que impediu o prosseguimento de uma campanha ofensiva que tentava as lideranças militares. Dizia-se, como anota Cadornega, que os primeiros meses do ano em Luanda eram “mui nocivos e trabalhosos [...] principalmente os anos chuvosos causam muitas doenças e enfermidades”, em particular nas áreas baixas e nas praias, “onde mora toda a mais da gente forasteira, e por ser terra lhana, faz em si um grande sapal de água e alagadiços, de que se levantam muitos vapores que, reconcentrados nos corpos humanos, causam muita malignidade”.³⁰⁸ É possível conjecturar que o desconhecimento daquelas particularidades tenha agravado ainda mais tais efeitos nocivos da estação entre os neerlandeses. E ainda que lhes chegassem alguns navios de Pernambuco, o que traziam para a remediação dos males de que padeciam era sempre exíguo.³⁰⁹

Os cuidados prestados entre os portugueses nos arraiais de Angola pouco aparecem na documentação, ao contrário de suas dificuldades – que, vale ressaltar, seguiram correntes ao

³⁰⁴ MELLO, José Antônio Gonsalves de. “Introdução”. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). op. cit., vol. II, 2004, p. 33-35.

³⁰⁵ MELLO, José Antônio Gonsalves de. op. cit., 2007, p. 133.

³⁰⁶ O relatório de Johan Carl Tolner, secretário de João Maurício de Nassau, destinado aos Estados Gerais aponta tais problemas no início da década de 1640, imputando a dimensão e a permanência de tais dificuldades às lideranças da WIC nos Países Baixos. Cf. TOLNER, Johan Carl. “Relatório de Johan Carl Tolner, secretário e conselheiro privado do conde Maurício de Nassau, aos Estados Gerais, apresentado em 15 de julho de 1642, lido a 17 de julho”. In: GOUVÊA, Fernando da Cruz. op. cit., 1998, p. 237.

³⁰⁷ RATELBAND, Klaas. op. cit., 2003, p. 148.

³⁰⁸ CADORNEGA, Antônio de Oliveira. op. cit., vol. I, 1972, p. 282.

³⁰⁹ RATELBAND, Klaas. op. cit., 2003, p. 185, 186.

longo da década de 1640.³¹⁰ Mas as figuras que acompanharam Pedro César de Menezes pelo sertão e os procedimentos tomados pelo governador na vila de Massangano dão pistas sobre como a população foi assistida. Havia em Luanda uma Santa Casa de Misericórdia e hospital desde 1576, aparentemente reformada no governo do antecessor de Fernão de Sousa, o bispo D. Simão Mascarenhas, em 1624, para assistência dos pobres e dos soldados enfermos, o que também revigorou o engajamento da população nas obras de caridade em torno da instituição.³¹¹ Tinha ali também um Colégio da Companhia de Jesus, que, em 1639, contava com treze sacerdotes e três auxiliares.³¹² Os religiosos da ordem e da irmandade, a exemplo do bispo D. Francisco de Soveral, um dos gestores do hospital, seguiram a população que se retirou da cidade na ocasião da invasão dos holandeses em 1641. Logo, é possível supor que tenham amparado os moradores dentro de suas capacidades e ofícios. A acolhida proporcionada pelos inicianos da fazenda também pode ter incluído serviços de saúde, e a ida daqueles irmãos ao arraial do Zenza permitiu que tomassem parte no cuidado dos necessitados, “assistindo a tantas mortes e doenças” e “servindo de consolação aos afligidos” junto do Prelado de Luanda, como conta António Cadornega.³¹³

Entre a população desterrada, figurava um boticário francês, “que havia com os portugueses e sua botica assistido muitos anos na cidade de Luanda”. Não espantaria que tivesse contribuído para o alívio de seus pares de alguma maneira, que tivesse consigo algum estoque da botica, ou que pudesse preparar algo com o que estivesse à mão nos ermos.³¹⁴ De toda forma, ele decidiu passar para o lado dos flamengos, diante dos apertos que todos enfrentavam, deserção punida com a morte conforme determinação do governador luso. O francês foi apanhado em fuga, trazido de volta ao arraial da Kilunda e, “para exemplo”, enforcado.³¹⁵ Uma outra perda em função da deserção também desfalcou os quadros de remediadores da população luandense. Em conflito com capitães responsáveis pela navegação do Cuanza, os tais moradores no encalço dos “extravagantes”, que tentavam se apossar do patacho que haviam comprado para fugir de Angola pelo rio, acabaram provocando uma troca de arcabuzadas que terminou com a morte do líder do grupelho e de um João Lopes, “bom médico e muito previsto nas doenças

³¹⁰ Ver, por exemplo: “Carta de Francisco Sotomaior a El Rei D. João IV (13-9-1645)”; “Carta da Câmara de Angola a El Rei (2-12-1645)”. In: BRÁSIO, António (org.). op. cit., vol. IX, 1960, p. 362, 363; 525-527.

³¹¹ Cf. BRÁSIO, António. As Misericórdias de Angola. *Studia*, n. 4, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, 1959, p. 107-109.

³¹² RODRIGUES, Francisco. *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*. Tomo III, volume 2. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa, 1944, p. 367.

³¹³ CADORNEGA, António de Oliveira. op. cit., vol. I, 1972, p. 257.

³¹⁴ Cf. KANANOJA, Kalle. Bioprospecting and European Uses of African Natural Medicine in Early Modern Angola. *Portuguese Studies Review*, n. 23, v. 2, 2015, p. 45-69.

³¹⁵ CADORNEGA, António de Oliveira. op. cit., vol. I, 1972, p. 259, 260.

desta terra [...]”, que pode ter oferecido seus serviços aos demais até aquele momento, haja vista o lamento pela perda de alguém com suas habilidades registrado pelo cronista das guerras angolanas.³¹⁶

Ao se retirarem para o presídio de Massangano, o governador Pedro César de Menezes reaparelhou a administração previamente organizada em Luanda, reformando o corpo do senado da câmara, delegando ouvidor, escrivães e provedor da Fazenda Real. Também deixou grande número de doentes aos cuidados dos membros da “Casa da Santa Misericórdia e Hospital” que o acompanharam.³¹⁷ Muitos eram os enfermos trazidos do sertão, faltos de assistência e agravados pelas “inclemências do clima”, indutoras de “rigorosas febres malignas, que, ajudadas da necessidade e desconforto, mataram tanta gente, que uma de cada dez pessoas [...] escapava”. A Luís Félix Cruz, o secretário e que depois foi capitão-mor no presídio da Vila da Vitória, parecia “coisa certo admirável que seja a qualidade deste sertão tal, que se tem como por artigo de fé vir a ele para adoecer, e chegar os que escapam ao extremo de quase mortos, e até hoje, desde que é descoberta esta conquista, não se acha quem se isentasse desta pensão”.³¹⁸ Sabendo das necessidades primeiras de sua gente, Menezes assumiu então seu papel como “o primeiro provedor da Santa Casa, por dar bom exemplo na assistência e cuidado de tantos enfermos, mandando ter conta com os dízimos para dali se ir socorrendo a infantaria de sustento”.³¹⁹ Ele também adoeceria agudamente pouco depois de chegarem a Massangano, quebrantado das andanças pelos ermos, “da muita lida que teve alguns seis meses de assistência dos arraiais do Bengo, do mau trato do caminho, de quarenta léguas de marcha pelo sertão [...] e do nocivo clima em que se achava, que não perdoa a ninguém”. Esteve às portas da morte, segundo Cadornega.³²⁰ Mas o próprio governador informa em carta a El Rei que, ao terminar de fortificar como pôde aquele reduto e sua povoação, saiu prontamente em campanha contra sobas rebelados, a despeito da febre, impaciente com seus médicos, de quem desconfiava pelos tantos sangramentos a que lhe submetiam e que não pareciam surtir efeito.³²¹ Era corrente também a impressão de que o sítio em que era situado Massangano era “sobremodo doentio”.³²² De toda maneira, a presença de religiosos e devotos na itinerância pelo sertão e a dianteira por eles tomada no tratamento dos doentes em Massangano são indicativas da importância das

³¹⁶ CADORNEGA, António de Oliveira. op. cit., vol. I, 1972, p. 266.

³¹⁷ Ibid., p. 275.

³¹⁸ CRUZ, Luiz Félix. op. cit., 1921, p. 48.

³¹⁹ CADORNEGA, António de Oliveira. op. cit., vol. I, 1972, p. 275.

³²⁰ Ibid., p. 280.

³²¹ MENEZES, Pedro César de. “Carta do governador de Angola a El Rei de Portugal (9-3-1643)”. In: BRÁSIO, António (org.). op. cit., vol. IX, 1960, p. 30.

³²² “Parecer do Conselho Ultramarino sobre o reino de Angola (19-9-1643)”. In: BRÁSIO, António (org.). op. cit., vol. IX, 1960, p. 73.

ordens e irmandades para a reconstituição dos corpos enfermos. Não só em Angola, mas também no Brasil, como foi evidenciado. O valor dos religiosos para a sobrevivência das populações lusas nos conflitos com os neerlandeses no Atlântico Sul é, pois, notável. Suporte do qual os invasores não puderam desfrutar, em virtude da predominante inoperância de seus ministros – figuras também escassas, vale dizer – no âmbito da saúde, da dificuldade de agregação das instituições e figuras católicas, de modo geral, aos arranjos implementados sob sua autoridade, além da desconfiança que nutriam em relação aos padres, especialmente os jesuítas.

A título de nota, vale mencionar um caso curioso de encontro entre a necessidade de um e os métodos de cura do outro, especificamente, da busca lusa por remediação junto aos seus algozes em Luanda, quando, a partir da segunda metade de 1643, vigiam tréguas e estava estabelecido um fluxo de pessoas e mercadorias entre o porto e os presídios portugueses do interior. O que levou ao dito encontro e ao desfecho da situação diz muito sobre as precariedades então enfrentadas no âmbito da saúde de ambos os lados, do conflito e do Atlântico. Foram então à cidade ocupada o padre Henrique Moniz Barreto, que havia sido vigário-geral, e o capitão José Antunes da Silva, “cuidando os ditos achariam nos flamengos remédio aos males que padeciam”, males esses não especificados por António Cadornega. Não sabiam ou não atinaram, todavia, “que as curas dessa nação são mui violentas e mui diferentes do que as dos portugueses, porque no mais áspero de suas enfermidades tomam uns eletuários que, em vez de refrescar os corpos,³²³ acendem mais os achaques e naturezas daqueles que não são acostumados àquelas medicinas³²⁴ e bebidas”.³²⁵ Valeram-se de tais curas e regressaram a Massangano, na esperança de que a mezinha lhes livraria do mal que os assolava. Mas, em verdade, foram piorando e, dentro de poucos dias, faleceram. Não se sabe qual preparo consumiram, mas é possível supor que, além da incompatibilidade, à luz dos princípios terapêuticos da época, entre um medicamento tipicamente setentrional e os doentes peninsulares adaptados à atmosfera tórrida de África, a má qualidade ou estado dos fármacos disponíveis, ou ainda sua feitura improvisada a partir de gêneros em situação não ideal tenham provocado a deterioração do padre e do capitão.

³²³ Sobre o modelo humoral de compreensão e tratamento do corpo, ver, entre outros: PORTER, Roy; VIGARELLO, Georges. “Corpo, saúde e doenças”. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (org.). *História do corpo: da Renascença às Luzes*. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 441-486.

³²⁴ Para mais sobre a medicina na “Época de Ouro” nos Países Baixos, ver: COOK, Harold J. *Matters of exchange: commerce, medicine and science in the Dutch Golden Age*. New Haven; London: Yale University Press, 2007.

³²⁵ CADORNEGA, António de Oliveira. op. cit., vol. I, 1972, p. 334.

Vimos como a necessidade de mobilização local, a cooperação entre figuras e grupos de ofícios e estratos sociais distintos, e as adaptações mais amplas ao que as terras tropicais tinham a oferecer foram movimentos comuns, em maior ou menor grau, aos cenários das invasões e a lusos e batavos. Abarcavam o exercício da guerra, o provimento de alimentos, a obtenção de recursos úteis aos doentes e feridos, e, ao fim e ao cabo, a sobrevivência de todos, não apenas sob a lógica de sustentação do conflito. Os obstáculos da terra se somavam aos limites estruturais metropolitanos no oferecimento de apoio e aos entraves de comunicação existentes no Ultramar, agravados pela guerra. Apesar do contato que os soteropolitanos tinham com o governo-geral interino em Pernambuco na década de 1620, que Matias de Albuquerque tinha com a Coroa e com o governo-geral na Bahia durante a guerra de resistência, ou a base disposta de aparatos e autoridades administrativos de Massangano, onde Pedro César de Menezes operou depois de sua retirada das várzeas do Bengo, impôs-se, de maneira praticamente incontornável, a necessidade de busca por soluções locais e autônomas. A Bahia foi logo restaurada, em 1625, abreviando o período de improvisação, mas a ausência de socorros de mesma envergadura obrigou a resistência pernambucana a anos de guerrilha, assistindo à gradativa virada da maré em favor dos neerlandeses, que progressivamente se adaptaram ao modo de guerra volante e se aproveitaram das vantagens marítimas para contornar o impasse terrestre no entorno do Recife, a partir de 1632, até a vitória sobre a resistência em Pernambuco e a capitulação de seus últimos redutos. Em Angola, as incertezas quanto ao estado de paz entre Portugal e os Países Baixos, junto dos imbróglis que a metrópole enfrentava seguindo a Restauração monárquica, fadaram a população à autonomia do manejo da situação criada com a invasão dos flamengos, fosse na tentativa de combatê-los ou no estabelecimento de acordos de trégua e cooperação comercial, enquanto eles dependiam do limitado apoio material oferecido pelos governantes em Recife.

Não obstante, será essa distância dos centros emanadores das forças que regiam os rumos gerais da contenda, uma espécie de “autonomização” dos cenários meridionais do Atlântico, permeados pelas dificuldades comuns entre as facções, que permitirá aproximações e o desenvolvimento de relações plurais, balizadas por interesses particulares, necessidades locais, medos, conveniências, entre outros fatores, que iam além do mero antagonismo fruto da rivalidade política belicosa entre suas nações e das querelas religiosas entre católicos e protestantes.

Parte II
CONTORNOS E OLHARES DA CONVIVÊNCIA

CAPÍTULO 3 – As esferas da vida partilhada

A notícia da coroação do duque de Bragança como rei de Portugal começou a circular pelos territórios lusos de além-mar nos primeiros meses de 1641 e logo alcançou o vice-rei do Brasil na Bahia, Jorge de Mascarenhas, marquês de Montalvão. No cargo havia menos de um ano, um de seus maiores desafios era lidar com os impactos e a ameaça representada pelos neerlandeses nas capitanias ao norte. Os efeitos da ocupação flamenga de Salvador, pouco mais de quinze anos antes, somavam-se na memória da população soteropolitana à outra, embora malfadada, tentativa batava de cerco à capital, liderada pelo conde João Maurício de Nassau, em 1638. Além disso, a Bahia também abrigava refugiados pernambucanos, quebrantados depois dos anos de dificuldades e carestias enquanto combatiam os invasores a partir do Arraial do Bom Jesus e dos demais redutos nos ermos. Diante desse panorama, as novas da restituição da Coroa portuguesa a um “rei natural”, ao qual prontamente se jurou lealdade, traziam alívio no que tangia à questão daquela presença estrangeira na colônia.

Era de conhecimento geral que o argumento em prol da legitimidade das investidas neerlandesas às porções ultramarinas lusas se devia à integração de tais territórios aos domínios espanhóis, no contexto da união dinástica da Península, em meio à guerra travada entre as Províncias Unidas e a Coroa de Castela. O histórico das relações entre portugueses e neerlandeses até as décadas finais do século XVI, e mesmo nas primeiras da centúria seguinte,¹ consistia em parcerias comerciais mutuamente benéficas, a despeito de diferenças culturais, políticas ou religiosas, que catalisassem antagonismos e justificassem a relação pelas armas. A emancipação de Portugal da Espanha, que passou a ser um inimigo comum à Lusitânia e aos Países Baixos, reascendeu esperanças de que laços passados pudessem ser reatados entre as duas nações.² Esperanças cedo demonstradas pelos luandenses, deferentes à aclamação do novo rei e informados de seus esforços diplomáticos na Europa. Havia sido orientados a ter como inimigos apenas turcos e castelhanos, e ficaram confusos e perplexos com as forças holandesas que invadiam, parecia-lhes, injustificavelmente sua povoação, em agosto de 1641.³ Na esteira dessas esperanças de conciliação e reaproximação, o marquês de Montalvão, que já mantinha

¹ Cf. BOXER, Charles. *Os holandeses no Brasil (1624-1654)*. Coleção Brasileira, vol. 312. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961, p. 27-29.

² ERICEIRA, Luís de Meneses, Conde da. *História de Portugal Restaurado*. Volume I. Porto: Civilização, 1945, p. 160.

³ Ibid., p. 332.

contatos com Maurício de Nassau, escreveu da Bahia para transmitir-lhe as notícias⁴ chegadas de Lisboa e reafirmar suas intenções de boa-fé.⁵

Com o reino de Portugal “em sua liberdade, naquela antiga paz com que sempre se conservou com os Príncipes de Europa”, enquanto D. João IV já despachava embaixadores à França, Inglaterra, Catalunha e às Províncias Unidas, pareceu a Mascarenhas “que devia dar a V. Excelência”, o conde, “esta nova e representar-lhe que, entre as razões e coisas de estima que devo considerar neste sucesso, respeito particularmente a esperança de que este Reino e os Ilustríssimos Estados de Holanda tenham aquela paz e união com que sempre se trataram”. Que retomassem os contatos de outrora “com tão recíprocos benefícios e com tão útil comércio”, de que se lembravam “todos os que ouvimos as felicidades dos tempos passados [...]”.⁶ Em resposta, Nassau demonstrou acolhimento favorável das notícias da coroação – e da secessão da Espanha –, professando sua partilha das mesmas esperanças de consequente paz e cooperação entre Portugal e os Países Baixos na Europa, afirmando-se “interessado”, investido em tal prospecto, e também disposto a uma aproximação maior da que até então se havia visto entre os governos do Recife e de Salvador.⁷

A reação dos demais holandeses em Pernambuco às novas da coroação foi testemunhada e relatada pelo frei Manoel Calado. O religioso conta que João Lopes, enviado do marquês de Montalvão à capitania, chegou, com pouca cautela e sem cerimônia, em 14 de março ao Recife, ainda uma praça sob controle inimigo, ostentando as cores de sua pátria e ordenando salvas de mosquete. Foi ancorar no rio Capibaribe, em frente à residência de Nassau⁸ na Cidade Maurícia. Muitos batavos e judeus, curiosos sobre o que se passava, acompanharam o emissário até entregar ao conde a carta do vice-rei. Ao lê-la, o governador neerlandês “ficou tão alegre, que deu ao mensageiro uma rica joia de alvíssaras”, mandando-o transmitir as notícias também aos membros do Alto e Secreto Conselho, “as quais eles festejaram”.⁹ Teria um dos conselheiros

⁴ Há indícios de que Nassau já estava a par daquela informação graças a contatos ingleses, tendo-a mantido em sigilo à espera dos seus efeitos em Salvador, urbe que abrigava terços espanhóis e napolitanos junto dos desterrados pernambucanos, distinções que poderiam indicar alianças divididas entre os reis Habsburgo e bragantino. Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. *Nassau: governador do Brasil holandês*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 121, 122.

⁵ Postura que, entre outros fatores, desagradou a muitos membros da corte em Lisboa. Cf. RODRIGUES, Francisco. *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*. Tomo III, volume 1. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa, 1944, p. 383, 384.

⁶ MONTALVÃO, Jorge de Mascarenhas, marquês de. *Cartas que escreveo o Marquez de Montalvam sendo ViceRey do Estado do Brasil, ao Conde de Nassau, que governava as armas de Pernambuco dandolhe aviso da feliz aclamação de sua Magestade oo Senhor rey Dõ João o IV nestes seus Reynos de Portugal, e resposta do Conde de Nassau*. Lisboa: Officina de Domingos Lopes Rosa, 1642, p. A2.

⁷ Ibid., p. A3.

⁸ Anterior à construção dos palácios Vrijburg e da Boa Vista, suas moradas mais célebres no Brasil.

⁹ CALADO, Manoel. *O valeroso Lucideno e triunfo da liberdade*. Volume I. 5ª edição. Recife: CEPE, 2004, p. 204.

até escrito que aquelas novas valiam mais do que a captura de uma frota de prata¹⁰ – certamente em referência ao valioso e nunca repetido feito de Piet Heyn. Não havia, naquela ocasião, razão para dissimulação de regozijo por parte dos administradores flamengos. De um ponto de vista econômico, a manutenção da conquista sob circunstâncias de disputa custava muito aos cofres da Companhia das Índias Ocidentais, que arcava com as despesas sem o esperado lucro sobre o monopólio da produção e do comércio de açúcar. De uma perspectiva governativa, era consideravelmente mais difícil agregar a população lusitana ao arranjo social, comercial e político proposto pelos neerlandeses se estes fossem vistos como ocupantes ilegítimos e inimigos de sua nação. Vale ainda pontuar que a restauração da coroa portuguesa não presumia uma restituição dos territórios invadidos no Brasil, uma vez que foram tomados enquanto possessões hispânicas em claro contexto de guerra.¹¹ De modo que aquelas notícias carregavam potencial para que todo o empreendimento ali se tornasse menos custoso para a WIC, que pudesse ser conduzido por vias menos hostis e mais diplomáticas. Tanto é que a coroação de D. João IV foi, de fato, celebrada pelo governo batavo em Pernambuco, “com grandes festas e ostentações de alegria”.¹²

O conde de Nassau ordenou que preparassem o terreno perto de sua residência para que ali seditasse demonstrações e jogos equestres, à vista das outras casas da povoação, além de mandar que montassem estruturas de madeira que recebessem e acomodassem as pessoas atraídas para a festança. Convidou ainda “todos os homens mancebos e bons cavaleiros” da capitania, que compareceram em exhibições ímpares de luxo. Alguns, inclusive, “para aparecerem ricamente adornados, se empenharam mais do que suas posses e cabedal alcançavam; e outros pediram emprestadas a seus amigos e parentes muitas joias de preço e de valor [...]”. No mês de abril daquele 1641, toda a comitiva de ilustres da terra, que contava com o futuro líder da insurreição, João Fernandes Vieira, e a população extasiada com as notícias do novo rei, foram recebidas por Nassau “com alegre semblante”. O conde hospedou alguns de maior estatura, recebeu outros mais em sua mesa, ofereceu banquetes “com esplêndidos manjares e com muitas músicas e diversos e acordes instrumentos”,¹³ em que brindou ao nome de D. João IV e também mandou darem-lhe salvas de artilharia. Apesar da cobiça demonstrada

¹⁰ BOXER, Charles. op. cit., 1961, p. 145.

¹¹ Por mais que uma campanha diplomática baseada nessa premissa de restituição tenha sido lançada por D. João IV ainda em 1641, através do embaixador Tristão de Mendonça Furtado, enviado a Haia. Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 32.

¹² CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 204

¹³ Ibid., p. 204, 205.

por alguns soldados e funcionários da WIC sobre os conspícuos adornos dos luso-brasileiros,¹⁴ por três dias neerlandeses e portugueses festejaram em comunhão pacífica.

Essa ocasião bem ilustra a disposição e a confluência possíveis em prol de uma pacificação, servindo, de certa maneira, como oposto ao ímpeto bélico que permeou os cenários iniciais das invasões e que também seria evidente nos conflitos subsequentes de restauração das praças no Brasil e na África Ocidental aos domínios portugueses. As vantagens dos tempos anteriores à soberania dos Habsburgo sobre a Península e seus respectivos domínios ultramarinos não eram ignoradas, e havia, de ambos os lados, potencial predileção pela cessação de hostilidades, uma condição menos danosa à vida das populações, menos dispendiosa, menos dificultosa do ponto de vista político-administrativo, e, ulteriormente, mais lucrativa, já que as atividades comerciais, nos dois lados do Atlântico, careciam de estabilidade, independentemente da facção que exercia o controle sobre seus fluxos e estruturas produtivas. Poucos meses depois dos festejos em Pernambuco naquele mês de abril, arribou por lá um mensageiro da Holanda que confirmava a aclamação de D. João IV.¹⁵ Dali a pouco acordaram a cessação de hostilidades entre a Bahia e Pernambuco – que visava preservar a trôpega indústria açucareira que os neerlandeses tentavam recuperar.¹⁶ No abril seguinte, viria a notícia da assinatura das tréguas com validade de dez anos celebradas pelo embaixador português, Tristão de Mendonça Furtado, junto aos diplomatas nas Províncias Unidas. Indicava que o prospecto de paz também figurava entre os objetivos dos estadistas das respectivas pátrias,¹⁷ o que também é atestado anos depois por nomes como Antônio Vieira, ao tratar, em carta de 1689 ao conde da Ericeira, dos desígnios de El Rei durante a década de 1640.¹⁸ Entre esses dois extremos da escala, vemos as complexidades da vida partilhada entre lusos e batavos nas capitanias setentrionais do Brasil e nos territórios de Angola, um espectro nada desprezível de relações cotidianas por eles mantidas, a serem contempladas neste capítulo.

¹⁴ CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 208, 209.

¹⁵ O tratamento diplomático entre os governos em Recife e Salvador prosseguiu, então, com o envio de embaixadores neerlandeses à Bahia, a fim de selarem tréguas locais, espelhando as pazes celebradas entre Portugal e os Países Baixos. Cf. SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira, herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da guerra, por Diogo Lopes de Santiago*. Recife: Fundarpe, 1984, p. 140, 141.

¹⁶ MELLO, Evaldo Cabral de. *O bagaço da cana: os engenhos de açúcar do Brasil holandês*. 1ª edição. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012. p. 40.

¹⁷ Prospecto que, como se sabe, fracassou. O reconhecimento coetâneo dos danos provocados a essa aproximação pelas investidas sobre Angola, São Tomé, Sergipe e Maranhão são expostos por Johan Carl Tolner, secretário de João Maurício de Nassau, aos Estados Gerais, em meados de 1642. Cf. TOLNER, Johan Carl. “Relatório de Johan Carl Tolner, secretário e conselheiro privado do conde Maurício de Nassau, aos Estados Gerais, apresentado em 15 de julho de 1642, lido a 17 de julho”. In: GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Maurício de Nassau e o Brasil holandês: correspondência com os Estados Gerais*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998, p. 233-235.

¹⁸ VIEIRA, Antônio. “Carta CCXXX. Ao conde da Ericeira. 1689 – Maio 23”. In: VIEIRA, Antônio. *Cartas*. Volume III. Organização e notas de João Lúcio de Azevedo. São Paulo: Globo, 2008, p. 568.

3.1. O governo da coexistência

A integração de moradores luso-brasileiros ao regime neerlandês nas capitanias setentrionais teve início ainda durante a guerra de resistência, mas, como é de se esperar, a passos lentos. Percebe-se o ímpeto de cooptação dos setentrionais no relato de Manoel Calado, quando trata da investida a Porto Calvo, em 1635, pouco depois de terem rendido a Paraíba: concederam passaportes “a muitos dos moradores daquele distrito, assegurando-os que não padeceriam perda nem dano, assim em suas fazendas como nas pessoas, porque o holandês queria viver com os moradores e conservá-los na posse de suas fazendas, e defendê-los de toda a casta de contrários”.¹⁹ Uma política de promessas que passou a ser correntemente aplicada,²⁰ cujo relativo sucesso provocou críticas patentes entre os lusos, como o donatário Duarte de Albuquerque Coelho, que censurou “todos os moradores e aldeias dos índios que não puderam ou não quiseram retirar-se, aceitaram seus passaportes que lhes dava o inimigo de bom grado, por ganhar com isto amigos que, esquecidos de seu dever, se entregavam ao estrangeiro”.²¹ Mas há de se ressaltar que, depois de anos assolados pelas penúrias da guerra, abandonados pela Coroa ibérica, padecendo de abusos de seus próprios compatriotas e assistindo à destruição de suas propriedades,²² para muitos o salvo-conduto do invasor como resguardo contra as violências do conflito pareceu o caminho mais viável.

Na medida em que rendiam guarnições e territórios, os flamengos instalavam seus próprios administradores militares encarregados de incumbências na esfera civil, enquanto parte das populações, em vez de debandar para o Arraial do Bom Jesus, permaneciam sob a jurisdição dos holandeses. Assim, garantindo, em alguma medida, a posse de seus bens e terras, passavam a levar a vida sob aqueles novos senhores.²³ Esse movimento permitiu que lusos e batavos estabelecessem relações comerciais de pequena escala, notadamente a partir de 1634, como a venda de mantimentos, especialmente na Paraíba e em Itamaracá, com trânsito de produtores desses territórios até o Recife e a ilha de Antônio Vaz.²⁴ O Provincial Domingos

¹⁹ CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 51, 52.

²⁰ Cf. SANTIAGO, Diogo Lopes. op. cit., 1984, p. 77.

²¹ COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da guerra do Brasil*. Coleção Recife, vol. XII. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982, p. 230.

²² Segundo Diogo Lopes Santiago, os soldados do terço napolitano comandado pelo conde de Bagnuolo, retirando-se junto da população paraibana para Pernambuco depois de derrota para os holandeses, “roubaram muita parte desta pobre gente [...], e vendo-se muitos tão perseguidos e com tantos trabalhos, se tornaram para a cidade da Paraíba e outros para suas fazendas; os demais vieram até Pernambuco onde estiveram até que o inimigo ganhou a campanha e forças, e depois se tornaram para suas fazendas e engenhos”. SANTIAGO, Diogo Lopes. op. cit., 1984, p. 76.

²³ Alocados predominante, mas não exclusivamente, no ambiente rural. Cf. MELLO, José Antônio Gonsalves de. op. cit., 2007, p. 142.

²⁴ NOVINSKY, Anita. Uma devassa do Bispo Dom Pedro da Silva, 1635-1637. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, n. XXII, 1968, p. 268; 274.

Coelho, outrora cativo dos neerlandeses na invasão da Baía de Todos os Santos, informado por Matias de Albuquerque daquele cenário nas capitanias do norte, protestou apreensivo a “sujeição” dos portugueses aos invasores, que estavam “comerciando com eles às claras e dando-lhes o tributo”, temendo que “à sua imitação os outros moradores [...], levados da fúria e necessidade do tempo, fizessem o mesmo [...]”.²⁵ Essa adesão também permitiu que o governo da WIC cooptasse estruturas administrativas preexistentes na terra e familiares àqueles habitantes.²⁶ Depois de anos de experiências desafiadoras de gestão, seguindo modelos fundamentados por preceitos pouco adequados à realidade encontrada no Brasil e postos à prova em uma conjuntura predominantemente belicosa, sobre um contingente militarizado, a plasticidade e a eficiência dos aparatos governativos foram fundamentais na medida em que a conquista se expandia, em território e população.

A reestruturação ordenada pelo Conselho dos XIX e implementada pelo governo nassoviano a partir de Recife, Olinda e Maurícia, com a oposição luso-brasileira deslocada para Porto Calvo e Alagoas, contou com certo nível de cooperação das remanescentes figuras ilustres da terra e criou mecanismos que previam a inclusão dos portugueses na vida política do Brasil holandês – por necessidade,²⁷ vale ressaltar, não por uma suposta inclinação²⁸ dos neerlandeses à tolerância e à representatividade.²⁹ Destarte, esse momento da ocupação, isto é, a partir de 1637, requer maior atenção. Cabe salientar que a experiência da invasão na Bahia, em meados da década anterior, ainda que breve, sem tempo para o estabelecimento de um cotidiano verdadeiramente partilhado, teve efeitos duradouros e foi bastante influente nas posturas subsequentemente adotadas pelo governo-geral para lidar com os neerlandeses ao norte do rio São Francisco, numa relação concomitante à dinâmica política da própria conquista batava. No que diz respeito a Angola, a ser contemplada mais adiante, não houve ampla convivência luso-neerlandesa sob um mesmo regime *per se*, mas a documentação contém notas sobre as tratativas

²⁵ LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo V. Belo Horizonte: Itatiaia, 2006, p. 371.

²⁶ Cf. NASCIMENTO, Rômulo L. X. do. *O desconforto da governabilidade: guerra, administração e cotidiano no Brasil holandês (1630-1644)*. Recife: Editora UFPE, 2020, p. 265-274.

²⁷ Em carta a D. João IV, datada de 19 de julho de 1645, o então governador-geral, Antônio Teles da Silva, reporta sobre a manutenção por ele conduzida das boas relações com os holandeses, como ordenado por El Rei, mas enfatiza os “defeitos de sua amizade”, citando correspondência escrita por um comissário batavo, Johan Greving, encarregado pelo Alto e Secreto Conselho da compra de farinha na Bahia, em que diz: “que mais se me mandou a esta comissão a experimentar a amizade que por necessidade”. Documentos pela maior parte em português sobre vários assuntos. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, Recife, n. 34, 1887, p. 104.

²⁸ Uma discussão empenhada na desmistificação dessa ideia é conduzida por Mário Neme em: NEME, Mário. *Fórmulas políticas no Brasil Holandês*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro; Editora da Universidade de São Paulo, 1971, p. 219-250.

²⁹ Alguns estudiosos consagrados apontam, em variados níveis, essa predileção “democrática” e “tolerante” dos neerlandeses. Cf. PEREIRA, José Hygino Duarte. Conferência. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, Recife, n. 30-31, 1886, p. 31-37; RODRIGUES, José Honório; RIBEIRO, Joaquim. *Civilização holandesa no Brasil*. Coleção Brasileira, vol. 180. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940, p. 233-236.

políticas entre as lideranças e sobre os contatos facilitados em períodos de tréguas, catalisados por trocas comerciais, de gêneros essenciais e de cativos, permitindo, assim, a inquirição dessa esfera de suas relações nos dois lados do Atlântico meridional.

Entre a tomada de Olinda e Recife e a chegada do conde João Maurício de Nassau e de sua comitiva, o Brasil holandês foi administrado por um colegiado conhecido como Conselho Político. Segundo o regimento concernente ao governo das conquistas nas Índias Ocidentais, datado de 1629, o órgão deveria ser composto por nove membros indicados pelas Câmaras da WIC, que espelhavam as divisões administrativas das Províncias Unidas,³⁰ e aprovados pelos Diretores da Companhia. Responsabilizar-se-iam por questões tocantes ao governo civil, às finanças, ao comércio e à justiça.³¹ Esse ordenamento, contudo, não previa a instalação de outros aparatos governativos, relegando o escopo da gestão ao próprio Conselho. Nos três primeiros anos em Pernambuco, o governo da ocupação teve de ser partilhado entre o colegiado – sempre defasado em número e em competência de seus membros, segundo as disposições previstas no regimento³² – e o general das tropas, Diederick van Waerdenburgh, nomeado governador e responsável pelos assuntos militares, que então compunham a maior fatia das preocupações administrativas. Desentendimentos com o Conselho, entre outros fatores, levaram Van Waerdenburgh a retornar aos Países Baixos em 1632, o que implicou no envio ao Brasil de Mathias van Ceulen e Johan Ghijselin, diretores delegados pela WIC para que conjugassem as competências do governador e conduzissem uma relação menos conflituosa com o colegiado e com as forças militares.³³ Esse arranjo durou cerca de dois anos, até o encerramento do contrato dos delegados e seu consequente retorno à Europa, momento em que o Conselho Político retomou a dianteira, incorporando as funções e o cargo de governador ao seu organograma, e indicando diretores específicos às capitanias conquistadas, numa composição que vigoraria até o início de 1637. Essa ramificação territorial e administrativa também contou com a incorporação de algumas Câmaras Municipais, herdadas do regime

³⁰ A Companhia era dividida em cinco câmaras, a de Amsterdã, a da Zelândia, a de Mosa (em Roterdã), a do Distrito do Norte (compreendendo Hoorn e Frísia) e a da Cidade e do Distrito de Groninga. Elas detinham de forma não equitativa a participação nas despesas e nos lucros, em função do capital inicial investido e do número de acionistas, sendo a de Amsterdã a de maior envergadura. O Conselho dos XIX era integrado por membros proporcionalmente indicados pelas tais câmaras. MELLO, José Antônio Gonsalves de. “Companhia das Índias Ocidentais”. In: HERKENHOFF, Paulo (org.). *O Brasil e os holandeses (1630-1654)*. Rio de Janeiro: GMT Editores; Sextante, 1999, p. 42, 43.

³¹ Regimento do govêrno das praças conquistadas ou que forem conquistadas nas Indias Occidentales, *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, Recife, n. 30-31, 1886, p. 289-310.

³² Além de devotos da religião reformada e naturais das Províncias Unidas ou residentes na República por pelo menos sete anos, os conselheiros também deveriam ser versados “nas matérias de polícia, justiça e comércio, ou pelo menos em algumas de ditas matérias, tanto quanto seja possível obter-se”. *Ibid.*, p. 289.

³³ Cf. WÄTJEN, Hermann. *O domínio colonial holandês no Brasil: um capítulo na história colonial do século XVII*. Recife: CEPE, 2004, p. 294-297.

ibérico,³⁴ mantidas em funcionamento, com seus vereadores, juízes e procuradores, sob a fiscalização de escoltetos batavos,³⁵ auxiliares de justiça com função de polícia, correspondentes aos alcaides do mundo português. Entretanto, a maior parte da população neerlandesa – ainda praticamente composta por gente de guerra e funcionários da WIC – vivia diretamente sob a jurisdição do Conselho Político, no Recife e na ilha de Antônio Vaz, enquanto a parcela lusa cujas câmaras operavam em relativa consonância ao governo batavo ainda crescia. Não havia, portanto, grande integração nem um sistema coeso, mas sim um amálgama circunstancial de estruturas governativas, largamente desprovido de ordenações comuns e normas processuais pactuadas,³⁶ além da crescente segmentação entre a vida urbana e a vida rural nos territórios ocupados.³⁷

Conforme aumentava o número de moradores portugueses afiliados à conquista, na medida em que a geografia da guerra migrava para territórios ao sul depois da rendição do Arraial do Bom Jesus, a população estrangeira também se avolumava, determinadas atividades cotidianas desvinculadas do confronto passaram a se desenvolver e questões administrativas de cunho civil se tornavam mais ostensivas, carecendo de resoluções imediatas. Ao mesmo tempo, buscava-se consolidar uma autoridade política naquelas plagas e, acima de tudo, garantir melhores condições para a produção e o comércio de açúcar. Sendo assim, junto de um novo corpo de governantes enviados à América, que compuseram o chamado Alto e Secreto Conselho, operante sob o conde João Maurício de Nassau, nomeado governador, capitão e almirante general,³⁸ os dirigentes da Companhia emitiram, em 1636, novas diretrizes para o governo das terras nas Índias Ocidentais. Essas instruções foram substancialmente baseadas em modelos administrativos vigorantes nas Províncias Unidas,³⁹ sem ignorar, contudo, as

³⁴ Cf. BICALHO, Maria Fernanda. As Câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998, p. 251-280.

³⁵ Segundo o 53º artigo do Regimento de 1629, cabia ao escolteto “prender os criminosos, promover a execução das sentenças, assistir à mesma execução, velar sobre a observância das ordens e regulamentos civis [...] e fazer punir os transgressores”. Regimento do govêrno das praças conquistadas [...]. op. cit., 1886, p. 305.

³⁶ Cf. NEME, Mário. op. cit., 1971, p. 221, 222.

³⁷ Cf. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. 4ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007, p. 39-181.

³⁸ De acordo com a carta patente que o nomeou, Nassau foi investido de autoridade muito maior que qualquer ocupante anterior de cargos análogos, sobre “todos os lugares conquistados e ainda por conquistar no Brasil pela Companhia das Índias Ocidentais, assim como sobre todas as forças de terra e mar que a mesma tiver e vier a ter”. *Apud* MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). *Fontes para a história do Brasil Holandês*. Volume II: a administração da conquista. 2ª edição. Recife: CEPE, 2004, p. 13.

³⁹ Estruturas essas variadas, graças à autonomia administrativa local das Províncias e de suas municipalidades. Contudo, os modelos que serviram de inspiração aos regimentos da WIC para o Brasil eram aqueles praticados na Holanda e na Frísia Ocidental, segundo os próprios membros do Alto e Secreto Conselho. CEULLEN, Mathias van; DUSSEN, Adriaen van der; NASSAU, João Maurício de. “Breve discurso sobre o Estado das quatro capitanias conquistadas, de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil (1638)”. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). op. cit., vol. I, 2004, p. 97.

experiências e atribuições até então vividas no Brasil, especialmente no que tangia às tentativas de governança sobre os portugueses.

Depois da transferência de poder do Conselho Político, rebaixado e restrito a funções judiciais de segunda instância,⁴⁰ para o Alto e Secreto Conselho, também houve uma reformulação mais ampla, a fim de remediar a capilaridade administrativa circunstancial e deficitária. Dito de outro modo, buscou-se implantar um sistema mais abrangente e, ao mesmo tempo, melhor sintonizado ao governo no Recife e às novas diretrizes emitidas pelo Conselho dos XIX, que também contemplasse questões administrativas e judiciais ordinárias e de menor envergadura, mitigando o fardo da centralização em nome da eficiência – o que não ocorreu na prática, como veremos. Esperava-se consolidar o regime do epicentro às franjas da conquista, enquanto se cooptava uma parcela dos habitantes para as atividades políticas atreladas a esse sistema governativo. Surgia, então, a Câmara dos Escabinos, instituição que congregava a participação dos portugueses nas questões administrativas e jurídicas e delimitava o espaço de atuação a eles permitido pela WIC. Ao fim e ao cabo, foi um órgão fundamental para a interação entre invasores e moradores na esfera política *in loco*.

A partir de 1637, os territórios ocupados sofreram uma reformulação jurisdicional, com a demarcação de distritos, ou jurisdições, a partir das divisões preexistentes nas capitanias, respeitando a importância das povoações e freguesias, e os números de seus habitantes – com algumas poucas modificações e adições feitas nos anos seguintes. Em agosto, teve início a implementação gradativa das Câmaras dos Escabinos. Fundamentada por diretrizes comuns às administrações municipais nas Províncias Unidas, a instituição do escabinato também partilhava semelhanças com as Câmaras do mundo português, valendo-se, inclusive, de algumas continuidades para a sua instalação.⁴¹ Era um conselho local formado por membros da comunidade, incumbido de questões judiciais, mais especificamente de causas de primeira instância com limites pré-estabelecidos de valores pecuniários dos casos em julgamento, encarregado também de alguns trâmites administrativos. A totalidade e as divisões desse novo sistema de governo são sintetizadas por Manoel Calado, que traça paralelos com as instituições lusas para o entendimento dos seus leitores:

Ordenou o Príncipe⁴² com os do Supremo Conselho uma Câmara de Justiça, na qual puseram quatro juízes portugueses e quatro flamengos para servirem

⁴⁰ O colegiado daria origem, no início da década de 1640, ao Conselho de Justiça, enquanto suas incumbências originais de tesouraria passaram ao Conselho de Finanças. Cf. MELLO, José Antônio Gonsalves de. op. cit., 1999, p. 46-52.

⁴¹ Cf. NASCIMENTO, Rômulo L. X do. op. cit., 2020, p. 333, 334; LUCIANI, Fernanda T. *Municípios e escabinos: poder local e guerra de restauração no Brasil Holandês (1630-1654)*. São Paulo: Alameda, 2012, p. 150, 151.

⁴² Alcinha comumente usada para se referir ao conde de Nassau.

cada ano, aos quais chamaram escabinos, para julgarem as causas e demandas que se movessem entre os portugueses, flamengos e judeus; e sobre esta fizeram outra chamada o Conselho Político, aonde se ia por apelação, onde puseram os ministros todos flamengos, como se fosse Casa da Suplicação; e o Supremo Conselho era como a Mesa do Paço, onde presidia o Príncipe com os da bolsa da Companhia [...]”.⁴³

Havia aí um desequilíbrio evidente, já que as instâncias superiores, de apelação, eram todas compostas exclusivamente por neerlandeses. O próprio frei chega a afirmar que, contra os batavos, não havia justiça em favor de portugueses e judeus.⁴⁴ Ainda assim, a inclusão dos moradores nessa estrutura tinha um papel de estabilização importante, e a condução judicial das causas menores, assim como todo o funcionamento camarário em jurisdições mais afastadas do Recife, de feições menos urbanas, onde os lusos eram maioria, contava com uma participação significativa dos habitantes.

A eleição dos membros das Câmaras ocorria usualmente em três etapas, com a seleção de eleitores, a escolha de candidatos e, por fim, a votação que definiria os escabinos. Mas a falta de critérios processuais previamente definidos e a incapacidade de garantir o devido cumprimento das funções dos oficiais administrativos em vários pontos da conquista abriam caminho para arbitrariedades na seleção daqueles habilitados a participarem desses processos eleitorais.⁴⁵ O número de membros das Câmaras variava em cada povoação ou jurisdição, e a depender da época, assim como a proporção entre neerlandeses e portugueses. Mas se previa que estes sempre integrassem os colegiados. A composição e as incumbências também variaram, conforme implementava-se esse sistema e as experiências de gestão eram confrontadas com problemas efetivos que exigiam novas soluções. Essa dinâmica é bem ilustrada nas atas da Assembleia convocada pelo conde de Nassau e os membros do Alto e Secreto Conselho em 1640, passados alguns anos de vigência desse modelo administrativo. O concílio contou com a participação de cinquenta e seis portugueses, entre eles senhores de engenho, lavradores e comerciantes, representantes de todas as câmaras e tribunais das capitanias e distritos da conquista, e foi palco de discussões sobre os dilemas e os entraves mais comuns no funcionamento desses órgãos. A documentação desses encontros é também valiosa no que diz respeito à participação lusa na vida política e a relação desses homens com o oficialato neerlandês, em seus diferentes níveis hierárquicos e em diferentes locais, dos membros da administração central do Recife aos escoltetos e as milícias das regiões periféricas.

⁴³ CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 135.

⁴⁴ Além de Calado, ver também: QUELEN, Augusto de. “Breve relação do Estado de Pernambuco (1640)”. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). op. cit., vol. II, 2004, p. 451-454.

⁴⁵ Cf. NEME, Mário. op. cit., 1971, p. 230-233.

Reunida entre os dias 27 de agosto e 4 de setembro daquele ano, na residência de Nassau, a Assembleia tratou de proposições do governo batavo e de questões trazidas pelos escabinos luso-brasileiros, questões relativas, grosso modo, às celebrações e demonstrações religiosas, às incumbências das instâncias judiciais e governativas, à atuação das milícias e dos escoltetos, entre outras. Além de sua documentação nas atas, a congregação também é relatada, ainda que brevemente, por Manoel Calado, que a descreve como uma iniciativa dos oficiais flamengos, seguindo ordens do Conselho dos XIX, para organizar “uma junta dos portugueses a modo de concílio, ou cortes, para se assentarem e decretarem estatutos e leis para se governarem em paz e quietação [...]”.⁴⁶ Posteriormente, no entanto, o frei constatou que a motivação daquela convocação teria sido, na verdade, o receio da administração holandesa de represálias por parte do governo-geral na Bahia, em resposta a saques e incêndios⁴⁷ de engenhos no recôncavo ordenados entre abril e junho passados⁴⁸ (Imagem 12). Não obstante, as tratativas são elucidativas sobre os problemas político-administrativos quotidianos no regime flamengo. Há de se pontuar que a redação da cópia das atas de que se dispõe foi feita pelo assessor do Supremo Conselho, Johannes van Walbeeck, um neerlandês. Todavia, o documento conta com a chancela dos representantes luso-brasileiros, por meio de suas assinaturas, e, ainda segundo Calado, transcrições dessas tratativas foram feitas por “muitas pessoas de Pernambuco, e estão deitadas nos livros das Câmaras”,⁴⁹ dando a entender que o conteúdo acordado no concílio foi amplamente divulgado entre a população – o que não quer dizer que as decisões lá tomadas gozassem de aceitação unânime e que não implicassem em outros problemas.

Preocupados com as sequelas materiais e sociais da guerra travada ao longo da década anterior, os governantes flamengos assinalam a gravidade de “abusos, costumes insólitos, opressivas insolências, levantamento de ladrões,⁵⁰ desordens de soldados” e “desobediências de moradores”, professando boa-fé para com os portugueses e propondo alguns tópicos a serem debatidos visando a solução de tais problemas. A força da norma e a efetividade do controle sobre os homens da WIC já era faltosa nos entornos de Recife e Maurícia e consideravelmente tênue nas regiões mais apartadas do governo central. Como evidenciado pela fala dos próprios

⁴⁶ CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 125.

⁴⁷ SANTIAGO, Diogo Lopes. op. cit., 1984, p. 137.

⁴⁸ Cf. Uma negociação diplomática: exposição do que se passou na negociação entabulada para o fim de se dar quartel e cessar a queima dos engenhos e das cannas (1640). *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, Recife, n. 35, abr. 1888, p. 53, 54. Ver também: MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). op. cit., vol. II, 2004, p. 301, 302.

⁴⁹ CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 126.

⁵⁰ Salteadores também chamados de *boschloopers*, sendo eles moradores desgarrados do regime, franceses desertores das fileiras das tropas ou soldados neerlandeses operando criminalmente. Cf. MELLO, José Antônio Gonsalves de. op. cit., 2007, p. 145.

conselheiros, era muito comum que agentes administrativos, o oficialato e soldados de milícia operassem autônoma e autoritariamente, para além de sua alçada, em prejuízo dos moradores, que, por sua vez, retorquiam, como reconhecido pelo próprio Supremo Conselho, destinatário de incontáveis denúncias. É novamente Calado quem sintetiza o panorama de ação, desgovernada e opressora, desses agentes: “para assolação de toda a Província”, os neerlandeses “inventaram e inovaram vária diversidade de ofícios, a saber, escoltetos e financeiros, que nenhum outro cargo executavam mais que arguir aos pobres moradores de tudo aquilo que lhe ditava a imaginação para condenarem para si, usando de seus poderes com os maiores insultos do mundo [...]”.⁵¹ Interessante notar que esses problemas levantados pelos Conselheiros convergiram com as questões trazidas pelos luso-brasileiros, indicando diagnósticos comuns, por mais que muitas das soluções acordadas não tenham sido aquelas propostas pelos moradores. O consenso na identificação dessas questões também, e talvez principalmente, sinaliza a fragilidade da ordem, sobretudo nas zonas periféricas da conquista, manifestada em violências e improbidades mutuamente danosas, ainda que em níveis diferentes.

As proposições dos representantes lusos tocavam num punhado de assuntos, a maior parte deles do interesse de todas as estâncias e trazidas predominantemente pelos escabinos de Maurícia,⁵² seguidas por demandas variadas, dependentes de problemas circunscritos apenas a determinadas regiões – mas que, não obstante, remontavam a dilemas comuns, decorrentes do panorama político-administrativo. O primeiro dos tópicos gerais acordados entre os representantes de todas jurisdições consistia no pedido pela permanência de Nassau à frente do governo, sabendo-se que o contrato primário firmado entre o conde e a Companhia expiraria em pouco mais de um ano. O vigente sentimento antineerlandês de parte da população parecia afetar pouco a percepção coletiva sobre o governador,⁵³ visto, inclusive, como um freio fundamental à negligência, aos abusos e às injustiças cometidas por seus subordinados.⁵⁴ Os moradores pediam por sua permanência no cargo

pela satisfação e experiência que temos do governo de S. Ex.^a, de sua bondade no tratamento, de seu interesse pela justiça, de sua diligência nas questões militares, de sua vigilância na ordem civil, de sua aplicação no executar, de seu empenho no aplicar, de seu zelo pela República, de seu cuidado pelo aumento, proveito e rendas da ilustre Companhia, de sua seriedade e amizade

⁵¹ CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 258.

⁵² Uma relação com todos os escabinos que integraram as câmaras de Olinda e de Maurícia, de 1637 a 1653, pode ser conferida em: MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). op. cit., vol. II, 2004, p. 503-506.

⁵³ O que também era evidente para o próprio conde de Nassau, como explicitado em sua *Memória e instrução*, espécie de “testamento” deixado aos membros do Alto e Secreto Conselho na ocasião de sua partida do Brasil. Cf. NASSAU, João Maurício de. “Memória e instrução de João Maurício, conde de Nassau, acerca do seu governo do Brasil (1644)”. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). op. cit., vol. II, 2004, p. 408.

⁵⁴ Cf. Documentos pela maior parte em português sobre vários assuntos. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, Recife, n. 34, 1887, p. 63-66.

pelos pequenos, de seu amor ao povo, do exemplo de sua presença entre os militares, de sua universal aceitação, bem como de sua pureza e sinceridade em todas as matérias e finalmente, de sua felicidade em todos os sucessos da paz e da guerra, acrescentando-se a isto a longa experiência que temos de ser ele um príncipe isento de todos os vícios ou faltas e tão grande que nos persuade e obriga a dizer que o teríamos de bom grado para sempre por nosso governador, se isso fosse possível.⁵⁵

No que tange à justiça, questão que permeava, como explica Calado, todos os colegiados da administração, em suas diferentes composições, das Câmaras ao Supremo Conselho, o escabinato de Maurícia propôs sete artigos de abrangência geral. Importante sublinhar um deles, a respeito da necessidade da presença de escabinos portugueses como testemunhas de decisões proferidas em instâncias superiores, nomeadamente no Conselho Político, a depender dos valores em julgamento e das partes envolvidas no processo. Esses indivíduos serviriam como tradutores e mediadores, sem poder de voto, que fiscalizariam a lisura dos trabalhos, e sua ausência implicaria na invalidação das sentenças. A medida era necessária por não haver naqueles tribunais “perfeita expedição na língua portuguesa, que os moradores falam, nem perfeito conhecimento dos usos dos portugueses, nem de suas práticas que têm desde tempos remotos”,⁵⁶ o que, somado à desproporção da participação luso-brasileira nas operações judiciais, dava margem para conduções abusivas e injustas, do seu ponto de vista, além de pequenos deslizes nas análises, discussões e decisões sobre os processos concernentes a moradores. Ademais, os representantes enfatizavam que concessões do governo nessa linha contribuiriam para o apaziguamento da desconfiança comumente nutrida em relação ao Conselho Político, que fragilizava a legitimidade das tramitações acima do escabinato, o que impactava o governo neerlandês como um todo. Ainda no quesito justiça, os enviados de Maurícia também pediam a inclusão de cláusulas nas instruções de agentes, como os escoltetos, que esclarecessem melhor os limites de sua atuação no policiamento, fiscalização e recolhimento de tributos, e que previssessem punições mais severas para transgressões, um escrutínio a ser estendido a oficiais militares e integrantes das milícias.

As necessidades decorrentes do manejo desses agentes flamengos em jurisdições “de fora” do Recife, por sua vez, levaram a inquirições a respeito de outros assuntos administrativos “descentralizados”, particularmente os que diziam respeito a questões estritamente gerenciais, coisas de âmbito restrito, que pudessem prescindir do aval do Alto e Secreto Conselho na maior parte das vezes. Isto é, os escabinos luso-brasileiros pediam por maior autonomia, visando

⁵⁵ “Atas da Assembleia convocada pelo Conde de Nassau e Alto Conselho (1640)”. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). op. cit., vol. II, 2004, p. 341.

⁵⁶ Ibid., p. 350.

também uma inserção mais adequada no sistema de governo, que presumisse uma participação efetiva e maior clareza operacional. Na seção das atas da Assembleia dedicada a tópicos sobre o governo civil, os escabinos de Maurícia, ou seja, do epicentro dessa cooperação institucional entre invasores e moradores, reincidentem na questão, tocada no pedido de mediadores lusos nos trâmites do Conselho Político, através de outro requerimento. Solicitam poderem escolher, anualmente, um procurador “para o povo português”, que servisse de porta-voz e fiador dos interesses da população diante dos colegiados superiores da administração, tomados por neerlandeses. As dificuldades e os desafios da relação entre lusos e batavos nas Câmaras, afinal, iam além da língua. Os representantes também argumentam que, “como o Alto Conselho não deve envolver-se com cousas miúdas do governo e da administração pública, as quais presentemente são descuradas e não providas como cumpre,” deveriam os governantes “conceder às Câmaras de Escabinos alguma autoridade como burgomestres⁵⁷ sobre essas cousas miúdas, ou nomeiem vice-burgomestres para se encarregarem de cousas da administração pública civil que não são resolvidas”.⁵⁸ Pedia-se assim por mais autoridade executiva, o que acarretaria em mais espaço político para os portugueses, especialmente nas jurisdições periféricas, em que as Câmaras, compostas por boa parcela de luso-brasileiros, tinham forte potencial a desempenhar nos rumos locais. Entretanto, a despeito da abertura do Alto e Secreto Conselho a tais requerimentos, quaisquer questões que envolvessem mudanças significativas em relação às normas que regiam os poderes das conquistas ocidentais, como a criação de novos cargos, careciam da aprovação do Conselho dos XIX, ponto constantemente reiterado nas atas.⁵⁹

Concluídas as tratativas, chegaram-se às resoluções que pareceram adequadas e que cabiam à autoridade dos membros do Supremo Conselho. O teor de suas proposições iniciais, apresentadas antes das dos portugueses, serviu de régua para a maioria dos seus pareceres, limitando, portanto, suas concepções. Aquiesceram boa parte dos pedidos por maior normatização dos ofícios de escoltetos, oficiais militares e homens de milícia, impondo

⁵⁷ Posição existente nos Países Baixos, com funções análogas às de um prefeito. Um cargo explicitamente executivo, efetivamente vacante no organograma da conquista. Cf. NEME, Mário. op. cit., 1971, p. 248-250; LUCIANI, Fernanda T. op. cit., 2012, p. 161.

⁵⁸ “Atas da Assembleia convocada pelo Conde de Nassau e Alto Conselho (1640)”. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). op. cit., vol. II, 2004, p. 366.

⁵⁹ A resposta ao requerimento de participação de escabinos portugueses como mediadores nos processos em instâncias superiores exemplifica bem esse impasse: “Estes três primeiros artigos [sobre a justiça, assim como o sexto] serão enviados ao Conselho dos XIX, do qual emanam as instruções aos Conselheiros Políticos, as quais aqui não podemos modificar e não podemos conceder aos moradores portugueses mais do que eles procurarem e escolherem pessoas honradas e capazes que sirvam como procuradores, os quais defenderão na língua portuguesa o direito dos seus constituintes, dando àqueles boas e completas informações de suas causas, para que as partes não percam o seu direito”. Ibid., p. 351, 352.

restrições à sua atuação, particularmente nas cobranças de fintas⁶⁰ e tributos⁶¹ da população, função esta que foi então designada aos próprios escabinos; e o de enrijecimento das punições aos abusos de autoridade, além de especificarem e ampliarem o rol de casos passíveis de denúncia. Já o pedido por maior autoridade executiva das Câmaras, particularmente a instituição de cargo análogo ao de burgomestre, foi negado sob o argumento de que “os Senhores Escabinos já gozam do direito que pedem, exceto o título, que não lhes podemos dar por força das nossas instruções”.⁶²

Os registros do concílio, como mencionado, são amostras preciosas dos desafios da vida política na conquista, particularmente no que tange à convivência, em suas cooperações e atritos, entre portugueses e neerlandeses. Indiciam os limites da legitimidade do regime, ainda em expansão territorial e em busca de consolidação, depois de pouco mais de três anos de experiência administrativa com o escabinato e o Alto e Secreto Conselho regendo um número significativo de portugueses, e mais, uma crescente, diversa e efervescente população. Esses limites resultavam, entre outros problemas, na desconfiança e no descontentamento de parte dos habitantes lusos, e nas dificuldades de regramento e controle dos agentes da WIC. Outra questão enfatizada pelas atas é a falta de clareza das normas processuais, administrativas e financeiras⁶³ dos órgãos de governo, assim como das atribuições dos cargos que compunham seus quadros, o que acarretava em heterogeneidades entre as jurisdições e em instabilidade da gestão como um todo. A partir dos requerimentos apresentados pelos escabinos e representantes na Assembleia, percebe-se que os moradores envolvidos no jogo político tentavam compreender e integrar melhor uma estrutura governativa inegavelmente embrionária – a despeito da inspiração em modelos prévios –, expressando seu desejo de que, do seu ponto de vista, aqueles órgãos operassem de modo mais claro, funcional e, possivelmente, mais próximo das instituições municipais portuguesas, comportando, inclusive, um número maior de incumbências camarárias na gestão local.⁶⁴

⁶⁰ Uma das principais medidas adotadas pelo governo nassoviano contra os efeitos de carestia provocados pela monocultura açucareira foi, como mencionado, a instituição de fintas de farinha de mandioca, que previam o plantio de covas da raiz proporcional à quantidade de cativos possuídos por senhores de engenho e lavradores, resultando daí um cálculo de arrobas do produto a serem pagas periodicamente à administração neerlandesa. Tratar-se-á da questão no próximo capítulo. Cf. MELLO, José Antônio Gonsalves de. op. cit., 2007, p. 156-163.

⁶¹ A tributação era alta, tanto em valores quanto na abrangência dos serviços e produtos tributados, como enfatizam os signatários do *Manifesto para justificar a tomada de armas contra os holandeses [...]*. Questão que também será tratada no capítulo seguinte. Cf. SILVA, Leonardo D. *Holandeses em Pernambuco, 1630-1654*. 2ª edição. Recife: Caleidoscópio; Instituto Ricardo Brennand, 2011, p. 298.

⁶² “Atas da Assembleia convocada pelo Conde de Nassau e Alto Conselho (1640)”. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). op. cit., vol. II, 2004, p. 366.

⁶³ Havia necessidade de financiamento autônomo das Câmaras para despesas discricionárias e de manutenção, questão levada ao concílio, com propostas, que terminaram pendentes. Ibid., p. 361-365.

⁶⁴ Cf. LUCIANI, Fernanda T. op. cit., 2012, p. 155, 156.

Uma carta de 23 de junho de 1644, assinada tanto por neerlandeses quanto por portugueses, escabinos e residentes da Paraíba, e endereçada ao Conselho dos XIX, nas Províncias Unidas, expõe a importância de lideranças locais idôneas naquele panorama de legitimidade política frágil e irregular do regime batavo, lideranças em consonância às diretrizes do governo central, que garantissem a devida atuação de funcionários e agentes, a condução adequada de processos judiciais, o bom exercício administrativo das câmaras e o respeito aos direitos dos moradores luso-brasileiros. Cerca de um ano antes da eclosão da insurreição em Pernambuco, depois de Maurício de Nassau ter deixado a governança à frente do Alto e Secreto Conselho, o apelo dos representantes e moradores à instância máxima da Companhia das Índias Ocidentais contempla muitos pontos da vida política debatidos na Assembleia, que permaneceram sensíveis ou mesmo sem resolução nos anos que a seguiram. Os remetentes da Paraíba escrevem em lamento pela realocação do diretor até então responsável pelo território, Gisbert de With,⁶⁵ para o Recife, “que não só como tal nos assistiu, mas como íntimo amigo, acudindo em todo o tempo e horas a nossos despachos e requerimentos, tratando-nos com afável cortesia, remediando nossas aflições, zelando nossos bens, conservando a justiça e boa polícia”, e “finalmente unindo e inclinando a si os ânimos de todos nós, e pondo esta capitania em mais quietado e paz do que nunca esteve [...]”.⁶⁶ Para além dos méritos de De With, o conteúdo da carta permite entrever a indispensabilidade de uma figura similarmente proba para o bem-estar social e a estabilidade política, sem a qual tudo descambaria nos abusos e injustiças relatados nas inúmeras denúncias e debatidos no concílio de 1640. Os signatários da carta afirmam aos Dezenove que se contentariam

com que lhe sucedesse outra pessoa que conheçamos por superior, porque sem ele parece não pode haver conformidade em república alguma, e estamos antevendo mil discórdias, ou nossa ruína causada da desenvoltura dos militares contra os populares, e cada qual há de querer dominar, e sempre o pobre há de ficar sucumbente, e para havermos de recorrer à Câmara de Justiça, de mais de que seus poderes são limitados, dificilmente remediará o dano causado dos salteadores brancos e pretos, e a diversos mil que cada hora se oferecem, que só pode remediar a autoridade de um diretor [...].⁶⁷

A imprescindibilidade de um substituto à altura de De With, exposta na correspondência, enfatiza ainda os limites da atuação da Câmara em prol dos habitantes de sua jurisdição. O colegiado sofria com constantes obstáculos para reunir seus membros, dispersos em suas

⁶⁵ De With goza de certa notoriedade por ter sido o terceiro marido – o segundo protestante – de Ana Paes, herdeira do engenho da Casa Forte que previamente também fora casada com Charles de Tournalon, membro da guarda pessoal do conde de Nassau acusado de traição e deportado. Os três serão abordados mais adiante. Para mais sobre o diretor da Paraíba, ver: MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). op. cit., vol. II, 2004, p. 485, 486.

⁶⁶ Documentos pela maior parte em português [...]. op. cit., n. 34, 1887, p. 67.

⁶⁷ Ibid., p. 67, 68.

respectivas propriedades, todas distantes de Frederica,⁶⁸ a principal povoação da capitania, congregando-se apenas em datas predeterminadas para audiências, ao mesmo tempo em que não exerciam autoridade efetiva sobre os militares neerlandeses, que “comumente são insolentes, por mais que seus oficiais os refreiem” – problema comum, em maior ou menor grau, a todas as freguesias da conquista. De modo que os escabinos questionam: “quem há de ser o que há de suprir a semelhantes faltas, se não for um, ajustado e perito no governo, diretor?”⁶⁹

Muitos desses problemas relatados na Assembleia e ainda experienciados nos anos seguintes pelos moradores, com particular destaque para a falta de segurança das regiões mais afastadas do Recife, vulneráveis a ameaças internas e externas, também chegavam ao governo-geral em Salvador, pautando, em certa medida, o tom de suas relações com os administradores batavos. Ataques e saques eram frequentemente perpetrados não só por bandidos, desertores e salteadores, mas também por campanhistas luso-brasileiros enviados da Bahia contra os holandeses, por indígenas hostis e por escravos fugidos, chamados pelos flamengos de *boschnegers*, os “negros da mata”. Boa parte destes integrava as populações dos mocambos de Palmares e representava um problema considerável, que preocupou e mobilizou os dirigentes batavos e que também tomou a atenção dos administradores em Salvador.⁷⁰ Como visto no início deste capítulo, em princípios da década de 1640, era Jorge de Mascarenhas,⁷¹ marquês de Montalvão, o governador-geral do Brasil. Seu antecessor, Fernando de Mascarenhas, conde da Torre, com passagem breve pelo cargo, foi o último numa sequência de gestores de postura exclusivamente beligerante, que encabeçou a derradeira e malfadada investida hispânica contra os neerlandeses na América lusa, no intento de expulsá-los dos territórios ocupados.⁷² O conde cruzou o Atlântico à frente de uma armada⁷³ e ocupou o governo na Bahia, antes de se lançar à

⁶⁸ Assim nomeada em homenagem a Frederik Hendrik, Príncipe de Orange e *stadtholder* entre 1625 e 1647. Anteriormente denominada Filipeia, em homenagem a Filipe II de Espanha, é a atual João Pessoa.

⁶⁹ Documentos pela maior parte em português [...]. op. cit., n. 34, 1887, p. 68.

⁷⁰ Cf. “Diário da viagem do capitão João Blaer aos Palmares (1645)”. In: GOMES, Flávio (org.). *Mocambos de Palmares: histórias e fontes* (séc. XVI-XIX). Rio de Janeiro: 7Letras, 2010, p. 167-172; NASCIMENTO, Rômulo X. do. *Palmares: os escravos contra o poder colonial*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2014.

⁷¹ A família Mascarenhas foi uma dinastia de grande importância no Ultramar português. Para mais, com destaque para a carreira e atuação do marquês, ver: WHITE, Lorraine. Dom Jorge Mascarenhas, Marques de Montalvão (1579?-1652) and changing traditions of service in Portugal and the Portuguese Empire. *Portuguese Studies Review*, 12 (2), 2004-5, p. 63-83.

⁷² Da Bahia “[...] partiu a armada no fim do ano de 1639 em demanda de Pernambuco com a determinação de deitar em terra dois mil homens [...], para que fizessem guerra por a parte da terra e a armada, a do mar, para que, apertando o inimigo por todas as partes, se rendesse, e se este intento tivera efeito, sem dúvida se restaurara Pernambuco [...]”. SANTIAGO, Diogo Lopes. op. cit., 1984, p. 131.

⁷³ A armada enfrentou duras penas na travessia do Atlântico, perdendo muitos homens. Mas, segundo Diogo Lopes Santiago, “se logo investira e pusera cerco ao Recife” quando de passagem pela costa de Pernambuco, em janeiro de 1639, “o tomara o conde da Torre com pouco trabalho”, por estar pouco provido e guarnecido, em virtude da derrota sofrida no ano anterior na Bahia e da diluição das forças neerlandesas pela conquista. “Assim, que se

frustrada investida naval contra os invasores. Vigia, então, a noção de que “a utilidade que resulta ao serviço de V. Majestade de que todos os canaviais se queimem para que o inimigo não goze o útil da terra, que é a maior guerra que se lhe pode fazer, fazendo-se-lhe ela de maneira que não tirem utilidade alguma dos frutos do Brasil”.⁷⁴ Uma política ofensiva que, inevitavelmente, provocava reações hostis dos neerlandeses. Já Montalvão, também nomeado por Filipe IV de Espanha, parecia perceber que as campanhas contra as lavouras e fazendas ao norte do São Francisco destinariam ambos os lados à ruína.⁷⁵ Operou então majoritariamente por vias diplomáticas, mantendo abertos canais de comunicação com o governo no Recife, respeitando, de certo modo, a validade da jurisdição do domínio batavo. O que se tornou ainda mais claro depois da coroação de D. João IV e das tréguas celebradas entre Portugal e os Países Baixos, como evidenciado pela troca de correspondências entre o marquês e o conde de Nassau, já citadas.

Além de não arriscar abertamente movimentos que pudessem ser interpretados como disruptivos por seus vizinhos ao norte, Montalvão, “velho sagaz e prudente”,⁷⁶ operava de maneira a não comprometer a segurança dos portugueses que aderiram ao regime flamengo, deixando de enviar células campanhistas de emboscada e sabotagem como fazia o conde da Torre,⁷⁷ ordenando, inclusive, o recolhimento daquelas já espalhadas pelos territórios, como as sob o capitão Luís Barbalho. Segundo Diogo Lopes Santiago, essas unidades “andavam fazendo muitos danos e grande estrago por toda a campanha das capitanias de Pernambuco, queimando os canaviais e engenhos de açúcar e matando os bois mansos do serviço dos lavradores e roubando os moradores da terra”.⁷⁸ Manoel Calado detalha ainda alguns abusos cometidos por portugueses da Bahia contra portugueses da ocupação, “chamando-lhes de velhacos e traidores, e fazendo-lhes outras muitas moléstias, até romperem as orelhas das mulheres para lhes tomarem os brincos de ouro que nelas tinham, o que os capitães não podiam remediar [...]”.⁷⁹ Ao receber pedidos de auxílio de compatriotas na conquista, Montalvão primava pela clareza na comunicação com o governo holandês, expondo seus intentos de assistência, antes de enviar qualquer contingente que pudesse ser encarado como uma força de ataque.

perdeu esta tão grande ocasião por justo Juízo de Deus que governa as cousas”. Quando moveu as forças navais contra os holandeses a partir de Salvador, Fernando de Mascarenhas foi severamente derrotado. SANTIAGO, Diogo Lopes. op. cit., 1984, p. 129.

⁷⁴ POVOAS, Antonio das; CALDERÓN, Thomas de Ybio. “Documento VII”. In: VILHASANTI, Pedro Cadena de. *Relação diária do cerco da Baía de 1638*. Coleção dos Clássicos da Expansão Portuguesa no Mundo. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1941, p. 121.

⁷⁵ BOXER, Charles. op. cit., 1961, p. 138.

⁷⁶ CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 148.

⁷⁷ Cf. Documentos pela maior parte em português [...]. op. cit., n. 34, 1887, p. 34-38.

⁷⁸ SANTIAGO, Diogo Lopes. op. cit., 1984, p. 140.

⁷⁹ CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 146.

O esforço de manutenção de boas relações diplomáticas, ao menos entre os governadores e suas cúpulas, parece ter sido relativamente constante durante a primeira metade da década de 1640 – mesmo que, para Calado e outros cronistas, tudo fosse indubitavelmente “embuste, falsidade e traição”,⁸⁰ especialmente da parte dos neerlandeses –, como indicam as correspondências trocadas, a despeito de alguns atritos e, principalmente, das expedições batavas de invasão ao Maranhão, a Angola e a São Tomé, sob a vigência do armistício entre as metrópoles e também da trégua entre Recife e Salvador.⁸¹ Até o nível de cortesia demonstrado entre Montalvão e Nassau é digno de nota, incluindo trocas de presentes, como selas de montaria,⁸² mesmo antes das notícias sobre a Restauração de Portugal alcançarem a colônia. Suas missivas são permeadas de obséquios e também indicativas dos interesses pessoais⁸³ de ambos os administradores nos possíveis ganhos de uma relação de boa-fé com suas contrapartes.⁸⁴ Numa carta de 5 novembro de 1640, Mascarenhas reage à última carta que recebera do conde, “tão cheia de demonstrações de boa correspondência”, que teriam deixado o marquês “obrigado a continuá-la sempre da minha parte, com particular desejo de que V. Exc.^a conheça que a falta que pelo passado pôde haver dela procederia de todas as ocasiões que o tempo e a guerra ofereceu”, enquanto reafirma “o conhecimento do muito que se deve à pessoa de V. Exc.^a, de que eu me lembrarei em todo o sucesso para cumprir com tão precisa obrigação”.⁸⁵

Em fins de 1641, no entanto, o marquês de Montalvão foi forçado a retornar a Portugal, preso, em meio a crescentes desconfianças sobre a lealdade de sua família à Casa de Bragança,⁸⁶ sendo então substituído por um trio de governantes nomeados na terra e, posteriormente, pelo enviado do rei, Antônio Teles da Silva. Somente depois de várias intervenções em seu nome na

⁸⁰ CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 221.

⁸¹ “Logo [depois das celebrações à coroação de D. João IV.] o conde de Nassau despediu uma nau para a Bahia a visitar o marquês de Montalvão, D. Jorge Mascarenhas [...]. Nesta nau, mandou por embaixador Henrique Code [...] a pedir-lhes que, pois os holandeses tinham estabelecido pazes com Portugal ou tréguas por dez anos, que também suas senhorias fossem servidas que houvessem tréguas entre a Bahia e Pernambuco, para que assim tratassem de amizade e honrada correspondência de se poder tratar e escrever de uma para outra parte [...]”. SANTIAGO, Diogo Lopes. op. cit., 1984, p. 140.

⁸² Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. op. cit., 2006, p. 119-121.

⁸³ Nassau era, sem dúvida, um líder atento e calculista. As recomendações deixadas aos seus sucessores no governo do Brasil, referidas também como “Testamento político”, indicam a astúcia e a experiência acumulada nos anos à frente da conquista, especialmente no que tangia ao governo das gentes. Cf. NASSAU, João Maurício de. “Memória e instrução do conde de Nassau acerca do seu governo no Brasil (1644). In: MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). op. cit., vol. II, 2004, p. 395-412.

⁸⁴ Cf. MELLO, Evaldo Cabral. op. cit., 2011, p. 40, 41.

⁸⁵ Documentos pela maior parte em português [...]. op. cit., n. 34, 1887, p. 47.

⁸⁶ Cf. ERICEIRA, Luís de Meneses, Conde da. op. cit., vol. I, 1945, p. 160-163. Ver também: FRAGA, Joana; KRAUSE, Thiago. 1640: a Restauração, da História Local à História Global. Lisboa: Público; Tinta-da-China, 2019, p. 68, 69; MEGIANI, Ana Paula T. “O Brasil no contexto da Guerra de Restauração Portuguesa (1640-1668)”. In: MEGIANI, Ana Paula Torres; PÉREZ, José Manuel Santos; SILVA, Kalina Vanderlei (org.). *O Brasil na Monarquia Hispânica (1580-1668): novas interpretações*. São Paulo: Humanitas, 2016, p. 190, 191.

corte em Lisboa, na tentativa de certificar sua fidelidade, é que Jorge de Mascarenhas foi recebido em bons termos pelo monarca, sem, no entanto, poder desfrutar prontamente do espaço político que sua posição e título permitiam. O que mudou quando foi convocado para relatar a D. João IV sobre o estado do Brasil, particularmente o que concernia aos neerlandeses, nos primeiros meses de 1642. O marquês então reiterou a El Rei a impressão favorável demonstrada na correspondência que mantinha com Nassau, chegando até a exaltar o papel do conde nas relações entre os dois governos na colônia, tendo o mesmo assegurado um fluxo seguro de emissários e embaixadores entre Salvador e Recife, cooperado com trocas de prisioneiros, atentado para as queixas e defendido os direitos de seus governados portugueses. A camuflagem parcial das investidas contra o Maranhão e as praças africanas⁸⁷ pode ter auxiliado na manutenção de uma imagem ainda parcialmente positiva de algumas lideranças ultramarinas neerlandesas – mas não da cúpula da WIC –, além das sabidas desvantagens da retomada de um conflito aberto, que pesaram na corte contra a dissolução das tréguas. Em carta enviada de Lisboa a Nassau, datada de 12 de março de 1642, Mascarenhas afirma não querer “deixar de dizer a V. Exc.^a o sentimento que S. Majestade e todo este Reino têm de ver que, em tempo que com tão urgentes causas se tratava de tornar este Reino à antiga amizade que sempre teve com os ilustres Estados da Holanda, quando se juntavam suas armadas e as de França a ajudar a conservação deste Reino”, estavam os neerlandeses “por outra parte a ocupar nossas conquistas”.⁸⁸ Não há acusação do marquês a Nassau, mas, sim, por meio da exposição da perfídia dos setentrionais na condução das relações políticas no além-mar, uma tentativa de cooptação do capital político do conde em auxílio da remediação dos desgastes entre Lisboa e Haia. Auxílio que, se concedido, confirmaria a boa imagem do nobre neerlandês a D. João IV, como declara o próprio Montalvão. A relação entre o conde e o marquês perdurou,⁸⁹ mesmo depois do retorno de Nassau aos Países Baixos,⁹⁰ em 1644, mas no Brasil, da parte de Antônio

⁸⁷ Ainda assim, esses ataques certamente ceifaram qualquer chance de confiança plena entre as nações e seus representantes no além-mar. As relações diplomáticas na Europa seguiram pautadas por desconfiança mútua. Mas, vale acrescentar que, como pontua Evaldo Cabral de Mello, “com a colaboração involuntária da Coroa, que, receosa do dispositivo sobre a liberdade de religião, só ratificou em novembro [de 1641] o tratado firmado em junho, a WIC e a VOC [Companhia das Índias Orientais] estiveram por algum tempo com as mãos livres para expandir seus domínios”. Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 31-36.

⁸⁸ Documentos pela maior parte em português [...]. op. cit., n. 34, 1887, p. 54, 55.

⁸⁹ Ibid., p. 56, 57.

⁹⁰ Sobre a postura de Nassau nos bastidores do poder nos Países Baixos, seus interesses privados e as articulações dos portugueses para cooptá-lo a partir dessas disposições, ver: MELLO, Evaldo Cabral de. “A demissão de Nassau: a crise do Brasil holandês e a relação de forças entre os Estados Gerais e a Companhia das Índias Ocidentais”. In: TOSTES, Vera Lúcia Bottrel; BENCHETRIT, Sarah Fassa; MAGALHÃES, Aline Montenegro (org.). *A presença holandesa no Brasil: memória e imaginário*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2004, p. 353-376.

Teles da Silva, parecia cada vez mais complicado manter boas disposições com o Alto e Secreto Conselho.

Além de governar as capitanias ocupadas a partir de Pernambuco, o colegiado também tinha responsabilidades para com – mas não jurisdição sobre – os diretores em Luanda, e muitos problemas envolvendo portugueses na África Ocidental, assim como os enfrentados pelos residentes da conquista, chegavam à Bahia. O governador-geral escreveu em 13 de dezembro de 1643 para os membros do Conselho, reportando-lhes notícias de que “os senhores diretores de Angola tratam ao governador Pedro César de Menezes com tanto aperto”, depois de prendê-lo, numa manobra sorrateira arquitetada poucos meses depois de as lideranças locais de ambas as partes negociarem tréguas e o retorno da população luandense do interior para os arimos no chamado sítio do Gango, às margens do rio Bengo. Na opinião de Teles da Silva, “não só se falta[va] à decência e polícia com que os Senhores Estados costumam tratar os prisioneiros” da “qualidade e posto” de César de Menezes, “mas ainda se passa[va] a termos de piedade”. De modo que o governador-geral se viu obrigado a recorrer aos Conselheiros

para que pelos meios que for possível se sirvam lembrar aos senhores diretores [de Luanda] que nem o governador Pedro César lhes merece castigo pela culpa de muito confiado, nem fica bem correspondida a vontade com que S. M. pretende continuar a aliança que sempre os senhores reis, seus predecessores, tiveram com os Senhores Estados, e que é força que estes avisos se recebam com grande estranheza no mesmo tempo em que S. M. me manda corresponder neste Estado com a benevolência devida à confiança com que se acha, que eu espero ver em Vs. Ss. mui assegurada nesta ocasião.⁹¹

O pedido de intervenção junto aos diretores de Angola é reiterado em outra carta, da mesma data, endereçada especificamente ao conde de Nassau. Quando parecia ponto pacífico que a invasão a Luanda tivesse sido um desmando, um quiproquó fruto da demora na comunicação de ordens superiores e do estado dissonante de alianças e desafetos das metrópoles no além-mar, a traição vista no Gango, com a morte de dezenas de moradores e o encarceramento de outros tantos junto do governador Menezes, abalou novamente a frágil harmonia entre as lideranças lusas e neerlandesas nas praças do Atlântico Sul.

Depois do recolhimento e de um período de recomposição em Massangano, contando, inclusive, com algumas incursões de retaliação contra sobas que se aliaram aos batavos, os portugueses se viram completamente acossados no interior, situação vigente ao longo de 1642. Não havia possibilidade de reagir aos holandeses na falta de combatentes e na penúria material de que padeciam. Enquanto isso, a rainha Jinga não se “descuidava em fulminar traições com os sobas vassalos d’El Rei Nosso Senhor, fazendo-os rebelar contra a nação portuguesa”,

⁹¹ Documentos pela maior parte em português [...]. op. cit., n. 34, 1887, p. 60, 61.

enquanto mandava “seus embaixadores ao flamengo, à cidade da Luanda, com suas dádivas, fazendo com eles confederação [...]”.⁹² Até que, no início de outubro daquele ano, Pedro César de Menezes, que residia em Nâmbua-Quizanzo, próximo da Vila da Vitória, recebeu Gaspar Crocem, secretário dos dirigentes neerlandeses, que trazia a aguardada confirmação das pazes oficializadas entre D. João IV e os Estados Gerais no ano anterior, notícia que foi bastante celebrada, com sua transmissão aos demais presídios do interior de Angola prontamente ordenada pelo governador.

António de Oliveira Cadornega afirma que, diante da confirmação, as lideranças religiosas, políticas e os moradores, “[...] dispondo as coisas necessárias à sua conservação e à oposição do gentio, e desejosos [...] de virem para os seus arimos e fazendas do Bengo, persuadiram ao governador tratasse conveniências com o flamengo, para que, debaixo da paz estabelecida e apregoada, permitisse a assistência de seus arimos e fazendas”.⁹³ Aparentemente, havia também uma carta do rei para o governador, ordenando-o que se instalasse próximo do mar para que pudesse receber socorros da Coroa.⁹⁴ Em contrapartida, o abade da igreja de São Miguel de Pêra, em Viseu, e comissário do Santo Ofício, João Salgado de Araújo, com experiências prévias no reino de Angola na década de 1610, reporta, em seu *Successos militares das armas portuguesas em suas fronteiras depois da real aclamação contra Castella*, que a iniciativa de aproximação partiu do próprio Pedro César de Menezes. O governador teria enviado um capitão junto do secretário Crocem para “tratarem de uma conveniência acerca de que o diretor [Cornelis Nieulant] lhe permitisse povoar a boca do rio Bengo junto ao mar [...]”.⁹⁵ De todo modo, por diligência ou convencimento, Menezes despachou a Luanda o licenciado Antônio Guerreiro e o feitor da Fazenda Real Diogo Lopes de Faria, que assentaram os termos de uma trégua e das concessões a serem feitas pelos holandeses para que os lusos se instalassem mais próximos à cidade.⁹⁶ Ademais, como reporta o próprio governador a D. João IV, em carta de março de 1643, a opção por um ponto nas margens do Bengo se deu “também porque, posto

⁹² CADORNEGA, António de Oliveira. *História Geral das Guerras Angolanas: 1680*. Por António de Oliveira Cadornega; anotado e corrigido por José Matias Delgado. Volume I. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1972, p. 293.

⁹³ Ibid., p. 296.

⁹⁴ CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 223.

⁹⁵ ARAUJO, João Salgado de. *Successos militares das armas portuguesas em suas fronteiras depois da real aclamação contra Castella*. Livro quinto. Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1644, p. 233.

⁹⁶ O acordo desagradou muito o rei do Congo, D. Garcia II, aliado dos neerlandeses, como ele mesmo expressa em carta a Maurício de Nassau, de fevereiro de 1643. Cf. “Carta de D. Garcia II, rei do Congo, ao governador holandês no Brasil (20-2-1643)”. In: BRÁSIO, António (org.). *Monumenta Missionaria Africana: África Ocidental*. Vol. IX. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1960, p. 13-16.

eu nele, ficam os vassalos de V. Majestade livres de todo o dano” dos nativos inimigos no interior, sobas, congoleses ou súditos da rainha Jinga.⁹⁷

Os batavos cederam de empréstimo, para residência e cultivo, o sítio da igreja do Gango, na barra do Bengo, por um período de nove meses, contados a partir de janeiro de 1643, enquanto aguardariam pareceres de D. João IV e dos Estados Gerais, depois de informá-los daquele arranjo. Findo o período, sem o recebimento de quaisquer ordens superiores sobre a questão, os portugueses deveriam desocupar as terras cedidas, com permissão de permanência apenas para aqueles que as tivessem cultivado e preservado sem, no entanto, clamar direitos ou posse sobre os lotes. Distanto entre três e quatro léguas de Luanda, o sítio do Gango então recebeu as famílias refugiadas em Massangano, assim como Pedro César de Menezes e os que o acompanhavam desde Nâmbua-Quizanzo. Muitos deles traziam, inclusive, suas posses e algumas riquezas, na esperança de se radicarem na nova paragem com certa estabilidade e de que, com elas, pudessem angariar benefícios dos neerlandeses. Segundo Cadornega, ali “estive o governador tendo boas correspondências com o flamengo por estar debaixo de paz, fé e palavra estabelecida pela Majestade de Portugal com os Estados de Holanda, e concordata feita entre o governador e diretor e comissários da Bolsa”.⁹⁸ Retomou-se também, ainda que com alguns obstáculos, as comunicações com Portugal,⁹⁹ praticamente inexistentes ao longo de 1642.

Pouco depois da instalação no Gango, assistiu-se à vinda regular de holandeses ao sítio para vender e comprar mercadorias, sendo este um outro local que tomou a forma e a denominação de arraial. A confluência de interesses e necessidades fez com que certas iniciativas de aproximação partissem de ambos os lados, e os termos acordados também previam alguns moldes e estímulos para essas atividades comerciais internas – mediante autorizações individuais para transitar entre os sítios com essa finalidade –, incluindo a venda de cativos, que passaram então a chegar até o porto de Luanda em um fluxo muito satisfatório¹⁰⁰ para os agentes da WIC, tanto em Angola quanto em Pernambuco.¹⁰¹ Os neerlandeses iam ao

⁹⁷ “Carta do governador de Angola a El Rei de Portugal (9-3-1643)” In: BRÁSIO, António (org.). op. cit., vol. IX, 1960, p. 35.

⁹⁸ CADORNEGA, António de Oliveira. op. cit., vol. I, 1972, p. 299.

⁹⁹ Cf. FARIA, Diogo Lopes de. “Carta de Diogo Lopes de Faria a El Rei de Portugal (5-3-1643)”. In: BRÁSIO, António (org.). op. cit., vol. IX, 1960, p. 23-27.

¹⁰⁰ RATELBAND, Klaas. *Os holandeses no Brasil e na Costa Africana: Angola, Kongo e São Tomé (1600-1650)*. Lisboa: Vega, 2003, p. 216-219.

¹⁰¹ A partir dos dados da Trans-Atlantic Slave Trade Database, no período de ocupação em Angola, entre 1641 e 1648, foram realizadas pelo menos 40 viagens sob cores neerlandesas responsáveis pela aquisição de cativos na África Ocidental Central, principalmente em Luanda, que tiveram destino final em Pernambuco, onde foram desembarcadas no mínimo 12.677 almas. VOYAGES. The Trans-Atlantic Slave Trade Database. Disponível em: <<https://www.slavevoyages.org/voyage/database>>. Acesso em 11 fev. 2022. Ver também: BOOGAART, Ernst

Gango comerciarem “suas drogas, queijos e manteiga, açúcar e outras coisas para vestir, a troco de patacas e prata lavrada e alguns escravos, indo portugueses também à cidade vender e comprar, estando tudo como em bela paz e segurança [...]”.¹⁰²

Apesar de contribuir para a estabilidade da vida cotidiana e dos negócios, o arranjo, em pouco mais de quatro meses, foi desfeito. Como apontado no capítulo anterior, a atmosfera política local, se mais diplomática ou belicosa, dependia em grande medida daqueles que ocupavam os cargos de liderança. Além disso, ainda que houvesse frequentes problemas de comunicação e descompasso entre as autoridades metropolitanas e as forças no além-mar, ou mesmo entre diferentes praças ultramarinas, certos eventos e suas consequências reverberavam em uníssono nos dois lados do Atlântico. Entre março e abril de 1643, chegara de São Tomé uma embarcação em que vinha Hans Molt, nomeado adjunto do diretor Cornelis Nieulant – que operava sem a companhia de Pieter Moortamer, dispensado para voltar ao Brasil –, trazendo notícias sobre os conflitos travados com os portugueses na ilha, com grande prejuízo para os holandeses. O levante luso-brasileiro enfrentado no Maranhão, reportado em Angola no mês maio por uma embarcação enviada de Pernambuco, também influenciou significativamente nos ânimos dos ocupantes de Luanda.¹⁰³ “Tumultuaram-se [...], lançando voz que o mesmo ali se pretendia”, como conta o abade João Salgado de Araújo. Há de se recordar as condições em que se encontravam esses homens a serviço da WIC, muitos atuando além do tempo previsto em seus contratos, sem pagamento, com ração diária que prevenia que morressem de fome, mas mal sustentava, com boa parte sofrendo de enfermidades graves, enfim, sem apoio perceptível de seus empregadores, o que fazia com que se sentissem deixados à mercê daquela terra implacável e do jugo dos portugueses, que, supostamente, só estavam à espera de uma brecha para atacar.¹⁰⁴ O diretor flamengo, a fim de apaziguar seus subordinados enquanto buscava manter a estabilidade do acordo assinado com os lusos, garantiu a Pedro César de Menezes “que primeiro faltaria Céu e Terra que no contratado sua palavra”,¹⁰⁵ mas também lhe pediu reféns como prevenção de confrontos, solicitação que, segundo Araújo, foi atendida, com fortes objeções.

O armistício firmado entre o governador e o diretor foi posto em xeque quando este adoeceu e, pouco depois, o dito navio despachado de Pernambuco aportou em Luanda. Vinha

van den. The trade between Western Africa and the Atlantic World, 1600-90: estimates of trends in composition and value. *The Journal of African History*, vol. 33, n. 3, 1992, p. 369-385; POSTMA, Johannes. The dimension of the Dutch slave trade from Western Africa. *The Journal of African History*, vol. 13, n. 2, 1972, p. 237-248.

¹⁰² CADORNEGA, António de Oliveira. op. cit., vol. I, 1972, p. 300.

¹⁰³ Ibid., p. 309.

¹⁰⁴ Cf. RATELBAND, Klaas. op. cit., 2003, p. 226.

¹⁰⁵ ARAUJO, João Salgado de. op. cit., 1644, p. 234, 235.

com cartas de João Maurício de Nassau e do Alto e Secreto Conselho, e também com a missão de confirmar as tréguas acertadas entre Nieulant e Menezes. Todavia, Hans Molt, que atuava interinamente no cargo de seu superior, não quis colaborar com o inquérito e certificar o acordo; “dava por escusa estar Nieulant enfermo”. O abade Araújo afirma que, naquela altura, os batavos de Angola já estavam de caso pensado, com planos de assaltar o Gango, e a renúncia de confirmação das tréguas aos emissários do governo no Recife preveniria a produção de provas da quebra do acordo por parte dos flamengos. A correspondência trazida do Brasil, que alertava sobre as possíveis implicações da transigência excessiva para com os portugueses, como haviam experienciado em São Tomé e no Maranhão, teria sido o catalisador para que a inquietação se concretizasse em ação,¹⁰⁶ o que se deu num domingo, 17 de maio.

Pouco antes da alvorada, “entraram trezentos homens de mosquetes e carabinas em seis companhias; e dando de repente no quartel do governador, mataram trinta portugueses que trataram de o defender, saquearam a povoação cometendo mortes a sangue frio”, sem qualquer possibilidade de resistência dos lusos, “que foram acometidos estando dormindo em suas camas, sem receio de tal sucesso, e quando acudiram ao rumor, era já tudo rendido”.¹⁰⁷ António Cadornega credits essa incursão, abertamente rotulada por ele e por outros contemporâneos de traição, a dois fatores: a cobiça dos neerlandeses pela “opulência de tanta prata e joias de ouro” com que se deparavam no Gango¹⁰⁸ em suas visitas comerciais, “porque lhes era tudo patente e franco, e entravam nas casas dos moradores com suas mercancias”; e ao comando, desproporcionalmente exercido, do ambicioso “secretário” de Nieulant, o interino Molt.¹⁰⁹ O saque ao sítio “foi de muita importância e valor considerável”, para “satisfazer sua cobiça ou ladroice”,¹¹⁰ com o apresamento avaliado em cerca de “duzentos mil cruzados¹¹¹ em prata, ouro e fazendas”, segundo relatam dois jesuítas, Gonçalo João¹¹² e Antônio do Porto, residentes da quinta da Companhia de Jesus, próxima ao Gango, que testemunharam o ocorrido e também

¹⁰⁶ RATELBAND, Klaas. op. cit., 2003, p. 222.

¹⁰⁷ ARAUJO, João Salgado de. op. cit., 1644, p. 235.

¹⁰⁸ Riquezas trazidas de Massangano como bens estimados de moradores abastados, e também por conta da esperança nutrida por Pedro César de Menezes de que Cornelis Nieulant, com o passar do tempo, abrir-se-ia à possibilidade de abandonar Luanda em troca de um pagamento indenizatório. RATELBAND, Klaas. op. cit., 2003, p. 225.

¹⁰⁹ CADORNEGA, António de Oliveira. op. cit., vol. I, 1972, p. 301.

¹¹⁰ Ibid., p. 304.

¹¹¹ O conde de Ericeira reporta valores em torno de seiscentos mil cruzados, “fora muitas fazendas e escravos”. ERICEIRA, Luís de Meneses, Conde da. op. cit., vol. II, 1945, p. 49.

¹¹² A transcrição do documento feita por António Brásio trata o padre por Gonçalo João, o que é corroborado por Francisco Rodrigues no segundo volume do terceiro tomo da *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*. Já José Matias Delgado, editor da *História Geral das Guerras Angolanas*, obra de Cadornega, nomeia o religioso em nota como Gonçalo José, assim como Edgar Prestage, na introdução que faz ao relato de Luiz Félix Cruz publicado no volume XIII do *Boletim da Classe de Letras da Academia de Ciencias de Lisboa*.

foram capturados.¹¹³ O assalto ainda resultou na prisão de quase duas centenas de portugueses, entre eles o governador, com a maior parte sendo escoltada para a Luanda a pé, com a roupa do corpo, sem comida ou água,¹¹⁴ enquanto despachou-se pelo mar apenas aqueles gravemente feridos e os espólios de maior volume. Por intenção ou descuido dos atacantes, o arraial terminou incendiado, e os moradores remanescentes fugiram para o interior. Na cidade, Pedro César de Menezes foi encarcerado em seu antigo palácio de governo, que passara a servir de base para o major Gerrit Tack, enquanto a maior parte dos prisioneiros, por volta de cento e oitenta, logo foi, segundo o abade Araújo, despachada para o Brasil, por não haver condições de ser sustentada por seus captores. Embarcados em um patacho caindo aos pedaços e mal provisionado, “sem piloto, astrolábio, nem carta de marear”,¹¹⁵ foram aportar em Pernambuco¹¹⁶ depois de cerca de trinta dias no mar.¹¹⁷

Tais foram as circunstâncias que preocuparam e desagradaram a Antônio Teles da Silva, motivando-o a contactar as lideranças neerlandesas no Recife. Contudo, apesar dos protestos e cobranças do governador-geral do Brasil, Menezes seguiria preso em Luanda no decorrer daquele ano. A nova instabilidade em Angola também preocupava o Supremo Conselho e Maurício de Nassau. Viam os benefícios de uma boa relação com os portugueses na outra margem do Atlântico através do crescente fluxo de cativos que chegava ao Brasil holandês – crescente em comparação aos números baixíssimos do final da década de 1630¹¹⁸ – e sabiam que pequenos deslizos poderiam degradingolar a viabilidade do vértice escravista das operações da WIC. De modo que o conde e seus conselheiros, na segunda metade de 1643, orientaram que os responsáveis pela ocupação em Luanda restabelecessem uma atmosfera que permitisse a convivência e o reate do comércio com os portugueses, visando principalmente a manutenção das vias de fornecimento de escravos do interior ao porto.¹¹⁹

Chefiados então por Hans Molt, depois do falecimento de Nieulant em 19 de junho daquele ano, os flamengos haviam proposto, antes mesmo de receberem qualquer instrução de

¹¹³ “Sucessos do arraial do Bengo entre portugueses e holandeses (17-5-1643)” In: BRÁSIO, António (org.). op. cit., vol. IX, 1960, p. 43.

¹¹⁴ “Assalto ao arraial do Bengo pelas tropas holandesas (17-5-1643)”. In: BRÁSIO, António (org.). op. cit., vol. IX, 1960, p. 48.

¹¹⁵ ARAUJO, João Salgado de. op. cit., 1644, p. 236.

¹¹⁶ Manoel Calado registra a chegada e o estado daquelas almas, enaltecendo o acolhimento oferecido a elas pelos portugueses em Pernambuco, principalmente pelo personagem louvado em sua obra, o Lucideno, João Fernandes Vieira. CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 120-123.

¹¹⁷ “Assalto ao arraial do Bengo pelas tropas holandesas (17-5-1643)”. In: BRÁSIO, António (org.). op. cit., vol. IX, 1960, p. 52-54.

¹¹⁸ Cf. PUNTONI, Pedro. *A mísera sorte: a escravidão africana no Brasil holandês e as guerras do tráfico no Atlântico Sul, 1621-1648*. São Paulo: Editora Hucitec, 1999, p. 150-162.

¹¹⁹ RATELBAND, Klaas. op. cit., 2003, p. 241.

Pernambuco, novos artigos de paz, que foram acordados no início de julho, para que, em tese, seguissem condizentes aos pactos firmados entre D. João IV e os Estados Gerais¹²⁰ – argumento que não ocultava os interesses neerlandeses na estabilidade visando a retomada do fluxo de cativos. No estado em que se encontravam, por maior indignação que a proposta e as desculpas inconvincentes lhes causassem, os portugueses não tinham muita escolha.¹²¹ Além disso, todos os acessos possíveis para o mar estavam vigiados e guarnecidos pelos batavos, impedindo qualquer contato externo ou o recebimento de apoio sem a autorização dos diretores. Eram eles, pois, intermediários praticamente incontornáveis. Assim, Massangano, que estava então sob as ordens do capitão-mor Antônio Abreu de Miranda, alçado a governador interino até o retorno de Pedro César de Menezes ou o envio de um substituto nomeado pela Coroa, serviu de base para os lusos que reataram as tréguas e o comércio com os holandeses de Luanda.

A partir do acolhimento da proposta de reaproximação, foi então possível requerer a libertação dos remanescentes aprisionados do Gango, com a exceção do governador Menezes, além de negociar condições que salvaguardassem o perfil exclusivamente comercial das relações entre o porto e o interior, vetando despachos de milícias aos limites dos territórios, enquanto a mercancia seria livre para os demais, permitindo idas e vindas entre os presídios e a cidade, de maneira até menos restritiva do que fora durante a estadia no arraial atacado. Não obstante, a dianteira do litoral sobre o sertão era considerável, permitindo que os batavos controlassem os tipos, as quantidades – mediante disponibilidade – e os preços dos itens, essenciais ou não à subsistência, que poderiam ser vendidos aos portugueses. Do porto, barganhavam com vantagem em prol dos seus interesses na obtenção de escravos e de outras mercadorias valiosas.¹²² Atentos a duas frentes de conflitos, os lusos intervinham nas disputas entre africanos de modo a aquiescer solicitações de sobas que ainda eram juramentados ao rei de Portugal e também a obter cativos resultantes dessas pelejas para que negociassem com os neerlandeses. Em auxílio de alguns vassalos nativos contra jagas na província do Libolo, a sudeste, participaram de “muitas batalhas e recontros, aprisionando-se e matando muita gente daquele gênero, que bem necessitavam dela os vassalos portugueses para venderem ao

¹²⁰ Cf. “Artigos e condições das pazes entre holandeses e portugueses (1-7-1643)”. In: BRÁSIO, António (org.). op. cit., vol. IX, 1960, p. 57-59.

¹²¹ CRUZ, Luiz Félix. Manifesto das hostilidades que a gente que serve a Companhia Ocidental de Holanda obrou contra os vassalos d’El Rei de Portugal neste reino de Angola, debaixo das tréguas que obrigaram ao General Salvador Correa de Sá e Benevides a desalojar estes soldados holandeses dele, sendo mandado a esta Costa por Sua Majestade a diferente fim. *Boletim da Classe de Letras (da Academia de Ciencias de Lisboa)*: actas e pareceres, estudos documentos e notícias. Volume XIII, 1918-9. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921, p. 53.

¹²² Cf. MAIOR, Francisco de Souto. “Carta de Francisco Sotomaior a El Rei D. João IV (13-9-1645)”. In: BRÁSIO, António (org.). op. cit., vol. IX, 1960, p. 355.

flamengo e terem com que se vestirem e sustentarem, [...]”.¹²³ Tais negociações, segundo relata Luiz Félix Cruz, não eram simples: “ofereciam-nos e aceitávamos comércio, dando nossas fazendas sorteadas como eles queriam vender e não como nós queríamos comprar, com preços almotaçados por eles, assim nas fazendas suas como nas peças nossas”,¹²⁴ e o que mais faltava aos portugueses “não vendiam, senão por prata e ouro, e o de que menos, por marfim, e o de que pouca, por peças”.¹²⁵ Tal era o estado das coisas que os interesses individuais muitas vezes imperavam sobre a lealdade dos homens ao rei e a Deus. Receavam as autoridades metropolitanas lusas, respaldadas por correspondências enviadas de Angola, “que ainda os naturais portugueses [...], todos homens de baixa sorte, que amam e querem sua quietação e as suas casas que deixaram e o ganho do trato e mercancia de que todos vivem, [...] aborrecidos de viverem no campo a céu aberto, com eles tão inclemente”, passassem “aos holandeses, querendo mais o seu império tirano que o legítimo e suave de V. Majestade”.¹²⁶ Vale dizer, contudo, que, naquele momento, ambos os lados enfrentavam novos picos de carestia, com o agravamento das faltas de remessas de subsistência aos neerlandeses enquanto a falta de chuvas e do cultivo adequado da terra por parte de uma porção de lavradores relegou Massangano a uma “terrível fome e esterilidade de mantimentos”.¹²⁷

A despeito das carências cotidianas, dos atritos e das desconfianças, Cadornega reporta que novamente estavam “as coisas destes Reinos em alguma quietação e sossego em razão da trégua e cessão de armas [...]”.¹²⁸ Pedro César de Menezes escapou do cárcere em fevereiro de 1644 e, quando restituído ao cargo de governador na Vila da Vitória, fez confirmar os termos de cessação das hostilidades, “por convir assim à conservação destes Reinos”, como também o ordenava D. João IV, segundo soube Manoel Calado em Pernambuco.¹²⁹ E assim Menezes permaneceu fiel ao arranjo previamente negociado por seu interino com os batavos, e “desta sorte se foi correndo com boa correspondência de parte a parte [...]”,¹³⁰ mesmo com a troca de lideranças em Luanda, com a partida de Molt e a transferência de responsabilidades ao até então codiretor Hendrick van Redinckhoven, no início de 1645. É bem provável que nessa época, de

¹²³ CADORNEGA, António de Oliveira. op. cit., vol. I, 1972, p. 344, 345.

¹²⁴ Política comercial similarmente conduzida – e denunciada – no Brasil durante a ocupação neerlandesa. Cf. CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV sobre as cartas do capitão Manoel de Queirós de Siqueira e do capuchinho francês, frei Sirilio, em nome dos mestres-de-campo e moradores [...]. Lisboa, 8 de julho de 1647. AHU_ACL_CU_015, Cx. 5, D. 357.

¹²⁵ CRUZ, Luiz Félix. op. cit., 1921, p. 53.

¹²⁶ “Parecer do Conselho Ultramarino sobre o reino de Angola (19-9-1643)”. In: BRÁSIO, António (org.). op. cit., vol. IX, 1960, p. 74, 75.

¹²⁷ CADORNEGA, António de Oliveira. op. cit., vol. I, 1972, p. 332, 333.

¹²⁸ Ibid., p. 325.

¹²⁹ CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 223.

¹³⁰ CADORNEGA, António de Oliveira. op. cit., vol. I, 1972, p. 343.

fluxos facilitados entre o porto e o interior, tenha se instalado em Massangano um flamengo que ali administrou uma taverna, onde vendia “óleo destilado gota a gota pelo alambique”, que alguns portugueses, particularmente os soldados, bebiam “às canadas”, dizendo “que lhe tinham bem tomado o gosto”. Vê-se o apreço pelo homem e seu produto durante um motim protagonizado por alguns remanescentes da guarnição do presídio, quando a maior parte das forças militares estava dispersa em campanhas de retaliação contra sobas rebelados, insurgência que levou à nomeação do capitão-mor Bartolomeu de Vasconcelos da Cunha¹³¹ ao governo, em 1648. Durante o levante, encorajados pelos tragos, davam vivas ao “suor de Roberto, que assim se chamava o flamengo dos alambiques”.¹³²

Todavia, a estabilidade não resistiria muito tempo, pois os dias de Menezes à frente dos portugueses de Angola estavam contados. Em julho daquele ano, arribou na enseada do Quicombo¹³³ Francisco de Souto Maior, enviado à frente de socorros como substituto para o governo dos lusos, depois que outras expedições de suporte, sempre pequenas, haviam fracassado.¹³⁴ O novo administrador levou meses até conseguir informar os moradores do interior de sua vinda, tomar posse do cargo e alcançar Massangano com os reforços, munições e provisões que trouxera, sem que alarmasse os neerlandeses. Reportou somente em setembro a El Rei sobre sua chegada na costa africana e as informações que colhera de remanescentes dos socorros anteriores e de refugiados portugueses de Benguela. O teor da carta consistia principalmente em informações sobre o “miserável estado das coisas de Angola”.¹³⁵ No início de novembro, Souto Maior chegou ao presídio, depois de empossado nas proximidades da ilha de Ensandeira, no rio Cuanza, numa espécie de passagem de faixa, já que ali cruzou caminhos com Pedro César de Menezes, dispensado do posto e de partida para Portugal. O novo governador encontrou a guarnição de Massangano em graves dificuldades e, do seu ponto de

¹³¹ Sobrinho de Francisco de Vasconcelos da Cunha, um ex-governador de Angola, Bartolomeu chegou àquele reino junto com o tio, no início do mandato deste, em 1635, vindo da Bahia. No Brasil, teria participado de um socorro aos moradores e combatentes de Pernambuco, ao lado do irmão e do tio, antes de cruzar o Atlântico. CADORNEGA, António de Oliveira. op. cit., vol. I, 1972, p. 189.

¹³² Ibid., p. 517, 518.

¹³³ Souto Maior também tinha ordens de fundar na costa, onde fosse possível e conveniente, uma nova povoação que fizesse as vezes de base portuguesa em Angola e embarcadouro de mercadorias e peças, como fora Luanda antes da invasão dos holandeses. Tal movimento, por não se tratar de tomada a força, mas da apropriação de sítio ocioso, não violaria, em tese, as pazes acordadas entre a Coroa portuguesa e os Estados Gerais, ou as tréguas vigentes em Angola. Elegeu o Quicombo para tal fim, e, pouco depois de sua arribada, ordenou que ali erguessem barracas, armazéns e um fortim. Cf. RATELBAND, Klaas. op. cit., 2003, p. 264, 265.

¹³⁴ Cf. “Relação da viagem de socorro a Angola de Teixeira de Mendonça e Lopes Sequeira (abril-julho 1645)”. In: BRÁSIO, António (org.). op. cit., vol. IX, 1960, p. 332-344.

¹³⁵ MAIOR, Francisco de Souto. “Carta de Francisco Sotomaior a El Rei D. João IV (13-9-1645)”. In: BRÁSIO, António (org.). op. cit., vol. IX, 1960, p. 356.

vista, em contraintuitiva¹³⁶ e lamentável cooperação com os batavos, por lhe parecer uma subserviência desnecessária a um inimigo que não deveria depender dos mantimentos¹³⁷ nem das peças que lhes chegavam do interior pelas mãos de lusitanos,¹³⁸ em razão de disporem de arimos cultiváveis no Bengo e no Dande,¹³⁹ e de contarem com a colaboração da rainha Jinga e do rei do Congo na obtenção de cativos.¹⁴⁰ Além disso, o novo governador enxergava problemas graves decorrentes daquela indevida cooperação, “por achar os mais dos moradores tão inclinados à comunicação da Luanda e interesses dela”, problemas que poderiam pôr fim à pretensão portuguesa em Angola, como reporta a El Rei em outra carta, de 4 de dezembro: “não faltam muitos indícios contra alguma da gente mais poderosa deste reino, parte dela suspeitosa na comunicação do flamengo e parte na afeição de Castela [...]”.¹⁴¹ Sabia-se também em Portugal que algumas embarcações de particulares¹⁴² se dirigiam a Angola “com ânimo de carregar de negros em Luanda para voltarem com eles às praças que os holandeses ocupam no Brasil”.¹⁴³ Destarte, Souto Maior sumariza a criticidade da situação ao afirmar que “só a miséria e descontentamento dos soldados, a remissão de uns moradores e os ressaibos de outros, bastava a dar mal fim a este socorro”.¹⁴⁴

A troca da liderança, então, implicou na mudança de perfil das tratativas com os diretores neerlandeses a partir de 1646, tanto pelos agravos relatados ao novo governador no Quicombo e por ele testemunhados em Massangano quanto pelas inclinações de Souto Maior,

¹³⁶ “Foi logo o Governador tomando inteligência das coisas destes Reinos e sabendo o modo e traição que o inimigo holandês tinha feito e se tinha havido com os vassallos portugueses no saque da barra do Bengo e seu alojamento do Gango, [...] roubando-lhes tudo o que possuíam de baixo das pazes feitas e celebradas entre El Rei Nosso Senhor por seus Embaixadores e os Senhores dos Estados de Holanda, estranhando o comércio, trégua e cessão de armas que com aquele inimigo se fez [...]”. CADORNEGA, António de Oliveira. op. cit., vol. I, 1972, p. 383, 384.

¹³⁷ A situação reportada pelos documentos neerlandeses, contudo, era de necessidades alimentares bastante graves, especialmente depois da incursão contra os portugueses no Gango, deixando os férteis arimos abandonados e acabados, enquanto os reforços externos eram espaçados e insuficientes para a manutenção adequada dos soldados, cada vez mais revoltados com o aparente descaso de seus empregadores e com as durezas daquela terra. Cf. RATELBAND, Klaas. op. cit., 2003, p. 258.

¹³⁸ Cf. “Carta do rei do Congo D. Garcia-Afonso II ao padre António do Couto (28-7-1649)”. In: BRÁSIO, António (org.). op. cit., vol. X, 1965, p. 372.

¹³⁹ “De mantimentos [...] da terra não lhes faltava, porque tinham muitos negros, em algumas paragens, a lavar e semear [...]”. SOARES, Manuel. “Informação do piloto Manuel Soares sobre o Reino de Angola (1647)”. In: BRÁSIO, António (org.). op. cit., vol. X, 1965, p. 68, 69.

¹⁴⁰ CADORNEGA, António de Oliveira. op. cit., vol. I, 1972, p. 402. Ver ainda: SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo. A África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Biblioteca Nacional, 2002, p. 442.

¹⁴¹ MAIOR, Francisco de Souto. “Carta de Francisco Sotomaior a El Rei D. João IV (4-12-1645)”. In: BRÁSIO, António (org.). op. cit., vol. IX, 1960, p. 408.

¹⁴² Cf. SILVA, Filipa Ribeiro da. Forms of Cooperation between Dutch-Flemish, Sephardim and Portuguese Private Merchants for the Western African Trade within the Formal Dutch and Iberian Atlantic Empires, 1590-1674. *Portuguese Studies*, vol. 28, n. 2, 2012, p. 159-172.

¹⁴³ “Carta régia ao Conselho da Fazenda (4-5-1646)”. In: BRÁSIO, António (org.). op. cit., vol. IX, 1960, p. 416.

¹⁴⁴ MAIOR, Francisco de Souto. “Carta de Francisco de Sotomaior a El Rei D. João IV (4-12-1645)”. In: BRÁSIO, António (org.). op. cit., vol. IX, 1960, p. 408-410.

que considerava os riscos do enfrentamento dos adversários mais válidos em serviço de El Rei do que a preservação inerte de seus súditos acuados.¹⁴⁵ Aquele reduto no presídio do sertão materializava um empecilho que, a despeito de seu “miserável estado”, impedia o firme assentamento dos flamengos naquelas paragens e, principalmente, o monopólio sobre as vias de obtenção de escravos. Ademais, planejava-se em Portugal, tendo à frente do teatro diplomático em Haia o embaixador Francisco de Souza Coutinho,¹⁴⁶ um contragolpe – que não ocorreu – nos mesmos termos que as investidas sofridas em Luanda e no Maranhão, sob pretextos de amizade que velavam maquinações ofensivas,¹⁴⁷ intento que orientou o envio de Souto Maior como reforço primordialmente *militar* aos portugueses no interior de Angola.¹⁴⁸ Inicialmente, o governador escrevia de Massangano cartas contendo informações imprecisas, que invariavelmente deveriam passar por mãos holandesas no litoral para serem enviadas à Europa, e, assim, confundiriam a vigilância dos agentes da WIC a respeito das forças e suprimentos que trouxera, da situação vivida no sertão e dos planos de Portugal para aquelas terras.¹⁴⁹ Mas o novo administrador não concordava com as práticas de dissimulação nem com a permanência da aparente cooperação com os batavos. Como já havia indicado em um auto escrito em outubro de 1645, sua intenção era a quebra das tréguas.¹⁵⁰ Demonstrava-se sempre desconfiado de tudo que tangia aos flamengos¹⁵¹ e prontamente disposto a antagonizá-los abertamente, contrariando as determinações da Coroa. Num primeiro momento, no entanto, o armistício não foi rompido,¹⁵² sobretudo porque as atenções de Massangano foram direcionadas aos conflitos com a rainha Jinga.

Em março de 1646, passados alguns meses desde que alcançara a Vila da Vitória, tendo conquistado algumas vitórias sobre as forças de Matamba, o substituto de Pedro César de Menezes enviou embaixada a Luanda para que, diante do descontentamento com todas as

¹⁴⁵ Preservação da população e manutenção das pazes requeridas, inclusive, pela Câmara de Angola ao novo governador. Cf. “Requerimento da Câmara de Angola a Francisco de Souto Maior (20-10-1645)”. In: BRÁSIO, António (org.). op. cit., vol. IX, 1960, p. 522, 523.

¹⁴⁶ Cf. PRESTAGE, Edgar. *As relações diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda, de 1640 a 1668*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928, p. 211-232.

¹⁴⁷ “Os negócios de Holanda eram os que davam maior cuidado a El Rei, porque a união deste reino com aquela república era precisa e perigosa: precisa, por não dividir as forças que contendiam com o formidável poder de Castela; perigosa, porque os holandeses usavam da capa da amizade para cobrir as desordens da sua ambição, e mais conseguiam na paz dissimulada do que puderam conquistar na guerra aberta”. ERICEIRA, Luís de Meneses, Conde da. op. cit., vol. II, 1945, p. 133, 134.

¹⁴⁸ RATELBAND, Klaas. op. cit., 2003, p. 256.

¹⁴⁹ CADORNEGA, António de Oliveira. op. cit., vol. I, 1972, p. 377.

¹⁵⁰ “Auto de Francisco de Souto Maior (16-10-1645)”. In: BRÁSIO, António (org.). op. cit., vol. IX, 1960, p. 519, 520.

¹⁵¹ MAIOR, Francisco de Souto. “Carta de Francisco de Sotomaior a El Rei D. João IV (4-12-1645)”. In: BRÁSIO, António (org.). op. cit., vol. IX, 1960, p. 403.

¹⁵² RATELBAND, Klaas. op. cit., 2003, p. 268.

traições experienciadas pelos seus governados, expusesse aos neerlandeses que “não estava pela trégua, e lhe[s] mandava intimar a guerra; a que respondeu o diretor que ele ficava de acordo na guerra que lhe mandava denunciar”.¹⁵³ Uma escalada que parecia necessária e óbvia a Souto Maior, mas que, para parte dos moradores, pareceu “acelerada resolução, visto estar já neste tempo falto de todo o necessário para a vida humana, e lhe aconselharam tratasse de se fornecer primeiro do necessário [...]”.¹⁵⁴ O fato de Van Redinckhoven e seu codiretor, Cornelis Hendricksz. Ouwman, não terem sido informados do desembarque do novo governador luso no Quicombo, por seus subordinados, mas, e talvez principalmente, pelos portugueses com quem se comunicavam, já havia balançado os pilares de cooperação.¹⁵⁵ A diligência na dissolução da bilateralidade diplomática foi então definitiva para que a condução das relações políticas em Angola fosse pautada sobretudo pela animosidade, em detrimento dos interesses das respectivas autoridades metropolitanas ou das pazes em voga entre suas nações.

A partir de então, e de modo irreversível, os turbulentos movimentos de aproximação e cooperação comercial deram lugar à deterioração das relações e à escalada das hostilidades. Depois da repentina morte de Souto Maior em maio daquele ano, houve ainda mais um pedido local de tréguas, desta vez do lado português, assolado pelas incursões dos flamengos e pela guerra travada no interior contra os sobas alevantados e as forças de Jinga, mas que foi condicionado pelos ocupantes de Luanda ao juramento de fidelidade aos Estados Gerais, exigência que foi expressamente negada pelos lusos.¹⁵⁶ O jogo diplomático no Velho Continente suscitaria também tentativas derradeiras de pacificação com vista nos benefícios comerciais e na manutenção das porções que cada facção ainda controlava nos teatros atlânticos em disputa. Todavia, a avaliação do Conselho Ultramarino sobre a proposta recebida das Províncias Unidas no início de 1648 sintetiza os níveis de desconfiança construídos até então, sobretudo, ao longo daquela década. Pareceu necessário aos membros do Conselho, de acordo com as indicações de Jorge de Albuquerque, “considerar os inconvenientes que se lhe oferecem de nos podermos conservar no Reino e comércio de Angola com segurança, verdade e boa amizade com os holandeses”, tendo em vista que “por experiência se tem visto a pouca fé e verdade que esta nação costuma guardar, estando de prêmio suas conveniências e utilidades, de que somente trata [...]”. Destacam, além do histórico das disputas na Índia, as situações vividas

¹⁵³ CADORNEGA, António de Oliveira. op. cit., vol. I, 1972, p. 384, 385.

¹⁵⁴ Ibid., p. 385.

¹⁵⁵ Cf. REDINCKHOVEN, Hendrick van. “Carta do diretor dos holandeses ao governador de Angola (15-11-1645)”. In: BRÁSIO, António (org.). op. cit., vol. IX, 1960, p. 388, 389. Ver também: RATELBAND, Klaas. op. cit., 2003, p. 268.

¹⁵⁶ CRUZ, Luís Félix. op. cit., 1921, p. 57.

no Brasil, em São Tomé e em Angola, particularmente “a pouca fé que guardaram aos governadores daquelas praças, que, estando com pazes firmadas, debaixo da segurança delas, sem ocasião nenhuma foram salteados e tomados, desestimando a fé e palavra que tinham dado por conseguirem sua ambição”.¹⁵⁷ Destarte, apenas as armas colocariam um ponto final na indefinição da posse das paragens.

Essas aproximações, em maior ou menor grau, no Brasil e na África Ocidental, terminaram, invariavelmente, com rompimento e violência. Os coetâneos dão a entender que seria inevitável. Novamente nas palavras de Cadornega, “[...] dizem, como a experiência no-lo mostra, que o gato não pode nunca fazer boa companhia com o cachorro, e menos, e muito menos, a podem fazer católicos romanos com luteranos e calvinistas e outros de semelhantes seitas [...]”.¹⁵⁸ Contudo, a despeito das animosidades, vê-se uma porção de exemplos de proximidade e cooperação política e comercial, construídas em períodos de tempo relativamente curtos, orientadas por fatores diversos, da obediência a ordens superiores aos interesses e às necessidades imediatos de indivíduos, passando por prioridades econômicas. A título de exemplo, em 1645, dezesseis signatários portugueses, entre senhores de engenho e nomes importantes na comunidade da conquista em Pernambuco, teriam denunciado aos neerlandeses as conspirações de seus compatriotas que levariam à insurreição contra o governo da WIC, solicitando também ao bispo da Bahia uma intervenção junto ao governo-geral para que os alevantados da ocupação não tivessem apoio da capital da colônia, muito menos da Coroa.¹⁵⁹ Já alguns, que inicialmente aderiram à revolta, arrependidos, quiseram se amotinar pouco depois, diante de João Fernandes Vieira.¹⁶⁰ Outro caso envolveu o mestre-de-campo general dos últimos anos da guerra de restauração, Francisco Barreto de Menezes, que repetiu, de certo modo, a cordialidade entre lideranças opostas demonstrada por João Maurício de Nassau e Jorge de Mascarenhas, mesmo com o conflito em curso – e por uma razão curiosa. Teria Francisco Barreto, em 1650, enviado um emissário ao Recife para que inquire sobre a possibilidade de comprar couro russo e três selas de montaria. Os membros do Alto Governo, por sua vez, não prestaram objeção e ainda o presentearam com os itens, afirmando em correspondência que “a cortesia de V. Ex.^a merece mais que isto”. Como retribuição, o general

¹⁵⁷ “Convenções a celebrar com os holandeses (17-2-1648)”. In: BRÁSIO, António (org.). op. cit., vol. X, 1965, p. 78.

¹⁵⁸ CADORNEGA, António de Oliveira. op. cit., vol. I, 1972, p. 308.

¹⁵⁹ Documentos pela maior parte em português [...]. op. cit., n. 35, 1888, p. 32-34.

¹⁶⁰ ERICEIRA, Luís de Meneses, Conde da. op. cit., vol. II, 1945, p. 135, 136.

lhes enviou algumas caixas de frutas nativas confeitadas, cujo recebimento foi acusado nas atas diárias da administração.¹⁶¹

Ainda assim, por mais que desponte como uma das esferas mais sensíveis e manifestas das relações luso-neerlandesas, cabe a questão: quão representativa a política seria das outras experiências naqueles ambientes partilhados? E quão influente ela seria sobre as outras esferas da vida? O próprio António Cadornega ressalta a distinção de crença entre católicos e protestantes ao tratar dos impasses e desconfianças observados em Angola, querela indubitavelmente presente na coexistência entre aqueles homens. Atentemo-nos, pois, a ela.

3.2. *Questões de fé*

Em cenários resultantes de conflitos políticos exacerbados por diferenças religiosas, seria impossível que as confissões fossem meras coadjuvantes na vida partilhada entre os homens que disputaram e povoaram aquelas terras nas duas margens do Atlântico Sul. Nas palavras de Gaspar Barléu, cronista e teólogo a quem foi encomendada uma obra laudatória sobre os anos de Maurício de Nassau à frente do governo no Brasil holandês, “para formarmos o poder, sem dúvida valemo-nos também das opiniões religiosas. Cada qual toma a que escolheu como instrumento idôneo para procurar a segurança em benefício não só da salvação dos homens, mas também da dominação”.¹⁶² Se tomarmos o que escreveram os capitães insurretos André Vidal de Negreiros e Martim Soares Moreno, ao afirmarem que a guerra de restauração de Pernambuco tinha como “fim a honra de Deus, o aumento da religião católica romana, o serviço do rei e conservar todas as liberdades e prerrogativas”,¹⁶³ vê-se como era inegável, de ambos os lados, a indissociabilidade do poder político, seus projetos e seu exercício, da fé, o que incluía a atuação dos emissários da(s) palavra(s) de Deus. De um lado, os pastores da Igreja Cristã Reformada,¹⁶⁴ que pregavam a doutrina de Calvino e policiavam as condutas da heterogênea população sob os auspícios da Companhia das Índias Ocidentais; do outro, os padres da Igreja de Roma, que amparavam os moradores e, em sua maioria, resistiam aos esforços de cerceamento da fé “papista”, rótulo pejorativo muito comum no vocabulário dos neerlandeses.

¹⁶¹ *Apud* MELLO, José Antônio Gonsalves de. op. cit., 2007, p. 165, 166.

¹⁶² BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes*. Edições do Senado Federal, vol. 43. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 92.

¹⁶³ *Apud* MELLO, José Antônio Gonsalves de. op. cit., 2007, p. 251.

¹⁶⁴ Para mais sobre a Igreja Reformada nos Países Baixos, ver, entre outros: ISRAEL, Jonathan. *The Dutch Republic: its rise, greatness and fall, 1477-1806*. Oxford: Oxford University Press, 1995, p. 74-105; 361-398; 450-477; ZUMTHOR, Paul. *A Holanda no tempo de Rembrandt*. São Paulo: Companhia das Letras; Círculo do Livro, 1989, p. 107-120.

Pouco se pode dizer sobre o fator religioso nas relações entre lusos e batavos em Angola além de ter sido mais um elemento de distinção, catalisador da cólera que nutriram uns pelos outros, o que é indicado pelas linhas de Cadornega há pouco citadas. Como previamente pontuado, não houve naquelas plagas convivência sob um mesmo regime, e nem mesmo a partilha diária dos mesmos espaços, que tenha aproximado condutas e crenças contrastantes – ainda que as janelas de liberação comercial permitissem contatos frequentes, e que alguns dissidentes e desertores tivessem se aninhado em lados trocados. Graças às constantes e agudas dificuldades cotidianas, assim como à falta de um projeto de ocupação povoadora da parte dos holandeses,¹⁶⁵ exclusivamente interessados no monopólio do tráfico de cativos, não se viu em Luanda uma estabilidade que favorecesse práticas ordenadas de pregação e de devoção das religiões protestantes, ainda que ali estivessem alguns predicantes e, à semelhança de outras ocupações da WIC, houvesse ordenações que previam a difusão da Palavra Reformada e a garantia do espaço para liberdades particulares de credo.¹⁶⁶ Enquanto isso, no interior, as populações portuguesas em vilas e no entorno dos presídios levavam como podiam uma rotina devocional junto dos padres remanescentes, mas, como vimos no capítulo anterior, o trabalho dos homens da igreja foi tomado em grande medida pela assistência, caritativa e médica, mais do que pela pregação e a condução de serviços litúrgicos.¹⁶⁷ Já no norte do Brasil, não sem suas próprias dificuldades, as gentes cultuavam ordinariamente suas respectivas crenças em ambientes coabitados,¹⁶⁸ situação que se desdobrava na constante proteção da própria fé e, quando possível, na repressão da confissão do outro.

O catolicismo, entranhado desde o início na vida do colono português, foi varrido de suas igrejas, conventos e colégios em Olinda e Recife com a invasão em 1630, mas não foi suplantado de pronto como religião protagonista daquelas terras, e nunca totalmente. O regimento da WIC de 1629 previa a oficialidade da Igreja Cristã Reformada em territórios ocupados nas Índias Ocidentais, colocando a cargo dos governantes a organização de condições

¹⁶⁵ Não que houvesse de saída um projeto bem definido para o Brasil. Ainda assim, uma tentativa de ocupação mais robusta, que evoluiu e passou a contemplar as necessidades de povoação, de inserção do colono compatriota na produção de açúcar, é um movimento perceptível no decorrer nas décadas de 1630 e 1640. Porém, um movimento que falhou. Cf. MELLO, José Antônio Gonsalves de. op. cit., 2007, p. 249, 250.

¹⁶⁶ RATELBAND, Klaas. op. cit., 2003, p. 204, 205.

¹⁶⁷ Os impactos da invasão na atuação dos missionários, particularmente dos inicianos, refletidos na diminuição dos registros escritos produzidos pelos irmãos, são bem evidentes nas duas páginas do segundo volume do terceiro tomo da *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal* dedicadas ao período entre 1641 e 1648. Cf. RODRIGUES, Francisco. op. cit., t. III, vol. 2, 1944, p. 263, 264.

¹⁶⁸ Para mais sobre as dinâmicas de tolerância religiosa no Atlântico ibérico, incluindo o período aqui contemplado, ver: SCHWARTZ, Stuart B. *All can be saved: religious tolerance and salvation in the Iberian Atlantic World*. New Haven; London: Yale University Press, 2008.

para o exercício de seus ministros.¹⁶⁹ Mas os primeiros predicantes assalariados, acredita-se que apenas dois, delegados pelo Conselho dos XIX para esse fim, só chegaram ao Brasil em 1633.¹⁷⁰ Um concílio eclesiástico, chamado de Classe, tomou corpo somente três anos depois,¹⁷¹ quando de fato se vê, pela primeira vez, a Igreja Reformada como uma instituição na conquista, que esboçava coesão e tentava coordenar as ações de seus membros a partir de projetos relativamente definidos.¹⁷² Todavia, não desfrutava ainda de grande influência sobre as condutas cotidianas de seus fiéis e daqueles que almejava coibir ou converter, sendo estes particularmente indígenas¹⁷³ e africanos, e aqueles os portugueses católicos, a quem somavam-se os estrangeiros a serviço da WIC devotos de outras religiões.¹⁷⁴ O calvinismo era mandante apenas no Recife e na ilha de Antônio Vaz, onde o catolicismo era proibido. Porém, os neerlandeses daqueles núcleos ainda precisavam tolerar a população judaica, também vetada de qualquer manifestação pública de suas crenças, mas marcadamente distinta quanto aos seus costumes e sua postura em sociedade, além de organizada em suas sinagogas.¹⁷⁵

Aquele mesmo regimento do governo das praças ainda estipulava que seria “respeitada a liberdade dos espanhóis, portugueses e naturais da terra, quer sejam católicos romanos, quer judeus, não podendo ser molestados ou sujeitos a indagações em suas consciências ou em suas casas particulares” – banindo, todavia, tudo que concernia aos jesuítas e vetando o funcionamento de conventos, claustros, colégios e espaços “de qualquer outra ordem ou clero” que não da Igreja Reformada.¹⁷⁶ Mas foi apenas a partir de 1635, em virtude da expansão da

¹⁶⁹ Regimento do govêrno das praças conquistadas [...]. op. cit., 1886, p. 289-292.

¹⁷⁰ Havia, claro, ministros vindos anteriormente, no amparo das tropas, a exemplo de Johannes Baers, confessor do coronel Diederick van Waerdenburgh. Todavia, o projeto de instauração da Igreja Reformada na conquista seguiu a passos muito lentos na primeira metade da década de 1630. Cf. WÄTJEN, Hermann. op. cit., 2004, p. 344-350; NEME, Mário. op. cit., 1971, p. 158-161.

¹⁷¹ Ainda assim, a infraestrutura da Igreja Reformada no Brasil, em consonância à falta de ministros, sempre foi precária. As nótulas diárias do governo no Recife indicam, em 1640, a subutilização dos espaços de culto apropriados dos católicos em Olinda e Recife, deixados praticamente a esmo, tendo itens surrupiados pela soldadesca e servindo de antros acumuladores de lixo. Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. *O Brasil Holandês (1630-1654)*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010, p. 217.

¹⁷² Cf. NOORLANDER, Danny L. *Heaven's wrath: the Protestant Reformation and the Dutch West India Company in the Atlantic world*. Ithaca: Cornell University Press, 2019, p. 110-135.

¹⁷³ Cf. VAINFAS, Ronaldo. O plano para o bom governo dos índios: um jesuíta à serviço da evangelização calvinista no Brasil Holandês. *Clio - Revista de Pesquisa Histórica*, n. 27-2, 2009, p. 145-162.

¹⁷⁴ “A Reforma [Protestante] significou [...] uma regulamentação levada a sério e infinitamente incômoda da conduta de vida como um todo, que penetrava todas as esferas da vida doméstica e pública até os limites do concebível”. WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 30. Para mais sobre a questão no Brasil neerlandês, ver: SCHALKWIJK, Frans L. *Igreja e Estado no Brasil Holandês (1630 a 1654)*. 3ª edição revista. São Paulo: Cultura Cristã, 2004, p. 185-380.

¹⁷⁵ Para mais sobre os judeus no Brasil holandês, ver: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da Nação: cristãos-novos e judeus em Pernambuco, 1542-1654*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 1989, p. 199-522; VAINFAS, Ronaldo. *Jerusalém colonial: judeus portugueses no Brasil holandês*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010; WIZNITZER, Arnold. *Os judeus no Brasil colonial*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora; Editora da Universidade de São Paulo, 1966, p. 36-126.

¹⁷⁶ Regimento do govêrno das praças conquistadas [...]. op. cit., 1886, p. 292, 293.

conquista e das importantes vitórias contra a resistência luso-brasileira, que tais diretrizes puderam ser de fato postas à prova, com a ampliação e a diversificação das gentes governadas pelo regime da ocupação. A movimentação dos flamengos para cooptarem os moradores¹⁷⁷ se tornou mais patente, como dito, depois do rendimento da Paraíba. Na ocasião, ofereceram liberdade de “exercício de consciência do mesmo modo como [...] usado antes”, estendendo a devoção aos espaços tradicionais do catolicismo, o que seria uma ampliação das concessões previstas no regimento de 1629.¹⁷⁸ Permitiriam aos lusos que continuassem “frequentando as igrejas e praticando os sacrifícios divinos, conforme os seus ritos e preceitos”, reafirmando que não roubariam os templos ou deixariam que fossem roubados por salteadores, nem ofenderiam as imagens sagradas ou os padres, “nos atos religiosos ou fora deles”.¹⁷⁹ A circular que previa essas e outras condições aos habitantes da Paraíba deu o tom para as medidas futuras de estreitamento das relações luso-neerlandesas no Brasil, mas tais flexibilizações seriam dura e reiteradamente criticadas pelos ministros calvinistas, além de, ao que tudo indica, parcamente reforçadas pelos governantes e seus subordinados.

Ao retomarmos os tópicos tratados na Assembleia de 1640, vê-se que a liberdade de culto, prevista e prometida, não foi bem assegurada aos católicos.¹⁸⁰ Os portugueses, na ocasião, pleitearam pela autonomia *efetiva* de sua devoção, fora da alçada – e dos abusos – dos agentes holandeses. Em suas próprias palavras, a “liberdade foi concedida a este Estado pelos Muito Poderosos Senhores Estados Gerais e por Sua Alteza [o Príncipe de Orange] e não deve ser uma liberdade apenas de palavras, sem efeitos, e para ser assim não se devem impedir indiretamente os meios do exercício da religião de cada um”, pois “isso equivaleria a dar-se liberdade a um pássaro preso e cortar-lhe as asas com que pode voar”.¹⁸¹ Posto isso, os representantes das câmaras e jurisdições pedem, em primeiro lugar, pela autorização de cerimônias nas igrejas, ruas e locais públicos. Em 1638, Nassau havia acatado sucessivos pedidos da Classe de

¹⁷⁷ Sabiam, contudo, que era mais importante a atração de colonos neerlandeses para consolidação da ocupação, tanto como força produtiva quanto como governados estáveis e mais leais. DUSSEN, Adriaen van der. “Relatório sobre o estado das capitanias conquistadas no Brasil, apresentado pelo Senhor Adriaen van der Dussen ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdã, em 4 de abril de 1640.” In: MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). op. cit., vol. I, 2004, p. 178.

¹⁷⁸ Cf. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 até 1654*. Lisboa: Typographia de Castro Irmão, 1872, p. 118, 119.

¹⁷⁹ LAET, Johannes de. *Historia ou Annaes dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Occidentaes desde o seu começo até ao fim do anno de 1636 por Joannes de Laet, Director da mesma Companhia. Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, vol. XLI-XLII, 1919-20, p. 91.

¹⁸⁰ O que é reconhecido pelo próprio Nassau, em correspondência aos Estados Gerais, profundamente descontente com as condições que lhe foram dispostas pelo Conselho dos XIX como governador do Brasil holandês. Cf. GOUVÊA, Fernando da Cruz. op. cit., 1998, p. 135-137.

¹⁸¹ “Atas da Assembleia convocada pelo Conde de Nassau e Alto Conselho (1640)”. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). op. cit., vol. II, 2004, p. 345.

ministros da Igreja Reformada pela proibição de procissões, estendendo-a a qualquer manifestação pública de culto por parte dos católicos, interdito que também atingiu a comunidade judaica. Algumas dessas manifestações, de maneira provocativa, até ocorriam em certas povoações mais afastadas do Recife, onde a população lusa se sobrepunha aos neerlandeses, mas a publicização dos cultos costumava resultar em desgastes, dos mais sutis, como o recrudescimento das animosidades, aos mais agudos, como a violência perpetrada por homens da WIC. Ademais, essas manifestações eram alvos sistemáticos dos predicantes, críticos do que consideravam a “grande liberdade dos papistas”.¹⁸² Exceções eram granjeadas apenas “com muito dinheiro, com que muitos homens, bons cristãos e tementes a Deus, os peitavam”, como pontua Diogo Lopes Santiago.¹⁸³ Posteriormente, tais proibições e regulações chanceladas por Nassau terminaram por abranger também a costumeira benção de moendas dos engenhos antes das safras – algo praticado por padres até mesmo em propriedades pertencentes a flamengos¹⁸⁴ –, a extrema-unção de prisioneiros condenados à morte, as condições legítimas – segundo as lideranças do regime – em que padres poderiam celebrar casamentos, entre outros assuntos.¹⁸⁵

Os escabinos e representantes lusos também pediram pela anuência de uma autoridade católica superior, um bispo ou vigário geral, que seria requerida diretamente ao papado para coordenar os religiosos que amparavam os católicos na conquista. Naquela altura, a entrada de novos clérigos da Igreja de Roma nos territórios da ocupação estava proibida, e os que conseguiam ingressar na região faziam-no “às escondidas, em traje de leigos, com as barbas crescidas, como fazem quando vão à Holanda”.¹⁸⁶ Alguns anos antes, os moradores já haviam requerido ao governo a permissão para que se formasse uma junta de sacerdotes católicos em Pernambuco que elegeisse um superior que governasse as coisas da fé, cargo que desejavam ocupado por Manoel Calado. A despeito da eventual chancela dos governantes holandeses à proposta, o frei, segundo seu próprio relato, teria recusado a nomeação sob argumentos de que lhe faltava jurisdição e legitimidade espiritual, que só poderiam ser concedidas pelo bispo atuante na Bahia, ele que, por sua vez, respondia a instâncias superiores da Igreja que remontavam ao sucessor de São Pedro. Informado das objeções do frei, Nassau teria ordenado “que mandasse buscar a dita licença e jurisdição, ou do coletor de Portugal, ou de Roma, por

¹⁸² SCHALKWIJK, Frans L. A Igreja Cristã Reformada no Brasil Holandês. Atas de 1636 a 1648. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, vol. LVIII, 1993, p. 166.

¹⁸³ SANTIAGO, Diogo Lopes. op. cit., 1984, p. 163.

¹⁸⁴ MELLO, José Antônio Gonsalves de. op. cit., 2007, p. 142.

¹⁸⁵ NEME, Mário. op. cit., 1971, p. 162.

¹⁸⁶ SANTIAGO, Diogo Lopes. op. cit., 1984, p. 163.

via de Holanda, que ele o aceitaria”. Todavia, “que não lhe falasse na Bahia, nem no bispo que nela estava, porquanto não se queria encontrar com as ordens de Holanda, nem com o decreto de seu Supremo Conselho, pedidos e solicitados pelos seus predicantes”.¹⁸⁷ No final das contas, o arranjo não foi concretizado, o que levou aos requerimentos trazidos pelos escabinos portugueses para a Assembleia.

Além da vinda de novos religiosos católicos para a conquista,¹⁸⁸ estava proibido qualquer contato com autoridades eclesiásticas de fora, particularmente o dito bispo da Bahia, a quem os sacerdotes deveriam reportar diretamente, segundo a hierarquia da Igreja. O nível de desconfiança por parte dos governantes neerlandeses e dos ministros calvinistas era grande. Acreditavam que “debaixo do sigilo da confissão”, os padres “induziam os homens a quanto queriam, [...] e que daquela maneira eram distribuidores das ordens que da Bahia lhes mandavam secretamente, e que por esta via haviam de maquinar algum grande mal”.¹⁸⁹ Os portugueses tentaram contornar o interdito requerendo, além da permissão de uma liderança religiosa superior na conquista, a vinda de padres da própria Holanda, cancelados pelas autoridades da WIC e dos Estados Gerais, para substituírem os que fugiram, faleceram ou foram expulsos no correr da década anterior. Esses argumentos referenciam a grave situação decorrente do exílio de alguns religiosos depois da capitulação do Arraial¹⁹⁰ e da debandada de outros junto de Matias de Albuquerque e depois do conde de Bagnuolo, e o duro golpe sofrido pela já diminuta população de sacerdotes em 1639. Segundo Calado, Maurício de Nassau, depois de testemunhar vários ataques perpetrados por campanhistas enviados de Salvador, seguindo a malfadada tentativa batava de invasão da Baía de Todos os Santos, determinou que “todos os religiosos de qualquer ordem, hábito, e condição”, sendo eles carmelitas, beneditinos ou franciscanos, sob pena de morte, se recolhessem à ilha de Itamaracá. Aqueles que se entregaram, por volta de sessenta, sofreram ali “muitas injúrias e agravos” dos soldados flamengos, e, depois de dois meses confinados, foram embarcados e despachados,¹⁹¹ sem hábitos ou posses, para as Índias de Castela, “com tanta desconfortabilidade, que quase todos

¹⁸⁷ CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 105.

¹⁸⁸ Depois da Restauração monárquica de Portugal, os próprios padres da Companhia de Jesus na Bahia se mobilizaram para granjear de Nassau autorização da livre pregação na conquista, de modo a amparar espiritualmente os fiéis portugueses. Sua embaixada enviada ao Recife em 1641 foi, no entanto, em vão. Cf. LEITE, Serafim. op. cit., 2006, p. 393.

¹⁸⁹ SANTIAGO, Diogo Lopes. op. cit., 1984, p. 165.

¹⁹⁰ Cf. LEITE, Serafim. op. cit., 2006, p. 356.

¹⁹¹ “Quem ler isto com maior talento do que vai escrito não deixará de sentir gravíssima dor ao ver que, em tão pouco tempo, procurava o herege arrancar dali a fé católica plantada desde tantos anos pelo admirável zelo daqueles sereníssimos reis, a quem couberam em sorte estes descobrimentos e conquistas, empregando não pouco em fazenda e singulares vassallos que, pródigos de suas vidas, se fizeram ilustres nesta evangélica cultura”. COELHO, Duarte de Albuquerque. op. cit., 1982, p. 360.

morreram”.¹⁹² A medida foi retorquida com muitos protestos da população luso-brasileira, ao que Nassau respondeu ter seguido uma ordem direta de seus superiores, que não poderia descumprir. Para Diogo Lopes Santiago, “se os do Conselho e o conde deram essa ordem e depois atribuíram a que viera de Holanda, o que fizeram, que tudo se pode presumir dessa gente, que então estava estomagada pelo sucesso infausto da Bahia e armada do conde da Torre que a ela tinha aportado”.¹⁹³ Manoel Calado só não teve o mesmo destino de seus pares, segundo conta, por intervenção do próprio Nassau, que o favorecia e lhe estendeu uma porção de privilégios, entre eles o de poder rezar missa a portas fechadas em casa, convidando alguns fiéis.¹⁹⁴

Os pareceres do governo na Assembleia quanto aos requerimentos sobre religião consistiram, grosso modo, na permissão – ou melhor, na promessa – do “livre e completo exercício” dentro das igrejas, revogando, de certo modo, a proibição emitida a partir dos pedidos da Classe de ministros calvinistas em 1638. No entanto, continuariam vetadas as amostras públicas de devoção, como as procissões. Quanto aos pedidos por uma liderança religiosa superior e a vinda de novos padres, informou-se que seriam retransmitidos ao Conselho dos XIX, terminando, ao que tudo indica, por não serem atendidos. Os membros do Alto e Secreto Conselho sugeriam ainda aos luso-brasileiros que se contentassem “com isto para não ficarem sujeitos a outros inconvenientes, contra os quais não há remédio”.¹⁹⁵ Referiam-se, certamente, aos abusos previamente citados, por parte de oficiais e agentes neerlandeses, sobre os quais, especialmente nas franjas da conquista, tinham pouquíssimo controle, além de não demonstrarem grandes tendências para realmente recrudescerem as punições,¹⁹⁶ com que também haviam se comprometido ao final das discussões do concílio.

Com a partida de Nassau do Brasil na primeira metade de 1644, percebido como um administrador importante para o resguardo dos direitos da população luso-brasileira,¹⁹⁷ assistiu-se novamente a articulações das autoridades protestantes para expulsar os pregadores católicos de Pernambuco. Um conciliábulo foi reunido no Recife, instigado, segundo Calado, por Gaspar Dias Ferreira, que lhe era um grande desafeto e que operava em favor dos interesses batavos

¹⁹² CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 109.

¹⁹³ SANTIAGO, Diogo Lopes. op. cit., 1984, p. 127.

¹⁹⁴ CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 110, 111.

¹⁹⁵ “Atas da Assembleia convocada pelo Conde de Nassau e Alto Conselho (1640)”. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). op. cit., vol. II, 2004, p. 348.

¹⁹⁶ NEME, Mário. op. cit., 1971, p. 172-176.

¹⁹⁷ Em seu “Testamento político”, uma das recomendações de Nassau aos seus sucessores consistia na tolerância “no eclesiástico e nas cousas da Igreja”, devido à sensibilidade da questão para os portugueses. Segundo as notas de Calado, o conselho não foi seguido pelo triunvirato que substituiu o conde. Cf. NASSAU, João Maurício de. “Memória e instrução do conde de Nassau acerca do seu governo no Brasil (1644). In: MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). op. cit., vol. II, 2004, p. 406-408.

para seu próprio benefício – posição também adotada pelo “nobre” João Fernandes Vieira e por outros luso-brasileiros. A congregação foi presidida por um membro do Alto e Secreto Conselho, citado como Manuel Code pelo frei, provavelmente Dirck Codde van der Burgh, “mancebo mui bem inclinado e nobre e mui afeiçoado aos Portugueses, e [que] os defendia em seus trabalhos e opressões”. Por mais que tivesse permitido que Calado falasse aos predicantes na tentativa de dissuadi-los de tal intento, a situação parecia bastante desfavorável para a causa católica. De maneira que o frei se viu obrigado a expor a iminente ruptura que aqueles planos poderiam instigar. “Isto é quebrar-nos a palavra e ir contra os assentos que têm feito com os moradores de que os deixariam viver na liberdade e pureza da Santa Fé Católica Romana”, afirma Calado, “e se lhes tirarem os sacerdotes, quebram-lhes a palavra e não terão ação de se queixarem se os portugueses lhes negarem a obediência e rebelarem, porquanto os portugueses, quem os quiser ter sujeitos e por amigos, não lhes há de tocar na matéria da Fé que professam, nem agravar-lhes suas mulheres”, e aquele que “se atrever a quebrar-lhes a lealdade em algumas destas coisas bem se pode aparelhar para os ter por seus capitais inimigos para todo sempre”.¹⁹⁸ A intervenção junto ao conciliábulo, segundo o frei, teria funcionado. E ela exprime bem a centralidade da questão religiosa, tanto para a vida dos moradores quanto para a articulação política dos administradores da conquista. De toda forma, ouvidos ou não os avisos de Calado, a ruptura viria em meados do ano seguinte. El Rei D. João IV sinalizava aos governantes neerlandeses no Brasil, ainda no início de 1644, ter sido informado pelo frei Estevão de Jesus, enviado de Pernambuco,¹⁹⁹ do “bom termo com que eram tratados os católicos que se acham nas capitanias desse distrito, de que recebi tão particular satisfação [...]”.²⁰⁰ A possibilidade de que pudesse ser um elogio velador de outros interesses da parte do monarca não é improvável. De qualquer modo, como visto, a documentação redigida por indivíduos mais próximos da realidade da conquista pinta um quadro menos auspicioso aos devotos da Igreja de Roma.

No papel, vê-se diligências da administração batava em busca do estabelecimento e da manutenção de um delicado equilíbrio entre concessões e restrições, que visavam balancear também os projetos da WIC, os anseios dos predicantes e os clamores das populações governadas, já que a estabilidade era fundamental para que a ocupação no Brasil rendesse frutos, conjugada ao polo negreiro pelo qual lutavam na África Ocidental. Na prática, viu-se

¹⁹⁸ CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 246.

¹⁹⁹ Coube a ele informar El Rei de uma proposta de venda das capitanias setentrionais aos neerlandeses e, alternativamente, do projeto de levante maquinado em alguns círculos portugueses da ocupação e na Bahia. Cf. MELLO, Evaldo Cabral de (org.). op. cit., 2010, p. 343-345. Ver também: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *João Fernandes Vieira: Mestre de Campo do Terço de Infantaria de Pernambuco*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, p. 89.

²⁰⁰ Documentos pela maior parte em português [...]. op. cit., n. 34, 1887, p. 62.

apenas minguados esforços que reforçassem essas determinações sobre o exercício religioso, concomitantes a muitas condutas que transgrediam os pactos e decretos, fosse da parte dos funcionários e soldados abusadores ou da parte dos moradores que prosseguiam com suas demonstrações públicas e provocações aos neerlandeses fora do Recife.²⁰¹ Nesse cenário de descompasso entre normas e ações, transparece também o perfil dos protagonistas nos movimentos de cerceamento da confissão alheia, no caso, as autoridades eclesiásticas, com influência sobre os governantes, enquanto a postura dos leigos, isto é, seculares, parecia ser primordialmente de resguardo dos próprios direitos, sem necessariamente atacar o exercício devocional de outrem. Claro, a balança do poder favorecia um lado em detrimento do outro e permitia aos predicantes calvinistas certas ações de censura, diferentemente do que se encontrava ao alcance dos padres católicos. Em todo caso, a inclinação ao controle das condutas morais parece ter partido sobretudo dos sacerdotes – ainda que a vigília entre os moradores também transpareça em depoimentos prestados a agentes do Santo Ofício, como veremos. Outra questão a ser pontuada é que os diálogos travados entre a população e as autoridades, particularmente na Assembleia, à vista dos regimentos vigentes e das promessas feitas à comunidade luso-brasileira no decorrer da década de 1630, ilustram a dimensão pragmática da ideia de tolerância para o governo neerlandês, não sendo um princípio,²⁰² como é frequentemente apontado ao tratar do ambiente social diverso das Províncias Unidas que teria influenciado, até certo ponto, a ocupação no Brasil.

Se nos atentarmos para a vida cotidiana, perceberemos alguns movimentos menos condicionados pelas hostilidades político-religiosas, por meio dos quais se cruzavam algumas das barreiras ordinárias entre católicos e protestantes. Acompanhando a rotina de responsabilidades políticas compartilhadas e de trocas comerciais, vê-se aproximações, afinidades e até mesmo conversões de um lado e de outro. Relações em que o fator religioso não era ausente, mas se encontrava marmorizado, se comparado ao protagonismo e à força desses mesmos preceitos – ou assim esperava-se que fosse – na atuação de padres, ministros, conselheiros e administradores. Lembremo-nos do panorama material da vida no Brasil holandês, principalmente do caráter improvisado de muitas estruturas ali construídas, em virtude das dificuldades e da distância em relação aos centros emanadores de apoio e ordenamento no Velho Mundo. Tal estado determinou em grande medida as dinâmicas de ocupação, resistência e aderência lusa ao arranjo organizado pelos batavos. Dessa forma, é

²⁰¹ Cf. SCHALKWIJK, Frans L. op. cit., 1993, p. 169.

²⁰² Cf. ISRAEL, Jonathan; SCHWARTZ, Stuart B. *The Expansion of Tolerance: religion in Dutch Brazil (1624-1654)*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2007, p. 13-30.

preciso que os cursos de ação individual sejam apreciados à luz dessas condições, de suas especificidades e de seus possíveis efeitos sobre os interesses, os receios, o senso de autopreservação, entre outros horizontes da vida dos homens que coabitaram aquelas terras.

Das linhas da WIC, desde 1630,²⁰³ sempre desertavam alguns, em decorrência da precária situação em que viviam e da frágil lealdade devida a seus empregadores, já que boa parte dos soldados não era neerlandesa, e outra nem mesmo devota de religiões reformadas. Alguns franceses católicos,²⁰⁴ por exemplo, encontraram refúgio no Arraial do Bom Jesus durante a guerra de resistência. Outros estrangeiros protestantes optaram pelo mesmo caminho, e uma parcela pequena deles chegou até a adotar o catolicismo,²⁰⁵ o que se registrou também em Angola.²⁰⁶ Eram recebidos e orientados, muitas vezes, por missionários jesuítas nos redutos luso-brasileiros, como reportou o padre Salvador da Silva, na ânuia de 1631.²⁰⁷ Com o crescimento das interações cotidianas depois da tomada da Paraíba e da rendição do Arraial, as boas relações construídas e a influência granjeada com a ascensão social de alguns indivíduos portugueses parecem ter colaborado para que alguns soldados e funcionários “hereges” se convertessem ao catolicismo, ação na qual João Fernandes Vieira teria tomado parte, segundo Diogo Lopes Santiago.²⁰⁸ Houve ainda os que, enfrentando muita fome e outros apertos cotidianos nos redutos neerlandeses, desertaram²⁰⁹ durante a guerra de restauração.²¹⁰ E alguns deles teriam se convertido, como o capitão Dirck van Hoogstraten, que foi nomeado líder de um terço de dissidentes estrangeiros entre as forças insurretas²¹¹ e passou a frequentar missas depois de capitular o forte de Nazaré, no Cabo de Santo Agostinho, até então sob sua chefia,²¹²

²⁰³ RICHSHOFFER, Ambrosius. *Diário de um soldado (1629-1632)*. Recife: CEPE, 2004, p. 88.

²⁰⁴ COELHO, Duarte de Albuquerque. op. cit., 1982, p. 185. Ver também: MELLO, José Antônio Gonsalves de. op. cit., 2007, p. 251, 252.

²⁰⁵ Cf. MELLO, José Antônio Gonsalves de. op. cit., 2007, p. 151; BOXER, Charles R. *O império colonial português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 1969, p. 133.

²⁰⁶ CADORNEGA, Antônio de Oliveira. op. cit., vol. I, 1973, p. 365, 366; COUTO, Antônio do. “Carta do Padre Antônio do Couto ao Padre Jerônimo Vogado (5-9-1648)”. In: BRÁSIO, Antônio (org.). op. cit., vol. X, 1965, p. 241; ERICEIRA, Luís de Meneses, Conde da. op. cit., vol. II, 1945, p. 294.

²⁰⁷ LEITE, Serafim. op. cit., 2006, p. 351.

²⁰⁸ SANTIAGO, Diogo Lopes. op. cit., 1984, p. 179.

²⁰⁹ CALADO, Manoel. op. cit., vol. II, 2004, p. 247, 250, 255.

²¹⁰ A acolhida de desertores foi abertamente oferecida aos homens de guerra da WIC pelos insurretos, “depois de haverem provado, como lhes asseguramos provarão o mau tratamento que a companhia lhes dará”, prometendo-lhes soldo dobrado, tanto aos soldados como aos oficiais. “E se não quiserem seguir a guerra e se inclinarem a viver no país”, prosseguem os moradores de Pernambuco, “se lhes dará terra bastante para cultivarem a seu proveito”. “Manifesto dos portugueses de Pernambuco para justificar a tomada de armas contra os holandeses da Companhia da Índia Oriental [sic]”. In: SILVA, Leonardo D. op. cit., 2011, p. 300.

²¹¹ ERICEIRA, Luís de Meneses, Conde da. op. cit., vol. II, 1945, p. 150.

²¹² “Manifesto dos portugueses de Pernambuco para justificar a tomada de armas contra os holandeses da Companhia da Índia Oriental [sic]”. In: SILVA, Leonardo D. op. cit., 2011, p. 293; CALADO, Manoel. op. cit., vol. II, 2004, p. 94. Ver também: MELLO, José Antônio Gonsalves de. op. cit., 2007, p. 151, 152; MELLO, Evaldo Cabral de (org.). op. cit., 2010, p. 352-358.

sendo taxado de apóstata pela Classe de ministros calvinistas.²¹³ Tem-se notícia ainda de um edital de 11 de julho de 1645, em que se fazia saber “aos soldados, de qualquer nação que fossem, que os que se passassem para o lado dos portugueses teriam salvo-conduto, e, engajando-se para o serviço, não somente receberiam soldo, como se lhes pagaria o que a Companhia lhes devesse [...]”.²¹⁴ Não é difícil supor que tal incentivo tenha atraído uma parcela desses combatentes e que alguns deles tenham sido conquistados pela palavra católica. Sabe-se também que alguns setentrionais que permaneceram no Brasil depois de 1654 foram convertidos por inicianos atuantes na terra.²¹⁵ Mas essas conversões parecem ter pouco relevo nos documentos lusófonos, já que não era uma preocupação saliente dos católicos atraírem os invasores de Pernambuco para sua fé. Já a aproximação de portugueses dos invasores, melhor observada em tempos e regiões em que a guerra havia arrefecido – mas não exclusivamente, já que, como reporta o padre Manuel Fernandes, citado no segundo capítulo deste estudo, moradores “descuidados em suas consciências” já o faziam durante a ocupação de Salvador –, é mais evidenciada, particularmente em registros nos quais a confinidade das práticas “heréticas” constituía um problema.

Exemplo mais notório de deserção no início da guerra de resistência, Domingos Fernandes Calabar angariou considerável prestígio entre os flamengos. É provável que não tenha sido convertido protestante, mas sabe-se que chegou a batizar um filho na Igreja Reformada do Recife em 1634, com a presença de ilustres “padrinhos”, como o conselheiro político Servaes Carpentier, os coronéis Sigismund van Schoppe e Christophe Arciszewski, e outros membros da elite social da capital pernambucana ocupada.²¹⁶ Mas não foi só o mulato que teve contato com as confissões “heréticas”, havia uma porção de moradores aderidos ao regime da conquista que flertavam, em diferentes níveis, com os cultos reformados. D. Pedro da Silva Sampaio, o bispo na Bahia, ex-inquisidor e *persona non grata* para os governantes batavos, colheu, entre 1635 e 1637, dezenas de testemunhos para compor uma devassa, a tratar principalmente do estado das heresias praticadas por portugueses nas porções invadidas do Brasil setentrional.²¹⁷ Em um cenário pouco propício à vigilância da fé, percebia-se entre a população da colônia uma diminuição do fervor religioso, acompanhada de certo ceticismo, que

²¹³ SCHALKWIJK, Frans L. op. cit., 1993, p. 246.

²¹⁴ Documentos pela maior parte em português [...]. op. cit., n. 35, 1888, p. 37.

²¹⁵ LEITE, Serafim. op. cit., 2006, p. 380.

²¹⁶ SILVA, Leonardo D. op. cit., 2011, p. 88.

²¹⁷ Sobre as concessões de poder inquisitorial ao bispado da Bahia, ver: FEITLER, Bruno. Usos políticos del Santo Oficio portugués en el Atlántico (Brasil y África Occidental): el período filipino. *Hispania Sacra*, Madrid, v. 119, 2007, p. 278-281.

resultava em casos de apostasia.²¹⁸ O Provincial Domingos Coelho já receava, antes da capitulação do Bom Jesus, que os moradores, “com a conversação e familiaridade dos holandeses se lhe podiam pegar seus erros e heresias, se lhes faltassem pregadores católicos que os conservassem na fé romana”.²¹⁹ Nos depoimentos do inquérito, dados em sua maioria por refugiados e veteranos do conflito em Pernambuco, detectam-se algumas tendências das interações luso-neerlandesas relacionadas a questões religiosas, e certas figuras transgressoras se destacam.

Enquanto se dizia na Bahia que “clérigos havia lá”, no domínio flamengo, “que não desampararam seus fregueses e puseram suas vidas em muito risco e dignos de Sua Santidade lhes fazer muitas mercês”,²²⁰ o teor de denúncias sobre alguns pregadores mais notórios, justamente devido a suas supostas transgressões e heresias, aponta para um panorama um pouco diferente. De saída, boa parte dos entrevistados indica que “muitos clérigos e frades se ficavam com os holandeses, uns nas terras onde estavam curando igrejas, outros que, vindo-se” até Porto Calvo e mais territórios austrais, na retirada das forças luso-brasileiras derrotadas, “se deixavam ficar com eles, recebendo seu passaporte”. Dificilmente seriam muitos, é provável que os depoentes se referissem à maioria dos poucos padres remanescentes. De toda forma, essa postura dos religiosos, além de representar uma espécie de rendição do catolicismo aos desígnios dos calvinistas,²²¹ serviu de legitimadora para que boa parte da população leiga baixasse a guarda, desconsiderasse seus próprios receios e contemplasse a possibilidade de seguir a vida sob novos governantes, supondo, é claro, que pouco mudaria, especialmente no âmbito devocional, como de fato era prometido pelos agentes da WIC. As razões que levaram à adesão do povo ao regime flamengo são diversas e, por vezes, pouco definidas. Mas é certo que a postura dos padres, dada sua autoridade espiritual, foi um valioso ativo para esse movimento de aproximação, que facilitou também, ironicamente, os flertes de alguns católicos com as seitas protestantes.

Um dos clérigos a se aliar aos holandeses e agir em prol da “conversão” dos habitantes teria sido o padre João Gomes de Aguiar,²²² citado por treze das quarenta testemunhas que depuseram aos inquiridores da devassa. Segundo um desses depoentes, Domingos Cabral Bacelar, que falou ao bispo em agosto de 1635, era notório que Gomes de Aguiar havia

²¹⁸ NOVINSKY, Anita. op. cit., 1968, p. 219-223.

²¹⁹ LEITE, Serafim. op. cit., 2006, p. 371.

²²⁰ NOVINSKY, Anita. op. cit., 1968, p. 247.

²²¹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. op. cit., 2007, p. 242.

²²² Lealdade que pouco lhe serviu, tendo sido preso “somente por suspeita que [...] tiveram” depois de deflagrado o levante contra os holandeses comandado por João Fernandes Vieira. SANTIAGO, Diogo Lopes. op. cit., 1984, p. 214; CALADO, Manoel. op. cit., vol. II, 2004, p. 148, 149.

permanecido com os setentrionais e que “exortava aos moradores dali [...] ficassem com os holandeses”.²²³ Outra testemunha, um tal João Denis, de Camaragibe, em depoimento colhido em Porto Calvo pelo licenciado, provisor e vigário geral de Pernambuco, Manoel de Azevedo, posteriormente anexado aos autos de Silva Sampaio, afirma que Gomes de Aguiar pregava que os holandeses “guardavam melhor sua lei e modo de viver, a palavra que davam aos que com eles tratavam do que os nossos [guardavam] nossa lei [...]”.²²⁴ Postura essa corroborada por outro morador de Camaragibe, Francisco Correa, que descreve a costumeira comensalidade do padre com os batavos, sua exortação pública dos setentrionais e suas opiniões igualmente positivas a respeito deles, parecendo-lhe serem pessoas de palavra e retidão, que, por contraste, faziam-no lamentar o fato de os portugueses não cumprirem a Lei Católica “como eles cumprem a sua”.²²⁵ Não era caso, porém, de ter abandonado o catolicismo, já que o citado Cabral Bacelar também conta ter ouvido que Gomes de Aguiar ainda dizia missa em Porto Calvo.²²⁶ Era, portanto, um agente ambíguo, que teria desertado mas não aderido às seitas “hereges”. Outro acusado como partidário dos batavos desde que estes tomaram a dita vila, em 1635, sem ter deixado também a pregação segundo preceitos da Igreja de Roma, foi Manoel Calado. Conhecido como Manoel dos Óculos e Manoel do Salvador, o religioso da Ordem de São Paulo aparece uma porção de vezes nas denúncias, apontado como aliado espontâneo, “que ficou com os holandeses e persuadiu a pessoas graves, qualificadas, [...] ficassem com eles, e que El Rei Nosso Senhor”, na época, ainda Filipe IV de Espanha, “os não podia restaurar”.²²⁷ Essa postura entreguista, todavia, não tem qualquer rastro na crônica de Calado sobre o tempo dos flamengos e o início da guerra de Restauração,²²⁸ e as várias denúncias apresentadas contra ele não foram acatadas pelo Santo Ofício.²²⁹

O agostiniano Antônio Caldeira é mais um religioso ostensivamente denunciado na devassa como grande instigador da adesão ao regime holandês. Sobressai tanto quanto Belchior Manoel Garrido, alvo de uma devassa especificamente dedicada ao seu caso que o levou à

²²³ NOVINSKY, Anita. op. cit., 1968, p. 238.

²²⁴ Ibid., p. 255, 256.

²²⁵ Ibid., p. 257.

²²⁶ Ibid., p. 238.

²²⁷ Idem.

²²⁸ José Antônio Gonsalves de Mello descarta as acusações de que Calado teria sido um desertor. Cf. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Frei Manuel Calado do Salvador: religioso da Ordem de São Paulo, pregador apostólico por Sua Santidade, cronista da Restauração*. Recife: Universidade do Recife, 1954, p. 46, 47. Ver também: COSTA, Regina de C. R. da. Entre dois Manoéis, Moraes e Calado: libelos contra sacerdotes católicos no Brasil Holandês (1630-1654). *Revista Escritas do Tempo*, v. 1, n. 3, nov. 2019-fev. 2020, p. 116-118.

²²⁹ Cf. SILVA, Marco Antônio Nunes da. *O Brasil holandês nos cadernos do Promotor: Inquisição de Lisboa, século XVII*. Orientador: Nachman Falbel. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003, p. 181-189.

prisão em 1645,²³⁰ e o notório Manuel de Moraes, este que era um mameluco oriundo de São Paulo, membro da Companhia de Jesus, capitão de emboscadas na guerra de resistência, que se converteu ao calvinismo, mudou-se para os Países Baixos, contraiu matrimônio e depois foi processado pela Inquisição.²³¹ Segundo testemunhos, principalmente o do capitão Martim Soares²³², Caldeira teria desertado a companhia de Matias de Albuquerque na região de Porto Calvo para se juntar aos flamengos, quando passou a persuadir moradores, “muitos homens dos nossos honrados [...], que era melhor a amizade dos holandeses que retirarem-se com os nossos”,²³³ e que “estivessem amigos do holandês em suas casas e com sua fazenda, que os holandeses fariam a todos boa companhia, e que escusassem os trabalhos do caminho”.²³⁴ Outro depoente, João Correia de Almeida, narra com detalhes aos inquiridores que “o dito frei Antônio se ficara com os holandeses e tratava com eles, e vinha falar aos nossos que ficaram na campanha sem se poderem retirar, e que pregava, e nas pregações persuadia aos nossos contra Sua Majestade”, afirmando não haver qualquer possibilidade de receberem socorros da Coroa, “e que os holandeses era[m] boa gente, que davam boa passagem”. Incentivava também “que plantassem seus mantimentos para venderem aos ditos holandeses, e que com isso se animavam os nossos a ficar”.²³⁵ Como indica Correia de Almeida, o argumento parece ter sido bem recebido por uma parcela razoável dos habitantes. Segundo o padre Manoel Dias, outra testemunha, o início da relação de Caldeira com os batavos, de quem teria se tornado muito querido, deu-se quando este “fora vender caixas de açúcar ao inimigo e trouxera passaportes, e que os vendia aos nossos em segredo”.²³⁶ A partir daí, a campanha em favor dos invasores também deu lugar às práticas pecaminosas e heréticas do frade, centrais para a devassa do bispo, entre elas o sacramento de hereges, a bebedeira, o amancebamento, a libertinagem e a sodomia. Fossem denúncias precisas sobre a conduta de Caldeira ou motivadas por desavenças e rancores provocados por um indivíduo considerado traidor e péssimo representante dos trabalhos da Igreja na colônia – e que acabou preso, sendo transferido para a Bahia em 1637 –, o movimento de persuasão dos moradores em favor dos neerlandeses, do qual o frei é um dos principais protagonistas, encontra correspondências nas citações, bem menos duras, a outros clérigos, indicando a recorrência da prática e sua efetividade entre a população luso-brasileira.

²³⁰ SILVA, Marco Antônio Nunes da. op. cit., 2003, p. 192-197.

²³¹ Cf. VAINFAS, Ronaldo. *Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês* processado pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

²³² Possivelmente Martim Soares Moreno, mas o último sobrenome não consta no documento.

²³³ NOVINSKY, Anita. op. cit., 1968, p. 250.

²³⁴ Ibid., p. 255.

²³⁵ Ibid., p. 254.

²³⁶ Ibid., p. 245.

Alguns leigos, fossem cristãos velhos ou novos, também são citados nominalmente nas denúncias, que terminaram por fundamentar acusações contra oitenta e uma pessoas. Tais indivíduos são mencionados simplesmente por jurarem obediência às autoridades batavas, com indicações de que teriam sido muitos a fazê-lo – voluntária ou forçadamente²³⁷ –, ou pelos “desvios” perpetrados depois da adesão ao regime e do aparente abandono da devoção católica e da defesa dos ideais e interesses ibéricos. Essas posturas iam da atuação política conjunta e da cooperação comercial, em detrimento da lealdade devida à Coroa, ao despir do manto público de cristão-novo, com a subsequente divulgação de práticas judaizantes. Casos em que se flertava com os protestantismos também são enumerados. Francisco Carneiro, crioulo de uma casa senhorial da freguesia de Itamaracá, enquanto preso pelos batavos naquela ilha, provavelmente por suspeita de espionagem, testemunha aos inquiridores da devassa ter visto, no decorrer de 1635 e 1636, portugueses como Gonçalo Maciel, Cristóvão Ferreira, Estevão Luís, este um serralheiro, e João da Rosa, combatente da resistência que havia se debandado para o lado neerlandês, irem, alguns deles todos os domingos, à igreja da ilha “a ouvir predicações holandeses”, junto de suas esposas e outros familiares.²³⁸ O capitão Cosme Dias Maciel, originalmente estacionado em Itamaracá, disse saber que um tal Martim Lopes também ia a prédicas de protestantes junto de sua mulher e filhos, sendo uma porção delas conduzidas por Jerônimo de Paiva,²³⁹ um ex-jesuíta que atuara na Índia e depois se convertera “luterano”, tendo vindo ao Brasil com os neerlandeses. O rótulo de “luterano”, vale dizer, não era necessariamente distinto do de “calvinista” – por mais que houvesse fiéis de diferentes confissões reformadas no Brasil, como batistas e anabatistas,²⁴⁰ além das citadas –, sendo mais provável que fosse um sinônimo pejorativo empregado por aqueles menos familiarizados com as particularidades das seitas protestantes.²⁴¹ Já Francisco Fernandes Portel, morador de Goiana, testemunha que Miguel Arnao, “holandês ou flamengo de nação”, casado catolicamente em Lisboa, com filhos e filhas naquela freguesia no Brasil, achou-se algumas vezes nas “prédicas dos hereges e que não sabe se ia constrangido, se voluntariamente”.²⁴²

Outro caso relatado envolvia o também serralheiro Domingos Ribeiro, judaizante, sogro de Estevão Luís, de posse de “muitos livros que traz de Itamaracá que os holandeses lhe dão,

²³⁷ NOVINSKY, Anita. op. cit., 1968, p. 239.

²³⁸ Ibid., p. 267, 268.

²³⁹ Ibid., p. 263.

²⁴⁰ SCHALKWIJK, Frans L. op. cit., 2004, p. 187, 188

²⁴¹ Sobre as variadas confissões dos homens empregados pela WIC, ver: MIRANDA, Bruno R. F. op. cit., 2014, p. 65-67.

²⁴² NOVINSKY, Anita. op. cit., 1968, p. 271.

de sua doutrina herética [...]”,²⁴³ uma tendência bibliófila entre os moradores igualmente apontada pelo donatário Duarte de Albuquerque Coelho.²⁴⁴ Além disso, Ribeiro também era pai de mulheres casadas com neerlandeses. Os matrimônios interreligiosos, a propósito, merecem atenção, pois permitem o aprofundamento do exame das questões da fé nos relacionamentos luso-neerlandeses nos trópicos. Essas uniões envolvem credo, mas também indicam outras tendências observadas no convívio, de maneira geral, até mesmo, por vezes, as afetividades desenvolvidas naqueles cenários partilhados. E junto dessas bodas, encontram-se também outras relações subjetivas, como as de amizade.

3.3. *Convivialidades e vínculos ordinários*

As dinâmicas sociais das porções coabitadas no Brasil e na África Ocidental, como vimos até aqui, congregavam fatores políticos e religiosos catalisadores de antagonismo, assim como outros invariavelmente distanciadores, a exemplo das diferentes línguas, entre elas o português, o holandês, o alemão, o espanhol, o inglês, o francês, o italiano e o latim. Não raro tais cenários são comparados à Torre de Babel. Esses fatores não impediram, no entanto, o desenvolvimento de relações de proximidade e cooperação entre indivíduos devotos de fés e seguidores de códigos e de costumes diferentes. Na observação do cotidiano por eles partilhado (Imagem 13), sobressaem as interações mais banais, com certa organicidade, desprovidas de uma agenda clara por parte de seus integrantes, que poderiam envolver o respeito mútuo e, por vezes, sentimentos de apreço. Destacam-se na documentação as relações matrimoniais e as de amizade, não sendo menos importantes à análise do convívio entre os invasores e os moradores do que as disputas e consensos quanto ao governo das gentes e ao exercício devocional.

Ambos os ditos perfis relacionais indubitavelmente presumiam proximidade entre seus protagonistas. Mas especialmente o primeiro era entrecruzado pelos pontos centrais de desencontro entre esses grupos, a rivalidade política e o antagonismo religioso. Consistia, afinal, em casamentos entre estrangeiros protestantes, em sua maioria calvinistas, e portugueses católicos.²⁴⁵ É preciso esclarecer de pronto que o arrolamento de ocorrências desses

²⁴³ NOVINSKY, Anita. op. cit., 1968, p. 263, 264.

²⁴⁴ COELHO, Duarte de Albuquerque. op. cit., 1982, p. 360.

²⁴⁵ As ocorrências de casamentos com membros da comunidade judaica não são aqui contempladas devido à distinção clara de seus membros, por si mesmos e pelos demais atores sociais, a partir dessa herança cultural e de credo, a despeito de a maioria hebreia ser composta por sefarditas, nascidos na Península ou descendentes de peninsulares, falantes do português, afinados com as dinâmicas das sociedades ibéricas. Ademais, matrimônios entre cristãos e judeus no Brasil holandês eram significativamente menos incidentes, por uma série de fatores, entre eles a desproporção populacional, a força das interdições sefardins e, possivelmente, a maior distância entre os credos a ser atravessada na ocasião de conversão dos cônjuges. Para mais sobre os casamentos da comunidade judaica, ver: VAINFAS, Ronaldo. op. cit., 2010, p. 67-71; 169-173; 194-203.

matrimônios nas próximas páginas contempla apenas aqueles oficializados, chancelados pelo governo, o que era menos comum, ou sacramentados por sacerdote, papista ou reformado, na presença de testemunhas. É verdade que, para que a sagração feita por pregador de um ou outro credo pudesse acontecer, era inevitável a conversão de um dos cônjuges. De um daqueles pontos de vista, as bodas seriam inválidas, celebradas por idólatras, e configurariam amancebamento, noção categoricamente expressa por Manoel Calado²⁴⁶ e repetida inúmeras vezes nas atas das assembleias da Classe de pastores.²⁴⁷ Todavia, diferentemente de outras uniões amplamente consideradas licenciosas, que envolviam esponsais reticentes, adultérios e concubinato,²⁴⁸ denunciadas exaustivamente de parte a parte, esses casamentos eram confirmados à luz de códigos válidos nas sociedades europeias, cujas tradições informavam, até certo ponto, o funcionamento daqueles ambientes partilhados no outro hemisfério do Atlântico. Ademais, a conversão é um fator extremamente relevante. O exame dessas transposições de barreiras religiosas para que os matrimônios fossem legitimamente oficializados permite um vislumbre deveras elucidativo dos mecanismos cotidianos de adesão ou rechaço das normas em contraste e concorrência naqueles cenários.

Há de se pontuar que essas uniões não se iniciaram com as invasões neerlandesas. De modo a indicar a longevidade e a dispersão desses enlaces pelos territórios atlânticos, sem que, no entanto, esvazie-se a particularidade dos quadros sociais do período entre 1624 e 1654, cabe arrolar algumas ocorrências. Nos testemunhos e confissões feitos entre 1591 e 1592 ao licenciado Heitor Furtado de Mendonça, capelão enviado pelo Santo Ofício à Bahia, Paula de Sequeira, natural de Lisboa, conta ser filha de Mecia Roiz e do “ourives de prata” Manoel Pires, “meio flamengo”,²⁴⁹ fazendo da confessora neta de indivíduos estrangeiros que se desposaram numa união possivelmente interreligiosa. No primeiro capítulo deste estudo, os corsários neerlandeses chefiados pelos capitães Hartmann e Broer, que assaltaram a Baía de Todos os Santos no ocaso do século XVI, também se depararam ali com um residente oriundo dos Países Baixos, Duarte Osquis, nome aportuguesado²⁵⁰ de Evert Hulscher, dono de engenho proeminente no mercado de açúcar, casado com uma portuguesa e “antigo na terra”, constando

²⁴⁶ CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 207.

²⁴⁷ SCHALKWIJK, Frans L. op. cit., 1993, p. 145-284.

²⁴⁸ Cf. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil Colonial*. São Paulo: T. A. Queiroz; Editora da Universidade de São Paulo, 1984, p. 36-47.

²⁴⁹ *Primeira visitaçāo do Santo Ofício às partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça*. Confissões da Bahia 1591-92. São Paulo: Paulo Prado, 1922, p. 60.

²⁵⁰ Muitos documentos em língua portuguesa contêm versões aportuguesadas de nomes estrangeiros, por costume denominativo do período ou pelo fato de algumas figuras, inseridas em espaços lusófonos, já serem reconhecidas por alcunhas adaptadas.

que, em 1618, já se encontrava na colônia por 39 anos.²⁵¹ Havia então, afinal, fluxo de comércio entre os portos do norte, a Península Ibérica e as colônias ultramarinas, o que, além de suscitar o trânsito de mercadorias e almas embarcadas, também instigava a dispersão e radicação de alguns neerlandeses em territórios de seus parceiros comerciais, fosse na metrópole ou no além-mar.²⁵² Em Angola, desde antes de 1641, residia Baltazar Van Dum, “flamengo de nação, mas de ânimo português”.²⁵³ Era proprietário de arimos no Bengo e casado com uma portuguesa, condição que lhe permitiu transitar entre os agrupamentos luso e batavo durante a ocupação de Luanda, como indica o cronista Cadornega.²⁵⁴ Na povoação em torno do presídio de Massangano, havia também outros flamengos casados com portuguesas que antecederam a invasão. Um deles, correspondente de Van Dum, com quem fazia negócios, era Jacinto da Câmara, que participara da articulação do arranjo comercial entre os habitantes do interior e os holandeses no litoral.²⁵⁵ Quando confrontado por Francisco de Souto Maior a respeito de sua lealdade, jurou fidelidade ao rei de Portugal, tão inserido que estava na comunidade lusa de Angola. O confronto também foi estendido a Paulo Escorel, “comissário de roupas” das fileiras holandesas que havia migrado para Massangano durante a trégua que seguiu o ataque ao arraial do Gango, casando-se lá com esposa católica.²⁵⁶ Há ainda outro relato de matrimônio luso-neerlandês na África Ocidental, um tanto opaco nos registros. Trata-se do enlace de Cornélio Neles, apontado como católico e comissário dos flamengos em Benguela, com uma portuguesa. Não fica claro se a união foi celebrada durante a ocupação daquele presídio, se houve conversão do marido na ocasião, mas, segundo Souto Maior, em carta a D. João IV, Neles teria lhe dado preciosas informações do estado das coisas naquelas terras enquanto refugiado no Quicombo, sendo agregado às fileiras das forças trazidas pelo governador português ao continente.²⁵⁷ A esses exemplos, somaram-se outros durante a estadia neerlandesa nos trópicos. As notícias de filhos deixados pelos setentrionais em Angola depois da capitulação, não especificada a legitimidade da prole, mas distinta entre “filhos” e “mestiços”,²⁵⁸ indicam ocorrências não relatadas de relações dos invasores com portuguesas e também com mulheres nativas. Em

²⁵¹ XAVIER, Lucia F. W. *Sociabilidade no Brasil neerlandês (1630-1654)*. Orientador: Maarten Jansen. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de Leiden. Leiden, 2018, p. 51, 52.

²⁵² Cf. STOLS, Eddy. Os mercadores flamengos em Portugal e no Brasil antes das conquistas holandesas. *Anais de História*, Assis, n. 5, 1941, p. 9-53; VILARDAGA, José Carlos. O morador, o estante e o proibido: flamengos em São Paulo no contexto da Monarquia Hispânica (1580-1640). *Tempo*, Niterói, v. 28, n. 2, 2022, p. 183-201.

²⁵³ CADORNEGA, António de Oliveira. op. cit., vol. I, 1973, p. 334.

²⁵⁴ Ibid., p. 334, 335.

²⁵⁵ Ibid., p. 444.

²⁵⁶ Ibid., p. 366; 386.

²⁵⁷ MAIOR, Francisco de Souto. “Carta de Francisco Sotomaior a El Rei D. João IV (13-9-1645)”. In: BRÁSIO, António (org.). op. cit., vol. IX, 1960, p. 360, 361.

²⁵⁸ “Consulta do Conselho Ultramarino (27-7-1651)”. In: BRÁSIO, António (org.). op. cit., vol. XI, 1971, p. 62.

síntese, essas uniões, antes pontuais, se tornaram mais evidentes e sistemáticas graças à proximidade cotidiana nos cenários partilhados, sobretudo no Brasil.

Mais do que qualquer incompatibilidade de costumes que desestimulasse a proatividade da população varonil portuguesa para com as representantes setentrionais do belo sexo,²⁵⁹ era a proporção entre homens e mulheres naqueles territórios, que implicava, com raríssimas exceções, na união entre neerlandeses e portuguesas. Na América lusa, a população de colonos, organizada em comunidades e famílias, contava, naturalmente, com suas parcelas masculina e feminina. Não era necessariamente um caso de equilíbrio, haja vista os esforços de atração de mulheres para a colônia que pudessem ser desposadas à luz das leis de Deus e do Estado, contribuindo assim para um povoamento moralizado e sem mestiçagem.²⁶⁰ Mas não era o caso de serem elas uma raridade. Uma parte não desprezível dessas mulheres permaneceu na ocupação neerlandesa em Pernambuco, junto de seus pais, maridos e filhos, depois da debandada das forças de resistência. Já o contingente inicialmente mobilizado pela Companhia das Índias Ocidentais era todo masculino e militarizado. Com o passar do tempo, as gentes atraídas para a ocupação no Brasil se diversificaram, assim como suas ocupações, o que levou à vinda de mais mulheres, mas não em volume suficiente para afetar as proporções populacionais da conquista. As poucas²⁶¹ estrangeiras que cruzavam o Atlântico sob as cores neerlandesas, no meio de tantos homens, se encaixavam, grosso modo, em duas categorias: eram esposas ou filhas de trabalhadores autônomos,²⁶² militares²⁶³ ou agentes da WIC, que, perdendo o pai ou marido,²⁶⁴ quase sempre retornavam à Europa, sem prosseguirem com a vida nos trópicos e terem a chance de contrair novo matrimônio; ou eram párias sociais, muitas vezes embarcadas de maneira velada ou clandestina, por não serem interessantes ao arranjo social que

²⁵⁹ As damas não “se poderiam gabar que português algum de Pernambuco se afeiçoasse a mulher das partes do Norte; não digo eu para casar com ela, mas nem ainda para tratar amores, ou para alguma desenvoltura [...]”. CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 206, 207.

²⁶⁰ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. op. cit., 1984, p. 18-63.

²⁶¹ A falta de mulheres estrangeiras no Brasil é evidenciada, como aponta Frans Leonard Schalkwijk, pelo relatório da celebração da Santa Ceia por fiéis de uma seita reformada na Paraíba, em 25 de dezembro de 1635, ocasião que contou com a participação de sessenta e cinco pessoas, sendo que apenas sete eram mulheres, cinco das quais referidas como esposas de outros presentes. SCHALKWIJK, Frans L. O 1º relatório pastoral reformado da América Latina: o “Jurnael” do Rev. Jodocus A. Stetten. *Fides Reformata*, v. VIII, n. 2, 2003, p. 140; SCHALKWIJK, Frans L. op. cit., 2004, p. 73.

²⁶² Eram mercadores, estalajadeiros, vendilhões, sapateiros, tecelões, obreiros, entre outros ofícios. BARLÉU, Gaspar. op. cit., 2005, p. 153.

²⁶³ Listagens de passageiros, civis e militares, coligidas por Bruno Miranda indicam a proporção usual das mulheres desposadas que viajavam aos trópicos com seus maridos combatentes, entre os demais soldados. As nove embarcações que zarparam em direção ao Brasil entre dezembro de 1645 e fevereiro de 1646 somavam um total de seiscentos e quatorze combatentes, vinte e três esposas e nove crianças. Cf. MIRANDA, Bruno R. F. *Gente de guerra: origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)*. Recife: Editora UFPE, 2014, p. 62.

²⁶⁴ Cf. SCHALKWIJK, Frans L. op. cit., 2004, p. 162.

se almejava na ocupação. Uma vez no Brasil, para que conseguissem sobreviver, quase sempre recorriam à prostituição²⁶⁵ – opção rara entre as esposas de militares enviuvadas ou apartadas de seus maridos, mas que conta com registros²⁶⁶ –, impossibilitando, portanto, o ingresso em uma relação matrimonial socialmente legítima.

Os casamentos interreligiosos aparecem em diversos documentos, neerlandeses e portugueses. Em suas *Memórias diárias* [...], Duarte de Albuquerque Coelho aponta que, ainda em 1636, muitos moradores de Goiana já testemunhavam, com pesar, “hereges” se casando com suas filhas e parentes.²⁶⁷ Pouco depois, o donatário lamenta as “raízes que o inimigo ia deitando nas praças que ocupava, [...] casando muitos calvinistas e outros hereges com católicas [...]”.²⁶⁸ Francisco de Brito Freire também situa o início de ocorrências mais sistemáticas desses matrimônios na mesma época.²⁶⁹ Um mercenário inglês a serviço da WIC, Cuthbert Pudsey, conta que, com a tomada do Rio Grande e depois da Paraíba, entre 1633 e 1634, oficiais batavos como Joris Garstman²⁷⁰ – também citado numa carta anônima de outubro de 1640, supostamente de Nassau ao marquês de Montalvão,²⁷¹ como esposo de portuguesa que estaria preso na Bahia e de quem se pedia o retorno à conquista – já se casavam com mulheres lusas “de boa cepa e qualidade”, filhas de senhores de engenho. O que veio a ser repetido por muitos outros,²⁷² entre eles Abraham Tapper, Johan Heck, Jan Wijnants, Frederick Mettingh, Charles de Tournalon e Gaspar van der Ley. No Maranhão, em 1642, um ano depois da força para lá enviada do Recife em paralelo à expedição despachada para Angola e São Tomé, já se falava em portugueses que viviam pouco alinhados aos costumes católicos, acomodando-se aos modos de vida e flertando com os ritos dos holandeses, enquanto algumas mulheres já se casavam com

²⁶⁵ A prostituição era um dos principais problemas a desassossegar a administração e as autoridades militares neerlandesas, por questões disciplinares, morais e sanitárias. Cf. FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 14ª edição. São Paulo: Global, 2004, p. 274; MELLO, José Antônio Gonsalves. op. cit., 2007, p. 87-88; 130-133; SILVA, Leonardo D. op. cit., 2011, p. 163-166.

²⁶⁶ SCHALKWIJK, Frans L. op. cit., 1993, p. 196; 200; 202, 203; 206; 214; 248, 249. Ver também: MELLO, José Antônio Gonsalves. op. cit., 2007, p. 131.

²⁶⁷ COELHO, Duarte de Albuquerque. op. cit., 1982, p. 296, 297.

²⁶⁸ Ibid., p. 360.

²⁶⁹ FREIRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitânia: história da guerra brasileira*. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001, p. 231.

²⁷⁰ Luís da Câmara Cascudo acredita que a família Gracismã, do agreste do Rio Grande do Norte, descenda de Garstman, que serviu como comandante na Fortaleza dos Reis Magos a partir de 1633. Afirma ainda que a própria família credita a teoria. Cf. CASCUDO, Luís da Câmara. *Geografia do Brasil Holandês*. Coleção Documentos Brasileiros, n. 79. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1956, p. 90.

²⁷¹ Documentos pela maior parte em português [...]. op. cit., n. 34, 1887, p. 46.

²⁷² PUDSEY, Cuthbert. *Brasil Holandês*, Volume III: Diário de uma estada no Brasil (1629-1640). Organização de Nelson Papavero e Dante Martins Teixeira. Petrópolis: Index, 2000, p. 67.

calvinistas,²⁷³ a exemplo de Leonora Paz, que desposou Matheus Harmensz.²⁷⁴ Uma tendência que também é indicada pelas Atas Diárias do governo batavo em Pernambuco²⁷⁵ e, anos depois, pelo conde da Ericeira.²⁷⁶ O líder da insurreição luso-brasileira, João Fernandes Vieira, registra em seu testamento, datado de 1674, o caso de um criado francês “herege” de Jacob Stachouwer, este que foi um membro do Conselho Político na primeira metade da década de 1630 e a quem Vieira serviu como feitor. O subordinado do oficial batavo se casara com uma portuguesa católica, com quem teve um filho que, depois da morte do pai e da partida de Stachouwer para as Províncias Unidas, ficou junto da mãe sob os auspícios do Lucideno.²⁷⁷

Parece que tais bodas aconteciam com significativa frequência capitánias afora ao ponto de instigarem alguns moradores a tomarem providências para preveni-las. Em um relatório de inspeção dos territórios ao sul de Pernambuco, um dos Altos e Secretos Conselheiros, Adriaen van Bullestrate, denuncia casos em que meninas de 12 a 14 anos estavam sendo casadas com homens portugueses mais velhos para que não pudessem se casar com holandeses no futuro, o que, na perspectiva dos habitantes, parecia um destino incontornável. Um desses casos teria ocorrido até sem o conhecimento da mãe e do padrasto da menina.²⁷⁸ O alarme do oficial se deu especialmente pelo fato de que, segundo as leis vigentes nos Países Baixos, a idade mínima para esposar seria de 20 anos para mulheres e 25 para homens. Meninas acima de 12 e meninos acima de 14 poderiam contrair matrimônio apenas com a permissão paterna,²⁷⁹ as mesmas idades mínimas adotadas no mundo português, prescindindo, no entanto, dessa autorização.²⁸⁰ No Brasil holandês, esses arranjos preventivos orquestrados por membros da comunidade contavam, em algumas situações, até com o envolvimento de escabinos lusos.

Manoel Calado indica que, pelos idos de 1640, quase vinte mulheres portuguesas haviam se casado com holandeses,²⁸¹ “ou, para melhor dizer, amancebaram, pois se casaram

²⁷³ MORAES, A. J. de Mello (org.). *Corographia historica, chronographica, genealogica, nobiliaria e politica do Imperio do Brasil*. Tomo IV. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1862, p. 225.

²⁷⁴ PONTE, Mark. *Mulheres europeias no Brasil Holandês*. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/dossies/historias-da-nova-holanda/mulheres-europeias-no-brasil-holandes/>> Acesso em 11 jun. 2021.

²⁷⁵ MELLO, José Antônio Gonsalves. op. cit., 2007, p. 148-150.

²⁷⁶ ERICEIRA, Luís de Meneses, Conde da. op. cit., vol. I, 1945, p. 410, 411.

²⁷⁷ VIEIRA, João Fernandes. Testamento de João Fernandes Vieira. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, Recife, n. 25, out. 1869, p. 31, 32.

²⁷⁸ BULLESTRATE, Adriaen van. “Notas do que se passou na minha viagem, desde 15 de dezembro de 1641 até 24 de janeiro do ano seguinte de 1642”. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). op. cit., vol. II, 2004, p. 150; 155.

²⁷⁹ Cf. GROOT, Hugo de. *Inleiding tot de Hollandsche rechts-geleertheid*. Deel I. Arnhem: S. Gouda Quint., 1910, p. 54.

²⁸⁰ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. op. cit., 1984, p. 114.

²⁸¹ Cifra apropriada e timidamente ampliada por Luís da Câmara Cascudo, que, equivocadamente, faz pouco caso das ocorrências de núpcias luso-neerlandesas. CASCUDO, Luís da Câmara. op. cit., 1956, p. 23.

com hereges e por predicantes hereges [...], porque, como eles eram senhores da terra, faziam as coisas como lhes parecia e era mais honroso e proveitoso; e se os pais das mulheres se queixavam, não eram ouvidos, antes os ameaçavam com falsos testemunhos e com castigos”.²⁸² Essa inquietação provocada pela recorrência dessas uniões, em alguns casos sob coação, e celebradas pelo “outro”, portanto ilegítimas, era naturalmente partilhada pelos demais religiosos católicos. Mas de acordo com os depoimentos colhidos para a devassa de D. Pedro da Silva Sampaio, outros documentos inquisitoriais²⁸³ e mais textos de autoria neerlandesa, a incidência desses matrimônios foi subestimada ou subnotificada pelo frei – que posteriormente registra outras ocorrências, como o enlace entre um holandês indicado apenas como Mestre João e Isabel de Araújo, que fora casada com o capitão Sebastião do Souto,²⁸⁴ falecido no cerco de Nassau a Salvador. Calado ainda marca o movimento matrimonial como exclusivamente coercivo da parte dos maridos protestantes, desprezando a voluntariedade das esposas ou, ao menos, de suas famílias. Fato é que o consenso parece ter vigido nessas uniões mais do que o “sequestro” de noivas por parte dos batavos.

Em contraste a esse preocupante enlace de mulheres portuguesas levadas ao seio da Igreja Reformada pelos flamengos, havia também casos em que estes se curvavam diante da seita de Roma, o que, evidentemente, contradiz as informações registradas pelo frei e, certamente, desassossejava os ministros protestantes. Não fica claro se algumas das uniões relatadas eram protagonizadas por neerlandeses e portuguesas, ou se apenas foram sagradas por sacerdotes católicos. De toda forma, entrevê-se aí um movimento contrário ao denunciado pelo autor d’*O Valeroso Lucideno*. As nótulas diárias do governo batavo de fevereiro de 1637 registram que “alguns de nossa nação tinham casado com moças papistas perante os seus padres”.²⁸⁵ Um dos principais membros da Classe de religiosos calvinistas, o espanhol Vicente Soler, que pregava para a comunidade francófona, reclama em uma carta de 1639, endereçada a André Rivet, seu superior em Haia, capelão e confessor do Príncipe de Orange, que, pela grave falta de ministros, um problema aparentemente constante, os holandeses frequentemente procuravam sacerdotes católicos para batizar seus filhos e bendizer seus casamentos.²⁸⁶ Já as atas dos encontros da dita Classe registram numerosos pedidos dos predicantes para que os governantes no Recife, compromissados com a missão dos pastores mas também com o

²⁸² CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 207.

²⁸³ Cf. SILVA, Marco Antônio Nunes da. op. cit., 2003, p. 40-45.

²⁸⁴ CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 314.

²⁸⁵ *Apud* MELLO, José Antônio Gonsalves de. op. cit., 2007, p. 150.

²⁸⁶ SOLER, Vicente J. *Brasil Holandês*, volume III: Dezesete cartas de Vicente Joaquim Soler (1636-1643). Organização de B. N. Teensma. Rio de Janeiro: Index, 1999, p. 58, 59.

apaziguamento das rixas entre seus compatriotas e a população lusa, passassem edital que proibisse os padres católicos de casarem neerlandeses, “assim como que não se considere válido casamento algum que não se realizar na Igreja ou pelo governo”.²⁸⁷ Esse movimento do colegiado acompanhava os pedidos para que a administração cerceasse a inconveniente “liberdade dos papistas”, demandas que resultaram na proibição dos cultos públicos. Para os ministros, as irregularidades dessas uniões tocadas pelo catolicismo e daquelas interreligiosas, inevitavelmente seguidas por condutas pecaminosas, estariam, entre uma porção de outros desvios testemunhados e reportados, na raiz da ira de Deus que teria levado à reversão – especificamente com o levante luso-brasileiro – da situação no Brasil contra os batavos, que a consideravam favorável até, pelo menos, 1644. Como era corrente entre os neerlandeses e estrangeiros engajados no projeto da WIC a ideia de que “além da linha equinocial não se peca”, como se a moralidade fosse restrita às partes setentrionais do mundo,²⁸⁸ parecia aos sacerdotes calvinistas que as condutas dos fiéis da Igreja Reformada suscitavam aqueles castigos do Criador.

Percebe-se quão visíveis eram as barreiras e os entraves dessas uniões para esses pregadores, católicos e protestantes, e quão nefastas esperavam que fossem as consequências para aqueles que cruzassem tais fronteiras da crença para celebrar matrimônio por ou com idólatras, o que incluía a conversão e o abandono da “verdadeira” Palavra. Essas uniões “amancebadas” eram então pareadas ao que já se detectava e reportava como vileza inerente à colônia desde antes dos holandeses, como a apostasia, o adultério, o concubinato, a prostituição e demais licenciosidades e excessos. No entanto, a frequência não desprezível com que esses matrimônios ocorriam, a conversão de parceiros para a religião do outro, resultado e catalisadora de maior integração social entre lusos e batavos, ao que parece, também se refletia na vida partilhada como um todo, na política, nas atividades comerciais e nos reportados vínculos de amizade que veremos mais adiante. Em resumo, denotam um comportamento por parte desses homens e mulheres pautado por princípios significativamente menos rígidos que os que governavam ministros e padres.

Dois exemplos, sem dúvida dos mais notórios do período,²⁸⁹ bem ilustram as ocorrências de adoção do protestantismo ou do catolicismo por parte dos cônjuges, conversão que informou também o destino desses casais interreligiosos depois da capitulação neerlandesa

²⁸⁷ SCHALKWIJK, Frans L. op. cit., 1993, p. 231.

²⁸⁸ BARLÉU, Gaspar. op. cit., 2005, p. 68.

²⁸⁹ Manuel de Moraes também figura entre os casos mais célebres de matrimônios interreligiosos, mas sua história envolve outros elementos idiossincráticos e importantes, todos os quais foram tratados por Ronaldo Vainfas. Cf. VAINFAS, Ronaldo. op. cit., 2008.

em 1654. Trata-se dos casos de Ana Paes, “a mais desenvolta mulher de quantas houve no tempo deste cativo na capitania de Pernambuco”,²⁹⁰ na perspectiva de Manoel Calado, e do capitão de cavalaria Gaspar van der Ley. Ela, uma herdeira de engenhos, especialmente o da Casa Forte, viu o primeiro marido, Pedro Correa da Silva, falecer em meio à guerra trazida pela invasão da WIC. Durante a ocupação, casou-se não uma, mas duas vezes com estrangeiros, convertendo-se ao calvinismo e, desse modo, prevenindo que seus cônjuges aderissem à Igreja de Roma. O primeiro novo marido, com quem teve dois filhos, foi Charles de Tournalon. No Brasil desde os anos iniciais da presença batava, serviu na guarda pessoal do conde João Maurício de Nassau até ser denunciado por conspirações que teriam envolvimento com a revolta luso-brasileira no Maranhão, quando foi deportado para os Países Baixos, em 1643, falecendo por lá no início do ano seguinte. Depois foi a vez de Gisbert de With, o respeitado diretor da Paraíba, cuja transferência para o Recife em 1644 foi protestada pelos moradores e escabinos do território na citada carta ao Conselho dos XIX. Depois de um período realocado no centro administrativo da conquista, De With anunciou ao Alto e Secreto Conselho a intenção de casamento com Ana Paes, enlace que foi autorizado e depois confirmado.²⁹¹ Ela, afinal, também tinha bom trânsito nos círculos neerlandeses.²⁹² Com a capitulação de Taborda, cuja discussão de termos de rendição contou com a participação de De With,²⁹³ o casal partiu para a Holanda, levando consigo os filhos que Paes teve com Tournalon, Isabella e Kornelius, e a criança fruto do último casamento, Elizabeth de With. Sabe-se que o esposo ainda tomou parte nas negociações diplomáticas que culminaram no Tratado de Haia, assinado entre Portugal e as Províncias Unidas em 1661,²⁹⁴ e que a mulher faleceu em sua residência de Dordrecht no ano de 1674.²⁹⁵ Quanto a Gaspar van der Ley, um oficial na cavalaria do exército neerlandês, que atuou como escabino em algumas jurisdições diferentes e também foi proprietário de engenhos,²⁹⁶ ele contraiu matrimônio católico com Maria de Mello, filha de Manuel Gomes de

²⁹⁰ CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 125.

²⁹¹ Idem.

²⁹² Ver a carta assinada pela “muito obediente cativa Dona Anna Paes” e enviada ao conde de Nassau em: Documentos pela maior parte em português [...]. op. cit., n. 34, 1887, p. 59, 60.

²⁹³ MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 3ª edição, definitiva. São Paulo: Editora 34, 2007, p. 355.

²⁹⁴ Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. op. cit., 2011, p. 222-258.

²⁹⁵ Cf. SILVA, Leonardo D. op. cit., 2011, p. 213-215.

²⁹⁶ Mais especificamente Algodoados, o principal, além de Utinga de Cima e Utinga de Baixo, adquiridos entre 1638 e o início da década de 1640, com a abundância de crédito oferecido pela WIC na tentativa de reativação da indústria açucareira arrasada depois dos anos de conflito com a resistência luso-brasileira. Cf. MELLO, José Antônio Gonsalves de. op. cit., 2007, p. 146, 147. Para mais sobre a política de empréstimos da Companhia naquele período e suas consequências, ver: MELLO, Evaldo Cabral de. op. cit., 2012. p. 36-56.

Mello e descendente de uma proeminente família do Cabo de Santo Agostinho.²⁹⁷ Durante a insurreição, Van der Ley desertou as linhas batavas e atuou contra seus compatriotas, sendo celebrado pelas tropas luso-brasileiras²⁹⁸ junto de outros oficiais não nomeados que eram casados com portuguesas e que também se aliaram aos insurretos.²⁹⁹ Desse matrimônio, surgiu a família Vanderley,³⁰⁰ quase folclórica em Pernambuco e com descendentes de que se tem notícia até os dias de hoje.³⁰¹

Os dois casos giram em torno de figuras heterogêneas, mas ainda assim ilustram movimentos análogos de transposição da barreira de religião e adoção das crenças do cônjuge. Além dessa perspectiva, também é possível encará-los a partir da configuração comum de esposo neerlandês e esposa portuguesa, como amostras dos distintos caminhos possíveis aos protestantes no casamento com uma mulher católica. Van der Ley abraçou o catolicismo, enquanto Tournalon permaneceu devoto de seita reformada, levando à conversão de Ana Paes, o que sedimentou bases propícias para o matrimônio dela com De With. Há de se reparar também que o destino dos casais podia se atrelar ou não à *terra brasilis* a depender, entre outros fatores,³⁰² desse movimento de conversão dos cônjuges, sobretudo dos maridos. Os neerlandeses poderiam insistir no retorno à pátria, como muitos de fato fizeram e levaram suas esposas portuguesas consigo, ou se entregarem à vida na colônia católica, trajetórias respectivamente exemplificadas por De With e Van der Ley. Inclusive, de acordo com o procurador da Coroa e da Fazenda Real, Antônio da Silva e Sousa, artigos assinados nas capitulações de algumas fortificações durante a guerra de restauração e, principalmente, na rendição de 1654, davam aos flamengos casados com portuguesas a opção de ficarem no Brasil, de posse de suas fazendas, “como se foram portugueses, gozando todos os privilégios que eles gozam”, o que muitos aceitaram, permanecendo em suas propriedades.³⁰³

²⁹⁷ Cf. FONSECA, Antônio J. V. Borges da. Nobiliarquia Pernambucana, volume I. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. XLVII, 1935, p. 224-242.

²⁹⁸ Documentos pela maior parte em português [...]. op. cit., n. 35, 1888, p. 46, 47.

²⁹⁹ Ibid., n. 34, 1887, p. 95, 96.

³⁰⁰ Cf. FONSECA, Antônio J. V. Borges da. op. cit., 1935, p. 117-125.

³⁰¹ Cf. FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª edição. São Paulo: Global, 2006, p. 336; FREYRE, Gilberto. *Nordeste*: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 7ª edição. São Paulo: Global, 2004, p. 122, 123; FREYRE, Gilberto. op. cit., 2004, p. 189, 190; FREYRE, Gilberto. “Prefácio”. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. op. cit., 2007, p. 16.

³⁰² Assim como o endividamento com a WIC teve grande papel no mal-estar entre lusos e neerlandeses que catalisou a insurreição, a evasão de dividendos também pode ter motivado flamengos casados com portuguesas a se debandarem para o lado dos alevantados, assim como a sua permanência no Brasil depois de 1654. Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. op. cit., 2007, p. 335-343.

³⁰³ SOUSA, Antônio da Silva e. Relação do Dr. Antônio da Silva e Sousa sobre a rebelião de Pernambuco (1645). *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. LVII, 1939, p. 99.

Além dos casos mais ilustres, outras ocorrências sem a mesma notoriedade também figuram na documentação, sobretudo nos autos da devassa de D. Pedro da Silva Sampaio. De imediato, junto à quantidade das denúncias, chama a atenção o fato de que os matrimônios elencados diante dos inquiridores foram celebrados antes de 1637, alguns talvez antes mesmo de 1635, ou seja, anteriores ao arrefecimento da guerra nas capitanias invadidas e da estruturação político-administrativa que estreitaria a convivência de portugueses e neerlandeses. São uniões que evidenciam certo “adiantamento” desses níveis de proximidade, menos condicionados ao período de governo do Alto e Secreto Conselho e do conde João Maurício de Nassau, o chamado interregno entre a guerra de resistência e a guerra de restauração.³⁰⁴

Na retificação de seu testemunho inicial, diante de Manoel de Azevedo em Porto Calvo, no dia 5 de novembro de 1636, Francisco Fernandes Portel acrescenta que Izabel Ramires, filha de Diogo Roiz Pereira, o velho, judaizante, apelidado de “o Lagartixa”, havia se casado com o neerlandês João Guterres e que “logo vendera as contas por onde rezava, dizendo que as não haviam mister, e largara o trajo português e se pusera holandesa, louvando muito os holandeses e seu trato, vida e costumes”.³⁰⁵ A mulher também é citada no depoimento de João de Araújo, antigo residente de Itamaracá que exercia funções de tabelião, escrivão e de almotaçaria na capitania da Paraíba.³⁰⁶ Por sua vez, o licenciado João Gomes e o padre Martim Gicomés³⁰⁷, de Camaragibe, informam sobre o casamento de dona Maria, filha de dona Adriana, moradoras da freguesia de Porto Calvo, com um capitão de cavalos holandês, celebrado por predicante protestante. Depois da cerimônia, ambas tinham ido viver nas terras do marido da filha. O posto do homem e o nome incompleto da esposa poderiam apontar para Gaspar van der Ley e Maria de Mello, mas sabe-se das propriedades e da vida do casal no engenho Algoduais no Cabo de Santo Agostinho, além da notoriedade da família da mulher, tornando a correspondência improvável.

Em seu depoimento dado na Bahia, o escrivão de alfândega João de Siqueira disse ao bispo ser público que uma Antônia Soares desposara um “holandês luterano”, em casamento celebrado por um predicante também holandês. Quando questionada por conhecidos sobre aquele arranjo matrimonial, se estava “assim bem casada”, ela teria respondido “que um frade

³⁰⁴ MELLO, Evaldo Cabral de. op. cit., 2010, p. 159-327.

³⁰⁵ NOVINSKY, Anita. op. cit., 1968, p. 272.

³⁰⁶ Ibid., p. 274.

³⁰⁷ Nome presente na transcrição da devassa, mas ausente da lista final de depoentes, que, por sua vez, não conta com especificação sobre ser parte do documento ou ter sido elaborada por Anita Novinsky.

lhe dissera que estava mais bem casada do que se o fora com um clérigo nosso [...]”.³⁰⁸ Além dos relatos de uniões interreligiosas, essa perspectiva dos denunciados sobre a suposta superioridade dos protestantes também é recorrentemente apontada nos depoimentos, junto dos elogios ao invasor professados pelos padres desertores. O capitão Cosme Dias delata aos inquiridores o citado Domingos Ribeiro e suas filhas desposadas por protestantes, e também os informa que Martim Lopes, frequentador de cultos “luteranos”, havia casado uma de suas filhas com neerlandês, em cerimônia reformada, e que ele e sua esposa eram padrinhos numa porção de matrimônios holandeses, legitimando, portanto, uniões sacralizadas pelas confissões “heréticas”.³⁰⁹ Dias Maciel conta ainda que duas moças da freguesia de Igarassu, filhas de um tal Aranha e sobrinhas de outro Pimenta, “as quais chamam ‘as Pimentinhas’”, foram casadas com dois “hereges”, e que era público como professavam valerem mais os flamengos que os portugueses.³¹⁰ O citado Fernandes Portel também afirma ter ouvido “por muitas vezes dizer a dona Catarina, assim ora chamada mulher de João Vinhaes [Jan Wijnants], holandês e rebelde”, filha de Luciano Brandão, senhor do engenho Nossa Senhora do Rosário de Goiana, “que a nossa lei não era boa e que a dos holandeses era a verdadeira e a boa [...]”. Catarina havia sido casada nos ritos protestantes, assim como duas tias suas, irmãs de sua mãe, Nísia – ou Luíza, os testemunhos destoam – e Joana. A primeira era esposa do ex-jesuíta Jerônimo de Paiva, e a outra de um comissário batavo, Vicente de Vanberg. Soma-se ao coro delator Gaspar Baião, morador Goiana, que, além de apontar o enlace de uma mulata bastarda, filha de Francisco Carreiros, com um holandês chamado Bartolomeu, tornando-se frequentadora das prédicas dominicais “hereges”, também denuncia Catarina Brandão, afirmando ser ela “muito grande inimiga dos portugueses”, acusando-os “tanto que o próprio marido lhe fora a mão dizendo-lhe para que acusava seus naturais, pois era portuguesa como eles”.³¹¹

As delações sobre a esposa de Jan Wijnants e suas tias são reiteradas por João de Araújo, que também lista Domingos Ribeiro e suas filhas no rol de desviantes. A família de Ribeiro também é arrolada na segunda aparição do capitão Dias Maciel diante de Manoel de Azevedo em Porto Calvo, para fins de retificação de testemunho, na qual acrescenta ainda que sabia

que dona Vitória de Moura, mulher que ficou de Mathias Furtado, moradores em Igarassu, casara com um holandês herege com as cerimônias holandesas, com padrinhos e madrinhas holandeses. Sabe mais, que Maria da Cunha, mulher de Cristóvão Ferreira, moradores na ilha de Itamaracá, fora ser madrinha de uma filha de Domingos Ribeiro, serralheiro, outrossim morador na ilha; fora ser madrinha quando a dita filha do Ribeiro casou com um

³⁰⁸ NOVINSKY, Anita. op. cit., 1968, p. 243.

³⁰⁹ Ibid., p. 263.

³¹⁰ Ibid., p. 264.

³¹¹ Ibid., p. 277.

flamengo herege, que casaram com as cerimônias heréticas. Sabe mais, que Bento Gazzo, genro de Domingos Ribeiro, houvera de sua mulher um filho estando na ilha com os holandeses, e o batizara o predicante dos holandeses com suas cerimônias, porém que depois se fora aos padres da Companhia que estavam vizinhos à vila de Igarassu e que, com seu conselho deles, o tornara a batizar com os ditos padres e cerimônias da Igreja Católica, e foi seu padrinho João Gomes³¹², filho que ficou de Antônio Brás, morador na capitania de Itamaracá.³¹³

O vai-e-vem entre as seitas na ocasião do batismo, como fizera Domingos Fernandes Calabar, é particularmente revelador do quanto poderiam ser fluídas as fronteiras entre ritos católicos e calvinistas, a depender da necessidade, da conveniência ou mesmo da dúvida em relação a tais limites. Um dos poucos exemplos colhidos de Angola é ilustrativo de como o desamparo podia catalisar a aproximação, e até a conversão, por meio do sacramento batismal. Uma mulher neerlandesa, grávida, foi encontrada num *kilombo* da rainha Jinga, quando assaltado pelos portugueses e abandonado pela monarca e por sua corte. A flamenga lá estava por ter acompanhado o marido,³¹⁴ possivelmente um emissário diplomático da WIC estacionado em Matamba, cujo destino depois da investida lusa pode ter sido a morte ou a fuga junto à comitiva da rainha, levando junto um filho do casal. A moça, prenhe, sozinha, foi acolhida pelos portugueses. Quando deu à luz, batizou a criança como católica e também se permitiu aquele sacramento, vivendo o resto dos seus dias, como informa Cadornega, na povoação do presídio de Cambambe.³¹⁵ No Brasil, o desamparo em função da escassez de predicantes levava fiéis reformados a recorrerem até a parteiras para performarem algo que se assemelhasse ao ritual que abluísse a alma dos recém-nascidos.³¹⁶ Os próprios ministros da Igreja Reformada reconheceram, no início de suas atividades nos trópicos, indivíduos sacramentados na praxe da Igreja Romana, mormente indígenas e africanos, como já iniciados nos ensinamentos cristãos e aptos à evangelização que procuravam implementar.³¹⁷ Curiosa postura de flexibilização, condicionada pelas necessidades da missão pregadora em condições distantes do ideal.

Outra questão a ser ponderada diz respeito às condutas consideradas corruptas de parte dos religiosos católicos, do seu abandono das forças de resistência em retirada à aproximação

³¹² Possivelmente o mesmo licenciado de Camaragibe, também depoente na devassa.

³¹³ NOVINSKY, Anita. op. cit., 1968, p. 269, 270.

³¹⁴ “[...] os nossos amigos holandeses queriam agradecer tanto aquela Rainha que até flamengas lhe mandavam lá, para ela, com isso, ostentar sua grandeza e mostrar àqueles poderosos sobas Dembos onde tinha o seu assento e quilombo, que até aqueles inimigos de mar em fora lhe eram tributários e obedeciam a seus mandados”. CADORNEGA, Antônio de Oliveira. op. cit., vol. I, 1972, p. 413.

³¹⁵ Idem.

³¹⁶ SCHALKWIJK, Frans L. op. cit., 1993, p. 219.

³¹⁷ Cf. SCHALKWIJK, Frans L. “Índios evangélicos no Brasil holandês”. In: GALINDO, Marcos (org.). *Viver e morrer no Brasil holandês*. Recife: Fundaj; Editora Massangana, 2007, p. 112.

aparentemente espontânea que demonstraram para com os invasores hereges, a quem elogiavam publicamente, como nos casos de João Gomes de Aguiar e Manoel Caldeira. Ainda que seja bem possível que alguns desses clérigos tenham dado certa legitimidade para a adesão ao regime batavo, à vista de outros portugueses, suas deserções também podem ter sido interpretadas como manifesta corruptibilidade dos guias espirituais, desestimulando a confiança de parte da população nos homens da Igreja de Roma e deixando espaço para que a Reformada fosse contemplada como uma alternativa viável.

Transparecem nos depoimentos da devassa, de modo geral, denúncias a cristãos novos, judaizantes ou não, algo esperado, já que eles figuravam entre os principais alvos do Santo Ofício. As menções aos casamentos de moradores com os estrangeiros também não escaparam de tal tendência. Todavia, entrevê-se que não era a tênue relação desses indivíduos com o catolicismo, em função da conversão recente ou da falsa postura pública de cristão, que teria levado moradoras a celebrarem matrimônio com os invasores em rituais calvinistas, haja vista que outros documentos respaldam ocorrências de bodas interreligiosas com configurações variadas, incluindo aquelas em que devotas cristãs velhas desposaram protestantes. Ademais, enquanto credita-se a divulgação pública das heranças e crenças judaicas de muitos dos habitantes previamente identificados como cristãos novos³¹⁸ à fragilização do catolicismo nos territórios invadidos, junto do espaço existente nas Províncias Unidas para o exercício do judaísmo, parcialmente reproduzido no Brasil, o movimento de cristãs novas como Izabel Ramires ou as filhas de Domingos Ribeiro em direção às seitas cristãs reformadas vai na contramão dessa tendência de maior judaização, indicando outra possibilidade de transposição das barreiras de religião, assim como a porosidade desses limites naquele momento.

O cotidiano partilhado ainda foi palco de outro tipo relacional, a amizade. Um tema excessivamente prosaico, que não figurava entre as principais preocupações de autoridades políticas ou religiosas, nem parecia ter grande relevo nas experiências que mereceram lugar nas grandes crônicas do período. Talvez com a exceção de João Maurício de Nassau, e ainda de modo extremamente calculado, não houve entre os dirigentes da Companhia das Índias Ocidentais e seus representantes no Brasil grande interesse por esse tipo de aproximação entre holandeses e luso-brasileiros,³¹⁹ afirmação também possível sobre as lideranças portuguesas. O que não quer dizer que não tenha havido construção de vínculos de amizade entre os indivíduos, dados os níveis de proximidade cotidiana perceptíveis até aqui, nem que tais vínculos nunca

³¹⁸ Cf. MELLO, José Antônio Gonsalves de. op. cit., 2007, p. 259-266; VAINFAS, Ronaldo. op. cit., 2010, p. 262-285.

³¹⁹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. op. cit., 2007, p. 249.

transpareçam na documentação. Destaque para *O Valeroso Lucideno*, já que seu autor, Manoel Calado, havia se radicado, um tanto quanto forçadamente, na principal povoação da conquista e tinha bom trânsito nos ambientes frequentados pela alta administração neerlandesa, sendo ele mesmo um dos três mais relevantes amigos portugueses de Nassau, tríade sobre a qual o frei discorre detidamente em sua obra. A essas camaradagens entre personagens de maior relevo, somam-se também algumas amizades menos distintas, no Brasil e na África Ocidental.

Uma suposição segura, de saída, é a de que não houvesse ou que existissem apenas pouquíssimas amizades entre mulheres ibéricas e setentrionais, devido ao caráter recluso do belo sexo,³²⁰ especialmente das portuguesas, e das diferenças de costumes, bem demarcadas pelo frei Calado.³²¹ As exceções poderiam ter sido as lusitanas casadas com neerlandeses, inseridas em círculos de convivência entre estrangeiros, relacionando-se com outras mulheres em ocasiões específicas de sociabilidade. O que relega, na documentação, o protagonismo dessas ocorrências aos homens. Assim como os casos matrimoniais, deve-se supor também que as amizades não tenham se iniciado nos cenários decorrentes das invasões. Mas indubitavelmente foram estimuladas pelas condições sociais que delas resultaram. Tratemos primeiro daquelas que contaram com figuras menos notáveis durante as ocupações, das quais se tem menos detalhes, mas cujas ocorrências, no tempo e no espaço, evidenciam a importância do vínculo como possibilidade relacional a ser considerada ao refletirmos sobre a convivência luso-neerlandesa no Atlântico Sul.

Na costa africana, a presença anterior a 1641 de indivíduos como Baltazar Van Dum e Jacinto da Câmara, assim como a aderência e permanência de Paulo Escorel e Cornélio Neles, inseridos nas comunidades portuguesas através do casamento e dos negócios, além de dispersos em diferentes núcleos de povoamento, permitem a suposição de que tenham, de alguma maneira, desenvolvido relações de amizade em suas respectivas comunidades. Ainda que a dinâmica de convivência entre estrangeiros e portugueses durante a ocupação batava daquelas terras fosse tênue, dificilmente a radicação desses homens e de suas famílias no seio dos agrupamentos lusos, indicada por António Cadornega, e a prosperidade de seus empreendimentos particulares teriam ocorrido sem vínculos interpessoais.

Quanto ao Brasil, tem-se mais notícias. Há relatos de camaradagens como a de Antônio Cavalcanti e Paul Antoni Daems, este que operou como escolteto e também serviu como

³²⁰ CEULLEN, Mathias van; DUSSEN, Adriaen van der; NASSAU, João Maurício de. “Breve discurso sobre o Estado das quatro capitanias conquistadas, de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil (1638)”. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de (org.). op. cit., vol. I, 2004, p. 108-110.

³²¹ CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 208; CALADO, Manoel. op. cit., vol. II, 2004, p. 179, 180.

escabino em Maurícia nos primeiros anos da década de 1640. A amizade, reportada “como unha e carne”, rendeu ao português um cão de caça apreendido de um tal Manuel de Oliveira durante uma visita de vistoria do agente flamengo a freguesias próximas ao Recife.³²² Também se sabe da proximidade entre o senhor de engenho Rodrigo de Barros Pimentel, de Porto Calvo, e Gerard Crayenstein, corregedor na mesma povoação, a quem o primeiro chama de “amigo e irmão desta vida e alma” em uma carta trocada entre eles, datada de 4 de abril de 1640.³²³ Conta-se da amizade “fiel” entre o secretário Fernando Rodrigues Bulhões, influente na Paraíba e envolvido com os holandeses desde a tomada da capitania, em 1634, e um major Van Els. Eram cúmplices em esquemas de extorsão de outros moradores, ocultados da WIC e que, ulteriormente, levaram à condenação de Bulhões ao enforcamento.³²⁴ Um Sebastião de Carvalho é acusado por Manoel Calado de ser “português no nome e na língua, mas não nas obras nem no coração”, tendo se aproximado dos neerlandeses desde a primeira investida deles a Porto Calvo, em 1635, mantendo com muitos “estreita amizade”, mediando contatos, contratos e fornecendo-lhes alvitres,³²⁵ repassando também informações dos insurretos ao Supremo Conselho em troca de favor e proteção de retaliações dos seus compatriotas, à época da eclosão do levante.³²⁶

O Lucideno, João Fernandes Vieira, em seu testamento de 1674, declara ter tido, no tempo dos flamengos, “por remir minha vexação e viver mais seguro entre eles, [...] apertada amizade com Jacob Stachouwer, homem principal da nação flamenga, com diferença nos costumes”,³²⁷ isto é, distinto e de melhor índole do que seus demais compatriotas. Previamente citado como patrão do francês protestante que havia se casado com uma portuguesa e depois falecido, deixando filho por criar, o holandês teria sido empregador e parceiro comercial de Fernandes Vieira, especificamente na compra de engenhos e outras fazendas. Não obstante registre no testamento a relação como circunstancial e balizada por necessidades e interesses latentes no período da ocupação, o Lucideno deixa transparecer o apreço que tinha por Stachouwer em uma carta de 1647 ao mesmo, regressado ao Brasil devido à sua experiência na terra para reforçar como militar seus então acuados compatriotas.³²⁸ Na correspondência, Fernandes Vieira explica a posição dos insurretos luso-brasileiros, contrários a qualquer curso

³²² CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 274, 275.

³²³ *Apud* MELLO, José Antônio Gonsalves de. op. cit., 2007, p. 249, 250.

³²⁴ O MACHADÃO do Brasil ou Diálogo sobre a decadência do Brasil, entre Kees Jansz Schott, recémchegado d’aquelle paiz, e Jan Maet, caixeiro de negocinte, que também alli esteve com aquelle. Anno do Nosso Senhor de 1647. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, Recife, vol. XIII, 1908, p. 148-150.

³²⁵ CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 307, 308.

³²⁶ *Ibid.*, p. 317.

³²⁷ VIEIRA, João Fernandes. op. cit., 1869, p. 27.

³²⁸ ERICEIRA, Luís de Meneses, Conde da. op. cit., vol. II, 1945, p. 212.

de ação que não fosse dar combate aos neerlandeses, mesmo que isso significasse uma nova devastação das capitanias. O remetente pede ainda ao flamengo “que me considere seu amigo”.³²⁹ A proximidade de ambos também é assinalada por Calado, para quem Fernandes Vieira teria tomado “tanta amizade [com] um dos holandeses que governavam a terra, chamado Jacobo Estacour”. O batavo teria tido “grande confiança, [...] grande fidelidade e verdade” no camarada, tendo-o deixado como responsável por todos os bens que possuía no Brasil quando retornou aos Países Baixos, em 1637. Redigiu ainda uma declaração testamental que previa, na ocasião de sua morte, que “nenhum seu herdeiro poderia tomar conta ao dito João Fernandes Vieira, e que tudo o que dissesse em matéria de suas fazendas fosse crido, e somente se estivesse por o que ele afirmasse, assim de dívidas, como de melhoramentos, porquanto esta era sua última vontade”.³³⁰

Quanto às amizades entre as figuras ilustres, sobressaem, como previamente indicado, os três principais portugueses que orbitaram a figura de João Maurício de Nassau: Manoel Calado,³³¹ João Fernandes Vieira e Gaspar Dias Ferreira. Essas relações foram dadas a conhecer principalmente pelo frei, que discorre sobretudo acerca dos outros dois, um deles homenageado em sua obra, e o outro, um dos seus maiores desafetos. Dos vínculos específicos mantidos pelo conde com cada um, Calado escreve:

o primeiro [ele mesmo] lhe servia de alívio e entretenimento, porque gostava muito de sua boa e honesta conversação, porquanto este mênaco não se metia em coisas de guerra, nem em matérias de governo, mas antes, como era letrado e prudente, o advertia de muitas coisas concernentes a seu bom crédito e reputação, e em benefício dos moradores da terra, com as quais ele se fazia amado e querido de todos; e o segundo [Fernandes Vieira] granjeava sua amizade, presenteando-o com mimos e regalos, e alguns de muito porte, porém tudo à custa de sua fazenda; e o terceiro [Dias Ferreira] fazendo-lhe empreender coisas injustas e executar alguns desaforos e injustiças com os moradores, que tinham mais cara de tirania do que de obras de pessoa de sangue real e imperial; e que o caminho por onde este homem o levava era o interesse de ajuntar dinheiro, à custa do sangue dos pobres e inocentes, com o que este homem o fazia rico a ele, e se fazia rico a si [...].³³²

Os juízos do autor são claros, assim como os motivos que explicariam a boa relação – ou, ao menos, a proximidade – com o conde desfrutada pelos três homens. Calado chega, inclusive, a pintar Nassau como uma figura suscetível a determinadas maquinações dessas companhias. A despeito de suas colocações, não é possível relegar esses vínculos, sobretudo os de Fernandes

³²⁹ *Apud* MELLO, José Antônio Gonsalves de. op. cit., 2007, p. 249.

³³⁰ CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 118, 119.

³³¹ A estreiteza entre o frei e o conde é reconhecida também por outros contemporâneos portugueses, como Diogo Lopes Santiago. SANTIAGO, Diogo Lopes. op. cit., 1984, p. 130.

³³² CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 124.

Vieira e de Dias Ferreira, às tramoias, granjeios e artimanhas, sem que houvesse espaço e disposição para aproximações de tal natureza, com mais ou menos respeito e apreço entre os envolvidos. A estreita relação entre o frei dos Óculos e Nassau evidencia bem a questão. O conde, desculpando-se das suspeitas iniciais que teria nutrido sobre Calado, estimuladas por conselhos de secretários e subordinados anticatólicos a quem lamentava ter dado ouvidos, “lhe pegou da mão direita e lha apertou, dizendo: *Esgud vurind*,³³³ que na língua flamenga quer dizer: bom amigo”, declarando-lhe também “que no que me ocupar e eu o puder servir, que o hei de fazer de boa vontade”.³³⁴

Fato é que, de maneira mais ou menos orgânica, com agendas mais ou menos ocultas, por necessidade, interesse, conveniência ou circunstância, os três lusos angariaram favor de membros do alto escalão do governo neerlandês, especialmente de Nassau. Por mais que se valha do contraste entre as figuras de Fernandes Vieira e Dias Ferreira para enaltecer as virtudes de um e frisar a corrupção do outro, particularmente à vista das razões atribuídas pelo frei às suas proximidades com Nassau, Calado explicita um fator comum: ambos “privavam muito com o Príncipe”.³³⁵ De Gaspar, sabe-se das boas relações que tinha com o conde, que era “mui cabido com o Príncipe e com os do Supremo Concelho, [...] mui sagaz e sabia os caminhos e traças por onde se negociava com os holandeses”.³³⁶ Mal reputado que se tornou entre seus compatriotas no Brasil, “o maior inimigo que os portugueses tinham em Pernambuco, debaixo de uma amizade paliada e de uma virtude sorrateira”,³³⁷ aproveitou e partiu para os Países Baixos, não sem antes tentar vender os engenhos que possuía, na ocasião de retorno do conde depois de atendido e liberado do governo da conquista. Lá, Dias Ferreira se naturalizou neerlandês,³³⁸ foi preso por traição pouco depois, ao ter sua correspondência com o Conselho Ultramarino luso interceptada, fugiu antes do cumprimento da pena e manejou a recuperação da própria credibilidade em Portugal,³³⁹ fazendo jus à sagacidade reconhecida por Calado.³⁴⁰ João Fernandes Vieira, de sua parte, era “homem bem inclinado e amigo de todos, e que acabava

³³³ Provável corruptela ou forma arcaica de “goede vriend”.

³³⁴ CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 231.

³³⁵ Ibid., p. 114.

³³⁶ Ibid., p. 117.

³³⁷ Ibid., p. 221.

³³⁸ PAPEIS concernentes a Gaspar Dias Ferreira. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, Recife, n. 32, 1887, p. 73, 74.

³³⁹ Ibid., p. 75-106.

³⁴⁰ Ainda que bem reputado ao final da vida, a longevidade das narrativas que o detrataram, particularmente *O Valeroso Lucideno*, e a falta de iniciativas panegíricas sobre si, como tomou João Fernandes Vieira, relegaram a reputação de Dias Ferreira predominantemente àquilo que escreveu Manoel Calado. Cf. CLEMENTINO, Kleber. *Gaspar Dias Ferreira, um iago nos trópicos*. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/dossies/historias-da-nova-holanda/gaspar-dias-ferreira-um-iago-nos-tropicis/>> Acesso em 07 fev. 2022.

com os holandeses muitas coisas por árduas e dificultosas que fossem”. Pessoa de “crédito e boa opinião, [qu]e com sua honrada correspondência com todos, veio a ter tanta entrada com os flamengos”, a exemplo do citado Jacob Stachouwer, “que lhe eram mui afeiçoados e o estimavam sobremodo”. Ainda que Calado acuse Dias Ferreira e seja apologético da postura do Lucideno diante dos invasores, similar reputação favorável e bom trânsito também concederam ao líder da insurreição grandes vantagens sociais e financeiras no Brasil holandês.³⁴¹ E essa suposta boa índole, principal marca da descrição do frei e razão do apreço angariado por Vieira dos neerlandeses, também levou à construção de amizades, dado o espaço existente para tal naquele cenário social.

A relevância aparentemente menor desses vínculos para a maior parte dos autores e para os objetivos dos escritos do período resultam em registros proporcionalmente escassos e lacunares, se comparados aos informes sobre as refregas e as durezas cotidianas decorrentes ou agravadas pela guerra. Todavia, diante da análise das diferentes esferas que congregavam lusos e batavos, mesmo as poucas menções a amizades cultivadas entre eles contribuem significativamente para o inventário de possibilidades das relações luso-neerlandesas, sobretudo daquelas destoantes do antagonismo. E especialmente aquelas marcadamente cotidianas, prosaicas, ocorridas abaixo dos círculos políticos e eclesiásticos, das instituições normativas e detentoras de poder. Mesmo que parte dessas amizades tenha sido permeada por interesses individuais que suplantavam a dimensão afetiva.

Tendo observado essas esferas da vida partilhada, cabe, por fim, o exame das impressões portuguesas registradas sobre esses invasores com os quais coexistiram nesses variados formatos, naqueles espaços disputados e compartilhados no intervalo entre a invasão da Bahia e a capitulação de Taborda. O que, afinal, sobressaiu e foi retido dessas relações que variaram da violência e da hostilidade à cooperação e aos enlances matrimoniais?

³⁴¹ CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 118-120.

CAPÍTULO 4 – Retratos dos invasores

A partir das descrições de confrontos, agressões, divergências, cooperações, amizades e afagos, cabe ainda questionar o que sobressaiu como juízo nos relatos portugueses sobre os invasores holandeses. A despeito das aproximações previamente elencadas, as violências testemunhadas e denunciadas de parte a parte são evidentes,¹ sobretudo, a partir das diretrizes deste estudo, aquelas cometidas pelos flamengos e narradas por lusos. O tom das relações entre Portugal e os Países Baixos na primeira metade do século XVII, era, afinal, predominantemente belicoso, uma querela que ainda teria desdobramentos nas décadas subsequentes à capitulação de Taborda, em 1654, ecoando em outras partes do mundo além do Atlântico, partes essas disputadas diplomática ou militarmente entre peninsulares e neerlandeses. O contato entre eles, é certo, não se resume à hostilidade, mas, ao nos debruçarmos sobre aquele contexto, é mister que se destile o essencial das impressões deixadas pelos neerlandeses sem perder de vista a preponderância do antagonismo.

Um aspecto muito recorrente na documentação é a crueldade, manifesta de formas variadas. Vista como fruto do desprezo, ou, ao menos, da negligência da condição comum que unia os homens no mundo, criados à imagem e semelhança de Deus, essa veia hostil é apontada, em diversas ocorrências, imiscuída no estado quase permanente de conflito daqueles territórios. E ela nem sempre se restringia à agressão física. Ao que tudo indica, muitas atitudes dos invasores batavos extrapolavam o que seria moralmente aceitável até mesmo num contexto de guerra, especialmente de europeus cristãos, ainda que de confissão reformada.² Particularmente tendo a figura dos molestados à vista, quem eram, em que situação se encontravam etc. Essas atitudes também não se restringiam às contendas, ressaltando-se igualmente o traço cruel em situações cotidianas. Tais truculências foram, por sua vez, associados ao protestantismo dos neerlandeses, tornando a predisposição tirânica um traço distintivo diretamente ligado às dissidências religiosas inflamadoras do conflito ibero-neerlandês. Destarte, a primeira imagem

¹ Como exemplo, é possível citar a execução de indígenas que lutaram ao lado dos holandeses conduzida pelos luso-brasileiros na ocasião da retomada da vila de Sirinhaém; a degola e o incêndio de batavos que ocuparam e, em seguida, perderam São Luís do Maranhão, o que também se viu em outras ocasiões durante a guerra de restauração; e os massacres, de cerca de oitenta pessoas, na capitania do Rio Grande, no engenho de Cunhaú e em Uruaçu, capitaneados pelos flamengos, à frente de tapuias e potiguares – estes serão tratados mais adiante. ERICEIRA, Luís de Meneses, Conde da. *História de Portugal Restaurado*. Volume II. Porto: Civilização, 1945, p. 42-45; 140-142; 277. Ver ainda: SILVA, Leonardo D. *Holandeses em Pernambuco, 1630-1654*. 2ª edição. Recife: Caleidoscópio; Instituto Ricardo Brennand, 2011, p. 291, 292; BOXER, Charles R. *O império colonial português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 1969, p. 128.

² Percebe-se, por exemplo, como esperavam manifestações de barbárie dos indígenas, “que é gente que não tem Lei, nem Rei, nem Fé”, acusação que, ao menos *a priori*, não se estendia aos neerlandeses. CALADO, Manoel. *O valeroso Lucideno e triunfo da liberdade*. Volume I. 5ª edição. Recife: CEPE, 2004, p. 67.

paulatinamente construída pelos portugueses sobre os flamengos a partir de seus contatos nos trópicos teria sido a de “herege cruel”.

4.1. “Bárbaros brancos e louros”

Na abertura de seu *Manifesto das hostilidades que a gente que serve a Companhia Ocidental de Holanda obrou contra os vassalos d’El Rei de Portugal neste reino de Angola [...]*, de 1649, Luiz Félix Cruz expõe os motivos que o levaram à escrita do texto. Além do registro considerado imprescindível dos trabalhos, constâncias e valores dos súditos de D. João IV diante das provações sofridas nas mãos do inimigo batavo, o secretário expressa seu desejo de “que se publicassem as forçosas causas”, injustas, que “moveram [o invasor] a senhorear-se de Angola, sujeita havia sete anos violentamente ao jugo holandês”. Mas, sobretudo, de que “se manifestassem as hostilidades com que esta nação nestas partes correspondia às tréguas celebradas entre Sua Majestade El Rei de Portugal e os Estados de Holanda [...]”.³ Um dos principais pontos questionados quanto às expedições de ocupação enviadas à África Ocidental e ao Maranhão a partir de Recife foi, como vimos, a incongruência das posturas dos agentes neerlandeses de além-mar em relação às tratativas entre os representantes diplomáticos de suas metrópoles no Velho Mundo. Isto é, a não observância no Atlântico das sabidas negociações em andamento de um possível armistício entre as nações, que deslegitimava novos movimentos ofensivos e tentativas de alargamento de fronteiras das conquistas.⁴ Os termos acordados entre as delegações na Europa passaram a valer ainda em 1641 e, por mais que dependessem de provas públicas de sua ratificação para que entrassem em vigor nos territórios ultramarinos, foram precedidos alhures pelas notícias da Restauração de Portugal, que alimentaram, num primeiro momento, esperanças de convergência entre lusos e neerlandeses em face do inimigo comum, o espanhol, como experienciado outrora. Félix Cruz reporta as ações cruéis perpetradas por seus algozes à luz dessas circunstâncias. Unia-se, dessa forma, a uma seara de escritores, individuais ou agrupados, conhecidos ou anônimos, que se lançaram na década de 1640 à redação de manifestos⁵ sobre o estado de Angola ou das capitanias no Brasil ocupados pelos

³ CRUZ, Luiz Félix. *Manifesto das hostilidades que a gente que serve a Companhia Ocidental de Holanda obrou contra os vassalos d’El Rei de Portugal neste reino de Angola*, debaixo das tréguas que obrigaram ao General Salvador Correa de Sá e Benevides a desalojar estes soldados holandeses dele, sendo mandado a esta Costa por Sua Majestade a diferente fim. *Boletim da Classe de Letras (da Academia de Ciencias de Lisboa): actas e pareceres, estudos documentos e notícias*. Volume XIII, 1918-9. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921, p. 45.

⁴ Os bastidores da movimentação neerlandesa durante essas tratativas na Europa são expostos na correspondência entre o conde de Nassau e seus superiores. Cf. GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Maurício de Nassau e o Brasil holandês: correspondência com os Estados Gerais*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998, p. 124-126.

⁵ Além de outros dois a serem citados mais adiante, há também o “Memorial oferecido ao Rei de Portugal pelos moradores Portugueses da Capitania de Pernambuco”, cuja cópia conhecida foi impressa em holandês; e a “Razão que teve o Povo e Mestre de Campo [João Fernandes Vieira] para se levantar contra os holandeses”, ainda

flamengos. A despeito dos intentos primários que motivaram a feitura de cada um desses textos, todos convergem na exposição do que seus redatores enxergaram como crueldades e abusos cometidos pelos setentrionais, teor que também perpassa, em níveis variados, crônicas, diários, relações e correspondências portuguesas concernentes aos embates durante todo o período entre 1624 e 1654.

À época do assalto à Bahia, os contatos entre flamengos e luso-brasileiros instigaram poucas menções ao comportamento violento dos invasores. A tomada da capital pareceu particularmente assombrosa e foi apontada como “o mais cruel combate” visto naquelas plagas até então pelo autor anônimo⁶ da narrativa sobre a invasão e por Antônio Vieira.⁷ Mas, aparentemente, tal percepção deveu-se mais à pujança do ataque, da artilharia superior e implacável das embarcações neerlandesas que assolava as parcas defesas lusas, do que a uma disposição particularmente nefasta dos setentrionais. Os onze meses seguintes de ocupação assistiram ao confinamento praticamente irrestrito dos holandeses aos limites de Salvador, principalmente depois da morte do coronel Johan van Dorth, em função das emboscadas armadas por portugueses e nativos, de maneira que não houve muitas demonstrações violentas dignas de nota, ao contrário dos numerosos assédios bem-sucedidos dos defensores da terra. Ainda assim, um sermão proferido na primeira missa celebrada após a vitória ibérica e a expulsão dos inimigos da Bahia pelo frei Gaspar D’Ascensão, em maio de 1625, aponta para o distintivo traço cruel dos holandeses, ao recobrar os antecedentes e catalisadores da mobilização da frota restauradora hispano-lusitana. De acordo com o frei, quando receberam em Portugal a notícia da perda de Salvador e souberam de “como eram hereges os tiranos” neerlandeses, “o que principalmente se sentiu foram os agravos de Deus e de sua Igreja santa”; e sendo “filhos fiéis seus” os vassalos da monarquia filipina, “logo se ofereceram todos à empresa de vir castigar estes agravos [...]”.⁸ Já outro sermão, pregado no dia 15 agosto daquele ano em Vila

manuscrito, anexado a uma consulta do Conselho Ultramarino, que expõe dificuldades e faltas cotidianas anteriores e correntes durante a guerra de restauração, mais do que as ações violentas dos neerlandeses. Cf. ADVYS *op de Presentatie van Portugael. Het tweede Deel [...]*. s.l.: Jaer ons Heeren, 1648, p. 27-37; CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV sobre as cartas do capitão Manoel de Queirós de Siqueira e do capuchinho francês, frei Sirílio, em nome dos mestres-de-campo e moradores [...]. Lisboa, 8 de julho de 1647. AHU_ACL_CU_015, Cx. 5, D. 357. Ver também: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *João Fernandes Vieira: Mestre de Campo do Terço de Infantaria de Pernambuco*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, p. 90-92.

⁶ “Conquista Neerlandesa – 1624”. In: TEENSMA, B. N. (org.). *Brasil holandês*. Volume I: Dois Manuscritos Portugueses sobre a Conquista Neerlandesa – 1624 e Reconquista Luso-Espanhola – 1625 de Salvador da Bahia no Brasil. Rio de Janeiro: Index, 1999, p. 49, 50.

⁷ VIEIRA, Antônio. “Ânua da Província do Brasil (30 de setembro de 1626)”. In: VIEIRA, Antônio. *Cartas*. Volume I. Organização e notas de João Lúcio de Azevedo. São Paulo: Globo, 2008, p. 41.

⁸ DASCENÇÃO, Gaspar. *Sermam que pregou o padre frey Gaspar Dascenção da Ordem dos Pregadores na Sé da Bahia de todos os Santos na cidade do Saluador [...]*. Lisboa: Geraldo da Vinha, 1625, p. A2.

Real, em ação de graças à recuperação da capital da colônia americana, vê o frei Simão Correa professar sobre o valor da oração como arma contra os inimigos da cristandade, contra os “filhos alheios”, hereges, blasfemos, cujas manifestações de pretensa “reformação” da fé consistiam em “derrubar igrejas, pisar as imagens dos santos, corromper donzelas, assolar cidades, matar inocentes [...]”.⁹ Percebe-se, pois, que, por mais que tenha sido breve, o episódio da Bahia propiciou experiências que já orientavam ou confirmavam a associação entre o comportamento cruel e a confissão “herética” dos neerlandeses.

Nos relatos referentes ao período conhecido como guerra de resistência em Pernambuco, a tirania sobressai de maneira mais clara e frequente, atrelada a casos mais específicos de violência. As agressões contra a população não combatente, por exemplo, estão entre as mais recorrentes. Já no ataque a Igarassu, em 1632, primeira ofensiva terrestre bem-sucedida e digna de nota dos homens da WIC depois da tomada de Olinda e Recife, que iniciou o rompimento do impasse, do vetado acesso ao interior das capitanias e a regiões provedoras de suprimentos, os flamengos usaram “de muitas crueldades, deixando [...] muitas mulheres despidas, e a outras rasgavam as orelhas para lhes tirarem os brincos”.¹⁰ Em determinada altura da investida, o coronel Diederick van Waerdenburgh teve de intervir e confinar as mulheres incólumes na igreja da Misericórdia, “com a só camisa no corpo”,¹¹ para que a soldadesca em desenfreado saque não lhes causasse mais danos desnecessários. Mandou também esvaziarem as pipas de vinho encontradas na povoação, prevenindo que o indubitável consumo afobado daquele espólio e a subsequente embriaguez¹² dificultassem ainda mais o controle sobre os homens de guerra e piorassem a situação.¹³ A pilhagem era, afinal, uma prática muito comum e autorizada entre as fileiras de mercenários nos exércitos europeus, da qual os contingentes da Companhia não eram exceção.¹⁴ Todavia, é certo que a subjugação das tropas às autoridades sempre foi uma questão desafiadora no Brasil. Para Francisco de Brito Freire, os “ministros do governo político”, até a implementação do Alto e Secreto Conselho, trabalhavam para “que andassem

⁹ CORREA, Simão. *Sermam na procissão de graças que a muito nobre villa de Villa Real fez pella restauração da cidade do Salvador da Bahia [...]*. Lisboa: Geraldo da Vinha, 1625, p. A9, A10.

¹⁰ SANTIAGO, Diogo Lopes. op. cit., 1984, p. 54.

¹¹ COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da guerra do Brasil*. Coleção Recife, vol. XII. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982, p. 122.

¹² Para mais sobre os hábitos de beber dos neerlandeses durante a ocupação de Pernambuco, ver: GURIAN, Gabriel F. *Bebidas e bebedores no Brasil Holandês, 1624-1654*. São Paulo: Editora Unifesp, 2019.

¹³ WAERDENBURGH, Diederick van. “Missiva do Governador D. Van Weerdenburgh, em Antonio Vaaz, aos Estados Gerais (9 de maio de 1632)”. In: GARCIA, Rodolfo (org.). *Documentos Holandeses*. 1º volume. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Saúde, 1945, p. 103, 104.

¹⁴ Cf. MIRANDA, Bruno R. F. *Gente de Guerra: origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)*. Recife: Editora UFPE, 2014, p. 280-305. Ver também: PARKER, Geoffrey. *The Military Revolution: military innovation and the rise of the West, 1500-1800*. Second edition. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1996, p. 45-61.

os soldados menos licenciosos”, mas “melhor podiam sentir que remediar esses danos, em uma campanha tão aberta que facilitava todos os excessos da liberdade militar”.¹⁵

No ínterim de reorganização da população pernambucana depois das capitulações do Arraial do Bom Jesus e do Forte de Nazaré em 1635, movimento dividido entre a permanência nas capitanias sob o regime neerlandês e o retiro junto dos remanescentes da resistência para plagas ao sul, os soldados da WIC continuaram molestando os moradores, mesmo aqueles conformados com a mudança do *status quo*. Segundo o *Manifesto do direito com que os moradores da Província de Pernambuco se levantaram da sujeição, em que por força de armas os tinha posto a sociedade de alguns mercadores das Províncias de Holanda*, transcrito por Manuel Calado n’*O Valeroso Lucideno*, a soldadesca batava tinha como ordens, no momento seguinte à rendição daqueles redutos, “não dar vida a nenhum homem, mulher, nem menino, assolando tudo a ferro e a fogo”, às quais teria obedecido “queimando muitas pessoas vivas nos canaviais, sem embargo de terem passaporte seu, em que os segurava”.¹⁶ Se os homens de guerra poupavam alguns, era mediante extorsão, de bens e de dinheiro.¹⁷ Desagravos curiosos à vista dos esforços de cooptação da população luso-brasileira, que colocavam em xeque tais diretrizes ofensivas. Mas, como pontuado, é compreensível a ocorrência de tais excessos pelas mãos dos combatentes indisciplinados e de difícil contenção. Seja como for, a impressão partilhada acerca da violência da soldadesca é inconteste. A própria inclusão do manifesto no panegírico a João Fernandes Vieira é justificada pelo fato de servir como ferramenta narrativa para que o frei pudesse transmitir “algumas de suas maldades [dos neerlandeses] para dar a conhecer a todo o mundo quão perversa e infame casta de gente é esta”.¹⁸

Pelo correr de 1636, mesmo com as forças da resistência retiradas para Porto Calvo, as pequenas células de emboscada e sabotagem enviadas pelo conde de Bagnuolo, sob a liderança de nomes como o capitão Francisco Rebelo, o brasileiro Felipe Camarão e o preto liberto Henrique Dias,¹⁹ instigavam retaliações dos neerlandeses, que, invariavelmente, atingiam a população paisana. “Viveram os moradores algum, posto que pouco, tempo em quietação”,²⁰ mas, em resposta àquelas incursões, os homens da Companhia frequentemente acometiam os habitantes por simplesmente estarem desprotegidos e vulneráveis devido ao isolamento de suas

¹⁵ FREIRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitânia: história da guerra brasileira*. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001, p. 231.

¹⁶ CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 256, 257.

¹⁷ SANTIAGO, Diogo Lopes. op. cit., 1984, p. 109.

¹⁸ CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 254.

¹⁹ Cf. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Henrique Dias: governador dos pretos, crioulos e mulatos do estado do Brasil*. Recife: Universidade do Recife, 1954.

²⁰ SANTIAGO, Diogo Lopes. op. cit., 1984, p. 105.

moradias, predominantemente rurais, em relação às principais povoações e aos poderes fiscalizadores da WIC, ou por acusa-los, com algum fundamento,²¹ de auxiliarem as células campanhistas com abrigo, mantimentos e informações. Segundo Diogo Lopes Santiago, tamanha foi violência cometida naquele período que, “se houvera de nomear aqueles que experimentaram diversos tormentos, seria nunca acabar”.²²

O cronista e gramático reporta que, em perseguição aos grupelhos disruptivos da resistência, os soldados da Companhia matavam todos os que cruzassem o seu caminho “com tal fúria e raiva, [...] sem fazer distinção de mulheres, crianças inocentes, nem pessoas de idade”.²³ Frequentemente eram acompanhados por aliados nativos, tanto tapuias quanto brasileiros, aos quais entregavam alguns moradores capturados “que, vivos, [...] abriam pelas costas com machadinhas,²⁴ [...] não se isentando do maior rigor mulheres e meninos, que, arrebatando-os dos braços das mães, os espetavam em paus e lhes davam os bárbaros sepultura em suas barrigas [...]”. A leniência dos neerlandeses com tais atos de “maldade e bárbara desumanidade” dos índolas, figuras indiscutivelmente primitivas na concepção dos europeus de então, também confirmava, na perspectiva de Lopes Santiago, facetas negativas dos próprios setentrionais, que “não compadeciam de tanta inocência [dos mortos], antes faziam muita festa, fazendo estas e outras crueldades a sangue frio”.²⁵

Segundo narram os signatários do *Manifesto dos portugueses de Pernambuco para justificar a tomada de armas contra os holandeses da Companhia da Índia Oriental* [sic],²⁶ datado de outubro de 1645, ao tratarem do período que seguiu a capitulação dos redutos da resistência e que antecedeu a arribada de João Maurício de Nassau e sua comitiva, os lusos da conquista então se encontravam notavelmente acuados pelos assédios dos estrangeiros e também dos de seus próprios compatriotas:

os portugueses, por nos havermos posto debaixo da proteção da Companhia, nos tratavam como a holandeses; e os da Companhia, como se fôssemos portugueses seus inimigos, e em lugar de nos proteger, como haviam prometido, e de expulsar o inimigo do país e de nós, eram eles que voltavam

²¹ FREIRE, Francisco de Brito. op. cit., 2001, p. 229, 230.

²² SANTIAGO, Diogo Lopes. op. cit., 1984, p. 106, 107.

²³ “Manifesto dos portugueses de Pernambuco para justificar a tomada de armas contra os holandeses da Companhia da Índia Oriental [sic]”. In: SILVA, Leonardo D. op. cit., 2011, p. 295.

²⁴ Segundo Lopes Santiago, essas armas lhes foram dadas “para aquele efeito” pelos neerlandeses, indicando não serem parte de seu arsenal habitual. SANTIAGO, Diogo Lopes. op. cit., 1984, p. 107.

²⁵ SANTIAGO, Diogo Lopes. op. cit., 1984, p. 107, 108.

²⁶ Com título original *Manifesto dos cidadãos de Pernambuco publicado para sua defesa sobre a tomada de armas contra a Companhia das Índias Ocidentais, dirigido a todos os príncipes cristãos e particularmente aos Senhores Estados dos Países Baixos Unidos*, foi traduzido para o holandês e publicado em folhetos na Holanda pela ação do embaixador luso Francisco de Souza Coutinho. O título aqui utilizado vem da cópia manuscrita sob a guarda do Instituto Ricardo Brennand, em Recife, transcrita e atualizada por Vera Lúcia Costa Acioli e publicada por Leonardo Dantas Silva.

a maior parte suas armas contra nós, nos causavam os maiores males, danos e opressões; se as tropas portuguesas entravam à força em nossas casas e as saqueavam, logo que partiam vinham as da Companhia e, em lugar de nos consolar pelo dano padecido e perda recebida dos portugueses, nos acusavam de termos deixado levar o que nos foi tirado pela força e nos castigavam como se tivéssemos cometido um grave delito.²⁷

A despeito do sofrimento impingido pelos batavos aos habitantes naquelas retaliações, boa parte de conhecimento do conde de Bagnuolo e de seus capitães, e das dificuldades alimentares e de saúde cada vez maiores que enfrentavam os remanescentes da resistência e a população desterrada que os acompanhava, como exposto no segundo capítulo deste estudo, a obstinação em lesar os territórios e estruturas produtivas apossados pelos setentrionais impelia o napolitano e suas forças a novas investidas. Nessas incursões, os campanhistas ainda davam vazão ao sentimento de vingança que nutriam contra os indígenas que haviam se aliado aos invasores, não só tapuias, mas também alguns potiguaras, de seara considerada “brasileira”, o mesmo povo de Felipe Camarão. Tais movimentações invariavelmente afetavam os lusos que permaneceram nas capitanias conquistadas, atingindo-os colateralmente e suscitando contrarrespostas agressivas dos neerlandeses que também prejudicava os habitantes.

Os ataques e contra-ataques prosseguiram, com muitas baixas entre as populações não combatentes, especialmente as da Paraíba e de Itamaracá, onde governou o implacável Ipo Eysens.²⁸ De acordo com as notas de Lopes Santiago, o saldo total dos mortos nas retaliações posteriores à rendição do Arraial, que incluía homens, mulheres e crianças, boa parte “debaixo de passaportes”, teria sido de “mil oitocentos e tantos”. Assim como o aumento dos números populacionais da capital da colônia no momento da invasão de 1624 feito por Antônio Vieira, a quantidade de refugiados pode ter sido distorcida, para fins retóricos ou em razão do distanciamento do autor em relação aos ocorridos na primeira década da ocupação neerlandesa, reproduzindo imprecisamente outros testemunhos. Ainda que, à vista de uma população regional possivelmente na casa das noventa mil pessoas, e de um contingente de cerca de seis mil brancos que teriam abandonado as capitanias conquistadas junto de Bagnuolo,²⁹ não seja uma estimativa absurda. Todavia, o argumento do cronista resta bastante claro a despeito da possível inconsistência de suas cifras; sem recorrer à estatística, Lopes Santiago sintetiza:

²⁷ “Manifesto dos portugueses de Pernambuco para justificar a tomada de armas contra os holandeses da Companhia da Índia Oriental [sic]”. In: SILVA, Leonardo D. op. cit., 2011, p. 295.

²⁸ CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 256; SANTIAGO, Diogo Lopes. op. cit., 1984, p. 112-114.

²⁹ Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 3ª edição, definitiva. São Paulo: Editora 34, 2007, p. 177-181.

“ainda hoje estão os caminhos de Goiana até o Porto do Calvo pelo sertão, e daí até a Bahía, cheios de ossos e de caveiras, testemunhando este miserável espetáculo”.³⁰

Incursoes de campanhistas continuaram durante o governo de João Maurício de Nassau. Ainda que relativamente frequentes, contudo, provocavam danos humanos proporcionalmente menores, já que a fronteira da guerra havia sido deslocada de Porto Calvo e das Alagoas até os limites entre Sergipe e Bahia, afastando a concentração das forças luso-brasileiras remanescentes e dificultando a penetração de contingentes mais expressivos pelos territórios ocupados. Não obstante, esses movimentos seguiram inquietando os governantes neerlandeses, especialmente à vista dos prejuízos provocados à indústria do açúcar.³¹ De modo que pautaram a questão na Assembleia de 1640, propondo medidas de combate a tais salteadores e incendiários.³² Suas ações de retaliação contra a população portuguesa, por sua vez, também não cessaram,³³ ganhando apenas contornos mais diversos, nem sempre sanguinários, por assim dizer, mas não menos cruéis à vista dos moradores. A sabotagem aos canaviais baianos seguindo a derrota da expedição invasora liderada pelo conde em 1638, a convocação seguida de confinamento e deportação dos sacerdotes católicos, as proibições de atuação dos padres em situações tradicionais, como o benzimento das moendas dos engenhos, e fundamentais, como a extrema-unção de prisioneiros condenados à morte, são alguns exemplos previamente pontuados. Como indicam as atas da Assembleia e outros documentos, os abusos políticos e jurídicos da parte de militares e de funcionários da administração batava também foram muito correntes. Chegou-se ao ponto de os moradores estarem mais inclinados à perda do próprio patrimônio, a “despender sua fazenda, do que arriscar, por pouco que seja, suas vidas” diante das vigílias e milícias da WIC, “consequência das passadas dificuldades, [...] como um povo que [...] já por hábito se abandonou aos incômodos da guerra e assaltos dos bandidos”.³⁴ Nas tratativas da população e dos líderes da insurreição com o governo neerlandês, assim como na comunicação desses grupos com o governo-geral em Salvador, no decorrer de 1645, os agravos tolerados ao longo dos quinze anos anteriores são repetidamente listados entre as razões para a tomada de armas e a quebra da estabilidade política até então diligentemente preservada por Antônio Teles da Silva. Entretanto, nas palavras de Luís de Meneses, o conde da Ericeira,

³⁰ SANTIAGO, Diogo Lopes. op. cit., 1984, p. 114.

³¹ MELLO, Evaldo Cabral de. *O bagaço da cana: os engenhos de açúcar do Brasil holandês*. 1ª edição. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012. p. 38, 39.

³² “Atas da Assembleia convocada pelo Conde de Nassau e Alto Conselho (1640)”. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). *Fontes para a história do Brasil Holandês*. Volume II: a administração da conquista. 2ª edição. Recife: CEPE, 2004, p. 320-325.

³³ Cf. ERICEIRA, Luís de Meneses, Conde da. op. cit., vol. II, 1945, p. 41.

³⁴ “Atas da Assembleia convocada pelo Conde de Nassau e Alto Conselho (1640)”. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). op. cit., vol. II, 2004, p. 324.

“podem estas culpas [dos batavos] ter[em] o título de felizes, porque foram causa da gloriosa restauração de Pernambuco”.³⁵

A propósito da investida contra Salvador em 1638, cabe mencionar que, segundo o provedor-mor Pedro Cadena de Vilhasanti, testemunha dos acontecidos, os neerlandeses teriam conduzido ali “uma guerra muito suja” e “não de príncipe”, em referência à linhagem nobre de Nassau, “assim nas mortes cruéis [...], não perdoando a mulheres, meninos e velhos, como em nos atirarem com pelouros venenosos³⁶ de que nos têm morto todos os feridos [...]”.³⁷ Aparentemente, untavam projéteis com toucinho ranço, empeçonhavam as balas, que levavam à infecção dos ferimentos provocados, mesmo que atingissem regiões não letais.³⁸ Em seus registros diários do cerco, Vilhasanti conclui as menções àquela estratégia de “maldade muito grande” apreciando o fato de que “bem castigados” estavam os holandeses com o elevado número de baixas que haviam sofrido,³⁹ o que constituiu um desastre para a campanha da WIC no Brasil.⁴⁰ Cerca de dois anos depois, o marquês de Montalvão resumiu ao bispo D. Pedro da Silva Sampaio a natureza da prática bélica neerlandesa a partir do estado em que encontrou o Brasil ao assumir o cargo de vice-rei e do que lhe haviam informado sobre os desdobramentos da década antecedente. Tratava-se, afirma Jorge de Mascarenhas, de uma guerra “a que justamente se chama[va] bárbara e detestável, por não ser nunca usada entre nações políticas, que têm conhecimento de Deus e de direito natural”.⁴¹

O quadro em Angola não difere em grande medida quanto às denúncias de crueldade. Ainda no início do assentamento dos lusos no arraial do Gango, em março de 1643, antes mesmo do duro ataque sofrido nas primeiras horas do dia 17 de maio daquele ano, a situação dos moradores em decorrência da invasão menos de dois anos antes compelia o feitor Diogo Lopes de Faria a relatar a D. João IV “a opressão em que ficamos seus vassalos”. Importante como era o reino de Angola, dizia o funcionário da Fazenda Real ser “impossível gozar dele [...] coisa alguma enquanto esta gente aqui estiver, pois não trata aos vassalos de V. Majestade

³⁵ ERICEIRA, Luís de Meneses, Conde da. op. cit., vol. II, 1945, p. 98.

³⁶ Desde 1633, havia um acordo firmado entre as facções, baseado em outro tratado vigente em Flandres, de “boas práticas” da guerra, que vetava, entre outros recursos bélicos, balas envenenadas. Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. op. cit., 2007, p. 293.

³⁷ VILHASANTI, Pedro Cadena de. *Relação diária do cerco da Baía de 1638*. Coleção dos Clássicos da Expansão Portuguesa no Mundo. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1941, p. 55.

³⁸ Ibid., p. 70.

³⁹ Ibid., p. 78.

⁴⁰ Cf. BOXER, Charles. *Os holandeses no Brasil (1624-1654)*. Coleção Brasileira, vol. 312. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961, p. 122-124.

⁴¹ Uma negociação diplomática: exposição do que se passou na negociação entabulada para o fim de se dar quartel e cessar a queima dos engenhos e das cannas (1640). *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, Recife, n. 35, abr. 1888, p. 59.

como amigos, mas com a tirania que se os houveram rendido e tiveram sujeitos”.⁴² O oposto, portanto, do que se esperava diante das tréguas vigorantes. A impressão imediatamente seguinte à negociação dos termos para a ocupação e cultivo daquele sítio nas margens do rio Bengo pelos portugueses foi a de que estes se tinham por “rendidos e quase cativos às ordens e insolências do inimigo poderoso, soberbo e tirano, que é o que desfruta o reino e vai adquirindo com maior poder, maior mando e maior autoridade nele”.⁴³

Sendo um dos mais importantes episódios do tempo dos flamengos em Angola, a queda do Gango também figura entre os mais marcantes no que tange às demonstrações de crueldade contra os lusos, pelo ardil incompatível com os armistícios em vigor, na Europa e localmente, e pela violência da manobra que pôs fim ao arraial, além do trato posterior dispensado aos prisioneiros capturados. Em 1645, a ruptura iniciada por Francisco de Souto Maior das relações até então relativamente estáveis e não ofensivas entre as facções ilustra o grau de desgaste dos portugueses diante dos reiterados fatores de desconfiança em relação aos ocupantes de Luanda, não raro acompanhados por atos impetuosos como aquele no Gango, evento que nunca deixou de pesar na balança do conflito na África Ocidental. Baseando-se em informações aparentemente imprecisas de Cornélio Neles, o flamengo católico casado com portuguesa em Benguela, refugiado no Quicombo, Souto Maior, sempre descrente da palavra dos holandeses, não hesita em afirmar a El Rei que o avanço deles sobre o arraial teria sido deliberado, vingativo e de maquinação transatlântica, partindo de “ordem escrita do governador das armas de Pernambuco, Henrique [sic] de Nassau, por satisfação da perda que receberam dos portugueses no Maranhão, como se não fora lícito a todos o desforçar-se com boa guerra”. Uma ação, portanto, em desrespeito a preceitos diplomáticos e militares europeus, agravada pela “maior segurança da fé das tréguas” em vigor que propiciaram a aproximação, geográfica e relacional, de lusos e batavos.⁴⁴ O assalto foi, como se vê pelas impressões de Souto Maior, um marco da suspeição e da inerente crueldade dos flamengos, razão suficiente por si só para o rompimento das tréguas e que, somada aos agravos ali sofridos até a arribada do governador no Quicombo, não deixava dúvidas quanto ao futuro das relações mantidas com os setentrionais.

O ataque ao arraial do Gango também foi um fator sensível e de reverberação persistente no Brasil. Mobilizou Antônio Teles da Silva quando ocorrido e foi retomado por ele em

⁴² FARIA, Diogo Lopes de. “Carta de Diogo Lopes de Faria a El Rei de Portugal (5-3-1643)”. In: BRÁSIO, António (org.). *Monumenta Missionaria Africana: África Ocidental*. Vol. IX. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1960, p. 26.

⁴³ “Parecer do Conselho Ultramarino sobre o reino de Angola (19-9-1643)”. In: BRÁSIO, António (org.). op. cit., vol. IX, 1960, p. 74.

⁴⁴ MAIOR, Francisco de Souto. “Carta de Francisco Sotomaior a El Rei D. João IV (13-9-1645)”. In: BRÁSIO, António (org.). op. cit., vol. IX, 1960, p. 360.

correspondência com o Alto e Secreto Conselho durante os primeiros meses do levante em Pernambuco. No início de julho de 1645, os conselheiros Hendrick Hamel, Adriaen van Bullestrate e Pieter Jansen Bas escreveram a Teles da Silva para reportar ações dos habitantes portugueses da conquista em desacordo com as tréguas celebradas entre a Coroa portuguesa e os Estados Gerais. Na missiva, referem-se já à tomada de armas dos moradores contra a soberania da WIC, recriminando a presença das forças de Felipe Camarão e Henrique Dias, que teriam vindo da Bahia “de pancada, sem licença e sem a pedir contra o direito público e geral, ajuntando suas tropas e armada com as dos levantados”, fazendo “guerra mais como desumanos ladrões e piratas que como os soldados usam em Europa [...]”. Não obstante, os conselheiros afirmam parecer-lhes impresumível que aquelas companhias tivessem sido ordenadas por El Rei ou pelo governador-geral. Dão ainda graças por, inicialmente, terem conseguido preservar a ordem, por terem forças para conter o movimento de oposição e por “obrigar[em] a estes obstinados que se não saiam de sua devida obediência e obrigação, e para fazer despejar os de fora com total ruína sua [...]”.⁴⁵ Em resposta, Teles da Silva busca contrapor seus interlocutores com os principais movimentos e agravos dos setentrionais que contrariaram as tréguas celebradas entre as metrópoles e entre os próprios gestores ultramarinos, destacadamente aqueles ocorridos em solo africano.

“Foi sempre da nossa parte esta amizade tão firme nas experiências”, escreve o governador-geral, “contudo, por não magoar mais o sofrimento e fazer manifesto às gentes”, ele elenca “ocasiões em que positiva e declaradamente se violou pelos súditos de V. Ss., na maior inocência e confiança nossa, a pureza das tréguas e capitulações das pazes contraídas e ratificadas [...]”. Em primeiro lugar, alude às próprias invasões de Angola, São Tomé e Maranhão. Enquanto “os Senhores Estados Gerais estavam ajudando em Portugal com suas naus as armas desta Coroa, e nesse Recife os nossos embaixadores fazendo retirar as tropas que tanto eram temidas na campanha e protestavam não mandassem invadir porto algum dos de El Rei”, os neerlandeses despacharam “à sua mesma vista, com voz de ir dar às Índias de Castela, a conquistar aquele Reino [de Angola], a entrada e ocupação da ilha de S. Thomé e cidade de São Luís do Estado do Maranhão [...]”. Depois, Teles da Silva cita a inconsistência da postura dos diretores de Luanda para com o governador Pedro César de Menezes, particularmente quanto ao acordo de tréguas que atraiu a população do sertão angolano para o litoral, dando lugar à “aleivosia e assolação do nosso arraial do Bengo, a expulsão dos miseráveis moradores daquele Reino [para o Brasil]” e “as indecências com que trataram o dito governador Pedro

⁴⁵ Documentos pela maior parte em português sobre vários assuntos. *Revista do Instituto Archeológico e Geographico Pernambucano*, Recife, n. 34, 1887, p. 111.

César, [...] tão vituperadas em sua qualidade e posto como contrárias a toda a humanidade e estilos militares”, não só “das nações políticas de Europa, mas ainda das mais bárbaras do mundo”. Por fim, o governador-geral se refere ao “desabrimento” dos conselheiros no que tangia a qualquer esforço diplomático dele próprio em relação a Angola, em campanha pela cessação das hostilidades e preservação da população portuguesa, como visto no capítulo anterior. A exposição é concluída com a reiteração da observância constante das ordens régias relativas à conservação de paz e aliança com o governo do Recife, afinada com as tréguas entre as metrópoles, e a carta como um todo é finalizada com a renovação dos votos de boa correspondência e de amizade entre as lideranças da Bahia e de Pernambuco. Contudo, um comentário reticente de Teles da Silva chama a atenção: “bem se verifica”, escreve, “que ainda na opinião de soldados (quando não quisesse respeitar as obrigações e consequências de Estado), não devia eu deixar perder tantas ocasiões passadas e muito mais oportunas [...]”.⁴⁶ Oportunas para retaliações amplamente consideradas justas, mas que a prudência estratégica e as diretrizes de El Rei refreavam.⁴⁷

Tantas foram essas ocasiões, provocadas pelo “ânimo hostil flamengo” nas duas margens do Atlântico, que, segundo Luís Félix Cruz, Francisco de Souto Maior não teria podido agir de outra maneira que não por meio da ruptura com os neerlandeses. De modo que, “forçado, com tanta razão [...], de atos tão vis de hostilidade em vez de amável benevolência de irmãos, lhes mandou notificar suspensão de amizade, que talvez publicada nos serviria de mais reparo o acautelar-nos de inimigos declarados, do que o confiar-nos de traidores encobertos [...]”.⁴⁸ Não à toa, o autor do *Manifesto das hostilidades [...]*, ao relatar o destino de dois portugueses que sobreviveram à captura por sobas alevantados apenas para terminarem suas vidas nas mãos de flamengos, comenta que a sobrevivência de ambos teria sido obra da “[...] força da vontade divina, que não consente deixar encobrir desumanidades tão atrozes, e àqueles reservou para que soubesse o mundo que há também”, além dos brutos naturais de além-mar, “bárbaros brancos e louros”.⁴⁹

O rompimento decretado por Souto Maior deu então lugar a ofensivas mais incisivas da parte dos neerlandeses. A morte do governador no início de 1646, depois de apenas alguns

⁴⁶ Documentos pela maior parte em português [...]. op. cit., n. 34, 1887, p. 113, 114.

⁴⁷ “[...] as pazes com os holandeses não dão lugar a que se obre contra eles o que merecem [...]”. “Consulta do Conselho Ultramarino sobre os alvitres apresentados por Salvador Correia de Sá para remediar os prejuízos causados pelos holandeses no Brasil e para introduzir o comércio em Buenos Aires. Lisboa, 10 de junho de 1644”. In: NORTON, Luís. *A Dinastia dos Sás no Brasil: a fundação do Rio de Janeiro e a Restauração de Angola*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1965, p. 210.

⁴⁸ CRUZ, Luís Félix. op. cit., 1921, p. 54.

⁴⁹ Ibid., p. 48, 49.

meses no cargo, deixou, por sua vez, a posição portuguesa em Angola ainda mais fragilizada. Pouco a pouco, aliados às forças de Matamba e do Congo, os batavos fechavam o cerco sobre os lusos.⁵⁰ O parecer do padre Antônio do Couto quanto à situação dos seus compatriotas nos momentos anteriores à chegada da frota de socorro comandada por Salvador Correia de Sá e Benevides⁵¹ resume os efeitos das ações neerlandesas em Angola, catalisadas por seu “ânimo hostil”. Segundo o religioso, “estavam os nossos das conquistas tão atenuados e no último que se não vinha a armada tudo perecia”. A aliança entre os flamengos, a rainha Jinga e o rei Garcia II, que também mobilizava muitos líderes sobas do Congo e do Ndongo, era uma “confederação diabólica [...]”, em que se uniram “para extinguirem a todos os portugueses, sem darem quartel ainda a uma criança, como já o mostravam nas muitas mortes a sangue fio, e consentindo que os negros se cevassem nos corpos mortos”. O padre conclui de modo similar a Diogo Lopes Santiago ao narrar o resultado das retaliações holandesas às incursões campanhistas em Pernambuco: “se contara os encontros que tiveram nestes sete anos os inimigos com os portugueses, as crueldades que executaram e as guerras bárbaras que fizeram, tinha necessidade de largo tempo [...]”.⁵²

Como previamente pontuado, a comunicação escrita entre os portugueses no Brasil à época da insurreição, especialmente daqueles na conquista com os que se encontravam na porção lusa da colônia, também relata crueldades, devido à centralidade dessas hostilidades entre as razões que, afirmam, motivaram a posição abertamente anti-holandesa e o levante. Numa carta de 30 de agosto de 1645, destinada ao capitão-mor Jerônimo Serrão de Paiva e ao general Salvador de Sá, este que estava de passagem pela Bahia, vindo de Portugal rumo ao Rio de Janeiro, Martim Soares Moreno e André Vidal de Negreiros, figuras importantíssimas da guerra de restauração, afirmam-lhes que “estes senhores flamengos não quiseram admitir nossa amizade, sobre haverem feito nesta campanha as maiores crueldades que os nascidos nunca viram, de que nos estimulamos a proceder contra eles, como era de razão”.⁵³ Além do histórico de molestações, ambos afirmam terem também presenciado na freguesia de São Lourenço, próxima ao Recife, “os suspiros das nobres donzelas” violentadas e estupradas por “gentios e soldados” da WIC, estes que teriam dado continuidade “a mortes e a descompostas lascívias com outras muitas” mulheres. Os signatários ainda dizem que os próprios membros do Alto e

⁵⁰ Cf. BIRMINGHAM, David. *A conquista portuguesa de Angola*. Porto: A Regra do Jogo Edições, 1974, p. 43, 44.

⁵¹ Cf. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 271-274.

⁵² COUTO, Antônio. “Carta do Padre Antônio do Couto ao Padre Jerônimo Vogado (5-9-1648)”. In: BRÁSIO, Antônio (org.). op. cit., vol. X, 1965, p. 242.

⁵³ Documentos pela maior parte em português [...]. op. cit., n. 34, 1887, p. 76.

Secreto Conselho teriam mandado executar em Ipojuca, ao sul do Cabo de Santo Agostinho, as mesmas violações, “com tão pública crueldade”, em retaliação e tentativa de cerceio da insurreição, iniciada havia menos de dois meses. Também reportam terem sido informados em Rio Formoso, mais ao sul do Cabo, sobre “os inocentes gemidos de quarenta portugueses nossos, católicos e naturais, mortos a sangue frio em uma igreja aonde, com fingidas carícias, foram chamados [...], sem reparar na autoridade anciã do velho, nem na inocência pueril do menino, que nos peitos de sua mãe devorou o gentio com o intento [...]”.⁵⁴ Referem-se, sem dúvida, ao massacre do Engenho de Cunhaú, na capitania do Rio Grande, ocorrido no domingo 16 de julho, quiçá o episódio mais notório das violências neerlandesas durante a guerra de restauração, que reverberou significativamente no decorrer do confronto, como indica sua reincidência nas narrativas.

Sob pretextos pacíficos, na véspera do fatídico dia, chegou no engenho o judeu alemão Jacob Rabbi, capitão com ordens do Recife, à frente de soldados da WIC e de muitos tapuias e potiguares, sendo ele mesmo, segundo Diogo Lopes Santiago, “casado com uma índia tapuia e quase bárbaro como estes indômitos e cruéis gentios, que com eles havia muito tempo morado no sertão e exercitado seus brutos e depravados costumes”.⁵⁵ Os residentes de Cunhaú e de seus arredores, ao que tudo indica, ainda não sabiam do levante comandado por João Fernandes Vieira, permanecendo, portanto, deferentes ao *status quo* da conquista. Rabbi anunciou que precisava tratar de “negócios de importância”, de interesse dos moradores. Sugeriu que, no dia seguinte, por ocasião da missa, reunissem-se todos na capela de Nossa Senhora das Candeias para que lhes informasse de tais negócios. Manoel Calado anota que teria havido muita chuva na noite anterior, o que impediu que um bom número de pessoas se deslocasse e congregasse para o serviço dominical,⁵⁶ as quais acabaram por ser providencialmente preservadas. Certos combatentes do destacamento de Rabbi, talvez contrários às ordens que seguiam, alguns deles possivelmente franceses católicos, expuseram aos moradores os intentos que levaram seu capitão até Cunhaú. Entretanto, a maioria destes, “por verem que em nenhuma causa estavam culpados” e desinformados sobre os movimentos de seus compatriotas em Pernambuco, “não fizeram caso do aviso por seu mal”.⁵⁷ No domingo, ao sinal de Rabbi, os moradores foram emboscados durante a missa. Neerlandeses e indígenas “foram matando cruelmente e atrozmente aos que na igreja estavam [...]”.⁵⁸ Não pouparam ninguém, nem mesmo o

⁵⁴ Documentos pela maior parte em português [...]. op. cit., n. 35, 1888, p. 39, 40.

⁵⁵ SANTIAGO, Diogo Lopes. op. cit., 1984, p. 236.

⁵⁶ CALADO, Manoel. op. cit., vol. II, 2004, p. 36.

⁵⁷ SANTIAGO, Diogo Lopes. op. cit., 1984, p. 236.

⁵⁸ Idem.

septuagenário⁵⁹ capelão, André de Soveral, “executando em seus corpos nunca vistas crueldades [...]”.⁶⁰ Alguns moradores desconfiados que haviam se recolhido na casa do senhor de engenho, Gonçalo de Oliveira, também foram localizados e mortos, feitos “em pedaços”. As baixas inocentes, segundo Santiago,⁶¹ teriam sido sessenta e nove.⁶²

O cronista e gramático afirma que João Fernandes Vieira, quando informado do ocorrido, “bem o vingou [...], mandando muitas tropas a Cunhaú e ao Rio Grande a fazer dano aos flamengos e índios pela campanha”.⁶³ As notícias do massacre também percorreram os demais territórios, impelindo mais habitantes ao levante contra os batavos.⁶⁴ Ainda assim, um novo morticínio aconteceu naquela capitania, desta vez na povoação de Uruaçu, cerca de três meses depois, no início de outubro, comandada pelo mesmo Jacob Rabbi. Uma pequena guarnição formada por moradores, que serviu de refúgio para a população depois dos ocorridos em Cunhaú, foi acometida pelas forças do judeu alemão. Carecendo de melhores defesas, com poucas armas, pouca pólvora e muitos não combatentes a proteger, os portugueses se viram acuados e, mesmo que descrentes das promessas de Rabbi, capitularam, entregando reféns para prevenir a escalada da violência. Ao final, todavia, foram massacrados⁶⁵ por flamengos, potiguares e tapuias, que cometeram, nas palavras de Santiago, as “mais estranhas e horrendas crueldades e tiranias que jamais se usaram, e as que ficam superiores às dos antigos tiranos”.⁶⁶ Entre tais crueldades, as narrativas listam a decepção de orelhas, narizes e membros, a remoção de olhos, línguas e órgãos, fossem as vítimas homens ou mulheres, e a partição ao meio dos pequenos corpos de crianças, além das torturas ao padre Ambrósio Francisco Ferro, nas quais fizeram-lhe “tais anatomias e cousas, estando ainda vivo, que [...] bem se pode coligir que fariam hereges a um sacerdote tão honrado e virtuoso, em ódio e opróbrio da religião católica romana”.⁶⁷

⁵⁹ Diogo Lopes Santiago afirma que o capelão teria noventa anos. Entretanto, a partir de informações providas por Serafim Leite ao historiador Hélio Galvão, sabe-se que Soveral nasceu em 1572, em São Vicente, tendo setenta e três anos quando foi morto. Cf. MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Os holandeses na capitania do Rio Grande*. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1998, p. 107.

⁶⁰ CALADO, Manoel. op. cit., vol. II, 2004, p. 36.

⁶¹ SANTIAGO, Diogo Lopes. op. cit., 1984, p. 237.

⁶² Os números variam de trinta a oitenta nos relatos coevos. Apenas dois são nomeados pelo cronista, a saber, o capelão e Domingos Carvalho, homem sobre cujo cadáver os flamengos contaram e repartiram moedas e outros espólios que encontraram no engenho. SANTIAGO, Diogo Lopes. op. cit., 1984, p. 237. Ver também: MEDEIROS FILHO, Olavo de. op. cit., 1998, p. 105, 106.

⁶³ SANTIAGO, Diogo Lopes. op. cit., 1984, p. 238.

⁶⁴ MEDEIROS FILHO, Olavo de. op. cit., 1998, p. 108.

⁶⁵ Trinta dos chamados “protomártires do Brasil”, vinte e cinco homens e cinco mulheres entre aqueles mortos pelos neerlandeses em Cunhaú e Uruaçu, os poucos nomeados nos registros, foram beatificados pelo papa João Paulo II em 2000 e canonizados pelo papa Francisco em 2017.

⁶⁶ SANTIAGO, Diogo Lopes. op. cit., 1984, p. 347.

⁶⁷ Idem. Ver também a relação do capitão Lopo Curado, inclusa por Manoel Calado no segundo volume d’*O Valeroso Lucideno*: CALADO, Manoel. op. cit., vol. II, 2004, p. 149-155.

Manoel Calado é claríssimo ao afirmar que “tantas foram as tiranias, crueldades e exorbitantes desaforos que os pérfidos holandeses usaram com os miseráveis cativos moradores de Pernambuco, que se se houveram de especificar e relatar, seriam necessárias uma e muitas resmas de papel para tão larga escritura [...]”.⁶⁸ Vê-se então a partir das manifestações dos luso-brasileiros que as ocorrências denunciadas antecederam e catalisaram a tomada de armas, e que elas também continuaram depois da mobilização dos moradores da conquista, o que, à vista deles, cimentava a percepção de que a crueldade era um traço inerente aos neerlandeses. Na citada carta em que Antônio Teles da Silva responde às queixas dos membros do Alto e Secreto Conselho, o governador-geral os informa do recebimento de um manifesto das causas que impeliram os lusos de Pernambuco à insurreição, junto de um pedido de socorros oficiais.⁶⁹ Refere-se também, a partir das denúncias que lhe chegaram, à inclemência dos soldados da WIC pelos territórios, dos tapuias e potiguares no Rio Grande e dos próprios administradores da conquista, que imputavam crimes e decretavam prisões e confiscos de bens para intimidarem os moradores à obediência.⁷⁰ O histórico da ocupação e os desdobramentos nos primeiros meses do levante que levaria à capitulação dos batavos dificultavam cada vez mais para o governador-geral se ativesse às ordens régias de manutenção das pazes. Os holandeses, por sua vez, mesmo progressivamente acuados no decorrer da guerra de restauração, continuaram a manifestar seu “ânimo hostil”, ladeados por seus “bárbaros” aliados nativos.

Nas palavras de Diogo Lopes Santiago: “não há vício que tão dissemelhantes faça os homens de si próprios, e que tanto pareça que repugna à natureza humana, como é a crueldade”. Pois, “sendo o homem animal nobilíssimo racional, feito à imagem e semelhança de Deus, nascido para obrar mansidão e clemência, a crueldade o faz semelhante às feras cruéis, indômito, malquisto e inimigo de Deus, [este que é] suma clemência e piedade”.⁷¹ Não à toa, a primeira definição a acompanhar a palavra “cruel” quando dicionarizada pela primeira vez em língua portuguesa, no início do século XVIII, é “desumano”.⁷² A manifestação de crueldade pelos flamengos, por certo, enfatizava aos portugueses quão distantes aqueles caminhavam do Criador, ou melhor, da católica e “verdadeira” Palavra, o que era confirmado por suas confissões reformadas “heréticas”. Ao mesmo tempo, suas ações tirânicas os aproximavam dos povos nativos das colônias atlânticas, representantes emblemáticos do primitivismo e da

⁶⁸ CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 291.

⁶⁹ Documentos pela maior parte em português [...]. op. cit., n. 34, 1887, p. 120, 121

⁷⁰ Ibid., p. 115.

⁷¹ SANTIAGO, Diogo Lopes. op. cit., 1984, p. 337.

⁷² BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez & Latino*. Volume II. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728, p. 619.

barbárie aos olhos europeus. Boa parte dos casos de violência mencionados, ocorridos tanto em Angola quanto no Brasil, evidenciam a bestialidade dos íncolas ao lado dos igualmente cruéis neerlandeses.⁷³ Vê-se que, comparativamente, estes – europeus e cristãos, ainda que “hereges” – comportavam-se, à vista dos lusitanos, de maneira análoga às almas que desconheciam completamente a palavra de Deus e os códigos das civilizações ocidentais.

Em um sermão “pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as da Holanda”, pregado na Bahia em 1640, depois das retaliações holandesas à derrota sofrida no cerco de 1638 e às incursões dos campanhistas do conde de Bagnuolo, o padre Antônio Vieira pondera sobre a proximidade entre aqueles “primitivismos” – o dos nativos e o dos setentrionais –, em meio à reflexão que tece sobre a noção de verdadeira Fé. Defende, evidentemente, a Católica Romana diante da soberba dos protestantes e do indesejado acolhimento da palavra Reformada demonstrado por gentios e africanos em detrimento dos ensinamentos catequéticos paulatinamente implementados na colônia havia quase um século. Tomando indígenas e negros como desdoutrinados e desprovidos da devida capacidade para sondarem os próprios juízos e assim distinguirem a verdade da mentira,⁷⁴ Vieira afirma que “a seita do herege, torpe e brutal, concorda mais com a brutalidade do bárbaro; a largueza e soltura da vida, que foi a origem e o fomento da heresia, casa-se mais com os costumes depravados e corrupção do gentilismo”.⁷⁵

Destarte, vê-se uma dupla identificação do neerlandês com a barbárie: o comportamento cruel, encarado como desumano e não-cristão, portanto, primitivo, pareceu confirmar o que se esperava de fiéis de seitas heréticas apartadas da “verdadeira” Palavra católica, enquanto os ensinamentos das religiões reformadas cultuadas pelos setentrionais pareciam ser melhor acolhidos, ao menos segundo Vieira,⁷⁶ pelo “tapuia bárbaro” e pelo “etíope boçal”, primitivos

⁷³ Em uma carta aos Estados Gerais, o conde de Nassau, contrariando as narrativas de Félix Cruz e de Souto Maior, afirma que as ocorrências de brutalidade perpetrada pelos pretos de Angola contra portugueses não tinham aval nem aprovação dos neerlandeses. Os massacres ocorriam “apesar de nossos pedidos e esforços para impedi-los”. GOUVÊA, Fernando da Cruz. op. cit., 1998, p. 130.

⁷⁴ Antônio Cadornega esboça reflexão em termos similares, questionando o abandono da vassalagem a Portugal pela aliança com os neerlandeses por parte dos sobas de Angola. Explica a “mudança de estado” pela incapacidade dos nativos de perceberem “que os portugueses, como católicos filhos da Santa Madre Igreja de Roma e vassalos de um tão pio e católico Príncipe, havia de ser diferente o seu trato para eles, do que o de gente de contrária Lei, que lhe ensinaria diversas seitas, pervertendo-os e tirando-os do caminho da salvação [...]”. CADORNEGA, Antônio de Oliveira. *História Geral das Guerras Angolanas: 1680*. Por Antônio de Oliveira Cadornega; anotado e corrigido por José Matias Delgado. Volume I. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1972, p. 513.

⁷⁵ VIEIRA, Antônio. “Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as da Holanda pregado na Igreja de N. S. da Ajuda, da cidade da Baía, com Santíssimo Sacramento exposto, sendo este último de quinze dias, nos quais em todas as igrejas da mesma cidade se tinham feito sucessivamente as mesmas deprecações no ano de 1640”. In: VIEIRA, Antônio. *Obras escolhidas*. Volume X, Sermões (I). Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1954, p. 55.

⁷⁶ O ensino religioso de doutrinas reformadas a indígenas e africanos foi, no entanto, pouco frutífero no Brasil neerlandês. Cf. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007, p. 197-202; 222-236;

por natureza,⁷⁷ do que a palavra dos padres, confirmando por afinidade a vileza inerente daqueles credos e dos seus adeptos. Em resumo, o primitivismo, particularmente como contrariedade aos desígnios de Deus para “o homem animal nobilíssimo racional”, seria o elo entre a crueldade e a heresia. Sendo hereges, os neerlandeses se comportavam como primitivos, tais quais os “brutos” de além-mar. E essa paridade comportamental favoreceu a percepção de compatibilidade entre o Cristianismo Reformado e a selvageria bárbara, munindo católicos de mais argumentos detrativos de seus algozes, pintando-os como feras não muito diferentes dos antropófagos que reservavam seus estômagos para sepultura de criancinhas.

4.2. *Mercadores despudorados*

Os neerlandeses também foram taxados de “negociantes” inescrupulosos, indivíduos exclusivamente em busca de dinheiro, a despeito de Deus e de sua nação, o que muitas vezes relegava à coadjuvação as querelas políticas que também respaldavam os ordenamentos da Companhia das Índias Ocidentais e que igualmente orientaram o engajamento nada desprezível dos poderes das Províncias Unidas na contenda liderada pela WIC no Atlântico. A faceta mercantil da empresa, evidenciada por pilhagens, extorsões, pelo controle das estruturas produtivas e comerciais, e pela tributação ampla e frequentemente desmedida imposta aos habitantes dos territórios conquistados, incitava tal caracterização negativa dos setentrionais pelas penas portuguesas – penas que, como a de D. Manuel de Menezes, já haviam defendido o bom tino dos lusos para os negócios, como referido no segundo capítulo deste estudo. Para os moradores que assinam o *Manifesto dos portugueses de Pernambuco [...]*, “nossa perdição não foi apenas termos caído nas mãos de senhores cruéis e que tinham ódio mortal contra a nação [lusitana], mas também extremamente apegados ao dinheiro; e passada toda a fúria sangrenta, dedicaram-se com afincos a tomar-nos nossos bens justa ou injustamente”.⁷⁸ Mesmo o trato cortês e amigável destinado aos portugueses em determinados momentos, quase sempre nas ocasiões de negociação, encobria, segundo afirmam, “mãos aladroadas, cheias de estratagemas e enganos, proveitosos para eles e danosos para nós”.⁷⁹ Entre os receosos

SCHALKWIJK, Frans Leonard. “Índios evangélicos no Brasil holandês”. In: GALINDO, Marcos (org.). *Viver e morrer no Brasil holandês*. Recife: Fundaj; Editora Massangana, 2007, p. 101-140.

⁷⁷ Duarte de Albuquerque Coelho também aproxima neerlandeses dos nativos do Brasil, especialmente os tapuias, por meio de seus costumes alimentares exagerados e da inconfiabilidade por eles demonstrada. Cf. COELHO, Duarte de Albuquerque. op. cit., 1982, p. 181.

⁷⁸ “Manifesto dos portugueses de Pernambuco para justificar a tomada de armas contra os holandeses da Companhia da Índia Oriental [sic]”. In: SILVA, Leonardo D. op. cit., 2011, p. 296.

⁷⁹ CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 214.

moradores oprimidos, nas palavras de Francisco de Brito Freire, fazia-se de tudo “para matar a sede à insaciável hidropisia⁸⁰ da cobiça contrária”.⁸¹

Como visto nas situações de abuso de autoridade dos funcionários neerlandeses, denunciadas sobretudo na Assembleia de 1640, “o dinheiro punha as leis. Não se fazia a ninguém justiça nem expedição ou despacho, nem coisa alguma, por mais justa que fosse, que não se comprasse antes com dinheiro, e basta ver que, tendo chegado todos esses injustos juízes muito pobres ao Brasil, voltavam muito ricos à Holanda”.⁸² Dizia-se até que Companhia remunerava mal todo o seu quadro, mesmo os ocupantes de cargos graduados, levando “cada oficial” a tirar⁸³ “o pagamento por seus serviços, a seu desejo, da pobre gente”.⁸⁴ Imputava-se assim o epicentro da ganância generalizada aos responsáveis mais elevados pelo empreendimento da WIC nos Países Baixos, com efeitos observados em todos os níveis, especialmente na realidade cotidiana dos trópicos. Tal era a centralidade da obtenção espúria de recursos na atividade desses funcionários da Companhia. De acordo com Manoel Calado, alguns membros do oficialato que regressaram às Províncias Unidas junto do conde de Nassau, na primeira metade de 1644, o fizeram “porque tinham seu tempo [de contrato] acabado e não tinham já que roubar em Pernambuco, por estar a terra destruída”.⁸⁵

Junto das arbitrariedades de conselhos e tribunais, e das extorsões praticadas por fiscais, cobradores e homens de milícia, a tributação excessiva também figurou nas linhas redigidas pelos insatisfeitos – por terem previamente aderido, em certa medida, ao regime, vale lembrar – com os rumos das capitanias do Norte sob os holandeses. Contrariando os acordos firmados depois da rendição da Paraíba em 1634, concernentes à manutenção da carga de impostos vigente no governo ibérico, “taxas intoleráveis” passaram a ser cobradas sobre a lavoura e a criação de gado, sobre direitos de pesca, bens alimentícios como carnes e vinhos, na pesagem de mercadorias, particularmente o açúcar, sobre os transportes que as levavam para o porto do Recife, por vias terrestres ou fluviais, entre outras esferas do comércio. Os Diretores da WIC, afinal, garantiam à administração da conquista completa liberdade para estipular seu regime

⁸⁰ Achaque caracterizado pelo acúmulo de líquido nas cavidades naturais do corpo.

⁸¹ FREIRE, Francisco de Brito. op. cit., 2001, p. 231.

⁸² “Manifesto dos portugueses de Pernambuco para justificar a tomada de armas contra os holandeses da Companhia da Índia Oriental [sic]”. In: SILVA, Leonardo D. op. cit., 2011, p. 296.

⁸³ Ainda que proibido durante a maior parte da ocupação, os dirigentes da conquista se viram, em fins da década de 1640, forçados a permitir que seus empregados, particularmente os soldados, pudessem conseguir dinheiro através de ocupações secundárias, diante da gradativa fragilização do domínio sobre a conquista com os sucessos da insurreição e a precarização das condições cotidianas dos setentrionais. Cf. MIRANDA, Bruno. op. cit., 2014, p. 255, 256

⁸⁴ “Manifesto dos portugueses de Pernambuco para justificar a tomada de armas contra os holandeses da Companhia da Índia Oriental [sic]”. In: SILVA, Leonardo D. op. cit., 2011, p. 297.

⁸⁵ CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 293.

tributário.⁸⁶ Projeta-se um aumento de até cinco vezes na carga total⁸⁷ que incidia sobre a população luso-brasileira em comparação ao período anterior à invasão. É evidente que, para os habitantes, as questões em torno do dinheiro também expunham a falta de escrúpulos dos neerlandeses e seu distanciamento de noções mínimas de civilidade e de preceitos cristãos, reiterados em várias instâncias. Os dilemas tributários foram, afinal, centrais em muitos casos de desacordo entre moradores e agentes administrativos, casos em que abusos desgastaram a tênue confiança construída entre as partes a partir dos movimentos de aproximação iniciados em 1634. Os excessos de cobrança e a imputação arbitrária de irregularidades penalizáveis, entre outros agravos, catalisaram, aos olhos dos luso-brasileiros, a suspeição dos homens da WIC, que demonstravam o quanto faltavam com a palavra acerca da tributação e da cobrança, além de outras questões, como vimos.

Em meio àquela profusão de taxas e impostos cobrados pela administração, a instituição das fintas de farinha por meio de edital a partir de 1638 provocou as maiores indignações entre a população e serviu como catalisadora de contínuos abusos de autoridade dos flamengos. Não diz respeito especificamente ao dinheiro, mas explicita bem como os lusos viam como excessiva e exclusivamente motivada pelo lucro a postura dos governantes e funcionários da WIC no Brasil. Depois de quase uma década de problemas internos de produção alimentícia e abastecimento, a dependência incontornável da população urbana – formada em sua maioria por neerlandeses, concentrados na capital – de mantimentos importados, o gradativo crescimento demográfico da conquista e a adição das praças tomadas na África Ocidental ao rol de responsabilidades do governo do Recife, fez-se necessária medida que amenizasse a carência crônica de víveres do Brasil holandês. Primeiro, impuseram tarifas desiguais à farinha existente nos mercados, de trigo ou de mandioca. Mais baixas para funcionários da WIC, com os prejuízos repassados às cifras cobradas dos moradores. Não tardou para que o item escasseasse, adquirido massivamente pelos agentes da Companhia, mas ainda em quantias insuficientes para o aprovisionamento de suas fileiras, prejudicando a já pouca oferta costumeira do mantimento à população luso-brasileira e aos civis estrangeiros não vinculados à WIC. Diante da piora no quadro alimentar, como narra Manoel Calado, “o remédio que lhe deram foi que fizeram uma lei sob graves penas”: cada morador deveria plantar, “nos tempos das plantas, que é em setembro e janeiro”, um número de covas de mandioca determinado a partir do número de cativos possuídos, “e que destas covas de mantimentos [...] dariam os

⁸⁶ Cf. WÄTJEN, Hermann. *O domínio colonial holandês no Brasil: um capítulo na história colonial do século XVII*. Recife: CEPE, 2004, p. 317-320.

⁸⁷ Ibid., p. 298.

moradores razão todas as vezes que lhas pedissem para sustentação de seus soldados”.⁸⁸ Estipulou-se⁸⁹ inicialmente a cifra de duzentas covas anuais por africano, que posteriormente foi ampliada, por sugestão de Gaspar Dias Ferreira e de Pero Lopes de Vera,⁹⁰ para quinhentas ou mil, a primeira quota aplicada aos senhores de engenho e a segunda aos lavradores não envolvidos diretamente no cultivo da cana. O que era oferecido em troca da produção confiscada – quando não a recolhiam sem qualquer contrapartida – eram títulos que os membros do Alto e Secreto Conselho afirmavam valer como dinheiro na conquista, o que logo foi revelado como falácia.⁹¹ Malgrado os insistentes protestos, fossem dos lavradores mais modestos, com terras insuficientes ou inadequadas para aquele tipo de plantio, fossem dos senhores, “que nunca em sua vida fizeram roças e só tratavam de beneficiar o açúcar”, a regra foi sancionada pelos conselheiros, que enxergavam “ali uma porta aberta para suas tiranias”,⁹² nas palavras do frei.

A nova exigência tributária veio ainda acompanhada de outras imposições, para que, em tese, o acesso de fiscais e fintadores às terras produtoras fosse facilitado. E junto dessas regras, o arrolamento dos casos de não cumprimento das exigências de entrega do mantimento aos quais caberiam represálias, rol esse cuja abrangência facilitou a atuação abusiva dos agentes da WIC. Os cobradores agiam sem supervisão e enfrentavam pouca ou nenhuma punição pelos agravos cometidos contra os moradores na imputação arbitrária de irregularidades, seguida de extorsões e maus-tratos variados. Atentando-nos mais uma vez ao relato de Calado, sabe-se que “saíam seus escoltetos cada seis meses pelos campos e matos, com outros ministros de justiça, e chegavam às casas dos moradores, e nenhum havia que não ficasse condenado em dinheiro, ainda que tivesse feito milagres no cumprimento de suas premáticas”. No exercício improbo de fiscalização, tais agentes também envolviam nos esquemas de extorsão oficiais mais graduados no organograma da conquista, desassociados do controle e da coleta da finta. Alguns desses oficiais eram, inclusive, membros de foros competentes para tratar de denúncias

⁸⁸ CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 273.

⁸⁹ A imposição da medida – com a transcrição do edito – e a urgência da situação alimentar da conquista são registrados também pelos próprios neerlandeses. Ver, entre outros: BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes*. Edições do Senado Federal, vol. 43. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 171, 172; 188, 189.

⁹⁰ Cristão-novo, radicado na terra desde pelo menos o início da década de 1620, foi senhor de engenho e contratador de dízimos de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande. Permaneceu sob o domínio dos holandeses, envolvido na vida política da conquista, comprando novas propriedades com crédito fornecido pela WIC. Faleceu na Bahia em 1651, tendo migrado possivelmente depois do falecimento da esposa em uma de suas propriedades em Sirinhaém, dois anos antes. Consta em 1663 que Lopes de Vera devia à Companhia 28.587 florins. Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. op. cit., 2012. p. 131, 132.

⁹¹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. op. cit., 2007, p. 157, 158.

⁹² CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 273.

e processos concernentes aos fintadores e escoltetos. Estes descabidamente imputavam infrações aos paisanos a partir de interesses individuais, coletando as multas previstas a cada caso, conforme lhes conviesse. Então, “davam a metade aos do Conselho [Político], segundo suas diabólicas mancomunações, e como os escoltetos condenavam sem apelação nem agravo para outro superior, alargavam a mão e a boa vontade, segundo lhes parecia [...]”.⁹³ Tais pressões e abusos, econômicos e políticos, além dos opróbios ao culto à religião católica e das violências da guerra cometidas conquista afora, particularmente exacerbados depois da partida de Nassau, em 1644, seguiram até a eclosão da insurreição.

Em Angola, não houve querela tributária devido à ausência de um regime que possibilitasse esse tipo de cobrança. Questões envolvendo riquezas que despertaram críticas lusas às ações dos neerlandeses giraram, além dos saques e roubos, em torno do comércio, de cativos, é certo, mas também de itens essenciais vendidos a partir do litoral para as povoações e presídios do interior. O fluxo de escravizados era questão pacífica, um negócio de interesse a ambas as partes cuja sabotagem poderia implicar em ramificações amplamente desvantajosas. Além disso, a porção mais lucrativa do negócio estava monopolizada pelos holandeses, inteiramente responsáveis pelo embarque e despacho daquelas almas, enquanto o pagamento pelo envio de peças do sertão pelos portugueses consistia, grosso modo, em mercadorias básicas e de subsistência das quais estes careciam com frequência e agudeza. Prevenia-se assim, até certo ponto, desajustes daquele funcionamento interno do tráfico, por mais que a própria presença neerlandesa já tivesse transtornado o sistema. Daí, as condições impostas pelos ocupantes de Luanda, a partir de 1643, àquele jogo comercial, valendo-se da vantagem de sua posição litorânea, de controle do principal porto e das embocaduras dos rios que cortavam as terras povoadas pelos remanescentes lusos, espelham os abusos econômicos observados nas capitânias brasileiras, suscitando críticas análogas à ambição desmedida, que motivava ações inescrupulosas em nome do lucro. São essas as transações protestadas que relegavam os portugueses à mercê de seus algozes quanto aos itens reinóis mais simples para sua sobrevivência. Não obstante, as principais manifestações da negatividade holandesa aos olhos portugueses naquelas paragens ainda estavam atreladas aos confrontos e às violências da guerra.

Tornou-se, então, relativamente comum o uso pejorativo e aviltante do termo “mercador”, como indicam os títulos de alguns manifestos previamente citados. Sua conotação negativa foi fundamentada pela experiência junto aos neerlandeses, mas a palavra em si remonta, de fato, à natureza da própria Companhia das Índias Ocidentais. E a disparidade

⁹³ CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 274.

estatutária da organização – mesmo que “patrocinada” pelos Estados Gerais – em relação à monarquia ibérica, depois à portuguesa, refletida por seus representantes no além-mar, gerou desconfortos político-diplomáticos, notadamente em João Maurício de Nassau. Ainda que detentor de um título de nobreza – de um ramo menos prestigioso dos Nassau, de Siegen⁹⁴ –, o conde não gozava *de jure* do estatuto de “Excelência” e, portanto, não era assim tratado por graduados oficiais lusos, como o governador-geral, que o chamava por “Senhoria”. O que, supostamente atizado por Gaspar Dias Ferreira, deixava-o profundamente incomodado, acostumado que era às lisonjas de seus governados na conquista, incluindo-se aí os portugueses, que o tratavam por “Eminência”, “Alteza”, “Majestade” ou “Príncipe”. Em vias de demandar explicações de seu interlocutor na Bahia, o conde foi instruído por Manoel Calado acerca das razões daquele aparente desacato. O frei esclareceu a ele os meandros da questão a partir das instituições e figuras das quais Nassau e Antônio Teles da Silva eram delegados. “Vossa Excelência representa os Dezenove da Companhia das Índias Ocidentais”, explica-lhe, “que são uns mercadores, e alguns deles judeus⁹⁵, a quem o Senhor Príncipe de Orange chama por ‘vós’, e a gente ordinária por ‘vossa mercê’. E como ninguém pode dar o que não tem, como é possível”, questiona Calado, “que quem não tem mais que ‘mercê’ e ‘vós’ possa dar excelências?” Ao passo que “o Governador da Bahia representa a Sua Majestade El Rei de Portugal Dom João o Quarto, o qual pode dar senhorias, excelências e altezas a quem lhe parecer, e com eles os principados e dignidades competentes aos tais títulos”. E ainda que o monarca luso não dispensasse mais que senhoria aos seus governadores no Brasil, “todavia vai muita diferença na representação de um rei soberano a mercadores [...]”.⁹⁶

Assim como a violência cruel, parecia evidente para os portugueses que a cobiça de seus algozes também poderia ser retraçada às religiões reformadas às quais eram devotos.⁹⁷ Com efeito, as ações decorrentes daquela inclinação avarenta, amiúde inescrupulosas e notavelmente prejudiciais aos moradores do Brasil e de Angola, se mostravam como manifestações alternativas da crueldade que lhes seria inerente. Para citar apenas uma ocorrência mezinha, no caso, uma extorsão seguida de violência, sem a devida apreciação legal pelas instâncias

⁹⁴ MELLO, Evaldo Cabral de. *Nassau: governador do Brasil holandês*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 21-34.

⁹⁵ A relevância então atribuída pelos ibéricos à participação dos judeus na formação e condução da Companhia das Índias Ocidentais é grosseiramente exagerada. Cf. BOXER, Charles R. *Os holandeses no Brasil (1624-1654)*. Coleção Brasileira, vol. 312. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961, p. 14, 15.

⁹⁶ CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 227, 228.

⁹⁷ Entre a austeridade e a opulência, o acúmulo e o manejo de patrimônio sempre acompanham discussões a respeito da formação da República das Províncias Unidas dos Países Baixos guiada por uma ética protestante. Ver, entre outros: SCHAMA, Simon. *O desconforto da riqueza: a cultura holandesa na Época de Ouro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 289-368.

competentes em Pernambuco, recorremos novamente à narrativa de Manoel Calado. Teria ido ao Recife o padre Melchior Manuel Garrido, septuagenário, vigário da freguesia de Santo Antônio do Cabo, para pagar por um escravo que havia adquirido. Passou por uma taverna onde estavam cinco ou seis neerlandeses comendo e bebendo. Ao verem o religioso, saíram à rua para convidá-lo a adentrar o estabelecimento. Brindaram-no com vinho, mas logo lhe deram um bote, tomando a quantia que trazia para a quitação da compra do cativo. Além disso, “lhe tomaram o barrete e o encheram de punhadas e coices, e gritando ele acudiram os vizinhos e outra gente que passava pela rua, [...] querendo fazer prender os ladrões [...]”. O proprietário da taverna, por sua vez, provavelmente neerlandês, alegou ao público “que o dito padre lhe estava solicitando sua mulher para dormir com ela, e começou a requerer que o prendessem e castigassem”. Depois de “grande maranha e maldade”, o saldo final para Garrido foi de prejuízos financeiro e físico, sem perspectiva de denunciar o caso às autoridades. “Os flamengos, tanto que viram que o padre não ia a fazer queixume aos do Supremo Conselho, se ficaram com o dinheiro e fazendo muita festa e galhofa”. Aparentemente, segundo Calado, era estratégia comum entre os batavos o convite aparentemente amistoso a luso-brasileiros de passagem pelas portas das tabernas, que se transformava em arapuca, pois frequentemente “lhes faziam pagar na taverna tudo quanto eles [...] tinham comido e bebido aquele dia e o antecedente”.⁹⁸

Os autores do *Manifesto do direito [...] são bem enfáticos ao parearem a ambição pelo dinheiro à confissão herética, esta que parecia ser a origem de todas desvirtudes setentrionais. Diante das extorsões, imputações indevidas de crimes e cobranças injustas, os lusos taxam os neerlandeses de “inimigos mortais da Cristandade” por terem se mostrado tanto cruéis quanto meramente “endereçados [...] a um negócio mercantil, em que só idolatra seu trato, sem respeito a Deus, à verdade, nem à razão [...]”. Era claro para os signatários, portanto, que a fundamentação daquelas invasões, pautadas sobretudo por princípios comerciais, tornava impossível que fossem conduzidas com a justeza e a civilidade esperadas de líderes cristãos em conflitos orientados por boas práticas bélicas, políticas e diplomáticas.⁹⁹ Já na perspectiva de Calado, “não há sagrado, nem resguardo contra um pensamento ambicioso”. Ao testemunhar a maior parte do período que compreendeu a chegada e a permanência dos holandeses em Pernambuco e nas capitanias vizinhas, viu que “nunca trataram de outra coisa mais que adquirir para si, roubar e destruir toda a sustância da terra; e quanto mais furtavam, muito mais desejavam de furtar, como faz o hidrópico doente, que com o beber lhe cresce maior segura”.*

⁹⁸ CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 280, 281.

⁹⁹ Ibid., p. 265, 266.

Furtos esses que não consistiam apenas em pilhagens e extorsões, mas em todas as políticas, decretos e ações voltadas para o angariamento de bens e riquezas. Ao concluir essas considerações, o frei pede que seu “pio leitor”, razoavelmente familiarizado com os neerlandeses descritos até a segunda metade do primeiro volume de sua obra, conjecture acerca de “quantos desaforos cometeriam; quantas estratagemas inventariam; e fariam de tiranias para conseguir seu intento”.¹⁰⁰

Apesar da divergência entre o caminho espiritual percorrido pelos setentrionais reformados e aquele pregado pela Palavra católica, divergência manifestada no tratamento dispensado aos portugueses como adversários na guerra e como “concidadãos” do mesmo regime, os neerlandeses também teriam servido, segundo os próprios lusos, aos desígnios do Criador. Para além de mandantes e agentes de ocupações permeadas por tiranias várias, os flamengos teriam sido, ao menos por alguns anos, instrumentos da cólera divina contra os numerosos e reincidentes pecadores do Atlântico português.

4.3. *Algozes dos pecadores*

O primeiro capítulo d’*O Valeroso Lucideno*, de Manoel Calado, funciona como uma espécie de prólogo aos acontecimentos narrados na obra, no qual retrata Pernambuco *ante bellum*,¹⁰¹ quando, como previamente citado, “[...] não parecia esta terra senão um retrato do terreal paraíso”.¹⁰² De pronto, o frei elenca as principais razões que acredita terem levado à perda daquela preciosa plaga, agraciada pelo Deus católico ao rei de Portugal, e ao subsequente sofrimento ali impingido pelos “hereges” setentrionais. Na avaliação do religioso,

entrou nela o pecado, foram-se os moradores dela, entre a muita abundância, esquecendo de Deus; e deram entrada aos vícios [...]. Desdourou-se esta terra com grande desaforo; as usuras, onzenas e ganhos ilícitos eram coisa ordinária, os amancebamentos públicos sem emenda alguma, porque o dinheiro fazia suspender o castigo; as ladroíces e roubos sem carapuça de rebuço; as brigas, ferimentos e mortes eram de cada dia; os estupro e adultérios eram moeda corrente; os juramentos falsos não se reparava nisso [...].¹⁰³

Tal é o quadro que teria levado o frei Antônio Rosado, comissário e visitador do Santo Ofício em Pernambuco, a dar, em 1629, do alto do púlpito, sua célebre declaração: “de Olinda a Holanda não há aí mais que a mudança de um *i* em *a*, e esta vila de Olinda se há de mudar em

¹⁰⁰ CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 254.

¹⁰¹ Cf. MENEZES, José Luiz Mota. “Olinda e Recife antes de 1630”. In: GALINDO, Marcos (org.). op. cit., 2007, p. 141-173.

¹⁰² CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 38.

¹⁰³ Ibid., p. 39.

Holanda e há de ser abrasada pelos holandeses antes de muitos dias; porque pois falta a justiça da terra, há de acudir a do céu”.¹⁰⁴ A partir dessa asseveração, é de se pensar também que, além do fato de parecer certo a Rosado o protagonismo dos neerlandeses, então os principais adversários da monarquia filipina e, conseqüentemente, dos paladinos da Igreja de Roma, na execução da sentença divina contra os pecados e vícios dos católicos no Brasil, ele também esboça uma associação entre a depravação da vida na colônia e os costumes desviantes daqueles naturais dos Países Baixos, com suas confissões reformadas.

Calado revisita as causas morais da ocupação batava com maior clareza em ponto mais avançado na obra, ao tecer reflexões sobre tentações, cobiça, ambição, insatisfação, desejos “inúteis” e influências diabólicas em movimentos dos homens contra a palavra de Deus. Expõe então mais uma faceta negativa da conduta dos lusos que teria levado às provações divinas testemunhadas na colônia: a ingratidão.¹⁰⁵ Tão “prósperos e abundantes” eram os de Pernambuco antes da invasão, e então, quando “deram entrada aos vícios,¹⁰⁶ entrou com eles a soberba”, e “confiaram mais do que convinha em seu valor e esforço e se esqueceram de dar a Deus as devidas graças pelos benefícios que de sua liberal mão haviam recebido”. A ingratidão era, pois, o “pecado que mais provoca[va] a Deus a executar sua ira e justiça”, de modo que Calado credita principalmente aos ingratos a responsabilidade pelos castigos impingidos por Ele, através dos flamengos, sobre o Brasil, “para que tornassem ao verdadeiro caminho, que encaminha para o Céu”.¹⁰⁷ Além do que testemunhou acerca do comportamento dos colonos na terra e dos efeitos do castigo divino sobre eles imposto, o frei considera a demonstração de ingratidão concomitante ao cultivo dos vícios e seguida de punições arquitetadas pelo Criador, sobretudo na forma de “fomes, sede, peste, guerra e cativeiros”, como um padrão recorrente na história de Portugal até aquele momento.¹⁰⁸

De maneira menos eloquente, o padre Antônio Vieira defende ideias similares quanto à imoralidade nos trópicos como uma das causas da ocupação da Baía de Todos os Santos, na

¹⁰⁴ CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 39.

¹⁰⁵ Para o frei Simão Correa, a gratidão às mercês de Deus era a melhor arma contra os inimigos da Cristandade, o que, segundo ele, é exemplificado inúmeras vezes nos textos sagrados, ao longo da história e também no triunfo da Armada dos Vassalos sobre os holandeses em Salvador, em 1625. Cf. CORREA, Simão. op. cit., 1625, p. A7, A8.

¹⁰⁶ Como sintetizou o padre Fernão Cardim, já em fins do Quinhentos, “em Pernambuco se acha[va] mais vaidade que em Lisboa”, resultado da próspera vida construída nos trópicos sobre os pilares da açucarcocracia e sob as vistas míopes da Coroa e da Igreja. Esse diagnóstico também é ressaltado pelas personagens dos *Diálogos das grandezas do Brasil* de Ambrósio Fernandes Brandão. CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gentes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria J. Leite, 1925, p. 335; BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Edições do Senado Federal, vol. 134. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010, p. 169.

¹⁰⁷ CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 161, 162.

¹⁰⁸ Ibid., p. 166.

década anterior. Ao descrever, na ânua de 1626, a presteza dos religiosos da Companhia de Jesus ao saírem pelas ruas de Salvador a animar e a confessar os combatentes e a população em geral, no momento que antecedeu o desembarque das tropas holandesas, o inaciano compartilha alguns detalhes transcorridos no oferecimento daquele amparo espiritual. Através da revelação e do arrependimento das transgressões diante dos jesuítas, “tiveram fim ódios muito antigos, descobriram-se pecados encobertos com o silêncio de muitos anos, e, na verdade, foi tal a mudança presente que, só por razão dela, pareceu a muitos conveniente dar Deus este castigo”, ou seja, a invasão e o desterro dos moradores.¹⁰⁹ Dito de outro modo, evidenciou-se o distanciamento dos colonos da boa conduta cristã. Expresso o reconhecimento daquelas faltas morais e do papel divino nos eventos que devastaram a capital da colônia, Vieira ressalta, em tom de gratidão, a bondade demonstrada por Deus mesmo numa situação de penitência por ele designada para seus fiéis, ao tratar, mais adiante na narrativa, dos saques que seguiram a entrada dos flamengos em Salvador. Mais especificamente, como teria o Criador suportado diretamente, através de imagens, objetos e locais sacros e devocionais, o “furor diabólico” dos setentrionais em pilhagem. “Tal foi a misericórdia do nosso Deus que quis então tomar em si a maior parte do castigo, por não nos castigar com outro maior, como nossos pecados mereciam”, declara.¹¹⁰

Similarmente, o padre Manuel Fernandes, reitor do Colégio de Salvador, afirma: “quis Deus castigar meus pecados e de todo este povo, que são grandíssimos”. Ao mesmo tempo, resignado e em busca dos ensinamentos pretendidos pelo Criador com aquelas penitências, o reitor roga: “queira o mesmo Senhor tirar daqui o verdadeiro fruto da emenda deles, e que o Colégio da Bahia fique renovado no espírito da pobreza e perfeição, que quanto ao temporal, que perdeu e foram muitos mil cruzados, é o menos”.¹¹¹ Já o Provincial Domingos Coelho, esboçando algumas conclusões a respeito da invasão e do histórico das posturas da população colonial ao se reportar ao Geral da Companhia de Jesus, crê que “Deus foi servido que tudo isso acontecesse em meu tempo em pena de minhas culpas graves e deméritos”.¹¹² Pela falta de Sua guarda, “por estar irado contra os pecados e insultos do Brasil, o quis com este tão rigoroso açoite castigar”.¹¹³ Curiosas manifestações de culpa e resignação por condutas individuais nas quais os dois religiosos viam peso significativo entre as causas da ocupação – talvez por conta da importância de cada um entre os pregadores da colônia, como guias espirituais e figuras

¹⁰⁹ VIEIRA, Antônio. op. cit., vol. I, 2008, p. 40.

¹¹⁰ Ibid., p. 44.

¹¹¹ LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo V. Belo Horizonte: Itatiaia, 2006, p. 33.

¹¹² Ibid., p. 35.

¹¹³ Ibid., p. 41.

exemplares —, sem, no entanto, deixarem de estender a responsabilização pela degradação moral da América portuguesa a todos os seus habitantes devotos da Igreja de Roma.

A partir das notas de Vieira, Fernandes, Coelho e Calado, é possível antecipar a conclusão de que tais interpretações eram condicionadas pela formação e ofícios clericais daqueles homens, versados nos princípios da Fé e preocupados com o destino das almas dos católicos no Brasil. Entretanto, figuras leigas também reforçam o diagnóstico da imoralidade da colônia e das invasões como suas consequências diretas, orquestradas por Deus como penitência necessária. Uma dessas figuras é Diogo Lopes Santiago. Ainda no início da *História da Guerra de Pernambuco*, o cronista reconhece as mesmas virtudes que o frei Manoel Calado na Olinda *ante bellum*, dos belos templos e edifícios à riqueza de bens, passando pela nobreza de seus moradores e a ventura de seus empreendimentos mercantis. Afirma, contudo, serem todas elas ofuscadas por estar a vila “afiada e contaminada com pecados”, tornando-se então “cativa e escrava de hereges holandeses, que a puseram em mísero estado [...]”. Afinal, para ele, “é cousa muito certa que da abundância e afluência das cousas se originem e nasçam os vícios”, que inevitavelmente fadam suas conjunturas opulentas à erosão. O cronista prossegue então com os relatos da soberba dos habitantes, principalmente dos poderosos, “que desprezavam os ínfimos, não tinham o devido respeito aos religiosos, não faziam conta da justiça da terra, que, faltando, sobreveio a divina, nem a administrava com eles, nem se dava a execução, nem se guardavam as leis e ordenações do direito [...]”. Tamanha disseminação de vícios, desonestidades e afrontas teria levado até desterrados, estropiados e “os próprios maus” a acreditarem e propagarem que “havia de vir um castigo do céu rigoroso sobre a terra [...]”; o que depois aconteceu tão clara e evidentemente”. Delineado esse quadro, ainda no princípio da obra, o gramático adianta sumariamente “os castigos do céu por tantos anos” enfrentados a partir de 1630 pela população, “com tantas calamidades, infortúnios e desventuras”,¹¹⁴ muitos deles ressaltados na primeira parte deste estudo.

Antônio Cadornega também figura entre os leigos que defendem a correlação entre a conduta pecaminosa dos seus compatriotas e a instrumentalização dos protestantes como veículo da punição divina. Pareceu ao cronista, ao recordar e narrar o dia 24 de agosto de 1641, quando avistaram de Luanda as naus sob o comando de Cornelis Jol, que aquela frota, “por castigos e pecados, [...] tinha que purgar Angola e seus habitantes, [...] para castigo de culpas cometidas”.¹¹⁵ Segundo ele, a penitência era deveras necessária “pois desde a primeira conquista destes reinos não haviam padecido semelhante castigo” — declaração patente, haja

¹¹⁴ SANTIAGO, Diogo Lopes. op. cit., 1984, p. 21-23.

¹¹⁵ CADORNEGA, Antônio de Oliveira. op. cit., vol. I, 1972, p. 232.

vista que sua *História Geral das Guerras Angolanas* dá conta de todo o período de presença portuguesa naquelas plagas desde a arribada de Paulo Dias de Novais, em 1575, até 1680 – “como daqui por diante foram experimentando seus moradores e os mais habitantes destes Reinos”.¹¹⁶ Na medida em que progride nos relatos dos ocorridos durante a ocupação batava, lamentando-se pelos infortúnios de seus compatriícios, que enfrentaram “os três maiores castigos que no mundo houve e tem havido”, a saber, “fome, peste e guerra”,¹¹⁷ Cadornega revisita algumas vezes a questão da necessidade de purgação dos pecados dos católicos daquele reino; reconhece também, como Antônio Vieira, as situações em que Deus se mostrou misericordioso com seus fiéis, mesmo que estes fossem merecedores dos castigos. Reforça ainda o papel dos desígnios divinos nas provações enfrentadas pelos lusos naquelas plagas ao diminuir a relevância das aparentes vantagens numéricas e estruturais dos neerlandeses, especialmente das forças inicialmente enviadas do Recife no intuito de tomar Luanda. Para Cadornega, os flamengos não teriam sobrepujado os portugueses “se não fora estar o poderoso braço de Deus com seu açoite castigando os pecados de Angola cometidos contra sua Divina Majestade”, pois, “por mais poder que trouxessem, [...] havia matos e ruins passagens onde com pouca gente se lhe pudera fazer muito dano; mas contra o Céu não valem mãos [...]”.¹¹⁸ Outro que reitera o diagnóstico sobre a má conduta lusa naquelas terras é o rei do Congo, Garcia II, católico, em carta de fevereiro de 1643 ao reitor do Colégio de Luanda, que provavelmente se encontrava no Gango, enquanto o arraial ali ainda se estruturava. O monarca denuncia o “pouco caso” sempre feito pelos moradores da “verdade” pregada pelos jesuítas, “até que acudiu Deus com o castigo”. Por fim, declara: “não há coisa que mais danifique os homens que a ambição e soberba. Essa reinou nessa cidade da Luanda”.¹¹⁹

O prosseguimento dos conflitos após as invasões de 1630 e 1641 fez muitos temerem que o processo penitencial se arrastasse. Mas reconheciam, ao mesmo tempo, os numerosos, diversos e contínuos pecados cometidos pelos católicos nos territórios atlânticos. O reitor e administrador do Colégio da Companhia de Jesus em Pernambuco, Francisco Ferreira, declarou, às vésperas da chegada de Nassau e dos nomeados para compor o Alto e Secreto Conselho ao Brasil, que aquela capitania estava perdida, diante da superioridade numérica dos homens de guerra da WIC, em vias de serem reforçados pelos contingentes trazidos junto de “Maurício conde”. Ao Padre Geral, afirma ser tudo consequência dos pecados do Brasil, pondo-

¹¹⁶ CADORNEGA, António de Oliveira. op. cit., vol. I, 1972, p. 235.

¹¹⁷ Ibid., p. 332.

¹¹⁸ Ibid., p. 438.

¹¹⁹ “Carta de D. Garcia II do Congo ao Pe. Reitor do Colégio de Luanda (23-2-1643)”. In: BRÁSIO, António (org.). op. cit., vol. IX, 1960, p. 17.

se a discriminá-los, acrescentando outras infrações à conta de seus compatriotas: os tais pecados a que se refere “eram os dos escravagistas nas aldeias do Sul e na de Marueri de S. Paulo, cativando homens já cristãos e aldeados”. Ferreira também havia sido reitor do Colégio de São Paulo, daí sua familiaridade com os ocorridos naquelas paragens mais austrais da colônia. Estava claro para ele que “no seu espírito se associam as duas invasões: esta das aldeias e a dos hereges nas terras católicas de Pernambuco, e, no plano da Providência, como crime e castigo: *crime*, a depredação e escravização de índios; *castigo*, a invasão holandesa”.¹²⁰ Outra correlação clara que, mesmo alterando a essência dos pecados a serem remidos, chega à mesma conclusão.

Com uma perspectiva mais pragmática e, ao menos na superfície, secular, Duarte de Albuquerque Coelho considera, em 1638, que a falta de socorros da Coroa ibérica, na forma de soldados, apetrechos e mantimentos, teria condenado a resistência no Brasil à perda do Arraial do Bom Jesus e do Forte de Nazaré, no Cabo de Santo Agostinho. Acreditava na possibilidade de os moradores terem resistido e até expulsado o inimigo do Brasil, caso reforços suficientes tivessem sido despachados da Espanha em março de 1635, como fora prometido, atraso que, segundo conta, estendeu-se até o início de setembro daquele ano, quando os redutos já haviam capitulado. Não obstante, por mais que impute a responsabilidade daqueles insucessos sobre as autoridades régias em Madri, o donatário considera a força divina como a principal em ação naquele teatro de combate. Destarte, resignado, parecia-lhe, enfim, “que Deus serviu-se mais de castigar nossos pecados do que frutificar tão insignes trabalhos”¹²¹ de resistência, como nota repetidas vezes em sua narrativa.

A vigência da ideia de penitência seguiu até, pelo menos, o início da década de 1640, quando a Restauração monárquica de Portugal fez parecer que a lusitanidade estava diante de uma nova maré de favor divino. Uma virada vista, em parte, como resultado do valor demonstrado pelos filhos da pátria diante de várias provações enfrentadas onde quer que se encontrassem pelo mundo conhecido, em defesa da Fé Católica, desde a queda de D. Sebastião em Alcácer-Quibir e o início da sujeição do reino ao pretendente Habsburgo de Espanha. Afinal, no decorrer da primeira metade do século XVII, “não havia quem não tivesse ânimo e brio contra os portugueses tanto que lhes faltou rei [...]”, como pontua Manoel Calado. Entre tais adversários briosos, o frei cita ingleses, franceses, turcos, mouros e, claro, holandeses.¹²² E foi diante desses obstáculos, por meio dos “grandes trabalhos que padeceram depois que a coroa e cetro do Reino de Portugal passou a Castela”, que os portugueses “chegaram a alcançar [o]

¹²⁰ LEITE, Serafim. op. cit., 2006, p. 379.

¹²¹ COELHO, Duarte de Albuquerque. op. cit., 1982, p. 248.

¹²² CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 166.

santo bem” da “aclamação de seu novo rei, o Invictíssimo Senhor Dom João, Quarto deste nome”.¹²³ É de se notar que, depois da Restauração, a perspectiva expressa por gente no Brasil ou em Portugal sobre as operações holandesas contra as praças na África Ocidental dispensam a causalidade moral do comportamento dos lusitanos, apontando, com efeito, a deslealdade dos setentrionais, de quem se esperava, no mínimo, neutralidade depois da secessão portuguesa. Em outros termos, as perdas de Luanda e de São Tomé, diferentemente das perdas de Olinda e do Recife, não foram amplamente interpretadas como castigos divinos – ainda que assim tenham sido por Garcia II, Cadornega e, possivelmente, por outros portugueses residentes em Angola. De toda forma, parece certo que, a partir da virada entre 1640 e 1641, renovou-se o ânimo lusitano nos territórios atlânticos graças à ascensão do “rei natural”, crendo que Deus lhes tinha finalmente em favor, o que transparece nas narrativas da insurreição em Pernambuco e nas da recuperação do reino de Angola.

Os signatários do *Manifesto dos portugueses de Pernambuco* [...] reconhecem o passado pecaminoso da colônia, a necessidade de penitência, a justeza do período de dificuldades, privações e sofrimentos provocados ou agravados pela presença neerlandesa arquitetada por Deus, mas também o momento apropriado do cessar daquela punição e os aprendizados pretendidos pelo Criador para que os colonos atentassem à Sua palavra e à Sua obra, lutando em nome do catolicismo contra os “hereges” que ainda ocupavam as capitanias setentrionais da América portuguesa. Mostram ainda que a ideia de os batavos estarem ali como instrumentos da cólera divina era uma noção difundida entre os próprios setentrionais, que supostamente circulavam um provérbio “que dizia que os holandeses vieram ao Brasil para castigar os pecados dos portugueses, no que também concordamos e confessamos diante de Deus que bem merecemos tal castigo por nossos pecados, mas”, esclarecem os moradores, “que tenham conosco segundo Sua grande misericórdia e como um pai benigno que, após haver castigado seus filhos, lança o açoite ao fogo”.¹²⁴ Curiosamente, na mesma época da feitura do *Manifesto* e do início da insurreição, especialmente com a corrosão das relações luso-neerlandesas a partir de 1644, a Classe de ministros calvinistas diagnosticava a crescente inquietação social que quebrava com anos relativamente estáveis e favoráveis para os holandeses como fruto da vontade divina que punia a licenciosidade dos fiéis reformados no Brasil,¹²⁵ questão

¹²³ CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 170.

¹²⁴ “Manifesto dos portugueses de Pernambuco para justificar a tomada de armas contra os holandeses da Companhia da Índia Oriental [sic]”. In: SILVA, Leonardo D. op. cit., 2011, p. 296.

¹²⁵ Cf. SCHAMA, Simon. op. cit., 2004, p. 191.

evidenciada em seus protestos acerca dos matrimônios interreligiosos e daqueles que buscavam sacerdotes papistas em detrimento dos escassos guias espirituais da Igreja Reformada.¹²⁶

Cruéis e violentos, suspeitos, desleais, reles mercadores ambiciosos e inescrupulosos, ou ainda emissários da cólera divina, todas marcas de um adversário cujos costumes e propósitos se chocavam frontalmente com o arcabouço cultural português, divergência catalisada pelas condições que determinaram a participação dos lusos numa guerra contra os Países Baixos. Ainda assim, as impressões deixadas pelos setentrionais não foram de todo negativas. Afinal, houve mais de uma via de convergência entre lusitanos e neerlandeses, através de interesses complementares ou mesmo de trivialidades da convivência, em ambientes nem sempre condicionados pelos princípios antagônicos que moviam o jogo político e o embate religioso no Velho Mundo.

4.4. *Sadios, briosos e contumazes*

Antes mesmo da interação efetiva, do estabelecimento de comunicação entre as partes em conflito, é possível dizer que as primeiras impressões tenham se baseado na mirada dos inimigos que despontavam no horizonte e depois desembarcavam em terra no intento de tomar guarnições e povoações. Evidentemente, havia alguma noção prévia, alguns juízos preconcebidos entre os ibéricos acerca das populações setentrionais europeias, especialmente daquelas “inimigas da Cristandade”. Todavia, o abalo da vida cotidiana dos trópicos com os ataques à Bahia, a Pernambuco e a Angola levou, primeiramente, a impressões imediatas, circunstanciais e relativamente despidas desses referenciais, majoritariamente condicionadas pelo momento. O que se viu foram sentimentos de medo e apreensão diante da pujança do inimigo, seguidos pela urgência na busca por soluções defensivas ou por estratégias de retirada, visando a preservação de bens e vidas. Cores e contornos específicos e mais apurados do invasor, ligados a um repertório prévio do que se entendia sobre os neerlandeses, mas também tributários dos contatos *in loco*, apareceram depois. De pronto, também houve, curiosamente, surpresa e certa admiração. Notadamente sobre aquilo que primeiro se fazia visível, o corpo, o porte físico e a aparente saúde daqueles “brancos e louros” – nem todos oriundos das Províncias Unidas, vale lembrar, sendo mercenários de vários pontos da Europa do Norte – que haviam saltado em terra.

Os registros lusófonos da ocupação neerlandesa na Bahia entre 1624 e 1625 dão conta, como vimos, da fuga da população da capital, dos entraves defensivos das parcas guarnições

¹²⁶ SCHALKWIJK, Frans L. A Igreja Cristã Reformada no Brasil Holandês. Atas de 1636 a 1648. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, vol. LVIII, 1993, p. 243-249; 277, 278.

comandadas pelo governador Diogo de Mendonça Furtado e das estratégias de combate ao invasor a partir do arraial do rio Vermelho, concomitantes ao resguardo da população abrigada em algumas aldeias no interior da capitania, principalmente a do Espírito Santo. O que foi escrito especificamente sobre os batavos consistiu na descrição de um contendor ora ousado, ora acuado. Mas a relação assinada pelo comandante das tropas portuguesas da Armada dos Vassalos, D. Manuel de Menezes, a partir do primeiro contato que teve com os flamengos nos trópicos, no processo de recuperação de Salvador, reserva algumas linhas curiosas sobre a constituição física dos adversários capitulados. Ao elencar os contingentes remanescentes na urbe ocupada, somando “[...] gente de guerra mil e trezentas e quinze, pessoas de mar quinhentos e seis, afora quarenta e dois artilheiros e cinquenta e seis oficiais”, Menezes nota que, entre aqueles mil novecentos e dezenove, não havia “nenhum velho, raríssimo[s] moços pequenos, todos mancebos, gente escolhida para luzir entre qualquer infantaria do mundo”.¹²⁷ É possível que combatentes e oficiais mais velhos e mais frágeis tenham perecido àquela altura, diante das agruras cotidianas enfrentadas, ou sido despachados junto de Jacob Willekens ou Piet Heyn. As cifras iniciais, afinal, excediam três mil homens. Todavia, mesmo depois de meses de fome, insalubridade, deboche e outros fatores nocivos à saúde, os setentrionais permaneciam surpreendentemente vigorosos para o exercício militar aos olhos de um experiente oficial português. E tal impressão, naquele momento, não ficou restrita aos registros lusos, aparecendo também nas narrativas espanholas, como atesta o cronista real Tomás Tamayo de Vargas. Ele não esteve na América portuguesa na ocasião, mas coligiu depoimentos e relatos escritos de membros castelhanos da frota para redigir *Restavracion de la ciudad del Salvador, y Baía de Todos-Santos, en la provincia del Brasil, por las armas de Don Philippe IV, el grande rei catholico de las Españas y Indias*, publicado em 1628. Segundo narra, “acharam-se na cidade mil novecentos e dezenove homens de tão galante presença e tão conhecidas forças, que se acredita não haver igual às ilhas rebeladas”,¹²⁸ isto é, aos naturais das Províncias Unidas em sedição da Coroa hispânica.

A ideia do esplendor físico dos setentrionais foi novamente corroborada no Brasil na década seguinte, quando da segunda tentativa de ocupação da capital da colônia pelos neerlandeses, em 1638. É Pedro Cadena de Vilhasanti quem relata os desdobramentos e efeitos

¹²⁷ MENEZES, Manuel de. Recuperação da cidade do Salvador escripta por D. Manuel de Menezes, chronista-mor e chrosmographo de Sua Magestade e capitão geral da armada de Portugal naquela empresa. *Revista trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXII. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de J. M. N. Garcia, 1859, p. 591.

¹²⁸ Tradução nossa. VARGAS, Tomás Tamayo de. *Restavracion de la ciudad del Salvador, y Baía de Todos-Santos, en la provincia del Brasil, por las armas de Don Philippe IV, el grande rei catholico de las Españas y Indias*. Madrid: Alonso Martin, 1628, p. 136.

dos mais de quarenta dias de cerco impostos pelas forças de João Maurício de Nassau, as perdas humanas de ambos os lados e o pedido feito pelas lideranças flamengas para que, pouco antes de se retirarem, recolhessem os tombados no campo de batalha sem que fossem hostilizados, o que foi concedido mediante troca de reféns. Vilhasanti reporta que, numa espécie de operação conjunta, “[...] em carros fomos entregando os seus mortos e lhe contamos na entrega trezentos e vinte e sete dos mais formosos homens que se viram nunca, que pareciam gigantes, e sem dúvida era a flor dos holandeses”.¹²⁹ Aquela superioridade física também foi notada e registrada em 1644 por portugueses em Ceilão, um dos longevos palcos asiáticos das disputas luso-neerlandesas.¹³⁰ Sabe-se de ocasiões em que soldados reportam estarem “tão magros e tão esfomeados que nem três de nós se equiparam a um holandês”.¹³¹ Ora, é certo que, como parece ter sido lugar comum entre as forças militares em ação no além-mar, a carestia de alimentos foi uma grande condicionante dessa manifestação, mas esse fator não diminui o peso da primazia corporal dos neerlandeses como referencial de superioridade a ser reconhecido. Mesmo em situações análogas de faltas cotidianas nos dois lados do conflito, como vimos, tanto no Atlântico como no Índico, que poderiam ter nivelado as constituições físicas deixando todos fragilizados, as diferenças corporais ainda transpareceram.

Vale pontuar que observadores não ibéricos também tiveram opiniões semelhantes acerca da boa constituição física dos holandeses. Nem sempre sobre o porte, mas sobre o vigor, a despeito das condições, do regime e da disponibilidade alimentares a que estivessem submetidos. Exemplo dos mais notórios de testemunho estrangeiro sobre as Províncias Unidas no século XVII é o do embaixador inglês William Temple, que serviu em Haia a partir de 1668 e publicou, em 1673, *Observations upon the United Provinces of the Netherlands*. Dando conta de uma miríade de facetas daquela sociedade, Temple se detém na descrição dos habitantes e de suas disposições, oriundos de variados nichos sociais e engajados em diversas ocupações. Aparentemente, menor envolvimento com a vida urbana e maior proximidade da base da pirâmide social acarretavam, consciente ou inconscientemente, comentários mais detidos sobre questões materiais e físicas da vida daquelas figuras do que sobre suas qualidades morais e intelectuais. Das pessoas comuns de ambientes rurais, os *boors*, cultivadores da terra, o embaixador observa que “elas se alimentam principalmente de ervas, raízes e leites, e, portanto, suponho, nem sua força nem seu vigor parecem coerentes ao tamanho e porte de seus corpos”.

¹²⁹ VILHASANTI, Pedro Cadena de. op. cit., 1941, p. 69.

¹³⁰ Sobre as relações e paralelos entre os palcos atlântico e índico da contenda, ver: BOXER, Charles R. Reflexos da Guerra Pernambucana na Índia Oriental, 1645-1655. *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, Goa, v. 74, 1957, p. 1-36.

¹³¹ *Apud* BOXER, Charles R. op. cit., 1969, p. 125, 126.

Já as pessoas envolvidas com atividades do mar, certamente pescadores e marujos, eram consideradas mais duras e resistentes pelo inglês, “seja pelo elemento onde vivem, ou pela sua comida, que geralmente é peixe e milho, mais calorosa que a dos *boors*”.¹³² Além dos muitos estrangeiros contratados pela Companhia das Índias Ocidentais, eram esses os principais extratos nacionais – classes mais baixas, não necessariamente miseráveis, jovens e adultos, com pouca ou nenhuma experiência militar¹³³ – que compuseram os contingentes de fato holandeses das forças enviadas aos trópicos.¹³⁴

Ainda que as menções à constituição física e ao vigor dos batavos ocorram pontual e esparsamente nos documentos sobre os contatos luso-neerlandeses no Atlântico, elas ilustram um fator digno de nota, à época e para o estudo ora apresentado. E que chama a atenção por não figurar nas narrativas lusófonas que tratavam da contenda de maneira mais abrangente, no tempo e no espaço, orientadas, entre outros fatores, pelo enaltecimento do valor português e católico diante de inúmeras provações e adversidades, como o aparente desamparo de Madri ao Brasil invadido, durante o decênio de 1630, ou a simultânea ameaça dos inimigos castelhanos e flamengos depois da aclamação de D. João IV, em vários teatros de combate, que exauriam os contingentes e recursos lusos. Na década de 1650, num período em que os súditos do monarca bragantino galgavam cada vez mais vitórias sobre os neerlandeses nos territórios setentrionais da América portuguesa, era patente a míngua das forças da WIC depois de anos de cercos e apertos, nas poucas praças que ainda ocupavam, quase sem reforços ou carregamentos de provisões despachados das Províncias Unidas. Não obstante aquela reconhecida penúria,¹³⁵ o saldo da campanha finalizada pelo mestre-de-campo general Francisco Barreto de Menezes em 1654 foi o da libertação do Brasil das “poderosas mãos dos holandeses”, das “formidáveis armas [...] que tantas vezes haviam resistido a todo o poder de Espanha”,¹³⁶ da “potência” que “dominou por largo tempo estas famosas praças, sobre as quais viram muitas vezes [em] seus mares e campanhas vencidas tantas armadas, rotos tantos exércitos, em umas e outras batalhas”. Gente de pujança em conflito com os famintos e desamparados luso-brasileiros.¹³⁷ Seria de se pensar que o avantajado porte físico dos

¹³² Tradução nossa. TEMPLE, William. *Observations upon the United Provinces of the Netherlands*. Seventh edition, corrected and augmented. London: J. Tonson; A. and J. Churchill, 1705, p. 159.

¹³³ Cf. BOXER, Charles R. *The Dutch seaborne empire, 1600-1800*. London, UK: Penguin Books, 1990, p. 60-93.

¹³⁴ Cf. MIRANDA, Bruno R. F. op. cit., 2014, p. 53-59; 67, 68.

¹³⁵ Cf. MIRANDA, Bruno R. F. *O último motim*. Disponível em: < <http://bndigital.bn.gov.br/dossies/historias-da-nova-holanda/o-ultimo-motim/> > Acesso em 25 fev. 2022.

¹³⁶ ERICEIRA, Luís de Meneses, Conde da. op. cit., vol. II, 1945, p. 458.

¹³⁷ FREIRE, Francisco de Brito. “Relação de Francisco de Brito Freire (Recife, 29 de janeiro de 1654)”. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). *Testamento do general Francisco Barreto de Menezes; A cartografia holandesa do Recife; A rendição dos holandeses no Recife (1654)*. Recife: CEPE, 2017, p. 330.

setentrionais pudesse ter sido mobilizado como recurso retórico específico, explícito, por essas narrativas, validando ainda mais o pretendido brio português na defesa dos territórios assaltados por inimigos cruéis, ambiciosos, soberbos e algozes da cristandade.¹³⁸

De todo modo, a discrepância entre os corpos ibéricos e setentrionais foi apenas um dos elementos de conotação positiva sobre os batavos notados e anotados pelos lusos. No âmbito do próprio conflito, sua destreza e astúcia bélicas são pontos elencados – ainda que questionados pelas próprias lideranças neerlandesas –, seu planejamento estratégico, a experiência e a disciplina militares, a equipagem superior inicial, assim como o valor e a honra de alguns indivíduos específicos,¹³⁹ como Johan van Dorth e o experiente Sigismund van Schoppe, que serviu como coronel e líder das tropas terrestres da WIC na década de 1630, estando como general à frente dos remanescentes neerlandeses no Recife em 1654. Os setentrionais são recorrentemente descritos como “soldados práticos que, defendendo sua pátria contra a monarquia de Espanha, se criaram com a lição militar de grandes capitães [...]”,¹⁴⁰ homens que trabalhavam e batalhavam com “sagacidade e astúcia”,¹⁴¹ que seriam “opostos ao ócio”,¹⁴² gente “prevenida”, ainda que “cavilosa”.¹⁴³

Foi a partir de contatos mais sistemáticos, por vias diplomáticas, deserções, capturas de prisioneiros ou a convivência efetiva, que contornos de hábitos e de personalidade também se tornaram mais nítidos aos olhos portugueses e nos seus registros escritos. Para aqueles que tentaram a vida sob o novo regime no norte do Brasil ou que se abriram ao trato com os ocupantes de Luanda, em vias de preservar o que ainda possuíam ou mesmo tentar prosperar naquelas situações, as observações propiciadas pela convergência das facções, através do comércio, da participação política, da devoção e da sociabilidade, renderam algumas notas e opiniões que, mesmo pouco incidentes na documentação, revelam, assim como os tipos relacionais elucidados no capítulo anterior, nuances dos conceitos que um construiu sobre o

¹³⁸ “[...] o que estima Portugal, por maior coroa de sua vitória, é que saiba Roma que, ao mesmo tempo que algum príncipe católico mais seu favorecido está entregando nas mãos dos inimigos da Igreja províncias e templos, os vassallos d’El Rei de Portugal (ainda que desfavorecido do Sumo Pontífice) libertam outras províncias e alimpam outros templos do jugo e corrupção herética, e as oferecem à obediência da Sé Apostólica [...]”. MELO, Francisco Manuel de. *Epanaphoras de varia historia portuguesa*. Lisboa: D. Antônio Craesbeeck de Mello, Impressor de S. Alteza, 1676, p. 619.

¹³⁹ Ibid., p. 583; 599-602; 607, 608.

¹⁴⁰ FREIRE, Francisco de Brito. op. cit., 2017, p. 330.

¹⁴¹ COUTO, Antônio do. “Carta do Padre Antônio do Couto ao Padre Jerônimo Vogado (5-9-1648)”. In: BRÁSIO, Antônio (org.). op. cit., vol. X, 1965, p. 238.

¹⁴² COELHO, Duarte de Albuquerque. op. cit., 1982, p. 50.

¹⁴³ “Consulta do conselho de guerra sobre os alvitres apresentados por Salvador Correia de Sá para acudir a Angola, para remediar os danos causados pelos holandeses e para conseguir o abastecimento do comércio com Buenos Aires. Évora, 24 de outubro de 1643”. In: NORTON, Luís. op. cit., 1965, p. 204.

outro, e mesmo aberturas para perspectivas e valores partilhados por aqueles que até então eram predominantemente rotulados como “contrários”.

Destarte, os depoimentos colhidos na devassa de D. Pedro da Silva Sampaio voltam a se destacar, por relatarem opiniões desviantes, no que concernia as preocupações do Santo Ofício, de moradores e religiosos do Brasil a respeito dos holandeses; desviantes, entre outros fatores, justamente por demonstrarem, de alguma forma, visões positivas sobre os setentrionais. Como previamente apontado, seria possível que essas perspectivas, quando propagadas por padres como João Gomes de Aguiar e Manoel Caldeira, fossem parte de estratégias de angariamento de favor junto aos batavos, em meio à campanha de cooptação da população luso-brasileira para o novo regime, conduzida em meados da década de 1630. Aqueles religiosos, então, pregariam a convergência entre colonos e invasores em prol dos interesses da WIC, com vistas em ganhos pessoais. Seriam performances de indivíduos que já careciam de legitimidade nos espaços específicos que ocupavam na sociedade católica ibérica, devido aos costumes pecaminosos nos quais frequentemente tomavam parte, como a embriaguez, a libidinagem e o amancebamento, quebrando votos de celibato.¹⁴⁴ Mas, segundo os autos da devassa, essas manifestações dos padres desertores, assim como as de outros denunciados leigos, indiciam algumas inclinações portuguesas possíveis a estilos de vida e visões de mundo dos setentrionais, sem necessariamente estarem atreladas a estratégias de inserção pessoal no cenário então construído pelos invasores.

Os juízos positivos que os religiosos alegadamente deles fizeram, enquanto exerciam seu papel de sacerdotes, pregando do púlpito, amparando os espíritos aflitos que lhes procuravam, ou apenas transitando cotidianamente entre as gentes e expressando suas próprias opiniões, incidiram na boa índole e na confiabilidade dos holandeses – antes das repetidas quebras de acordo relativos aos direitos de devoção dos católicos da conquista e à carga tributária, e das investidas à África Ocidental e ao Maranhão –, com algumas curiosas menções sobre a observação atenta que tinham das doutrinas reformadas que seguiam.¹⁴⁵ As acusações da devassa que citam tais juízos positivos sobre os flamengos são sempre deladoras dos mesmos três ou quatro indivíduos, mas a reincidência dessas acusações nos relatos de vários depoentes marca a plausibilidade de tais perspectivas favoráveis ao invasor naquele contexto. Gomes de Aguiar gabava os neerlandeses como “grandes homens” em público, o que, *a priori*, poderia

¹⁴⁴ NOVINSKY, Anita. Uma devassa do Bispo Dom Pedro da Silva, 1635-1637. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, n. XXII, 1968, p. 245, 246; 252; 254; 257, 258, 259, 260.

¹⁴⁵ O que diverge claramente da visão dos ministros da Igreja Reformada sobre seus fiéis. SCHALKWIJK, Frans L. op. cit., 1993, p. 248, 249.

indicar a dita estratégia de inserção e angariamento de favor; mas também é apontado nas denúncias que o religioso os elogiava em ocasiões privadas.¹⁴⁶ À vista de testemunhas ou em particular, outros sacerdotes, como o já citado Caldeira e o pároco Lourenço da Cunha, diziam “que os holandeses não faziam mal a ninguém, e que era[m] muito boa gente”,¹⁴⁷ que “davam boa passagem” para os que se dispusessem a permanecer nos territórios ocupados, inclusive para que continuassem cultivando as terras e se dispusessem à realização de transações comerciais, vendendo-lhes o que frutificasse de sua lavra.¹⁴⁸

A referida confiabilidade dos batavos e a subsequente boa governança por eles praticada são reportadas pelos dezesseis signatários luso-brasileiros, vassalos da conquista, que denunciaram em 1645 a insurreição de seus compatriotas a religiosos na Bahia, na tentativa de prevenir que a sublevação angariasse apoio das autoridades em Salvador. Pediam especificamente ao bispo: “seja V. S. servido permitir que nós [...] vivamos tranquilos e em paz, pois que para com os mesmos Srs. Estados Gerais somos obrigados a toda a fidelidade e a outros deveres, [...] porquanto eles, de sua parte, não faltaram com bom governo, paz e justiça”; além disso, os holandeses “nos têm admitido a todos os cargos honrosos; e porque eles nos honraram assim, e por outras razões que é escusado referir agora [...]”; ponderam ainda que seria infrutífero “mostrar que não demos causa a que nos tratem doravante com menos cortesia e piedade do que até agora o fizeram, ao que V. S. não se deve opor, e sim proceder como pedimos, a fim de que possamos recuperar a tranquilidade, e, com isso, receberemos grande mercê e ficaremos obrigados a rogar a Deus Onipotente [...]”.¹⁴⁹ Uma percepção globalmente positiva da experiência lusa sob o governo dos neerlandeses, rara na documentação e provavelmente uma exceção entre as gentes, especialmente naquele momento. Mas a manifestação de “tranquilidade” da parte de indivíduos ilustres como eram os signatários, senhores de engenho e figuras proeminentes, assim como a prosperidade alcançada por outras personalidades que se portaram adequadamente e gozaram de bom trânsito entre os neerlandeses, como João Fernandes Vieira e Gaspar Dias Ferreira, chancelam a possibilidade de que uma porção relevante dos lusos da conquista partilhasse, em algum nível, daquela visão.

O fato de alguns portugueses acreditarem serem os batavos melhores cristãos também transpareceu, principalmente, na devassa de D. Pedro da Silva Sampaio. Juízo esse de que foram acusados tanto religiosos quanto seculares. Gomes de Aguiar teria afirmado “serem [os

¹⁴⁶ NOVINSKY, Anita. op. cit., 1968, p. 257; 261.

¹⁴⁷ Ibid., p. 246.

¹⁴⁸ Ibid., p. 254.

¹⁴⁹ Documentos pela maior parte em português [...]. op. cit., n. 35, 1888, p. 33, 34.

holandeses] homens verdadeiros e que guardavam a palavra”, o que, por contraste, teria o levado a desejar que “cumpríssemos nós as nossas obrigações da nossa Lei Católica como eles cumprem a sua [...]”.¹⁵⁰ Já o serralheiro judaizante Domingos Ribeiro, ao ser inquirido pelo capitão – e depoente da devassa – Cosme Dias Maciel sobre as razões que o levaram a casar suas filhas com neerlandeses, respondeu “que uma que tinha casado com um português lhe pesava muito, porquanto os holandeses eram melhores cristãos que os portugueses”. O capitão também relata ter ouvido “as Pimentinhas” de Igarassu, casadas com “hereges”, dizendo “que valia mais um flamengo que muitos portugueses”.¹⁵¹ Outro depoente, Francisco Fernandes Portel, por sua vez, afirma saber que Catarina, a filha do senhor de engenho Luciano Brandão e esposa de Jan Wijnants, dizia “que a nossa lei”, isto é, a católica, “não era boa e que a dos holandeses era a verdadeira e a boa [...]”.¹⁵² Essa perspectiva teria levado, como vimos, Izabel Ramires, filha de Diogo Roiz Pereira, o “Lagartixa”, casada com o holandês João Guterres e convertida à confissão do marido, a abandonar todo e qualquer vestígio devocional católico, como as contas com as quais rezava e os trajes comuns ao cotidiano ibérico, “louvando muito os holandeses e seu trato, vida e costumes [...]”.¹⁵³

Receptáculo de elogios mais frequentes, que conjugam algumas dessas linhas apontadas nos depoimentos da devassa e nos elogios ao governo da conquista, João Maurício de Nassau foi, sem dúvida, a figura neerlandesa mais celebrada entre os portugueses – ainda que sua reputação positiva duradoura se deva à campanha capitaneada pelo próprio, especialmente através da encomenda do panegírico do seu governo no Brasil a Gaspar Barléu, publicada já em 1647.¹⁵⁴ Nas palavras de Francisco de Brito Freire, em sua narrativa da guerra brasílica feita anos depois da capitulação de Taborda, “era notório geralmente o benévolo proceder do conde João Maurício; e juntando-se à afabilidade do seu trato a reverência do seu respeito, não padeceriam tantas opressões os paisanos”, como sob outros administradores.¹⁵⁵ Vê-se que as percepções sobre a boa governança do conde derivam parcialmente do contraste com gestores anteriores e também posteriores. Duarte Gomes da Silveira, ilustre senhor de engenho da Paraíba, em carta ao próprio Nassau datada de 8 de novembro de 1643, pouco antes da partida do nobre em retorno às Províncias Unidas, revela-lhe que “da clemência dos príncipes [procede]

¹⁵⁰ NOVINSKY, Anita. op. cit., 1968, p. 257.

¹⁵¹ Ibid., p. 264.

¹⁵² Ibid., p. 270.

¹⁵³ Ibid., p. 272.

¹⁵⁴ Cf. BOOGAART, Ernst van den. A well-governed colony: Frans Posts’s illustrations in Caspar Barlaeus’ History of Dutch Brazil. *The Rijksmuseum Bulletin*, vol. 59, n. 3, 2011, p. 236-271.

¹⁵⁵ FREIRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitânia: história da guerra brasílica*. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001, p. 250.

o aumento e tranquilidade dos povos”, condição considerada por ele inexistente na conquista até 1637, quando os moradores eram sempre oprimidos por autoridades neerlandesas como Ipo Eysens. Mas, prossegue Gomes da Silveira, “com a vinda de V. Exc.^a, [...] não somente cessaram estes danos, mais ainda, até perdoaram culpas que mereciam ser castigadas, de maneira que geralmente podemos dizer, como cada hora dizemos: se faltara a vinda de V. Exc.^a, já não houvera portugueses que tivessem vida nem fazenda”.¹⁵⁶ Nesses termos, a epístola foi escrita como tentativa de dissuadir Nassau de seu retorno aos Países Baixos, através da exposição de cenários negativos dados como certos na ausência da boa gestão do conde, ele que era tido como um dos únicos garantidores dos direitos dos portugueses. Vale lembrar, como visto no capítulo anterior, que a primeira manifestação dos luso-brasileiros na Assembleia de 1640 também foi uma petição, acordada entre os representantes de todas as estâncias e freguesias da conquista presentes, pela permanência de Nassau à frente do governo, pouco antes do vencimento de seu contrato primário com a WIC, sendo ele “um príncipe isento de todos os vícios ou faltas¹⁵⁷ e tão grande que nos persuade e obriga a dizer que o teríamos de bom grado para sempre por nosso governador, se isso fosse possível”.¹⁵⁸

Depois de alguns anos à frente da conquista no Brasil, com efeitos perceptíveis de sua administração entre a população e o estabelecimento de boas relações pessoais com alguns moradores, Nassau chegou a ser descrito até como “pai” por Manoel Calado. Não que o frei lhe destinasse pessoalmente tal epíteto, ele que sempre se mostra receoso do louvor excessivo aos setentrionais enquanto escritor de uma obra que exaltava os esforços de seus compatriotas, representados pela figura ilustre de João Fernandes Vieira, contra os invasores “hereges”. Mas é Calado quem efetivamente descreve a proximidade de muitos portugueses de Nassau, sempre interesseira da parte deles, segundo o religioso. Um caso específico diz respeito à colaboração desses moradores na construção das residências do conde na Cidade Maurícia, o palácio Vrijburg e, depois, o da Boa Vista. O primeiro, às margens da confluência entre os rios Capibaribe e Beberibe, abrigava belos jardins e uma coleção de espécies naturais,¹⁵⁹ que aguçava a curiosidade e a ambição dos luso-brasileiros, levando-os a presentear Nassau com

¹⁵⁶ Documentos pela maior parte em português [...]. op. cit., n. 34, 1887, p. 64, 65.

¹⁵⁷ Pesquisas recentes têm elucidado novas questões a respeito do conde, com olhar particularmente voltado para o seu envolvimento no tráfico de cativos, praticado especificamente por vias consideradas ilegais sob o regime de monopólio da Companhia das Índias Ocidentais. Cf. ODEGARD, Erik; MONTEIRO, Carolina. Slavery at the Court of the ‘Humanist Prince’: reexamining Johan Maurits van Nassau-Siegen and his role in slavery, slave trade and slave-smuggling in Dutch Brazil. *Journal of Early American History*, v. 10, n. 1, 2020, p. 3-32.

¹⁵⁸ “Atas da Assembleia convocada pelo Conde de Nassau e Alto Conselho (1640)”. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). In: MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). op. cit., vol. II, 2004, p. 341.

¹⁵⁹ Cf. FRANÇOZO, Mariana de Campos. *De Olinda a Holanda: o gabinete de curiosidades de Nassau*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, p. 93-103.

toda a sorte de bichos e plantas das matas e do sertão, até que “finalmente não havia coisa curiosa no Brasil que ali não tivesse, porque os moradores lhas mandavam de boa vontade, por a boa inclinação que viam de os favorecer [...]”. Por toda essa colaboração, assim como pelo bom trânsito que havia conquistado entre os habitantes, “ele se mostrava tão agradecido e favorecia de sorte aos portugueses, que lhe parecia que tinham nele pai, e lhe aliviava muito a tristeza e dor de se verem cativos”.¹⁶⁰ Mesmo cauteloso em sua retratação do conde, Calado reconhece diversas vezes o “bom crédito e reputação” de que gozava Nassau, sendo “amado e querido de todos” – em grande parte, segundo o frei, graças às advertências e conselhos que ele mesmo lhe dava com frequência¹⁶¹ –, reconhecimento também registrado em outras narrativas, como a de Diogo Lopes Santiago, que afirma ter sido João Maurício “bem inclinado” e favorecedor dos moradores luso-brasileiros, que demonstraram muito pesar com sua partida do Brasil;¹⁶² e a do conde da Ericeira, que anota, entre uma porção de benevolências do “príncipe” para com os portugueses, a recepção dos refugiados despachados de Luanda em condições sofríveis pelos diretores neerlandeses: recolhidos em Pernambuco, “foram tratados humanamente do conde Nassau, mostrando que sentia o excesso cometido em Angola, e brevemente os remeteu à Bahia e a Lisboa”.¹⁶³ A documentação evidencia, pois, que Nassau foi receptor de uma porção de predicados positivos e uma figura muito respeitada pelos luso-brasileiros, sobretudo os da conquista, ainda que à luz do contraste com outras lideranças passadas pelos altos cargos em Pernambuco.

Tendo em vista que a convivência e os contatos luso-neerlandeses no Atlântico austral terminaram por vias conflitantes, com vitórias dos portugueses nas duas margens, não espanta que algumas das derradeiras impressões lusófonas a respeito dos setentrionais tenham sido pautadas pelo desempenho dos últimos na contenda. Como fica perceptível no diagnóstico de Francisco Barreto de Menezes sobre o poderio neerlandês finalmente derrotado no Brasil, apresentado pelo conde da Ericeira, creditava-se potencial bélico aos invasores, tanto em virtude dos seus méritos efetivos nas três décadas de disputas naquelas paragens quanto por conta das estratégias retóricas que visavam enaltecer o ânimo português diante daquele contendor. Na medida em que a apontada superioridade dos batavos no aprovisionamento e na equipagem é bastante imprecisa nos momentos finais da contenda, haja vista toda a deterioração enfrentada pelas forças da WIC desde 1630, é deveras plausível o reconhecimento da obstinação

¹⁶⁰ CALADO, Manoel. op. cit., vol. I, 2004, p. 112.

¹⁶¹ Ibid., p. 124.

¹⁶² SANTIAGO, Diogo Lopes. op. cit., 1984, p. 146.

¹⁶³ ERICEIRA, Luís de Meneses, Conde da. op. cit., vol. II, 1945, p. 49.

resiliente, beirando a irracionalidade, dos soldados confrontados com adversidades e carestias, e a crescente desvantagem diante dos luso-brasileiros no correr da guerra de restauração.

Em dezembro de 1653, os flamengos ainda mantinham algumas fortificações em Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, além do Recife. No dia 20 daquele mês, chegara em Pernambuco a última frota da Companhia de Comércio do Brasil enviada enquanto vigorou o chamado Brasil holandês. Comandada pelo almirante Francisco de Brito Freire, com tropas lideradas pelo general Pedro Jaques de Magalhães, a comitiva foi recepcionada pelo oficial responsável em terra, o mesmo Barreto de Menezes. Assim, “depois de lhe[s] dar conta dos sucessos daquela guerra e do estado em que se achavam os holandeses”, ele expôs “a grande conveniência que resultaria ao serviço de El Rei e a gloriosa ação que conseguiria se se resolvesse ajudá-lo a acabar de vencer a contumácia com que os holandeses haviam defendido aquela praça, em notável prejuízo da religião católica e das honras, vidas e fazendas dos moradores daquela província”.¹⁶⁴ Mais uma ocorrência, possivelmente, da inflação de supostos méritos do adversário para alçar à glória a campanha restauradora dos portugueses. Ainda assim, a aparente validade que esse recurso teria como argumento ao ser mobilizado na escrita da *História de Portugal Restaurado* pelo conde de Ericeira atesta o brio dos neerlandeses como outro ponto crível para os homens da época.

Das deliberações entre as lideranças das forças restauradoras locais e as enviadas de Portugal, lançaram-se as investidas finais que terminaram com a capitulação dos batavos, no início do ano seguinte. Ericeira, novamente, conta que “[...] os sitiados [no Recife], com a desesperação dos socorros de Holanda, embaraçada com a guerra dos ingleses,¹⁶⁵ parece que não atendiam mais que a buscar pretexto decoroso para se livrarem das excessivas moléstias padecidas por espaço de nove anos”, tempo transcorrido desde o início da insurreição, em 1645. Curiosamente, depois de reconhecer as dificuldades enfrentadas pelos flamengos, o autor mobiliza argumentos antissemitas para culpabilizar a população judaica do Recife,¹⁶⁶ povo sempre tido por pusilânime e vulgar, e não os homens da WIC pela entrega das praças “com tão pouca resistência”. Teriam os sefarditas e asquenazes provocado tumulto e instilado medo

¹⁶⁴ ERICEIRA, Luís de Meneses, Conde da. op. cit., vol. II, 1945, p. 431.

¹⁶⁵ Sobre a Primeira Guerra Anglo-Holandesa, ver: ISRAEL, Jonathan. *The Dutch Republic: its rise, greatness and fall, 1477-1806*. Oxford: Oxford University Press, 1995, p. 713-726.

¹⁶⁶ Luís de Meneses afirma que, em 1654, os judeus “assistiam naquela praça em maior número que o de cinco mil almas”. A cifra foi repetida à exaustão por historiadores sem a devida verificação, às vezes sem a referência ao próprio Ericeira. A partir da estimativa do conde e das imprecisões historiográficas, Arnold Wiznitzer reconstrói as cifras populacionais dos hebreus na conquista. Estima que a comunidade judaica naqueles derradeiros momentos era de 650 indivíduos, um grupo ainda assim robusto para os parâmetros do século XVII. Cf. WIZNITZER, Arnold. The number of Jews in Dutch Brazil (1630-1654). *Jewish Social Studies*, vol. 16. n. 2, apr. 1954, p. 107-114.

na população da urbe diante da iminente derrota para os luso-brasileiros, “porque, introduzindo-se nos ânimos daquela nação, eternamente vil e medrosa, o receio da morte e perda dos cabedais, que costumam ser nos judeus a melhor vida, começaram a perturbar com desconcertadas vozes os ânimos dos Ministros do Supremo Conselho”, vindo também a publicizar “falsamente que Segismundo [van Schoppe], os oficiais e soldados determinavam, antes de entregarem a praça, roubar-lhes as fazendas a título de sediciosos”.¹⁶⁷ Teriam sido, então, para o conde Luís de Meneses, essa barafunda interna e a desassistência da Companhia das Índias Ocidentais e dos Estados Gerais os “estímulos forçosos que obrigaram os holandeses a ceder da sua contumácia [...]”.¹⁶⁸ No dia 26 de janeiro de 1654, assinaram o tratado de capitulação, findando assim o chamado tempo dos flamengos no Brasil. No ano seguinte, ali em Pernambuco, Ericeira afirma que “se lograva o merecido descanso depois de tão largo trabalho”.¹⁶⁹

¹⁶⁷ ERICEIRA, Luís de Meneses, Conde da. op. cit., vol. II, 1945, p. 459.

¹⁶⁸ Idem.

¹⁶⁹ Ibid., p. 476.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em seu notório *Epanaphoras de varia historia portuguesa*, de 1660, D. Francisco Manuel de Melo, nobre que reuniu predicados como historiador, poeta, prosador, moralista, político e militar, sintetiza da seguinte maneira os conflitos luso-neerlandeses no Atlântico daquele século:

Entre as modernas ações de nossos lusitanos, não é esta a que deixa sem competência a dos antigos; e é aquela que, por ventura, não achará imitação entre os estranhos, moderna nem antigamente; porque se considerarmos uma guerra distante, desajudada dos respeitos, estorvada do tempo, executada por desfavorecidos, armas tumultuárias, em mãos de homens vinte e quatro anos sujeitos ao jugo de áspero domínio, contra nação famosa, capitães destros, ministros prudentes e efeitos ricos; não sei eu que nos arquivos da lembrança humana haja outra, com semelhante felicidade conseguida, por mais que Albânia se nos oponha, pela de seu semelhante Castrioto.¹

Incumbindo-se, na quinta epanáfora, a “Triunfante”, de “lançar pelo mundo um glorioso pregão do sucesso que tiveram as armas portuguesas dos vassalos d’El Rei Dom João, o Quarto”,² o autor contempla especialmente o ocorrido no Brasil, fazendo referência ao herói albanês Castrioto,³ ao compará-lo a João Fernandes Vieira. O mesmo paralelo também seria invocado pelo frei Raphael de Jesus, abade do Mosteiro de São Bento de Lisboa, ao elaborar outro panegírico ao Lucideno – além dos de Manoel Calado e Diogo Lopes Santiago –, intitulado *Castrioto Lusitano, ou, Historia da guerra entre o Brazil e a Hollanda, durante os annos de 1624 a 1654, terminada pela gloriosa restauração de Pernambuco e das capitanias confinantes [...]*,⁴ com manuscrito original datado de 1675, ganhando publicação quatro anos depois.⁵ Como recursos retóricos para evidenciar o valor de seus compatriotas, Francisco Manuel de Melo também arrola elementos importantes das condições do embate contra os setentrionais, como a

¹ MELO, Francisco Manuel de. *Epanaphoras de varia historia portuguesa*. Lisboa: D. Antônio Craesbeeck de Mello, Impressor de S. Alteza, 1676, p. 572.

²² Ibid., p. 573.

³ Jorge Castrioto, aporuguesamento de Gjergj Kastrioti, mais conhecido como Skanderbeg, é considerado a figura mais importante da história da Albânia, tendo liderado a resistência militar contra o avanço das forças otomanas e a expansão islâmica sobre a Europa Ocidental por 25 anos, entre 1443 e 1468.

⁴ JESUS, Raphael de. *Castrioto Lusitano, ou Historia da guerra entre o Brazil e a Hollanda, durante os annos de 1624 a 1654, terminada pela gloriosa restauração de Pernambuco e das capitanias confinantes: obra em que se descrevem os heroicos feitos do illustre João Fernandes Vieira, e dos valorosos capitães que com elle conquistarão a independencia nacional*. Paris: J.P. Aillaud, 1844.

⁵ Sobre a obra do beneditino, ele que nunca esteve no Brasil, largamente baseada em textos anteriores, sobretudo o de Diogo Lopes Santiago, José Antônio Gonsalves de Mello declara: “Apontadas as fontes históricas de que se utilizou frei Rafael de Jesus, todas elas já divulgadas pela imprensa, parece-me que ao historiador moderno não há necessidade de recorrer à sua obra, não só por ser preferível ir diretamente às fontes (todas ao nosso alcance), como também para evitar as suas incorreções, tanto mais de temer se se não tem à mão os textos com que as averiguar”. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Estudos pernambucanos*. 2ª edição. Recife: CEPE, 1986, p. 133.

distância dos palcos atlânticos da metrópole,⁶ a desassistência crônica, as soluções tumultuárias, as vantagens materiais dos neerlandeses, embora, como vimos, limitadas e circunstanciais, e suas qualidades como militares e administradores políticos, estes a quem o nobre denomina “ministros da Companhia Ocidental”.⁷ Em suma, enfatiza como todo o quadro desfavorecia agudamente os portugueses, que, ainda assim, triunfaram sobre o adversário superior, pois, além da inquebrantável fé e da constante defesa da Palavra Católica e dos direitos de Portugal, cultivavam “a ousadia, tão sobeja, que ela por si julgava poder suprir todas essas faltas”,⁸ num contexto de “guerra voluntária”, como caracterizou o conde da Ericeira.

Mesmo com o intuito enaltecendo o valor lusitano, que poderia levar a floreios exagerados e até inventados de seus sucessos, as condições citadas por Manuel de Melo têm, como pôde ser percebido ao longo deste trabalho, correspondência na documentação específica sobre os conflitos, inclusive naquela produzida durante as ocupações do Brasil setentrional e de Angola por figuras participantes e testemunhas da guerra. Em vista de tais condições, contempladas aqui especificamente a partir dos registros em língua portuguesa, podemos endereçar as inquietações iniciais da investigação e elencar alguns pontos concernentes aos olhares lusos sobre o invasor e sobre os impactos de suas ocupações. Tais perspectivas são pautadas por experiências de conflito e de convivência em espaços distintos, mas inegavelmente interligados, em circunstâncias quase sempre adversas a todos os europeus ao sul do Equador, bem sintetizadas pelo autor das *Epanaphoras*. Podemos também arrolar, a partir dos mesmos documentos, algumas questões a respeito dos próprios portugueses e de sua condição nas porções do Atlântico disputado, sob o jugo do que chamaram de dois “cativeiros”, o hispânico, durante a união dinástica, e o neerlandês. Através do que dissertaram sobre o outro, entrevê-se muito sobre eles mesmos.⁹

Os registros lusos certamente enfatizam características e ações dos batavos tidas como negativas e condenáveis, notadamente a crueldade e a ganância em suas variadas manifestações, atreladas às confissões protestantes. Quase sempre de maneira generalizante, desassociado dos contextos evidentemente belicosos em que foi observado, nos quais as normas de conduta, disciplina e civilidade se afrouxavam, as privações ditavam muitas ações e impulsos imediatos

⁶ Geoffrey Parker discorre sobre a inversa proporcionalidade da efetividade de tropas em relação à distância de sua “terra natal”, da pátria engajada na contenda que as teria enviado para o combate, entre os séculos XVI e XVII. Cf. PARKER, Geoffrey. *The Army of Flanders and the Spanish Road, 1567-1659*. London; New York: Cambridge University Press, 1972, p. 30.

⁷ MELO, Francisco Manuel de. op. cit., 1676, p. 584.

⁸ Ibid., p. 602.

⁹ Cf. REGO, António da Silva. *A dupla restauração de Angola: 1641-1648*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1948, p. 25-31.

afloravam, o fator tirânico é ainda especialmente pareado às barbáries tidas como inerentes aos povos nativos das porções ultramarinas, desconhecedores da Palavra de Deus, e associado, destarte, à ideia de desumanidade. Mas a documentação também aponta traços positivos, ou, ao menos, dignos de comentários elogiosos e até admirados, em síntese, o louvor, em determinados momentos e, por vezes, com finalidades retóricas, às qualidades militares dos setentrionais, a superioridade material e, sobretudo, a organização, a diligência e a disciplina; porte e vigor corporais notáveis; a observação e a garantia – nem sempre constantes – dos direitos dos portugueses enquanto governados por agentes da WIC; demonstrações, ainda que esparsas, de confiabilidade; e até a devoção aparentemente exemplar de fiéis da Igreja Reformada, mostrando-se melhores cristãos que os católicos. Impressões reunidas como saldos mais evidentes de uma coexistência permeada por fatores distanciadores e convergentes, que assistiu não só à oposição, mas também a cooperações de natureza comercial e política – quase nunca em posições de igualdade entre as partes, é verdade –, à concomitância de devoções distintas, vistas como rivais e mutuamente intoleráveis, e a relações cotidianas que transpunham fronteiras culturais e que iam da sociabilidade comezinha, cultivada nas ruas e nos mercados, nos balcões das tabernas e nas mesas domésticas, à construção de vínculos de amizade e à celebração de casamentos entre gentes de costumes e, sobretudo, de crenças diferentes.

Retomando alguns pontos levantados na introdução deste estudo, a maior parte das análises do período de ocupação neerlandesa no Brasil, além de costumeiramente tratarem os espaços africanos como meros polos de obtenção e despacho de cativos para as Américas, incorrem, por vezes, em leituras e interpretações deveras condicionadas por rótulos e categorias sociais relativamente bem definidos. Estatutos como nacionalidade, religião e posição social ou política que informam, com certo respaldo documental, é verdade, haja vista que são assim amiúde utilizados por coetâneos, tendências de pensamento e ação, coletivas ou individuais, mas que acabam mobilizados de maneira que o comportamento dos agentes no período tende a ser padronizado e as detectadas variâncias de conduta, quando percebidas, são dispensadas diante de ocorrências reincidentes e majoritárias. Passar ao largo da variância e desmerecê-la como exceção invalidada pelo padrão tende a resultar numa miopia diante de nuances informativas. E negligenciar tais nuances, no caso deste trabalho, minaria a percepção das possibilidades de ação e a ponderação sobre os fatores que permitiram e as motivações que levaram a decisões, posturas e atitudes destoantes, no plano individual e mesmo na contemplação mais abrangente dos panoramas locais, inseridos numa dinâmica ampla que envolvia partes diferentes do mundo povoadas pelos mesmos agentes. Essa negligência minaria, pois, a percepção de complexidades. Dito de outro modo, tratar lusos ou setentrionais como

massas relativamente homogêneas, que tomavam decisões, se comportavam, percebiam e emitiam juízos sobre aqueles ambientes e suas populações de maneiras predominantemente previsíveis e com certa regularidade a partir desses predicados condicionantes, acarretaria o empobrecimento da análise dos quadros sociais peculiares aos espaços disputados e partilhados por neerlandeses e lusitanos no Atlântico Sul.

Percebeu-se que os indivíduos eram movidos por razões variadas e muitas vezes localmente determinadas. E isso se deveu a alguns fatores e motivações, como as distâncias entre os palcos atlânticos e as nações envolvidas na contenda, berços de valores, leis e instituições estruturantes, uma longitude que contribuía para erodir, ao sul do Equador, a força de normas que ali deveriam seguir a mesma lógica daquelas vigentes nas sociedades europeias. Também as possibilidades restritas de escolha disponíveis para os indivíduos nos trópicos, que opunham, muitas vezes, a sobrevivência aos votos de lealdade à Fé e à Pátria. As precariedades do cotidiano que tornavam imprescindíveis a adaptação de costumes, a exemplo da alimentação, da indumentária, da acomodação e da remediação; a adequação de práticas bélicas, como a estruturação de defesas, a articulação das estratégias de combate, os armamentos e seus usos, a celebração de alianças etc.; e a flexibilização de preceitos e ideias sobre si e sobre o outro. Transigências em nome da autopreservação, que também estimularam a defesa de interesses pessoais e, naqueles cenários modificados pela presença do invasor, a busca da prosperidade, a despeito de vassalagens anteriores.

Houve, pois, como anunciado, certa autonomização dos atores alocados em teatros distantes dos centros e das instituições que corporificavam as lógicas que, esperava-se, deveriam reger aqueles espaços e seus habitantes. Atores que eram sensivelmente acometidos por necessidades, medos e anseios imediatos que pautaram medidas e ações que discordavam, muitas vezes, dos planos e das ordens das respectivas autoridades metropolitanas. Já estavam as colônias lusas, afinal, desde antes das invasões, além de precariamente estruturadas do ponto de vista defensivo, desprovidas de agentes que deveriam zelar pelo “credo oficial”, o que dava espaço para moderada liberdade de ação,¹⁰ um diagnóstico sobre as coisas da fé facilmente estendido a matérias de autoridade política. As arribadas dos estrangeiros tiveram repercussões específicas, em diferentes níveis, mas um de seus principais efeitos foi ressaltar problemas antecedentes nos territórios lusos e entre seus habitantes: rarearam ainda mais a influência régia; e escancararam a deficiência estrutural e também institucional, política e religiosa, no Atlântico

¹⁰ GARCIA, Rodolfo. Livro das Denúncias que se fizeram na Visitação do Santo Officio á Cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos do Estado do Brasil, no anno de 1618. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. XLIX, 1927, p. 78.

meridional, efeito que só pôde suscitar tentativas e medidas efetivas de reparação depois de 1640 – basta lembrar de como a Bahia permaneceu frágil mesmo depois dos sucessivos assédios de Piet Heyn –, na medida em que Coroa portuguesa se reinseria no palco diplomático europeu e se voltava prioritariamente para as possessões ultramarinas acometidas durante a união dinástica das nações ibéricas. Mas as ocupações não garantiram grande influência metropolitana dos Países Baixos, através de sua Companhia das Índias Ocidentais, sobre as porções conquistadas. De modo que as dinâmicas desenvolvidas nos palcos disputados na América portuguesa e na África Ocidental construíram cenários em que as regras emanadas do Velho Mundo parecem ter sido, no cotidiano, seguidas somente quando necessárias ou quando convenientes. Vê-se força institucional quando as instituições não eram inteiramente deferentes aos desígnios metropolitanos, tendo se adaptado às peculiaridades locais das ocupações, dos seus habitantes e das dinâmicas que envolviam a troca de bens – daí as aparentes incongruências entre governantes compatriotas em diferentes pontos do Atlântico, posicionados entre o alinhamento com a metrópole e a aclimação às suas realidades circunscritas. Os comportamentos dos atores europeus coexistindo no Brasil e em Angola, por sua vez, também parecem ter seguido lógicas peculiares a suas condições e a seus espaços, a despeito do que se esperava deles como portugueses, neerlandeses, mestiços, reinóis, nascidos nas colônias, católicos, protestantes, sacerdotes, leigos, oficiais, administradores, fiscais, mercenários, mercadores, patriotas, degredados, entre outros predicados e posições dos quais se presumiriam condutas e alianças específicas.

Mesmo as mencionadas categorias sociais são reconhecidamente imprecisas à época. As distintas origens e confissões da soldadesca e do oficialato da WIC, cada qual sofrendo em níveis distintos as agruras dos trópicos, potencializadas pela condição quase permanente de conflito e pela desassistência de seus empregadores, mais ou menos dispostos ao cumprimento de suas obrigações contratuais, mais ou menos adeptos da ojeriza à diversidade religiosa, mais ou menos inclinados a tratar com os lusos, contribuíram para experiências múltiplas entre eles.¹¹ Já os portugueses católicos, enfrentando as dificuldades da vida nos trópicos e as condições peculiares das ocupações, portaram-se também de modos variados. Salvador Correia de Sá e Benevides, em 1655, depois de ter exercido o governo de Angola seguindo a expulsão por ele capitaneada dos neerlandeses de Luanda,¹² identifica retrospectivamente “três gêneros de

¹¹ MIRANDA, Bruno R. F. *Gente de guerra: origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)*. Recife: Editora UFPE, 2014, p. 227-328.

¹² Cf. BOXER, Charles R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola (1602-1686)*. Coleção Brasileira, vol. 353. São Paulo: Editora Nacional, Editora da Universidade de São Paulo, 1973, p. 276-298.

gente” lusa no Brasil no tempo dos flamengos: “os que se retiraram [do norte acometido] por ordem dos ministros de Vossa Majestade”, Filipe IV, depois da capitulação do Arraial do Bom Jesus, entre 1635 e 1637, “os que ficaram com os holandeses e os que o restauraram”.¹³ Duas inclinações diferentes à obediência, ora ao rei Habsburgo, ora à índole “libertadora” lusitana que se seguiu a restauração monárquica de 1640 – mesmo que, oficialmente, não tenha havido ordens expressas ou apoio declarado de D. João IV para que os luso-brasileiros pegassem em armas contra os batavos¹⁴ –, e um movimento visto como traição, motivado, ao menos segundo as autoridades portuguesas, pelo interesse e pela covardia. Mas a situação dos que permaneceram nas capitanias junto aos holandeses, “pobres moradores” que não estavam “seguros com suas fazendas e móveis assim dos flamengos como dos nossos soldados da campanha [...]”, como destaca Diogo Lopes Santiago, já guardava efeito atenuante da aparente deslealdade.¹⁵ Não a justificava, mas configurava uma razão plausível aos contemporâneos do que os teria levado ao seio dos invasores, influenciados, inclusive, depois de anos sofrendo avarias colaterais do conflito, pela violência obtusa perpetrada pelos campanhistas sob as ordens do conde de Bagnuolo, agressão que é lembrada nas correspondências dos insurretos, no *Manifesto dos portugueses de Pernambuco para justificar a tomada de armas contra os holandeses [...]* e nas crônicas posteriores sobre a guerra no Brasil.

Sem recorrer à proposição de cenários hipotéticos, é possível afirmar, a partir do que foi apresentado, que havia nas praças atlânticas coabitadas por portugueses e neerlandeses espaço para novas relações que não a da mera inimizade; relações que aproximavam lusos e setentrionais a despeito dos conhecidos fatores que os diferenciavam e opunham, contanto que as lógicas construídas e respeitadas localmente fossem mutuamente benéficas ou, pelo menos, não prejudiciais aos envolvidos. Mais do que instituições, pois, o jogo social, o conjunto das engrenagens que moviam o todo, era protagonizado por indivíduos, que gozavam de autonomia e que, naquelas paragens, ensaiaram arranjos mutuamente favoráveis, nas várias esferas da vida partilhada. Apesar dos deveres manifestos e requeridos para com suas nações e credos, os planos e as ações da maior parte dos homens desprovidos de funções oficiais e à margem do efetivo escopo fiscalizador e punitivo de instituições metropolitanas reproduzidas no além-mar eram formulados a partir de questões mais urgentes, como interesses particulares e

¹³ *Apud* MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 3ª edição, definitiva. São Paulo: Editora 34, 2007, p. 318.

¹⁴ MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 41-46.

¹⁵ SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira, herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da guerra, por Diogo Lopes de Santiago*. Recife: Fundarpe, 1984, p. 103.

necessidades, muitas delas, como vimos, concernentes à sobrevivência e inerentes aos territórios ultramarinos, ainda muito hostis aos europeus, e agravadas pela guerra. Mesmo que tais atitudes convergissem com o que se esperava de posturas afinadas àquelas instituições, não se deve perder de vista o peso das condições *in loco*.

Ao voltarmos-nos especificamente para os portugueses e seu estado nas colônias durante a primeira metade do século XVII, surgem outras questões, mas que, ainda assim, corroboram as considerações tecidas até aqui. A prontidão ao abandono das praças ao menor sinal de ataque, a abertura dos lusos em determinados momentos a seus algozes batavos, os olhares favoráveis sobre alguns de seus traços e as atuações contrárias a preceitos e diretrizes da Igreja Católica e da Coroa, por exemplo, contrapõem certas ideias generalizantes a exemplo da força do Sebastianismo e de uma espécie de patriotismo inabalável como aglutinadores e sustentáculos fundamentais do “precário” Império Português.¹⁶ Indicam também que as diferenças de fé, assim como as de nacionalidade, não foram plenamente irreconciliáveis, para ambas as partes. E essas ocorrências ainda põem em questão a própria força do catolicismo no Atlântico português. Não como fator fundador de uma visão de mundo, estabelecedor de valores morais essenciais, mas a sua rigidez como código de conduta. Um elemento integrante do diagnóstico luso sobre as causas das invasões neerlandesas restava justamente sobre seu próprio desvio, visto como reincidente e generalizado, de tal código, isto é, do caminho pregado pela Palavra de Deus. Esse transvio é também evidenciado durante as ocupações pela aproximação de católicos das seitas e costumes reformados, pelas conversões, espontâneas ou motivadas pela celebração de matrimônios, e, de modo geral, pelo afastamento do ideário luso, intimamente atrelado à devoção católica. Vale lembrar, inclusive, que, mesmo se prestando, ao lado da Espanha, a bastião da Igreja de Roma diante das religiões “heréticas” nos séculos XVI e XVII, Portugal, seguindo a crise sucessória, havia sido envolvido em disputas exclusivamente concernentes a Castela e as Províncias Unidas, catalisadas, sim, por questões de fé, mas com um forte cerne político, que pouco dizia respeito à Lusitânia, e muito menos aos seus súditos de além-mar.

Os cenários edificados por lusos e batavos durante as ocupações, como é sabido, erodiram. Os fatores que levaram às suas derrocadas, do ponto de vista dos coetâneos portugueses, são explicitados recorrentemente na documentação, e ofuscam os registros de que, naquele breve íterim de aproximadamente trinta anos, houve espaço para cooperações e para uma coexistência não beligerante, a despeito das diferenças entre as populações. Pode-se dizer

¹⁶ Cf. BOXER, Charles R. *O império colonial português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 1969, p. 354-356.

que, do lado lusitano, a falta de correspondência dos flamengos na confiança tenuamente construída e nos votos de amizade cordial contemplados pelos vários acordos de armistício, no palco diplomático europeu e nas praças atlânticas, selou a inviabilidade de arranjos sócio-políticos não combativos estabelecidos no Brasil e em Angola. O governo de Francisco de Souto Maior na porção africana foi ponto de virada que ressaltou essas incongruências, de modo que a resolução capitaneada por Salvador de Sá em 1648, diante da situação dos lusos que ali encontrou, não poderia ser outra que não a militar. Nas capitanias da América portuguesa, no entanto, a violência sorrateira e comezinha perpetrada pelos agentes da WIC, a subversão de acordos de trégua e de colaboração comercial, a tributação indevida e excessiva, o endividamento massivo de luso-brasileiros com a Companhia para a compra de engenhos e fazendas, que levou a cobranças incisivas e acrescidas de altíssimos juros,¹⁷ além dos frequentes ataques à devoção católica, amargaram o que, graças à relativa autonomia local, eram pequenos ensaios de partilha menos hostil e, por vezes, colaborativa dos mesmos espaços, não balizados primariamente por diretrizes metropolitanas de cunho político ou religioso. Os movimentos que levaram à insurreição no Brasil não se resumem, portanto, a surtos patrióticos ou de defesa da Fé católica, mas sim a condições várias e deveras adversas para os portugueses, insuportáveis, às quais se adaptar era impossível, diante das quais a solução não parecia outra que não a recuperação da soberania dos territórios e a expulsão de seus cruéis credores e rivais “hereges”.¹⁸

Na *Relação da missão da serra da Ibiapaba*, datada de 1660, ao retomar a atuação dos inicianos no Brasil e as influências, positivas e negativas, de variados estrangeiros sobre os povos indígenas da colônia, o padre Antônio Vieira também contempla o período concernente à ocupação neerlandesa e descreve o plural quadro social construído “no Recife de Pernambuco”, a “corte e empório de toda aquela Nova Holanda”: “havia judeus de Amsterdã, protestantes de Inglaterra, calvinistas de França, luteranos de Alemanha e Suécia, e todas as outras seitas do Norte”, formando uma “Babel de erros particulares”, marcada por “um ateísmo geral e declarado, em que não se conhecia outro Deus mais que o interesse, nem outra lei mais

¹⁷ MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 3ª edição, definitiva. São Paulo: Editora 34, 2007, p. 317-373.

¹⁸ Coagidos por uma vida de assédios, “não tendo já para que apelar estes tristes moradores, os obrigou sua grande miséria e seu desconsolado cativo a olharem para si e verem no triste espetáculo de suas pessoas apagado o brio dos antigos Portugueses”, foi imperativo que desembuçassem “o envergonhado valor, que tantos anos havia andava coberto, e amiudados juízos formar total resolução de livrar a pátria de tão forte cativo, ou morrer na demanda [...]”. CALADO, Manoel. *O Valeroso Lucideno e triunfo da liberdade*. Volume I. 5ª edição. Recife: CEPE, 2004, p. 260.

que o apetite [...]”.¹⁹ Diante do que foi exposto, é possível estender esse império dos desígnios e ambições individuais, em detrimento de qualquer coletividade ou senso de comunidade motivados por condições partilhadas, a todos, inclusive aos portugueses, que compuseram aqueles cenários no norte do Brasil e as concentrações humanas em Angola. Já havia desagregação e perceptível descompromisso entre a população lusa das colônias antes das invasões batavas, como atestam contemporâneos aqui citados, como Diogo de Campos Moreno, ao afirmar que “cada morador na sua” terra, em Pernambuco, “se tem por rei”,²⁰ e Pedro César de Menezes, que reconhece não haver “nenhuma disciplina e menos obrigações” entre os portugueses de Angola,²¹ onde a gente “não tratava mais que de adquirir fazenda”.²² Salvador de Sá alerta D. João IV, ainda em 1643, que deveria enviar sem demora socorros à África Ocidental, sabendo-se já em Portugal do ataque sofrido no arraial do Gango, pois “a gente das conquistas não é de muitas obrigações, e a tardança pode ser de muito prejuízo”.²³ O confronto da desobrigação e da falta de unidade com a hostilidade dos neerlandeses também não serviu de todo para que os lusos se amalgamassem contra o invasor, o que fica claro pelos que desertaram as resistências ou que permaneceram nas terras ocupadas pelos setentrionais, aderindo, no caso do Brasil, ao regime da WIC. Pode-se, pois, concluir que a força diminuta das instituições regentes do mundo luso implementadas no Atlântico, minada ainda mais pelas invasões, permitiu a exacerbação de desígnios particulares e ampliou o papel desempenhado pelas necessidades e receios imediatos como bússolas das condutas dos súditos das Coroas ibéricas. As próprias deficiências normativas e estruturais da Companhia das Índias Ocidentais e dos Estados Gerais, por sua vez, não permitiram que suas instituições e regras fossem implementadas de maneira eficiente nas conquistas. E assim reinou o império do interesse e da conveniência entre os homens.

Mesmo que de maneira “unilateral”, isto é, exclusivamente a partir de perspectivas lusófonas, contemplados esses contextos e os peculiares e complexos quadros sociais deles

¹⁹ VIEIRA, Antônio. “Relação da missão da serra da Ibiapaba, escrita pelo P. Antônio Vieira e tirada do seu mesmo original”. In: VIEIRA, Antônio. *Vozes Saudosas, da eloquência, do espírito, do zelo e eminente sabedoria do Padre Antonio Vieira da Companhia de Jesus [...]*. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1736, p. 15, 16.

²⁰ MORENO, Diogo de Campos. Relação das praças-fortes, povoações e coisas de importância que Sua Majestade tem na costa do Brasil. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, vol. LVII, 1984, p. 202.

²¹ MENEZES, Pedro César de. “Carta do governador de Angola a El Rei de Portugal (9-3-1643)”. In: BRÁSIO, Antônio (org.). *Monumenta Missionaria Africana: África Ocidental*. Vol. IX. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1960, p. 28.

²² “Relação da conquista de Angola e S. Tomé pelas forças holandesas (1641)”. In: BRÁSIO, Antônio (org.). op. cit., vol. VIII, 1960, p. 520.

²³ BENEVIDES, Salvador Correia de Sá e. “Informação de Salvador Correia de Sá e Benevides acerca da situação de Angola. Évora, 21 de outubro de 1643”. In: NORTON, Luís. *A Dinastia dos Sás no Brasil: a fundação do Rio de Janeiro e a Restauração de Angola*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1965, p. 199.

resultantes, povoados por lusos e batavos que não se resumiam às e nem eram puramente orientados por suas origens e crenças, observa-se um gradiente muito variado de atores, relações e comportamentos, assim como de juízos que um emitiu e propagou sobre o outro. Já o maniqueísmo pintado pelas grandes narrativas coetâneas e as imediatamente posteriores a 1654, de longa duração na memória coletiva e na apreciação de estudiosos sobre o período, quando observado através da documentação, perde muito de sua força.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Documentação principal

Manuscritos

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV sobre as cartas do capitão Manoel de Queirós de Siqueira e do capuchinho francês, frei Sirilio, em nome dos mestres-de-campo e moradores [...]. Lisboa, 8 de julho de 1647. AHU_ACL_CU_015, Cx. 5, D. 357.

REQUERIMENTO do mestre-de-campo e general do exército da capitania de Pernambuco, D. Luís de Rojas y Borja, ao rei [D. Filipe III], pedindo que se envie com a armada, médicos, cirurgiões e medicamentos para a montagem de um hospital para socorrer os feridos na capitania de Pernambuco. Madri, 10 de maio de 1635. AHU_ACL_CU_015, Cx. 3, D. 175.

REQUERIMENTO do mestre-de-campo e general do exército da capitania de Pernambuco, D. Luís de Rojas [y Borja], à regente, [duquesa de Mântua, D. Margarida de Sabóia], pedindo que se troque os soldados sem experiência que leva para guerra da dita capitania, pelos antigos soldados que se encontram na Bahia. Madri, 15 de maio de 1635. AHU_ACL_CU_015, Cx. 3, D. 177.

REQUERIMENTO do médico do Arraial da capitania de Pernambuco, Manoel Fernandes de Figueiredo, ao rei [D. Filipe III], pedindo pagamento dos soldos atrasados, em satisfação dos seus serviços na guerra contra os holandeses. Pernambuco, 4 de dezembro de 1636. AHU_ACL_CU_015, Cx. 3, D. 252.

Impressos

ALBUQUERQUE, Matias de. “Carta de Matias de Albuquerque ao Conde de Castro, sobre negócios do Brasil – Lisboa, 3 de abril de 1628”; “Informação de Matias de Albuquerque, sobre a ‘diminuição dos frutos do Brasil’ – Madrid, 29 de dezembro de 1627”; “Informação de Matias de Albuquerque sobre as ‘Capitanias do Brasil e do que contêm, rendem e despendem’ – Lisboa, 1628”. In: VIANNA, Hélio. *Estudos de História Colonial*. Coleção Brasileira, volume 261. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1948, p. 240-251.

ARAGÃO, Baltasar Rebelo de. “Terras e minas africanas segundo Baltasar Rebelo de Aragão”. In: CORDEIRO, Luciano (org.). *Questões histórico-coloniais*. Volume I. Lisboa: Ministério das Colônias, 1935, p. 214-244.

ARAUJO, João Salgado de. *Successos militares das armas portuguesas em suas fronteiras depois da real aclamação contra Castella*. Livro quinto. Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1644.

BRÁSIO, Antônio (org.). *Monumenta Missionaria Africana: África Ocidental*. Primeira série. Vol. V-X. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955-1965.

CADORNEGA, António de Oliveira. *História Geral das Guerras Angolanas: 1680*. Por António de Oliveira Cadornega; anotado e corrigido por José Matias Delgado. 3 volumes. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1972.

CALADO, Manoel. *O Valeroso Lucideno e triunfo da liberdade*. 2 volumes. 5ª edição. Recife: CEPE, 2004.

COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da guerra do Brasil*. Coleção Recife, volume XII. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982.

CORREA, Simão. *Sermam na procissão de graças que a muito nobre villa de Villa Real fez pella restauração da cidade do Salvador da Bahia. Pregou o Padre Frey Simão Correa Religioso da Ordem dos Pregadores, & natural da dita Villa em dia da gloriosa Assumpção da Virgem S. N. a 15 de Agosto anno de 625*. Lisboa: Geraldo da Vinha, 1625.

COSTA, Bernardo Jozé da. Canal cuja construção foi iniciada em 1641/48 pelos holandeses, para conduzir água do rio Cuanza, até Luanda (1819). AHU_CARTm_ANGOLA, D. 294 e 295.

CRUZ, Luiz Félix. Manifesto das hostilidades que a gente que serve a Companhia Ocidental de Holanda obrou contra os vassallos d'El Rei de Portugal neste reino de Angola, debaixo das tréguas que obrigaram ao General Salvador Correa de Sá e Benevides a desalojar estes soldados holandeses dele, sendo mandado a esta Costa por Sua Majestade a diferente fim. *Boletim da Classe de Letras (da Academia de Sciencias de Lisboa): actas e pareceres, estudos documentos e notícias*. Volume XIII, 1918-9. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921, p. 43-76.

DASCENÇÃO, Gaspar. *Sermam que pregou o padre frey Gaspar Dascenção da Ordem dos Pregadores na Sé da Bahia de todos os Santos na cidade do Saluador. Na primeira missa que se disse quando se derão as primeiras graças publicas, entrada a Cidade pela vitoria alcançada dos Olandeses a 5 de Mayo de 1625*. Lisboa: Geraldo da Vinha, 1625.

DOCUMENTOS históricos: patentes, provisões e alvarás (1625-1631); (1631-1637); (1637-1639). Volumes XV, XVI e XVII da série e XIII, XIV e XV dos Docs. da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Typographia Monroe, 1930.

DOCUMENTOS históricos do Arquivo Municipal. *Atas da Câmara, 1625-1641*. 1º volume. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 1944.

DOCUMENTOS pela maior parte em português sobre vários assuntos. *Revista do Instituto Archeológico e Geographico Pernambucano*, Recife, n. 33, 34 e 35, 1887-8.

ERICEIRA, Luís de Meneses, Conde da. *História de Portugal Restaurado*. Volumes I e II. Porto: Civilização, 1945.

FERREIRA, Gaspar Dias. Cartas e pareceres de Gaspar Dias Ferreira. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, Recife, n. 31, 1886, p. 323-352.

FREIRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitânia: história da guerra brasílica*. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001.

_____. "Relação de Francisco de Brito Freire (Recife, 29 de janeiro de 1654)". In: MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). *Testamento do general Francisco Barreto de Menezes; A cartografia holandesa do Recife; A rendição dos holandeses no Recife (1654)*. Recife: CEPE, 2017, p. 329-343.

GUERREIRO, Bartolomeu. “Jornada dos Vassalos da Coroa de Portugal”. In: GALINDO, Marcos (org.). *Episódios Baianos: documentos para a história do período holandês na Bahia*. Recife: NÉCTAR, 2010, p. 37-225.

JESUS, Raphael de. *Castrioto Lusitano, ou Historia da guerra entre o Brazil e a Hollanda, durante os annos de 1624 a 1654, terminada pela gloriosa restauração de Pernambuco e das capitánias confinantes: obra em que se descrevem os heroicos feitos do illustre João Fernandes Vieira, e dos valorosos capitães que com elle conquistarão a independencia nacional*. Paris: J.P. Aillaud, 1844.

MAURO, Frédéric (org.). *Le Brésil au XVIIe siècle*. Documents inédits relatifs à l’Atlantique portugais. Coimbra: [s.n.], 1961.

MELO, Francisco Manuel de. *Epanaphoras de varia historia portuguesa*. Lisboa: D. Antônio Craesbeeck de Mello, Impressor de S. Alteza, 1676.

MENEZES, Manuel de. Recuperação da cidade do Salvador escripta por D. Manuel de Menezes, chronista-mor e chrosmographo de Sua Magestade e capitão geral da armada de Portugal naquela empresa. *Revista trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXII. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de J. M. N. Garcia, 1859, p. 357-633.

MONTALVÃO, Jorge de Mascarenhas, marquês de. *Cartas que escreveo o Marquez de Montalvam sendo ViceRey do Estado do Brasil, ao Conde de Nassau, que governava as armas de Pernambuco dandolhe aviso da feliz aclamação de sua Magestade oo Senhor rey Dõ João o IV nestes seus Reynos de Portugal, e resposta do Conde de Nassau*. Lisboa: Officina de Domingos Lopes Rosa, 1642.

MORENO, Diogo de Campos. Relação das praças-fortes, povoações e coisas de importância que Sua Majestade tem na costa do Brasil. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, vol. LVII, 1984, p. 185-244.

NOVINSKY, Anita. Uma devassa do Bispo Dom Pedro da Silva, 1635-1637. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, n. XXII, 1968, p. 215-285.

OLIVEIRA, Eduardo Freire (org.). *Elementos para a história do município de Lisboa*. 1ª parte, tomo III. Lisboa: Typographia Universal, 1887.

PAPEIS concernentes a Gaspar Dias Ferreira. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, Recife, n. 32, abr. 1887, p. 73-120.

RELAÇAM verdadeira e breve da tomada da villa de Olinda, e lugar do Recife na costa do Brazil pellos rebeldes de Olanda, tirada de huma carta que escreveo hum Religioso de muyta autoridade, & foy testemunha de vista de quasi todo o socedido: & assi o affirma, & jura; & do mais que depois disso socedeo té os dezoito de Abril deste prezente, & fatal anno de 1630. *Annaes da Bibliotheca Nacional*, Rio de Janeiro, vol. XX, 1898, p. 125-132.

SALVADO, João Paulo; MIRANDA, Susana Münch (org.). *Livro 1º do Governo do Brasil*. 2ª edição. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

SALVADOR, Vicente do. *História do Brasil (1500-1627)*. 5ª edição. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira, herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da guerra, por Diogo Lopes de Santiago*. Recife: Fundarpe, 1984.

SILVA, José Justino de Andrade e (org.). *Collecção chronologica da legislação portugueza, 1627-1633*. Lisboa: Imprensa de F. X. de Souza, 1855.

SOUSA, Antônio da Silva e. Relação do Dr. Antônio da Silva e Sousa sobre a rebelião de Pernambuco (1645). *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. LVII, 1939, p. 84-109.

SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descriptivo do Brasil em 1587*. 3ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

TEENSMA, B. N. (org.). *Brasil holandês*. Volume I: Dois Manuscritos Portugueses sobre a Conquista Neerlandesa – 1624 e Reconquista Luso-Espanhola – 1625 de Salvador da Bahia no Brasil. Rio de Janeiro: Index, 1999.

UMA negociação diplomática: exposição do que se passou na negociação entabulada para o fim de se dar quartel e cessar a queima dos engenhos e das cannas (1640). *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, Recife, n. 35, abr. 1888, p. 53-77.

VIEIRA, Antônio. *Cartas*. Volumes I e III. Organização e notas de João Lúcio de Azevedo. São Paulo: Globo, 2008.

_____. *Vozes Saudosas, da eloquencia, do espirito, do zelo e eminente sabedoria do Padre Antonio Vieira da Companhia de Jesus, Pregador de Sua Magestade, e Príncipe dos Oradores Evangelicos*. Lisboa: Officina de Miguel Rodrigues, 1736.

_____. “Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as da Holanda pregado na Igreja de N. S. da Ajuda, da cidade da Baía, com Santíssimo Sacramento exposto, sendo este último de quinze dias, nos quais em todas as igrejas da mesma cidade se tinham feito sucessivamente as mesmas deprecações no ano de 1640”. In: VIEIRA, Antônio. *Obras escolhidas*. Volume X, Sermões (I). Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1954, p. 42-79.

VIEIRA, João Fernandes. Testamento de João Fernandes Vieira. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, Recife, n. 25, out. 1869, p. 18-32.

VILHASANTI, Pedro Cadena de. *Relação diária do cerco da Baía de 1638*. Coleção dos Clássicos da Expansão Portuguesa no Mundo. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1941.

Documentos complementares

ADVYS op de Presentatie van Portugael. *Het tweede Deel [...]*. s.l.: Jaer ons Heeren, 1648.

ALDENBURGK, Johann Gregor. *Relação da conquista e perda da cidade do Salvador pelos holandeses em 1624-1625*. Coleção Brasiliensia Documenta, volume primeiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1961.

BAERS, Joannes. *Olinda Conquistada*. Recife: CEPE, 2004.

BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes*. Edições do Senado Federal, vol. 43. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez & Latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1721.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Edições do Senado Federal, vol. 134. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

CAMINHA, Pêro Vaz de. “Carta de Pêro Vaz de Caminha a D. Manuel”. In: CINTRA, Assis (org.). *Nossa primeira História*. São Paulo: Companhia Melhoramentos de S. Paulo, 1922, p. 13-38.

CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gentes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria J. Leite, 1925.

CARVALHO, Alfredo de. O corsário Paulus van Caarden na Bahia. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, vol. XVI, n. 35, 1909, p. 41-66.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho de; VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho (org.). *Coleção de várias receitas e segredos particulares das principais boticas da nossa Companhia de Portugal, da Índia, de Macau e do Brasil*. 1ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2019.

GARCIA, Rodolfo (org.). *Documentos holandeses*. 1º volume. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Saúde, 1945.

_____. Livro das Denúncias que se fizeram na Visitação do Santo Officio á Cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos do Estado do Brasil, no anno de 1618. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. XLIX, 1927, p. 75-96.

GROOT, Hugo de. *Inleiding tot de Hollandsche rechts-geleertheid*. Deel I. Arnhem: S. Gouda Quint., 1910.

LAET, Johannes de. Historia ou Annaes dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Occidentaes desde o seu começo até ao fim do anno de 1636 por Joannes de Laet, Director da mesma Companhia. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, vol. XXX-XLII, 1908-1920.

MAGALHÃES, Pablo A. I.; XAVIER, Lucia F. W. O Estado do Brasil na aurora do século XVII. Uma carta inédita do governador-geral Diogo Botelho (Olinda, 1602). *Revista de Estudios Brasileños*, Salamanca, vol. 6, n. 13, 2019, p. 49-69.

MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). *Fontes para a história do Brasil holandês*. 2 volumes. 2ª edição. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004.

MOERBEECK, Jan Andries. “Motivos porque a Companhia das Índias Ocidentais deve tentar tirar ao rei da Espanha a terra do Brasil” (1623). In: RODRIGUES, José Honório (org.). *Documentos Históricos: os holandeses no Brasil*. Vol. I. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e Alcool, 1942, p. 27-43.

MORAES, A. J. de Mello (org.). *Corographia historica, chronographica, genealogica, nobiliaria e politica do Imperio do Brasil*. Tomo IV. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1862.

O MACHADÃO do Brasil ou Diálogo sobre a decadência do Brasil, entre Kees Jansz Schott, recémchegado d’aquelle paiz, e Jan Maet, caixeiro de negociante, que também alli esteve com aquelle. Anno do Nosso Senhor de 1647. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, Recife, vol. XIII, 1908, p. 125-170.

OTTSEN, Heinrich. *Corto y verídico relato de la desgraciada navegación de un buque de Amsterdam llamado el Mundo de Plata, el cual después de reconocer la costa de Guinea fue separado de su almirante por el temporal, y después de muchos peligros cayó finalmente en manos de los portugueses en la Bahía de Todos los Santos, donde fue completamente saqueado y destruido. Ocurrido desde el año de 1598 hasta el de 1601*. Buenos Aires: Editorial Huarpes, 1945.

PRIMEIRA visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça. Confissões da Bahia 1591-92. São Paulo: Paulo Prado, 1922.

PUDSEY, Cuthbert. *Brasil holandês*. Volume III: Diário de uma estada no Brasil (1629-1640). Organização de Nelson Papavero e Dante Martins Teixeira. Petrópolis: Index, 2000.

RAU, Virgínia; SILVA, Maria Fernanda Gomes da. *Os manuscritos do arquivo da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil*. Volume I. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1956.

REGIMENTO do govêrno das praças conquistadas ou que forem conquistadas nas Indias Occidentaes, *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, Recife, n. 30-31, 1886, p. 289-310.

RICHSHOFFER, Ambrosius. *Diário de um soldado (1629-1632)*. Recife: CEPE, 2004.

RUITERS, Dierick. A tocha da navegação para navegar pelas costas situadas ao sul do Trópico de Câncer, como Brasil, Índias Ocidentais, Guiné e Angola etc. (1623). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 269, 1966, p. 3-84.

SARRACOL, John. “The voiage set out by the right honorable the Earl of Cumberland, in the yeere 1586, intended for the South Sea, but performed no farther then the latitude of 44. deg. To the south of the Equinoctial, written by John Sarracoll Merchant in the same voyage”. In:

HAKLUYT, Richard. *The Principall Navigations, Voyages, Traffiques and Discoveries of the English Nation*. Edinburgh, Scotland: E. & G. Goldsmid, 1890, p. 204-211.

SCHALKWIJK, Frans L. A Igreja Cristã Reformada no Brasil Holandês. Atas de 1636 a 1648. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, vol. LVIII, 1993, p. 145-284.

_____. O 1º relatório pastoral reformado da América Latina: o “Jurnael” do Rev. Jodocus A. Stetten. *Fides Reformata*, v. VIII, n. 2, 2003, p. 129-142.

SOLER, Vicente J. *Brasil Holandês*, volume III: Dezesete cartas de Vicente Joaquim Soler (1636-1643). Organização de B. N. Teensma. Rio de Janeiro: Index, 1999.fr

TEMPLE, William. *Observations upon the United Provinces of the Netherlands*. Seventh edition, corrected and augmented. London: J. Tonson; A. and J. Churchill, 1705.

VARGAS, Tomás Tamayo de. *Restauracion de la ciudad del Salvador, y Baía de Todos-Santos, en la Provincia del Brasil, Por las Armas de Don Philippe IV, El Grande Rei Catholico de las Españas y Indias*. Madrid: Alonso Martin, 1628.

VOYAGES. The Trans-Atlantic Slave Trade Database. Disponível em: <<https://www.slavevoyages.org/voyage/database>>. Acesso em 11 fev. 2022.

XERIA, Luís de Céspedes. Relación de los sucesos ocurridos durante el viaje que hizo el gobernador del Paraguay don Luis de Céspedes Xeria desde Madrid (España) hasta llegar a la ciudad de La Asuncion del Paraguay. *Annaes do Museu Paulista*, São Paulo, tomo segundo, 1925, p. 15-24.

Estudos e outras obras

ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

ABREU, Laurinda. O papel das Misericórdias de “lugares de além-mar” na formação do Império português. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. VIII, n. 3, set.-dez. 2001, p. 594-601.

ALBUQUERQUE, Maria Cristina Cavalcanti de. *Príncipe e Corsário: quase tudo que Gaspar Dias Ferreira escreveu sobre João Maurício de Nassau, o brasileiro*. São Paulo: A Girafa Editora, 2004.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALGRANTI, Leila Mezan; MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de (org.). *História e Alimentação: Brasil, séculos XVI-XXI*. Belém: Paka-Tatu, 2020.

ÁLVAREZ, Fernando Jesús Bouza. *Portugal no tempo dos Filipes: política, cultura, representações (1580-1668)*. Lisboa: Cosmos, 2000.

ANDERSON, Matthew S. *War and Society in Europe of the Old Regime, 1618-1789*. Leicester, UK: Leicester University Press, 1988.

ANGRA, Elisiário Antônio dos Santos, Barão de. *Diccionario Maritimo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia e Litographia do Imperial Instituto Artístico, 1877.

BARROS, Sigrid Porto de. As armas que documentam a guerra holandesa. *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. X, 1949, p. 11-59.

BEHRENS, Ricardo. *Salvador e a invasão holandesa de 1624-1625*. Salvador: Editora Pontocom, 2013.

BERGER, Paulo; WINZ, Antonio Pimentel; GUEDES, Max Justo. “Incursões de corsários e piratas na costa do Brasil”. In: *História naval brasileira*. Vol. I, tomo II. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975, p. 475-521.

BICALHO, Maria Fernanda. As Câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998, p. 251-280.

BIRMINGHAM, David. *A conquista portuguesa de Angola*. Porto: A Regra do Jogo, 1965.

BOOGAART, Ernst van den. A well-governed colony: Frans Posts’s illustrations in Caspar Barlaeus’ History of Dutch Brazil. *The Rijksmuseum Bulletin*, vol. 59, n. 3, 2011, p. 236-271.

_____. The trade between Western Africa and the Atlantic World, 1600-90: estimates of trends in composition and value. *The Journal of African History*, vol. 33, n. 3, 1992, p. 369-385.

BOXER, Charles R. *Dutch merchants and mariners in Asia, 1602-1795*. London: Valorum Reprints, 1988.

_____. *O império colonial português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 1969.

_____. *Os holandeses no Brasil (1624-1654)*. Coleção Brasileira, volume 312. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

_____. Reflexos da Guerra Pernambucana na Índia Oriental, 1645-1655. *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, Goa, v. 74, 1957, p. 1-36.

_____. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola (1602-1686)*. Coleção Brasileira, volume 353. São Paulo: Editora Nacional, Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

_____. “Some reflections on the historiography of Colonial Brazil, 1950-1970”. In: ALDEN, Dauril (ed.). *Colonial roots of Modern Brazil*. Berkeley, Los Angeles & London, UK: University of California Press, 1973, p. 3-15.

_____. *The Dutch seaborne empire, 1600-1800*. London, UK: Penguin Books, 1990.

BRÁSIO, António. As Misericórdias de Angola. *Studia*, n. 4, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, 1959, p. 106-149.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo. Séculos XV-XVIII*. Volume I. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CALAINHO, Daniela B. Jesuítas e medicina no Brasil colonial. *Tempo*, Niterói, n. 19, 2005, p. 61-75.

CAMENIETZKI, Carlos Z.; PASTORE, Gianriccardo G. 1625, o Fogo e a Tinta: a batalha de Salvador nos relatos de guerra. *Topoi*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 2005, p. 261-288.

CARNEY, Judith Ann; ROSOMOFF, Richard N. *In the shadow of slavery: Africa's botanical legacy in the Atlantic world*. Los Angeles: University of California Press, 2009.

CARRARA, Angelo Alves. A população do Brasil, 1570-1700: uma revisão historiográfica. *Tempo*, v. 20, 2014, p. 1-21.

CARVALHO, Alfredo de. *Aventuras e aventureiros no Brasil*. Rio de Janeiro: Paulo, Pongetti & C., 1929.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Geografia do Brasil Holandês*. Coleção Documentos Brasileiros, n. 79. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1956.

_____. *História da Alimentação no Brasil*. 4ª edição. São Paulo: Global, 2011.

_____. *Prelúdio da cachaça*. São Paulo: Global, 2006.

CHILDS, Gladwyn Murray. The peoples of Angola in the Seventeenth Century according to Cadornega. *The Journal of African History*, v. 1, n. 2, July 1960, p. 271-279.

CLEMENTINO, Kleber. *Gaspar Dias Ferreira, um Iago nos trópicos*. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/dossies/historias-da-nova-holanda/gaspar-dias-ferreira-um-iago-nos-tropicos/>> Acesso em 07 fev. 2022.

COOK, Harold J. *Matters of exchange: commerce, medicine and science in the Dutch Golden Age*. New Haven; London: Yale University Press, 2007.

CORTESÃO, Jaime. Cartografia portuguesa e cartografia holandesa. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, v. 38, 1943, p. 328-331.

COSTA, Regina de C. R. da. Entre dois Manoéis, Moraes e Calado: libelos contra sacerdotes católicos no Brasil Holandês (1630-1654). *Revista Escritas do Tempo*, v. 1, n. 3, nov. 2019-fev. 2020, p. 97-120.

CRUZ, Miguel Dantas da; RODRIGUES, Vitor Luís Gaspar. "Instituições, contingentes e culturas militares na monarquia portuguesa (séculos XV-XIX)". In: XAVIER, Ângela; PALOMO, Federico; STUMPF, Roberta (org.). *Monarquias Ibéricas em Perspectiva Comparada (Séculos XVII-XVIII): dinâmicas imperiais e circulação de modelos político administrativos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018, p. 431-478.

CURTO, Diogo Ramada. *Cultura política no tempo do Filipes (1580-1640)*. Lisboa: Edições 70, 2018.

_____. “Do Reino à África: formas dos projetos coloniais para Angola em inícios do século XVII”. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). *Sons, formas, cores e movimentos na Modernidade Atlântica: Europa, Américas e África*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig; PPGH-UFGM, 2008, p. 187-217.

EBBEN, Maurits Alexander. El ataque de Van der Does a Canarias y la expansion neerlandesa a finales del siglo XVI y comienzos del siglo XVII. In: MASSIEU, Antonio de Béthencourt (org.). *IV Centenario del ataque de Van der Does a Las Palmas de Gran Canaria (1999)*. Las Palmas, Cabildo de Gran Canaria, 2001, p. 147-156.

EBERT, Christopher. “Dutch trade with Brazil before the Dutch West India Company, 1587-1621”. In: POSTMA, Johannes; ENTHOVEN, Victor (ed.). *Riches from the Atlantic commerce: Dutch transatlantic trade and shipping*. Leiden, NL; Boston, USA: Brill, 2003, p. 49-76.

ELTIS, David. *The Rise of African Slavery in the Americas*. Cambridge, UK; New York, USA: Cambridge University Press, 2000.

FEITLER, Bruno. Usos políticos del Santo Oficio portugués en el Atlántico (Brasil y África Occidental): el período filipino. *Hispania Sacra*, Madrid, v. 119, 2007, p. 269-291.

FERRÃO, José Eduardo M. *A aventura das plantas e os descobrimentos portugueses*. 2ª edição. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical; Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Fundação Berardo, 1993.

_____. Na linha dos descobrimentos dos séculos XV e XVI: Intercâmbio de plantas entre a África Ocidental e a América. *Revista de Ciências Agrárias*, Lisboa, vol. 36, n. 2, 2013, p. 250-269.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Coleção Ditos e Escritos, volume II. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FRAGA, Joana; KRAUSE, Thiago N. *1640: a Restauração, da História Local à História Global*. Lisboa: Público; Tinta-da-China, 2019.

FRAGOSO, João; GOUVEIA, Maria de Fátima Silva. Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII. *Tempo*, 2009, vol. 14, n. 27, p. 36-50.

_____; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (org.). *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho; HUE, Sheila M. *Piratas no Brasil: as incríveis histórias dos ladrões dos mares que pilharam nosso litoral*. 1ª edição. São Paulo: Editora Globo, 2014.

FRANCO, Renato Júnio. O modelo luso de assistência e a dinâmica das Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 27, n. 53, jan.-jun. 2014, p. 5-25.

FRANÇOZO, Mariana de Campos. *De Olinda a Holanda: o gabinete de curiosidades de Nassau*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51ª edição. São Paulo: Global, 2006.

_____. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. 7ª edição. São Paulo: Global, 2004.

_____. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 14ª edição. São Paulo: Global, 2004.

GALINDO, Marcos (org.). *Viver e morrer no Brasil holandês*. Recife: Fundaj; Editora Massangana, 2007.

GOMES, Flávio (org.). *Mocambos de Palmares: histórias e fontes (séc. XVI-XIX)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Maurício de Nassau e o Brasil holandês: correspondência com os Estados Gerais*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

GREEN, Toby; SOUZA, Cândido E. Domingues de. O contexto holandês-africano: as Províncias Unidas entre África e Brasil, 1600-1650. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, n. 69, 2016, p. 41-86.

GROESEN, Michiel van. Dierick Ruiters's manuscript maps and the birth of the Dutch Republic. *Imago Mundi. The international journal for the History of Cartography*, v. 70, n. 1, 2019, p. 34-50.

_____. Lessons Learned: The Second Dutch Conquest of Brazil and the Memory of the First. *Colonial Latin America Review*. Vol. 20, No. 2, August 2011, p. 167-193.

GURIAN, Gabriel F. *Bebidas e bebedores no Brasil Holandês, 1624-1654*. São Paulo: Editora Unifesp, 2019.

_____. “Quebrantados, na ociosidade e na intemperança”: devassidão, bebedeira e indisciplina entre os holandeses durante sua conquista de Salvador (1624-1625). *Brasiliiana: Journal for Brazilian Studies*, v. 6, 2017, p. 229-249.

HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII. Estudos sobre fontes, métodos e história*. Luanda: Editora Kilombelombe, 2007.

HERKENHOFF, Paulo (org.). *O Brasil e os holandeses (1630-1654)*. Rio de Janeiro: GMT Editores; Sextante, 1999.

HESPANHA, António Manuel. *Às vésperas do Leviathan: instituições e poder político, Portugal, séc. XVII*. São Paulo: Almedina, 1994.

_____. Centro e periferia nas estruturas administrativas do Antigo Regime. *Ler História*, Lisboa, n. 8, 1986, p. 35-60.

HEYWOOD, Linda M. *Jinga de Angola: a rainha guerreira da África*. São Paulo: Todavia, 2017.

HUE, Sheila M. *Delícias do descobrimento: a gastronomia brasileira no Século XVI*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

_____. Ingleses no Brasil: relatos de viagem, 1526-1608. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 126, 2006, p. 8-68.

ISRAEL, Jonathan. *Conflicts of Empires: Spain, the Low Countries and the struggle for world supremacy, 1585-1713*. London: The Hambledon Press, 1997.

_____. *The Dutch Republic: its rise, greatness and fall, 1477-1806*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

_____; SCHWARTZ, Stuart B. *The Expansion of Tolerance: religion in Dutch Brazil (1624-1654)*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2007.

KANANOJA, Kalle. Bioprospecting and European Uses of African Natural Medicine in Early Modern Angola. *Portuguese Studies Review*, n. 23, v. 2, 2015, p. 45-69.

KLOOSTER, Wim. *The Dutch moment: war, trade, and settlement in the Seventeenth-Century Atlantic World*. Ithaca-NY: Cornell University Press, 2016.

KRAUSE, Thiago N. *Em busca da honra: a remuneração dos serviços da guerra holandesa e os hábitos das Ordens Militares (Bahia e Pernambuco, 1641-1683)*. São Paulo: Annablume, 2012.

KURY, Lorelai (org.). *Usos e circulação de plantas no Brasil, séculos XVI-XIX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson, 2013.

LEITE, Serafim. *Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil. (1549-1760)*. Lisboa; Rio de Janeiro: Edições Brotéria; Livros de Portugal, 1953.

_____. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomos V e VI. Belo Horizonte: Itatiaia, 2006.

LUCIANI, Fernanda T. *Munícipes e escabinos: poder local e guerra de restauração no Brasil Holandês (1630-1654)*. São Paulo: Alameda, 2012.

LUNSFORD, Virginia W. *Piracy and Privateering in the Golden Age Netherlands*. New York, NY: Palgrave Macmillan, 2005.

MACEDO, José Rivair. Jagas, canibalismo e “guerra preta”: os Mbangalas, entre o mito europeu e as realidades sociais da África Central do século XVII. *História (São Paulo)*, Franca, v. 32, n. 1, jan/jun 2013, p. 53-78.

MAESTRI FILHO, Mário José. *A agricultura africana nos séculos XVI e XVII no litoral angolano*. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1978.

MAGALHÃES, Pablo A. I. A guerra defensiva na capitania da Bahia (1625-1654). *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, n. 69, 2016, p. 87-161.

_____. *Equus Rusus: a Igreja Católica e as Guerras Neerlandesas na Bahia (1624-1654)*. Orientadora: Maria Hilda Baqueiro Paraíso. 3 volumes. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2010.

MARCÍLIO, Maria Luiza. “The population of colonial Brazil”. In: BETHELL, Leslie (ed.). *The Cambridge History of Latin America*. Volume II: Colonial Latin America. Cambridge, UK; New York, USA: Cambridge University Press, 2008, p. 37-63.

MATA, Inocência (org.). *A Rainha Nzinga Mbandi: história, memória e mito*. Lisboa: Edições Colibri, 2012.

MAURO, Frédéric (org.). *Nova História da Expansão Portuguesa: o império luso-brasileiro, 1620-1750*. Volume VII. 1ª edição. Lisboa: Editorial Estampa, 1991.

_____. *Portugal, o Brasil e o Atlântico (1570-1670)*. 2 volumes. Lisboa: Editorial Estampa; Imprensa Universitária, 1989.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Os holandeses na capitania do Rio Grande*. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1998.

MEGIANI, Ana Paula Torres. Das palavras e das coisas curiosas: correspondência e escrita na coleção de notícias de Manuel Severim de Faria. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, jul.-dez. 2007, p. 24-48.

_____; PÉREZ, José Manuel Santos; SILVA, Kalina Vanderlei (org.). *O Brasil na Monarquia Hispânica (1580-1668): novas interpretações*. São Paulo: Humanitas, 2016.

MELLO, Evaldo Cabral de. “A demissão de Nassau: a crise do Brasil holandês e a relação de forças entre os Estados Gerais e a Companhia das Índias Ocidentais”. In: TOSTES, Vera Lúcia Bottrel; BENCHETRIT, Sarah Fassa; MAGALHÃES, Aline Montenegro (org.). *A presença holandesa no Brasil: memória e imaginário*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2004, p. 353-376.

- _____. *A ferida de Narciso: ensaio de história regional*. São Paulo: Editora SENAC, 2001.
- _____. *Nassau: governador do Brasil holandês*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- _____. *O bagaço da cana: os engenhos de açúcar do Brasil holandês*. 1ª edição. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012.
- _____ (org.). *O Brasil holandês (1630-1654)*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.
- _____. *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- _____. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 3ª edição, definitiva. São Paulo: Editora 34, 2007.
- _____. *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*. 3ª edição, revisada. São Paulo: Alameda, 2008.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. *D. Antônio Filipe Camarão: capitão-mor dos índios da costa do nordeste do Brasil*. Recife: Universidade do Recife, 1954.
- _____. *Estudos pernambucanos*. 2ª edição. Recife: CEPE, 1986.
- _____. *Frei Manuel Calado do Salvador: religioso da Ordem de São Paulo, pregador apostólico por Sua Santidade, cronista da Restauração*. Recife: Universidade do Recife, 1954.
- _____. *Gente da Nação: cristãos-novos e judeus em Pernambuco, 1542-1654*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 1989.
- _____. *Henrique Dias: governador dos pretos, crioulos e mulatos do estado do Brasil*. Recife: Universidade do Recife, 1954.
- _____. *João Fernandes Vieira: mestre-de-campo do terço de infantaria de Pernambuco*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Centro de Estudos de História do Atlântico, 2000.
- _____. *Tempo dos Flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.
- MEUWESE, Mark. *Brother in arms, partners in trade: Dutch-Indigenous alliances in the Atlantic World, 1595-1674*. Leiden, NL; Boston, USA: Brill, 2012.
- MILLER, Joseph C. Nzinga of Matamba in a New Perspective. *The Journal of African History*, vol. 16, n. 2, 1975, p. 201-216.
- MIRANDA, Bruno R. F. “Doentes e incapazes para marchar”: vida e morte no exército da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais no Nordeste do Brasil, 1630-1654. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, abr.-jun. 2015, p. 337-353.

_____. *et al.* (org.). *Essa parte tão nobre do corpo da monarquia: poderes, negócios e sociabilidades em Pernambuco colonial. Séculos XVI-XVIII*. Recife: Editora UFPE, 2016.

_____. Fontes e abordagens recentes para a História das Capitanias do Norte: um guia de pesquisa sobre o tempo dos holandeses (1630-1654). *História Unicap*, v. 7, n. 13, jan./jun. 2020, p. 33-55.

_____. *Gente de guerra: origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)*. Recife: Editora UFPE, 2014.

_____. *O último motim*. Disponível em: < <http://bndigital.bn.gov.br/dossies/historias-da-nova-holanda/o-ultimo-motim/>> Acesso em 25 fev. 2022.

MURTEIRA, André. El impacto de la tregua de los doce años en los dominios ultramarinos portugueses. In: GARCÍA GARCÍA, Bernardo J.; SANCHEZ, Manuel Herrero; HUGON, Alain (org.). *El arte de la prudencia: la Tregua de los Doce Años en la Europa de los Pacificadores*. Madri: Fundación Carlos de Amberes, 2012, p. 275-293.

NASCIMENTO, Rômulo L. X. do. “‘Navegar, sim, comer... pouco’: algumas observações acerca da navegação e abastecimento no Brasil holandês”. In: POSSAMAI, Paulo César (org.). *Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil*. Estudos de história militar na Idade Moderna. São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 157-175.

_____. *O desconforto da governabilidade: guerra, administração e cotidiano no Brasil holandês (1630-1644)*. Recife: Editora UFPE, 2020.

_____. *Palmares: os escravos contra o poder colonial*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2014.

NEME, Mário. *Fórmulas políticas no Brasil Holandês*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro; Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

NETSCHER, Pieter M. *Os holandeses no Brasil: notícia histórica dos Países-Baixos e do Brasil no século XVII*. Coleção Brasileira, volume 220. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

NEWSON, Linda A.; MINCHIN, Susie. *From Capture to Sale: The Portuguese Slave Trade to Spanish South America in the Early Seventeenth Century*. Leiden, NL; Boston, USA: Brill, 2007.

NOORLANDER, Danny L. *Heaven's wrath: the Protestant Reformation and the Dutch West India Company in the Atlantic world*. Ithaca: Cornell University Press, 2019.

NORTON, Luiz. *A Dinastia dos Sás no Brasil: a fundação do Rio de Janeiro e a restauração de Angola*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1965.

NOVINSKY, Anita. A Inquisição na Bahia (Um Relatório de 1632). *Revista de História*, São Paulo, vol. 36, n. 74, 1968, p. 417-423.

ODEGARD, Erik; MONTEIRO, Carolina. Slavery at the Court of the ‘Humanist Prince’: reexamining Johan Maurits van Nassau-Siegen and his role in slavery, slave trade and slave-smuggling in Dutch Brazil. *Journal of Early American History*, v. 10, n. 1, 2020, p. 3-32.

OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001.

OLIVEIRA, Mário Mendonça de. *As Fortalezas e as Defesas de Salvador*. Brasília: Iphan/Programa Monumenta, 2008.

OSSWALD, Cristina. “Hábitos alimentares dos jesuítas em Portugal, na Índias e no Brasil (séc. XVI-XVIII)”. In: FERNANDEZ, Máximo García; SÁ, Isabel dos Guimarães (org.). *Portas adentro: comer, vestir, habitar* (ss. XVI-XIX). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra; Valladolid: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial Universidad de Valladolid, 2010, p. 69-85.

PAPAVERO, Claude G. Alegrias e desventuras do paladar: a alimentação no Brasil holandês. *Revista de Nutrição*, Campinas, vol. 23, no.1, jan./fev. 2010, p. 137-147.

PARAISO, Maria Hilda B.; MAGALHÃES, Pablo A. I. Muros do Recôncavo: a capital da América Portuguesa transferida para aldeamentos jesuítas (1624-1625). *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, n. 25-2, 2007, p. 9-38.

PARKER, Geoffrey. *The Army of Flanders and the Spanish Road, 1567-1659*. London; New York: Cambridge University Press, 1972.

_____. *The Military Revolution: military innovation and the rise of the West, 1500-1800*. Second edition. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1996.

PEPETELA. *A gloriosa família: o tempo dos flamengos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PEREIRA, José Hygino Duarte. Conferência. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, n. 30-31, Recife, 1886, p. 7-110.

PEREIRA, José Manuel Malhão (coord.). *Navios, marinheiros e arte de navegar*. Lisboa: Academia da Marinha, 2012.

PICKEL, D. Bento José. *Flora no Nordeste do Brasil segundo Piso e Marcgrave no século XVII*. Recife: EDUFRPE, 2008.

POMBO, Manuel Ruela (ed.). *Diogo-Caão: revista ilustrada de assuntos históricos angolanos*. Lisboa, séries I-IV, 1931-1936.

PONTE, Mark. *Mulheres europeias no Brasil Holandês*. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/dossies/historias-da-nova-holanda/mulheres-europeias-no-brasil-holandes/>> Acesso em 11 jun. 2021.

PORTER, Roy; VIGARELLO, Georges. “Corpo, saúde e doenças”. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (org.). *História do corpo: da Renascença às Luzes*. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 441-486.

POSTMA, Johannes. The dimension of the Dutch slave trade from Western Africa. *The Journal of African History*, vol. 13, n. 2, 1972, p. 237-248.

_____. *The Dutch in the Atlantic slave trade, 1600-1815*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1990.

PRESTAGE, Edgar. *As relações diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda, de 1640 a 1668*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928.

PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Edusp; Hucitec, 1998.

_____. *A mísera sorte: a escravidão africana no Brasil holandês e as guerras do tráfico no Atlântico Sul, 1621-1648*. São Paulo: Hucitec, 1999.

RATELBAND, Klaas. *Os holandeses no Brasil e na Costa Africana: Angola, Kongo e São Tomé (1600-1650)*. Lisboa: Vega, 2003.

REGO, António da Silva. *A dupla restauração de Angola: 1641-1648*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1948.

RODRIGUES, Francisco. *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*. Tomo III, volumes 1 e 2. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa, 1944.

RODRIGUES, José Honório; RIBEIRO, Joaquim. *Civilização holandesa no Brasil*. Coleção Brasileira, volume 180. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

_____. *Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

RUSSELL-WOOD, Anthony John R. *Histórias do Atlântico Português*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

_____. *Fidalgos and Philanthropists: the Santa Casa da Misericórdia of Bahia, 1550-1755*. London, UK: Macmillan and Co. Ltd., 1968.

_____. Sulcando os mares: um historiador do império português enfrenta a “Atlantic History”. *História (São Paulo)*, Franca, v. 28, n. 1, 2009, p. 17-70.

_____. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Algés: Difel, 1998.

SÁ, Isabel dos Guimarães. *As Misericórdias portuguesas: séculos XVI a XVIII*. 1ª edição. São Paulo: Editora FGV, 2013.

SCHALKWIJK, Frans L. *Igreja e Estado no Brasil holandês 1630-1654*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

SCHAMA, Simon. *O desconforto da riqueza: a cultura holandesa na Época de Ouro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SCHWARCZ, Lilia M. (org.). *Leituras críticas sobre Evaldo Cabral de Mello*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

SCHWARTZ, Stuart B. *All can be saved: religious tolerance and salvation in the Iberian Atlantic World*. New Haven; London: Yale University Press, 2008.

_____. The Voyage of the Vassals: royal power, noble obligations, and merchant capital before the Portuguese Restoration of Independence. *The American Historical Review*. Vol. 96, n. 03, jun. 1991, p. 735-762.

SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo. A África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Biblioteca Nacional, 2002.

_____. *Imagens da África: da Antiguidade ao Século XIX*. 1ª edição. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012.

SILVA, Filipa Ribeiro da. Crossing Empires: Portuguese, Sephardic, and Dutch Business Networks in the Atlantic Slave Trade, 1580-1674. *The Americas*, vol. 68, n. 1, July 2011, p. 7-32.

_____. *Dutch and Portuguese in Western Africa: empires, merchants and the Atlantic System, 1580-1674*. Leiden, NL; Boston, USA: Brill, 2011.

_____. Forms of Cooperation between Dutch-Flemish, Sephardim and Portuguese Private Merchants for the Western African Trade within the Formal Dutch and Iberian Atlantic Empires, 1590-1674. *Portuguese Studies*, vol. 28, n. 2, 2012, p. 159-172.

SILVA, Leonardo D. *Holandeses em Pernambuco, 1630-1654*. 2ª edição. Recife: Caleidoscópio; Instituto Ricardo Brennand, 2011.

SILVA, Marco Antônio Nunes da. *O Brasil holandês nos cadernos do Promotor: Inquisição de Lisboa, século XVII*. Orientador: Nachman Falbel. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil Colonial*. São Paulo: T. A. Queiroz; Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

SLUITER, Engel. Dutch maritime power and the colonial status quo. *Pacific Historical Review*. Vol. 11, n. 1, mar. 1942, p. 29-41.

_____. Os holandeses no Brasil antes de 1621. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, vol. XLVI, 1967, p. 187-207.

STOLS, Eddy. Os mercadores flamengos em Portugal e no Brasil antes das conquistas holandesas. *Anais de História*, Assis, n. 5, 1941, p. 9-53.

STRAATEN, Harald S. van der. *Brasil: um destino*. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1998.

SUTTON, Elizabeth. *Capitalism and Cartography in the Dutch Golden Age*. Chicago; London: University of Chicago Press, 2015.

TAUNAY, Afonso de. *Na era das bandeiras*. 2ª edição. São Paulo: Editora Comp. Melhoramentos de São Paulo, 1922.

THORNTON, John K. *Africa and Africans in the making of the Atlantic world, 1400-1680*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1992.

_____. Legitimacy and Political Power: Queen Njinga, 1624-1663. *The Journal of African History*, vol. 32, n. 1, 1991, p. 25-40.

_____. The Art of War in Angola, 1575-1680. *Comparative Studies in Society and History*, vol. 30, n. 2, Apr.1988, p. 360-378.

_____. *Warfare in Atlantic Africa, 1500-1800*. London: UCL Press, 2003.

TORRES, João C. F. C. de Castelo Branco e. *Memorias contendo a biographia de Vice Admirante Luiz da Motta Feo e Torres. A Historia dos Governadores e Capitaens Generaes de Angola, desde 1575 até 1825*. Paris: Fantin, 1825.

VAINFAS, Ronaldo. *Jerusalém colonial: judeus portugueses no Brasil holandês*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. O plano para o bom governo dos índios: um jesuíta à serviço da evangelização calvinista no Brasil Holandês. *Clio - Revista de Pesquisa Histórica*, n. 27-2, 2009, p. 145-162.

_____. *Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 até 1654*. Lisboa: Typographia de Castro Irmão, 1872.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. 4ª edição. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2014.

VILARDAGA, José Carlos. O morador, o estante e o proibido: flamengos em São Paulo no contexto da Monarquia Hispânica (1580-1640). *Tempo*, Niterói, v. 28, n. 2, 2022, p. 183-201.

VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho. *As práticas e os saberes médicos no Brasil colonial (1677-1808)*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2017.

WÄTJEN, Hermann. *O domínio colonial holandês no Brasil: um capítulo na história colonial do século XVII*. Recife: CEPE, 2004.

WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WHITE, Lorraine. Dom Jorge Mascarenhas, Marques de Montalvão (1579?-1652) and changing traditions of service in Portugal and the Portuguese Empire. *Portuguese Studies Review*, 12 (2), 2004-5, p. 63-83.

WIZNITZER, Arnold. *Os judeus no Brasil colonial*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora; Editora da Universidade de São Paulo, 1966.

_____. The number of Jews in Dutch Brazil (1630-1654). *Jewish Social Studies*, vol. 16. n. 2, apr. 1954, p. 107-114.

XAVIER, Lucia F. W. *Sociabilidade no Brasil neerlandês (1630-1654)*. Orientador: Maarten Jansen. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de Leiden. Leiden, 2018.

ZUMTHOR, Paul. *A Holanda no tempo de Rembrandt*. São Paulo: Companhia das Letras; Círculo do Livro, 1989.

APÊNDICES

APÊNDICE I – Estruturas administrativas e governantes pertinentes

REIS DE PORTUGAL		
<i>Dinastia de Habsburgo</i>		
Monarca	Início do governo	Término do governo
Filipe I (II de Espanha)	1580	1598
Filipe II (III de Espanha)	1598	1621
Filipe III (IV de Espanha)	1621	1640
<i>Dinastia de Bragança</i>		
Dom João IV	1640	1656
Dom Afonso VI	1656	1667 (deposto)
Dom Pedro II	1667 (regência); 1683 (coroação)	1706

VICE-REIS DE PORTUGAL DURANTE O REINADO DE FILIPE III		
Governante	Início	Término
D. Martim Afonso Mexia, Diogo de Castro e Nuno Álvares, junta governativa	1621	1623
Diogo de Castro, D. Afonso Furtado de Mendonça e Diogo da Silva, junta governativa	1623	1631
António de Ataíde e Nuno de Mendonça, junta governativa	1631	1632
Nuno de Mendonça	1632	1633
D. João Manuel de Ataíde	1633	1633
Diogo de Castro	1633	1634
Margarida de Saboia	1634	1640

GOVERNADORES DA AMÉRICA PORTUGUESA		
Governante	Início	Término
Antônio Barreiros, Cristóvão de Barros, Antônio Coelho de Aguiar, junta governativa	1587	1591
Francisco de Sousa, governador-geral	1592	1602
Álvaro de Carvalho, interino	1598	1598

Diogo Botelho, governador-geral	1602	1607
Diogo de Meneses e Sequeira, governador-geral	1608	1612
Gaspar de Sousa, governador-geral	1613	1617
Luís de Sousa, governador-geral	1617	1621
Diogo de Mendonça Furtado, governador-geral	1621	1624
Matias de Albuquerque, governador interino	1624	1625
Francisco de Moura Rolim, governador-geral	1625	1626
Diogo Luís de Oliveira, governador-geral	1626	1635
Pedro da Silva, governador-geral	1635	1639
Fernando de Mascarenhas, governador-geral	1639	1639
Vasco de Mascarenhas, governador interino	1639	1640
Jorge de Mascarenhas, vice-rei	1640	1641
D. Pedro da Silva Sampaio, Luís Barbalho Bezerra e Lourenço de Brito Correia, junta governativa	1641	1642
Antônio Teles da Silva, governador-geral	1642	1647
Antônio Teles de Meneses, governador-geral	1647	1650
João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa, governador-geral	1650	1654
Jerônimo de Ataíde, governador-geral	1654	1657
Francisco Barreto de Menezes, governador-geral	1657	1663

GOVERNADORES IBÉRICOS DE PERNAMBUCO

Governante	Início	Término
Matias de Albuquerque, governador e lugar-tenente	1620	1624
André Dias da Franca, governador e lugar-tenente	1624	1629

Matias de Albuquerque, governador e capitão-general	1629	1635
D. Luís de Rojas y Borja, governador e capitão-general	1635	1636
Giovanni Vincenzo di San Felice, governador e capitão- general	1636	1637
<i>Interregno neerlandês</i>	1637	1654
Francisco Barreto de Menezes, governador e capitão-general	1654	1657
André Vidal de Negreiros, governador e capitão-general	1657	1661
Francisco de Brito Freire, governador e capitão-general	1661	1664

GOVERNADORES PORTUGUESES DE ANGOLA		
Governante	Início	Término
D. Simão Mascarenhas	1623	1624
Fernão de Sousa	1624	1630
Manuel Pereira Coutinho	1630	1635
Francisco de Vasconcelos da Cunha	1635	1639
Pedro César de Menezes	1639	1645
Antônio Abreu de Miranda, interino	1643	1644
Francisco de Souto Maior	1645	1646
Bartolomeu de Vasconcelos da Cunha, Antônio Teixeira de Mendonça e João Juzarte de Andrade, junta governativa	1646	1648
Bartolomeu de Vasconcelos da Cunha	1648	1648
Salvador Correia de Sá e Benevides	1648	1651
Rodrigo de Miranda Henriques	1652	1653
Bartolomeu de Vasconcelos da Cunha, interino	1653	1654
Luís Martins de Sousa Chichorro	1654	1658
João Fernandes Vieira	1658	1661
André Vidal de Negreiros	1661	1666

CÚPULAS GOVERNATIVAS NEERLANDESAS NO BRASIL		
Modelo	Início	Término
Governo militar, Bahia	1624	1625
Conselho Político, Pernambuco	1630	1637
Alto e Secreto Conselho e João Maurício de Nassau, Pernambuco	1637	1644
Alto e Secreto Conselho, trio de conselheiros, Pernambuco	1644	1646
Alto Governo, Pernambuco	1646	1654

Governo militar: Seguiu a hierarquia das forças terrestres que tomaram Salvador, com o coronel, oficial mais graduado, detendo também o título de governador da conquista.

- *Governadores:* Johan van Dorth; Allert Schouten; Willem Schouten.

Conselho Político: Colegiado que previa nove integrantes, mas que teve um máximo de cinco conselheiros simultâneos, numa composição que variou bastante. Partilhando funções com um governador – inicialmente um militar –, foi encarregado da administração da ocupação no Brasil entre 1630 e 1637, até vigorar um novo regimento emitido pela WIC sobre o governo das conquistas nas Índias Ocidentais, que previa a implementação do Alto e Secreto Conselho e o rebaixamento do Político a colegiado judicial.

- *Conselheiros empossados até 1637:* Johan de Bruyne; Horatius Calandrijn; Servaes Carpentier; Ipo Eysens; Pieter van der Hagen; Elias Herckmans; Cornelis Adriaensz Jongknecht; Johan Robbertsz Alma; Hendrick Schilt; Willem Schott; Paulus Serooskercke; Jacob Stachouwer; Abraham Struys; Johannes van Walbeeck; Balthasar Wijntgis.
- *Conselheiros posteriores:* Daniel Alberti; Jan Alewijn; Jacob Alrichs; Johan Bodecher Banning; Pieter Jansen Bas; Adriaen Becker; Sebastien van Hoogeveen; Paulus de Linge; Pieter Moortamer; Hendrick de Moucheron; Cornelis Nieulant; Nuno Olpherdi; Johan van Raesvelt; Baltasar van de Voorde; Gisbert de With.

Alto e Secreto Conselho: Formado por três membros titulares e um assessor, foi encarregado da administração a partir de 1637, liderado pelo conde João Maurício de Nassau, governador que detinha poderes civis e o posto de capitão e almirante general. O Conselho ainda continuou autonomamente a gestão da conquista por cerca de dois anos após o regresso de João Maurício às Províncias Unidas, em 1644, na forma de um triunvirato, composto por Adriaen van Bullestrate, Hendrik Hamel e Dirck Codde van der Burgh – que faleceu poucos meses após a partida do conde, sendo substituído por Pieter Jansen Bas.

- *Conselheiros:* Pieter Jansen Bas; Henrick Brouwer; Adriaen van Bullestrate; Dirck Codde van der Burgh; Mathias van Ceulen; Adriaen van der Dussen; Johan Ghijselin; Hendrik Hamel.
- *Assessores:* Servaes Carpentier; Johannes van Walbeeck.

Alto Governo: Composto, inicialmente, por cinco conselheiros, um deles presidente, que diminuíram com o passar dos anos e o andamento da guerra de insurreição, foi o colegiado responsável pelo governo da conquista após a dissolução do Alto e Secreto Conselho, em 1646, seguindo até o fim da ocupação neerlandesa, em 1654.

- *Conselheiros:* Simon van Beaumont; Michiel van Goch; Hendrick Haecxs; Wouter van Schonenborch (presidente); Abraham Trouwers.

DIRETORES NEERLANDESES EM ANGOLA		
Governante	Início	Término
Cornelis Nieulant	1641	1643
Pieter Moortamer	1641	1642
Hans Molt	1643	1645
Hendrick van Redinckhoven	1644	1647
Cornelis Hendricksz. Ouwman	1645	1648
Adriaen Lems	1647	1648

Responsáveis pelo governo da praça conquistada, lidando com questões administrativas e comerciais, enquanto oficiais militares estavam encarregados apenas de comandar a soldadesca e a marujada, os diretores operaram em configurações variadas, com boa parte dos nomeados exercendo o cargo em codireção, o que é indicado pela sobreposição de mandatos.

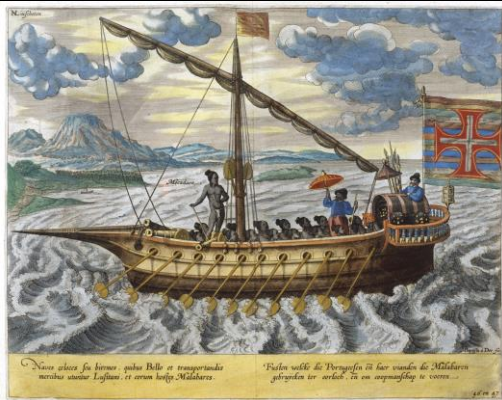
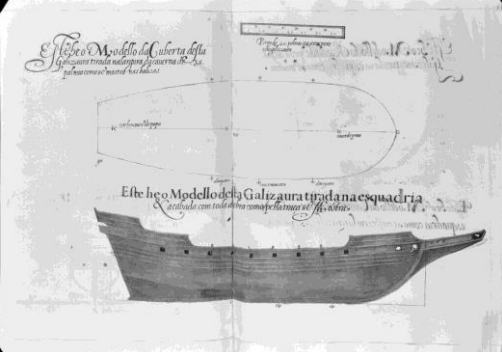
APÊNDICE II – Alguns navios manejados no Atlântico do século XVII

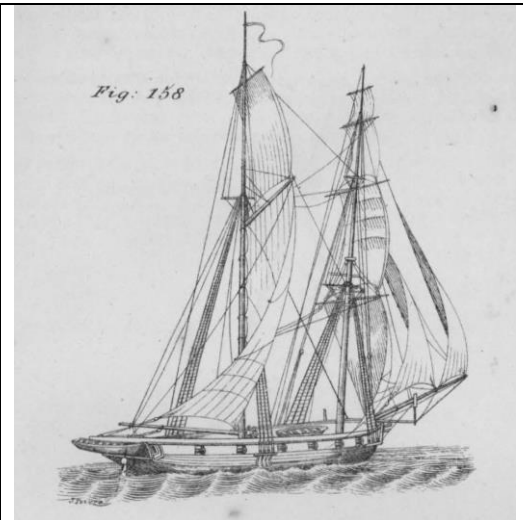
EMBARCAÇÕES			
Tipo		Descrição	Usos
	Galeão	Navio de alto bordo, com até quatro mastros, podendo variar em capacidade de carga entre 500 e 2000 toneladas. Bastante disseminado entre as nações europeias. Era associado em Portugal às frotas de Castela, cujos exemplares tinham suas particularidades em relação a galeões de outras marinhas.	Navio mercante e de guerra.
	Galeão português	Diferente das embarcações espanholas, o galeão português era menor, mais próximo em porte e função à caravela, ainda que de maior tonelagem. Era de construção robusta, com até 4 mastros, relativamente baixo acima do mar e com um curto calado, isto é, a distância entre a quilha, eixo central do casco, e a superfície da água. Mais rápido que a caravela e consideravelmente manobrável. Teriam tentado aproximá-lo em dimensões do galeão espanhol durante a união dinástica.	Criado no século XVI para substituir caravelas menores na carreira da Índia, como escolta armada das frotas, transportando também mercadorias.

	Nau (carraca)	Navio que remonta a embarcações medievais italianas, já era antigo em Portugal no século XVII. De borda alta, maior que os galeões lusos, superava até alguns espanhóis em capacidade de carga, podendo variar entre 500 e 1000 toneladas – com ocorrências pontuais de até 1600 –, a depender do período e do uso. Era embarcação relativamente curta, classificada como redonda, de casco com proporção entre comprimento e largura que não excedia 4:1. Tinha três mastros e convés elevado na proa e na popa.	Protagonista na carreira das Índias, em atividades mercantis de grande volume. Também era embarcação de guerra, comumente bem armada.
	Caravela	Parecida com a nau, diferenciava-se por ser consideravelmente menor. Tinha, usualmente, de 1 a 3 mastros, raramente 4, e carregava de 50 a, no máximo, 200 toneladas, sendo bastante ligeira.	Usada amplamente até meados do século XVII para exploração costeira e no transporte de mercadorias em volumes menores. Era também embarcação de escolta.

	Urca	Comumente construída na Alemanha e em Flandres, a urca, ou <i>hulk</i>, era embarcação proporcionalmente leve, comportando de 50 a 60 toneladas, e redonda. Esteticamente similar à nau e em tamanho à caravela. Podia ser manejada por poucos homens, mesmo em longas viagens. Bastante utilizada por neerlandeses e, ocasionalmente, por portugueses.	Navio mercante que também portava bocas de fogo.
 Een Fluyt De Vlucht en Soeylen vlack voor wt Maecht korte Reysse voor de Fluyt	Filibote	Criado pelos neerlandeses no final do século XVI, a partir de métodos específicos e de menor custo se comparados ao usual na indústria naval da época, o filibote – <i>fluitschip</i>, em holandês – partilhava algumas características estéticas com galeões e de porte com a urca, tendo popa redonda e alta. Carregava entre 200 e 300 toneladas. Embarcação veloz e consideravelmente manobrável, manejada facilmente por tripulação pequena.	Primariamente mercante, com enfoque em trajetos transoceânicos. Raramente armada com bocas de fogo, não tinha estruturas de conversão para uso bélico, visando maior eficiência da sua capacidade de carga.

	Fragata	Termo que inicialmente designava embarcações pequenas, como o bergantim, a fragata seiscentista era navio robusto, de três mastros e duas baterias de canhões. Sofreu ampliações de porte ao longo do século – de 150 toneladas chegou até a 290 –, além da diversificação de suas aplicações. Era comum nas frotas de várias nações europeias.	Embarcação versátil, que operava de forma bélica ou mercante.
	Iate	Embarcação de pequeno porte, de tamanhos variados, com até dois mastros, movida também a remo. Comum nas frotas de várias nações.	Pesca, transporte de homens e de pouca carga, servindo também para incursões de reconhecimento.

	Galé (galera)	Navio a remo de origem mediterrânea, de borda baixa, com até dois mastros pequenos. Tinha diversas formas e tamanhos. Era parte das esquadras portuguesas.	Comércio e guerra, servindo também como embarcação prisional.
	Galizabra	Pequena embarcação a remo, híbrida entre a galé mediterrânea clássica e a antiga zabra biscainha.	Embarcação mercante e de guerra.
	Bergantim	Navio de baixo bordo aparentado da galé, leve e ligeiro, carregando até 150 toneladas, que comportava remeiros, mas era primariamente movido a vela. Comum em várias frotas.	Transporte de cargas e de pessoas, escolta e reconhecimento.

	Patacho	Pequena embarcação com dois mastros, de até 100 toneladas.	Usada por lusos e batavos no transporte de cargas e de pessoas, em escoltas e missões de reconhecimento.
	Barca	Pequena embarcação a vela, com remos.	Transporte de mercadorias e pessoas. No Brasil, operava frequentemente nos rios.
	Batel	Barco pequeno a remo, como bote. Trazido junto de navios.	Transporte de pessoas, pequenas cargas e equipamentos em distâncias curtas.

	Lancha	Similar ao batel, figura entre os maiores barcos auxiliares, sendo trazida junto de navios.	Transporte de pessoas, de cargas e equipamentos em distâncias curtas.

REFERÊNCIAS DAS IMAGENS

Galeão: Cornelis Verbeeck. Detalhe de *Ein Seegefecht zwischen Niederländischen und Spanischen Kriegsschiffen*, 1618-20. National Gallery of Art, Washington, D.C., Estados Unidos.

Galeão português; nau; caravela: D. João de Castro. “Tábua da Aguada do Xequê” do *Roteiro do Mar Roxo*, 1541. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

Urca: Pieter Bruegel, o Velho. *A Dutch Hulk and a Boeier*, 1565. The Metropolitan Museum of Art, Nova York, Estados Unidos.

Filibote: Dirk Eversen Lons. *Een fluitschip*, 1642. Rijksmuseum, Amsterdã, Países Baixos.

Fragata: Anônimo. Detalhe de *Two Becalmed War Frigates and Other Vessels*, 1610-53. Rijksmuseum, Amsterdã, Países Baixos.

Iate: Jacob van Strij. Detalhe de *Het jacht van de kamer Rotterdam begroet een Oostindiëvaarder*, 1790. Maritiem Museum, Roterdã, Países Baixos.

Galé: Jan Huygen van Linschoten. *Itinerario. Voyage ofte Schipvaert, van Jan Huygen van Linschoten naer Oost ofte Portugaels Indin*. Amsterdam: Cornelis Claesz, 1596.

Galizabra: Manuel Fernandes. *Livro de traças de carpintaria*, 1616. Biblioteca da Ajuda, Lisboa, Portugal.

Bergantim: Louis Ducros. *Frans brigantijn schip l'Heureuse Marianne [...]*, 1778. Rijksmuseum, Amsterdã, Países Baixos.

Patacho: Elisiário Antônio dos Santos, Barão de Angra. *Diccionario Maritimo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia e Litographia do Imperial Instituto Artístico, 1877.

Barca: Frans Post. Detalhe de *Incendia Molarum*, 1645. British Museum, Londres, Inglaterra.

Batel: Reinier Nooms. Detalhe de *Waterdichtmaken van de romp van een schip*, 1650-1705. Rijksmuseum, Amsterdã, Países Baixos.

Lancha: Willem van de Velde (I). Detalhe de *Royal Yacht and State Yacht Sail from Moerdijk with Charles II, King of England, on board*, 1660. Rijksmuseum, Amsterdã, Países Baixos.

APÊNDICE III – Pinturas e gravuras

Imagem 1 - Invasão holandesa da Baía de Todos os Santos



Claes Janszoon Visscher (II). *Veroovering van San Salvador in Brazilië door admiraal Jacob Willekes*, 1624 (cópia), 1624. Rijksmuseum, Amsterdã, Países Baixos.

Imagem 2 - A Armada dos Vassalos e a restituição de Salvador



João Teixeira Albernaz (o velho). *Planta da restituição da Bahia*, do atlas *Estado do Brasil*, ilustrado por Albernaz e escrito por D. Jerônimo de Ataíde, 1631. Mapoteca Histórica do Ministério das Relações Exteriores, Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro.

Imagem 3 - Ataque de Piet Heyn à Baía de Todos os Santos



Hessel Gerritsz. Overwinningen van Piet Hein op de Portugese oorlogs- en koopvaardijvloot in de baai bij San Salvador, 3 maart en 11 juni 1627, 1627. Rijksmuseum, Amsterdã, Países Baixos.

Imagem 4 - Escoando o butim



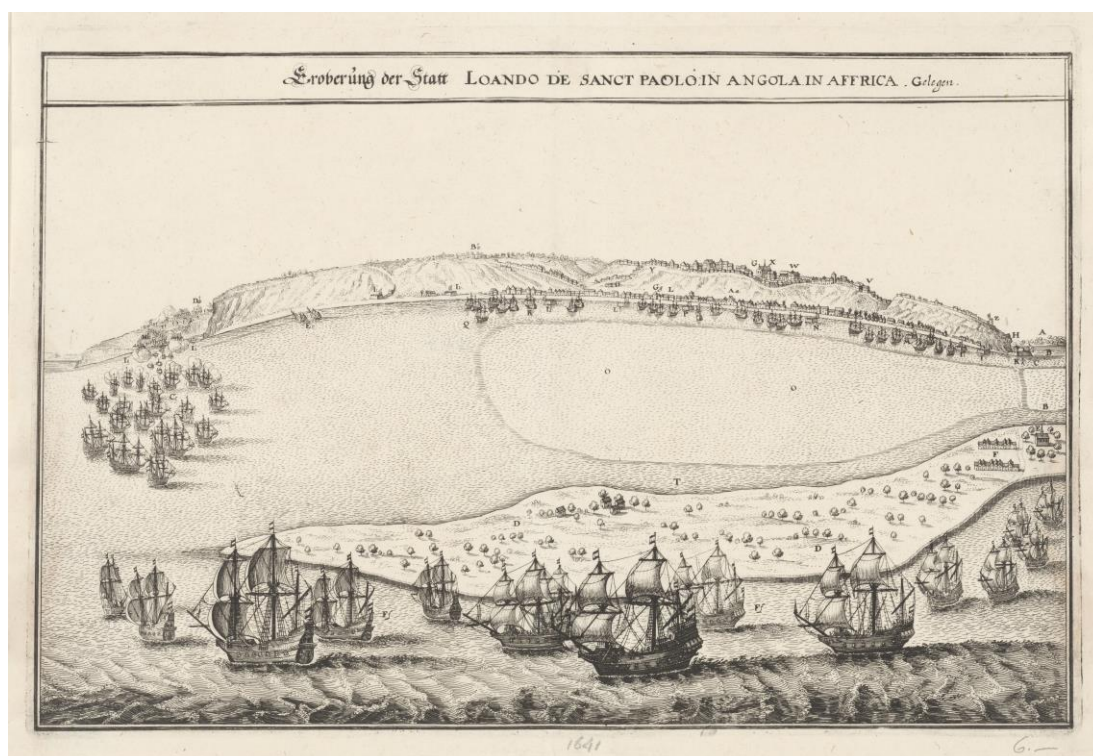
Anônimo. Portugese suikeropbrengsten buitgemaakt in de Bay de Tode los Santos, 1627, 1649-1651. Rijksmuseum, Amsterdã, Países Baixos.

Imagem 5 - A invasão de Olinda e Recife



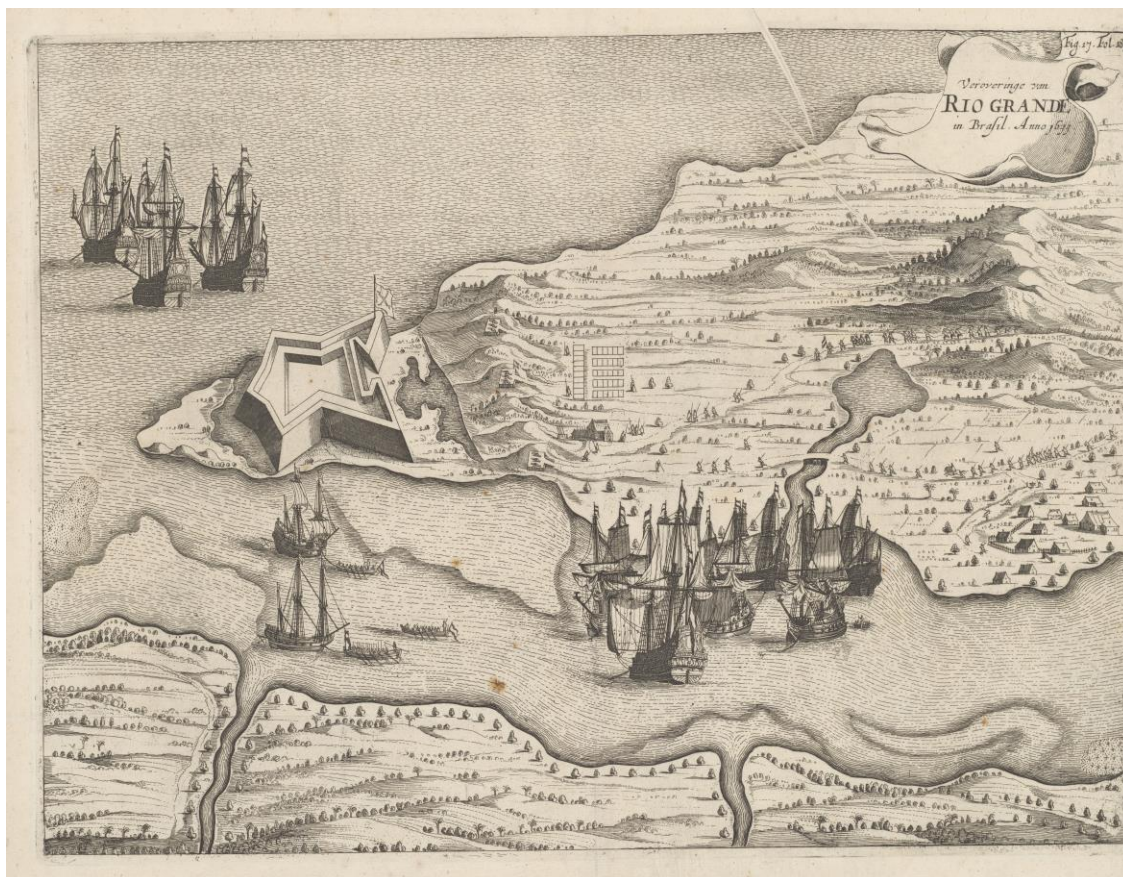
Anônimo. *Verovering van Olinda in Brazilië door generaal Hendrick C. Loncq, 1630, 1649-51.* Rijksmuseum, Amsterdã, Países Baixos.

Imagem 6 - Bloqueio do porto e desembarque das tropas holandesas em Luanda



Anônimo. *Verovering van Luanda, 1641, 1651-1659.* Rijksmuseum, Amsterdã, Países Baixos.

Imagem 7 - Ataque ao Rio Grande



Anônimo. *Verovering van Rio Grande in Brazilië*, 1633, 1649-51. Rijksmuseum, Amsterdã, Países Baixos.

Imagem 8 - Oficina de farinha de mandioca



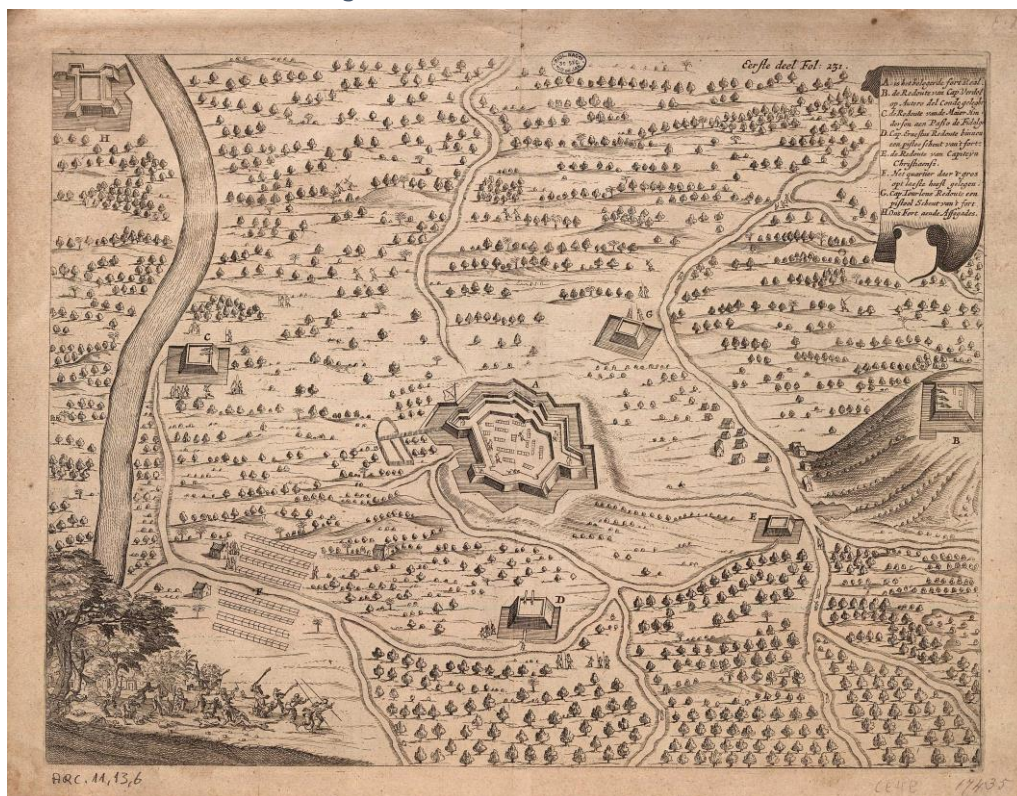
Frans Post. Detalhe de *Engenho*, 1651. Coleção Particular, Inglaterra.

Imagem 9 - A tomada do forte Cabedelo, na Paraíba



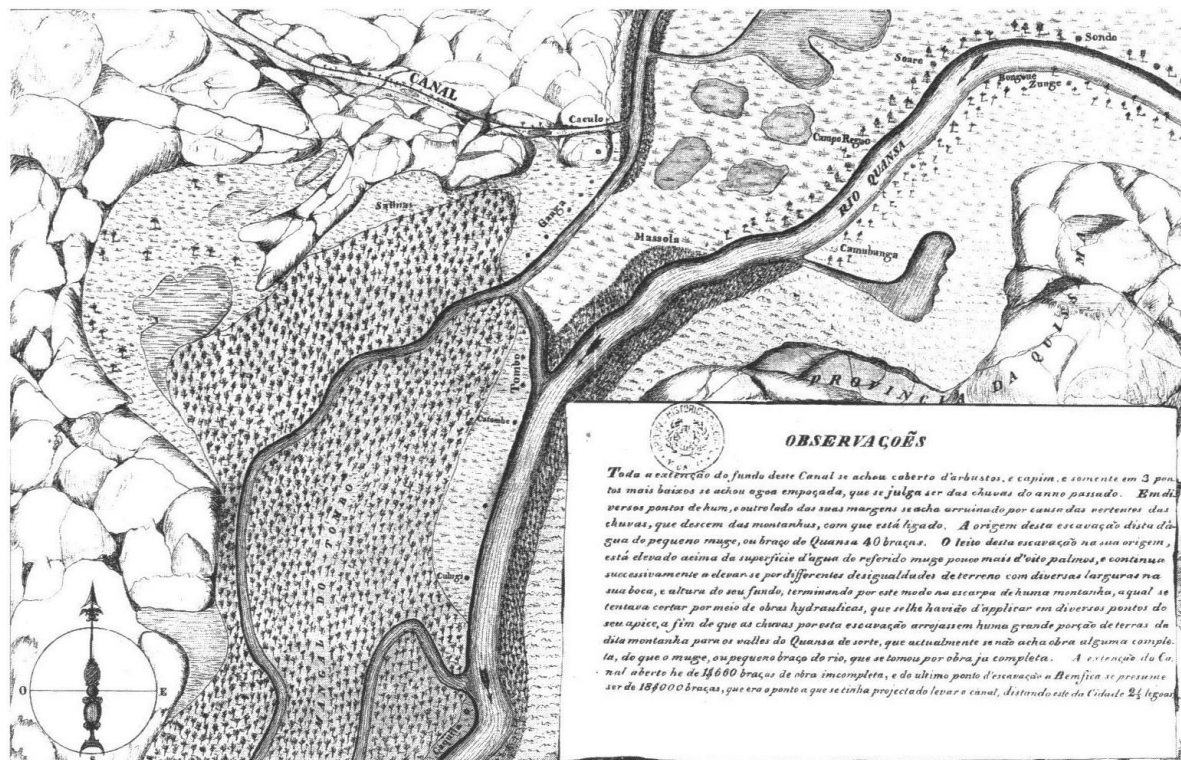
Anônimo. Forten aan de monding van de Rio Paraíba in Brazilië veroverd door admiraal Lichthart, 1634, 1651-2. Rijksmuseum, Amsterdã, Países Baixos.

Imagem 10 - O Arraial do Bom Jesus



Anônimo. Mapa topográfico do Arraial do Bom Jesus e dos fortes sitiantes com a representação do ataque e tomada do mesmo Arraial, c. 1635. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Brasil.

Imagem 11 - Mapa do canal intentado pelos neerlandeses para desviar água do Cuanza para Luanda



Bernardo Jozé da Costa. Canal cuja construção foi iniciada em 1641/48 pelos holandeses, para conduzir água do rio Cuanza, até Luanda, 1819. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Portugal.

Imagem 12 - A queima dos engenhos baianos



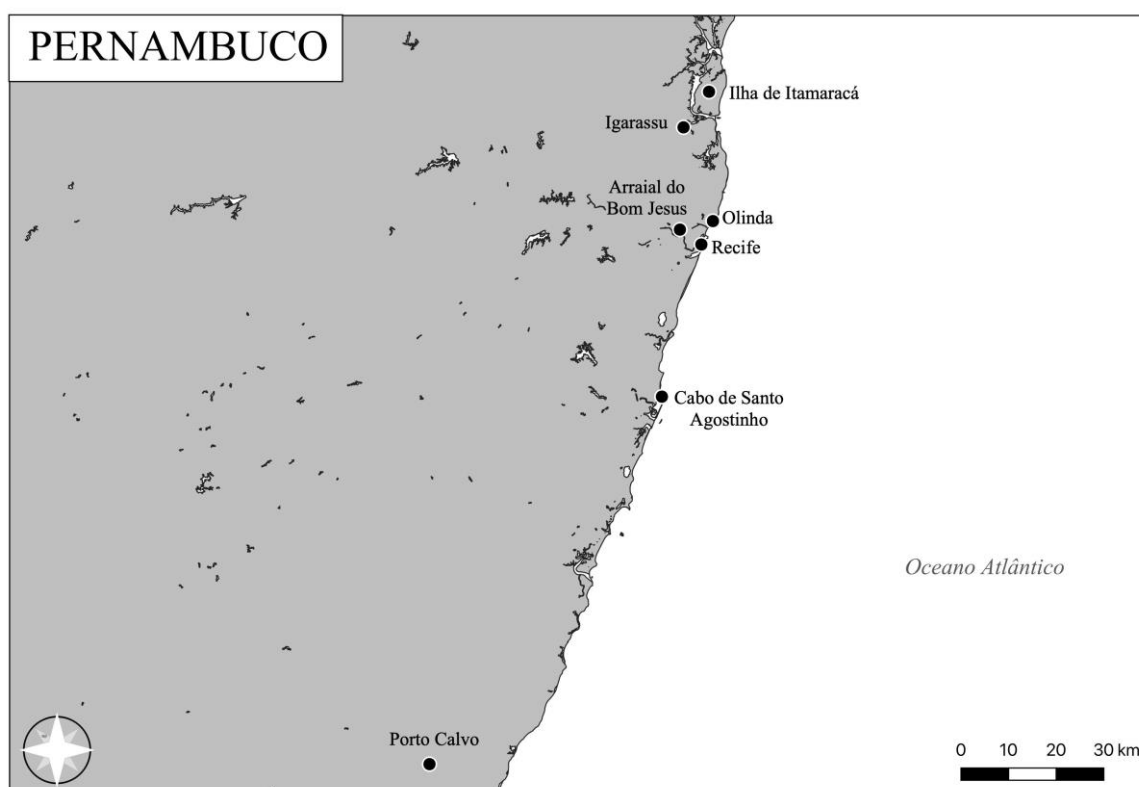
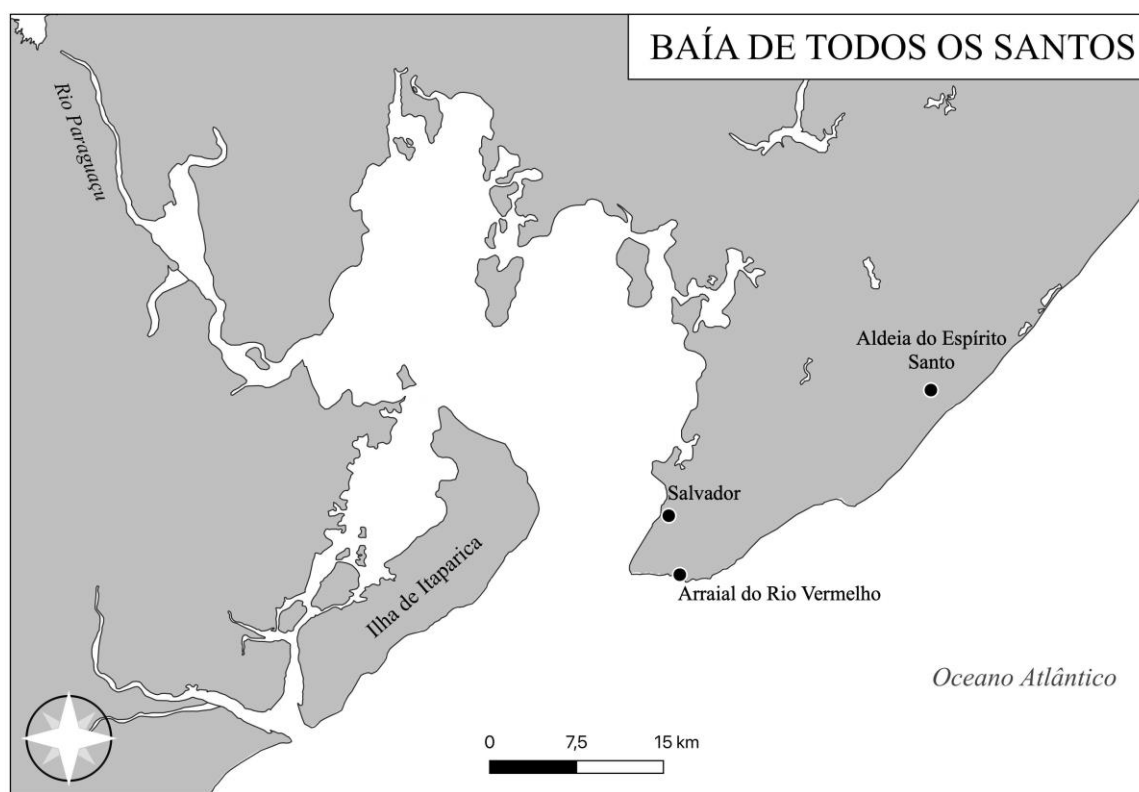
Frans Post. *Incendia Molarum*, 1645. British Museum, Londres, Inglaterra.

Imagem 13 - Populações da Cidade Maurícia

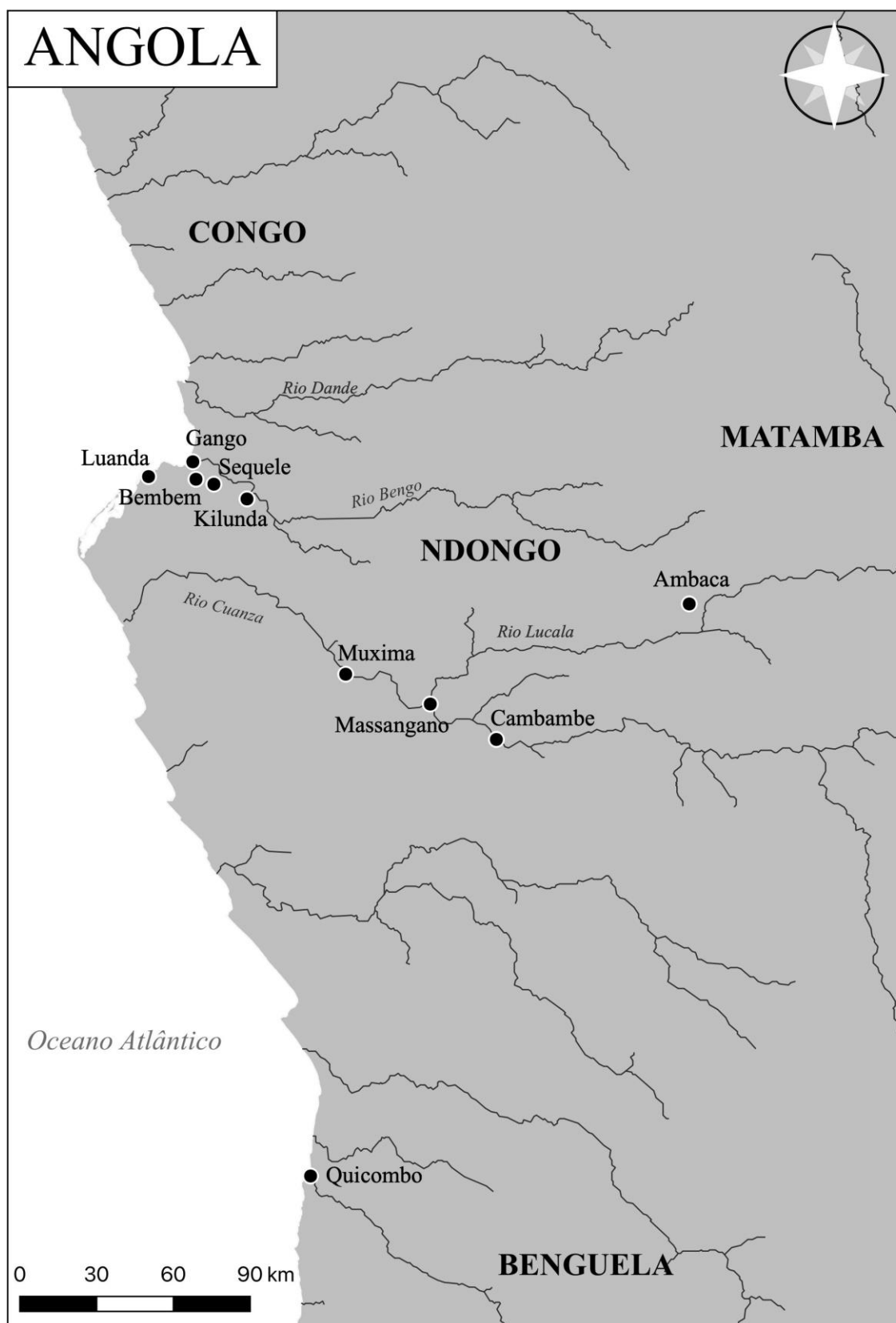


Frans Post. *Cidade Maurícia e Recife*, 1657. Coleção Particular, São Paulo, Brasil.

APÊNDICE IV – Mapas dos territórios disputados







APÊNDICE V – Cronologia

Visando a facilitação do encadeamento de eventos citados, a seguir, foram elencados momentos importantes das disputas e contatos entre neerlandeses e portugueses na Europa e no Atlântico Sul, entre 1624 e 1654, assim como alguns episódios anteriores e posteriores de relevância.

1568: Deflagrado o conflito de secessão dos Países Baixos do Norte em relação ao domínio de Castela.

1578: Morte de D. Sebastião na batalha de Alcácer-Quibir.

1579: Assinatura da União de Utrecht, entre as províncias neerlandesas de Holanda, Zelândia, Utrecht, Gueldres, Overissel, Groninga e Frísia, dando origem à República das Províncias Unidas dos Países Baixos.

1580: União dinástica das Coroas ibéricas.

1581: Príncipe Guilherme I de Orange, *stadhouder* das Províncias Unidas, renuncia formalmente à vassalagem a Filipe II de Espanha.

1602: Fundação da Companhia Neerlandesa das Índias Orientais (VOC).

1609: Assinatura da trégua dos doze anos entre a Espanha e as Províncias Unidas.

1621: Fim da trégua dos doze anos e fundação da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais (WIC).

1624: Invasão e ocupação holandesa de Salvador. Falha de Piet Heyn na tentativa de captura de Luanda.

1625: Reconquista da capital da colônia brasileira pela Armada dos Vassalos.

1627: Piet Heyn lidera dois saques à Baía de Todos os Santos, dentro de poucos meses.

1628: Piet Heyn e Hendrick Cornelisz Loncq capturam a frota espanhola da prata na Baía de Matanzas, em Cuba.

1630: Tropas da WIC tomam Olinda e Recife, em Pernambuco. Moradores e combatentes da resistência luso-brasileira erguem o Arraial do Bom Jesus.

1632: Manobra neerlandesa contra a vila de Igarassu.

1633: Tomada da ilha de Itamaracá e do forte dos Reis Magos, no Rio Grande, pelos batavos.

1634: Neerlandeses subjugam os redutos da resistência luso-brasileira na Paraíba.

1635: O Arraial do Bom Jesus e o Forte de Nazaré, no Cabo de Santo Agostinho capitulam diante das forças holandesas. A vila de Porto Calvo é tomada, mas recuperada poucos meses depois pelas forças de Matias de Albuquerque, em retirada para o sul após a perda dos redutos. D. Luís de Rojas y Borja substitui o irmão do donatário como governador e capitão-general.

1636: Vitória holandesa na batalha campal de Mata Redonda, nos arredores de Porto Calvo. Morre D. Luís de Rojas y Borja, que é substituído por Giovanni di San Felice, conde de Bagnuolo. Represálias das forças holandesas contra a população da conquista em razão das incursões de campanhistas luso-brasileiros.

1637: Implementação do Alto e Secreto Conselho, sob a liderança do conde João Maurício de Nassau. Retomada de Porto Calvo pelos batavos, desalojando os contingentes do conde de Bagnuolo, forçando-os a nova retirada para regiões mais austrais. Conquista do forte português e feitoria de escravos de São Jorge da Mina, na África Ocidental.

1638: Nova investida contra a Baía de Todos os Santos, capitaneada pelo próprio conde de Nassau, que fracassa.

1640: Vitória holandesa sobre a esquadra e as tropas lideradas por D. Fernando de Mascarenhas, conde da Torre e breve governador-geral do Brasil, enviadas da Europa na última tentativa hispânica de reconquistar Pernambuco. Convocação da Assembleia por Nassau e pelo Alto e Secreto Conselho. Restauração da monarquia portuguesa com a proclamação do duque de Bragança como rei D. João IV. Subsequente conflito entre Portugal e Espanha.

1641: Assinatura do tratado que previa armistício de dez anos entre Portugal e as Províncias Unidas. Acordo de tréguas entre a administração nassoviana e o vice-rei na Bahia, Jorge de Mascarenhas, marquês de Montalvão. Lançamento, a partir do Recife, de expedições de conquista à África Ocidental e ao Maranhão, que terminaram com as tomadas de Luanda, São Tomé, Benguela e São Luís. No Brasil, a extensão da ocupação costeira holandesa se estende de Sergipe e ao Maranhão.

1642: Chegada, depois de mais de um ano, da ratificação do armistício entre as metrópoles a Angola. Tratativas locais entre os lusos, radicados nos presídios do interior, principalmente em Massangano, e os batavos no litoral. Revolta luso-brasileira contra os flamengos no Maranhão.

1643: Povoamento e cultivo do sítio do Gango, às margens do rio Bengo, pela população portuguesa desterrada de Luanda, em acordo firmado com os neerlandeses. Pouco mais de quatro meses passados, um assalto seguido de saque põe fim ao arraial.

1644: Dispensa do cargo e retorno do conde de Nassau às Províncias Unidas. Alto e Secreto Conselho assume o governo do Brasil holandês, numa administração tripartida. Neerlandeses abandonam o Maranhão.

1645: Início da insurreição em Pernambuco. Após derrotas nas batalhas do monte das Tabocas e da Casa Forte, as forças batavas ficam confinadas ao Recife, sitiado até o ano seguinte, e às praças litorâneas. Francisco de Souto Maior chega ao Quicombo, levando meses até alcançar o presídio de Massangano e assumir o governo português em Angola.

1646: Arribada de frota neerlandesa com suprimentos e reforços põe fim do cerco do Recife. Chegada dos membros apontados para compor o Alto Governo, substituindo o Alto e Secreto Conselho após inúmeras denúncias e queixas contra seus administradores. Francisco de Souto Maior rompe em definitivo com os neerlandeses em Angola, falecendo pouco depois.

1648: Por meio do Tratado de Münster, a Espanha reconhece a independência da República das Províncias Unidas dos Países Baixos. Primeira batalha dos Guararapes, com triunfo luso-brasileiro. Forças portuguesas sob o comando de Salvador Correia de Sá e Benevides reconquistam Angola, São Tomé e Benguela.

1649: Segunda batalha dos Guararapes, também vencida pelos luso-brasileiros. Criação da Companhia Geral de Comércio do Brasil.

1652: Início da Primeira Guerra Anglo-Holandesa.

1654: As forças luso-brasileiras reconquistam o Recife e as demais guarnições litorâneas ainda ocupadas, pondo fim ao chamado Brasil holandês, com a assinatura da capitulação de Taborda. Fim do conflito anglo-holandês.

1657: As Províncias Unidas declaram guerra a Portugal, impondo um bloqueio naval na foz do Tejo.

1661: Negociações culminam na assinatura do Tratado de Haia, primeiro acordo de paz entre Portugal e os Países Baixos, que previa o reconhecimento da soberania lusa no norte do Brasil mediante pagamento de considerável indenização por parte da Coroa aos neerlandeses – dívida quitada apenas nos primeiros anos do século seguinte. Portugal também assina um tratado de aliança com a Inglaterra.

1665: Deflagra-se a Segunda Guerra Anglo-Holandesa.

1667: Aliança secreta é firmada entre Portugal e França, contra a Espanha. Tratado de Breda, assinado entre a Inglaterra e os Países Baixos, põe fim ao conflito reiniciado dois anos antes.

1668: Assinatura da Paz dos Pirineus, entre Portugal e Espanha, com mediação inglesa, reconhecendo a independência da Lusitânia, reclamada em 1640.

1669: Assinatura do segundo tratado de paz em Haia entre Portugal e os Países Baixos, que previa a cessão de alguns territórios asiáticos à Companhia das Índias Orientais em troca da redução da indenização prevista no tratado de 1661.